UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

**DIPLOMACIA E
CONCORRÊNCIA
COLONIAL
PORTUGAL E FRANÇA
1640-1715**

CASSIANA MARIA MINGOTTI GABRIELLI GOMES

Tese apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em História Social da
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da
Universidade de São Paulo, para a obtenção do
Título de Doutor em História Social

Orientador: Prof. Dr. Pedro Puntoni

São Paulo

2014

**DIPLOMACIA E
CONCORRÊNCIA
COLONIAL
PORTUGAL E FRANÇA
1640-1715**

CASSIANA MARIA MINGOTTI GABRIELLI GOMES

São Paulo

2014

Antonio Moniz de Carvalho. *Francia Interessada con Portugal en la Separacion de Castilla*. Barcelona, Imprensa de Sebastian de Cornellas Mercader, 1644.

Ao Mateus.

“O tempo é um mestre-de-cerimônias que sempre acaba por nos pôr no lugar que nos compete, vamos avançando, parando e recuando às ordens dele, o nosso erro é imaginar que podemos trocar-lhes as voltas”.

José Saramago, *A Caverna*, 2001.

“Creio ainda que é feliz aquele que combina o seu modo de proceder com as exigências do tempo e, similarmente, que são infelizes aqueles que, pelo seu modo de agir, estão em desacordo com os tempos”.

Nicolau Maquiavel, *O Príncipe*, 1513.

“Quem quiser saber o que haverá de acontecer deverá considerar o que já aconteceu; porque todas as coisas do mundo, em todos os tempos, encontram correspondência nos tempos antigos. Isso ocorre porque, tendo sido feitas pelos homens, que têm e sempre tiveram as mesmas paixões, tais coisas só poderão, necessariamente, produzir os mesmos efeitos.”

Nicolau Maquiavel, *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*, 1513-17.

RESUMO

Esta pesquisa tem o objetivo de analisar as relações luso-francesas, no período compreendido entre a aclamação de D. João IV, em 1640, e o fim da Guerra de Sucessão de Espanha, com a assinatura do tratado de Utrecht, em 1715. A diplomacia portuguesa buscou, durante a Restauração, alianças com a Inglaterra, França e Províncias Unidas, de modo a ter reconhecida a sua independência. Contudo, a aliança francesa seria considerada “salvadora”, pois se acreditava na intermediação do governo de Paris em diversos assuntos, com os quais a Monarquia portuguesa havia se deparado após a independência do Reino. A guerra na Península Ibérica demandava apoio diplomático e militar para a nova dinastia de Bragança. Mas a política de alianças de Portugal, no período da Restauração, alcançaria os melhores resultados apenas no decênio de 1660, por meio de acordos comerciais e tratados matrimoniais: Inglaterra (1661), Províncias Unidas (1661) e França (1666).

O casamento de D. Afonso VI com Maria Francisca de Sabóia gerou mudanças consideráveis na corte de Lisboa. Uma “cabala” ocasionada pelos partidários do Príncipe D. Pedro, irmão do Rei, acompanhada pela ação de representantes de Luís XIV, afastou D. Afonso do trono. D. Pedro assumiu a Regência, casando-se com a sua ex-cunhada. Tais acontecimentos aproximariam a política portuguesa dos desígnios propostos pelo governo de Paris, que visavam estabelecer uma tutela no governo de Lisboa. Todavia, anos depois, haveria um progressivo afastamento entre as Monarquias de Portugal e França, proporcional à reaproximação verificada entre os governos de Lisboa e Madri, decorrência da paz na Península Ibérica, firmada em 1668.

Além da tentativa de tutelar a política portuguesa, Luís XIV acumulou muitos interesses no ultramar. Além de incursões e viagens, fomentadas pelo contrabando e possíveis ganhos com a exploração de produtos coloniais, o Rei Cristianíssimo buscou estender seu domínio na América, avançando desde a Guiana, em direção ao rio Amazonas.

Apesar de menos lembradas do que a aliança anglo-portuguesa, as relações entre Portugal e França tiveram grande importância no cenário político português na segunda metade do XVII, influenciando inclusive na ocupação e defesa de suas possessões ultramarinas.

PALAVRAS-CHAVE:

Portugal, França, diplomacia, Estado do Brasil, concorrência colonial, Maria Francisca de Sabóia, capuchinhos

ABSTRACT

This research has the objective of analyze the relationship between France and Portugal in the period between the D. João IV acclamation, at 1640, and the end of War of Succession of Spain, with the signature of Utrecht Treaty, at 1715. During the Restoration, the Portuguese diplomacy tried to establish alliances with England, France and United Provinces, in order to have its independence recognized. Nevertheless, the alliance with France would be considered "saving", since it was believed on intermediation of the Paris Government on several subjects which the Portuguese Monarchy had encountered after the independence of the Kingdom. The war at Iberian Peninsula demanded diplomatic and military support to the new Bragança dynasty. However, the political alliance of Portugal at Restoration period has reached the best results just at in the decade of 1660s, through trade agreements and marital treaties: England (1661), United Provinces (1661) and France (1666).

The marriage of D. Afonso VI with Maria Francisca de Sabóia leaded to several considerable changes at Lisbon's Court. One "cabal" caused by supporters of the Prince D. Pedro, brother of the King, accompanied by the action of representatives of Luis XIV, has move D. Afonso away from the throne. D. Pedro has assumed the Regency, and got married with his former sister-in-law. These events made the Portuguese political to approach of the proposed designs by Paris Government, which aimed at establishing guardianship at Lisbon Government. However, years later, would have a progressive separation between the Monarchies of Portugal and France, proportional to rapprochement verified between the government of Lisbon and Madri, result of the peace at Iberian Peninsula, signed at 1668.

Besides the tentative of guardianship of Portuguese politics, Luís XIV accumulated many interests overseas. In addition to the incursions and travels, fostered by smuggling and possible gains with the exploitation of colonial products, the Most Christian King sought to extend his dominance in America, advancing from Guiana toward Amazonas River.

Although less recalled than the alliance between England and Portugal, the relations between Portugal and France had great importance at Portuguese political scenario at second half of XVII century, influencing including the occupation and defense of its overseas possessions.

KEY WORDS:

Portugal, France, diplomacy, State of Brazil, colonial competition, Maria Francisca de Sabóia, Capuchins

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	3
 PARTE I. A DIPLOMACIA EUROPÉIA NO SÉCULO XVII	
1. A GUERRA DE RESTAURAÇÃO E O LUGAR DA MONARQUIA DE BRAGANÇA NA POLÍTICA EUROPÉIA (1640-1668)	14
O fim da União Ibérica e os desafios da recém instituída Monarquia de Bragança	14
As negociações no Congresso de Münster e a Paz de Westphália	35
O reconhecimento da independência portuguesa e a paz na Península Ibérica	48
2. A INCESSANTE BUSCA POR ALIANÇAS NO CENÁRIO EUROPEU	57
A condução da política portuguesa a partir dos tratados de paz com a Inglaterra	57
O caso das Províncias Unidas: disputas no ultramar e necessidade de apoio na Europa	64
Entraves à concretização da aliança francesa	73
O horizonte francês na política dos Bragança	83
3. O POSICIONAMENTO DE PORTUGAL FRENTE À “POLÍTICA DE MAGNIFICÊNCIA” DE LUÍS XIV	102
Agitação política e o papel da “cabala francesa”	102
Uma Rainha francesa na corte de muitas oposições	110
Ofensiva diplomática em Lisboa: desígnios franceses e espanhóis	120
A postura da Rainha Maria Francisca: oscilações e vulnerabilidade	140
Relações luso-francesas no final do XVII e a Guerra de Sucessão de Espanha	146
 PARTE II. TENSÕES NO ULTRAMAR: AMEAÇAS FRANCESAS AO ESTADO DO BRASIL E MARANHÃO	
4. A MISSIONAÇÃO DOS CAPUCHINHOS BRETÕES	170
Participação dos capuchinhos na Guerra de Restauração de Pernambuco	171
Atividade missionária no sertão nordeste	188
Capuchinhos franceses e italianos na disputa por um hospício na Bahia	202
A saída dos capuchinhos bretões da colônia	212
5. INCURSÕES INOPORTUNAS: O QUE DESEJAVAM OS FRANCESES?	222
Tentativas de colonização francesa	222
Litígio sobre a fronteira Maranhão-Guiana	229
O caso da esquadra de Mondvergue	242
Invasões francesas ao Rio de Janeiro (1710-1711)	247
A viagem de Amédée François Frézier	257
 CONSIDERAÇÕES FINAIS	265
 FONTES E BIBLIOGRAFIA	268

AGRADECIMENTOS

O percurso de elaboração desta pesquisa contou com a participação de pessoas muito queridas, com as quais também quero compartilhar a imensa alegria por ter conseguido completá-la, concluindo assim um ciclo de formação e de vida.

Agradeço ao Prof. Pedro Puntoni, não apenas pela sua orientação e incentivo, mas pela confiança que sempre depositou no meu trabalho e por todos estes anos de convivência. Ao Prof. Fernando A. Novais e à Profa. Ana Paula Torres Megiani, agradeço as considerações e sugestões apontadas na Banca de Qualificação. À Profa. Vera Lúcia Amaral Ferlini, Presidente da Comissão Gestora da Cátedra Jaime Cortesão, sou grata pelo apoio a esta pesquisa. Agradeço ainda à Profa. Íris Kantor e ao Prof. Rodrigo Ricupero pelas indicações e sugestões a este trabalho.

À FAPESP, agradeço a bolsa que proporcionou o desenvolvimento desta pesquisa, com a realização de estágios em instituições de Portugal e França. Ao Prof. Pedro Cardim, sou grata pela sua orientação em Lisboa, tendo sido acolhida no Centro de História d'Aquém e d'Além-Mar, da Universidade Nova de Lisboa. À Profa. Claudia Poncioni, agradeço a acolhida em Paris.

Em Paris, contei com o grande auxílio de Mariana Sales, querida companheira de pesquisa e passeios. Agradeço muito suas sugestões. Outros amigos estiveram sempre presentes na trajetória do doutorado, sugerindo, questionando, sempre prontos a ajudar. Luís Otávio e Adriana, vos agradeço imensamente.

À Cíntia, Fabíola, Fernando, Carol, Letícia, Pablo, Ágatha e Maria Laura, que também participaram deste percurso, obrigada sempre pelo carinho e incentivo.

Agradeço ao Humberto e à Mariana por poder compartilhar tantos bons momentos. Reconheço também a presença constante dos meus pais, José Tadeu e Rosa Lina, nesta trajetória, por vezes dura e difícil. Obrigada por todo seu amor e dedicação.

Por fim, a minha gratidão ao Mateus, companheiro de todos os percursos trilhados para a concretização deste trabalho, sempre manifestando sua alegria e energia. Com amor, dedico a ele o resultado de tanto empenho.

ABREVIATURAS

AN – Arquivo Nacional (Rio de Janeiro)

AHU – Arquivo Histórico Ultramarino (Lisboa)

ANTT – Arquivo Nacional da Torre do Tombo (Lisboa)

BNP – Biblioteca Nacional de Portugal (Lisboa)

AUC – Arquivo da Universidade de Coimbra (Coimbra)

BGUC – Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra (Coimbra)

BNF – Biblioteca Nacional da França (Paris)

AMAE – Archives de Ministère des Affaires Étrangères (Paris)

INTRODUÇÃO

O presente trabalho trata das relações luso-francesas no período compreendido entre a Restauração portuguesa e o término da Guerra de Sucessão da Espanha. Com o fim da União Ibérica em 1640, Portugal enfrentou uma guerra com a Espanha, a fim de ter reconhecida a sua independência. A Europa se encontrava imersa num grande conflito, no contexto da Guerra dos Trinta Anos (1618-1648). Outros confrontos, como as revoltas da Catalunha e de Nápoles, integraram o embate entre Espanha e França que já se estendia há algum tempo. Na Inglaterra, Monarquia e Parlamento disputavam a primazia política, o que culminou com a morte do Rei e a instituição de uma República. Na França, a participação em diversos confrontos militares fez recair mais impostos sobre a população, e a nobreza também se mostrava descontente com o poder acumulado nas mãos de Mazarino. Com a Fronda, diferentes grupos da sociedade francesa demonstraram suas insatisfações. As Províncias Unidas dos Países Baixos buscavam consolidar sua independência em relação à Espanha, e ocupavam o Nordeste, intentando ainda avançar sobre outras possessões ultramarinas. O panorama que se verificava no continente europeu era de constante turbulência e tensão social: “como se toda a Europa conhecesse um terremoto político e social”.¹

Portugal buscava, por meio da diplomacia, conseguir apoio político-militar de potências que pudessem auxiliar na guerra contra a Espanha, obter uma trégua, ou mesmo ter a permissão de um enviado português participar das negociações de paz realizadas em Münster. Muitos foram os esforços para alcançar tais alianças, mas Portugal, ainda no decênio de 1650, “não tinha um único aliado autêntico”.² Apenas em 1661, foram assinados tratados de paz e aliança, nos quais estiveram contemplados os interesses comerciais com as Províncias Unidas e a Inglaterra. No caso desta, o tratado estabeleceu uma importante união dinástica, por meio do matrimônio entre Carlos II Stuart e D. Catarina de Bragança, filha de D. João IV. No caso da França, a aliança demorou mais a ocorrer, tendo sido firmada apenas em 1666, também por meio de

¹ Lucien Bély. *La France au XVIIe siècle. Puissance de l'État, contrôle de la société*. Paris, PUF, 2009, p. 306.

² Evaldo Cabral de Mello. *O negócio do Brasil. Portugal, os Países Baixos e o Nordeste (1641-1669)*, São Paulo, Companhia das Letras, 2011, p. 149.

um matrimônio, entre o Rei D. Afonso VI e Maria Francisca Isabel de Sabóia, prima de Luís XIV.

Esta pesquisa tem como foco a análise das relações político-diplomáticas entre Portugal e França, devido ao grande esforço feito pela recém instaurada dinastia de Bragança para conseguir uma aliança com a maior potência européia do período. O governo de Lisboa depositou muitas expectativas na intermediação francesa de várias questões, entre elas o reconhecimento de sua independência frente à Espanha; a libertação do infante D. Duarte, irmão de D. João IV, preso em Milão; a reconquista do Nordeste e a paz com as Províncias Unidas. Do lado francês, apesar do interesse em tutelar a política de Lisboa, a fim de obter seu apoio no confronto contra a Espanha, e conseguir vantagens comerciais no ultramar, o governo de Paris relutou em compor uma aliança com a Monarquia brigantina. Depois de firmada a aliança, e contando com a presença de Maria Francisca de Sabóia na corte de Lisboa, foram inúmeros os esforços feitos pelos representantes diplomáticos franceses para influir na política portuguesa. Não raro, as redes diplomáticas se revelavam mais eficazes na afirmação de determinadas posições nos reinos próximos, do que, por exemplo, demonstrações de potência militar.³

A documentação utilizada nesta pesquisa foi predominantemente a correspondência diplomática de Portugal e França, mas também compreendeu fontes relacionadas às possessões ultramarinas (como os documentos presentes no Arquivo Histórico Ultramarino e na Biblioteca Nacional da França). Houve a priorização da documentação diplomática francesa, pois esta se revelou extremamente rica, fornecendo importantes informações sobre todo o período em questão, tanto em relação aos reinos na Europa, quanto às suas colônias. O referido corpo documental, que se encontra no *Archives des Affaires Étrangères*, possui uma cuidadosa conservação e organização, o que muito favoreceu este trabalho. Em contrapartida, a documentação diplomática portuguesa, depositada no Arquivo Nacional da Torre do Tombo e na Biblioteca Nacional de Portugal, se encontra em fundos e códices diversos e esparsos. Tal situação acabou por dificultar a análise do seu conjunto, justificando assim a utilização de alguns documentos publicados por estudiosos de determinados enviados diplomáticos portugueses, como Duarte Ribeiro de Macedo e José da Cunha Brochado.

De qualquer modo, a presente pesquisa buscou recuperar as relações luso-francesas no século XVII – nem sempre relevantes para os estudos sobre o período – com o intuito de verificar os interesses do governo de Paris no tocante a Portugal, sem deixar de lado diversas contendas político-econômicas que estiveram envolvidas nas relações com outros reinos europeus. Sendo assim, se justifica a preferência pelos

³ Lucien Bély. *La France au XVIIe siècle. Puissance de l'État, contrôle de la société*. Paris, PUF, 2009, p. 626.

documentos franceses, até então pouco utilizados para pensar a política estabelecida entre Portugal e França.

Mesmo sendo a aliança anglo-portuguesa evocada como a mais importante do período da Restauração, acredita-se que a aliança – mas também as inúmeras negociações para obtê-la – com a Monarquia francesa, buscada incessantemente ao longo de mais de vinte anos, impactou a política portuguesa de modo crucial. A ação política portuguesa no pós Restauração esteve, por muito tempo, condicionada ao objetivo desta aliança, devido às diversas questões, nas quais a intermediação francesa poderia fornecer auxílio ao Reino. Entretanto, o período em questão foi pouco estudado, tendo em vista as relações luso-francesas, sendo que muitas das abordagens já elaboradas figuram no contexto de obras mais gerais.

Desde o final de 1640, a condição de Reino independente de Portugal exigiu a organização de um grupo que estivesse apto a participar da diplomacia européia. Logo nos primeiros meses de 1641, foram enviados representantes de D. João IV às cortes de Paris e Londres. Com a falta de indivíduos com experiência em negociações com outros governos, não houve alternativa senão promover membros da nobreza a embaixadores e residentes nas cortes estrangeiras.

Os cargos na diplomacia passaram a ser vistos no século XVII como alguns dos cargos mais importantes da Monarquia, pois o embaixador ou enviado representaria o Rei, sendo considerado até mesmo o seu “simulacro”. O termo diplomata ainda não era utilizado, sendo mais comum os termos negociador, enviado ou ministro. Havia dois tipos de missão diplomática. A missão ordinária representava o envio de um representante a uma corte, considerando-se a importância e grandeza dos Monarcas e das Casas reais envolvidas, num mútuo reconhecimento de autoridade e legitimidade. Este tipo de missão pode ser verificada no envio de representantes portugueses à França e à Inglaterra, logo após a aclamação do duque de Bragança, a fim de estabelecer um vínculo político-diplomático. No caso da comissão, esta dizia respeito à qualidade dos negócios a serem tratados, tendo, portanto, autoridade para atuar em matérias extraordinárias, como concílios, pazes, ligas, casamentos, cujos exemplos seriam as atuações do padre Antonio Vieira e de Francisco de Sousa Coutinho. O primeiro esteve incumbido de compor alianças matrimoniais, e o segundo de cuidar do negócio do Brasil.⁴

Surge assim uma “carreira diplomática”, numa espécie de *cursus honorum*. No caso da diplomacia portuguesa, os postos das representações eram: agente, enviado especial, residente, secretário da embaixada, ministro plenipotenciário, havendo ainda a diferença entre

⁴ Pedro Cardim. Embaixadores e representantes diplomáticos da coroa portuguesa no século XVII. *Cultura, Revista de História e Teoria das Idéias*, vol. 15, série II, pp. 49-50.

embaixador extraordinário e embaixador ordinário. A distinção do *status* do representante – embaixador, enviado ou residente – dependia de alguns fatores, como a importância do soberano, os desígnios políticos envolvidos, e a sua origem social. O diplomata deveria portar uma “credencial”, que o apresentava e atestava o seu estatuto diplomático. De acordo com Francisco Ferreira Rebelo, jurista que serviu como diplomata da Monarquia portuguesa, ao portar a credencial, deixava-se de ser “pessoa privada”, passando a ser um representante do “ministério público”, estando inclusive protegida de ataques de inimigos, enquanto permanecesse no estrangeiro.⁵

A atividade diplomática, os rumos dos acordos e a designação dos enviados ao serviço no exterior ficavam a cargo da Secretaria de Estado, articulada com o Conselho de Estado. Apenas os representantes de maior dignidade podiam se corresponder com o Rei, mas geralmente escreviam ao secretário de Estado, que ocupava uma posição de intermediário. Os representantes de menor relevo deveriam recorrer aos enviados com maior dignidade, para que esses também intermediassem sua correspondência. A diferença hierárquica também se refletia na autonomia que cada representante possuía, envolvendo a escrita epistolar e a gestão do dinheiro para o financiamento das atividades no exterior.

As correspondências enviadas à corte eram, em geral, extensas e continham diversos assuntos. Quando a correspondência se fazia duplicada, uma via seguia por meio terrestre e a outra por via marítima, a fim de assegurar que chegassem ao seu destino, nas cortes de origem, mesmo estando o continente marcado por guerras e outros conflitos. Além das questões a serem resolvidas pelos enviados no estrangeiro, as cartas possuíam um caráter informativo sobre os acontecimentos na corte em que se encontrava a representação diplomática. Todas as esferas eram de interesse dos enviados aos estrangeiros: política, social, econômica e até mesmo moral e religiosa. Como exemplo, uma mesma carta poderia conter informações sobre atividades econômicas, no reino ou no ultramar; envio de missionários; e pendências políticas ou notícias da guerra.

O embaixador em Paris possuía uma preeminência sobre os demais representantes, coordenando as atividades diplomáticas, trocando informações e resolvendo o que seria remetido a Lisboa.⁶ Ao longo deste trabalho será possível perceber esta importância do enviado diplomático a Paris, em diferentes conjunturas. Possivelmente, as expectativas

⁵ Pedro Cardim. Embaixadores e representantes diplomáticos da coroa portuguesa no século XVII. *Cultura, Revista de História e Teoria das Idéias*, vol. 15, série II, p. 52. Lucien Bély. *La France au XVIIe siècle. Puissance de l'État, contrôle de la société*. Paris, PUF, 2009, p. 627.

⁶ Pedro Cardim. Embaixadores e representantes diplomáticos da coroa portuguesa no século XVII. *Cultura, Revista de História e Teoria das Idéias*, vol. 15, série II, pp. 55-57.

portuguesas no tocante à aliança francesa acabaram fornecendo a esta embaixada um caráter de autoridade e grande influência.

A instrução apresentada ao diplomata era uma espécie de termo de compromisso a partir do qual estava firmada a relação entre o Monarca e o enviado. O documento poderia incluir informações como a remuneração e o período pelo qual se estenderia a missão. Dependendo da importância da missão diplomática, poderia haver uma instrução secreta anexa. O representante apenas poderia regressar ao reino se conseguisse cumprir a função que lhe havia sido designada, ou se o prazo da enviatura chegasse ao fim, caso contrário, o retorno antes do prazo poderia representar uma desobediência ou delito, podendo o enviado sofrer uma pena em decorrência de tal falta.⁷

Entre os representantes diplomáticos havia a necessidade de uma grande autonomia para resolver os problemas, com os quais o enviado pudesse se deparar. Muitas vezes, a necessidade de tomar decisões rápidas o levava a resolver assuntos sem o aval da Coroa. A busca de apoio depois da Restauração envolveu os representantes portugueses em tratados de paz, mas também em fretamento de navios, aquisição de munições, contratação de mercenários e busca de financiamento junto aos cristãos-novos e judeus de origem portuguesa, por toda a Europa.

Saindo de Portugal, os enviados levavam além de uma quantia em espécie, entre ordenados e ajuda de custo, artigos que tinham boa aceitação como o sal, açúcar, canela e pimenta. Em outros casos, levava-se ainda “letras de crédito”, para serem trocadas por dinheiro junto a comerciantes. Os representantes deveriam possuir bens de fortuna, a fim de garantir a sua manutenção, de sua família e comitiva. Reservava-se também alguma quantia para subornos e prendas, que faziam parte das negociações.⁸

Duarte Ribeiro de Macedo passou por dificuldades financeiras, durante a sua residência em Paris, devido ao atraso de suas mesadas por vários meses. D. Luís da Cunha também acabou passando por esta situação, sobretudo enquanto esteve em Utrecht, assim como o conde Tarouca, que teve de realizar muitas viagens entre Utrecht e Haia, a serviço da Monarquia. Por isso, José da Cunha Brochado lembrava que o tamanho da comitiva que se destinaria a um reino estrangeiro não deveria ser tão grande, pois também não tendo meios de mantê-la, a situação da embaixada poderia constranger a Monarquia no exterior.⁹

Quando do regresso à corte de Lisboa, era necessário aos representantes diplomáticos investirem na sua autopromoção, pois ainda teriam de passar por uma readaptação ao ambiente cortesão, considerando-se as relações e, principalmente, as rivalidades existentes

⁷ Ibidem, pp. 71-72.

⁸ Ibidem, p. 79.

⁹ Maria Beatriz Nizza da Silva. *D. João V*. Lisboa, Temas e Debates, 2009, p. 312.

no Reino. No que concerne às recompensas pelos serviços prestados, elas eram concedidas, principalmente, no caso de se alcançar grande êxito nas negociações.¹⁰

No final do XVII, D. Luís da Cunha criticaria a falta de uma formação adequada aos representantes diplomáticos em Portugal, sugerindo que a Universidade de Coimbra se adaptasse a tais necessidades. José da Cunha Brochado pensava no mesmo sentido, acreditando que uma formação em Direito teria muita utilidade, destacando a importância da “jurisprudência” nos negócios diplomáticos. Entretanto, os enviados às cortes estrangeiras tiveram outras incumbências, além das suas negociações. No Reinado de D. João V, seus representantes diplomáticos foram responsáveis pela compra de muitos dos livros que compuseram a sua biblioteca, preservada até hoje na Universidade de Coimbra.¹¹

A atuação diplomática estava intrinsecamente ligada aos jogos de poder e à dissimulação verificada na política do século XVII. Muitas foram as negociações, tratados e acordos em questão, movidos por razões comerciais, territoriais e até mesmo religiosas, no caso da busca portuguesa pelo reconhecimento da nova dinastia brigantina, por parte do Papado. Conforme Lucien Bély, muitos embaixadores apresentavam uma faceta de espiões, a fim de obter maiores sucessos na sua representação, no sentido de que trabalhavam para outrem, a fim de descobrir informações valiosas. O papel desempenhado pelos representantes diplomáticos consistia em informar o governo; suscitar alianças e sugerir determinadas políticas, mas sempre obedecendo as suas instruções.¹²

É interessante considerar o valor e a importância destas informações remetidas ao Reino, já que as cartas muitas vezes as apresentavam de modo alusivo e fragmentário. As notícias enviadas poderiam ser correntes, sendo de conhecimento de todos; ou discretas, as quais apenas alguns círculos teriam acesso; ou ainda secretas, possuindo um extremo valor. Os enviados estariam também incumbidos de formar uma “opinião publica” sobre determinados assuntos. Por conta disto, havia, muitas vezes, a manipulação de fatos, gerando uma propaganda equivocada e a desinformação. Contudo, a redação de textos políticos e a sua difusão constituiriam importantes artifícios diplomáticos. Outro modo dos negociadores de “seduzir” a sociedade em que se encontravam, no caso a nobreza, era oferecendo festas e

¹⁰ Pedro Cardim. Embaixadores e representantes diplomáticos da coroa portuguesa no século XVII. *Cultura, Revista de História e Teoria das Idéias*, vol. 15, série II, pp. 80-81.

¹¹ Maria Beatriz Nizza da Silva. *D. João V*. Lisboa, Temas e Debates, 2009, pp. 311 e 322.

¹² Lucien Bély. *Espions et ambassadeurs au temps de Louis XIV*. Paris, Fayard, 1990, p. 27.

integrando círculos eruditos.¹³ Desta forma, o conde de Humanes conquistou muitos adeptos da política hispânica, quando ocupou o cargo de embaixador em Lisboa, tendo se envolvido na conjura de 1673.

Sendo assim, formavam-se verdadeiras redes de contatos e informantes a serviço dos Monarcas. O comércio poderia inclusive servir de justificativa para a viagem de enviados, que na verdade possuíam missões políticas, como mais um aspecto da ação de espionagem. Tais redes de espionagem envolviam diferentes relações pessoais, como amizade, vizinhança, laços familiares e até comerciais, que tinham também o intuito de disfarçar as intenções políticas da observação e negociação.¹⁴ Será possível perceber a rede de informações de Luís XIV, que se estabeleceu em Lisboa, a partir do matrimônio de D. Afonso VI e Maria Francisca de Sabóia.

Outra aliada do trabalho diplomático eram as gazetas, pelas quais se tinham informações de locais distantes, de disputas políticas em outros reinos e com uma frequência bastante considerável. Na correspondência diplomática portuguesa, referente aos decênios de 1650-1660, se mostra comum a menção às informações obtidas em Paris e Londres por meio das gazetas holandesas, que se beneficiavam da liberdade de imprensa, propiciando o debate de questões governamentais, o que não se verificava em outros locais da Europa. Muitas informações diplomáticas passavam por este “intermediário”, pois era possível tomar conhecimento de outras negociações e, até mesmo, notícias relativas às possessões ultramarinas, como a preparação de uma armada em Brest, que atacaria o Rio de Janeiro em 1711.

É interessante perceber também como as disputas coloniais figuravam na correspondência diplomática do período, sendo possível verificar o conhecimento que os representantes franceses, por exemplo, tinham a respeito da ocupação holandesa no Nordeste. Além disso, posteriormente, foram constantes as preocupações do governo de Lisboa com a segurança dos territórios ultramarinos, mesmo em relação aos seus aliados Inglaterra, França e Províncias Unidas.

A presença dos capuchinhos franceses, da Província de Bretanha, no Estado do Brasil entre 1642 e 1702 foi bastante discutida pelo governo de Lisboa, em diferentes períodos: ora foi apoiada, com a participação dos religiosos na atividade missionária, integrando assim a empresa colonial; ora recebeu críticas e acusações de que os missionários poderiam favorecer a Monarquia francesa na colônia. Pelo que se pôde perceber, através da correspondência diplomática pesquisada, a

¹³ Lucien Bély. *Espions et ambassadeurs au temps de Louis XIV*. Paris, Fayard, 1990, pp. 51-52. Lucien Bély. *La France au XVII^e siècle. Puissance de l'État, contrôle de la société*. Paris, PUF, 2009, p. 629.

¹⁴ Lucien Bély. *Espions et ambassadeurs au temps de Louis XIV*. Paris, Fayard, 1990, p. 69.

missionação dos capuchinhos bretões não representou a maior ameaça à dominação portuguesa no Brasil.

A ofensiva francesa sobre o Norte do Estado do Brasil e o Maranhão consistiu sim numa importante estratégia do governo de Paris para favorecer a exploração de produtos coloniais. As atividades comerciais da costa da Guiana estavam ligadas às ilhas do Caribe, tanto na ocupação holandesa, como durante o domínio francês na região. As ameaças francesas às colônias de Portugal se estenderam até o início do século XVIII – mesmo ambas as monarquias sendo aliadas – até a Guerra de Sucessão espanhola, quando Portugal passou a se alinhar com a Inglaterra.

* * *

Este trabalho busca apresentar as relações entre Portugal e França, apoiando-se na correspondência diplomática, a fim de investigar as tramas das negociações que cercaram as duas Monarquias, ora aliadas, ora cercadas de desconfiança. A tese se divide em duas partes. A primeira, com três capítulos, aborda o contexto europeu. E os dois últimos capítulos, compondo a segunda parte, expõem as disputas ultramarinas envolvidas nas relações luso-francesas.

O Capítulo 1 situa o panorama europeu logo após a Restauração portuguesa, até o término da guerra na Península Ibérica, passando pelas negociações em Münster, que levariam à paz de Westphália.

No Capítulo 2, são tratadas as diferentes tentativas de composição de alianças efetuadas pela Monarquia portuguesa, com Inglaterra, Províncias Unidas e França. Muitas foram as necessidades lusas que motivaram a persistente busca destes acordos, conforme apontado acima. Por outro lado, muitos seriam os interesses destas potências européias na composição de uma aliança com Portugal, mirando muitas vezes o seu foco no ultramar.

No Capítulo 3, há a análise da influência francesa na corte de Lisboa, a partir da celebração do casamento entre o Rei D. Afonso VI e Maria Francisca de Sabóia – e posteriormente desta com D. Pedro – e como tal influência atuou de modo ímpar na política portuguesa. Alguns dos agentes de Luís XIV em Lisboa, além da Rainha, foram o embaixador Saint Romain, o secretário Luís Verjus e o confessor Francisco de Villes. Embora as relações luso-francesas tenham oscilado na segunda metade do XVII, foi mantida por quase vinte anos a proximidade entre Portugal e França, especialmente, com a atuação pró-francesa de integrantes da nobreza lusa, como o duque de Cadaval e suas esposas de origem francesa.

A presença dos capuchinhos bretões no Estado do Brasil é tratada no Capítulo 4, com a sua participação na empresa colonial portuguesa, concomitantemente aos rumores de que representariam uma ameaça à soberania de Portugal na colônia. Em todo o período que missionaram

na colônia, os religiosos capuchinhos enfrentaram desconfiças acerca de seu possível apoio a invasões francesas ou favorecimento dos interesses do Rei Cristianíssimo no Brasil, por meio do fornecimento de informações. Diferentemente da minha dissertação de mestrado intitulada *Capuchinhos bretões no Estado do Brasil: estratégias políticas e missionárias (1642-1702)*¹⁵, a abordagem dos capuchinhos nesta tese tem o intuito de compreender a sua presença e atuação – destacando seu aspecto político e menos a sua ação missionária – no Brasil, inserindo-os no contexto das relações luso-francesas e como parte da estratégia francesa em relação à política de Portugal, tanto no Reino, quanto no ultramar.

Por fim, o Capítulo 5 aborda outras questões de ameaça francesa ao Estado do Brasil, além da tentativa de Luís XIV de avançar o seu domínio da Guiana em direção à Amazônia. Em meio a disputas entre franceses, ingleses e holandeses, a colonização da Guiana esteve baseada justamente na extração de produtos da terra, havendo mais uma preocupação comercial – que justificava os conflitos de posse na região – do que sua importância territorial. O avanço em direção à região amazônica tinha o interesse maior de assegurar as rotas comerciais do delta do Amazonas. O propósito de obter terras, visando ao estabelecimento de um sistema produtivo, como ocorria com os portugueses, seria exposto apenas no final do XVII.

Outro assunto a ser abordado no último capítulo são as invasões de 1710 e 1711 no Rio de Janeiro, que causaram muito pânico à população e mesmo ao governo de Lisboa, tendo desestruturado a cidade, seu governo e sistema de defesa. Os franceses se assenhorearam da cidade e, mesmo com tal dominação, abandonaram-na após o seu saqueio. Além disso, viajantes, como Amedée François Frézier, realizaram suas incursões revestidas de um caráter científico, estendendo a ameaça francesa sobre a América. Outras esquadras francesas que aportaram no Brasil, aparentemente inofensivas, causaram também transtornos e grande preocupação acerca da soberania portuguesa sobre o território, como foi o caso da esquadra liderada por Mondvergue, em 1666. Estas ocorrências de disputas ou incursões francesas na América portuguesa evidenciam a chave para a compreensão dos interesses coloniais franceses, esclarecendo os objetivos do Rei Cristianíssimo no tocante às possessões ultramarinas pertencentes a outros reinos, sob diferentes aspectos: incursão ocasional, viagem, invasão e disputa territorial.

Alguns esclarecimentos se fazem necessários a respeito deste trabalho. As citações da documentação francesa foram feitas a partir de uma tradução livre. Decidiu-se utilizar a tradução dos nomes estrangeiros. Optou-se pela utilização do termo holandês/holandeses em

¹⁵ Cassiana Maria Mingotti Gabrielli. *Capuchinhos bretões no Estado do Brasil: estratégias políticas e missionárias (1642-1702)*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em História Social, FFLCH/USP, 2009.

todo texto, para designar não apenas os naturais da província de Holanda, mas todos os originários das Províncias Unidas. E a nomenclatura dos Filipes foi referida conforme a Monarquia da Espanha.

PARTE I

**A DIPLOMACIA EUROPÉIA
NO SÉCULO XVII**

CAPÍTULO 1

A GUERRA DE RESTAURAÇÃO E O LUGAR DA MONARQUIA DE BRAGANÇA NA POLÍTICA EUROPÉIA (1640-1668)

O fim da União Ibérica e os desafios da recém instituída Monarquia de Bragança

Em 1 de dezembro de 1640, com a aclamação de D. João IV, chegava ao fim a União Dinástica que reunira Portugal e Espanha por sessenta anos sob o Reinado Habsburgo. A partir de 1678, com o desaparecimento do Rei D. Sebastião em Alcácer-Quibir, os portugueses assistiram a uma disputa política que visava legitimar as pretensões de cada candidato ao trono português. D. Catarina de Bragança, D. Antonio e Filipe II de Espanha protagonizaram duras batalhas políticas e também militares – no caso de Filipe II, que assegurou o governo de Portugal, com a invasão do Reino – a fim de solucionar a crise dinástica. Saindo vitorioso, o Monarca espanhol aumentou consideravelmente o seu Império, com a anexação de Portugal e suas possessões ultramarinas. A negociação de Filipe II nas cortes de Tomar, que forneceu um importante caráter de legitimidade ao seu Reinado e, portanto, à União Dinástica, se somou ao fato de o Rei espanhol ser legítimo herdeiro do trono, sendo neto de D. Manuel, além dos esforços espanhóis de dominação pela força, com a ocupação de territórios por tropas da Espanha. Logo, foi um conjunto de fatores – herança, força e negociação – que constituíram os elementos essenciais da política portuguesa na época da União Dinástica.¹

Anos antes da aclamação de D. João IV, durante as alterações de Évora de 1637, já se podia perceber indícios de que os portugueses estavam insatisfeitos sob o domínio de Filipe IV. No ano seguinte, vindo ao Reino D. Duarte – que combatia pelo Sacro Império, na Guerra dos Trinta Anos – irmão de D. João, duque de Bragança, foi sondado por alguns fidalgos sobre a possibilidade de ruptura com Madri. Os

¹ Jean-Frédéric Schaub. *Portugal na Monarquia hispânica (1580-1640)*. Lisboa, Livros Horizonte, 2001, p. 17

animadores da idéia receberam apenas uma “diplomática evasiva”, restando como alternativa a própria figura do duque.²

No início de 1639, quase dois anos antes de sua aclamação como o primeiro Rei da dinastia de Bragança, D. João foi nomeado para a chefia geral das tropas portuguesas, tornando-se o governador-geral das armas do Reino de Portugal. Desse modo, o conde-duque de Olivares, valido do Rei, buscava envolvê-lo na política de Madri. Ironicamente, foi a partir do desempenho destas atividades militares que o duque de Bragança teve maior contato com a fidalguia do Reino:

Na maior parte dos casos nunca se tinham visto, não se conheciam senão por conversas e comunicações de outrem. É de crer, todavia, que propostas de tal monta apresentadas por fidalgos de tão pouca autoridade se revelassem com muito pouca credibilidade para o duque. Do lado dos fidalgos percebe-se que se não fora a ausência de alternativas viáveis para a solução de mudança que preconizavam, talvez D. João tivesse sido descartado dos planos de gestação.³

Nos anos de 1632-1633, Olivares já havia atuado para atrair o duque de Bragança. Nesse sentido, se deu a negociação para o matrimônio de D. João com D. Luísa de Gusmão, com a qual Olivares também tinha parentesco, na Casa de Medina-Sidônia. O duque de Bragança também procurava uma aproximação com o governo de Madri, a fim de alcançar vantagens para a sua Casa.⁴

No entanto, o Império espanhol passou por uma crise no século XVII, que afetou muito Portugal sob a União Ibérica. Problemas relacionados à fiscalidade e a questões tributárias motivaram descontentamentos que culminariam na conjura de 1640. A necessidade premente de maiores contribuições para financiar diversos combates – como a ocupação holandesa em Pernambuco, que causava grandes prejuízos à Coroa – fez recair os custos desta política sobre a nobreza lusa.⁵ O desagrado ocasionado pelas ações de Filipe IV e Olivares já tinham sido manifestadas anos antes, nas alterações de Évora, de 1637. Três anos mais tarde, a ruptura com os Habsburgo se concretizaria. Conforme Nuno Gonçalo Monteiro,

nos seus primórdios, o 1º. De dezembro de 1640 foi um típico golpe de Estado palaciano, perpetrado por um grupo de algumas dezenas de fidalgos (mais tarde proclamados os Quarenta Restauradores), escrupulosamente executado para tomar conta de uma cidade onde estanciavam apenas algumas centenas de soldados castelhanos e acompanhando de uns poucos assassinatos políticos e de uma célebre defenestração ritual, com outros antecedentes na Europa

² Leonor Freire Costa e Mafalda Soares da Cunha. *D. João IV*. Lisboa, Círculo de Leitores, 2006, p. 12.

³ Ibidem, p. 16.

⁴ Ibidem, p. 67.

⁵ Ibidem, p. 16.

barroca, que atingiu o símbolo local da administração espanhola do conde-duque de Olivares, Miguel de Vasconcelos, secretário de Estado em Lisboa.⁶

Além de questões econômicas, o descontentamento da nobreza de Portugal com a União Ibérica, residiu ainda na negação de Filipe II em residir em Lisboa, transformando-a assim numa capital de província, pois deixava de ser a corte do Reino. Eduardo D'Oliveira França afirma que a ação dos fidalgos em 1640 se deu contra a corte, fixada em Madri, mais do que contra o Rei Católico.⁷

Nesse sentido, a tradição e a hereditariedade não pautaram a ascensão de D. João IV ao trono, ainda que tenha sido necessário construir a legitimidade acerca de sua aclamação, visando também o seu reconhecimento pelos demais reinos europeus: grande foi o esforço de legitimação e difusão da causa portuguesa.

Eduardo D'Oliveira França lembra que é preciso compreender a mentalidade política da época e o homem barroco, impregnado da religião contra-reformista. Sendo o Rei um enviado de Deus, se contrapor a ele significaria agir contra a ordem divina. Entretanto, o poder não emanava de Deus diretamente ao soberano, mas o povo e a comunidade consistiriam nos "intermediários da concessão do poder".⁸ Logo, a tradição em Portugal guardava que os Reis recebiam o poder de Deus por intermédio do povo. Esta seria então a origem do poder das cortes para aclamar um Rei ou jurar um herdeiro. Quando o povo transferia o poder a um soberano, se estabelecia um pacto entre este e o povo. Desse modo, a legitimação da ruptura com Filipe IV se baseou num Reinado degenerado em tirania. O Rei espanhol teria então provocado a ação do povo para que, retomando o poder, preservasse o Reino e a sua conservação.⁹

Muitos autores portugueses analisaram o fim da União Ibérica como uma manifestação portuguesa de incipiente nacionalismo, devido ao distanciamento do domínio espanhol. Tal visão sobre a aclamação de D. João IV foi por muito tempo

tratada de forma eloqüente pela historiografia portuguesa do Estado Novo (1933-1974), já que o 1º. de dezembro simbolizava o orgulho nacional pela independência em relação à dominação castelhana, considerada então a maior

⁶ Nuno Gonçalo Monteiro. A Guerra da Aclamação. Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira (dir.). *Nova História Militar de Portugal*. Lisboa, Círculo de Leitores, 2000, p. 269.

⁷ Eduardo D'Oliveira França. *Portugal na época da restauração*. São Paulo, Hucitec, 1997, p. 135.

⁸ Ibidem, pp. 264-267.

⁹ Ibidem, pp. 268-271.

usurpação da autonomia política dos lusitanos, mais duradoura que as invasões francesas de 1807 e 1808.¹⁰

Apenas com os estudos de estrangeiros, como Jean-Frédéric Schaub e Rafael Valladares, a Restauração portuguesa passou a ser compreendida sob outras perspectivas. A insatisfação da nobreza lusa com o governo de Madri esteve relacionada não apenas a fatores econômicos, mas também às ambições de maior participação na política do Reino, na qual apenas algumas famílias, integradas ao governo de Filipe IV estiveram presentes. Desse modo, a separação portuguesa revelou um fato novo, com o qual seria mais complicado lidar, pois houve a aclamação de um membro da nobreza, invocando-se uma legitimidade dinástica para o Reino, com a troca de um Rei por outro Rei:

tendo em vista justificar a revolta levada a cabo pela minoria conjurada, um grupo de homens que tencionava substituir o regime dos Áustrias por outro mais favorável às suas prerrogativas. Este suposto patriotismo – o seu conteúdo e as suas formas – fora criado em função dos interesses políticos, econômicos e sociais daqueles que encararam a perpetuação dos Habusburgo em Portugal como uma situação que só lhes trazia problemas.¹¹

Dessa maneira, conforme Valladares,

O objetivo primordial os conjurados não era alcançar a independência do reino, mas sim manter as suas liberdades – ou seja, os seus privilégios –, e pra atingir esse desiderato cortar com Madri representava um meio, mais do que um fim.¹²

A própria crise do Império, com muitas tensões que afetaram a união espanhola – como as sublevações aragonesas (1591-1592), a revolta de Bilbao em 1631, a rebelião de Barcelona em 1640, a revolução napolitana em 1647 e as alterações na Andaluzia em 1652 – compôs um ciclo histórico, do qual fez parte a ruptura portuguesa de 1640.¹³

A guerra de Restauração impôs ao governo de Lisboa alguns desafios, como a composição de alianças e a arrecadação de recursos para o custeio da guerra, que se delineava como um evento de longa duração. Sendo assim, a mobilização de exércitos e, sobretudo, de dinheiro para financiá-lo se mostrava como um dos grandes entraves à nova dinastia brigantina. A elite financeira lusa que estava ligada a Madri

¹⁰ Ana Paula Torres Megiani. Conflictos, confrontaciones y negociaciones: la América lusa en el contexto de la Guerra de Restauración portuguesa (1640 y 1668). Porfirio Sanz Camañes (Ed.) *Tempo de cambios. Guerra, diplomacia y política internacional de la Monarquía Hispánica (1648-1700)*. Madri, Actas, 2012, p. 493.

¹¹ Rafael Valladares. *A independência de Portugal, Guerra e Restauração (1640-1680)*. Lisboa, A Esfera dos Livros, 2006, p. 45.

¹² Ibidem, p. 277.

¹³ Jean-Frédéric Schaub. *Portugal na Monarquia hispânica (1580-1640)*. Lisboa, Livros Horizonte, 2001, pp. 51-52.

antes de 1640, permaneceu fiel aos Habsburgo, estando satisfeita com os benefícios que obtinha na corte de Filipe IV. Logo, não tinham muito a oferecer aos conjurados. Os banqueiros italianos, assim como os portugueses, se encontravam em Madri. Outra opção seria o dinheiro proveniente dos holandeses. Mas em 1640, as relações entre os governos das Províncias Unidas e de Portugal não se achavam amistosas, diante da ocupação holandesa no Brasil. Logo, D. João IV não encontraria facilidades para obter financiamento para suas tropas junto aos holandeses, pois se o conseguisse, isso poderia concretizar até mesmo ataques a Pernambuco, a fim de restabelecer o domínio luso na região.

A viabilidade do novo regime então se apoiou no aumento da carga fiscal e na busca de alternativas como os mercadores cristãos-novos ou judeus do Reino. Em troca desta ajuda financeira, o novo Rei poderia moderar a ação inquisitorial.¹⁴ O próprio padre Antonio Vieira, em sua missão diplomática na França, buscou ter contato com os mercadores judeus de Rouen, muitos deles portugueses, pois tinha um projeto de que eles retornassem a Portugal, o que significaria grande ajuda financeira à dinastia de Bragança: “se o papa em Roma admitia judeus públicos – assim se denominavam os que declaradamente viviam na lei de Moisés – e sinagogas, porque se não haviam de consentir em Portugal?”¹⁵ Ainda que logo após a ascensão ao trono de D. João IV, se tenha empreendido críticas à política dos Habsburgo de proximidade com os judeus, chegou-se à conclusão da importância das boas relações com os mesmos para a condução do Reino e, sobretudo, para as despesas impostas pela guerra.¹⁶ Conforme J. Lúcio de Azevedo,

Sem embargo de ter a Restauração principiado com anúncios de perseguição aos cristãos-novos, punham estes grandes esperanças nela; a finança hebréia, por portas escusas é certo, insinuava-se até o gabinete real; seus escritores exaltavam e defendiam a dinastia nova no estrangeiro; e pela ação de Vieira se apertava a ligação econômica, que era a força e a defesa da raça, ao mesmo passo que por seus planos, já públicos, raíavam promessas de um futuro melhor.¹⁷

Na colônia também se encontravam as esperanças lusas de alcançar meios de fomentar a sua economia e custear a guerra, apostando-se nas rendas provenientes do comércio de açúcar e escravos.

Do lado espanhol do conflito, Filipe IV estabeleceu uma política para atrair os portugueses, com o intuito de captar um grande número de integrantes da nobreza, conseguindo a sua lealdade, colocando-os

¹⁴ Rafael Valladares. *A independência de Portugal, Guerra e Restauração (1640-1680)*. Lisboa, A Esfera dos Livros, 2006, pp. 94-95

¹⁵ J. Lúcio de Azevedo. *História de Antônio Vieira*. São Paulo, Alameda, 2008, tomo 1, p. 121.

¹⁶ Ibidem, p. 122

¹⁷ Rafael Valladares. *A independência de Portugal, Guerra e Restauração (1640-1680)*. Lisboa, A Esfera dos Livros, 2006, p. 96.

inclusive em cargos de destaque. Todavia, também foram descobertas conexões pró-Bragança em Madri, aumentando as desconfianças em relação aos lusos. Além de Portugal e Catalunha, nos anos seguintes a Monarquia hispânica enfrentou outras revoltas no Império, citadas acima, que causaram um grande mal-estar por terem o objetivo de subverterem o governo do Rei, apoiados na participação da nobreza local.¹⁸

No tocante às relações diplomáticas, D. João IV buscou desde os primeiros meses de seu Reinado uma aproximação, com o intuito de formar alianças com os governos de França e Inglaterra, enviando representantes às suas cortes no início de 1641.¹⁹ Além de Portugal precisar enfrentar uma guerra com a vizinha na Península Ibérica, buscava também o reconhecimento de sua independência por parte dos demais reinos europeus; necessitava ainda do reconhecimento papal para a nova dinastia, visto que se estabeleceram problemas para a nomeação de bispos no Reino e no ultramar; e buscava resgatar seu domínio sobre as capitanias ocupadas pelos holandeses no Estado do Brasil, a fim de assegurar os ganhos proporcionados pela empresa colonial. No Brasil, a aclamação de D. João IV se mostrou muito importante por significar a obtenção de meios para equilibrar as finanças na metrópole, recursos que poderiam ter permanecido sob a dominação espanhola, mas que passaram a financiar a separação portuguesa, assim como os recursos que provinham do tráfico de escravos em Angola.

A crise do século XVII se manifestou de modos distintos nas diferentes Monarquias européias, ocorrendo características de ordem político-social e econômica que estiveram imbricadas, portanto, não podendo ser dissociadas. O Estado absolutista reunia estes diferentes âmbitos na afirmação de cada monarquia européia. As guerras na Europa e no ultramar levaram muitos reinos a dificuldades financeiras, como Portugal, Espanha e França. Esta última, juntamente com a Inglaterra, passou por grandes tensões políticas e sociais, em decorrência da Fronda e do assassinato do Rei Carlos I Stuart, respectivamente. A morte do Monarca inglês levou a Inglaterra a uma guerra civil e à proclamação de uma República. Na Península Ibérica, a Espanha assistiria às rupturas de Portugal e Catalunha, causando assim um significativo prejuízo ao Império, já estando envolvido em outros conflitos.

Em cada reino, as tensões verificadas tiveram a participação de diferentes grupos sociais. Na Inglaterra e na França, a nobreza se voltou contra a Monarquia, buscando maior participação política nas decisões a serem tomadas pelos seus reis. No caso inglês, o Parlamento acabou por obter maior importância política, culminando isso com a morte do

¹⁸ Rafael Valladares. *A independência de Portugal, Guerra e Restauração (1640-1680)*. Lisboa, A Esfera dos Livros, 2006, p. 127

¹⁹ Carta de D. João IV ao Rei da França (1641). ANTT. Coleção de São Vicente, vol. 14. AMAE. Correspondance de Portugal, vol. 1, fls. 12-13.

Monarca. Já na França, muitos membros da nobreza buscavam predomínio sobre a regente Ana de Áustria, a fim de afastar seu ministro do poder, o cardeal Mazarino. Porém, a Fronda também acabou por reunir setores mais populares, além da burguesia. Em Portugal, os crescentes problemas financeiros decorrentes das guerras empreendidas pela Espanha levaram a uma tensão maior. Tal situação levou à ruptura com a Coroa hispânica, orquestrada também por nobres que alimentavam ambições de influência junto à Monarquia, tendo sido escolhido D. João, duque de Bragança, para ascender ao trono luso. Nesse sentido, a Espanha perdia importante parte de seu Império, sobretudo, no tocante às possessões ultramarinas.²⁰

A insatisfação portuguesa passava também pela “trégua dos doze anos”, assinada em 1609 com as Províncias Unidas, sem a participação lusa nas negociações, que acabaram por abrir o Oriente aos holandeses, além da ocupação empreendida pelos mesmos no Nordeste. Os Estados Gerais conseguiram firmar uma série de alianças, garantindo o isolamento diplomático espanhol.²¹ Por sua vez, a Espanha privilegiou os combates no contexto europeu, assim como ocorreria com a França na segunda metade do século XVII, ficando seus interesses no ultramar em segundo plano. Em decorrência da ocupação holandesa no Nordeste, houve o aumento de impostos, mas os investimentos espanhóis foram

²⁰ Muito se escreveu a respeito da crise do século XVII. Eric Hobsbawm a caracterizou como uma crise geral, daí a sua especificidade. As manifestações da crise se dariam, conforme o autor, mais no âmbito econômico, pois seria decorrente das contradições da expansão ultramarina e do modo de produção, sendo assim o último estágio de transição do feudalismo ao capitalismo. John Elliot aponta para a ocorrência de uma crise de Castela e não da Espanha. Tal crise, no início do XVII, teria sido econômica, mas foi se ampliando e, em 1640, teria avançado para uma crise de cunho político. Elliot afirma que, neste dado momento, a guerra se revestiria de um caráter de normalidade, visto que no século XVII se dava a emergência/construção do Estado moderno. E o desgaste da Espanha, que teria provocado a crise, seria resultado da opção feita em relação à defesa do Império, empreendida tanto na porção terrestre, quanto na marítima. Geoffrey Parker ainda apresenta que a unificação de Espanha e Portugal fez com que Filipe II acreditasse que possuía uma missão divina da expansão da fé católica. Isso teria feito com que o Monarca investisse na guerra, motivando assim o declínio da Espanha. Por outro lado, há autores que negam a ocorrência de uma crise no século XVII, a exemplo de Immanuel Wallerstein. Para este, houve um período de estabilização do capitalismo, necessário ao desenvolvimento de uma nova fase, que seria o capitalismo industrial. Logo, não teria havido uma crise, mas sim uma contração da economia. Wallerstein se preocupa em explicar a totalidade das relações, ao que denomina de sistema mundial. A hegemonia da Holanda no XVII, tendo sido este o século de ouro dos holandeses, também demonstraria a não ocorrência de uma crise. Reflexões decorrentes do curso ministrado pelo Prof. Dr. Pedro Puntoni, “Economia e Capitalismo no Antigo Regime. A crise do século XVII: História e Historiografia”, no Programa de Pós-Graduação em História Econômica, no segundo semestre de 2013.

²¹ Rafael Valladares. *A independência de Portugal, Guerra e Restauração (1640-1680)*. Lisboa, A Esfera dos Livros, 2006, pp. 41-42. Geoffrey Parker. *La guerra de los treinta años*. Barcelona, Crítica, 1988, p. 19.

dirigidos aos conflitos europeus e não às colônias. Durante a guerra de Mântua (1628-1631), a situação econômica da Espanha se deteriorou, por conta da guerra custosa e aparentemente desastrosa na Itália, que daria argumentos aos inimigos de Olivares.²²

A partir de 1635, tendo entrado a França na Guerra dos Trinta Anos (1618-1648), o mal estar entre a nobreza lusa e o governo de Madri foi aumentando, pois havia a urgência em reunir o dinheiro necessário para a guerra. Portugal se negava a contribuir, sob a contestação de que o dinheiro não seria usado para a recuperação dos territórios ocupados no Brasil, mas para o conflito em Flandres ou na Itália.

No ano de 1640, houve uma grande modificação no equilíbrio das forças na Península Ibérica. Mostrava-se necessário uma adaptação à nova situação política ou corria-se o risco de desencadear ainda mais os descontentamentos lusos, o que poderia culminar com uma revolta portuguesa, diante da posição espanhola de avanço das reformas. Foi justamente a via da ruptura que colaborou para uma transformação ainda maior no cenário europeu. Em junho, ocorreu a Revolta Catalã e, em dezembro, a aclamação de D. João IV, instaurando a dinastia de Bragança em Portugal. Com a revolta na Catalunha, Filipe IV não dispunha de meios para impedir a separação lusa, cuja iniciativa pertenceu à nobreza média ou a fidalguia portuguesa, visto que boa parte da alta nobreza estava assimilada ao regime Habsburgo.²³

Desde o fim do século XVI, a presença de católicos, luteranos e calvinistas, com suas diferenças religiosas no Sacro Império causava problemas na condução política de diversos territórios. E a oscilação de posturas mais ou menos tolerantes à religião reformada dificultava ainda mais tal cenário. Em 1608, foi criada a União protestante, que marcou o início da dominação das alianças confessionais na política do Império. No Palatinado se acreditava, desde 1560, que os Habsburgo e o Papado haviam estabelecido uma aliança católica internacional para lutar contra a heresia na Europa. Assim, parecia inevitável um conflito religioso e, para defender a causa protestante e combater o renascimento católico, era preciso compor uma aliança protestante também internacional, ultrapassando os limites do Império. Nos últimos decênios do século XVI, o Palatinado havia tentado estabelecer alianças com a Inglaterra, os holandeses e os huguenotes franceses.²⁴

A Guerra dos Trinta Anos compreendeu um confronto motivado por alterações políticas decorrentes da Reforma em territórios do Sacro Império e da Alemanha. As rivalidades entre católicos e protestantes também desafiavam a autoridade papal sobre os ducados protestantes

²² Geoffrey Parker. *La guerra de los treinta años*. Barcelona, Crítica, 1988, p. 161.

²³ Rafael Valladares. *A independência de Portugal, Guerra e Restauração (1640-1680)*. Lisboa, A Esfera dos Livros, 2006, p. 44.

²⁴ Geoffrey Parker. *La guerra de los treinta años*. Barcelona, Crítica, 1988, pp. 51-52.

que integravam o Sacro Império, regido pela Casa Habsburgo, defensora do catolicismo. De acordo com a visão imperial de Fernando II, acreditava-se que a heresia deveria ser combatida, pois acarretaria na insubordinação de seus domínios. O soberano estava convencido de que realizava uma missão em favor da Igreja.²⁵ A fragmentação religiosa e política na Europa se configurava como um grande obstáculo à paz, e as disputas religiosas motivaram um confronto que envolvia o controle político do centro da Europa, assim como as rotas comerciais marítimas e terrestres.

Nos primeiros anos, até 1621, a guerra se concentrou na questão da Boêmia, dada a postura política anti-protestante dos regentes. Mas neste ano se reacendeu o conflito entre Espanha e Holanda, além dos exércitos protestantes suecos terem invadido a Polônia católica.²⁶ A França interveio pela primeira vez em 1624, participando dos conflitos já existentes e iniciando uma nova guerra no norte da Itália, nos vales alpinos. Parker aponta duas razões para a participação intermitente e imprevisível da França, caracterizando uma política externa incoerente: desordens internas, provocadas por nobres dissidentes e protestantes militantes; e lutas de diferentes grupos de poder pelo controle da situação. Em muitos reinos, como França e Inglaterra, a população pedia uma intervenção baseada nas disputas confessionais. Na França, os católicos extremistas – os *dévots* – buscavam uma ação que interrompesse o avanço protestante. Por outro lado, na Inglaterra, os puritanos do Parlamento queriam que o Monarca assumisse a sua posição pela causa protestante.²⁷

Em 1619, o arquiduque Fernando foi eleito Imperador. A França de Luís XIII decidiu apoiá-lo, diante de uma rebelião interna protestante. O Imperador Fernando estava decidido a impor sua autoridade, a fim de conseguir a obediência de seus súditos por meio da espada. O exército da União protestante era bem menos numeroso, contando ainda com pequenos contingentes provenientes de Inglaterra e Países Baixos. Dada a magnitude da derrota do lado protestante e a imposição implacável da autoridade Habsburgo, não houve meios de colocar fim à guerra, ao contrário, ela se tornou mais agressiva. E Frederico do Palatinado não tinha nada a perder se persistisse na sua resistência contra os Habsburgo. Assim, o Imperador buscava isolar Frederico, esvaziando todo o seu apoio no Império, mas sem que isso viesse a provocar uma guerra geral na Europa. O receio dos governantes e eleitores do Império era a ação

²⁵ Geoffrey Parker. *La guerra de los treinta años*. Barcelona, Crítica, 1988, pp. 129-130.

²⁶ Interesses comerciais no Báltico também estavam envolvidos, com as ofensivas de Suécia e Dinamarca. E. A. Beller. *The Thirty Years War*, Chapter XI. J. P. Cooper (ed.). *The New Cambridge Modern History*, Cambridge, University Press, 1971, vol. 4, p. 313.

²⁷ Geoffrey Parker. *La guerra de los treinta años*. Barcelona, Crítica, 1988, pp. 81-82.

dos exércitos imperialistas, daí a dificuldade de Frederico do Palatinado obter apoio.²⁸

A Inglaterra se converteu no principal objetivo da diplomacia do Palatinado e de todas as forças protestantes. O eleitor Frederico se casara com a filha de Jaime I e isso favoreceu o interesse inglês nos territórios alemães.²⁹ Muitos na corte de Londres e no Parlamento acreditavam que o destino do protestantismo dependia do êxito da causa de Frederico. A Câmara dos Comuns pretendia então que se criasse uma coalizão em defesa da causa protestante, havendo a união entre Inglaterra e Holanda. Havia ainda o temor de que a questão do Palatinado gerasse uma guerra geral de religião. Por isso, Jaime I de Inglaterra, tinha a intenção de estabelecer uma estreita aliança com a Espanha, casando seu filho e herdeiro Carlos com a irmã de Filipe IV. Desse modo, Jaime I havia se comprometido a restituir o Palatinado a Frederico, após a invasão espanhola de 1620, mas pretendia que isso integrasse um acordo diplomático mais amplo, acreditando numa solução pacífica para o confronto. Por outro lado, a Espanha insistia em caracterizar a questão do Palatinado como essencialmente alemã. No início de 1621, Jaime I tentou negociar a suspensão geral da ação armada no Império – como um primeiro passo para um acordo global – esperando com isso já restaurar Frederico no Palatinado, mediante a renúncia de suas pretensões na Boêmia.³⁰

Em 1623, o Palatinado estava todo sob o controle dos Habsburgo. Na Inglaterra, ainda se acreditava que a questão do Palatinado poderia ser resolvida com uma aliança matrimonial com a Espanha. No entanto, esta exigiu que Carlos, o herdeiro inglês, bem como os herdeiros de Frederico, se convertessem ao catolicismo, condições inaceitáveis para os diplomatas ingleses. Diante disto, Jaime I decidiu em 1624, aceitar a postura do Parlamento e rompeu as negociações com a Espanha, iniciando conversas com o governo de Paris para organizar uma força conjunta que reconquistaria o Palatinado renano para o eleitor Frederico deposto.³¹

Não escapou aos extremistas católicos franceses que a maior parte dos tratados firmados pelos diplomatas de França havia sido com elementos protestantes. Mesmo com Richelieu na condução do governo, a diplomacia francesa permanecia com seus dilemas. Ou será que a sua condução considerava outros motivos para se opor aos Habsburgo católicos e apoiar aos protestantes? Na realidade, a participação francesa na Guerra dos Trinta Anos pouco levou em conta os apoios

²⁸ Geoffrey Parker. *La guerra de los treinta años*. Barcelona, Crítica, 1988, pp. 98-100.

²⁹ E. A. Beller. *The Thirty Years War*, Chapter XI. J.P. Cooper (ed.). *The New Cambridge Modern History*, Cambridge, University Press, 1971, vol. 4, p. 306.

³⁰ Geoffrey Parker. *La guerra de los treinta años*. Barcelona, Crítica, 1988, p.102.

³¹ *Ibidem*, pp. 108-109.

confessionais. As questões religiosas, predominantes nos primeiros anos da guerra, acabaram por declinar, tendo aumentado os problemas político-estratégicos internacionais ao longo do conflito.³²

Luís XIII seguiu o conselho de Richelieu e conduziu um exército através dos Alpes, colocando a França e Espanha em vias de um enfrentamento, que no caso de Mântua, havia sido limitado. Agora, o que se avizinhava era um conflito em grande escala. Desde 1629, houve uma maior preocupação com o posicionamento de ambas as Monarquias no tocante à política exterior. Tanto Richelieu, como Olivares, buscaram estabelecer a paz com a Inglaterra (em 1629, com a França, e em 1630 com a Espanha), a fim de poder contar com seu auxílio “para conseguir o controle dessa zona estratégica do tabuleiro que se estendia desde o norte de Itália até a fronteira dos Países Baixos”.³³

Neste contexto, enquanto a ambição francesa era romper o círculo de territórios Habsburgo que circundavam o Reino, as ações da Espanha se concentravam na reconquista das Províncias Unidas. Tais questões estavam interligadas e ambas envolviam o Império. Para chegar aos Países Baixos por terra, a Espanha criou um meio seguro passando pela Valtelina e outras possessões na Itália, descendo o Reno. Isso se mostrava uma grande ameaça à França.³⁴

A Valtelina consistia um vale estratégico, pelo qual passava o caminho das tropas espanholas, além do dinheiro do norte da Itália para a Áustria e os Países Baixos. O vale era habitado por populações católicas, cujo domínio era reivindicado pela a Liga protestante. Em 1620, se deu uma revolta sangrenta dos valtelinos contra estes protestantes. A Espanha tomou a frente do conflito, como protetora dos habitantes da região, e tomou o controle desta importante rota. Houve duas tentativas dos protestantes para recuperar a região da Valtelina em 1622, mas ambas foram um desastre. Eles foram forçados então a renunciar às suas pretensões na região em benefício da Espanha. Alarmados pelas vitórias dos Habsburgo, a França sinalizou uma ameaça com Veneza e Sabóia, em fevereiro de 1623 para a recuperação da Valtelina. O Papa Gregório XV, também alarmado pela iminência de uma guerra que se espalhava pela Itália, enviou tropas para tomar posse de lugares fortificados na região. A França concordou com essa ação, desde que a ocupação destas terras fosse uma situação provisória. Entretanto, Gregório XV morreu no mesmo ano de 1623 e foi sucedido por Urbano VIII. O novo Papa, embora um firme oponente da dominação Habsburgo, não podia remover as suas tropas num curto período, estando sob pressão da Espanha. Assim, a Valtelina

³² E. A. Beller. *The Thirty Years War*, Chapter XI. J. P. Cooper (ed.). *The New Cambridge Modern History*, Cambridge, University Press, 1971, vol. 4, p. 307.

³³ Geoffrey Parker. *La guerra de los treinta años*. Barcelona, Crítica, 1988, p. 162.

³⁴ E. A. Beller. *The Thirty Years War*, Chapter XI. J. P. Cooper (ed.). *The New Cambridge Modern History*, Cambridge, University Press, 1971, vol. 4, p. 306.

permaneceria sob o controle espanhol. E Richelieu considerava a questão da Valtelina de suma importância no combate ao cerco espanhol no entorno do Reino francês. Logo, todos os meios seriam admitidos para atingir tal fim, até mesmo admitir alianças com os protestantes, como se fossem católicos, o que remetia ao pensamento de Maquiavel.³⁵

Richelieu possuía planos para a França avançar sobre Estrasburgo, a fim de conquistar uma entrada para a Alemanha. O alvo fixo do ministro francês era de colocar obstáculos ao progresso da Espanha, e uma ocasião particular foi apresentada na Itália, quando o duque Gonzaga de Mântua e Montferrat morreu em 1627, sem um herdeiro direto. Luís XIII, em aliança com Veneza, defendeu a reivindicação de Carlos de Nevers, enquanto a Espanha, juntamente com o duque de Sabóia apoiou outro braço da família Gonzaga. As duas províncias eram militarmente importantes, por conterem as fortificações de Casale e Mântua. Em 1629, Luís XIII derrotou o exército saboiano, avançando sobre os Alpes, e em junho de 1630, conquistou a Sabóia. No mês seguinte, Mântua foi alcançada. Alguns eleitores se rebelaram contra o Imperador. Um embaixador francês foi enviado ao Império e ficou estabelecido um acordo entre o enviado da França e o Imperador acerca da guerra italiana, tendo sido reconhecido o duque de Nevers como governador de Mântua e Monferrat.³⁶

Protestantes, por meio do “manifesto de Leipzig”, e católicos, com o tratado de Fontainebleau, tentaram proteger a constituição do Império e dos direitos e liberdades dos príncipes. Os dois buscavam a criação de uma terceira força neutral que se situasse entre o Imperador e seus inimigos estrangeiros para impedir a ampliação do conflito. Porém, ambos os esforços – e esta foi a grande tragédia da Alemanha – fracassaram finalmente porque em nenhum caso puderam deter os suecos, que tinham sua própria idéia sobre o que desejava o Império e que contavam com a força necessária para aplacar a todos aqueles cuja opinião fosse diferente da sua. A invasão sueca de 1630, conforme o chanceler sueco Axel Oxenstierna, não foi uma cruzada protestante, mas sim a tentativa de garantir a situação política, tendo sido, portanto, mais do que uma questão de religião.³⁷

A França declarou guerra à Espanha em 1635. No ano anterior, em informe a Richelieu, Luís XIII analisava sobre a necessidade de uma guerra aberta contra Espanha, a fim de assegurar uma paz geral positiva. O Rei francês estava convencido de que os espanhóis pretendiam invadir a França, quando lhes fosse conveniente. No mesmo ano de 1634, o governo de Madri firmou uma aliança com Gaston de Orléans, pretendente ao trono francês, e que estava exilado nos Países Baixos

³⁵ E. A. Beller. *The Thirty Years War*, Chapter XI. J. P. Cooper (ed.). *The New Cambridge Modern History*, Cambridge, University Press, 1971, vol. 4, pp. 318-319.

³⁶ Ibidem, pp. 328-329.

³⁷ Geoffrey Parker. *La guerra de los treinta años*. Barcelona, Crítica, 1988, pp. 179-181.

espanhóis. “Em tão tensa situação, havia poderosas razões que justificavam um ataque francês que permitisse situar o campo de batalha nos territórios dos Habsburgo, no lugar de ter que travar uma guerra defensiva ‘nas entranhas de França’.”³⁸ Entre 1630 e 1635, a França promoveu alianças com Holanda e Suécia, combatendo assim indiretamente os Habsburgo, já que a intervenção na guerra havia sido muito criticada, como no caso da guerra de Mântua que acabou por gerar a contestação da política de Richelieu.³⁹

Pensando-se nas considerações estratégicas, a fronteira francesa estava vulnerável frente a uma possível invasão, dada a proximidade com estados aliados dos Habsburgo: Sabóia e Lorena. Com uma ofensiva francesa nestes territórios, Luís XIII conseguiu neutralizar vizinhos em que não se podia confiar. E a partir de 1631, a França passou a proteger todos os príncipes católicos que necessitavam de ajuda, fosse contra suecos ou contra espanhóis. Nas palavras de Geoffrey Parker,

A França travaria uma poderosa ‘guerra de diversão’, mas limitaria ao máximo seu compromisso na Alemanha. O princípio que animava esta estratégia era a *convicção de que o rei de Espanha, e não o Imperador, constituía a ameaça mais grave para a segurança europeia*. O governo francês considerava que se debilitasse decisivamente o poder de Filipe IV, o Imperador não poderia seguir fazendo a guerra ‘segundo os caprichos e o desejo dos espanhóis’. Naturalmente, os franceses estavam comprometidos em manter ‘a liberdade e a paz na Alemanha’, justa satisfação para todas as partes interessadas numa dieta imperial livre (na qual os franceses participariam plenamente) e a firmar uma aliança interconfessional contra o intento de estabelecer uma Monarquia Habsburgo, em troca de permitir-lhe conservar o título eleitoral. Mas a declaração de guerra era dirigida contra a Espanha e não contra o Imperador.⁴⁰

Um dos motivos pelos quais Richelieu adiou a intervenção na guerra – além de fortalecer a sua autoridade, diante de tantas críticas internas – foi a necessidade de melhorar a posição financeira da França, a

³⁸ Ibidem, pp. 212-213.

³⁹ A *journée de Dupes*, em 1630, foi motivada pela desconfiança em torno da atuação política adotada por Richelieu, sobretudo, em relação às decisões da guerra. Havia uma certa disputa entre duas posições, uma que privilegiava o interior, e a outra as alianças no exterior. Maria de Médicis, Rainha-mãe, juntamente com os *dévots* católicos, se mostravam contrários às alianças fixadas com os protestantes somente por serem inimigos dos Habsburgo, ou seja, questionavam as ações de Richelieu no conflito. O cardeal havia escolhido como foco de sua atuação a intervenção militar na Europa, deixando as reformas do reino para um momento posterior. Maria de Médicis chegou mesmo a exigir a partida de Richelieu, mas Luís XIII apenas o afastou da corte por algumas horas. Diante disso, todos acreditaram na sua desgraça. Mas retornando ao seu posto, Richelieu deu continuidade à sua política estrangeira, de confronto aos Habsburgo, a fim de construir um poder nacional que pudesse se destacar no cenário europeu. Luís XIII conservou o cardeal como ministro, pois se sentia com maiores obrigações em relação a seu Estado, do que com sua mãe. Lucien Bély. *La France au XVII^e siècle. Puissance de l'État, contrôle de la société*. Paris, PUF, 2009, pp. 200-204.

⁴⁰ Geoffrey Parker. *La guerra de los treinta años*. Barcelona, Crítica, 1988, pp. 214-216, grifo nosso.

fim de garantir a capacidade de manter uma guerra longa. Em 1635, num dos piores momentos de suecos e protestantes alemães, houve um considerável afluxo de dinheiro na economia francesa, ao contrário do Império e da Espanha.⁴¹

No período entre 1635 e 1638, o papa Urbano VIII fez fracassadas tentativas para atuar como mediador da paz. Nos anos de 1638 a 1641, houve alguns encontros em Hamburgo, entre franceses, suecos e embaixadores imperiais, o que levou ao acordo de um tratado preliminar, assinado em 1641. Pelas suas cláusulas, duas conferências de paz simultâneas seriam abertas, sendo uma em Münster, com a mediação do papa e de Veneza, na negociação com a França e seus aliados; e outra em Osnabruck, onde o Imperador iria negociar com a Suécia, sob a mediação da Dinamarca. Apesar de aceitos os termos deste tratado por franceses e imperiais, em 1642, os trabalhos referentes à paz foram iniciados somente dois anos depois. Como não havia cláusula para um armistício, os diplomatas aguardavam notícias militares favoráveis para aumentar o seu poder de barganha nas negociações. E uma guerra entre Dinamarca e Suécia nos anos de 1643-1645, não permitiu que a primeira mediasse as conversas realizadas em Osnabruck, que permaneceu sem mediadores.⁴²

Neste contexto crítico e conflituoso, a Espanha era obrigada a combater ainda as revoltas de Portugal e da Catalunha. Mas apesar da proximidade temporal na ocorrência de ambas manifestações, houve a necessidade de Portugal se distanciar do modelo de revolta empreendido pelos catalães. A região sofria com epidemias, fome e guerra, além das exigências fiscais de Madri. A Revolta Catalã se caracterizou pela participação da elite, mas também de setores mais populares. Em contraposição, foi criado um modelo “senhorial” português, que contou com um Rei para legitimar os fatos. Por outro lado, a Catalunha havia se aliado a um Rei estrangeiro, o Cristianíssimo Luís XIII.⁴³ Este estreito contato mantido entre os revoltosos catalães e o governo de Paris teve um importante papel no rumo dos movimentos militares na Península Ibérica. Como lembra Valladares, a Espanha priorizou o combate na fronteira com a Catalunha, pois justamente estava ameaçada pelo domínio francês, ao que se recorreu logo após o início da rebelião em 1640. Os dois reinos – Espanha e França – já estavam em guerra desde 1635, conforme mencionado acima. A disputa na Catalunha então seria mais um confronto direto. E o combate aos portugueses que aclamaram um novo Rei foi postergada cada vez mais. Segundo Valladares, “mais do que as circunstâncias econômicas, o que salvou o regime de Bragança foi

⁴¹ Ibidem, p. 219.

⁴² E. A. Beller. *The Thirty Years War*, Chapter XI. J. P. Cooper (ed.). *The New Cambridge Modern History*, Cambridge, University Press, 1971, vol. 4, p. 350-352.

⁴³ Rafael Valladares. *A independência de Portugal, Guerra e Restauração (1640-1680)*. Lisboa, A Esfera dos Livros, 2006, p. 352.

uma decisão tática, de natureza política.”⁴⁴ Por sua vez, a França seguiu adotando suas posições, conforme a tática adotada pela Espanha.

Ainda que tenha havido um esforço para diferenciar a revolta portuguesa da catalã, sem ter ocorrido uma cooperação mais intensa entre estas partes, logo após a aclamação de D. João IV, os revoltosos enviaram uma “carta da nobreza deste reino para os deputados dos Estados de Catalunha”. Na correspondência, os portugueses instam os catalães a permanecerem no combate às forças espanholas, ressaltando-se ainda

as conveniências de conservar a amizade antiga e parentesco que sempre houve entre os nossos príncipes e os príncipes naturais da coroa de Aragão com a nobreza dos estados dela, que o tempo se reputou para irmandade como entendemos se fará logo por embaixadores das qualidades e confiança que pelo negócio tão grande vamos obrando as possíveis forças.⁴⁵

A guerra da Catalunha esteve inserida na Guerra dos Trinta Anos. Tendo a Catalunha se negado a participar da “União das Armas”, proposta pelo conde-duque de Olivares, a fim de promover a defesa comum dos domínios espanhóis – tal recusa se estendia mesmo a qualquer outra participação na guerra – Olivares decidiu forçar a Catalunha à guerra, promovendo ataques à França a partir deste território. E tal atitude acabou se mostrando negativa para o governo de Madri.

Em 1640, se deu a Revolta Catalã, que manifestava o descontentamento de diferentes grupos sociais contra a dominação Habsburgo. Os catalães atuaram então para obter a colaboração da França, e esta ocupou a região. Por conta disto, o governo de Paris tinha interesse de que a guerra entre Portugal e Espanha persistisse, na tentativa de tirar o foco da Monarquia espanhola do território catalão em disputa. Caso o conflito com Portugal permanecesse e fosse priorizado pelos espanhóis, o seu aparato militar disponível na região seria reduzido. Todavia, anos depois a organização da Fronda na França garantiu que a Catalunha – e também Nápoles, sob disputa – retornasse ao domínio espanhol, visto que a política interna francesa demandava maior atenção.

O conde-duque de Olivares já havia sido alertado pela vice-Rainha de Portugal, Margarida de Mântua, presente em Lisboa desde 1634, sobre os perigos de uma conjura lusa. No entanto, o ministro de Filipe IV menosprezou tais notícias, nem ao menos as referindo ao Rei. Esta decisão lhe custaria caro no momento da explosão do movimento, em dezembro de 1640, tendo sido afastado e desterrado. Porém, Valladares afirma que conforme certos documentos – não mencionados por ele – Filipe IV teria sim conhecimento do que Olivares praticava na política

⁴⁴ Ibidem, p. 355.

⁴⁵BNP. Reservados. Arquivo Tarouca, cód. 127. 09 de dezembro de 1640 (Os fólhos não são numerados).

portuguesa, além de Diogo Soares e Miguel de Vasconcelos. No entanto, o Rei se viu obrigado a preservar a sua autoridade, “fingindo-se surpreendido ante um servidor que desejava eximir-se de responsabilidade sobre o que tinha ocorrido e desencadear a queda em desgraça do conde-duque.”⁴⁶

Estando muito envolvida nos combates da Guerra dos Trinta Anos, a Espanha não tinha exércitos disponíveis para uma guerra imediata contra Portugal, além do que, teria de despender mais recursos com o desvio de tropas para as fronteiras portuguesas, o que não favoreceria a sua frágil condição econômica. Outro ponto que dificultaria a campanha espanhola seria o largo apoio dado pelos portugueses a D. João IV, com poucas exceções. Diante disso, a Espanha enfrentaria Portugal por meio de ações econômicas e diplomáticas, a fim de promover o seu isolamento.⁴⁷ Não tendo sido a guerra contra Portugal priorizada pela Espanha, devido aos motivos mencionados, a Monarquia portuguesa contou ainda com a rapidez com que foram empreendidas as mudanças no Reino:

A conquista de Lisboa, a aclamação de D. João IV e a assinatura dos primeiros decretos visavam apresentar a Madri – e aos portugueses – uma política de fatos consumados que servisse para eliminar o perigo de um contragolpe.⁴⁸

O êxito do isolamento diplomático que seria empreendido contra Portugal dependia também da solidez das alianças firmadas pela Espanha com as demais potências européias. Na década de 1630, a Espanha manteve boas relações com a Inglaterra, em meio à Guerra dos Trinta Anos. A Monarquia inglesa manteve posições oscilantes durante o conflito, passando ainda em alguns momentos para a neutralidade, já que buscava resoluções diplomáticas para os conflitos em questão, conforme apontado acima. Como os portos espanhóis estiveram fechados aos holandeses, foram os ingleses que se integraram ao comércio entre a Península Ibérica e Flandres, tornando-se assim uma escala obrigatória. O governo de Madri tentava atrair Carlos I para se beneficiar de sua aliança.⁴⁹

De acordo com um tratado secreto assinado em 1631, entre Espanha e Inglaterra, esta se comprometia a declarar guerra às Províncias Unidas assim que fosse possível. No entanto, já em 1635, as relações entre ambos os reinos foram prejudicadas por conta da insatisfação de Carlos I com a questão do Palatinado, então ocupado por forças do

⁴⁶ Rafael Valladares. *A independência de Portugal, Guerra e Restauração (1640-1680)*. Lisboa, A Esfera dos Livros, 2006, p. 68.

⁴⁷ Jorge Borges de Macedo. *História diplomática portuguesa, constantes e linhas de força*. Lisboa, Revista “Nação e Defesa”, 1987, p. 163.

⁴⁸ Rafael Valladares. *A independência de Portugal, Guerra e Restauração (1640-1680)*. Lisboa, A Esfera dos Livros, 2006, p. 274.

⁴⁹ Ibidem, p. 74.

Império, o que afetava o domínio de seu cunhado, o eleitor Frederico. Algumas negociações foram travadas para amenizar estas insatisfações, mas as relações anglo-espanholas continuaram se deteriorando.

Em 1639, houve a derrota de uma armada espanhola frente aos holandeses. Tendo sido atacado por estes, o comandante Oquendo buscou refúgio no porto inglês de Downs, podendo-se valer da neutralidade assumida pelo Monarca inglês. Todavia, a presença de tão importante armada, com tamanha força militar, provocou um alerta na Inglaterra. Assim, Oquendo decidiu retornar ao combate com os holandeses. Após a inevitável derrota, soube-se em Madri da desconfiança inglesa motivada pela aproximação da armada espanhola, que poderia denotar até mesmo um ataque ao porto inglês, e não apenas o refúgio do inimigo.⁵⁰

O receio mútuo se estabeleceu então nas relações anglo-espanholas. O enviado espanhol à corte inglesa em 1638, D. Alonso de Cárdenas, buscava ainda amizade e colaboração aos espanhóis em Londres. Mas depois do ocorrido no porto de Downs, percebendo-se a fragilidade da autoridade real e a crescente força do Parlamento, Cárdenas procurou se aproximar de membros desta assembléia, buscando apoio à política hispânica. E isso tudo foi sendo realizado com o consentimento de Madri. O diplomata espanhol buscou o auxílio inglês para o combate nas fronteiras de Portugal e Catalunha com o envio de tropas irlandesas. Londres se beneficiaria desta situação adquirindo dinheiro ou vantagens comerciais.⁵¹ A posição estratégica da ilha, o aumento de seu poderio naval e as habilidades inglesas no comércio atraíam as atenções espanholas, pois assim a Inglaterra despontava como uma importante aliada à política Habsburgo. Mas este cenário perdurou apenas até o início da Guerra Civil Inglesa.

No tocante à França, as esperanças de Filipe IV para um tratado que pusesse fim à guerra se renovaram com a morte de Luís XIII. Em maio de 1643, sendo o herdeiro do trono ainda pequeno, assumiu a Regência a irmã do Rei Católico, Ana de Áustria. Mas ao contrário do que se esperava, a Regente e mãe do Rei francês não se aproximou do irmão para estabelecer a paz entre os dois Reinos. Mazarino a teria convencido de que se houvesse a assinatura da paz com a Espanha, os franceses a teriam por espanhola. Caso isso ocorresse, ficaria evidente que a Rainha Regente estaria conduzindo a política do Reino contrariamente ao que havia empreendido Richelieu, que buscara caminhos de promover o engrandecimento da Monarquia francesa. Logo, a Espanha teria de seguir combatendo França e Províncias Unidas, além de Portugal e Catalunha nas suas fronteiras peninsulares. Por outro lado, sendo irmã de Filipe IV, pertencendo à Casa de Habsburgo, e

⁵⁰ Ibidem, pp. 75-76

⁵¹ Ibidem, pp. 78-79

tendo tomado contato com a política forte e imperial de sua família, a postura de Ana de Áustria talvez possa ser compreendida a partir desta tradição monárquica. A opção pelo embate com a Espanha poderia fortalecer a Monarquia francesa, o que de fato acabou acontecendo. Nesse sentido, a Rainha estaria defendendo a herança de seu filho, o futuro Luís XIV, não sendo tão facilmente manipulada por Mazarino.

O Papado estava alinhado à Monarquia hispânica, que se apresentava como a guardiã do catolicismo. Dada esta intrínseca relação, a Espanha pressionava a diplomacia de Roma, para que esta não reconhecesse a nova dinastia de Bragança. A legitimidade dos Reinos católicos estava pautada justamente no reconhecimento papal, lembrando-se do direito do padroado, por exemplo, concedido através de uma série de bulas papais aos Monarcas ibéricos. Como o Papa Urbano VIII se recusasse a conferir legitimidade à aclamação de D. João IV, não recebendo nem mesmo seus enviados a Roma, é compreensível que as relações com a Igreja de Portugal ficassem prejudicadas. E a principal consequência disto foi a não aprovação dos nomes indicados por D. João IV às sedes vacantes dos bispados no Reino e no ultramar. Filipe IV exercia a pressão sobre o Papa, pois o apoio da Espanha era essencial para a manutenção dos Estados Pontifícios na Itália, diante da ameaça francesa e mesmo dos turcos otomanos.

Desse modo, em 1641, D. João IV enviou D. Miguel de Portugal, bispo de Lamego, a Roma para que representasse a Monarquia portuguesa junto à corte papal, destacando a sua condição de Rei cristão. Em carta de 7 de abril de 1641, o Monarca orienta o bispo de Lamego como proceder na corte papal, a fim de que fosse aceito como representante da Monarquia brigantina. Sua ida a Roma contaria com o auxílio francês no seu transporte, para evitar a intromissão espanhola no processo. O bispo deveria se dirigir não apenas ao Papa, mas aos cardeais, ao assistente do geral da Companhia de Jesus – o padre João de Matos – e ao embaixador francês na corte papal. D. João IV deixa claro que quer manifestar obediência a Sua Santidade, mas que também empreende o seu trabalho em favor da expansão da Igreja:

e usando dos papéis e documentos que se vos entregaram, não para pedir a Sua Santidade declaração ou confirmação do reino, mas para o informar do direito e justificação com que estou de posse dele, de que devo ter por certo que Sua Santidade entendendo-o assim o mostre em públicas significações, e favores paternais, e se assegure que quanto me for possível hei de trabalhar por merecer a Sua Santidade e a Santa Sé Apostólica que se multipliquem, empregando eu as forças e cabedal desta coroa e dos reinos e províncias sujeitas a ela em dilatar a fé católica nas mais remotas partes do mundo.⁵²

⁵² Carta de D. João IV a D. Miguel de Portugal, bispo de Lamego. 07 de abril de 1641. Laranjo Coelho. *Cartas de El Rei D. João IV ao Conde da Vidigueira (Marquês de Nizá) embaixador em França*. Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1940, vol. 1, p. 57.

Em agosto de 1642, estando D. Miguel de Portugal em Roma, mas sem obter o reconhecimento do Papa à dinastia brigantina, ele se encaminhou para uma visita ao embaixador francês, o marquês de Fontenay. Notou, durante o caminho, estar sendo observado por um enviado do embaixador espanhol, marquês de Velles. O representante da corte de Paris foi avisado do atentado que estava sendo planejado contra o bispo de Lamego. Este conseguiu então reunir alguns portugueses e catalães armados contra o possível ataque. Quando saiu da casa do embaixador francês, o bispo e seus homens foram atacados pelo marquês de Velles e os castelhanos vindos de Nápoles. Travou-se um combate que ocasionou mortes de ambos os lados. Ao contrário do que se esperava, tal episódio não motivou a aceitação do representante de Lisboa na corte papal, apesar das queixas feitas pelo marquês de Fontenay a Urbano VIII. Houve ainda um incidente contra outro enviado da Coroa portuguesa. O prelado Nicolau Monteiro foi vítima de um ataque com pistola e espadas, tendo um criado e um cavalo morrido em decorrência disto. Deixaram ainda outro cavalo e o cocheiro feridos com gravidade. Esta violência demonstrou a continuidade da ofensiva contra D. Miguel de Portugal, o que causou escândalo em Roma, ainda que o Papa permanecesse irredutível na sua postura contrária aos Bragança.⁵³

No mesmo ano de 1642, em carta ao marquês de Niza, de 2 de setembro, o restaurador manifesta que o bispo de Lamego devia permanecer em Roma até o dia 20 de novembro, quando se completaria um ano desde a sua chegada. Caso o Papa permanecesse irredutível em relação à aceitação do representante português, embaixadores e cardeais franceses deveriam tentar persuadi-lo disso. Para tanto, D. João IV instruía seu embaixador em Paris:

os escândalos e graves inconvenientes que podem resultar de termo tão injusto, e indigno do Vigário de Cristo Nosso Senhor, e cabeça da Igreja Católica, como é não receber a obediência de um rei cristão que não quer de Sua Santidade outra coisa que prestar-lhe a obediência devida à Sé Apostólica, com este suposto certo, é necessário que aperteis agora mais as diligências para que El Rey Cristianíssimo as mande fazer tão, por meio do seu embaixador, e dos cardeais de sua devoção que possa mover a Sua Santidade a recepção da embaixada.⁵⁴

Levando-se em conta a posição do Papa, ele não poderia confirmar os prelados apresentados por D. João IV, pois assim forneceria o reconhecimento da independência portuguesa e, portanto, da ascensão da nova dinastia. Por parte da Espanha, a argumentação aponta a

⁵³ Fortunato de Almeida. *História da Igreja em Portugal*. Porto, Portucalense Editora, 1967, vol. 2, pp. 337-339.

⁵⁴ Carta de D. João IV ao Conde Embaixador de França. 02 de setembro de 1642. Laranjo Coelho. *Cartas de El Rei D. João IV ao Conde da Vidigueira (Marquês de Niza) embaixador em França*. Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1940, vol. 1, p. 14.

ilegitimidade do movimento restaurador, já que os direitos deveriam ter sido obtidos antes, mediante consulta ao próprio Papa, o que poderia lhe conferir legitimidade, mas isso não ocorreu. Sendo assim, a instauração de um novo governo em Lisboa caracterizaria uma insubordinação a Roma, daí a recusa de nomeação para os bispados.⁵⁵

Diante disso, D. João IV colocou seu embaixador em Paris a par da situação pendente entre Portugal e o Papado, tendo sido enviado o bispo de Lamego a pedir as bênçãos para o novo Rei, pois ele explicita: “sem que eu lhe pedisse confirmação de título de rei, de que não necessito”. O Papa sequer recebeu o enviado português, não estabelecendo, portanto, qualquer vínculo, nem reconhecimento, com a nova dinastia. Por isso, foi solicitada a intercessão do Rei Cristianíssimo na dita causa. D. João IV manifesta ainda: “me é forçado buscar remédio para o governo espiritual de meus vassalos” e prover as paróquias e bispados vacantes no Reino e nas conquistas ultramarinas.⁵⁶

O argumento português busca frisar que o Papa pode atuar apenas no âmbito espiritual, não devendo interferir na política dos Estados. Torgal destaca que:

O próprio Concílio de Trento confirmou tal ‘costume’, ao considerar que em casos de controvérsia sobre o direito ao padroado, deve ele ser concedido ao rei que efetivamente detém a posse do Estado. Não pertence, portanto, ao papa averiguar sobre a legitimidade dos reis, mas compete-lhes sim velar pelo bem-estar espiritual dos reinos. Nessa base, deve prover os bispos, pois as dioceses não podem viver sem eles, como também prescrevia o concílio tridentino.⁵⁷

Diante disto, o Papa deveria prover os bispados conforme o costume já estabelecido, invocando-se também o verdadeiro exemplo de catolicidade demonstrado pelos portugueses.⁵⁸ Nesta questão da provisão dos bispados, a Coroa portuguesa contou com o suporte da França. Teólogos da Sorbonne foram consultados a fim de solucionar o problema da provisão dos bispados de Portugal. E tentou-se também atrair o apoio de cardeais franceses em Roma para a causa portuguesa.⁵⁹

Enquanto a Espanha procurava apoio para isolar diplomaticamente a Monarquia portuguesa, esta buscava de modo incessante uma “aliança

⁵⁵ Luís Reis Torgal. *Ideologia política e teoria do Estado na Restauração*. Coimbra, Biblioteca Geral da Universidade, 1981, vol. 1, pp. 269-270.

⁵⁶ Carta de D. João IV ao marquês de Niza. 02 de dezembro de 1643. Laranjo Coelho. *Cartas de El Rei D. João IV ao Conde da Vidigueira (Marquês de Niza) embaixador em França*. Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1940, vol. 1, pp. 91 e 92, respectivamente.

⁵⁷ Luís Reis Torgal. *Ideologia política e teoria do Estado na Restauração*. Coimbra, Biblioteca Geral da Universidade, 1981, vol. 1, p. 271.

⁵⁸ Ibidem, pp. 273-274.

⁵⁹ Leonor Freire Costa e Mafalda Soares da Cunha. *D. João IV*. Lisboa, Círculo de Leitores, 2006, p. 234.

salvadora”.⁶⁰ Considerando as diversas possibilidades, o governo de Lisboa demorou a obter êxito diplomático na composição de alianças que poderiam favorecer o fortalecimento do Reino independente, bem como da nova dinastia. Dada a crise na Inglaterra e o início da Guerra Civil, a aliança com os ingleses só se concretizaria vinte anos após o fim da União Ibérica. As Províncias Unidas mantinham a ocupação no Estado do Brasil e, em 1641, tomaram também Angola. Tal situação impossibilitava qualquer cooperação na Europa, sobretudo no âmbito militar. As maiores rendas coloniais – que provinham da produção do açúcar e do tráfico de escravos – estavam ameaçadas pelas invasões holandesas.

Sendo assim, a França se mostrava como a principal esperança portuguesa de apoio diplomático e militar. Diplomático porque precisava ter reconhecida a sua independência, e militar porque tinha de combater as ofensivas hispânicas:

será forçado entendam, que este é o caminho mais seguro, e o meio mais fácil, e acomodado, para destruir o inimigo comum, e é desgraça, que sendo tão vivas, e certas estas razões, use delas tão mal França, que dando socorros de dinheiro à Suécia, Holanda e outros, não queira ajudar a guerra deste reino com alguma despesa própria.⁶¹

Mesmo diante de uma resistência francesa em compor uma aliança formal, a ajuda do governo de Paris continuou sendo procurada para a intercessão junto ao Papa; para intermediar a libertação de D. Duarte, irmão de D. João, preso durante confronto na Guerra dos Trinta Anos; e para viabilizar a participação de enviados portugueses no Congresso de Münster. No entanto, apesar de esforços por parte dos enviados franceses, tanto em Roma, como em Münster, a aliança entre Portugal e França somente seria estabelecida em 1666. J. Lúcio de Azevedo aponta a reflexão do padre Antonio Vieira acerca do assunto:

A situação diplomática era efetivamente como ele a descrevia; pouco cabedal faziam os potentados da Europa do pequeno inimigo da Espanha, e apenas o gabinete francês prometia algum auxílio, em utilidade da própria política. Auxílio nunca enunciado claramente, exíguo e, visto o aperto da ocasião, tardio.⁶²

⁶⁰ Evaldo Cabral de Mello. *O negócio do Brasil. Portugal, os Países Baixos e o Nordeste (1641-1669)*. São Paulo, Companhia das Letras, 2011, p. 10.

⁶¹ Carta de D. João IV ao Embaixador de França. 18 de setembro de 1644. Laranjo Coelho. *Cartas de El Rei D. João IV ao Conde da Vidigueira (Marquês de Niza) embaixador em França*. Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1940, vol. 1, pp. 168-169.

⁶² J. Lúcio de Azevedo. *História de Antônio Vieira*. São Paulo, Alameda, 2008, tomo 1, pp. 116-117.

As negociações no Congresso de Münster e a Paz de Westphália

Tendo em vista a guerra que envolvia todo o continente europeu, Portugal procurava ser incluído no congresso em que se pretendia estabelecer a paz geral, o que não ocorreria sem o reconhecimento da independência portuguesa por parte da Espanha. Portugal buscava uma aliança com uma França protetora, que garantisse a sua condição de independência. Em 1644, Antonio Moniz de Carvalho, secretário da embaixada portuguesa em Paris, escreveu uma obra intitulada *Francia Interessada con Portugal en la separacion de Castilla*. O intuito seria demonstrar a Ana de Áustria, Rainha Regente, os interesses comuns que havia entre as Monarquias de Portugal e a de França, visando à política européia. O autor analisava inclusive as alianças da Monarquia francesa com outras potências, que poderiam favorecer o embate dos Bragança contra os Habsburgo. Na dedicação do texto, Moniz de Carvalho já apresenta a imagem da Rainha como “uma águia real, com suas mãos armadas para defender filhos e reino, asas abertas para conservar, defender e amparar os aliados”.⁶³

A Coroa francesa surgia então como o “aliado natural” de Portugal, sendo este também um meio de confrontar a Espanha.⁶⁴ Nessa conjuntura de constante embate com a Monarquia hispânica, que deve ser compreendido o auxílio que a França ofereceu a “países menores” - ou seja, com menor influência diplomática - como Províncias Unidas e Portugal, para que efetivassem as suas independências em relação à Espanha, com o intuito de enfraquecer o Reinado de Filipe IV.

Supostamente, o governo de Paris defendia interesses que correspondiam com as expectativas da Monarquia portuguesa. Contudo, a partir das negociações em Münster, ficava evidente que os argumentos utilizados por Mazarino, primeiro-ministro desde 1642, como o de guerra ofensiva na Península Ibérica, atendia mais aos interesses da França que do governo de Lisboa. Em carta ao embaixador Luís Pereira de Castro, D. João IV declara a percepção de tal situação:

porque não me sinto tão destituído de forças, valor, e cabedal, que não possa resistir, e vencer a meu inimigo, e verá o mundo uma coisa tão alheia dos homens, como é faltar-me agora um tão grande príncipe na ocasião mais importante com escândalo dos mais aliados, que é força, entendam deste termo

⁶³ Antonio Moniz de Carvalho. *Francia Interessada con Portugal en la Separacion de Castilla*. Barcelona, Imprensa de Sebastian de Cornellas Mercader, 1644.

⁶⁴ Leonor Freire Costa e Mafalda Soares da Cunha. *D. João IV*. Lisboa, Círculo de Leitores, 2006, p. 175.

que as assistências de El Rey Cristianíssimo, para os amigos, se medem só por suas comodidades, servindo-lhe este desengano de escarmento para o diante.⁶⁵

Para ambas as Monarquias – portuguesa e francesa – a manutenção das batalhas nas fronteiras da Espanha contribuiria para a afirmação da autonomia destes territórios e o conseqüente enfraquecimento da Espanha.⁶⁶

Apesar da necessidade do apoio francês à Monarquia de Bragança, D. João IV se mostrava receoso com a segurança do Reino, diante da postura do cardeal Mazarino, que indagara sobre a armada portuguesa:

cuidado me deu a pergunta do cardeal sobre a minha armada porque como sabeis a maior parte deste reino é cercada de mar, e com muitos portos capazes de poderem ser invadidos do inimigo que é tão poderoso, e tem grande desejo de me fazer dano e o procura com tantas veras, como é notório [...] não é possível tê-la segura por outro modo que não seja o da armada, que vendo-se faltar nesta costa, em que os portos do inimigo e os meus são tão vizinhos, parece infalível o dano que me há de procurar fazer.⁶⁷

A preocupação francesa com a segurança do território português se justificaria diante da percepção de que a Espanha poderia atacar Portugal pelo mar, e não apenas pela fronteira terrestre. Daí a necessidade de defender a costa, principalmente quando estivessem chegando as frotas do Brasil e da Índia. No entanto, a pergunta do cardeal Mazarino poderia denotar o interesse francês numa ofensiva a Portugal, inclusive no ultramar. A correspondência entre D. João IV e o marquês de Niza evidencia algumas investidas francesas no ultramar, justamente num momento em que Portugal não podia descuidar da segurança do Reino, nem mesmo para assegurar suas colônias, como no caso da ocupação holandesa no Nordeste.

Em carta de 12 de maio de 1642, D. João IV notifica seu embaixador em Paris que uma nau francesa aportou em Cabo Verde e, mesmo tendo sido bem recebida, por abrigar vassalos do Rei Cristianíssimo, o capitão Jacques Brigon aprisionou uma outra nau com

⁶⁵ Carta de D. João IV ao embaixador Luís Pereira de Castro. 30 de janeiro de 1644. Laranjo Coelho. *Cartas de El Rei D. João IV ao Conde da Vidigueira (Marquês de Niza) embaixador em França*. Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1940, vol. 1, p. 115.

⁶⁶ “Muito importará, como já se vos tem dito por vezes, para as coisas deste reino, que a guerra se continue daquela parte com todo calor, e assim a merece aquele principado a El Rei Cristianíssimo, pois fiado em seu amparo e proteção cometeu uma coisa tão grande. Encomendo-vos muito apertadamente, procureis por todos os meios, se meta por parte de França nesta guerra todo e o maior cabedal que for possível.” Carta de D. João IV ao embaixador de França. 02 de janeiro de 1645. Laranjo Coelho. *Cartas de El Rei D. João IV ao Conde da Vidigueira (Marquês de Niza) embaixador em França*. Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1940, vol. 1, p. 194.

⁶⁷ Carta de D. João IV ao Embaixador de França. 16 de fevereiro de 1643. Laranjo Coelho. *Cartas de El Rei D. João IV ao Conde da Vidigueira (Marquês de Niza) embaixador em França*. Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1940, vol. 1, p. 36.

vassallos portugueses. Logo, o Monarca pede que Luís XIII faça justiça neste caso, “posto que o negócio particularmente lhe toque a ele, pertence em geral à boa correspondência, que é justo que haja entre meus vassallos, e os de El Rey Cristianíssimo e convém que isto se entenda bem e se não dissimulem casos semelhantes, para não sucederem outra vez.”⁶⁸ Já em 1644, em correspondência de 20 de fevereiro, trata-se da ida de navios franceses ao Estado do Brasil – Bahia e Rio de Janeiro – sem permissão, tendo sido realizado comércio, sem o cumprimento dos devidos pontos firmados anteriormente.⁶⁹

Nos anos seguintes, a dita correspondência demonstra que tais ocorrências permaneciam. Em carta de 3 de julho de 1645, D. João IV pede ao marquês de Niza que avise o Rei Cristianíssimo dos abusos cometidos por seus vassallos nas conquistas portuguesas no ultramar, como no tráfico de negros feito na costa da Guiné, e outros danos causados à Coroa portuguesa pela presença destes estrangeiros realizando comércio de modo indevido. Sendo assim, o Monarca francês deveria repreender tais ações, bem como coibir novas ocorrências neste sentido.⁷⁰ Em 1646, um novo registro do que acontecia nas conquistas portuguesas. D. João IV pede que se iniba a ida de franceses para realizar comércio nas possessões ultramarinas, pois não teriam este direito:

ainda que os franceses aleguem e mostrem, que estão em posse de ir a comerciar em algumas de minhas conquistas, nem por isso tem título ou direito algum porque isso lhes compita, antes por esta posse ser origem das guerras que França teve com esta coroa, no tempo da intrusão dos reis de Castela, devia cessar agora, pois cessou a causa, e princípio em que se fundou. Com esta suposição e certeza podeis continuar o requerimento, de que se proibam e impeçam eficazmente estas viagens.⁷¹

Retornando às negociações de paz, em carta de 18 de abril de 1643, D. João IV já manifestava a sua intenção de integrar o acordo de paz com os demais reinos, procurando obter para Portugal o reconhecimento de sua independência frente à Espanha. O Monarca pretendia que um plenipotenciário português fosse aceito no congresso, a fim de participar das negociações. E assim,

⁶⁸ Carta de D. João IV ao Conde Almirante. 12 de maior de 1642. Laranjo Coelho. *Cartas de El Rei D. João IV ao Conde da Vidigueira (Marquês de Niza) embaixador em França*. Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1940, vol. 1, pp. 5-6.

⁶⁹ Carta de D. João IV ao Conde Almirante Embaixador a El Rey Cristianíssimo. 20 de fevereiro de 1644. Laranjo Coelho. *Cartas de El Rei D. João IV ao Conde da Vidigueira (Marquês de Niza) embaixador em França*. Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1940, vol. 1, pp. 124-125.

⁷⁰ Carta de D. João IV ao Conde Almirante. 03 de julho de 1645. Laranjo Coelho. *Cartas de El Rei D. João IV ao Conde da Vidigueira (Marquês de Niza) embaixador em França*. Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1940, vol. 1, pp. 254-255.

⁷¹ Carta de D. João IV Conde Almirante Embaixador. 02 de janeiro de 1646. Laranjo Coelho. *Cartas de El Rei D. João IV ao Conde da Vidigueira (Marquês de Niza) embaixador em França*. Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1940, vol. 1, p. 297.

para que, ou se não consiga o efeito da paz, ou ela se faça de maneira que eu possa entrar nela com os mais príncipes meus aliados, e quando a paz se não consiga, o que tenho por mais provável, e se haja de celebrar trégua por anos, entre eu nela, com tais fundamentos e segurança, que ficando tantos príncipes, em paz, não venha eu só a achar-me em guerra.⁷²

Pouco depois, em carta de 25 de abril do mesmo ano, o Restaurador pede ao marquês de Niza que atue no sentido de obter o auxílio francês que garantisse a aceitação de um plenipotenciário português nas discussões acerca da paz européia, devendo o embaixador priorizar os assuntos referentes ao Congresso de Münster.⁷³

Em 1644, não tendo conseguido enviar plenipotenciário para participar das negociações, D. João IV buscava que os enviados de França atuassem em seu favor, não assinando um acordo de paz que não incluísse o reconhecimento da independência portuguesa. Em instrução escrita a Antônio Sousa de Macedo, o Rei afirma que “consiste em El Rey Cristianíssimo ordenar aos plenipotenciários que assistem em Münster, por sua parte não consintam, em nenhum acontecimento se concluem os tratados, sem se ter a mim e a estes meus reinos o respeito que é justo.”⁷⁴

A partir deste ano, foram iniciadas as discussões para conduzir ao término da Guerra dos Trinta Anos e estabelecer a paz no continente. Os plenipotenciários enviados por Portugal a Münster e Osnabruck – reconhecidos apenas pela Coroa portuguesa, já que D. João IV era considerado um “Rei rebelde” – foram Luís Pereira de Castro e Francisco Soares Leitão para a primeira, e Rodrigo Botelho de Moraes e Cristóvão Soares de Abreu para a segunda. Envolvidos nas manobras políticas, referentes a estas negociações diplomáticas, estiveram em Paris o marquês de Niza, D. Vasco Luís da Gama, como embaixador; o marquês de Cascais, D. Álvaro Pires de Castro, enviado como embaixador extraordinário em 1644, e Antônio Moniz de Carvalho, secretário da embaixada de Niza e, mais tarde, residente em Paris. Mais distanciados, ainda havia outros observadores como o infante D. Duarte, preso em Milão, e Francisco Taquet, um “agente” português na Itália, que fazia chegar a correspondência de Münster e Paris até D. Duarte, e entregava as cartas do infante aos negociadores. Nesta correspondência havia sugestões de manobras e posições a serem tomadas pelos diplomatas. Um fator de tensão entre os enviados portugueses a Münster

⁷² Carta de D. João IV ao Conde Embaixador de França. 18 de abril de 1643. Laranjo Coelho. *Cartas de El Rei D. João IV ao Conde da Vidigueira (Marquês de Niza) embaixador em França*. Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1940, vol. 1, pp. 60-61.

⁷³ Carta de D. João IV ao Conde Embaixador de França. 25 de abril de 1643. Laranjo Coelho. *Cartas de El Rei D. João IV ao Conde da Vidigueira (Marquês de Niza) embaixador em França*. Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1940, vol. 1, p. 62.

⁷⁴ Cópia da instrução que há de usar o Doutor Antonio de Souza de Macedo. Laranjo Coelho. *Cartas de El Rei D. João IV ao Conde da Vidigueira (Marquês de Niza) embaixador em França*. Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1940, vol. 1, p. 205.

foi a busca pelo protagonismo nas negociações, já que um bom desempenho dos diplomatas seria recompensado por mercês, quando de seu retorno ao Reino.⁷⁵

Alguns dos diplomatas espanhóis em Münster foram Diego de Saavedra Fajardo e o nobre português fiel a Filipe IV, D. Manuel de Moura Corte-Real, marquês de Castelo Rodrigo. O papel dos demais embaixadores espanhóis, Gaspar de Bracamonte y Guzmán, conde de Peñaranda, além de Antoine de Brun, procurador geral do ducado da Borgonha, era impedir que houvesse algum acordo de Portugal com as Províncias Unidas ou a França, além de enfrentar as manobras dos enviados franceses, Henry de Orléans, duque de Longueville e de Estouteville; Claude de Mesmes, conde d’Avaux; e Abel de Servien, conde de La Rouchefort. As ordens provenientes do governo de Paris, tanto do secretário de Estado francês, o conde de Brienne, quanto do próprio Mazarino possuíam um caráter instável e conjuntural, levantando dúvidas a respeito da convicção, com a qual os enviados franceses defendiam as causas portuguesa e catalã, diante das ordens oscilantes e hesitantes.⁷⁶

No tocante às negociações entre Espanha e França, as dificuldades decorriam da oposição dos princípios defendidos por cada coroa, da extensão e profundidade dos conflitos protagonizados – Catalunha, Itália, Países Baixos – além dos interesses comuns com os outros governos envolvidos. Mazarino visava mesmo conseguir uma trégua longa, mais do que fixar uma paz definitiva. Aguardava-se que a Espanha pedisse esta trégua tão desejada, de caráter provisório e reversível. Esta opção interessava mais ao governo de Paris, pois uma paz definitiva frearia as conquistas francesas e as perdas espanholas, o que não era desejado na corte de Luís XIV.⁷⁷

Como “revoltados”, os portugueses não podiam contar com seu reconhecimento em Münster. No entanto, esperava-se que franceses e suecos atuassem para obter a participação dos enviados portugueses nas reuniões. Estes foram conduzidos pelos próprios franceses até Westphália, para que tentassem os salvo-condutos que garantiriam o seu reconhecimento no congresso. Pereira de Castro fez a viagem com a comitiva francesa, em decorrência dos esforços do marquês de Niza, embaixador em Paris, enquanto Botelho de Moraes viajou com os suecos. Os enviados portugueses buscavam participar das negociações para que pudessem obter a inclusão de Portugal no tratado de paz, e o

⁷⁵ Pedro Cardim. Os “rebeldes de Portugal” no Congresso de Münster (1644-48). *Penélope*, n. 19-20, 1998, pp. 102-104. Lucien Bély. *L’art de la paix en Europe. Naissance de la diplomatie moderne, XVIe- XVIIIe*. Paris, PUF, 2007, p. 232.

⁷⁶ Pedro Cardim. Os “rebeldes de Portugal” no Congresso de Münster (1644-48). *Penélope*, n. 19-20, 1998, p. 105.

⁷⁷ Daniel Séré. *La paix des Pyrénées : vingt-quatre ans de négociations entre la France et l’Espagne (1635-1659)*. Paris, H. Champion, 2007, pp. 128-129.

conseqüente reconhecimento de sua independência; além de tratar da libertação do infante D. Duarte, o que não foi alcançado, tendo ele morrido na prisão em Milão.⁷⁸

Os plenipotenciários franceses em Münster apresentaram atitudes ambíguas: enquanto deveriam deixar para o final das negociações, conforme suas instruções, os assuntos de Portugal e da Catalunha, considerados não prioritários para a diplomacia francesa, também era sublinhado que a França deveria ter a liberdade de auxiliar e apoiar seus reinos amigos, inclusive no tocante a D. João IV.

Os representantes de Paris insistiam com os enviados portugueses para que a guerra contra a Espanha fosse ofensiva, e não apenas defensiva. Com isto, eles buscavam conhecer a capacidade das forças de Portugal para saber se estas seriam capazes de bem combater a Espanha. Como já foi referido, os combates na fronteira dos reinos ibéricos favoreceriam também os franceses nos seus combates na Catalunha. Em carta de 1644, D. João IV declara a respeito desta ofensiva:

estão minhas armas vitoriosas, e senhoras do campo por toda a parte, assim direis de minha parte ao cardeal, e mais ministros, e de El Rey Cristianíssimo para que vejam, que não são as armas de França, as que conservam Catalunha, senão as minhas; pois é certo, que se o poder, que meu inimigo, tem por aqui, o aplicara aquele principado, o tivera reduzido a muito tempo, e bastantes eram estas razões, não só para França enviar a este reino o embaixador, de que me tratais, mas para ter com ele, e com minhas coisas o termo, e correspondência que sempre devo esperar de El Rey Cristianíssimo.⁷⁹

Mesmo com o relativo apoio do governo de Paris, a participação dos enviados portugueses não foi aceita no congresso. Os imperiais permaneceram taxativos a respeito disso, não os aceitando na mesa de negociações. Por sua vez, o representante espanhol, Saavedra Fajardo, ameaçou se retirar do congresso, caso as reivindicações de Portugal continuassem a ser mencionadas. Assim, o apoio antes veemente dos suecos em relação a D. João IV foi esmorecendo. Em parte, isso se deu pela morte do interlocutor português com a delegação, Botelho de Moraes mas, sobretudo, pela recusa portuguesa em ceder algumas possessões ultramarinas em troca do apoio diplomático no congresso.⁸⁰ É importante destacar que a Inglaterra, além da Rússia e da Turquia, não participaram das negociações que levaram à paz de Westphália. Isso também ajuda a compreender o motivo pelo qual se revestiu de tanta importância o apoio francês a Portugal.

⁷⁸ Pedro Cardim. Os “rebeldes de Portugal” no Congresso de Münster (1644-48). *Penélope*, n. 19-20, 1998, pp. 105-106.

⁷⁹ Carta de D. João IV ao seu embaixador em Paris. 23 de junho de 1644. Laranjo Coelho. *Cartas de El Rei D. João IV ao Conde da Vidigueira (Marquês de Niza) embaixador em França*. Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1940, vol. 1, pp. 152-153.

⁸⁰ Pedro Cardim. Os “rebeldes de Portugal” no Congresso de Munster (1644-48). *Penélope*, n. 19-20, 1998, pp. 109-110.

Em 1645, os portugueses passaram a se concentrar em obter o apoio da Santa Sé, por meio do núncio Contarini, enviado de Veneza no congresso. Apesar desta ajuda, nem espanhóis, nem imperiais flexibilizaram as suas posições para negociar com Portugal. Acreditava-se que a aceitação dos portugueses nas negociações indicaria a conivência com a sua condição de “rebeldes”, em desrespeito ao Rei legítimo que havia sido preterido. No máximo, podia-se obter uma trégua⁸¹:

Aos olhos de espanhóis e seus aliados, conceder tal salvo-conduto aos enviados do duque de Bragança – um rebelde que se auto-intitulava rei – ainda que não reconhecido pela Santa Sé – equivalia a premiar o ato de rebelião contra um príncipe legítimo, e a desonrar aqueles que permaneciam fiéis ao sei rei.⁸²

Decididos a deixar a causa portuguesa para o final das negociações, os franceses passaram a ser pressionados pelos enviados de D. João IV, evidentemente descontentes com essa situação. Tal pressão causou incômodos em Paris, manifestando-se contra isso o secretário de Estado Brienne. Os espanhóis percebiam a fragilidade com a qual se revestia o apoio francês a Portugal. Eram dois os objetivos com esta ajuda ocasional: enfraquecer Filipe IV e manter uma influência na política portuguesa. À semelhança da Suécia, a França também buscava obter colônias em troca do apoio dado a Portugal mas, além disso, pretendia a colaboração portuguesa na guerra contra a Espanha, inclusive com auxílio militar à Catalunha. A única das possibilidades para Portugal era permanecer com uma guerra ofensiva nas suas fronteiras com a Espanha, pois não tinha disponibilidade de tropas para enviar à Catalunha, nem pretendia negociar suas colônias.⁸³ Em despacho de Mazarino aos seus plenipotenciários em Münster, no início de 1646, constava que “a França a respeito de Portugal tinha inteira liberdade de procurar o que lhe fosse proveitoso, quando assim o pedisse o seu próprio interesse; que o que havia de bom naquele caso era o não se poder suspeitar a conduta da França, nem haver receio que os negócios de Portugal se avantajassem antes dos dela, que era a sua tática mostrar-se firme em proteger as pretensões dos portugueses contra os espanhóis, a fim de que quando se julgasse acertado de afrouxar o fervor daquela proteção, tudo viesse a redundar em proveito da mesma França.”⁸⁴

⁸¹ Ibidem, pp. 111.

⁸² Ibidem, p. 113. Deve-se lembrar que nas negociações para a paz na Península Ibérica, após a morte de Filipe IV, relutou-se muito em Madri a respeito do tratamento “de rei a rei” que devia ser estabelecido para a assinatura do tratado. Rafael Valladares. *A independência de Portugal, Guerra e Restauração (1640-1680)*. Lisboa, A Esfera dos Livros, 2006, pp. 251-252.

⁸³ Pedro Cardim. Os “rebeldes de Portugal” no Congresso de Münster (1644-48). *Penélope*, n. 19-20, 1998, p. 111.

⁸⁴ *Apud* Visconde de Santarém. *Quadro Elementar das Relações Políticas e diplomáticas de Portugal com as diversas potências do mundo*. Paris, Officina Typographica de Fain e Thunot, 1843, tomo 4, p. CCXXIV.

A partir de 1646, os holandeses iniciaram a participação nas negociações em Münster, e os enviados portugueses tentavam obter um acordo, pois embora houvesse uma trégua entre Holanda e Portugal, esta não incluía o ultramar. Os representantes holandeses, no mesmo ano, chegaram a interceder por D. João IV, ao que os enviados de Filipe IV se mostraram escandalizados. Entretanto, no decorrer do congresso, ainda em finais de 1646, os holandeses acabaram por se distanciar de Portugal, alinhando-se com os espanhóis.⁸⁵

No início das discussões de paz em Münster, a França se negou a começar a tratar com os representantes espanhóis antes da chegada dos plenipotenciários das Províncias Unidas, que deveriam participar juntamente das negociações. Mas os holandeses chegaram a Münster apenas no final de 1645. A causa desta demora foi a existência de uma negociação em Haia com os espanhóis, fato este desconhecido dos franceses. Dessa forma, as negociações entre as Coroas de França e Espanha não progrediram, dada a espera para o início das conversas, enquanto com as Províncias Unidas elas já estavam adiantadas. Tal atitude da Espanha, de buscar antecipadamente um acordo com as Províncias Unidas também considerou a potencial cooperação que poderia haver entre essas e Portugal, contra a própria Espanha.⁸⁶

Em 1635, a França e as Províncias Unidas firmaram um tratado, no qual ficou acertado que ambos empreenderiam uma conquista dos Países Baixos espanhóis, fazendo a partilha dos territórios conquistados. No entanto, nas negociações de Münster, Mazarino pretendia colocar os mesmos Países Baixos espanhóis como dote do casamento da infanta Maria Teresa com Luís XIV, em troca ainda da Catalunha e do Rossillon. Caso isso se concretizasse, o ministro francês obteria os referidos territórios por meio de um acordo matrimonial e não da guerra, contrariando, portanto, o que fora estabelecido com as Províncias Unidas.⁸⁷ Além de desafiar a Monarquia hispânica, o interesse francês pelos Países Baixos espanhóis era motivado ainda pela idéia de que tal aquisição representaria um grande ganho à defesa de Paris, tornando-a um “boulevard inexpugnável”. Evidentemente, que o domínio dos Países Baixos também favoreceria o comércio, mediante o controle do porto de Dunquerque, restabelecendo a soberania francesa sobre a região, perdida no século XVI.⁸⁸

⁸⁵ Pedro Cardim. Os “rebeldes de Portugal” no Congresso de Münster (1644-48). *Penélope*, n. 19-20, 1998, p. 113.

⁸⁶ Daniel Séré. *La paix des Pyrénées : vingt-quatre ans de négociations entre la France et l'Espagne (1635-1659)*. Paris, H. Champion, 2007, p. 133. Jorge Borges de Macedo. *História diplomática portuguesa, constantes e linhas de forças*. Lisboa, Revista “Nação e Defesa”, 1987, p. 166.

⁸⁷ Daniel Séré. *La paix des Pyrénées : vingt-quatre ans de négociations entre la France et l'Espagne (1635-1659)*. Paris, H. Champion, 2007, p. 136.

⁸⁸ Lucien Bély. *L'art de la paix en Europe. Naissance de la diplomatie moderne, XVIe- XVIIIe*. Paris, PUF, 2007, p. 234.

A posição espanhola permanecia inalterada, não sendo aceita qualquer menção a Portugal nas negociações, ainda que os franceses tenham rebaixado as suas reivindicações, pedindo apenas uma trégua entre Espanha e Portugal que durasse dez ou doze anos. Os holandeses não apoiaram esta proposta e os espanhóis nem consideraram a possibilidade de negociação. Repetia-se então o que havia ocorrido durante todo o congresso: “o apoio a Portugal, inicialmente prometido por alguns inimigos da Casa de Áustria, era retirado sempre que tal promessa vinha estorvar o acordo entre os intervenientes no congresso.”⁸⁹

Em 1647, num ato desesperado, D. João IV enviou o marquês de Niza a Paris, a fim de subornar Mazarino e outros ministros franceses. Não conseguindo os representantes portugueses participar enfim das negociações e mesmo os enviados franceses não obtendo êxito em incluir a menção a Portugal nos tratados, as negociações passaram de Münster a Paris. Apesar de mais este esforço, Portugal não pôde integrar o congresso e, conseqüentemente, não conseguiu negociar a paz com a Espanha.⁹⁰

O apoio do governo de Paris a D. João IV possuiu um caráter ocasional, de acordo com os reais interesses franceses. Além de poder obter maiores benefícios defendendo a causa catalã como sua prioridade, à França não seria útil que a guerra na Península Ibérica chegasse ao fim. Os franceses acabaram por ceder à pressão espanhola de que se retiraria da mesa de negociações, caso houvesse a insistência pela defesa da dinastia de Bragança. Os enviados de Mazarino teriam utilizado inclusive tal situação, como motivo para deixar Portugal fora das negociações. A própria França não assinaria a paz com a Espanha em Westphália, o que também pode explicar o menor empenho adotado nas negociações em relação à causa portuguesa. Atuando num jogo duplo, o intuito francês seria postergar o conflito com a Espanha, sendo favorável à sua política a continuidade da guerra entre a Monarquia hispânica e Portugal. Lucien Bély afirma que tanto Mazarino quanto Filipe IV fizeram a mesma escolha: a continuidade da guerra poderia acarretar novas vantagens sobre o inimigo, o que levaria então a uma paz mais proveitosa ao reino vitorioso. No entanto, o fardo fiscal permaneceria sobre a população, aumentando os descontentamentos que, no caso francês, culminaria com a Fronda. Mazarino adotava então a mesma política de seu antecessor Richelieu: comandava uma guerra contra os Habsburgo em diferentes frentes, a fim de obter uma paz favorável ao seu Reino, mesmo que isso significasse menor empenho na política interna.⁹¹

⁸⁹ Pedro Cardim. Os “rebeldes de Portugal” no Congresso de Munster (1644-48). *Penélope*, n. 19-20, 1998, p. 114.

⁹⁰ Ibidem, pp. 114-115.

⁹¹ Lucien Bély. *L'art de la paix en Europe. Naissance de la diplomatie moderne, XVIe. – XVIIIe. siècle*. Paris, PUF, 2007, p. 283.

Em relação a Portugal, não houve uma vitória diplomática, visto que não se alcançou qualquer intento da Monarquia brigantina em Westphália, tendo constituído a questão portuguesa um dos maiores obstáculos do Congresso de Münster.⁹² No entanto, tais negociações em Münster marcaram o início da reinserção da representação diplomática portuguesa, agora como país soberano, após sessenta anos sob a União Ibérica.⁹³

No tocante às forças europeias, este tratado imprimiu uma alteração nos predomínios político-diplomáticos. O tratado de Westphália marcou “o início de uma era na qual o papa perdia a sua pretérita e consagrada legitimidade para intervir nas relações internacionais.”⁹⁴ Tal “atitude secularizante” esteve relacionada também com a questão do domínio e soberania dos territórios. Como lembra Íris Kantor,

Os mapas tornaram-se parte do argumento jurídico de definição das fronteiras e limites territoriais entre os diferentes Estados imperiais europeus. Está em gênese uma nova concepção de soberania articulada com um território espacialmente definido. Nesse sentido, os mapas tornaram-se testemunhos de uma tensão permanente entre o domínio nominal e o domínio efetivo e seus efeitos no plano internacional.⁹⁵

Muitos foram os esforços feitos para a libertação de D. Duarte, preso em Milão. Não apenas a França, mas também a Inglaterra esteve empenhada na mediação deste impasse. Cogitou-se a troca de prisioneiros feitos durante a guerra por França e Suécia pela liberdade de D. Duarte. Mesmo assim, Valladares lembra que obstinação e dissimulação estiveram juntas neste processo. Já em 1649, D. João IV recusou uma proposta de Mazarino para que seu irmão fosse solto. Sob a alegação de que não disporia do montante exigido por Madri – 40 mil dobrões – o que ainda fortaleceria a política de Filipe IV, o Monarca português também poderia ter o receio de que a vinda de D. Duarte a Lisboa pudesse desestruturar a sua política, principalmente se surgissem comparações entre os irmãos Bragança. Lembrando que o próprio D. Duarte havia sido cogitado para assumir o trono português, a partir da

⁹² Visconde de Santarém. *Quadro Elementar das Relações Políticas e diplomáticas de Portugal com as diversas potências do mundo*. Paris, Officina Typographica de Fain e Thunot, 1843, tomo 4, p. CCXXI.

⁹³ Evaldo Cabral de Mello. *O negócio do Brasil. Portugal, os Países Baixos e o Nordeste (1641-1669)*. São Paulo, Companhia das Letras, 2011, p. 10.

⁹⁴ Leonor Freire Costa e Mafalda Soares da Cunha. *D. João IV*. Lisboa, Círculo de Leitores, 2006, p. 175.

⁹⁵ Íris Kantor. Usos diplomáticos da ilha-Brasil: polêmicas cartográficas e historiográficas. *Varia História*, vol. 23, n. 37, 2007, p. 77.

conjura que poria fim à União Ibérica. E tal “elemento político” não poderia ser desprezado por D. João IV.⁹⁶

No mesmo ano de 1649, D. Duarte morreu no castelo onde esteve preso em Milão. Diante da impossibilidade de envolvê-lo num acordo de paz, o governo português buscou abrir negociações para um acordo matrimonial que uniria a herdeira de Filipe IV e D. Teodósio, primogênito de D. João IV. Com este objetivo partiu o padre Antonio Vieira para Roma. Mas não possuía apenas este objetivo. A viagem à Itália serviria também para promover um levante em Nápoles, com o apoio dos nobres que estavam insatisfeitos com a política de Madri, sobrecarregados pelo financiamento que tinham de fornecer à guerra.

Nápoles era um Reino essencial do Rei Católico na Itália. No levante, haveria o envolvimento francês – obtido por meio de Vieira com agentes de Mazarino em Roma – e a promessa de envio de dinheiro por parte dos lusos. Os planos para a sublevação ainda previam o envio de uma armada portuguesa, com cerca de oito mil soldados, e a instauração de um regime pró-nobiliárquico, cuja cabeça poderia ser até mesmo o filho de D. João IV, D. Afonso. Participaram ainda da organização do levante alguns “napolitanos francófilos”. O sucesso deste intento levaria ao aumento da crise espanhola, o que favoreceria as negociações entre os governos de Madri e Lisboa. Além disso, para os franceses, o domínio de Nápoles consistiria num ponto de apoio estratégico, auxiliando os negócios na região, além de propiciar socorros aos corsários.⁹⁷

Na Biblioteca Nacional de Portugal se encontra a “Instrução Secreta que o Senhor Rei Dom João IV deu ao Padre Antonio Vieira da Companhia de Jesus, mandando-o à Cúria de Roma, em outubro de 1649.”⁹⁸ O primeiro assunto para o qual o Monarca instrui Antonio Vieira é o “estado das coisas de Nápoles”. A este respeito, além da instrução entregue a Vieira, foi provida outra instrução secreta, destinada à embaixada portuguesa em Paris, levada por Luís Pereira de Castro. Neste documento, pode-se perceber a importância da embaixada de Portugal na França, dada a participação dos enviados, como o marquês de Niza, em diversas negociações que atendiam aos interesses portugueses, bem como no tocante à paz de Westphália.

Na instrução dada a Antonio Vieira, destaca-se a importância do Reino de Nápoles na Itália e, portanto, para a manutenção do domínio Habsburgo na região:

⁹⁶ Rafael Valladares. *A independência de Portugal, Guerra e Restauração (1640-1680)*. Lisboa, A Esfera dos Livros, 2006, p. 130

⁹⁷ Lucien Bély. *Les relations internationales en Europe (XVIIe-XVIIIe)*. Paris, PUF, 1998, pp. 143-144. Rafael Valladares. *A independência de Portugal, Guerra e Restauração (1640-1680)*. Lisboa, A Esfera dos Livros, 2006, pp. 132-133.

⁹⁸ Instrução Secreta que o Senhor Rei Dom João IV deu ao Padre Antonio Vieira da Companhia de Jesus, mandando-o à Cúria de Roma, em outubro de 1649. 11 de outubro de 1649. BNP, Reservados, Cód. 1570, fls. 152-166.

O reino de Nápoles que suponho consideravelmente alterado pelo que fica dito, e convirá muito o esteja quando se tratar de negócio, porque como Nápoles é o principal e mais substancial que Castela tem em Itália, e de que em tudo depende o provimento de Milão, e grande parte da conservação de Sicília, que nestes anos andou tão arriscada a fazer mudança, e ensina a prudência reparar que não vai na perda e inquietações de Nápoles, mas também a perda ou inquietação de Milão ou Sicília, é isto mais de recear agora, em que com a mudança do tempo, estão tão usados os movimentos e mudanças dos reinos.⁹⁹

Quando da sua chegada a Roma, Antonio Vieira deveria buscar contato com pessoas que seguissem “o partido declaradamente contra El Rei de Castela, e tomando notícia de seus intentos, e das disposições e meios com que os determinam executar, não se fiando das suas informações somente, mas averiguando a verdade delas.”¹⁰⁰ Além de buscar tais informações em Roma, Vieira deveria também investigar a situação no interior do Reino, “tudo com a cautela e resguardo que a matéria pede por todos os respeitos”. Obtendo-se as informações necessárias, o enviado de D. João IV deveria esperar os avisos de França, ou seja, dos enviados portugueses em Paris, o embaixador marquês de Niza e o residente Cristóvão Soares de Abreu. E D. João IV manifesta o curso das ações que Vieira deveria tomar:

E se nem a Coroa de França, nem o Príncipe de Condé quiserem tratar da empresa, então parecendo-vos com que os meus socorros poderão os movimentos daquele reino, inquietar e divertir consideravelmente a El Rei de Castela, o que julgareis das informações que já haveis de ter tomado, quando chegar aviso de França, então procurareis por meio de Manoel Rodrigues de Mattos, que os filhos de Nápoles se conformem em pessoa que seja cabeça da empresa e a governe, porque sem isto parece se não poderá fazer coisa de importância, e disposto isto mandareis entregar para se começar a empresa o dinheiro que vos parecer, dentro dos limites apontados; advertindo que como escreve Cristóvam Soares, estes mesmos homens pediam à França para começar a empresa cinqüenta mil cruzados.¹⁰¹

É bastante interessante o que este excerto apresenta: numa situação de grande dificuldade do Reino de Portugal, por conta das despesas com a guerra, esperava-se em Lisboa que a França enviasse auxílio aos napolitanos, sobretudo financeiro, para possibilitar a sua revolta. No entanto, caso isso não se confirmasse, o enviado secreto Antonio Vieira estaria autorizado a entregar recursos aos súditos descontentes de Filipe IV em Nápoles. Mesmo assim, Vieira deveria adiar a referida entrega de dinheiro, pois apenas isso não seria suficiente para garantir o êxito do movimento:

Se os napolitanos quiserem que logo sem se esperar aviso de França os socorrais para começarem a mover as armas, lhes fareis entender que, porque o meu intento não é só o de fazer mal a Castela, se não o de os remediar a eles, e

⁹⁹ Ibidem, fl. 157.

¹⁰⁰ Ibidem, fl. 153.

¹⁰¹ Ibidem, fl. 154.

libertar o Reino, e isto não poderá ser com tanta segurança pelo estado em que se acha, se França ou o Príncipe de Condé não entrar com calor no negócio.¹⁰²

O Monarca português recomenda ainda a Antonio Vieira que ninguém em Nápoles soubesse da sua atuação neste assunto, devendo ter muita cautela. A razão pela qual Portugal se empenharia na organização deste levante seria estimular maiores obstáculos à política hispânica. Evidentemente, isso dificultaria o combate nas fronteiras entre Portugal e Espanha, o que beneficiaria a dinastia de Bragança. Todavia, como foi dito acima, o Reino enfrentava vários problemas para conseguir o reconhecimento da dinastia de Bragança e mesmo organizar as suas finanças. Fornecer ajuda a uma revolta não seria tarefa tão simples assim, mas demonstra a importância depositada pela Monarquia portuguesa no sucesso do levante.

Além de buscar fomentar esta desestruturação no Império espanhol, o governo português procurou tirar proveito da falta de um herdeiro varão para a Monarquia hispânica, com a proposta de casamento entre a herdeira Maria Teresa e o herdeiro da dinastia de Bragança, D. Teodósio. Tal enlace reunificaria a Monarquia ibérica, assumindo o trono um português. No caso de Filipe IV gerar sucessão a partir de seu segundo casamento, o casal D. Teodósio e D. Maria Teresa reinaria em Portugal, como um Reino separado, embora vinculado à Espanha. Na instrução, este matrimônio é exposto da seguinte forma: “com um só remédio se devem e podem curar tantos males presentes e futuros [...] este é casar a infante de Castela, com o príncipe meu sobre todos muito amado e prezado filho.”¹⁰³ Diante da recusa do casamento da filha de Filipe IV com o Rei da Hungria, filho do Imperador, acreditava-se que a melhor alternativa seria um enlace na Casa de Bragança. Mas o conflito na Península Ibérica se prolongou, não havendo acordo possível entre Portugal e Espanha.

Permanecendo sem um “aliado autêntico”, a Monarquia portuguesa seguia empreendendo ações que pudessem atrair o apoio de outros governos, mas a conjuntura europeia um tanto agitada não ajudaria a dinastia de Bragança. A própria característica do ato que aclamou D. João IV era controversa. Rafael Valladares apresenta a conjura de 1640 como um golpe, mas revestido de um caráter novo e peculiar:

A conjura de 1640 transcendeu a forma original deste tipo de levantamentos, pois fez coincidir com a deposição de um monarca com o golpe de estado, ou seja, a conquista do poder mediante o uso da violência e a ruptura da ordem vigente, ao ponto de arrastar o país para uma guerra que tinha mais a ver com

¹⁰² Ibidem, fl. 155.

¹⁰³ Instrução Secreta que o Senhor Rei Dom João IV deu ao Padre Antonio Vieira da Companhia de Jesus, mandando-o à Cúria de Roma, em outubro de 1649. 11 de outubro de 1649. BNP, Reservados, Cód. 1570, fl. 157

os interesses daqueles que tinham sido os obreiros do novo regime do que com os interesses do reino.¹⁰⁴

Talvez a dificuldade em obter um êxito diplomático nas negociações de Münster, tendo ficado Portugal fora da paz de Westphália, tenha sido um reflexo da especificidade do movimento empreendido pelos portugueses em 1640. Houve sim, ao menos, a divulgação da causa de independência portuguesa, mas diversos fatores, além da condição de “rebeldes”, levaram à demora do reconhecimento da nova dinastia, bem como da paz com a Espanha.

O reconhecimento da independência portuguesa e a paz na Península Ibérica

Conforme exposto acima, logo após a conjura de 1640 em Portugal, a Espanha não teve meios de partir para um confronto direto com o vizinho na península, a fim de reconquistar imediatamente o Reino, porque a conjuntura de guerra no continente europeu e no ultramar ocasionou muitas dificuldades. Antes de 1640, Filipe IV já estava em guerra com as Províncias Unidas e a França, no contexto da Guerra dos Trinta Anos. Embora esta tenha chegado ao fim em 1648, não houve acordo de paz entre as Monarquias hispânica e francesa, tendo permanecido o conflito com a França até 1659, quando foi assinado o tratado dos Pireneus. A Coroa espanhola ainda protagonizou um conflito com a Inglaterra, no decênio de 1650. A partir de 1660, a guerra com Portugal se revestiu de uma grande impopularidade na Espanha, pois este seria o único motivo pelo qual os súditos de Filipe IV continuariam a pagar elevados impostos. Até então, a Espanha havia feito a opção por se concentrar em outros conflitos, deixando para um momento posterior a guerra com Portugal. E quando finalmente Filipe IV foi direcionar seu foco ao Reino vizinho, a Monarquia brigantina já havia obtido importantes apoios diplomáticos e militares, através de uma política de alianças, mediante concessões comerciais no ultramar. A situação então se agravara para a Espanha e as chances de reconquistar Portugal eram cada vez menores.

Por cerca de dezoito anos, até 1657, a guerra na Península Ibérica foi essencialmente defensiva – exceto pelos anos de 1643-1644 – marcada por pequenos ataques nas fronteiras. Conforme dito acima, a Espanha não pôde disponibilizar tropas para o conflito contra Portugal, por estar envolvida em outros confrontos na Europa. Apenas diante da estabilização da situação militar na Catalunha, a Monarquia hispânica passou a concentrar suas atenções contra Portugal. No entanto, a

¹⁰⁴ Rafael Valladares. *A independência de Portugal, Guerra e Restauração (1640-1680)*. Lisboa, A Esfera dos Livros, 2006, p. 274.

abrangência territorial da guerra permaneceu restrita ao Alentejo, Minho e Beira.¹⁰⁵

As operações militares até então empreendidas tinham o intuito de intimidar Portugal, mas em nenhum momento ocasionaram uma invasão de território. Do lado português, uma das maiores dificuldades, desde o início da guerra, foi a organização de um exército, devido à falta de soldados, bem como de indivíduos que o pudessem dirigir. Sendo assim, uma das primeiras medidas tomadas sob a Monarquia de Bragança seria a criação do Conselho de Guerra, poucos dias após a aclamação de D. João IV. Outra providência importante consistiu na nomeação de governadores de armas para as províncias do Alentejo, Algarve, Beira, Estremadura, Minho e Trás-os-Montes. Mesmo com tais medidas, os problemas se estendiam pelas fortalezas localizadas nas fronteiras, pois muitas delas precisavam de reparos; e pela falta de artilharia. Em 1659, com a assinatura do tratado dos Pireneus, a guerra entraria na sua fase decisiva. Neste mesmo ano, após sucessivas ofensivas de ambos os lados, Portugal conseguiu a importante vitória na batalha de Elvas.¹⁰⁶

Em 1663, D. Juan José de Áustria, filho ilegítimo de Filipe IV, conseguiu promover a conquista de Évora, limite máximo alcançado pelas tropas hispânicas na guerra, tendo ocasionado a situação mais perigosa desde o início do confronto, além do pânico que se espalhou na corte lisboeta. Entretanto, houve uma reação portuguesa no Alentejo, com a participação de tropas inglesas e francesas. Obteve-se assim a vitória na batalha do Ameixial, considerada a mais importante da guerra, e que teve grande impacto político em ambas as cortes ibéricas.¹⁰⁷

Nos anos seguintes, verificou-se uma paralisia militar, em meio às dificuldades de financiamento da guerra e de recrutamento de homens. No ano de 1665, foi feita a última ofensiva contra Portugal, mas o marquês de Caracena protagonizou um fracasso com a derrota em Vila Viçosa. Tal acontecimento gerou uma nova redução de gastos com a guerra, a qual, mais uma vez, deixou de ser o foco da Monarquia hispânica. Os recursos do governo de Madri foram então destinados aos combates de Flandres, ameaçada pela ofensiva francesa.¹⁰⁸

¹⁰⁵ Nuno Gonçalo Monteiro. A Guerra da Aclamação. Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira (dir.). *Nova História Militar de Portugal*. Lisboa, Círculo de Leitores, 2000, p. 271.

¹⁰⁶ Nuno Gonçalo Monteiro. A Guerra da Aclamação. Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira (dir.). *Nova História Militar de Portugal*. Lisboa, Círculo de Leitores, 2000, pp. 276-278.

¹⁰⁷ Ibidem, pp. 278-279. É importante lembrar que apesar de assinada a paz dos Pireneus, entre Espanha e França, diante do não pagamento do dote de sua esposa, Luís XIV voltou a intervir no conflito na Península Ibérica, inicialmente, por intermédio inglês e, depois, enviando tropas para a guerra.

¹⁰⁸ Rafael Valladares. *A independência de Portugal, Guerra e Restauração (1640-1680)*. Lisboa, A Esfera dos Livros, 2006, p. 223.

Não tendo sido priorizada por Filipe IV, a guerra com Portugal também não havia contado com uma estratégia militar específica para este conflito. Os espanhóis acreditavam que poderiam avançar sobre o território português, a partir da repetição da estratégia utilizada pelo duque de Alba em 1580. Porém, oitenta anos haviam se passado e os portugueses já tinham pleno conhecimento deste plano de ação outrora utilizado. Os problemas só aumentavam com a dificuldade no recrutamento de tropas e a manutenção do exército. Logo, a guerra tornou-se cada vez mais problemática para os espanhóis, o que se manifestava, por exemplo, na desobediência em relação à realização de comércio com o Reino vizinho, intermediado por Inglaterra, França e Províncias Unidas.¹⁰⁹

Em 1662, D. Afonso VI assumiu o trono, pondo fim à Regência. Tendo recorrido o Monarca ao conde de Castelo Melhor como seu valido, o governo de Madri acreditou que seria um bom momento para promover ofensivas militares e talvez avançar na guerra. Como dito acima, a cidade de Évora foi o alvo conquistado, estando inclusive no caminho de Lisboa. Entretanto, os sucessivos reveses militares após este êxito levaram Filipe IV a reconhecer a necessidade de abrir negociações com o governo de Lisboa, fato este que muitos ansiavam, nos anos de 1664-1665. Mas isso não indicava necessariamente que a Espanha viveria um período de paz, pois a disputa com a França sobre Flandres precisava ser enfrentada.

Em meio às tentativas de negociação de paz entre Portugal e Espanha, a posição defendida pelo valido de D. Afonso VI era de que Lisboa deveria obter mais vitórias militares frente à fragilizada Monarquia hispânica, pois assim Madri aceitaria mais facilmente as exigências de Lisboa. E foi esta postura adotada por Castelo Melhor que acabou por vingar, consolidando a superioridade militar portuguesa frente aos espanhóis. Esta ação se deu mesmo Portugal sofrendo pressões, por parte da Inglaterra, para que finalizasse o conflito, lembrando-se que a Monarquia inglesa estava envolvida na guerra ao fornecer homens para o combate.¹¹⁰

Todavia, Filipe IV faleceu em 1665, o que não favoreceu as negociações para o fim da guerra. Nesse momento, o governo de Lisboa buscou tirar proveito de uma Regência débil, já que o herdeiro deixado pelo Rei Católico era um Príncipe longe de atingir a maioridade e com pouca saúde. Com novas perdas militares, a Espanha ainda relutava em abrir negociações “de rei a rei”, a fim de reconhecer a legitimidade de D. Afonso VI e da Casa de Bragança. Este se mostrava o principal entrave à paz, já que ambos os Reinos tinham interesse em finalizar o conflito.¹¹¹

¹⁰⁹ Ibidem, pp. 224-227.

¹¹⁰ Ibidem, pp. 248-249.

¹¹¹ Ibidem, pp. 251-252.

A Regente Mariana de Áustria sabia da necessidade de finalizar o conflito com Portugal. E após a derrota de Caracena em 1665, demonstrou a intenção de abrir novas negociações. No entanto, foi acusada por seus opositores de que estaria abandonando a possível reconquista o Reino vizinho, ao assinar a paz, prejudicando assim a Espanha. Mas a necessidade de salvar outros domínios, como Flandres, exigia uma decisão do governo de Madri. No início de 1668, uma armada francesa atingiu uma importante posição na disputa com a Espanha: fora feito o bloqueio do acesso aos Países Baixos através do Canal da Mancha, o que interromperia o acesso dos espanhóis e de qualquer ajuda dos mesmos. Tal ocorrência forçaria a assinatura da paz na Península Ibérica, conforme a vontade que o Rei Filipe IV manifestara antes de falecer.¹¹²

Por outro lado, os franceses buscavam convencer Castelo Melhor de que não se deveria fazer paz ou trégua com a Espanha, se não fosse mediante o tratamento de rei a rei. O embaixador francês Saint Romain foi enviado a Lisboa com o intuito de dificultar as negociações entre Portugal e Espanha, buscando impedir que houvesse qualquer acordo de paz entre as partes. Mesmo agindo contra a argumentação do embaixador inglês, Saint Romain tentava convencer o Monarca português de que o tratado que lhe estava sendo oferecido para fixar paz com a Espanha não seria bom, pois não garantiria as seguranças necessárias ao Reino, e não seria honroso a Portugal. O enviado de Luís XIV percebia que D. Afonso VI estava disposto a concluir a paz, desde que se chegasse a um bom acordo para os portugueses firmarem o tratado. Em carta de fevereiro de 1666, o embaixador francês afirma que tentava de todos os modos agir contra esta inclinação da Monarquia portuguesa.¹¹³ Porém, os enviados da Inglaterra atuavam em favor da paz na Península Ibérica. O próprio Saint Romain apontava que o então embaixador da Inglaterra em Lisboa, o conde de Sandwich, passava de casa em casa, de "pessoas de crédito", a fim de compor o apoio ao tratado de paz de Portugal com a Espanha e os Estados Gerais, afirmando o enviado inglês que a França nada faria nesse sentido.¹¹⁴

A correspondência diplomática também revela que os franceses quiseram condicionar os direitos da Rainha Maria Teresa, então casada com Luís XIV, sobre os territórios dos Países Baixos.¹¹⁵ Tal informação se mostra bastante relevante para a compreensão dos empecilhos colocados pela França no tocante às negociações de paz entre Espanha e

¹¹² Ibidem, pp. 241-243.

¹¹³ Carta de Saint Romain ao governo de Paris (1666). AMAE, Correspondance de Portugal, vol. 5, fls. 80v e 202v.

¹¹⁴ Carta de Saint Romain ao governo de Paris (1668). AMAE, Correspondance de Portugal, vol. 7, fl. 13v.

¹¹⁵ Escrito de Saint Romain, dirigido ao conde de Castelo Melhor (1667). AMAE, Correspondance de Portugal, vol. 6, fl. 103.

Portugal. O motivo seria a intenção de tirar algum proveito disso, e não apenas defender a continuidade da guerra como meio de confronto à Espanha. Saint Romain também expôs a Afonso VI a necessidade do cumprimento do artigo sétimo do tratado de aliança entre Portugal e França, no qual constava que a paz com a Espanha só deverá ser assinada por Portugal, se a mesma fosse comum entre Espanha e França, não podendo Portugal assinar a paz sem a participação francesa, pois ambos os Reinos eram então aliados¹¹⁶.

Castelo Melhor buscou atuar nas negociações de paz com a Espanha de um modo que colocasse Portugal numa condição menos fraca em relação aos seus vizinhos, a fim de dar à diplomacia do Reino um novo rumo. Conforme Valladares,

Desde o golpe de 1640, a Restauração praticara uma diplomacia sem rumo, submetida à superioridade dos seus vizinhos, os quais tiraram muito proveito dessa situação. Castelo Melhor pretendia acabar com isso e colocar Portugal numa posição mais forte – ou menos fraca –, a partir da qual tivesse condições para defender seus interesses.¹¹⁷

Por conta disso, o historiador espanhol acredita que a aliança luso-francesa estabelecida em 1666, com o casamento de D. Afonso VI e Maria Francisca de Sabóia, deve ser compreendida como um artifício para defender os interesses portugueses, não ficando o Reino tão dependente da aliança inglesa, pois a Inglaterra já explorara Portugal em muitos momentos. Sendo assim, a aliança com a Monarquia cristianíssima significaria justamente um combate à inferioridade, com a qual a Coroa portuguesa era tratada por alguns de seus aliados.¹¹⁸

No entanto, a partir da análise da documentação consultada no Archives des Affaires Étrangères, podemos afirmar que a insistência da Monarquia portuguesa em conseguir a aliança com o Rei Cristianíssimo integrou os esforços de seus enviados diplomáticos desde o início de 1641. Se, naquele momento, a opção pela aliança francesa talvez parecesse mais fácil e acessível – em decorrência da menor turbulência interna, até a ocorrência da Fronda; das boas relações entre os dois Reinos, estando em condição de paz; e do caráter cristianíssimo de seu Rei – em comparação ao auxílio que se poderia obter de ingleses e holandeses –, o transcorrer do tempo e o rol de interesses franceses demonstraram que não. Mas não foi Portugal que escolheu fazer a aliança com a França – o que se buscava há muito – e sim a França que finalmente elegeu Portugal como a melhor forma, já no decênio de 1660, de confrontar a Espanha, firmando-se então o acordo. Havia o temor

¹¹⁶ “Memória sobre o reino de Portugal” (1667). AMAE, Correspondance de Portugal, vol. 8, fl. 15.

¹¹⁷ Rafael Valladares. *A independência de Portugal, Guerra e Restauração (1640-1680)*. Lisboa, A Esfera dos Livros, 2006, p. 257.

¹¹⁸ Ibidem, p. 258.

por parte do governo de Paris de que se estabelecesse a paz na Península Ibérica e, em decorrência disto, Portugal resgatasse as boas relações com a Espanha, e inevitavelmente se distanciasse da influência política francesa. Este temor francês, de perda de influência no governo de Lisboa, se justificaria ainda por causa da aliança anglo-portuguesa já firmada.

Logo, acredita-se que não se pode pensar a aliança luso-francesa como uma alternativa às alianças firmadas anteriormente, com Inglaterra e Províncias Unidas, pois a própria aliança com a Inglaterra consistiu uma alteração no rumo da diplomacia portuguesa, diante das expectativas frustradas de firmar aliança com a Coroa francesa. O percurso que se deu foi exatamente o inverso: a aliança inglesa ocorreu diante da dificuldade em obter o apoio de Luís XIV, não tendo decorrido a aliança francesa da exploração econômica da Inglaterra. Nesse sentido, a aliança anglo-portuguesa acabou por pressionar, de certo modo, a França, visto que Portugal não estaria mais sujeito a qualquer acordo, tendo obtido a importante aliança com a Inglaterra. E se esta havia explorado Portugal, o mesmo poderia acontecer com Províncias Unidas e França, que também alcançaram as mesmas vantagens comerciais estabelecidas com o governo de Londres. Portanto, a aliança luso-francesa não representou uma mudança na condução da diplomacia portuguesa.

Entre os anos de 1666 e 1668, vários acontecimentos sacudiram a corte de Lisboa e a política portuguesa. Desde o início do decênio de 1660, procurava-se uma noiva para o Rei Afonso VI. Cogitou-se até um matrimônio com a infanta D. Margarida, filha mais nova de Filipe IV, mas entendeu-se que isso levaria a Monarquia portuguesa mais uma vez a estar sob a influência hispânica, num momento em que o Reino vizinho ainda tentava promover a reconquista de Portugal. Dessa forma, finalmente, em 1666, foi alcançada a tão aguardada aliança com a França, com o casamento entre D. Afonso VI e Maria Francisca Isabel de Sabóia, mademoiselle d'Aumale, prima do Rei Cristianíssimo.

Do ponto de vista francês, a celebração da liga formal com os portugueses promoveria a continuidade da guerra na Península Ibérica, diante do estabelecimento de uma liga ofensiva e defensiva. Entretanto, em Lisboa e em todo Reino há muito se desejava a paz, o que tornaria a liga com a França apenas defensiva, tendo em vista as negociações com a Espanha. Mesmo assim, as vitórias militares teriam grande importância nas discussões de paz.

Com a chegada de Maria Francisca de Sabóia a Lisboa, outros importantes agentes da Monarquia francesa, responsáveis por orientar a nova Rainha na sua atuação junto aos portugueses, também se dirigiram ao Reino. Aliado a isto, já havia o descontentamento de parte da nobreza com a postura e os privilégios de Castelo Melhor. Este grupo de nobres, insatisfeitos com o seu afastamento da política do Reino, passou a

defender a figura do infante D. Pedro como a mais indicada para assumir a governança de Portugal. Deu-se então uma cabala que abalou importantes nomes sobre os quais se apoiava o governo de D. Afonso VI, como Antônio Soares de Macedo, secretário de Estado, e o conde de Castelo Melhor, o valido do Rei.

O ano de 1667 marcou assim a ocorrência de muitas mudanças no cenário político português. Também disputando espaço com a Rainha, o secretário de Estado Antonio de Sousa de Macedo foi afastado do governo em agosto. No mês seguinte, a figura de Castelo Melhor foi sendo atacada com veemência. Após a saída do valido do governo em setembro, D. Afonso VI ficou isolado, tendo sido afastado do poder em 23 de novembro. Os fatos que levaram ao afastamento do Rei e à Regência de seu irmão D. Pedro serão abordados no Capítulo 3.

A notícia do afastamento de D. Afonso VI e de seu valido do governo não foi bem recebida em Madri pois, mais uma vez, ocorria um golpe no Reino vizinho, indício de desordem política e da ousadia dos que haviam ocupado o governo. Mais um impasse se estabelecia: haveria alguma vantagem em aguardar as consequências do acontecido, postergando a assinatura da paz? Decidiu-se que não. O governo de Madri tinha interesse em atrair as forças militares portuguesas, numa coalizão que poderia incluir a Inglaterra, a fim de defender a Flandres, cobiçada por Luís XIV. Esta tentativa espanhola de atrair os portugueses para sua órbita de influência se estenderia para os decênios seguintes, concomitantemente aos esforços franceses com o mesmo intuito.

Retomando a interpretação de Valladares sobre a política da Restauração portuguesa, ele apresenta como a queda de Castelo Melhor, e o conseqüente afastamento de D. Afonso VI do poder, se referiam ao modo de governo que havia sido instaurado desde 1640. Tendo colocado um membro da nobreza no trono, os demais nobres o teriam “domesticado”, juntamente com seus herdeiros, fazendo-os lembrar que “eram reis sem deixarem de ser duques, e não o contrário”¹¹⁹. A substituição de D. Afonso por seu irmão mais novo teria sido justificada pela “tirania” do Rei, ou seja, por ter afastado de seu governo “pessoas grandes” do Reino, que agora buscavam reaver o seu predomínio político:

Os privilegiados, depois da amarga experiência vivida com D. João IV e de seguida com o seu filho, pareciam ter encontrado a solução: um regime monárquico onde aquele que era rei, lá longe nos Açores, seria apenas duque de Bragança, e pouco mais. Ao mesmo tempo, um simulacro da pessoa régia

¹¹⁹ Rafael Valladares. *A independência de Portugal, Guerra e Restauração (1640-1680)*. Lisboa, A Esfera dos Livros, 2006, p. 284.

marcaria presença em Lisboa, submetido ao atento escrutínio de uma república de nobres.¹²⁰

O trabalho de Valladares se reveste de grande importância para a compreensão da Restauração portuguesa, distanciando-se das interpretações de cunho nacionalista propostas em grande medida pelos lusos. No entanto, é importante destacar que a pouca utilização de documentação francesa na sua pesquisa afasta os agentes franceses e sua influência dos acontecimentos em Lisboa, sobretudo, entre 1666 e 1669.

Pensando na interpretação do golpe de 1667, proposto por Valladares, não se pode esquecer que enviados franceses a serviço de Luís XIV, não apenas a Rainha Maria Francisca, mas também o embaixador Saint Romain e o secretário Luís Verjus, colaboraram para que D. Pedro ascendesse ao poder. A política praticada por Castelo Melhor poderia não atender às expectativas da nobreza portuguesa, mas também ia de encontro aos planos de Luís XIV. Nesse sentido, não se pode menosprezar o papel da “cabala francesa”, unida à parcialidade do infante D. Pedro no Reino. A aliança com a França, firmada em 1666, não significou a alteração dos rumos da diplomacia portuguesa, mas consolidou uma posição diplomática do Reino buscada desde 1640. O que representaria grandes transformações na política de Lisboa seria sim a presença desses representantes franceses na corte de D. Afonso VI.

Muitas são as correspondências que evidenciam as recorrentes tentativas da França em minar as negociações entre Lisboa e Madri. O embaixador Saint Romain insistia que a paz com a Espanha, já sob a Regência de D. Pedro, seria uma paz indigna. O representante francês destacava que enquanto não teve nenhuma aliança, Portugal recorreu à França, a fim de solucionar seus problemas. Desse modo, ele buscava enredar o Príncipe para que este continuasse agindo conforme os interesses franceses. Mais uma vez, aparece na dita carta a idéia de que se D. Pedro fizesse a paz com a Espanha, estaria traindo a aliança anterior firmada com a França: “os castelhanos teriam um belo exemplo de não ter fé nem palavra a um príncipe que teria rompido com seus aliados e benfeitores sem nenhuma necessidade.”¹²¹

No início de 1668, em meio ao turbilhão político que ocorria em Lisboa, o Príncipe D. Pedro assinou a paz com a Espanha. Embora tenha sido uma paz muito desejada, não deixou de ser um acordo bastante questionado. Mesmo debilitada, a Monarquia portuguesa chegava a um momento importante que encerrava um combate que se

¹²⁰ Ibidem, pp. 285-286. É importante destacar que a justificativa acerca da deposição de Afonso VI consistiu na mesma argumentação utilizada para a ruptura com a Monarquia de Filipe IV, em 1640: tirania e afastamento de parte da nobreza das ações decisórias do Reino.

¹²¹ Carta de Saint Romain ao governo de Paris (1668). AMAE, Correspondance de Portugal, vol. 7, fls. 27v-28.

estendera por quase trinta anos. Em troca deste êxito para a política do Reino, o governo de Lisboa havia feito demasiadas concessões aos então aliados Inglaterra, França e Províncias Unidas.

CAPÍTULO 2

A INCESSANTE BUSCA POR ALIANÇAS NO CENÁRIO EUROPEU

A condução da política portuguesa a partir dos tratados de paz com a Inglaterra

No início de 1641, D. João IV tão logo assumiu o trono português enviou seus primeiros representantes diplomáticos à Inglaterra, da mesma forma como procedeu com a Coroa francesa. Em busca de apoio político-militar, os enviados D. Antão de Almada e Francisco de Andrade Leitão também deixaram entrever a delicada situação pela qual Portugal passava diante da ruptura com a Monarquia hispânica. Sendo assim, o Monarca inglês tinha em vista obter vantagens comerciais, principalmente no tocante aos territórios ultramarinos.

Do lado português, o que se esperava era a garantia de abastecimento do Reino. A marinha inglesa estava especializada no comércio de reexportação e esta atividade seria fundamental a Lisboa para obter os produtos tão necessários à sua subsistência como cevada, trigo e azeite. Outros domínios da Monarquia espanhola também traficavam com Portugal, como Valência, Sicília, Nápoles e Flandres, mas também se poderia recorrer à Veneza, Dinamarca e à própria Inglaterra, que adotavam políticas neutrais num momento tão conflituoso no continente europeu.¹ É importante lembrar que a aliança com a Inglaterra poderia despertar o governo francês para a negociação de uma aliança com Portugal. Diferentes interesses estavam envolvidos nas diversas possibilidades de aliança²: se a Inglaterra poderia ser mais útil na questão do abastecimento, a França poderia atuar junto ao Papado, a fim de ter reconhecida a legitimidade da dinastia de Bragança, objetivo este que evidentemente a Monarquia inglesa e anglicana não poderia alcançar em Roma.

¹ Rafael Valladares. *A independência de Portugal, Guerra e Restauração (1640-1680)*. Lisboa, A Esfera dos Livros, 2006, pp. 80-81

² É interessante notar que na correspondência diplomática francesa, referente a Portugal, se encontra um extrato do tratado de paz entre Portugal e Inglaterra, de 1642. Não era apenas o governo português que se preocupava com as diversas possibilidades de aliança, mas a Monarquia francesa também estava ciente dos passos dados pela diplomacia lusa. AMAE, Correspondance de Portugal, vol. 1, fls. 147-149.

Em 1642, ainda sob o Reinado de Carlos I Stuart, foi firmado o primeiro tratado anglo-português do pós Restauração. Tal acordo já fornecia permissão aos ingleses para aportarem seus navios nos portos de Portugal e das conquistas da África e do Oriente. Os comerciantes ingleses em Lisboa obtiveram privilégios especiais e Portugal ficou obrigado a adquirir seus navios na Inglaterra.³

Mas a ocorrência da Revolução Inglesa e, posteriormente, da Guerra Civil, no decênio de 1640, tornaram mais difíceis as relações entre Portugal e Inglaterra. Carlos I tinha adotado uma postura de tendências absolutistas, ao provocar a dissolução do Parlamento, a fim de governar sem a sua participação. As tensões internas da sociedade inglesa assumiram a forma de um conflito político entre as elites de poder local e o governo central, além de um conflito religioso entre puritanos e anglicanos.⁴

A natureza revolucionária dos acontecimentos na Inglaterra foi verificada na condenação e execução do Rei, sob a acusação de traição; nas mudanças administrativas e na eliminação da Igreja então instituída. Houve uma larga circulação de impressos, além de inúmeros sermões e discursos, caracterizando a difusão do movimento não apenas pela palavra escrita, mas também pelas palavras que se proclamavam.⁵ Um dos correspondentes de Cromwell, escrevendo em 1650, apontava que não bastava apenas “arrancar a cabeça da monarquia”, colocando o nome de República em seu lugar, mas seria necessária sim uma grande reforma administrativa que fosse condizente com a nova situação da Inglaterra, pautando-se pela instituição da República. Logo, não se poderia manter o sistema vigente, caso contrário a Monarquia teria maiores possibilidades de ser restaurada.⁶

Com a morte de seu pai, em janeiro de 1649, Carlos II se exilou na França, onde recebeu enviados portugueses, que se encontravam na corte de Paris. No caso do governo português, fora invocada uma posição neutral frente à Guerra Civil inglesa. Deixando aportar uma esquadra realista que ostentava a bandeira Stuart em Lisboa, e não permitindo que as forças republicanas a atacassem, D. João IV se viu em meio a uma situação bastante difícil, visto que os republicanos deram início a um bloqueio à barra do Tejo. Esta crise, segundo Valladares, representou uma guerra não declarada entre Portugal e Inglaterra, pois o comércio português ficou demasiado prejudicado, e a pirataria

³ Sandro Sideri. *Comércio e poder. Colonialismo informal nas relações anglo-portuguesas*. Lisboa: Edições Cosmos, Santos: Livraria Martins Fontes, 1970, p. 39.

⁴ Lawrence Stone. *Causas da revolução inglesa (1629-1642)*. Bauru, trad. port., Edusc, 2000, p. 77.

⁵ Ibidem, pp. 102-103.

⁶ Christopher Hill. *O eleito de Deus: Oliver Cromwell e a Revolução Inglesa*. São Paulo, trad. port., Companhia das Letras, 1988, p. 126.

empreendida por Roberto do Palatinado, líder realista que aportara em Lisboa, ameaçava os comerciantes ingleses que residiam na cidade.⁷

A frota republicana, liderada pelo almirante Blake, conseguiu até mesmo impedir a saída da frota da recém criada Companhia do Comércio do Brasil, se apoderando de doze navios portugueses. Em resposta a esta ação, o Monarca português ordenou a prisão de alguns comerciantes ingleses que atuavam em Lisboa. Mas a situação permaneceu se agravando, com o envio de uma segunda armada republicana a Lisboa com ordens para atacá-la. Diante disto, D. João IV confiscou os bens dos comerciantes ingleses detidos e o governo de Londres fez o mesmo com os mercadores lusos.⁸

Meses se passavam e a chegada da frota do Brasil se aproximava. Porém, os ingleses permaneciam com o bloqueio a Lisboa e os portugueses nada conseguiam fazer para garantir a segurança da dita frota. Ocorreu então o que mais se temia: nove barcos carregados de açúcar que vinham da colônia foram capturados pelos ingleses e estes puseram fim ao bloqueio do Tejo, após vários meses presentes na capital do Reino. Aproveitando a breve abertura do bloqueio republicano, os realistas ingleses buscaram a sua fuga, e foram seguidos então pela frota republicana. Os navios realistas foram destruídos depois de uma perseguição que se estendeu até o porto de Cartagena. Apenas dois navios escaparam, sendo que em um deles Roberto do Palatinado conseguiu fugir.⁹ Borges de Macedo aponta que esta pressão dos ingleses exercida sobre Portugal revela a importância dos portos lusos para o comércio atlântico, o que favoreceria a sua aliança com a Inglaterra.¹⁰

Mesmo com esta situação de confronto com a Inglaterra, o apoio que poderia vir da ilha ao Reino que romperia com a Espanha era muito importante. Não pela ação espanhola, mas principalmente pela ação dos holandeses no ultramar. Portugal enxergava no horizonte da aliança inglesa a única medida que poderia evitar uma ofensiva holandesa contra os seus domínios. Sendo assim, D. João IV acabou por aceitar as condições exigidas para a assinatura do acordo provisório de 1652, ratificado dois anos mais tarde. Valladares comenta que a concordância com os artigos presentes no acordo significavam “o ato de rendição dos Bragança ante a República”.¹¹ A força naval demonstrada por Blake acabou por compelir D. João IV a ratificar o acordo de 1654. Ficou acertado que Portugal restituiria aos ingleses as mercadorias confiscadas,

⁷ Rafael Valladares. *A independência de Portugal, Guerra e Restauração (1640-1680)*. Lisboa, A Esfera dos Livros, 2006, p. 149.

⁸ Ibidem, pp. 149-150.

⁹ Ibidem, p. 150.

¹⁰ Jorge Borges de Macedo. *História diplomática portuguesa, constantes e linhas de força*. Lisboa, Revista “Nação e Defesa”, 1987, p. 185.

¹¹ Rafael Valladares. *A independência de Portugal, Guerra e Restauração (1640-1680)*. Lisboa, A Esfera dos Livros, 2006, p. 152.

quando do bloqueio ao Tejo, e pagaria uma indenização de 50 mil libras até 1654. No entanto, Portugal não seria compensado por suas perdas durante o bloqueio, nem ao embargo dos mercadores lusos em Londres, muito menos ao ataque da frota do Brasil.

Sideri aponta que o tratado de 1654 foi um marco histórico, pois a partir dele foram determinadas as relações de força entre Portugal e Inglaterra. A partir do acordo de paz e amizade, a Inglaterra conseguiu estender uma completa dominação econômica sobre Portugal, tornando-o um "vassalo comercial".¹² No entanto, se mostra importante ponderar não apenas sobre a aliança anglo-portuguesa, mas tendo em vista as demais relações que a Monarquia de Bragança buscava estabelecer com os demais reinos.¹³ Pensando nisso, este trabalho, embora tenha como foco as relações luso-francesas, não poderia deixar de mencionar as negociações de Portugal com outros governos para consolidar a sua independência frente à Espanha. Negociações estas que também exerceram influência sobre as relações entre Portugal e França, possibilitando conjunturas mais amistosas ou mais conturbadas.

Faz-se relevante destacar que, em 1655, França e Inglaterra estabeleceram um acordo de paz que, segundo Hill, era basicamente um tratado comercial.¹⁴ Este tratado, firmado entre o governo de Mazarino e a República inglesa, liderada por Cromwell, nos ajuda a refletir sobre algumas das dificuldades que teriam impossibilitado a concretização da aliança luso-francesa antes do decênio de 1660. Uma das explicações para a resistência francesa em firmar uma aliança com Portugal poderia ter sido a condição de "reino rebelde", visto que a dinastia de Bragança não havia sido reconhecida nem pela Espanha, nem pelo Papado, sob acusações de que D. João IV havia usurpado a Coroa. Entretanto, mesmo tendo sido morto Carlos I Stuart e instaurando-se uma República na Inglaterra, a França promoveu um alinhamento com o governo de Londres. Sendo assim, Mazarino não deixaria de fazer um tratado com Portugal pela sua condição de "rebelde", tendo o próprio governo francês buscado tirar proveito da conjura que aclamou D. João IV. A falta de reconhecimento do Rei de Bragança na Europa não poderia ter

¹² Sandro Sideri. *Comércio e poder. Colonialismo informal nas relações anglo-portuguesas*. Lisboa: Edições Cosmos, Santos: Livraria Martins Fontes, 1970, p. 44.

¹³ Sandro Sideri afirma logo no início de seu trabalho que, para melhor estudar as relações anglo-portuguesas, optou por desprezar as demais relações de Portugal e Inglaterra com outros reinos. Todavia, nos parece uma escolha perigosa, no sentido de que as demais relações com Espanha e França, principalmente, também influenciaram nas conexões anglo-portuguesas. Por isso, acreditamos que não seria possível isolar apenas dois governos, com o intuito de melhor compreendê-los, pelo contrário, a complexidade destas relações transcende as trocas políticas e econômicas realizadas entre duas monarquias apenas.

¹⁴ Christopher Hill. *O eleito de Deus: Oliver Cromwell e a Revolução Inglesa*. São Paulo, trad. port., Companhia das Letras, 1988, p. 140.

sido utilizada então como entrave para o estabelecimento de um acordo luso-francês.

Embora tenha procurado de diversos modos uma aliança com a França, Portugal obteve seu primeiro acordo, na dinastia de Bragança, com a Inglaterra protestante e sob o governo do Parlamento. Refletindo a respeito, é preciso lembrar que, no início do decênio de 1650, o governo de Paris enfrentava uma situação bastante delicada por conta da Fronda, durante a qual a corte teve de deixar a cidade e se refugiou em Saint-Germain. A Monarquia francesa acabaria privilegiando, até 1652, os assuntos do Reino, a fim de contornar a crise interna que se estabelecera. Com isso, a intervenção militar francesa em outros conflitos se manteve limitada. E o apoio a Portugal permaneceu inalterado, sem a concretização de uma liga formal.

Logo, mesmo não sendo a aliança mais indicada aos interesses portugueses, o tratado com a Inglaterra veio promover uma primeira vitória da diplomacia da Restauração, além de favorecer a manutenção da independência lusa. A aliança com a Inglaterra pode ter sido favorecida pela condição rebelde da Monarquia de Bragança, já que os próprios ingleses haviam condenado e assassinado o seu Rei. Por outro lado, o distanciamento entre as religiões católica e protestante também impôs obstáculos à negociação. E o próprio período republicano, além da Guerra Civil, dificultou a concretização da aliança.

O tratado de 1654 ratificou o tratado de 1642, além de estabelecer paz e amizade com o governo de Cromwell. A partir deste último tratado anglo-português, foi permitido o comércio inglês no Estado do Brasil, com exceção dos produtos que pertenciam ao monopólio da Companhia Geral do Comércio. Os ingleses obtiveram as mesmas condições e benefícios gozados pelos portugueses. No tocante aos acordos firmados, durante a Restauração, com Inglaterra, Holanda e França, este tratado de 1654 com os ingleses deu início a uma política de concessões comerciais nas colônias. Assim, os ganhos coloniais tornaram-se moeda de troca, a fim de obter aliados na guerra contra a Espanha.¹⁵ Na ótica hispânica, o tratado de 1654 representaria mais uma preocupação, pois através dele Portugal receberia auxílio externo. Por outro lado, caso promovesse a reconquista do Reino, a Espanha teria de lidar com as ações empreendidas sob o governo dos Bragança.¹⁶ A aliança inglesa passou a ter maior importância para a Espanha, não tanto pelos benefícios que ocasionaria, mas sim pelo que representaria a sua hostilidade, estando do lado português.

¹⁵ Fernando A. Novais. *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. São Paulo, Hucitec, 2001, 7ª. Edição (1979), p. 19.

¹⁶ Rafael Valladares. *A independência de Portugal, Guerra e Restauração (1640-1680)*. Lisboa, A Esfera dos Livros, 2006, p. 156.

Com a Restauração da Monarquia inglesa, o casamento de Carlos II Stuart passou a ser um fator de grande importância. Deu-se continuidade às negociações para o matrimônio do Rei inglês com D. Catarina, filha de D. João IV. Mesmo com o falecimento do Monarca português em 1656, a Rainha D. Luísa de Gusmão, assumindo a Regência, conduziu este assunto como fora feito anteriormente pelo Rei. Todavia, ao tomar conhecimento destas negociações, Batteville, embaixador espanhol em Londres, empreendeu uma forte oposição a este acordo matrimonial. Caso tal casamento se concretizasse, a reconquista de Portugal se tornaria impossível, dado o apoio que a Inglaterra forneceria à sua defesa. Desse modo, o enviado da Espanha sugeriu outras alianças. Outros reinos também entraram na “disputa” pelo matrimônio com Carlos II. Entre as opções que mais ofereceram risco à concretização da aliança anglo-portuguesa estiveram a candidata da França, sobrinha de Mazarino; e uma Princesa de Parma, tomada como candidata da Monarquia hispânica, que a dotaria como uma infanta. Boatos de que a aliança com Portugal ocasionaria uma guerra com a Espanha foram espalhados, e ainda que D. Catarina seria doente e feia.¹⁷ Havia especulações também de que Portugal não poderia arcar com os valores do dote proposto. Todos estes esforços buscavam afastar o governo de Lisboa de sua primeira aliança matrimonial do pós Restauração, que lhe garantiria grande apoio político-diplomático e militar, além do reconhecimento da dinastia de Bragança, mediante a união com tão importante potência. Como o projeto da candidatura de Parma não tivesse avançado, Bateville propôs que o Rei inglês se casasse com Maria, filha do príncipe de Orange. Mas neste momento, diante da impossibilidade da escolha de sua sobrinha para casar-se com Carlos II, Mazarino passou a apoiar Portugal com o nome de Catarina de Bragança.¹⁸ Este apoio consistiria um meio da França confrontar a Espanha, mesmo após a assinatura do tratado dos Pireneus.

O tratado entre Portugal e Inglaterra de 1661 estabelecia que D. Catarina manteria seus direitos ao trono português, o que poderia gerar futuramente um Império anglo-português com a unificação das Coroas, no caso de haver apenas um herdeiro. Para além do apoio diplomático que obtivera a dinastia de Bragança, a ajuda militar concedida a Portugal mostrou-se bastante significativa, com o envio de tropas e navios.¹⁹ Num artigo secreto, constava que Carlos II se comprometia a auxiliar Portugal a estabelecer a paz com as Províncias Unidas e, inclusive, enviar uma armada para proteger as possessões portuguesas no Oriente. Em Lisboa, também se acreditava que haveria uma pressão por parte de Londres para que os holandeses devolvessem os territórios conquistados aos

¹⁷ Edgar Prestage. *Relações diplomáticas de Portugal com a França, Inglaterra e Holanda, 1640 a 1669*. Coimbra, trad. port., Imprensa da Universidade, 1928, p. 158.

¹⁸ Ibidem, pp. 160-161.

¹⁹ Rafael Valladares. *A independência de Portugal, Guerra e Restauração (1640-1680)*. Lisboa, A Esfera dos Livros, 2006, pp. 214-215.

portugueses.²⁰ O articulador do acordo foi Francisco de Melo Torres. Ele mesmo foi designado para acompanhar a Rainha D. Catarina a Londres. Por conta do êxito nesta negociação, recebeu o título de marquês de Sande, além da incumbência de negociar um casamento para D. Afonso VI na França.²¹ Deve-se lembrar que para a Monarquia inglesa este matrimônio também representaria um importante passo na plena Restauração da Monarquia Stuart.

Uma informação exposta por Valladares ajuda na compreensão do estabelecimento da aliança anglo-portuguesa. Evidentemente, o comércio com as colônias lusas era muito favorável à Monarquia inglesa, tendo recebido ainda as praças de Tânger e Bombaim. Entretanto, “a experiência de Carlos como pensionário de Madri tinha sido altamente instrutiva para o príncipe inglês. A escassez de dinheiro, o incumprimento do tratado de 1656 e a derrota militar da Flandres, em 1658, tinham tornado evidente, para Carlos, que a velha Monarquia Hispânica estava a desfazer-se.”²²

De qualquer modo, a concretização da aliança não se mostrou simples. O valor do dote acertado – dois milhões de cruzados – não seria arrecadado facilmente, dados os problemas fiscais que enfrentava o Reino, continuamente envolvido na guerra contra a Espanha. A primeira parte do pagamento deveria ser entregue ao conde de Sandwich, embaixador extraordinário da Inglaterra, antes mesmo da partida de D. Catarina. No entanto, dada a impossibilidade de se reunir este montante, foi decidido que uma parte do valor poderia ser paga em gêneros como açúcar, pedras preciosas e outras mercadorias. Até mesmo esta parcela do pagamento em gêneros foi difícil de ser obtida entre os portugueses. Sendo assim, o enviado inglês acabou por retornar a Londres com apenas setenta mil cruzados em dinheiro, além de açúcar, jóias e pratas. E não foi apenas a Monarquia portuguesa que teve problemas para honrar os compromissos financeiros atrelados a matrimônios. Filipe IV também deixara de pagar o dote de sua filha a Luís XIV.²³

Mesmo assim, Filipe IV não se rendeu fácil a esta vitória diplomática dos Bragança. Houve na corte de Madri a elaboração de um relatório sobre como se poderia reverter tal situação a favor da Monarquia hispânica. As propostas consistiam em enviar panfletos subversivos para Portugal e suas colônias, buscando fortalecer uma oposição à entrega de Tânger e Bombaim aos ingleses; solicitar ao Papa que não concedesse dispensa a D. Catarina para casar com um Rei

²⁰ Pedro Cardim e Ângela Barreto Xavier. *D. Afonso VI*. Lisboa, Círculo de Leitores, 2006, p. 91.

²¹ Ibidem, p. 94.

²² Rafael Valladares. *A independência de Portugal, Guerra e Restauração (1640-1680)*. Lisboa, A Esfera dos Livros, 2006, p. 215.

²³ Pedro Cardim e Ângela Barreto Xavier. *D. Afonso VI*. Lisboa, Círculo de Leitores, 2006, p. 93.

anglicano; e fomentar o corso no litoral português para impedir que se arrecadasse dinheiro suficiente para o pagamento do dote da noiva, que era considerável.²⁴ Porém, a ofensiva espanhola não alcançou os seus objetivos e, além disso, no mesmo ano de 1661, Portugal assinava a paz com as Províncias Unidas dos Países Baixos, havendo a concessão dos mesmos benefícios destinados aos ingleses.

O caso das Províncias Unidas: disputas no ultramar e necessidade de apoio na Europa

O tratado de paz entre Províncias Unidas e Portugal também foi resultado de uma série de negociações, que se estenderam por vários anos. Quando da aclamação de D. João IV, parte das possessões portuguesas no Estado do Brasil se encontrava sob domínio holandês. Além disso, outros territórios na África e no Oriente estavam ocupados. A guerra protagonizada pelas Províncias Unidas, a fim de obter a sua independência frente à Espanha, motivou a expansão colonial holandesa, conduzida pela Companhia das Índias Ocidentais (WIC) e também pela Companhia das Índias Orientais (VOC). A WIC promoveu a ocupação de Pernambuco e outras capitanias, dominando o litoral entre o Ceará e o rio São Francisco, e conquistou ainda o castelo da Mina. Em 1641, foi a vez da companhia investir contra a costa da Guiné, onde conquistou São Paulo de Luanda e a ilha de São Tomé. A VOC dominara as ilhas Molucas e parte do litoral do Ceilão. Malaca e Goa também estiveram sob bloqueio marítimo holandês.²⁵ A partir de então os holandeses tiveram acesso ao gado de Sergipe, ao tráfico de mão de obra em Angola, e puderam estabelecer uma base que poderia servir às ações da companhia no Caribe. O que havia se iniciado como uma afronta à empresa colonial ibérica – prejudicando o comércio do açúcar realizado pelos portugueses e o controle do tráfico de escravos e do comércio de especiarias – em 1640, consistiria num empecilho à aliança entre Portugal e Províncias Unidas, aliados potenciais, num momento em que ambas lutavam contra a dominação Habsburgo. Tal condição poderia ter promovido uma união de forças, caso não houvesse o conflito no ultramar.

Diante do isolamento do governo de Lisboa, logo após o rompimento com Madri, a busca pela composição de alianças se mostrou incansável. No tocante às Províncias Unidas dos Países Baixos, a disputa colonial no Brasil consistiu a maior dificuldade a ser resolvida, a fim de se estabelecer a paz e, portanto, a cooperação entre Lisboa e os Estados Gerais. Por um tratado de 1641, se firmou uma trégua entre Portugal e

²⁴ Rafael Valladares. *A independência de Portugal, Guerra e Restauração (1640-1680)*. Lisboa, A Esfera dos Livros, 2006, pp. 217-218.

²⁵ Evaldo Cabral de Mello. *O negócio do Brasil. Portugal, os Países Baixos e o Nordeste (1641-1669)*, São Paulo, Companhia das Letras, 2011, p. 20.

Províncias Unidas, ainda que às companhias comerciais interessasse a continuação do conflito. Apesar disto, este tratado também redefiniu as relações comerciais envolvidas na contenda. Para Portugal, era importante ter acesso às provisões de trigo e de material de construção naval, dos quais os holandeses eram os principais intermediários. Por outro lado, esses também puderam adquirir o sal de Setúbal que, tendo um baixo teor de magnésio, era mais indicado à fabricação de laticínios e à salga do arenque, cuja atividade pesqueira ocupava grande importância na Holanda.²⁶ Conforme Immanuel Wallerstein, entre 1625 e 1675, a Holanda assumiu uma posição hegemônica no tocante à economia, tendo ocupado a pesca do arenque, do bacalhau e da baleia grande importância nesta vantagem comercial e no seu domínio no Báltico, além da eficiência de sua construção naval. Logo, “a primazia comercial conduz por sua vez ao controle dos setores financeiros da banca (câmbios, depósitos e créditos) e do investimento (direto e em carteira).²⁷

Mesmo protagonizando um conflito no ultramar, o governo de Madri acreditava que Portugal e Holanda seriam potenciais aliados contra a dominação Habsburgo. Logo após a aclamação de D. João IV, esta se mostrou uma grande preocupação na corte de Filipe IV. A partir de então, houve um maior esforço da Espanha para fixar a paz com as Províncias Unidas, inclusive com um possível reconhecimento do Brasil holandês. Porém, ao contrário do que se esperava, as dificuldades para a paz aumentaram com o ocorrido em Portugal. Os holandeses conseguiriam benefícios se continuassem na guerra contra a Espanha. Também por isso, havia uma prudência por parte dos espanhóis, em acordar a paz com os holandeses em quaisquer termos. Alguns membros do conselho espanhol acreditavam que a prioridade agora seria subjugar os rebeldes portugueses, e não mais se concentrar no combate aos holandeses, o que acabou não ocorrendo. Por outro lado, o governo de Madri confiava que, na impossibilidade de uma ajuda dos Estados Gerais aos portugueses, estes não teriam sucesso na sua ruptura com o Império espanhol, daí a necessidade de neutralizar este apoio potencial, com as negociações de paz. Para o acordo, foi buscada a intercessão imperial, também Habsburgo, mas que não teve êxito, preferindo os holandeses permanecer na guerra contra a Espanha, além de seguirem aliados à França.²⁸

Diante disso, alguns conselheiros e ministros do Rei espanhol acreditavam que seria bom focar num acordo de paz com a Holanda,

²⁶ Evaldo Cabral de Mello. *O negócio do Brasil. Portugal, os Países Baixos e o Nordeste (1641-1669)*, São Paulo, Companhia das Letras, 2011, pp. 33-34.

²⁷ Immanuel Wallerstein. *O sistema mundial moderno. O mercantilismo e a consolidação da economia-mundo européia, 1600-1750*. Porto, trad. port., Edições Afrontamento, 1990, vol. 2, pp. 46-48.

²⁸ Jonathan I. Israel. *The Dutch Republic and the Hispanic World, 1606-1661*. Oxford, Clarendon Press, pp. 347-348.

mais do que no término da guerra com a França. Contudo, divergências entre as diferentes Províncias Unidas, também dificultaram as negociações de paz com a Espanha.²⁹

Tendo-se firmado a trégua com os Estados Gerais das Províncias Unidas, o governo de Lisboa não deveria promover qualquer ação para interferir na situação em que se encontravam os territórios ocupados no Brasil. No entanto, o plano da insurreição de 1645 surgiu mesmo na corte lisboeta, liderado por João Rodrigues de Sá e Menezes, conde de Penaguião, camareiro-mor do Rei. Penaguião buscava defender assim os seus interesses em Pernambuco, pois havia recebido uma doação régia de um engenho, cujos donos, cristãos-novos, haviam permanecido na Espanha após a Restauração portuguesa, tendo sido seus bens confiscados pela Monarquia. Além de Penaguião, participaram desta organização Antônio Teles da Silva; Antônio Pais Viegas, secretário do Rei; e D. Henrique da Silva, marquês de Gouveia e mordomo-mor.³⁰ Parece improvável que as idéias de insurreição gestadas neste grupo, e que posteriormente tiveram a colaboração de Fernandes Vieira e outros luso-brasileiros, teriam sido praticadas sem o prévio consentimento de D. João IV. Caso a insurreição não tivesse êxito, os seus agentes seriam desautorizados pelo Rei, até porque se o seu apoio fosse conhecido, isso causaria prejuízo às relações diplomáticas com as Províncias Unidas, podendo ainda descontentar os portugueses que defendiam a paz com os Estados Gerais. Na verdade, D. João IV aguardava para conhecer as conseqüências da insurreição e assim tomar uma posição.³¹

Enquanto em Lisboa e na Bahia se preparava a insurreição, Francisco de Sousa Coutinho representava o governo português em Haia, incumbido de cultivar as boas relações com os holandeses e, sobretudo, obter a inclusão de Portugal no Congresso de Münster. O enviado português não havia sido informado dos preparativos do que se passaria em Pernambuco – dado o seu posicionamento contra a utilização da força para reaver os territórios – ficando na ignorância das ações lusas até o efetivo desfecho insurrecional.

Francisco de Sousa Coutinho também tinha o objetivo de negociar a compra do Nordeste e o tratado de paz definitivo. Todavia, estas ações deveriam aguardar as resoluções da reunião em Münster, pois a prioridade do governo de Lisboa seria o reconhecimento internacional de sua independência, para só depois realizar a oferta pelo Nordeste. Mesmo assim, o representante português em Haia deveria sondar as possibilidades de efetuar o negócio.

²⁹ Jonathan I. Israel. *The Dutch Republic and the Hispanic World, 1606-1661*. Oxford, Clarendon Press, pp. 353-354.

³⁰ Evaldo Cabral de Mello. *O negócio do Brasil. Portugal, os Países Baixos e o Nordeste (1641-1669)*, São Paulo, Companhia das Letras, 2011, p. 41.

³¹ Ibidem, pp. 44-45.

Mais uma vez, D. João IV recorreu à França, a fim de obter auxílio na mediação do conflito com as Províncias Unidas. O argumento do Monarca português era de que as ações da WIC e VOC não permitiam que fosse realizada uma guerra ofensiva nas fronteiras da Península Ibérica, já que muitos efetivos e armas deveriam ser destinados às colônias, ao invés de servirem ao combate nas fronteiras do Reino. Tal ataque também beneficiaria o governo de Paris. E D. João IV conhecia a insistência francesa para que Portugal empreendesse guerra ofensiva, e de modo ostensivo, à vizinha Espanha. Mesmo assim, a França não se mobilizou em favor da solução da contenda luso-holandesa, ao que o Monarca português demonstrava o seu descontentamento, diante da ação de Mazarino em apaziguar outros conflitos, como na Inglaterra ou nos países do Norte europeu.³² O governo de Paris tinha conhecimento das hostilidades ocasionadas pelos holandeses, bem como das dificuldades enfrentadas pelos portugueses no Estado do Brasil, conforme carta escrita a Mazarino, ponderando sobre a situação de Portugal na guerra.³³ Deve-se lembrar que neste momento, França e Províncias Unidas eram aliadas contra a Espanha. E ainda que a independência de Portugal viesse a ampliar a frente anti-espanhola, a França não lhe concederia maiores favores por conta disto, pois o foco da política francesa estava direcionado a outros meios de confrontar a Monarquia hispânica.

As instruções dadas a Sousa Coutinho continham algumas revelações, destaca por Evaldo Cabral de Mello:

Ele deveria solicitar inicialmente a devolução de todos os territórios ultramarinos, mas, quando os Estados Gerais se recusassem a devolver os domínios orientais, o embaixador, depois de fazer reserva expressa dos direitos da Coroa a seu respeito, concordaria em discutir apenas o negócio do Brasil. E, caso, averiguasse que a compra do Nordeste seria facilitada pela cessão daquelas áreas, insinuaria a possibilidade de troca, sem, contudo, propô-la formalmente.³⁴

Ainda que houvesse a disposição do governo de Lisboa de ceder as possessões ultramarinas no Oriente, isto só deveria ser feito após uma negociação prolongada e contundente, a fim de que os objetivos maiores da representação diplomática em Haia – a obtenção definitiva das terras ocupadas pelos holandeses no Brasil – fosse alcançada, por meio de compra e, se fosse possível, de troca.

Após a deflagração do movimento luso-brasileiro, D. João IV aguardava as consequências das ações empreendidas e, enquanto isso, os

³² AMAE, Correspondance de Portugal, vol. 2, fls. 219-220.

³³ Carta do governo de Lisboa ao cardeal Mazarino (s/d). AMAE, Correspondance de Portugal, vol. 2, fl. 57.

³⁴ Evaldo Cabral de Mello. *O negócio do Brasil. Portugal, os Países Baixos e o Nordeste (1641-1669)*, São Paulo, Companhia das Letras, 2011, p. 60.

esforços de Sousa Coutinho deveriam ser minimizados. As notícias chegadas do Brasil então deram conta de que a conquista do território dominado pelos holandeses não havia sido totalmente alcançada. Os luso-brasileiros ocuparam o cabo de Santo Agostinho e todo o interior do território então sob domínio holandês. A WIC permaneceu com sua autoridade sobre Recife, a ilha de Itamaracá, o forte de Cabedelo na Paraíba, o forte Ceulen em Natal e a ilha de Fernando de Noronha. Todavia, a reconquista apenas parcial das terras ocupadas pelos holandeses implicaria numa série de dificuldades:

Não reconquistar tudo de uma vez fora pior que não reconquistar nada. Em vez de propor, como previsto, a compra aos Estados Gerais a partir do fato consumado da capitulação do Brasil holandês, El Rei ficava às voltas com o ônus da gravíssima violação da trégua, tendo de decidir sobre pressões conflitantes o que fazer a respeito da empreitada incompleta. Penaguião, Antônio Teles da Silva e os chefes insurretos eram severamente criticados por haverem prometido mundos e fundos, envolvendo irresponsavelmente a Coroa em um fiasco.³⁵

Diante destes acontecimentos, recorria-se, mais uma vez, ao recurso da negociação diplomática, a cargo do enviado Sousa Coutinho, a quem “cabia juntar os cacos diplomáticos do insucesso”. A versão fornecida por Antônio Teles da Silva, então governador-geral, que havia sido incumbido de organizar a insurreição na colônia, explicava que o envio das tropas a Pernambuco tinha o intuito de controlar os contingentes amotinados de Filipe Camarão e Henrique Dias, a fim de pacificar a população luso-brasileira. Não se esperava, assim, que os soldados se aliassem aos insurretos, como havia ocorrido. Todavia, nem em Paris, nem em Haia tais explicações convenceriam seus representantes. Do lado holandês, a insurreição no Brasil teria sido uma resposta à perda de Angola, Maranhão e Sergipe. E a melhor comprovação de que Antônio Teles da Silva não havia ordenado a intervenção militar por conta própria foi a sua permanência no governo-geral.³⁶

No tocante à manutenção dos combates na colônia, os insurretos pediam auxílio da Coroa e, caso não recebessem a ajuda necessária, recorreriam à proteção de outro Príncipe católico. Tal ameaça alarmou D. João IV, já envolvido em diversas contendas para assegurar seus territórios no Reino e no ultramar. Um dos possíveis auxílios a serem obtidos pelos insurretos seria da Monarquia francesa, o que D. João IV tomou conhecimento, quando um capuchinho bretão que atuava em Pernambuco, frei Cirilo de Mayenne, chegou a Lisboa e passou também

³⁵ Evaldo Cabral de Mello. *O negócio do Brasil. Portugal, os Países Baixos e o Nordeste (1641-1669)*, São Paulo, Companhia das Letras, 2011, p. 68.

³⁶ Ibidem, pp. 69-70.

a Paris.³⁷ Os acontecimentos acerca deste episódio serão abordados no Capítulo 4.

Entre 1646 e 1647, o Monarca português decidiu ajudar aos insurretos, pois se utilizaria do movimento para exercer uma pressão diplomática sobre os Estados Gerais. Logo, D. João IV enviou Francisco Barreto de Menezes, “por indicação do conde de Penaguião e contra o parecer do Conselho de Estado”, para tomar as rédeas da guerra, sujeitando-a ao controle régio. Aliado a isto, em 1646, Sousa Coutinho oficializou a proposta de compra aos Estados Gerais, mas estes, por sua vez, demandavam a restituição dos territórios conquistados. A reação holandesa também passou pela guerra de corso, com o intuito de minimizar as perdas comerciais que decorreram da conquista portuguesa no Nordeste.³⁸

Ainda no ano de 1646, era grande a expectativa da Espanha em fixar a paz com as Províncias Unidas, tendo sido iniciadas as negociações entre ambos os governos, antes mesmo da chegada dos representantes holandeses a Münster, conforme apontado acima. O embaixador espanhol, conde de Peñaranda, tinha justamente a incumbência de impedir um acordo entre portugueses e holandeses. Por isso, Peñaranda acreditava que ainda se deveria investir na paz com a Províncias Unidas, pois os holandeses teriam mais comprometimento com a paz do que os franceses, assegurando assim uma situação mais segura à Espanha. Ainda na visão do embaixador espanhol, os holandeses também não teriam tanta aversão e rivalidade contra os espanhóis, como os súditos do Rei Cristianíssimo. Por outro lado, caso fosse firmada a paz com a França, seria necessário ceder territórios nos Países Baixos, o que faria com que ela se tornasse mais poderosa na região.³⁹

Diante da dificuldade para obter êxito nas incumbências que recebera, fosse na inclusão nas negociações em Münster, fosse na compra do Nordeste, Sousa Coutinho foi orientado pelo Rei a oferecer a restituição dos territórios conquistados aos Estados Gerais, mediante a inclusão de Portugal na paz de Westphália ou numa trégua. Tal idéia pode ter partido de D. Duarte, aprisionado em Milão, com a intenção de obter a intermediação de Haia em favor de sua liberdade.⁴⁰ Entretanto, o negócio do Brasil não era mais importante para os Estados Gerais, em comparação ao que representava a assinatura da paz com a Espanha, com a qual as negociações avançavam com rapidez. Ainda parecia aos

³⁷ Carta de Francisco Lanier ao governo de Paris (1647). AMAE, Correspondance de Portugal, vol. 2, fl. 457.

³⁸ Evaldo Cabral de Mello. *O negócio do Brasil. Portugal, os Países Baixos e o Nordeste (1641-1669)*, São Paulo, Companhia das Letras, 2011, pp. 76-77.

³⁹ Jonathan I. Israel. *The Dutch Republic and the Hispanic World, 1606-1661*. Oxford, Clarendon Press, p. 359.

⁴⁰ Evaldo Cabral de Mello. *O negócio do Brasil. Portugal, os Países Baixos e o Nordeste (1641-1669)*, São Paulo, Companhia das Letras, 2011, p. 94.

holandeses que havia a possibilidade de reconquistar os territórios do Nordeste, não sendo necessário retardar as negociações com a Espanha, para obter a inclusão de Portugal na paz. Mesmo assim, Sousa Coutinho insistia na oferta de compra. Ofereceu-se 3 milhões de cruzados. E a oferta chegou a bater a quantia de 8 milhões, com a condição de que Portugal fosse incluído no tratado de Westphália, ou conseguisse uma trégua prolongada, compatível com o desembolso de tal volume de dinheiro. Como se não bastasse, os acordos ainda consideravam o suborno das autoridades holandesas. Chegou-se mesmo a propor que os territórios do Nordeste fossem governados de modo conjunto entre portugueses e holandeses, onde se verificaria um estatuto diferenciado, numa espécie de república.⁴¹

Num momento posterior da negociação, os Estados Gerais passaram a reivindicar uma indenização, além da cidade de Salvador ou a ilha Terceira como caução de que o acordo seria respeitado. Os holandeses receavam que quando Portugal estivesse numa melhor condição militar, poderia investir novamente contra as possessões no Nordeste, mesmo tendo-as cedido no acordo. Houve uma oposição massiva no Conselho de Estado português contra qualquer caução territorial. E enquanto esperavam o sucesso da armada de Witte de With, enviada ao Brasil, os holandeses postergaram as negociações.⁴² Discordando disto, D. João IV ordenou que Sousa Coutinho suspendesse a negociação e retornasse a Portugal.

Mas a expedição de Witte de With fracassou, tendo havido uma grande derrota holandesa. Os Estados Gerais não dispunham de recursos para compor uma armada realmente poderosa, que atendesse às exigências do reconhecido almirante, que abandonou os combates, retornando à Europa.⁴³ Diante disto, as exigências dos holandeses aumentaram, buscando-se compensações pelas perdas comerciais e militares, ainda que no tocante ao comércio, a guerra de corso garantisse resultados consideráveis.⁴⁴

Em Lisboa, foram discutidas diferentes posições acerca das relações com as Províncias Unidas. Muitos se opunham à entrega do Nordeste, havendo apoio a esta idéia apenas nos conselhos régios, e de alguns membros da nobreza, como o conde de Óbidos, e os “homens da Índia”, que buscavam privilegiar as atividades comerciais no Oriente, mas que também se encontravam sob ameaça holandesa com a VOC. Do outro lado do debate, estavam os que defendiam a guerra como meio

⁴¹ Evaldo Cabral de Mello. *O negócio do Brasil. Portugal, os Países Baixos e o Nordeste (1641-1669)*, São Paulo, Companhia das Letras, 2011, pp. 100-101.

⁴² Ibidem, p. 115.

⁴³ Evaldo Cabral de Mello. *Olinda restaurada: guerra e açúcar no Nordeste (1630-1654)*. São Paulo, Editora 34, 2007, 3ª. Edição, pp. 67-68.

⁴⁴ Evaldo Cabral de Mello. *O negócio do Brasil. Portugal, os Países Baixos e o Nordeste (1641-1669)*, São Paulo, Companhia das Letras, 2011, p. 121.

de se resolver a questão, garantindo o domínio do Nordeste aos portugueses. No entanto, a Monarquia portuguesa ponderou que a superioridade militar holandesa, considerando-se contingentes e material bélico, era inegável. Além do que “internacionalmente, Haia não tinha inimigos; Lisboa não tinha um único aliado autêntico.”⁴⁵ Mesmo diante disto, os que defendiam a guerra insistiam na sua posição de confrontação, alegando que as próprias vitórias portuguesas no Brasil desmentiam a superioridade militar dos inimigos.

Na representação diplomática em Haia, Francisco de Sousa Coutinho foi substituído por Antônio de Sousa de Macedo, cuja posição era contrária à entrega do Nordeste. Neste período, no início do decênio de 1650, além das negociações com as Províncias Unidas, Portugal também esteve envolvido num conflito com o Parlamento inglês. Sousa Coutinho, que ocupava a embaixada de Paris, alertava Sousa de Macedo para a importância da assinatura da paz com as Províncias Unidas, antes que se estabelecesse uma aliança que reunisse essas, além de Inglaterra e Espanha, contra Portugal. A oposição à entrega do Nordeste permanecia em Lisboa, o que acabou gerando a idéia de compra das possessões no Estado do Brasil, que na verdade seria mantido sob domínio português, mediante uma indenização às Províncias Unidas.⁴⁶ Mas Sousa de Macedo não conseguiu grandes feitos nas Províncias Unidas, tendo tratado as negociações de modo diferente do que orientara o Monarca. Além disso, foi acusado de subornar delegados dos Estados Gerais e, assim, acabou por perder o seu reconhecimento diplomático oficial em Haia.

Outro fato que interferiu no posicionamento de Portugal nas suas negociações diplomáticas foi a guerra anglo-holandesa, que teve como motivo disputas comerciais no Caribe e também no mar do Norte. Tal conflito absorveu as forças militares e navais das Províncias Unidas, o que favoreceu a manutenção do Nordeste sob domínio português, além da impossibilidade dos holandeses reconquistarem Angola. A Monarquia portuguesa se via assim envolvida em conversas com as duas potências marítimas e protestantes, e para que se firmasse um acordo de paz, este deveria compreender evidentemente concessões comerciais nas colônias lusas. No tratado assinado com a Inglaterra em 1642, já ficara estabelecido que posteriormente a utilização de naus inglesas no Brasil e na África poderia ser negociada entre as partes.⁴⁷

Comparando-se o possível apoio das duas potências, parece que a opção pela aliança inglesa teve mais adeptos, ainda que houvesse considerável instabilidade política na Inglaterra. Conhecida a superioridade naval inglesa em relação às Províncias Unidas, seria melhor

⁴⁵ Evaldo Cabral de Mello. *O negócio do Brasil. Portugal, os Países Baixos e o Nordeste (1641-1669)*, São Paulo, Companhia das Letras, 2011, p. 149.

⁴⁶ Ibidem, pp. 182-183.

⁴⁷ Evaldo Cabral de Mello. *O negócio do Brasil. Portugal, os Países Baixos e o Nordeste (1641-1669)*, São Paulo, Companhia das Letras, 2011, p. 199.

chegar à paz com os ingleses e manter a guerra com os holandeses. Em troca do direito de comercializar nos portos lusos, os ingleses poderiam fazer guerra de corso às frotas das Províncias Unidas no Atlântico Sul. Este auxílio quase providencial causou entusiasmo no enviado português a Paris. Sousa Coutinho chegou a propor que se concedessem duas capitanias no Nordeste aos ingleses, para que estes auxiliassem militarmente a defesa do restante do território do Estado do Brasil.⁴⁸

Em 1657, a Monarquia portuguesa tentou restabelecer a negociação diplomática com as Províncias Unidas, sob a mediação anglo-francesa. No começo do ano seguinte, o embaixador Fernando Teles de Faro, sobrinho do conde de Odemira, foi enviado a Haia. As suas instruções expunham a necessidade de se obter uma trégua e, então, passar às conversas para a assinatura da paz, que deveria incluir o Estado do Brasil e da Índia. Portugal oferecia concessões comerciais aos holandeses e a indenização pelo Nordeste, que seria pago com gêneros coloniais e o sal de Setúbal.⁴⁹

O acordo de paz passou a depender da aceitação de quatro pontos: uma indenização de cinco milhões, a serem pagos em doze anos; o comércio holandês ficaria equiparado ao inglês, tanto no ultramar, como no Reino; as dívidas luso-brasileiras seriam reduzidas em 10%; e o preço do sal de Setúbal seria fixado em comum acordo.⁵⁰ Muito se discutiu acerca desta proposta, sobretudo, no que se referia à igualdade de condições no comércio inglês e holandês, o que poderia desagradar o governo de Londres. Não seria interessante firmar a paz com as Províncias Unidas ocasionando o descontentamento da Inglaterra, e mesmo arriscando a sua aliança.

A paz com as Províncias Unidas foi assinada em 1661. Os principais pontos que foram estabelecidos diziam respeito à indenização paga aos Estados Gerais das Províncias Unidas, no valor de quatro milhões de cruzados; anualmente, haveria uma convenção entre o Rei de Portugal e os Estados Gerais, a fim de se fixar o valor do sal de Setúbal para o comércio holandês; as atividades mercantis entre o Reino e o Brasil poderiam ser exercidas pelos holandeses no tocante a todos os gêneros de mercadorias, com exceção do pau-brasil; não apenas o Brasil, mas todas as colônias lusas estariam abertas aos holandeses, “com a mesma liberdade que os ingleses”; o comércio holandês também estava autorizado no Reino, “de modo que os vassalos das ditas Províncias Unidas serão tidos e tratados como os mesmos portugueses, assim no que tocar às vendas e isenções, como por razão dos direitos e outras imposições”. Portanto, seriam celebradas “pazes firmes e estáveis” entre

⁴⁸ Ibidem, pp. 200-201.

⁴⁹ Ibidem, p. 222.

⁵⁰ Ibidem, p. 227.

a Monarquia portuguesa e os Estados Gerais.⁵¹ Todavia, esta negociação chegaria ao seu fim apenas em 1669, quando os portugueses abandonaram as possessões de Cochim e Cananor, que representaria a garantia do pagamento de indenização devido à WIC.

Entraves à concretização da aliança francesa

“Se França se unir comigo, verdadeiramente é impossível a ruína do reino”. Essa frase foi escrita por D. João IV ao marquês de Niza, em 1645.⁵² Como foi mostrado acima, a Monarquia portuguesa buscou de todos os modos firmar uma aliança com o Rei Cristianíssimo, pois fiava que neste apoio da potência francesa estaria a solução dos diversos problemas enfrentados no período da Restauração, já elencados.

As alterações de Évora, ocorridas em 1637, embora não tenham sido iniciativa francesa, despertaram o interesse de Richelieu, percebendo este que poderia tomar partido de uma sublevação portuguesa, lembrando que a França estava em guerra com a Espanha desde 1635. Por isso, tentou entrar em contato com os líderes do movimento. Os contatos que o ministro de Luís XIII tinha eram marranos hispano-portugueses, judeus de fé, mas cristãos de aparência, que estavam estabelecidos na França e mantinham contato com suas famílias em Portugal e Espanha. Muitos dos portugueses que habitavam em Rouen e Bordeaux seriam marranos. Diante disto, Richelieu constituiria um bom serviço de informação sobre a Península Ibérica, tendo incentivado estes cristãos-novos e se estabelecerem na França.⁵³

Uma carta destinada a Richelieu, de dezembro de 1637, escrita por um correspondente que se encontrava em Paris, informava sobre os acontecimentos da rebelião de Portugal, inclusive com notícias obtidas de cartas vindas de Londres e Madri. Menciona-se a tomada do castelo de São Jorge, em Lisboa, e o assassinato de guardas. O autor da carta afirma que o que ocorria em Portugal era acontecimento muito importante, destacando ainda que gostaria de estar no local da rebelião, e fica aguardando novidades "com grande paixão".⁵⁴

⁵¹ José Ferreira Borges de Castro (org.). *Coleção dos tratados, convenções, contratos e atos públicos celebrados entre a Coroa de Portugal e as mais potências desde 1640 até o presente*. Lisboa, Imprensa Nacional, 1856-1858, pp. 260-293.

⁵² Carta de D. João IV ao Conde Embaixador em França. 12 de novembro de 1645. Laranjo Coelho. *Cartas de El Rei D. João IV ao Conde da Vidigueira (Marquês de Niza) embaixador em França*. Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1940, vol. 1, pp. 283-284.

⁵³ Israël Salvador Revah. *Le Cardinal Richelieu et la restauration de Portugal*. Lisboa, Institut Français au Portugal, 1950, pp. 11-13.

⁵⁴ Carta de um enviado francês ao governo de Paris (1637). AMAE, Correspondance de Portugal, Supplement, vol. 1, fls. 191-192

Um enviado francês disfarçado passou a Portugal em 1638, após a revolta de Évora, para examinar a situação no Reino português e avaliar as possibilidades de explorar esta conjuntura. No entanto, o enviado não conseguiu estabelecer contatos para atuar conforme as orientações que recebera. Assim, até maio de 1638, Richelieu não havia tido contato com nenhum dos insurretos portugueses. Enquanto o cardeal empreendia esta tentativa, os portugueses teriam tomado a iniciativa de entrar em contato com os franceses, a fim de pedir ajuda.⁵⁵ O governo de Paris ajudaria Portugal com o envio de uma armada naval. Porém, a França iria apenas dar assistência no início do movimento, deixando os portugueses agirem, para levar adiante a revolta.⁵⁶

Ainda que não se tenha a confirmação de que Richelieu ajudou de modo efetivo no processo de Restauração da Monarquia Portuguesa, apesar dos indícios apresentados, se faz relevante destacar a postura de seu governo em relação a Portugal. Em 1638, Richelieu teria dado uma instrução a Saint Pé – cônsul em Lisboa – para garantir os socorros a Portugal, e uma aliança formal. Em 1641, haveria outra tentativa de aproximação dos dois Reinos para a cooperação na guerra.⁵⁷ Anos mais tarde, a Monarquia portuguesa empreenderia grandes esforços para concretizar tal liga, o que ocorreria de fato apenas em 1666. Deve-se considerar que o rumo destas negociações foi modificado após a morte de Luís XIII e Richelieu, adotando então Mazarino outra postura no tocante à política portuguesa.

A França do século XVII, embora lembrada por momentos de conquistas militares, supremacia política e cultural, sendo considerado este o grande século francês, não deixou de passar por momentos de tensões sociais e contestação da política adotada pelo governo. Algumas sociedades são organizadas em função da guerra, outras em torno da paz. Françoise Hildesheimer aponta que a passagem entre uma condição e outra estaria compreendida justamente no processo de formação do Estado moderno. Desse modo, Richelieu, primeiro ministro de Luís XIII, estaria envolvido numa sociedade voltada para a guerra, dados os conflitos verificados na Europa, além das disputas de cunho religioso. Tal visão se assemelha à apresentada por Elliott, em relação à Espanha. Por conta disso, a autora questiona a idéia de que o cardeal teria planejado uma política francesa mais direcionada às conquistas e disputas militares. Na verdade, os acontecimentos da sociedade em questão é que o teriam levado a tal postura.⁵⁸ Logo, Richelieu foi capaz de

⁵⁵ Israël Salvador Revah. *Le Cardinal Richelieu et la restauration de Portugal*. Lisboa, Institut Français au Portugal, 1950, pp. 15-16.

⁵⁶ Ibidem, p. 21.

⁵⁷ Ibidem, p. 45.

⁵⁸ Françoise Hildesheimer. *Guerre et paix selon Richelieu*. Lucien Bély (dir.). *L'Europe des traités de Westphalie. Esprit de la diplomatie et diplomatie de l'esprit*. Paris, PUF, 2000, p. 32.

compreender a situação internacional bastante complexa da época, intervindo de modo a defender os interesses de seu soberano Luís XIII. As vitórias militares serviriam para demonstrar o poder de um determinado príncipe ou nação. Mesmo assim, Richelieu permaneceu atento aos desafios do cenário interno francês, em meio ao descontentamento da nobreza, inquietações protestantes e revoltas de cunho popular.

Desde esse momento, Gaston de Orléans, irmão do Rei, promovia certos complôs, buscando preeminência na política francesa. Numa situação de incerteza, na qual o casal real ainda não havia gerado um herdeiro ao trono, o duque de Orléans já se manifestava como herdeiro presumido da Coroa. Com o nascimento do dauphin, o futuro Luís XIV, em 1638, e a Regência de Ana de Áustria a partir de 1643, a oposição de Gaston de Orléans se agravaria, culminando com a Fronde. A herança deixada por Luís XIII revelou-se pesada, com uma participação na guerra ainda indecisa, com alguns resultados desanimadores; o endividamento do Estado; uma população esgotada, que pagava impostos excessivos, situação esta que revelaria um cenário de tranquilidade e paz interna do Reino bastante frágil.⁵⁹

Tendo deixado sua carreira eclesiástica em Roma, em dezembro de 1639, Mazarino passou a colaborar no governo de Richelieu, que havia percebido a sua eficiência como negociador. E Mazarino assumiria o lugar do cardeal, após a sua morte, como ministro de Luís XIII. Com a morte também do Rei Cristianíssimo, Mazarino permaneceu como primeiro-ministro, durante a Regência de Ana de Áustria e o Reinado de Luís XIV, mantendo-se no poder até a sua morte, em 1661, não sem enfrentar problemas pela sua condição de estrangeiro.

Cabe aqui expor a discussão acerca da pertinência de religiosos e homens da Igreja a serviço de negociações políticas e do Estado francês. Muito se questionou as posições ocupadas pelos cardeais Richelieu e Mazarino na corte de Paris. De acordo com as opiniões mais severas, acreditava-se que estes religiosos serviam ao diabo, pois seguiriam as orientações de Maquiavel. Tal assunto se referia ainda pelas negociações com os protestantes, então muito criticadas, no contexto da Guerra dos Trinta Anos. Durante muitos anos, Richelieu foi auxiliado – senão por vezes comandado – pelo capuchinho François Le Clerc du Tremblay, mais conhecido como Père Joseph. Ele abandonou sua condição de clérigo regular, com seu modo de vida de reclusão numa cela e de dedicação aos pobres, para habitar no palácio junto de Richelieu, inclusive com aposentos privados, com ligação aos apartamentos do

⁵⁹ Madeleine Laurain-Portemer. *Une tête à gouverner quatre empires. Études Mazarines*. Paris, Librairie des Arts et Métiers Éditions, 1997, p. 357.

cardeal. Isso acabou por colocar a sua fé em questão. Por outro lado, Père Joseph fundou a ordem dos Filles de Calvaire ou calvariennes.⁶⁰

Nos negócios internos do Reino, Richelieu consultava regularmente o religioso, quando ele mesmo não intervinha diretamente em determinadas questões. A influência de Père Joseph na política francesa se intensificou depois de 1630, com o Tratado de Ratisbona. No domínio internacional, o religioso capuchinho estava encarregado dos negócios alemães, mas isso não significava que não poderia intervir em assuntos de outras regiões do mundo, mesmo no Oriente e na América, por meio da obra missionária.⁶¹ Père Joseph ocupou importante posição na diplomacia francesa, ajudando a redigir instruções de enviados, assistindo aos encontros com emissários estrangeiros ou príncipes, além de selecionar para Richelieu as informações que recebia do exterior, compondo avisos e memórias. O capuchinho chegou até mesmo a integrar o Conselho de Estado. A partir de 1630, os enviados franceses às cortes estrangeiras estiveram em contato direto com ele, sobretudo os que se dirigiam para a Europa do Norte, o Sacro Império e a Holanda.⁶²

No tocante à política de tolerância religiosa na França, a partir do Editto de Nantes, parece que Père Joseph acabou por influenciar Richelieu e o próprio Rei Cristianíssimo de que seria mais vantajoso reencontrar a unidade do corpo místico da Igreja no Reino, do que impor a sua união confessional, rejeitando assim a ação violenta contra os hereges. A respeito da missionação, Père Joseph esteve cercado de outros religiosos capuchinhos para auxiliá-lo nesta matéria, como no envio de missionários da mesma ordem ao Maranhão, entre 1611 e 1614.⁶³

A figura de Père Joseph ainda é controversa. Para alguns, acumulou poder junto a Richelieu – conhecido como “eminência parda” – mas teve seu poder moderado pelo cardeal e pelo Rei. Outros acreditam num religioso mais maquiavélico.⁶⁴ Esta presença de relevo dos capuchinhos na corte de Paris será importante para a compreensão de algumas questões abordadas no Capítulo 4.

Nos primeiros anos após a Restauração de Portugal, esperava-se na corte de Paris que houvesse uma ofensiva portuguesa contra a Espanha, o que contribuiria para distrair as forças Habsburgo dos combates na

⁶⁰ Pierre Benoist. *Le père Joseph: l'eminence grise de Richelieu*. Paris, Perrin, 2007, pp. 271-273. Lucien Bély. *La France au XVIIe siècle. Puissance de l'État, contrôle de la société*. Paris, PUF, 2009, p. 173.

⁶¹ Pierre Benoist. *Le père Joseph: l'eminence grise de Richelieu*. Paris, Perrin, 2007, pp. 278-279.

⁶² Ibidem, pp. 284- 285.

⁶³ Ibidem, p. 291.

⁶⁴ Esta é a visão apresentada por Colette Piat. *Le père Joseph: le maître du Richelieu*. Paris, B. Grasset, 1988.

Catalunha. Em 1641, a “Relation des affaires de Portugal, avec le memoire et les articles qui se doivent traiter avec sa Majesté très chrétienne”, presente na correspondência diplomática francesa, apresenta o acordo de uma liga e paz entre França e Portugal, reconhecendo a independência do Reino e o novo Monarca, cujo principal motivo seria “fazer a guerra por mar e por terra ao rei de Castela”.⁶⁵ No entanto, já em 1644, sob a Regência de Ana de Áustria e o ministério de Mazarino, as expectativas francesas não se confirmaram. As operações militares portuguesas se restringiam às fronteiras, não ocorrendo maiores avanços na guerra, e tal situação descontentava o governo de Paris.⁶⁶

Não tendo atingido ainda seu maior objetivo que seria estabelecer aliança com uma importante potência, fosse França ou Inglaterra, Portugal se dispôs a mais uma ofensiva diplomática visando tal aliança. Em 1646, o padre Antonio Vieira foi enviado a Paris para fazer a seguinte proposta a Mazarino: a Coroa portuguesa seria dividida em duas partes, ficando Portugal para o infante D. Duarte de Bragança, irmão de D. João IV, o qual se casaria com a filha do duque de Orléans, Mademoiselle de Montpensier, conhecida como a Grande Mademoiselle. Desse modo, um novo Reino seria constituído pelo Brasil e os Açores, cabendo este a D. João IV e seus descendentes. Tal proposta foi rejeitada por Mazarino por dois motivos: D. Duarte estava preso em Milão e o intento francês seria obter uma praça no Brasil, na Índia ou na África, além de dinheiro e navios para a guerra da Catalunha.⁶⁷ Logo, a política francesa mantinha assim seus interesses no ultramar.

Na impossibilidade de ter D. Duarte livre para assumir o trono português, em 1647, a proposta sofreu uma alteração: o irmão de D. João IV seria substituído pelo filho primogênito do Monarca, D. Teodósio.⁶⁸ Enquanto este não pudesse assumir o trono devido a pouca idade, o duque de Orléans viria a Lisboa como Regente. Também foram

⁶⁵ “Relation des affaires de Portugal, avec le memoire et les articles qui se doivent traiter avec sa Majesté très chrétienne” (1641). AMAE, Correspondance de Portugal, vol. 1, fls. 36-39. Lucien Bély. *L’art de la paix en Europe. Naissance de la diplomatie moderne, XVIe.-XVIIIe.* Paris, PUF, 2007, p. 358. José Ferreira Borges de Castro (org.). *Coleção dos tratados, convenções, contratos e atos públicos celebrados entre a Coroa de Portugal e as mais potências desde 1640 até o presente.* Lisboa, Imprensa Nacional, 1856-1858, pp. 16-17.

⁶⁶ Edgar Prestage. *Relações diplomáticas de Portugal com a França, Inglaterra e Holanda, 1640 a 1669.* Coimbra, trad. port., Imprensa da Universidade, 1928, p. 15.

⁶⁷ Rafael Valladares. *A independência de Portugal, Guerra e Restauração (1640-1680).* Lisboa, A Esfera dos Livros, 2006, p. 85.

⁶⁸ Em carta ao marquês de Niza, D. João IV já manifestava, desde 1643, o seu desejo de “emparentar” com o rei cristianíssimo. A união a qual se refere: “acho tantas conveniências neste casamento”, seria entre o seu primogênito, D. Teodósio, e a filha do duque de Orléans, a duquesa de Montpensier. D. João IV ainda esperava conseguir na França um matrimônio para a infanta D. Joana. Carta de D. João IV ao Conde Embaixador em França. 08 de dezembro de 1643. Laranjo Coelho. *Cartas de El Rei D. João IV ao Conde da Vidigueira (Marquês de Niza) embaixador em França.* Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1940, vol. 1, pp. 41-42.

oferecidas as rendas do arcebispado de Évora, o mais rico do Reino, mas o plano novamente não teve êxito. Na verdade, a idéia do casamento entre D. Teodósio e a filha do duque de Orléans teria sido dada pelo marquês de Rouillac, enviado francês na corte de Lisboa, devido a sua proximidade com o referido duque. Todavia, não interessava a Mazarino favorecer Gaston de Orléans – cujas relações não eram as mais amistosas, já que o duque fazia oposição ao ministro – questionando-se ainda se um estrangeiro teria condições de se manter no poder em Portugal, num momento em que o próprio Monarca, “legitimado” pela população que o aclamara, enfrentava dificuldades para se conservar no trono. Assim, o enviado francês em Lisboa duvidava que D. João IV tivesse como assegurar a sua autoridade e crédito para fazer reconhecer um estrangeiro conduzindo o governo português.⁶⁹ A partir deste sinal da fragilidade do governo dos Bragança, Mazarino poderia mesmo hesitar a respeito de uma aliança com Portugal. Por outro lado, o apoio francês serviria ao fortalecimento do poder de D. João IV, exercendo pressão sobre o governo de Madri.

É importante notar que a situação referida acima – envolver a família do duque de Orléans num acordo com a França – refletia o despreparo dos membros que passaram a compor o corpo diplomático português logo após a Restauração. A recém instituída diplomacia portuguesa, na qual faltavam quadros, esteve marcada pela formação deficiente de seus integrantes. Além disso, tais propostas e negociações, que continham erros inacreditáveis, dificultavam ainda mais a posição dos enviados lusos frente aos demais reinos. Apesar disso, tendo sido uma idéia proveniente do representante francês em Lisboa, podemos desconfiar de suas reais intenções com a dita proposta, que não agradaria a Mazarino. Desse modo, esta pode ter sido uma espécie de “armadilha” provocada pelo marquês de Rouillac, possivelmente buscando atrasar ainda mais as negociações, a fim de que se tornassem mais proveitosas à França. Ou ainda, estando ciente das demais ambições francesas neste decênio de 1640, Rouillac procurava com esta atitude enredar mais uma vez Portugal, postergando as negociações acerca de uma aliança formal.

As dificuldades para se concretizar um acordo entre Portugal e França foram diversas e de diferentes ordens. Em carta de 29 de agosto de 1645⁷⁰, D. João IV manifestava o descontentamento que gerou na

⁶⁹ Carta do marquês de Rouillac ao governo de Paris. (1648). AMAE, Correspondance de Portugal, vol. 2, fls. 437v-438. Rafael Valladares. *A independência de Portugal, Guerra e Restauração (1640-1680)*. Lisboa, A Esfera dos Livros, 2006, p. 85. Edgar Prestage. *Relações diplomáticas de Portugal com a França, Inglaterra e Holanda, 1640 a 1669*. Coimbra, trad. port., Imprensa da Universidade, 1928, pp. 39-41. J. Lúcio de Azevedo. *História de Antônio Vieira*. São Paulo, Alameda, 2008, tomo 1, p. 117. Evaldo Cabral de Mello. *O negócio do Brasil. Portugal, os Países Baixos e o Nordeste (1641-1669)*. São Paulo, Companhia das Letras, 2011, p. 93.

⁷⁰ Carta de D. João IV ao Conde Embaixador em França. 29 de agosto de 1645. Laranjo Coelho. *Cartas de El Rei D. João IV ao Conde da Vidigueira (Marquês de Nizé)*

corte de Lisboa o embaixador francês, marquês de Rouillac. Ele demonstrou a intenção de se dirigir a algumas colônias, além de expor opinião equivocada sobre outros assuntos, como a conquista da soberania portuguesa: “que tratassem os portugueses de ver se lhe estava melhor serem sujeitos à Espanha, que a França, porque ele por si não podiam se conservar”. Diante disso, a referida carta do Monarca solicitava o recolhimento do embaixador à França.

A política interna francesa também ocasionou a demora na conclusão da aliança com o Monarca português. Após a morte de Armand Jean du Plessis, o cardeal Richelieu, e de Luís XIII, em 1642 e 1643, respectivamente, a Rainha viúva Ana de Áustria assumiu a Regência, dada a menoridade de Luís XIV. Como muitas outras regências, este se mostrou um período bastante conturbado na França, durante o qual se presenciou a Fronda, movimento que reuniu diferentes grupos sociais contra a regente e o seu primeiro ministro, o cardeal Mazarino. Tendo ocorrido a paz de Westphália, mas não o término da guerra com a Espanha, o descontentamento dos franceses cresceu e se generalizou.

A Fronda designou um período de desordens políticas que se estenderam de 1648 a 1652. Vários foram os questionamentos dos *frondeurs*, entre eles o grande poder concentrado nas mãos de Mazarino, a atuação da Monarquia francesa, além da venalidade dos ofícios. Em parte, a Fronda esteve relacionada indiretamente ao envolvimento francês em diversas causas internacionais. A intervenção francesa na Guerra dos Trinta Anos, desde 1635, teve um alto custo, considerando não apenas o pagamento de armamentos, mas também os subsídios fornecidos aos aliados da França. Apesar dos resultados obtidos, como as vitórias militares e uma negociação favorável em Westphália, o Reino parecia estar nos últimos suspiros.⁷¹

O descontentamento geral surgiu em decorrência de uma situação econômica difícil, sobretudo com a elevação das contribuições fiscais. A Monarquia, por sua vez, precisava achar meios de obter novas receitas. A venalidade dos ofícios acabou por se tornar um sistema na França. Funções e ofícios do governo eram criados pelo Rei, para os quais se emitia um título de renda. O oficial ficava responsável então pela arrecadação de impostos, gerando a mobilização de capitais para o fisco real. E tais cargos passaram a ser hereditários.⁷² Havia contratos entre financistas e banqueiros com o poder real, o qual recebia o dinheiro de

embaixador em França. Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1940, vol. 1, pp. 267-269.

⁷¹ Lucien Bély. *La France au XVIIe siècle. Puissance de l'État, contrôle de la société*. Paris, PUF, 2009, p. 299.

⁷² Roland Mousnier. Os séculos XVI e XVII: os progressos da Civilização Européia. Maurice Crouzet (dir.), *História Geral das Civilizações*. Rio de Janeiro, trad. port. Bertrand, 1995, tomo IV, p. 181.

que necessitava, mas garantia também o reembolso aos seus benfeitores. Os financistas reuniam as rendas necessárias entre a alta nobreza e a rica burguesia. Fazendo o papel de intermediárias, as elites sociais emprestavam dinheiro ao soberano e recebiam benefícios por tal operação. Por meio deste sistema, a Monarquia conseguia antecipar as rendas provenientes dos impostos. A Fronda constituiria assim uma reação à política que visava obter recursos para uma política controversa, considerando a atuação militar francesa.⁷³

Os membros do Parlamento de Paris também tiveram papel preponderante no movimento. Os parlamentares buscavam estabelecer alguns limites para atuação do poder real, obtendo-se dessa maneira espaço para ocasionar algumas modificações no governo, como na área das finanças. Muitos parlamentares queriam instaurar uma Monarquia limitada, de cunho aristocrático, que seria controlada por corpos de magistrados hereditários, mas isso também não era uma posição unânime de todos no Parlamento e na aristocracia.⁷⁴

Entretanto, não foi a Monarquia, como regime político, que causou as clivagens presentes na Fronda. Não houve o seu questionamento, mas sim o combate à sua degeneração em tirania ou despotismo.⁷⁵ O risco de uma república na França também não existiria, pois tudo o que se referia a isso era tratado na época como um horror. Se a Revolução Inglesa influenciaria a Fronda seria pelo modo contrário, pois os participantes da Fronda não queriam aproximá-la da realidade inglesa. Logo, a revolução ocorrida na Inglaterra era tratada com repulsa, como algo que não deveria ser imitado. Entretanto, a lição da revolução serviu como demonstração das insatisfações relativas ao absolutismo. Os panfletários parisienses se inspiraram nisso para elaborar seus argumentos de prudência à Rainha. A Regente deveria adotar uma postura mais liberal e acessível às reivindicações do povo e do Parlamento. Os excessos da revolta inglesa se tornariam assim fonte de numerosos conselhos de moderação da Monarquia, visando à sua perpetuação, e não à sua ruína. Tanto que quando da morte de Carlos I Stuart, os panfletos denunciaram o fato como uma barbárie monstruosa do mais horrível e detestável parricídio que já havia ocorrido.⁷⁶

Tal discussão estava colocada em meio ao governo do cardeal Mazarino, o primeiro-ministro de Ana de Áustria – mas não apenas seu ministro – que sucedera o cardeal Richelieu, após sua morte em 1642. Mazarino adotou a mesma política de seu antecessor no tocante à intervenção nas guerras européias, bem como de confrontação à

⁷³ Lucien Bély. *La France au XVIIe siècle. Puissance de l'État, contrôle de la société*. Paris, PUF, 2009, pp. 299-302.

⁷⁴ Michel Pernot. *La Fronde*. Paris, Tallandier, 2012, pp. 400-402.

⁷⁵ Hubert Carrier. *Le labyrinthe de l'État : essai sur le débat politique en France au temps de la Fronde, 1648-1653*. Paris, H. Champion, 2004, p. 76

⁷⁶ Ibidem, pp. 81-85.

Monarquia hispânica, a fim de obter uma condição favorável ao seu Reino. Conforme os seus detratores, o cardeal Mazarino utilizava a guerra para enriquecer e se manter no poder. Como Richelieu, Mazarino pensou que o Reino podia e devia pagar o custo político da guerra. A França se impôs como uma grande potência, capaz de resistir à coalizão estabelecida em torno dos Habsburgo, pois foi capaz de mobilizar homens e dinheiro, ainda que em meio a dramas e revoltas.⁷⁷

Muitos foram os opositores da Monarquia francesa nestes anos da Fronda, entre eles a Grande Mademoiselle, duquesa de Montpensier; seu pai, Gaston de Orléans; e o Príncipe de Conti. Os membros da nobreza envolvidos na Fronda buscavam alguma participação no governo, a partir do afastamento de Mazarino, que tinha a confiança da Rainha Regente. Para muitos, o intuito seria aproveitar o momento de tumulto político para se tornarem figuras políticas de primeira grandeza. Estes nobres se apoiavam nas suas famílias, amigos e clientelas. No caso do Parlamento, este se via como o defensor dos direitos do povo contra as pesadas medidas fiscais. A revolta, inicialmente parisiense, teve envolvida na sua liderança a burguesia, composta de rendeiros, proprietários e ricos mercadores. O povo da cidade acabou por se afirmar pela violência contra a figura do Rei, entre outras manifestações.⁷⁸

Em outubro de 1648, uma declaração real confirmou todos os artigos da Câmara Saint-Louis, instituindo, na teoria, uma Monarquia constitucional, ou “temperada pelas autoridades tradicionais”. Neste mesmo mês de 1648, foi assinado o tratado de Westphália. No entanto, este acontecimento tão importante para a Europa encontrou apenas indiferença na França, passando quase despercebido, pois a guerra com a Espanha permanecia, embora terminasse a Guerra dos Trinta Anos em boa parte da cristandade.⁷⁹

Após ter cedido à cólera popular, a Regente e Mazarino viram a armada do Príncipe de Condé, composta por mercenários alemães, no entorno de Paris. Em janeiro de 1649, a família real deixou a capital e se instalou em Saint Germain en Laye, numa tentativa de resistir à revolta em Paris. A armada de Condé formou um bloqueio à cidade de Paris com oito ou dez mil homens. Por sua vez, o Príncipe de Conti, que deixara a corte, se tornou o generalíssimo das tropas da Fronda. E os combates ocorreram nas portas da cidade.⁸⁰

⁷⁷ Michel Pernot. *La Fronde*. Paris, Tallandier, 2012, p. 401. Lucien Bély. *L'art de la paix en Europe. Naissance de la diplomatie moderne, XVIe. –XVIIIe. siècle*. Paris, PUF, 2007, p. 263.

⁷⁸ Lucien Bély. *La France au XVIIe siècle. Puissance de l'État, contrôle de la société*. Paris, PUF, 2009, pp. 302-305.

⁷⁹ Ibidem, p. 309.

⁸⁰ Lucien Bély. *La France au XVIIe siècle. Puissance de l'État, contrôle de la société*. Paris, PUF, 2009, p. 309.

Na “Relação do que vai passando em Paris desde que el rei e a corte se foram para Saint Germain, na madrugada de 6 de janeiro de 1649”⁸¹, um enviado português na corte francesa – possivelmente o residente Cristóvão Soares de Abreu – aponta as dificuldades enfrentadas pela família real e a nobreza, durante as manifestações da Fronda em Paris. O relato menciona logo no seu início a saída da corte da cidade, na madrugada de 6 de janeiro de 1649, entre três e quatro horas da manhã. O Rei, a Rainha e Mazarino deixaram a cidade “com todo segredo”, bem como os secretários de Estado e os ministros da Coroa. Todos se dirigiram a Saint Germain, “deixando a todos com maior confusão que se há visto há muitos dias”. Conforme o observador,

A causa desta não imaginada saída se atribui às assembléias que o parlamento fazia de novo, sobre as contravenções feitas a última declaração que sua majestade havia acordado ao mesmo parlamento e povo para a reforma da cobrança de suas rendas, gastos, pagamentos da gente de guerra, revogação dos intendentes nas províncias, diminuição das sizas e outras coisas, porque se entendia que o parlamento e alguns de seus conselheiros e presidentes queriam passar mais adiante na exclusão do cardeal, permitindo ou não impedindo as sátiras e libelos que contra ele se faziam e vendiam publicamente impressos.⁸²

Os parisienses receberam o apoio da Normandia e de outras províncias, além de parlamentos como o de Bordeaux. Os revoltosos chegaram a negociar com a Espanha, mas os parlamentares moderados estiveram com medo por conta da decapitação de Carlos I de Inglaterra. Durante 1650, as tropas partiram a fim de reconquistar as províncias sublevadas. Mazarino liderou verdadeiras campanhas militares, junto com a Rainha e o jovem Rei. Na Normandia e na Borgonha, Luís XIV tomou contato com as práticas de combate, o que consistiu no seu “batismo de fogo”. Isto serviria de preparação ao Monarca que, anos mais tarde, defenderia uma política belicista. Estas expedições ainda evidenciaram a figura do Rei. Por conta da oposição dos rebeldes, príncipes e parlamentares – o cardeal Mazarino deixou Paris no início de fevereiro de 1651. Ele se refugiou em Brühl, nas terras do eleitor de Colônia, mas mesmo assim continuou a participar de longe dos atos da Rainha Regente.⁸³

Negociações se iniciaram entre os rebeldes franceses e os enviados do arquiduque Leopoldo Guilherme, que governava os Países Baixos espanhóis, mas este não tinha instruções de Madrid e desejava apenas prolongar a guerra civil na França, como meio de enfraquecer o Reino.

⁸¹ Relação do que vai passando em Paris desde que el rei e a corte se foram para Saint Germain, na madrugada de 6 de janeiro de 1649. ANTT. Miscelâneas Manuscritas do Convento da Graça, tomo 1C, fls. 424-433. O mesmo documento se encontra também nos fólhos 186-194, do mesmo volume.

⁸² Ibidem, fl. 424.

⁸³ Lucien Bély. *La France au XVIIe siècle. Puissance de l'État, contrôle de la société*. Paris, PUF, 2009, pp. 310-311.

Em 6 de setembro de 1651, o Parlamento de Paris confirmou o banimento perpétuo de Mazarino. No dia seguinte, Luís XIV se declarou maior de idade, completando 14 anos, o que pôs fim à Regência. Mazarino, por sua vez, se sentiu abandonado pela Rainha e o jovem Rei, depois da colaboração que havia dado ao Reino.⁸⁴

Ocorreu a mobilização de uma coalizão de forças sociais para sustentar tal movimento político. Inicialmente parisiense, a Fronda foi seguida pela nobreza de toga, ou seja, os magistrados, cujo poder se fundava nas cortes soberanas. A própria nobreza foi a responsável por estender a agitação política às províncias, reunindo suas clientelas ao movimento. Buscou-se até mesmo ajuda junto ao maior inimigo francês: a Espanha. A Fronda não se tornou uma revolução, pois não colocou em questão, em momento algum, a Monarquia. O movimento aconteceu num período de Regência, enquanto a autoridade real se revestia de considerável fragilidade. Os parlamentares que tinham permitido à Regente ter a autoridade plena esperavam ser recompensados por isso. No caso dos grandes, descartados do poder político por Richelieu, eles buscavam recuperar sua posição. Desse modo, Mazarino soube explorar a desunião dos grupos que integraram a Fronda, desunião esta que nasceu dos distintos interesses envolvidos. Sendo assim, a ausência de um projeto claro, que integrasse realmente os diferentes grupos que participaram da Fronda, explica a razão pela qual o movimento não chegou a atingir toda a população francesa. A Monarquia francesa não saiu transformada desta crise, pois nenhuma reforma lhe foi imposta, apesar das promessas feitas. Por outro lado, a política de Luís XIV passou a se inspirar nas lições da Fronda. O Monarca exigiu uma obediência estrita de todos os seus súditos, assegurando o Direito Divino dos Reis, a partir do qual o próprio Rei, escolhido e inspirado por Deus para conduzir o Reino, teria o discernimento necessário acerca da política governamental.⁸⁵

O horizonte francês na política dos Bragança

Em sua segunda missão diplomática, nos anos de 1647 e 1648, quando desempenhava a função de correspondente de Portugal na Holanda, o padre Antônio Vieira olhava com desconfiança para a aliança com a Coroa francesa. Em carta ao marquês de Niza, ele afirma:

Quanto ao ponto das conquistas, pelo que se deixa entender das perguntas *do Cardeal*⁸⁶ e de outros indícios antigos e modernos, parece que *os Franceses* têm

⁸⁴ Ibidem, p. 312.

⁸⁵ Ibidem, pp. 315-317.

⁸⁶ “Mazarino indagava ao marquês de Niza, que desconfiou da intenção, como se poderia fazer guerra aos Castelhanos, da Baía ou do Rio de Janeiro, por terra.” J. Lúcio de Azevedo. *Cartas de Antônio Vieira*. Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1997, vol. 1, p. 127.

intentos, não só nas conquistas de Castela, mas também, de modo que pode ser, nas de Portugal, e sobre umas e outras direi o que se me oferece. Nas nossas conquistas podem *os Franceses* querer ou parte da terra que possuímos, ou liberdade para comerciar nos nossos portos. Do primeiro temos exemplos antigos, quando os Franceses começaram a conquistar primeiro *o Rio de Janeiro*, depois *o Maranhão* [...] Mas nem uma nem outra coisa parece razão que se conceda *a França*; porque como havíamos de dar de graça o que à custa de tanto sangue e dinheiro estamos defendendo? E, se o nosso comércio está tão diminuído pela parte que dele nos tiraram os Holandeses, qual ficará se *os Franceses* levarem outra?⁸⁷

Mesmo diante da necessidade de se aliar à França, os portugueses conheciam os riscos envolvidos no possível acordo, levando-se em conta as pretensões da política francesa. Algumas incursões de súditos franceses já foram apontadas. Anos mais tarde, a presença francesa no Estado do Brasil constituiria um verdadeiro incômodo à Coroa portuguesa, a qual teve de se valer de algumas estratégias a fim de manter distante a ameaça aos seus territórios ultramarinos. A aliança com o Rei Cristianíssimo se mostrava importante, apesar das ameaças atreladas a ela, sendo como um mal necessário.

No início de 1648, Antonio Vieira já manifestava sua insatisfação, diante da desigualdade de condições proposta pela França para que se firmasse a liga com Portugal. O excerto a seguir, apesar de um pouco longo, se mostra importante para ilustrar o favorecimento francês de outras alianças, em detrimento do acordo com a dinastia de Bragança:

Digo pois, senhor, *que darmos dinheiro, navios ou outro qualquer socorro a França*, porque faça *conosco liga*, suposto o estado a que as coisas tem chegado, me parece que nem é razão, nem possível, nem conforme à mente de Sua Majestade, e que fazer o contrário seria mais conveniente, ainda para se alcançar *a mesma liga* que Vossa Excelência pretende. Primeiramente não é razão: porque se considerarmos o uso em semelhantes ligas, quando os confederados ficam em guerra, os socorros são recíprocos e, se há desigualdade neles, é receberem sempre mais os que podem menos, e estes somos nós. Se considerarmos os exemplos, veja-se o que a mesma França faz com Holanda, com Suécia, com Landgrave, com o Modena e com os demais. Pois se França a todos seus aliados dá socorros, porque no-los há de pedir a nós, importando-lhe mais a nossa liga que a de todos, e sendo mais os nossos inimigos e mais poderosos, e nós por razão da distância mais expostos a nos fazerem dano? Se considerarmos a necessidade, além de a guerra de França em muitas partes ser voluntária, e a nossa em todas forçosa; se França necessita das nossas assistências, porque tem guerra em Catalunha, em Flandres, em Alemanha e em Itália, muito mais havemos nós mister as suas, pois temos guerra em cinco províncias de nossas fronteiras e em mais de cem léguas de costa, sem haver um palmo de mar ou terra, no circuito de todo o reino, que não esteja exposta à invasão do inimigo e necessite de defesa: e, além desta guerra tão interior, temos guerra em Pernambuco, guerra na Baía, guerra em Angola, guerra nas fronteiras de África [...] se considerarmos o benefício, grande é o que

⁸⁷ Carta ao Marquês de Niza. 20 de janeiro de 1648, grifo do autor. J. Lúcio de Azevedo. *Cartas de Antônio Vieira*. Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1997, vol. 1, pp. 127-128.

recebemos na diversão de França; mas não é menor o que ela recebe na nossa, a que deve principalmente suas vitórias; e não só com a guerra de Portugal lhe divertimos e enfraquecemos Castela, mas com a do Brasil lhe divertiremos daqui por diante Holanda, cujos socorros a Flandres é hoje o principal cuidado e temor de França.⁸⁸

Vieira aponta as exigências impostas por Mazarino para firmar a aliança com Portugal. De fato, além de socorros militares, anteriormente solicitados pelo governo de Paris, se pedia ainda quantias de dinheiro. E Vieira demonstra o descontentamento de anos seguidos engajados nesta discussão, percebendo que as dificuldades impostas pela França só aumentavam. Podemos analisar este quadro de negociação de uma aliança luso-francesa sob dois aspectos. Primeiro, neste momento, em 1648, prestes a ser assinado o tratado de Westphália, a França já não mais se esforçava para integrar Portugal no acordo de paz. E o foco de sua política, evidentemente de confronto à Espanha, permaneceria. Para o governo de Paris, não seria esta ainda a ocasião de apoiar a Monarquia portuguesa. Por outro lado, no ano de 1648, a política interna francesa já se encontrava conturbada, pois a Fronda não demoraria a acontecer. Sendo assim, o envolvimento do governo de Paris com a causa da independência portuguesa não corresponderia às expectativas lusas, dados outros interesses que estavam em jogo e que, evidentemente, seriam privilegiados em detrimento da política de Portugal.

Adiante, na mesma carta ao marquês de Niza, Vieira aponta que a França teria mais necessidade de uma liga com Portugal do que o contrário. E o apoio português à Monarquia cristianíssima seria a mais importante na referida conjuntura:

Suponho mais, como é ainda mais evidente, que de todos os aliados de França nenhum lhe importa mais que Portugal, por seu maior poder, por fazer a guerra a Castela dentro nas entranhas, pela diversão de Holanda nas conquistas, e principalmente porque, se Portugal fizesse paz com Castela, que é o mais fácil meio de a fazer também com Holanda, no mesmo dia ficava França arruinada; porque contra Castela, Portugal, Holanda e o Império unidos, não há em toda a Europa resistência no mar nem na terra, e tudo isto conhecem muito bem os franceses. Donde se segue que este temor há de obrigar mais a França a fazer a liga que nenhum outro interesse de socorros que lhe possamos prometer: porque o socorro, qualquer que seja em respeito de França, nunca pode ser mui considerável; mas o temor de nos podermos concertar com Castela é de tanta consideração que não importa menos a firmeza ou ruína de França.⁸⁹

Vieira destaca então as razões pelas quais seria favorável à França compor a aliança com a Monarquia portuguesa. Apesar disso, o governo de Paris demoraria a conceder uma aliança a Portugal. Mas qual seria o

⁸⁸ Carta ao Marquês de Niza. 27 de janeiro de 1648, grifo do autor. J. Lúcio de Azevedo. *Cartas de Antônio Vieira*. Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1997, vol. 1, pp. 138-139.

⁸⁹ Carta ao Marquês de Niza. 27 de janeiro de 1648. J. Lúcio de Azevedo. *Cartas de Antônio Vieira*. Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1997, vol. 1, p. 144.

motivo deste posicionamento francês? Como já foi referido, outras questões de cunho político-militar atraíram as atenções de Mazarino e Ana de Áustria. Além da própria Fronda, que sacudiu o cenário interno francês, a opção por apoiar ou privilegiar determinadas ligas, e os conflitos que as envolviam, se revelou determinante na prolongada negociação da aliança luso-francesa. Do mesmo modo como Filipe IV priorizou outros conflitos europeus antes de dirigir suas forças mais contundentes contra Portugal, o governo de Paris parece ter seguido neste mesmo caminho, confrontando a Espanha de acordo com as escolhas feitas pelo inimigo: Guerra dos Trinta Anos; negociação de paz com a Holanda, enquanto nem se podia mencionar os rebeldes de Portugal nas discussões em Münster; disputa territorial na Catalunha; negociações com a própria França, que culminaria com o tratado dos Pireneus.

Estando a França alinhada à Suécia e à Holanda, que também combateram a Espanha no contexto da Guerra dos Trinta Anos, não se mostrava interessante a Mazarino deixar estes aliados ou descontentá-los – no caso da Holanda, que ocupava capitânias no Estado do Brasil e, portanto, desafiava o domínio português na região. Atrelada a estes aliados, a França mostrou certa resistência em firmar um acordo similar com a Coroa portuguesa:

e acudindo a coroa de França à da Suécia, aos Estados Unidos [Holanda], e a outros príncipes, com tão grossos socorros de dinheiro, e gente todos os anos para continuarem a guerra contra a Casa de Áustria, não achou Portugal em França, o que em França acharam todos os demais aliados, que nem pelo pretexto, nem pela religião, nem pela conveniência mereciam igual favor.⁹⁰

Mesmo sem uma aliança formal entre Portugal e França, tendo havido apenas um acordo de cooperação militar, o governo de Lisboa se encontrava na dependência das ações provenientes de Paris, pois em diversos casos o auxílio francês havia sido solicitado, conforme exposto acima, dentre eles a libertação de D. Duarte.⁹¹ Em carta ao embaixador Luís Pereira de Castro, D. João IV destaca os motivos pelos quais tal aliança beneficiaria Portugal:

⁹⁰ Laranjo Coelho. *Cartas de El Rei D. João IV ao Conde da Vidigueira (Marquês de Niza) embaixador em França*. Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1940, vol. 1, p. 222

⁹¹ Em carta cifrada ao marquês de Niza, D. João IV manifesta ao embaixador a intenção de que os prisioneiros do Rei da Hungria e de Castela, em poder da França, fossem trocados pelo infante, seu irmão prisioneiro, ou mesmo que tais prisioneiros fossem deixados aos seus cuidados para que ele mesmo pudesse conduzir esta troca, a fim de obter a libertação de D. Duarte. Mais tarde, cogitou-se trocar a praça de Tânger pela libertação do infante, revelando-se as possessões ultramarinas como moeda de troca em diferentes circunstâncias, e não apenas visando à manutenção da integridade da metrópole. Carta de D. João IV ao Conde Embaixador em França. 20 de junho de 1642 e 12 de novembro de 1645. Laranjo Coelho. *Cartas de El Rei D. João IV ao Conde da Vidigueira (Marquês de Niza) embaixador em França*. Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1940, vol. 1, pp. 7 e 286, respectivamente.

convém muito examinar cada uma das coisas que França quer de nós e quanto lhe podemos conceder ou remeter, sem chegar a por a honra e reputação em perigo *considerando sempre que ainda duram as mesmas razões, que nos obrigaram aceitar paz com a França com condições tão desiguais* antes que agora, não porque estejamos com menos poder do que então havia, mas *porque a maior importância de entrarmos na paz geral é o perigo de França se confederar com Castela nos empenha mais em sua dependência*.⁹²

Os anos de meados do decênio de 1650 também foram marcados por outras tentativas de compor uma aliança luso-francesa. Em 1655, chegou a Lisboa, o enviado francês Chevalier de Jant. A sua instrução pública mencionava a necessidade de resolução a respeito da cooperação militar entre Portugal e França, pois em Paris acreditava-se que o governo português não estava empenhando todos os seus esforços no combate à Espanha, o que justamente Mazarino esperava do Monarca português. A dificuldade do envio de tropas à Catalunha também seria questionado. O governo francês demandava assim uma resposta acerca disto, bem como o auxílio para o custeio das tropas enviadas à Nápoles, que favorecera a política portuguesa. O Visconde de Santarém, na sua ampla obra sobre a diplomacia portuguesa, atribui a dificuldade de concretização da aliança luso-francesa a esta falta de diligência portuguesa na guerra. No entanto, outros fatores tiveram considerável importância na referida negociação.⁹³

No tocante à possibilidade de um acordo matrimonial envolvendo Luís XIV, a resposta de Chevalier de Jant deveria ser sucinta, pois não estaria autorizado a discutir este tipo de aliança com o governo de Lisboa. O motivo alegado estaria relacionado à aliança estabelecida anteriormente, que não havia sido cumprida por Portugal, tendo este Reino negligenciado alguns pontos do acordo.⁹⁴ Por outro lado, uma instrução secreta também orientava o enviado francês a procurar conhecer a infanta D. Catarina, prometendo-se à Rainha D. Luísa de Gusmão que seria considerado o nome da infanta, quando o Rei Cristianíssimo fosse contrair matrimônio.⁹⁵

⁹² Carta de D. João IV a Luís Pereira de Castro. s/d. Laranjo Coelho. *Cartas de El Rei D. João IV ao Conde da Vidigueira (Marquês de Niza) embaixador em França*. Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1940, vol. 1, pp. 102-103, grifo nosso.

⁹³ Instrução a Chevalier de Jant em Portugal (1655). AMAE, Correspondance de Portugal, vol. 3, fl. 281. Edgar Prestage. *Relações diplomáticas de Portugal com a França, Inglaterra e Holanda, 1640 a 1669*. Coimbra, trad. port., Imprensa da Universidade, 1928, pp. 50-51. Visconde de Santarém. *Quadro Elementar das Relações Políticas e diplomáticas de Portugal com as diversas potências do mundo*. Paris, Officina Typographica de Fain e Thunot, 1843, tomo 4, p. 289.

⁹⁴ Instrução a Chevalier de Jant em Portugal (1655). AMAE, Correspondance de Portugal, vol. 3, fls. 282-282v.

⁹⁵ Edgar Prestage. *Relações diplomáticas de Portugal com a França, Inglaterra e Holanda, 1640 a 1669*. Coimbra, trad. port., Imprensa da Universidade, 1928, pp. 52-53.

Mazarino continuava a jogar com a política portuguesa, pois até então, dificultava firmar uma liga com os Bragança. Entretanto, atuava de modo a destacar o papel francês, no auxílio a Portugal, com sua colaboração e empenho, enquanto esse não teria cumprido o tratado de confederação e aliança firmado em 1641. Este tratado previa a ajuda da Monarquia francesa a Portugal para estabelecer paz com a Espanha, renovando a amizade entre os dois Reinos, com o envio de embaixadores e o reconhecimento de D. João IV como o legítimo sucessor dos Reis de Portugal. Os Monarcas envolvidos no acordo “prometiam de boa fé não dar nenhuma assistência de homens, dinheiro, munições, navios, armas, nem víveres aos inimigos um do outro, nem direta, nem indiretamente”.⁹⁶ Os Estados Gerais das Províncias Unidas também seriam admitidos nesta aliança, sendo que todos deveriam unir forças para combater a Espanha, realizando guerra ofensiva e defensiva contra Filipe IV.⁹⁷ É interessante perceber como esta participação das Províncias Unidas na dita aliança não chegou a ocorrer efetivamente, mantendo-se a guerra no Brasil, e posteriormente estabelecendo os holandeses a paz com os espanhóis em Westphália. Além disso, a aliança entre França e Províncias Unidas serviu de motivo para que a primeira negasse por muitas vezes a liga tão aguardada por Portugal, pois se alegava que sem o consentimento de seus aliados – Holanda e Suécia – não seria possível compor a liga.

Enquanto esteve em Lisboa, Chevalier de Jant apresentou três memoriais a D. João IV a respeito da possível aliança luso-francesa. Ao mesmo tempo que nestes papéis se questionava a falta de empenho dos portugueses nas diferentes frentes de combate à Espanha – ao que o Monarca português responderia que precisava acudir às colônias, sobretudo o Brasil, ameaçado pelos holandeses – Chevalier de Jant também buscava convencer D. João IV que aquele momento seria o mais propício para firmar a aliança entre Portugal e França. No entanto, se buscava o comprometimento português – com tropas e envio de dinheiro – sem a apresentação de contrapartida francesa.⁹⁸

No último memorial apresentado por Chevalier de Jant ao Rei de Portugal, é mencionado, mais uma vez, que não se poderia firmar a aliança formal sem o consentimento dos demais aliados da França, como Suécia e Holanda. Além disso, Portugal deveria, para obter a tão aguardada liga, enviar somas em dinheiro anuais para a França.⁹⁹

⁹⁶ Artigo secreto (1641). AMAE, Correspondance de Portugal, vol. 1, fls. 88-88v.

⁹⁷ Ibidem, fl. 89. José Ferreira Borges de Castro (org.). *Coleção dos tratados, convenções, contratos e atos públicos celebrados entre a Coroa de Portugal e as mais potências desde 1640 até o presente*. Lisboa, Imprensa Nacional, 1856-1858, pp. 16-23.

⁹⁸ Segundo memorial apresentado ao Rei de Portugal (1655). AMAE, Correspondance de Portugal, vol. 3, fl. 361.

⁹⁹ Terceiro e último memorial apresentado ao Rei de Portugal (1655). AMAE, Correspondance de Portugal, vol. 3, fl. 371.

Contudo, não havia sido conferido poder ao representante francês para celebrar a dita liga. Em resposta de D. João IV, Chevalier de Jant afirma que estava disposto a fazer a liga, dando tudo o que fosse possível ao Reino. Isso se o enviado francês tivesse realmente autoridade para celebrar a liga, pois havia acusações de que o Rei Cristianíssimo mandava emissários a Lisboa, sem o efetivo poder em questão.¹⁰⁰

Numa espécie de parecer da Mesa de Consciência e Ordens sobre a liga entre Portugal e França, foram abordados os benefícios e os entraves à conclusão da aliança luso-francesa. Neste momento, a concretização da aliança estaria atrelada à ajuda financeira de Portugal à França, o que se referia à quantia de dois milhões de cruzados. Logo no início do parecer, expõe-se:

manda digamos se nos parece que deve por esta causa tirar do reino estas somas de dinheiro [...] ficando sempre o dinheiro necessário para sustentar o terço da infantaria que aqui assiste e o conto de réis que por mês está destinado para a fortificação da cidade [...] e que digamos que a despesa que se faz para esta liga é tão importante à conservação do reino, que se possam divertir para ela estas contribuições que estavam consignadas para a guerra e defesa do reino, reputando-se esta liga pela maior que pode ter a guerra contra Castela.¹⁰¹

Analizando esta situação, o parecer apresenta as razões pelas quais não se deveria aceitar tais condições para firmar uma aliança com o Rei Cristianíssimo. O primeiro motivo diria respeito à segurança do Reino, dada a desconfiança em relação à política francesa:

para firmeza desta liga que pode não durar mais do que enquanto convier ao rei de França, que provavelmente tratará mais de sua própria conservação do que da nossa, querendo-se valer deste dinheiro para seus intentos, e suprir a falta com que se acha deste, procurando fazer-nos seus tributários com lhe pagarmos em cada um ano quinhentos mil...¹⁰²

O governo de Paris poderia assim não assegurar a defesa do Reino de Portugal, que ficaria ainda mais fragilizado na guerra que travava com a Espanha:

Segundo, porque não convém por a nossa defesa na mão de el rei de França, quando dela podemos tratar por outros meios mais seguros, afrouxando naqueles de que até agora usamos, diminuindo o número dos soldados que se tem entendido bastam para a defesa ordinária, ficando com esta diminuição o reino, carecendo de maior número de soldados exercitados e enchendo-se de gente ociosa. Maiormente quando o inimigo está muito perto e querendo

¹⁰⁰ Resposta do Rei de Portugal ao terceiro memorial apresentado por Chevalier de Jant (1655). AMAE, Correspondance de Portugal, vol. 3, fl. 376.

¹⁰¹ ANTT. Miscelâneas Manuscritas do Convento da Graça, tomo 1C, fl. 301. O documento não apresenta data, mas certamente foi produzido após a restauração de Pernambuco, mencionada no referido parecer. Diante das matérias em questão, provavelmente o parecer se refere à negociação proposta por Chevalier de Jant.

¹⁰² Ibidem, fls. 301-302.

invadir-nos com suas armas, não pode França socorrer-nos com a prontidão que se requer, ainda em caso que o queira e possa fazer.¹⁰³

Ainda que a Monarquia de Bragança necessitasse e buscasse insistentemente a aliança com a França, havia uma consciência na corte de Lisboa que este acordo envolveria uma série de incertezas e ameaças. Um dos temores consistiria que a potência francesa utilizasse o apoio e dinheiro portugueses no combate à Espanha, mas tendo em vista os interesses dos Bourbon, e não dos Bragança:

Terceiro, porque França não há de fazer guerra à Castela segundo a nossa conveniência, senão conforme a sua e do modo que lhe estiver melhor para seus intentos e com pouca utilidade nossa porque ainda que se diga que deserte o inimigo, para que nos não ofenda, não é de modo que possamos ter segurança dele, antes tomará mais ânimo para invadir este reino, vendo a diminuição que há de soldados e o nosso descuido e que o reino estar enfraquecido com esta diminuição de dinheiro e número de soldados. E se os que temos se queixam de serem mal pagos, com mais razão o farão depois que souberem desta contribuição para França.¹⁰⁴

Sendo assim, chegou-se à conclusão de “que não é tão importante para a defesa deste reino a despesa que se fizer nela que se possam divertir as contribuições que já estão consignadas para a guerra e defesa do reino”.¹⁰⁵ Não seria prudente arriscar os recursos empenhados na segurança de Portugal num acordo que apenas, possivelmente, surtisse o efeito desejado. A aliança com a França não deveria envolver estas vultosas quantias, das quais Lisboa não poderia dispor. Este dinheiro, sendo investido na segurança do Reino, permitiria um bom sistema defensivo. Além disso, caso destinasse estes recursos à Paris, o governo de Lisboa perderia a confiança de seus súditos, pois quando fosse necessário aumentar a arrecadação, não seria possível assegurar que o dinheiro não seria enviado à França ou outro aliado da Monarquia portuguesa, deixando de beneficiar diretamente o próprio Reino. Inclusive a Restauração de Pernambuco imprimia a necessidade de recursos, a fim de que se defendessem as conquistas, restabelecendo o domínio dos territórios ocupados por inimigos.¹⁰⁶

Todavia, o enviado francês chegou a estabelecer um acordo com D. João IV, necessitando apenas da ratificação do Monarca francês, o que acabou não ocorrendo. Alegou-se em Paris que o maior empenho na diplomacia francesa naquele momento seria para estabelecer a paz com a Espanha. Declarou-se ainda que Chevalier de Jant teria ultrapassado os limites da missão que recebera, pois realmente não teria poderes para firmar o referido tratado nos termos que o tinha feito. E, por fim, Luís

¹⁰³ Ibidem, fl. 302.

¹⁰⁴ Ibidem, fl. 302.

¹⁰⁵ Ibidem, fl. 303.

¹⁰⁶ Ibidem, fl. 304.

XIV havia desaprovado tal ação de seu enviado, pois não faria nenhum tratado com Portugal, visto que este não havia exercido as pressões sobre os espanhóis, conforme fixado no primeiro acordo pós Restauração.¹⁰⁷

Portugal, neste dado momento, não possuía uma condição favorável para fazer paz com a Espanha. Sendo assim, a França não forneceria tanta importância a este assunto. Então qual a razão que teria levado Chevalier de Jant a tratar de uma liga com D. João IV? Na verdade, o enviado francês teve conhecimento de que haveria a possibilidade de negociações entre Lisboa e Madri com o intuito de firmar a paz, ou pelo menos uma trégua. Isso teria feito com que o enviado francês se apressasse a negociar uma liga, acreditando que assim afastaria Portugal de um acordo com a Espanha.

Num memorial sobre o “rumor de um tratado entre Portugal e Espanha”, Chevalier de Jant aponta que

as boas disposições que se encontram entre França e Portugal para a conclusão de um tratado, o qual Castela julga ser a ruína inteira de todos os seus intentos; por isso, seu objetivo não será outro que semear a divisão, e a boa correspondência que há até este momento entre as duas coroas, a fim de que quando se apresentar a ocasião a propósito ela venha atacar a fundo este reino.¹⁰⁸

O próprio enviado francês demonstra a percepção do benefício que haveria para França e Portugal com a assinatura da liga formal, além do prejuízo à inimiga Espanha. Chevalier de Jant buscava saber se havia, e quais os termos, de uma negociação entre Portugal e Espanha. E para tanto fez um apelo ao Monarca português para que adiantasse a sua posição no tocante à aliança luso-francesa, antes de seu retorno a Paris.¹⁰⁹ Na resposta de D. João IV ao enviado de Mazarino, acerca da paz na Península Ibérica, o secretário de Estado, Pedro Vieira da Silva, afirmou que D. Vicente Gonzaga, vice-rei da Galícia, e o marquês de Távora, general do inimigo, tinham oferecido a João Mendes de Vasconcellos, governador das armas de Portugal na província de Trás-os-Montes, uma trégua pelo tempo que o lado luso julgasse conveniente. Uma trégua de dois anos é o que procuravam os generais castelhanos nas províncias que faziam fronteira com o Reino de Portugal: “e que as cidades cabeças de províncias tem enviado diferentes vezes pessoas a Madri pedindo vivamente que de qualquer maneira se acorde paz ou trégua com este reino, para poderem subsistir“. A resposta do lado português foi ordenar que “não se admittissem semelhantes propostas,

¹⁰⁷ Edgar Prestage. *Relações diplomáticas de Portugal com a França, Inglaterra e Holanda, 1640 a 1669*. Coimbra, trad. port., Imprensa da Universidade, 1928, pp. 63-64.

¹⁰⁸ Memorial apresentado ao Rei de Portugal sobre o rumor de um tratado de trégua entre Espanha e Portugal (1655). AMAE, Correspondance de Portugal, vol. 3, fls. 392v-393.

¹⁰⁹ Ibidem, fl. 395.

nem desistissem da guerra e hostilidades, antes as continuassem o mais vivamente que pudessem, isto é tudo que se tem passado nesta matéria.”¹¹⁰ Diante disto, parece que diferentes grupos de espanhóis buscavam a paz ou ao menos uma trégua, pois o fardo da guerra já pesava. E a continuidade do conflito ocasionaria uma maior debilidade nas forças de Filipe IV.

Em carta de Chevalier de Jant a Mazarino, de 24 de setembro de 1655, ele apresenta a justificativa referente à discussão do tratado com Portugal, que fez em Lisboa, mesmo não tendo poderes do governo de Paris para tanto. O enviado francês teria resolvido buscar um acordo para o tratado, diante dos rumores de que a Espanha queria negociar paz ou trégua com Portugal. A tentativa de firmar um tratado com Lisboa seria para que a guerra contra a Espanha permanecesse, dando-se continuidade à confrontação feita pela França, de modo que esta não saísse prejudicada, caso se estabelecesse a paz na Península Ibérica.¹¹¹

Participou desta negociação o frei Domingos do Rosário, religioso irlandês, cujo nome de batismo era Daniel O'Daly. Na instrução dada ao frei, para que se dirigisse a Paris, consta que o governo francês tentava utilizar certos meios com a Monarquia portuguesa, não usados com seus demais aliados, como a solicitação de dinheiro para estabelecer a aliança.¹¹² Anexa à referida instrução, havia outra de caráter secreto, onde frei Domingos do Rosário é orientado a buscar a inclusão de Portugal num possível acordo de paz entre Espanha e França, no entanto, a opinião do Monarca era a seguinte:

Geralmente se tem que França não virá nunca em fazer paz com Castela, entendendo lhe atalha as grandes vantagens que pode tomar sobre seus inimigos no tempo presente mais acomodado para elas, que todos os que até agora tem corrido a boa fortuna de França e advertindo que se deixar a guerra de fora, onde lhe é igualmente útil para si, e da nossa a seus inimigos, e a recolher dentro, lhe será igualmente pelo contrário útil a seus inimigos, e da nossa a França, e porque por amor e por conveniência me vai tanto nos seus acrescentamentos e no sossego del rei e do cardeal e mais ministros, lhes advertireis nas ocasiões que se vos oferecerem o propósito em caso que senão confirme a minha liga.¹¹³

Por intermédio de frei Domingos do Rosário, houve a negociação com o governo de Paris da liga que se estabeleceria com Portugal, o que envolveria não apenas a cooperação militar na guerra contra a Espanha,

¹¹⁰ Resposta do Rei de Portugal ao memorial apresentado por Chevalier de Jant sobre o assunto do rumor de trégua entre Espanha e Portugal (1655). AMAE, Correspondance de Portugal, vol. 3, fl. 400.

¹¹¹ Carta de Chevalier de Jant ao governo de Paris (1655). AMAE, Correspondance de Portugal, vol. 3, fl. 425v.

¹¹² Instrução a frei Domingos do Rosário. 20 de maio de 1655. ANTT. Miscelâneas Manuscritas do Convento da Graça, tomo 2C, fl. 99.

¹¹³ Ibidem, fls. 102-103.

mas ainda o casamento da infanta D. Catarina com o Rei Cristianíssimo, Luís XIV. O dote consistiria numa praça marítima no Reino ou na África, além do valor de um milhão de cruzados. Instava-se também a D. João IV que fizesse ainda naquele ano um dano considerável à Espanha, fosse por mar ou por terra.¹¹⁴ A seguir, os votos dos membros do conselho:

E votando os conselheiros sobre a matéria pareceu a Rui de Moura que este negócio era de grande consideração por se envolverem nele as duas coisas tão grandes como são a liga e o casamento com França, tão desejadas há tantos anos e tão importantes à conservação do reino, mas que duvidava poder-se fazer este ano campanha por estar o tempo muito entrado, e não haver lugar de se fazerem as prevenções necessárias, nem via donde se poder tirar dinheiro para esta despesa, mas que a importância do negócio era grande que se pudessem estes inconvenientes, seria importante dar nesta parte satisfação à França. O mesmo pareceu ao conde de Vilar Maior, o bispo capelão mor disse que pelo caminho que tomavam estes dois negócios se deixava entender a grande mercê que se nos faz a estes reinos, que concluídos eles na conformidade que frei Domingos trazia entendido, não haveria quem duvidasse de nossa conservação, nem nossos inimigos teriam confiança para nos fazer guerra, as coisas de Roma, as de Holanda e todas as mais teriam o sucesso que desejamos, que também como Rui de Moura duvidava pudesse neste ano fazer-se campanha de mais das razões apontadas, porque é certo nos haviam de sentir os castelhanos de prevenir para a defesa, e prevenidos eles não poderíamos obrar coisa de consideração, mas que sem embargo disto, lhe parecia que sua majestade mandasse comunicar este negócio ao conde de Soure, que o havia de obrar, e que fizesse o que ele lhe aconselhasse, isto mesmo pareceu aos marqueses de Gouveia e de Niza, e os primeiros votos se conformaram tão bem nesta circunstância de sua majestade comunicar ao conde de Soure, se poderia fazer campanha e o que se poderia obrar.¹¹⁵

O governo de Portugal continuava acreditando, desde 1640, que a concretização da liga com a França promoveria a solução dos vários problemas enfrentados pela nova dinastia, sobretudo, assegurando a conservação do Reino independente da Espanha. Deve-se observar que tudo o que foi oferecido à França para firmar a tão buscada aliança luso-francesa – o casamento da infanta D. Catarina, com um importante dote, inclusive com uma praça marítima – constituiu a mesma oferta feita à Inglaterra anos mais tarde e aceita por Carlos II Stuart.

Em 1659, a assinatura do tratado dos Pireneus parecia tornar a França mais distante de um acordo com Portugal. No entanto, não interessava à Monarquia francesa que a Espanha recompusesse seu domínio por toda a Península Ibérica. O não cumprimento de diversos pontos do tratado entre franceses e espanhóis, inclusive o pagamento do dote de Maria Teresa, teria feito Luís XIV, em 1661, assumindo

¹¹⁴ Assento do conselho de Estado sobre as cartas que trouxe frei Domingos do Rosário del Rei de França e do cardeal Mazarino. s/d. ANTT. Manuscritos da Livraria, livro 170, fls. 307-308.

¹¹⁵ Ibidem, fls. 308-310.

efetivamente o governo francês após a morte de Mazarino, se convencer de que a melhor posição a ser tomada seria o apoio aos Bragança.¹¹⁶ O Rei cristianíssimo buscava a anulação da renúncia feita por sua esposa Maria Teresa aos seus direitos dinásticos à Coroa espanhola. Como Filipe IV não anulou a renúncia da filha e também não efetuou o pagamento do dote, Luís XIV entendeu que poderia auxiliar Portugal a manter a sua independência. Mesmo com o nascimento do futuro Carlos II de Espanha, Luís XIV poderia continuar alimentando as suas expectativas no tocante à sucessão de Espanha, ou pelo menos à compensação por não ter recebido o dote de sua esposa: o avanço sobre os Países Baixos espanhóis. Como Carlos era fruto do segundo casamento de Filipe IV, Maria Teresa sendo filha do primeiro casamento do Monarca teria algumas prerrogativas sobre seu irmão mais novo.¹¹⁷

D. João IV faleceu em 1656. A partir de então, a Rainha D. Luísa de Gusmão ocupou a Regência, durante a menoridade de D. Afonso. Contudo, diversas oscilações políticas ameaçavam a estabilidade do Reino. Mesmo atingindo a idade para ocupar o trono, o herdeiro foi mantido afastado da governança. Inicialmente, apenas por alguns meses permaneceria a Rainha na Regência, até que seu filho completasse catorze anos, idade definida juridicamente como suficiente para que o Rei se encarregasse das tarefas de governo. Todavia, D. Luísa de Gusmão começou a observar que D. Afonso levaria mais do que este curto espaço de tempo para ter condições de assumir o trono. Além disso, foi necessário contornar as disputas na corte, pelas quais membros da nobreza buscavam influência e predomínio sobre o novo Reinado.

No entanto, o comportamento adotado pelo jovem Rei acabou se tornando a maior preocupação na corte, pois contrastava com as atitudes esperadas de um soberano. D. Afonso começou a se relacionar com o jovem italiano Antônio Conti, mercador de origem humilde. Em sua companhia, o Rei passou a frequentar bordéis e ruas marcadas pela presença de meretrizes, além da participação em arruaças, como já procedia anteriormente. Por meio desta proximidade com o Rei, Conti alcançou uma rápida ascensão, inclusive passando a residir no Paço.¹¹⁸ A sua influência aumentava dia a dia, tomando ciência dos negócios da

¹¹⁶ No tocante ao casamento de Maria Teresa, houve um mal estar diplomático porque a infanta havia sido prometida ao primogênito do Imperador. Mesmo este tendo falecido, ao invés de Maria Teresa casar-se com Leopoldo I, que assumiu o Império, com a morte de seu pai Fernando III, ela foi dada em casamento a Luís XIV. Enrique Solano Camón. Entre la fidelidad y el desencuentro. España y el Imperio em el tablero político europeo entre 1648 y 1799. Porfirio Sanz Camañes (Ed.) *Tempo de câmbios. Guerra, diplomacia y política internacional de la Monarquía Hispánica (1648-1700)*. Madrid, Actas, 2012, p. 209.

¹¹⁷ Lucien Bély. *La France au XVIIe siècle. Puissance de l'État, contrôle de la société*. Paris, PUF, 2009, p. 642.

¹¹⁸ Pedro Cardim e Ângela Barreto Xavier. *D. Afonso VI*. Lisboa, Círculo de Leitores, 2006, pp. 76-77.

Monarquia, circulando livremente pelo palácio, comportando-se como se fosse um valido. Conti chegou a obter o hábito de Cristo e uma comenda, além de uma capela, com renda de mil cruzados. Por sua vez, o irmão de Conti também recebeu benefícios eclesiásticos. Confiou-se a ele ainda a administração de um importante fundo financeiro.¹¹⁹ Entretanto, para que ascendesse ao cargo de valido do Rei, a tarefa não seria simples:

para se tornar um valido forte, faltava a Antônio Conti uma origem familiar mais seleta. As distinções que Afonso VI lhe fizera não eram suficientes para apagar as origens humildes e o passado mercantil da sua família, e esse era um aspecto que a grande aristocracia jamais deixaria de ter em conta, não escondendo, por causa disso, o seu desprezo pelo jovem italiano.¹²⁰

E Conti acabou por não suportar tais pressões, por decisão do Conselho de Estado, ele foi deportado para o Brasil. Acreditava-se que assim D. Afonso manifestasse uma postura adequada à sua condição de Rei de Portugal.

As facções na corte portuguesa se dividiam então entre os que apoiavam D. Afonso, a fim de que assumisse o Reino efetivamente; e os alinhados à D. Luísa de Gusmão, que defendiam a continuidade da Regência. Apoiado por parte dos nobres, dentre eles o conde de Atouguia, o marquês de Cascais e o conde de Óbidos, D. Afonso VI foi aconselhado a assumir o governo.

Desse modo, em 1662, o golpe de Alcântara pôs fim à Regência de D. Luísa de Gusmão, elevando D. Afonso VI ao poder. Em cartas destinadas à D. Luísa, assinadas por D. Afonso, os argumentos apresentados para assumir o governo teriam sido o estado em que estavam os exércitos portugueses na guerra contra a Espanha; a vontade de mostrar aos vassalos o desejo do Rei de governar “com amor e justiça”; e aliviar a Rainha dos prejuízos que a Regência causava à sua saúde.¹²¹

Valladares menciona uma razão peculiar para o afastamento de D. Luísa da condução do Reino. Teria havido um acordo proposto a Madrid de que o incapaz D. Afonso VI abandonaria o trono e, em troca, o Rei Católico concederia ao infante D. Pedro um título de relevo, como já o tinham feito o Imperador e outros reis. Esta proposta já teria sido aceita pelo governo espanhol, quando foi descoberta por aliados de D. Pedro e o embaixador inglês em Lisboa. Tais acontecimentos teriam antecipado a ascensão de D. Afonso ao trono.¹²²

¹¹⁹ Ibidem, pp. 99-100.

¹²⁰ Ibidem, p. 100.

¹²¹ *Apud* Pedro Cardim e Ângela Barreto Xavier. *D. Afonso VI*. Lisboa, Círculo de Leitores, 2006, pp. 107-108.

¹²² Rafael Valladares. *A independência de Portugal, Guerra e Restauração (1640-1680)*. Lisboa, A Esfera dos Livros, 2006, p. 246.

De acordo com a vontade de D. Afonso VI, foram substituídos membros da nobreza que ocupavam cargos no governo, afastando-se portanto os partidários da Rainha. Um dos novos nomes que passaram a integrar a esfera de poder em Portugal foi Luís de Vasconcelos e Sousa, 3º. conde de Castelo Melhor. Juntamente com este, compuseram um triunvirato para governar o Reino, D. Jerônimo de Ataíde, conde de Atouguia, e Sebastião César de Meneses, arcebispo de Lisboa. Esta aliança, no seu início, parece ter sido liderada pelo conde de Atouguia, já que acumulava maior reputação. Contudo, esta precedência passou a ser ameaçada pela nomeação de Luís de Vasconcelos e Sousa para o ofício de escrivão da puridade, cuja atuação se assemelharia a um primeiro-ministro. A partir de então, o conde de Castelo Melhor participaria das reuniões do Conselho de Estado e, em meio a rumores e suspeitas, acabou por adquirir a supremacia sobre seus parceiros no governo. O triunvirato acabou por se dissolver, não se tendo conhecimento das motivações que teriam levado ao seu fim.¹²³ Nesta condição preeminente, ascendeu Castelo Melhor ao posto de valido do Rei, tornando-se seu principal conselheiro. Na prática, acabou por se responsabilizar pela política do Reino, inclusive da guerra e das negociações de paz com a Espanha.

Em janeiro de 1663, seis meses após D. Afonso VI assumir o trono, foi criado um dos primeiros periódicos em Portugal, o *Mercúrio português*, que foi editado até dezembro de 1666, quatro meses após a chegada de Maria Francisca de Sabóia a Lisboa. A direção do periódico esteve a cargo do secretário de Estado Antônio Soares de Macedo. Diante do comportamento empreendido pelo Rei, antes do golpe que pôs fim à Regência de sua mãe, a imagem de D. Afonso se revestia de aspectos bastante negativos. Logo, Soares de Macedo buscou construir uma imagem do Rei condizente com a de um bom Monarca setecentista, ou seja, virtuoso. A construção desta imagem tinha o intuito também de legitimar o seu poder e, conseqüentemente, a do seu valido.¹²⁴

O conde de Castelo Melhor, à frente do governo, implantou um modelo administrativo que envolvia poucas pessoas, restringindo-se os círculos de poder, para os quais tinham acesso apenas a sua família e rede clientelar. Logo, conseguiu reunir alguns oponentes na aristocracia portuguesa. Porém, os principais desafios de Castelo Melhor no governo foram a continuidade da guerra contra a Espanha, o que permanecia sobrecarregando as finanças do Reino, bem como a situação diplomática de Portugal. As incertezas engendradas por esta situação deixavam o Reino em condição cada vez mais delicada. Fazia-se urgente obter a

¹²³ Pedro Cardim e Ângela Barreto Xavier. *D. Afonso VI*. Lisboa, Círculo de Leitores, 2006, pp. 136-137.

¹²⁴ Rodrigo Bentes Monterio. *O rei no espelho: a monarquia portuguesa e a colonização da América (1640-1720)*. São Paulo, Hucitec – Fapesp, 2002, pp. 135-136.

vitória definitiva na guerra; alcançar o reconhecimento da dinastia de Bragança; e conservar os territórios recuperados no Estado do Brasil.

A chave para solucionar tais problemas estava no caráter flexível das relações de Portugal com as diferentes potências.¹²⁵ França e Inglaterra tinham interesses diversos em relação à atuação da Coroa portuguesa. Enquanto a primeira ansiava pelo enfraquecimento da Monarquia espanhola, com a continuidade da guerra, a segunda aguardava a estabilidade na Península Ibérica, com o término do conflito. Foram recorrentes as investidas francesas contra a paz entre Portugal e Espanha, como quando da presença de Chevalier de Jant em Lisboa, conforme apontado acima.¹²⁶

Já em 1666, sendo Saint Romain o embaixador francês em Lisboa, este se posicionava contra a argumentação do embaixador inglês, tentando convencer D. Afonso VI de que o tratado que lhe estava sendo oferecido para firmar a paz com Espanha não seria bom, pois não garantiria as seguranças necessárias ao Reino, e não seria um acordo honroso a Portugal. Saint Romain percebia que o Monarca português estava disposto à paz, desde que fosse possível atingir as expectativas portuguesas em relação ao tratado. O embaixador francês chegou a afirmar que tentava de todos os modos contra argumentar nos assuntos relativos ao possível acordo entre Portugal e Espanha. Saint Romain ainda promoveu diversas críticas ao embaixador inglês Southwell, acerca do esforço para que Portugal alcançasse a paz com a Espanha. Acusava-se o representante inglês de estar estimulando falsas esperanças sobre os portugueses obterem a paz, devido a interesses dos próprios ingleses, enquanto a Espanha estaria esperando apenas o momento oportuno para empreender a reconquista de Portugal.¹²⁷ Mesmo tendo-se conhecimento em Lisboa das intenções francesas de colocar obstáculos à paz na Península Ibérica, boa parte da correspondência diplomática francesa que menciona as negociações de paz entre Portugal e Espanha se encontra cifrada, o que parece evidenciar que a posição francesa – de influenciar a Monarquia brigantina em permanecer com a guerra – não deveria ser tão exposta.

Em carta de dezembro de 1665, Saint Romain pede que se conclua prontamente o negócio com a Mademoiselle d'Aumale, com relação ao casamento e a vinda de Maria Francisca a Lisboa, pois se não se acomodassem as coisas entre Portugal e França, "os ingleses atravessarão todos os nossos interesses e intuitos na corte de Lisboa." Este parece um forte indício de que a aliança luso-francesa decorreu, em parte, da

¹²⁵ Pedro Cardim e Ângela Barreto Xavier. *D. Afonso VI*. Lisboa, Círculo de Leitores, 2006, p. 151.

¹²⁶ Carta de Chevalier de Jant ao governo de Paris (1655). AMAE, Correspondance de Portugal, vol. 3, fl. 425v.

¹²⁷ Carta de Saint Romain ao governo de Paris (1666). AMAE, Correspondance de Portugal, vol. 5, fls. 80v e 395v.

pressão exercida pela aliança anglo-portuguesa sobre o governo de Paris, pois este estaria diante da ameaça de ter prejudicados seus benefícios referentes a Portugal, por conta da ação da rival Inglaterra. A continuidade da guerra na Península Ibérica poderia depender desta aliança.¹²⁸

Finalmente, após mais de duas décadas buscando a aliança com o Rei Cristianíssimo, a Monarquia portuguesa alcançaria o seu intento em 1666. D. Afonso VI se casou com Maria Francisca Isabel de Sabóia – filha de Carlos Amadeu de Sabóia, duque de Nemours, neta de Henrique IV de França e prima de Luís XIV.

Aliada à Inglaterra, a Monarquia portuguesa esteve por muito tempo distante de outros acordos diplomáticos que pudessem favorecer o reconhecimento da independência diante da Espanha, o que colocaria então um ponto final à guerra que se estendeu por décadas. Concretizada a aliança francesa, a Espanha seria forçada a pensar melhor sobre a paz na Península Ibérica, ou talvez pudesse provocar mais um confronto com os Bourbon.¹²⁹ Sendo assim, o valido de Afonso VI acreditava na importância desta aliança, o que representou um triunfo político. Ironicamente, seria esta relação com a política francesa que precipitaria a queda de Castelo Melhor anos depois. A aliança com a França, há muito aguardada, sempre consistiu na primeira opção da diplomacia portuguesa, tendo sido a aliança com a Inglaterra firmada em decorrência do insucesso das negociações com Paris. Isso se evidencia no plano que houve em Lisboa de casar D. Catarina de Bragança com Luís XIV.

Voltando a sua atenção para a Monarquia brigantina, a partir de 1661, Luís XIV permanecia com a sua política de confrontação aos Habsburgo. Portugal, por sua vez, ganhava mais um aliado, ainda que não oficialmente. Mais cinco anos seriam necessários para que a aliança formal pudesse acontecer de fato. Muitos haviam sido os percalços enfrentados pela França, no seu cenário interno, nos conflitos europeus e mesmo na condução de suas relações diplomáticas. De certo modo, podemos pensar que a demora para a consolidação deste acordo luso-francês pode ter ainda decorrido do longo período de confronto protagonizado por Espanha e Portugal.

A Espanha acabou priorizando outros conflitos na Europa, em detrimento da guerra com o Reino vizinho. Os combates às Províncias Unidas e à França – que ocupava a Catalunha – estiveram em primeiro plano na política de Madri. E esta decisão estratégica acabou favorecendo os portugueses em sua independência. No caso francês, segundo o que foi exposto acima, outras alianças foram privilegiadas

¹²⁸ Carta de Saint Romain ao governo de Paris (1665). AMAE, Correspondance de Portugal, vol. 5, fl. 56.

¹²⁹ Rafael Valladares. *A independência de Portugal, Guerra e Restauração (1640-1680)*. Lisboa, A Esfera dos Livros, 2006, pp. 257-258.

pois, naquele momento, pareciam mais vantajosas à política dos Bourbon. A França entrou na Guerra dos Trinta Anos apoiando a Suécia, firmando-se ao *lado contrário à Espanha*. Aliou-se ainda às Províncias Unidas – e a outros aliados protestantes – apoiando a guerra pela sua independência, mais uma vez, *contra a Espanha*. Houve ainda o apoio francês à revolta de Nápoles, que seria mais uma confrontação aos Habsburgo, conforme o padre Antonio Vieira expôs, diante do esforço luso para obter a tão aguardada liga com a França:

Que até agora nos dizia este mesmo ministro de França [Mazarino] que não havia de deixar de fazer a paz por amor de Portugal, e nos mandava cada dia repetir este desengano em Lisboa, em Paris e em Münster; e agora que a conveniência ou a força o reduz a continuar a guerra, quer-nos vender a liga, como se deixara de fazer a paz por nossa causa, e como se, uma vez posta França em guerra, necessitara menos da conservação e união de Portugal que da de Nápoles, a que tão poderosa e tão empenhadamente assiste!¹³⁰

O fato é que se a Espanha havia priorizado as Províncias Unidas e a Catalunha, sob ameaça francesa, a França também não tinha tantos motivos para priorizar a aliança com os portugueses. O governo de Paris seguiu a estratégia de combate de Madri para empreender a sua composição de alianças. A França somente iria apoiar Portugal, quando este se tornou o último meio de exercer alguma pressão sobre a Espanha. A paz entre Paris e Madri tinha sido assinada em 1659. As Províncias Unidas já haviam concretizado a sua independência. Então, neste momento, Portugal representava sim um trunfo a serviço da política francesa: como a guerra na Península Ibérica persistisse, o confronto francês aos Habsburgo se daria pela via lusa. Porque o dinheiro e o aparato militar franceses seriam disponibilizados a Portugal, se havia outros meios de buscar o enfraquecimento do poderio espanhol e ainda obter mais vantagens territoriais e comerciais? Logo, a falta de diligência de Portugal na guerra contra a Espanha consistiu apenas num pretexto do governo de Paris para não firmar a aliança com a Monarquia de Bragança.

Mazarino sabia da vontade e, principalmente, da necessidade de Portugal compor uma aliança que possibilitasse o combate à Espanha e a consolidação de sua independência. Mas sabia também que o governo de Lisboa poderia esperar para, que *na melhor oportunidade para os franceses*, estes pudessem fornecer o seu auxílio aos portugueses. E foi o que ocorreu: quando não havia mais quem apoiar contra os Habsburgo, Luís XIV passou a ajudar os Bragança. É importante destacar ainda que Portugal já negociava a paz com a Espanha, o que não afastaria o governo de Lisboa da órbita francesa.

¹³⁰ Carta ao Marquês de Niza. 20 de janeiro de 1648. J. Lúcio de Azevedo. *Cartas de António Vieira*. Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1997, vol. 1, pp. 125-126.

Ao que parece, como D. João IV demonstrava certa aflição diante da necessidade de ter a legitimidade dos Bragança reconhecida, a França percebeu que poderia aproveitar esta posição desfavorável para obter dinheiro e ajuda militar contra a Espanha, em troca de uma *pretensa* ajuda política e diplomática. A liga formal não foi firmada com Portugal, mesmo assim, houve uma cooperação entre ambas as partes, mas sem haver nenhum “compromisso” do Rei Cristianíssimo, que o envolvesse em questões “menores” ou menos importantes, diante de outros conflitos europeus. De qualquer modo, o fato mais importante para o governo de Paris já estava concretizado: a ruptura portuguesa, tendo a Espanha perdido uma importante parte de seu Império.

Na verdade, a França tinha interesse de que a guerra na Península Ibérica continuasse, estando a Monarquia cristianíssima em paz com a Espanha ou não. Por isso, não houve empenho de sua parte para fazer a liga com Portugal com a finalidade de auxiliar na busca pela paz, não inserindo Portugal nas negociações com a Espanha, como faria mais tarde a Inglaterra. O caso português pode ter sido diferente porque, talvez, o governo de Paris não acreditasse que fosse preciso se empenhar financeiramente para impedir a paz entre Portugal e Espanha. Sendo assim, o caráter rebelde da ascensão de D. João IV ao trono português pode ter influenciado na postura do governo de Paris: sabendo que não seria fácil a Espanha reconhecer a perda de tão importante reino, ainda mais para um duque que “usurpava” a Coroa, o risco de haver uma paz, ou ao menos trégua, na Península Ibérica seria reduzida. Em 1655, com os rumores de dita trégua, o governo de Paris temia que isso lhe prejudicasse. No entanto, acabou não avançando nas conversas com Portugal, buscando apenas afastá-lo da paz com a Espanha.

E por que houve êxito na composição de uma aliança anglo-portuguesa?

Foram diversas as tentativas da diplomacia portuguesa para obter um acordo com a França, envolvendo inclusive uma aliança matrimonial. À época do marquês de Niza como embaixador em Paris, tudo o que foi ofertado ao governo francês foi recusado: o casamento com o herdeiro dos Bragança, D. Teodósio, e mesmo com as infantas D. Catarina e D. Joana. A França, neste momento, interessava possessões no ultramar e dinheiro para investir nos combates contra a Espanha: eis os pedidos que foram feitos, de modo recorrente, pelos enviados franceses em Lisboa, ou pelo próprio Mazarino ao embaixador português em Paris. E mesmo tendo sido feita aos franceses a oferta que seria apresentada aos ingleses somente anos depois – o matrimônio com D. Catarina, com um dote de um milhão de cruzados, além de uma praça no ultramar – ela foi recusada, o que evidencia a menor importância dada à aliança

portuguesa, durante as negociações realizadas por Chevalier de Jant e frei Domingos do Rosário, em 1655.¹³¹

Por sua vez, o governo de Londres aceitou o acordo matrimonial com os Bragança, obteve um inacreditável dote e as praças de Tânger e Bombaim. Mais uma vez, parece que o foco da política francesa estava em outros pontos da Europa, mais urgentes no embate ao domínio Habsburgo, o que teria dificultado a aliança luso-francesa. Portugal não tinha interesse em apenas estabelecer uma aliança militar, mas também de buscar uma inserção de relevo na diplomacia européia, compreendendo também os interesses dinásticos que buscavam promover a união da Casa de Bragança com as principais casas reinantes do continente. E isso também foi obtido com a aliança inglesa.

Diante de insistentes tentativas portuguesas e sucessivas evasivas francesas, o governo de Lisboa foi percebendo a dificuldade da situação e o apoio apenas ocasional de Paris. Com o tempo passando, Portugal precisava não só de apoio militar e político-diplomático, mas também tentava retornar à esfera decisória e de prestígio do continente como Reino independente. E isso foi obtido a partir do acordo com a Inglaterra. Justamente por esta aliança ter um significado tão importante na política portuguesa, que a França passou a se aproximar do governo de Lisboa, de modo a não perder a influência que acumulara sobre o mesmo. Além disso, os embaixadores ingleses atuavam no sentido de favorecer as negociações de paz com a Espanha. E os enviados franceses em Lisboa, buscavam causar o efeito contrário: desacreditar o tratado proposto. Saint Romain, antes de se tornar embaixador, se dirigiu a Portugal como enviado extraordinário, justamente com esta missão: dificultar as discussões de paz com a Espanha, afastando, portanto, o governo de Lisboa da influência dos enviados da Inglaterra.

A ação de Saint Romain não conseguiu inviabilizar a paz na Península Ibérica. Por outro lado, a chegada de Maria Francisca Isabel de Sabóia, mademoiselle d'Aumale, a Lisboa estaria envolvida em muitas disputas políticas, com a participação dos “agentes” franceses.

¹³¹ Assento do conselho de Estado sobre as cartas que trouxe frei Domingos do Rosário del Rei de França e do cardeal Mazarino. s/d. ANTT. Manuscritos da Livraria, livro 170, fls. 307-308.

CAPÍTULO 3

O POSICIONAMENTO DE PORTUGAL FRENTE À “POLÍTICA DE MAGNIFICÊNCIA” DE LUÍS XIV

Agitação política e o papel da “cabala francesa”

Desde 1665, antes mesmo de ser firmado o acordo que levaria ao casamento de Afonso VI com Maria Francisca Isabel de Sabóia, o embaixador francês Saint Romain já tomava conhecimento do que ocorria na corte lisboeta. Em meio às diferenças entre os irmãos D. Afonso VI e o infante D. Pedro, soube-se dos planos referentes a uma cabala, que teria o intuito de reduzir o poder nas mãos de Castelo Melhor. Isto ocorria antes mesmo entrada de Maria Francisca de Sabóia como Rainha de Portugal em Lisboa. Logo, o embaixador francês já analisava o cenário político português e as contendas entre os irmãos Bragança, representando assim uma importante fonte de informações ao Rei Cristianíssimo. O objetivo seria que, na melhor oportunidade, se pudesse tirar proveito da situação, visando obter uma maior participação política da Rainha Maria Francisca.¹ Tal atuação consistia exatamente o que se esperava de um enviado bastante aplicado nas suas funções. Um dos papéis dos embaixadores era informar o seu Rei sobre as realidades verificadas nos reinos estrangeiros, a fim de também sugerir determinadas ações. Muitas vezes, o Rei atuava como um estrategista, necessitando conhecer as linhas de força para empreender suas ações, compor alianças e firmar acordos. Luís XIV atuava neste sentido, com o auxílio de seus embaixadores.²

Ao chegar a Lisboa, Maria Francisca estava acompanhada de seu secretário Luís Verjus e de seu confessor, o jesuíta Francisco de Villes. Ambos acompanhantes, aliados ao embaixador Saint Romain, orientariam a Rainha nas suas ações na corte portuguesa, tendo em vista os interesses da Monarquia francesa. Maria Francisca foi orientada a tomar parte nos conselhos da Coroa, a fim de participar de modo ativo das decisões do governo. No entender de Maria Paula Marçal Lourenço, esta participação apenas corresponderia aos seus direitos como Rainha,

¹ Carta de Saint Romain ao governo de Paris (1666). AMAE, Correspondance de Portugal, vol. 5, fls. 235-236.

² Lucien Bély. *Espions et ambassadeurs au temps de Louis XIV*. Paris, Fayard, 1990, p. 27.

como ocorrera com D. Luísa de Gusmão, que integrava as reuniões de D. João IV com seus ministros.³ Todavia, são muitos os exemplos contidos na correspondência diplomática francesa de que a Rainha deveria seguir as orientações dos “agentes” de Luís XIV, configurando-se então como um deles.

Numa relação, escrita pelo secretário Luís Verjus, sobre a postura adotada por Maria Francisca na corte de Lisboa, aponta-se que ela tentou uma aproximação com Castelo Melhor, a fim de também conquistar a confiança de Afonso VI. A Rainha teria pedido ao valido para conhecer o caminho e o funcionamento (“engenharia”) do Reino de Portugal. Em se tratando de uma nova Rainha estrangeira, isso pareceria ser um louvável interesse pelo país que a acolhera. Porém, sendo ela prima e pretensa agente de Luís XIV, tal atitude seria de causar desconfiança sobre suas reais intenções. No começo de sua vida em Lisboa, ainda conforme a relação de seu secretário, Maria Francisca não desejava mais do que três coisas, empregando a sua “doçura” para obtê-las: ganhar inteiramente a afeição de seu marido D. Afonso VI; assegurar o estabelecimento de sua casa, com o interesse proporcional à sua dignidade e às dispensas que tinha sido obrigada a fazer; e reter em Lisboa alguns franceses, para a sua necessidade ou consolação.⁴

A relação de Verjus também revela a existência de conversas entre Maria Francisca de Sabóia e Castelo Melhor, nas quais a Rainha demonstrava a sua confiança no valido de D. Afonso VI, apontando que ela estaria ao seu lado. A Rainha buscava tirar vantagens destes contatos, ainda que breves, com Castelo Melhor. Segundo comentário de Saint Romain sobre a relação escrita por Verjus, apenas quinze dias após sua chegada a Lisboa, Maria Francisca já havia tido um problema com Castelo Melhor, ao questionar o assunto dos mestres de campo da guerra contra a Espanha. Por isso, o embaixador francês escreve que após essa ocorrência seria difícil restabelecer a confiança do valido na pessoa da Rainha. Mas o mesmo Saint Romain aponta que o valido sabia que não poderia se conservar no poder se a Rainha se opusesse a isso.⁵

Conforme a opinião do embaixador francês, Maria Francisca deveria cultivar a estima, o favor e a admiração pública, para outros tempos que não demorariam a chegar, no qual “cairiam em suas mãos com aplausos e satisfação todos os negócios importantes”. Todo o tempo que ela tivesse de esperar favoreceria a sua busca por certos triunfos. Este período contribuiria ao melhor conhecimento sobre a corte de Lisboa e o Estado português, além de ser proveitoso para o reconhecimento das pessoas com maior capacidade e fidelidade que

³ Maria Paula Marçal Lourenço. *D. Pedro II*. Lisboa, Círculo de Leitores, 2006, p. 95.

⁴ Relação do secretário Verjus (1666). AMAE, Correspondance de Portugal, vol. 5, fls. 290-291.

⁵ Relação de Saint Romain (1666). AMAE, Correspondance de Portugal, vol. 5, fls. 297-300.

pudessem ajudá-la. Saint Romain afirma que Maria Francisca estaria longe de desejar tomar parte do governo de Portugal, pelo contrário, estaria descontente com esta situação. Contudo, faria o que fosse necessário por obediência, estando sob a sua orientação, bem como de outros enviados franceses, a fim de favorecer a Monarquia de Luís XIV. Além disso, D. Afonso estimava e tinha um grande respeito por Maria Francisca, e isso alarmava D. Pedro e a cabala.⁶

A chegada de Maria Francisca de Sabóia à corte portuguesa também fortaleceu a posição de minar as negociações entre Lisboa e Madri, a fim de que o conflito continuasse. Numa memória a Rainha, de dezembro de 1667, defende-se que os espanhóis estavam tentando causar mais desordem em Portugal com a desculpa de quererem firmar a paz, mas na verdade buscavam reconquistar o Reino.⁷ No entanto, diante da inevitável assinatura da paz, Luís XIV escreveu a sua prima, afirmando compreender a sua situação, e os esforços que havia empreendido “para impedir a conclusão do tratado particular de Portugal com a Espanha [...] você não iria deixar de tomar partido numa ocasião tão importante...”.⁸

Todavia, apesar da influência dos agentes de Luís XIV, presentes na corte de Lisboa, no curso dos acontecimentos políticos nos anos mencionados, já existiam disputas anteriores entre diferentes grupos da nobreza portuguesa.⁹ Os homens que não integravam a esfera de poder em torno do válido conde de Castelo Melhor, buscavam ascender a melhores posições apoiando o nome do infante D. Pedro para conduzir o governo de Lisboa. As conspirações existentes necessitaram de algum tempo para serem organizadas, passando a contar então com o apoio do “partido francês”. Por outro lado, o casamento de D. Afonso VI e Maria Francisca de Sabóia, representou em certo sentido uma ameaça aos planos de D. Pedro e sua clientela no tocante a uma ruptura política. Segundo Maria Paula Marçal Lourenço,

A hipótese de uma sucessão assegurada com o nascimento de um príncipe tomava agora contornos objetivos, que punha em causa os intentos dos apoiantes do infante, de afastamento do escrivão da puridade e do próprio Afonso VI. Embora não tivesse dado origem a estes conflitos, a rainha viria a

⁶ Carta de Saint Romain ao governo de Paris (1667). AMAE, Correspondance de Portugal, vol. 5, fl. 414v e 417v.

⁷ Memória à Rainha de Portugal (1667). AMAE, Correspondance de Portugal, vol. 8, fl. 14.

⁸ Carta de Luís XIV a Maria Francisca de Sabóia, Princesa de Portugal (1668). BNF, NAF 4799, fl. 133. Por estes documentos já é possível perceber que o casamento entre D. Afonso e Maria Francisca de Sabóia e, posteriormente, desta com D. Pedro não consistiram em atos inofensivos à política portuguesa.

⁹ Carta de Saint Romain do governo de Paris (1667). AMAE, Correspondance de Portugal, vol. 6, fls. 14-14v.

ser a nova peça que daria força renovada à trama política, que importava aproveitar e cativar por ambos os partidos: o afonsista e o pedrista.¹⁰

Considerando as relações entre Afonso VI e seu irmão Pedro, essas já não se mostravam boas mesmo antes do casamento régio em 1666. A correspondência do embaixador francês Saint Romain expressa a desunião que havia entre os irmãos. Durante as comemorações do referido casamento, teria havido apenas uma aparente conciliação entre os mesmos. O enviado francês menciona, em agosto de 1666, no momento das festividades do matrimônio entre o Rei D. Afonso VI e Maria Francisca de Sabóia – que ocorreram entre agosto e outubro – a existência de uma oposição entre os irmãos Bragança. Comenta-se inclusive acerca de uma cabala, com o objetivo de minar a política de Castelo Melhor, assumindo o governo o Príncipe D. Pedro.¹¹

Dada a referida postura de Maria Francisca de Sabóia, buscando informações e influência que pudessem favorecer o governo de Paris, tornaram-se inevitáveis os desentendimentos entre a Rainha e o valido de Afonso VI. Em janeiro de 1667, já tendo indícios de que estava em curso uma cabala encabeçada por D. Pedro, Castelo Melhor tentava se reaproximar de Maria Francisca. Por sua vez, o infante também tentava atrair a Rainha para o movimento. Tais informações constam numa carta, do secretário da Rainha, Luís Verjus. Nesse sentido, confirma-se que a iniciativa de oposição a D. Afonso VI foi do infante D. Pedro, não tendo sido uma cabala francesa que abarcou o infante, como alternativa de liderança no governo.¹² Por outro lado, Saint Romain afirmava que, como a Rainha não engravidou num curto espaço de tempo, e diante da má situação com Castelo Melhor, ele pensou no propósito de atrair o poder do infante, inclusive tendo feito um esforço para que D. Pedro retornasse à corte. O embaixador francês expressava que, aos poucos, D. Pedro ouvia de modo favorável os seus conselhos, tendo até conseguido que o infante tivesse um francês para o serviço em sua casa.¹³ É importante destacar que para parte da nobreza portuguesa não seria interessante que o Rei e a Rainha compusessem uma “união perfeita”, pois desse modo, Maria Francisca poderia “governar” o Rei, assumindo uma importante posição política.¹⁴

¹⁰ Maria Paula Marçal Lourenço. *D. Pedro II*. Lisboa, Círculo de Leitores, 2006, p. 92.

¹¹ Carta de Saint Romain do governo de Paris (1667). AMAE, Correspondance de Portugal, vol. 6, fl. 14v. Maria Paula Marçal Lourenço. *D. Pedro II*. Lisboa, Círculo de Leitores, p. 93.

¹² Carta do secretário Verjus (1667). AMAE, Correspondance de Portugal, vol. 6, fl. 17.

¹³ Carta de Saint Romain do governo de Paris (1666). AMAE, Correspondance de Portugal, vol. 5, fl. 300v.

¹⁴ Carta de Saint Romain do governo de Paris (1666). AMAE, Correspondance de Portugal, vol. 5, fl. 314v.

Já tendo havido contato com as divisões políticas existentes na corte de Lisboa, o embaixador Saint Romain, em consonância com o governo francês, aguardava o desenrolar das disputas entre os partidários do Monarca e de seu irmão, a fim de orientar a postura que deveria ser tomada pela Rainha Maria Francisca. Indo ao encontro das expectativas francesas, o partido que alcançou êxito foi o do infante D. Pedro, aliado ao partido francês, sendo este encabeçado pelo duque de Cadaval. Tal fato favoreceria a política francesa, que esperava a continuidade da guerra na Península Ibérica, visto que Castelo Melhor, que conduzia as negociações de paz com a Espanha, fora afastado do governo.

O ano de 1667 ficou marcado pela ocorrência de sérias mudanças no cenário político português. Tendo sido afastados o secretário de Estado, Antonio de Sousa de Macedo, e o conde de Castelo Melhor, o governo de D. Afonso VI ficou demasiado enfraquecido. Isolado, o Rei foi afastado do poder em 23 de novembro. Dois dias antes, a Rainha Maria Francisca havia se recolhido ao Convento da Esperança, mediante o pedido de anulação de seu matrimônio.

D. Afonso VI foi mantido preso, mesmo diante da promessa de que a sua renúncia ao trono – assinada forçadamente por ele – lhe garantiria a liberdade. O Rei teria escrito três cartas enquanto esteve prisioneiro no paço. Uma ao Papa, outra a sua irmã D. Catarina, e a última ao marido dela, o Monarca inglês Carlos II. As cartas a estes últimos teriam o intuito de pedir a sua intercessão em favor de sua causa, junto ao Papa. D. Catarina ainda tentou intervir no assunto, se indispondo com seu irmão D. Pedro, mas nada conseguiu. Por sua vez, Carlos II era o chefe da Igreja Anglicana, e também não obteve qualquer êxito junto ao Papado.¹⁵

D. Nuno Álvares Pereira de Melo, o duque de Cadaval, e Duarte Ribeiro de Macedo, que mais tarde seria o representante diplomático do Reino em Paris, foram nomeados como procuradores da Rainha e encaminharam o seu pedido de anulação do casamento régio à Relação Eclesiástica de Lisboa. A posição de Maria Francisca constava num libelo que integrava a documentação entregue ao tribunal eclesiástico. Neste documento, a Rainha apontava a má fé da parte portuguesa, quando da negociação do matrimônio, pois nem mesmo o embaixador enviado a Paris tinha conhecimento do estado físico e saúde do Monarca. Mesmo tendo visitado a Rainha, ainda que não por sua vontade, mas pressionado pelo conde de Castelo Melhor, D. Afonso VI não pudera consumir o casamento, dada a sua impotência.¹⁶

¹⁵ Antônio Álvaro Dória. *A Rainha D. Maria Francisca de Sabóia*. Porto, Livraria Civilização, 1944, p. 233. Um fato que comprova o posicionamento da Rainha D. Catarina a favor de D. Afonso VI foi ter recebido Castelo Melhor na corte de Londres, tendo ele antes se refugiado em Madri.

¹⁶ Pedro Cardim e Ângela Barreto Xavier. *D. Afonso VI*. Lisboa, Círculo de Leitores, 2006, p. 184.

Mesmo correndo a notícia de que D. Afonso VI havia tido uma filha, criada na casa do valido, a fama a seu respeito corroborava a informação de sua impotência, não podendo “deflorar moça donzela”. Médicos que também haviam cuidado do Rei confirmavam a referida condição. E, por fim, D. Afonso VI assinou uma confissão em que garantia que não havia consumado o matrimônio com Maria Francisca de Sabóia. Entretanto, mais tarde, já estando preso, o Rei diria que assinara a confissão apenas por acreditar que lhe concederiam a liberdade. Aliado a isto, o processo de nulidade foi conduzido com rapidez, evitando-se o interrogatório de pessoas que pudessem questionar a versão apresentada pela Rainha e “confirmada” pelo Rei. A partir de tantas evidências, também seria descartada a necessidade de examinar o corpo da Rainha. Muitas razões políticas estavam envolvidas neste processo, buscando atender aos interesses do partido que obtivera êxito nas disputas na corte, ou seja, o grupo do infante D. Pedro.¹⁷

Não foram apenas a saúde e o vigor físico do Rei que estiveram em jogo, mas muitos outros elementos foram utilizados para demonstrar a incapacidade de D. Afonso VI. Um Rei incapaz de governar, pois havia recorrido a um valido, e incapaz de gerar sucessão ao Reino, visto que era impotente. Sendo assim, o Monarca deveria ser afastado para que se pudesse dar uma nova condução ao Reino e à sua política. Para isso, apenas os testemunhos que corroboravam o que se pretendia nas acusações ao Monarca tiveram interesse no processo. E outros tantos que poderiam ter apresentado diferentes versões dos fatos ficaram ausentes. Isso tudo devido às questões políticas envolvidas, às quais seriam favoráveis estes silêncios e ausências. “As poucas palavras atribuídas ao rei – incapaz, velho, aleijado – por interpostas pessoas contribuem para solidificar uma verdade pré-estabelecida, tão verdadeira, quanto suspeita.”¹⁸

Quando do seu recolhimento ao Convento da Esperança, Maria Francisca não apenas pediu a anulação de seu casamento à Sé de Lisboa, mas também pretendia ter restituído o seu dote. O secretário Verjus foi enviado à França para comunicar a resolução da Rainha a Luís XIV. No entanto, a motivação desta viagem pode ter sido a busca de ajuda do Rei Cristianíssimo para o êxito do processo de nulidade do matrimônio entre

¹⁷ Pedro Cardim e Ângela Barreto Xavier. *D. Afonso VI*. Lisboa, Círculo de Leitores, 2006, p. 185.

¹⁸ Pedro Cardim e Ângela Barreto Xavier. *D. Afonso VI*. Lisboa, Círculo de Leitores, 2006, p. 191. É interessante destacar que a partir do afastamento de D. Afonso VI da governança, seria construída a imagem de um homem incapacitado, muito distante da construção empreendida por Antônio Soares de Macedo, no *Mercúrio Português*, de um Rei virtuoso. Ambas as construções acerca do Rei buscaram legitimar as ações em torno de sua figura: a legitimação de seu governo e, depois, a de seu afastamento.

a sua prima e D. Afonso VI, já que pairavam dúvidas de que fosse comprovada.¹⁹

Todavia, surgiu a idéia do casamento do infante D. Pedro com sua ex-cunhada. Isso contribuiria para a estabilidade do Reino, pois poderia então assegurar a sucessão dos Bragança, além de dispensar a devolução do dote de Maria Francisca, num momento em que as dificuldades financeiras de Portugal só aumentavam. Segundo Álvaro Dória, teria sido Lionne, o secretário de Estado francês, que diante dos acontecimentos em Lisboa percebeu a conveniência da França em estabelecer o matrimônio entre Maria Francisca e D. Pedro, pois ambos os Reinos continuariam ligados por um importante acordo. Mas a tarefa não seria simples, devido à necessidade de uma dispensa para a realização do casamento. Lionne concluiu que o cardeal de Vendôme, tio de Maria Francisca, tendo recebido a dignidade cardinalícia do Papa, teria então o poder de conceder a dispensa ao casal para a celebração da união, do mesmo modo como poderia fazê-lo o Sumo Pontífice, a partir de algumas brechas contidas na bula de sua ordenação. Apesar da relutância do cardeal, este acabou escrevendo um breve de dispensa. E foi Luís Verjus que levou o breve contendo a dispensa a Lisboa.²⁰

Se aos portugueses a solução parecia muito favorável, a Luís XIV não seria diferente, mantendo assim a sua prima e os seus demais agentes em Lisboa. É importante destacar que Maria Francisca de Sabóia não parecia acumular pretensões políticas na corte. Entretanto, se num primeiro momento era sua vontade retornar à França, acredita-se que logo a Rainha teria sido persuadida do importante papel que protagonizaria – em favor dos interesses franceses – caso permanecesse em Portugal, unindo-se ao Príncipe D. Pedro. Os próprios franceses acreditavam que tal união agiria no sentido de afastar Portugal de um tratado de paz com a vizinha Espanha.²¹

No tocante à administração do Reino, D. Pedro era visto por muitos como o sucessor legítimo de seu irmão, “incapacitado para o cargo”. O infante pretendeu mesmo assumir a coroa e o título de Rei, já que se obtivera de D. Afonso a renúncia ao trono. Porém, na falta de um consenso sobre o assunto, D. Pedro assumiu o governo com o título de Príncipe, além do estatuto de governador e administrador do Reino. A substituição do governo ocasionou-se pela má condução do Reino que fizera D. Afonso VI, entre 1662 e 1667.²² Sendo conhecida na corte de

¹⁹ Antônio Álvaro Dória. *A Rainha D. Maria Francisca de Sabóia*. Porto, Livraria Civilização, 1944, p. 232.

²⁰ Antônio Álvaro Dória. *A Rainha D. Maria Francisca de Sabóia*. Porto, Livraria Civilização, 1944, pp. 262-264.

²¹ Carta de Saint Romain ao governo de Paris (1668). AMAE, Correspondance de Portugal, vol. 7, fl. 100v.

²² Pedro Cardim e Ângela Barreto Xavier. *D. Afonso VI*. Lisboa, Círculo de Leitores, 2006, p. 205.

Lisboa a preferência da Monarquia francesa pela continuidade da guerra na Península Ibérica, o nome de Maria Francisca de Sabóia para assumir o governo não foi defendido por muitos.

Por um período de quase um ano, desde o afastamento e a prisão de D. Afonso VI, o governo de Lisboa esteve numa certa indefinição de *status*, bem como a figura de D. Pedro. Apenas em outubro de 1668, a Regência do Príncipe se consolidou, inclusive com a alteração da forma de tratamento a ele dirigida, passando de Vossa Majestade – assumida juntamente com o posto de governante – a Vossa Alteza, caracterizando seu título de Príncipe. Além disso, em meados de 1669, a secretaria de Estado passou por uma reformulação, com a substituição de Pedro Vieira da Silva por Francisco Correia de Lacerda, o que também implicou num maior contato deste com os representantes diplomáticos nas cortes estrangeiras.²³

De acordo com o que foi exposto acima, as divisões políticas na corte já estavam estabelecidas quando da chegada da Rainha Maria Francisca. Ao lado de seus amigos (e agentes) franceses – Saint Romain, Verjus e Francisco de Villes – ela se posicionou de modo a integrar o grupo vencedor, no caso, o partido do infante. O desfecho alcançado com o matrimônio entre o Príncipe D. Pedro e Maria Francisca atenderia a ambos os Reinos envolvidos. Evidentemente que com esta união, a agente de Luís XIV permaneceria em Lisboa, a fim de tentar estender sua influência sobre o governo. Por outro lado, aos portugueses interessava também que se pudesse assegurar a descendência do trono, defendendo-se assim o casamento do infante, ainda mais com a dificuldade que seria restituir o dote à França, caso a união não se concretizasse. Justamente pelo que este casamento representaria à dinastia de Bragança, a Espanha assumiu uma posição contrária, bem como à coroação de D. Pedro.²⁴

Os portugueses e, sobretudo, os franceses compreendiam a urgência do matrimônio para o êxito de seus planos. Saint Romain acreditava que a união entre D. Pedro e Maria Francisca afastaria Portugal da paz com a Espanha, julgando que a Rainha conseguiria influenciar o Príncipe nesse sentido. Diante da dispensa concedida pelo cardeal de Vendôme, seria celebrado o matrimônio secretamente, para depois enviar um representante a Roma, a fim de obter a nulidade do primeiro casamento de Maria Francisca de Sabóia.²⁵

²³ Ana Maria Homem Leal de Faria. *Os cadernos de Duarte Ribeiro de Macedo. Correspondência diplomática de Paris (1668-1676)*. Lisboa, Ministério dos Negócios Estrangeiros – Instituto Diplomático, 2007, pp. 26-27

²⁴ Carta de Saint Romain ao governo de Paris (1668). AMAE, Correspondance de Portugal, vol. 7, fl. 86.

²⁵ Carta de Saint Romain ao governo de Paris (1668). AMAE, Correspondance de Portugal, vol. 7, fls. 100-100v. Casando-se com o Príncipe D. Pedro, Maria Francisca adotaria o título de Princesa, até a morte de D. Afonso VI, em 1683, quando

Mesmo diante da ocorrência do referido matrimônio, os agentes franceses em Lisboa não puderam frear as negociações de paz com a Espanha, que foi assinada no início de 1668. A partir de então, seria preciso obter mais espaço na política portuguesa, em razão de uma possível influência hispânica sobre o Príncipe. Logo, uma das prioridades seria fazer com que D. Pedro recebesse a Coroa e concedesse a Maria Francisca o direito de participar de seus conselhos. Os franceses próximos a Rainha também buscavam saber quais seriam os interesses de Portugal em relação a França, após a paz com a Espanha, ou seja, "prevenir os desígnios dos espanhóis em reger o governo português, ou convencer o secretário com uma soma de dinheiro que pudesse atrair nobres próximos ao príncipe".²⁶

É interessante perceber que a aliança tão almejada pela Monarquia portuguesa com a França foi concretizada num momento em que as discussões de paz com a Espanha já estavam em curso. Os franceses nada fariam para favorecer esta paz na Península Ibérica, o que não viam com bons olhos. De fato, ocorreu o contrário, havendo inúmeras tentativas de Saint Romain em minar as negociações. E o que se destaca é que, diante de tantos temores de incursões ou ocupações francesas nos territórios ultramarinos, principalmente no Estado do Brasil, que serão abordados nos dois últimos capítulos deste trabalho, o maior risco representado pelos agentes franceses estaria na própria corte de Lisboa, por meio dos embaixadores de Luís XIV e de Maria Francisca de Sabóia.

Uma rainha francesa na corte de muitas oposições

Apesar da situação conturbada verificada em Portugal em fins de 1667 e início de 1668, a paz com a Espanha fora assinada e o casamento entre Maria Francisca e o príncipe D. Pedro parecia conduzir à estabilidade política, sendo aguardada uma gravidez que asseguraria a sucessão ao trono. No entanto, justamente por ainda não haver um herdeiro legítimo ao trono de Bragança, mesmo tendo sido firmada a paz com o governo de Madri, este entendia que o direito à sucessão portuguesa ainda estaria vinculado à Espanha. Tal visão era também uma tentativa de afastar a possibilidade de Maria Francisca, prima de Luís XIV assumir o trono.²⁷

A partir da correspondência diplomática francesa, se pode perceber que a paz na Península Ibérica motivou inúmeras disputas entre os

retomaria o título de Rainha. Mas, na prática, ela continuaria desempenhando importantes funções, independentemente do título que ostentava. Por isso, neste trabalho, continuará sendo referida como Rainha.

²⁶ Carta de Saint Romain ao governo de Paris (1668). AMAE, Correspondance de Portugal, vol. 7, fls. 160-161v.

²⁷ Bilhete de Saint Romain ao conde da Torre (1669). AMAE, Correspondance de Portugal, vol. 9, fls. 65-65v.

representantes diplomáticos de Espanha e França na corte de Lisboa, não apenas por preeminência, mas, sobretudo, para minar as negociações que envolvessem seus inimigos. O que os enviados franceses fizeram por muitos anos na corte lisboeta, buscando dificultar a paz entre Portugal e Espanha, era agora colocado em prática também pelos espanhóis que, por sua vez, tentavam afastar D. Pedro e seus conselheiros da influência francesa, inclusive visando à ruptura de sua aliança.²⁸

D. Afonso VI havia escrito uma carta de renúncia ao trono. Mesmo assim, D. Pedro optou por não assumi-lo, evitando ser coroado Rei antes da morte de seu irmão. Tal fato, aliado à oposição de parte da nobreza que buscava mais espaço nas decisões políticas do Reino, estabeleceu uma situação de constante tensão, na qual D. Pedro precisava procurar um equilíbrio entre as diversas facções presentes na corte por conta da sua frágil autoridade.²⁹

Mesmo com estas dificuldades o governo de D. Pedro acumulava pretensões na política do Reino vizinho. Era necessário adotar uma conduta que não colocasse em risco o tratado de 1668, apesar da condição constitucional marcada por incertezas e sucessivos golpes, que caracterizava a crise vivida em Portugal. O primeiro embaixador enviado a Madri após a Restauração portuguesa foi o conde de Miranda, cuja instrução, incluindo uma parte secreta, data de julho de 1668.³⁰ Do lado espanhol, o enviado a Lisboa foi o barão de Bateville, que deveria estar atento às disputas protagonizadas na corte entre os apoiadores do Regente e os do Rei.

Todavia, em Madri também se verificavam momentos políticos delicados, sob a Regência de Mariana de Áustria. As disputas entre seus conselheiros, especialmente o padre Nithard, e a ameaça de Juan José de Áustria causavam tumulto na corte. E a saúde do pequeno Rei ajudava a espalhar mais temores. Por conta disso, o conde de Miranda retornou ao Reino e D. Pedro enviou o marquês de Gouveia para representar Portugal na corte de Madri. Junto a sua instrução, havia um “Parecer do duque de Cadaval sobre a embaixada de Castela do marquês de Gouveia”, apresentada ao Conselho de Estado.³¹

²⁸ Ibidem, fl. 67v.

²⁹ Bilhete de Saint Romain à Rainha de Portugal (1669). AMAE, Correspondance de Portugal, vol. 9, fls. 126-126v.

³⁰ Instrução secreta do regente D. Pedro ao embaixador extraordinário enviado à Espanha, Conde de Miranda (1668), (os fólios não estão numerados). ANTT. MNE, vol. 636. Valladares aponta, erroneamente, que um dos objetivos do conde de Miranda em sua embaixada na corte de Madri seria esclarecer “a suposta pretensão espanhola de libertar o rei D. Afonso, retirado nos Açores.” A instrução de Miranda (1668) antecede a tentativa espanhola, e mesmo os rumores, acerca da libertação de D. Afonso. Rafael Valladares. *A independência de Portugal, Guerra e Restauração (1640-1680)*. Lisboa, A Esfera dos Livros, 2006, p. 313.

³¹ Parecer do duque de Cadaval sobre a embaixada de Castela do marquês de Gouveia (1670). BNP. Reservados, Cód. 11234-44, fls. 195-198.

Cadaval, um dos principais conselheiros do Príncipe D. Pedro, expõe neste parecer uma ampla análise da política espanhola, buscando compreender por quais rumos o governo de Madri se encaminharia. Em cada uma das situações, o duque aponta qual deveria ser a posição a ser tomada pelo embaixador português. É bastante interessante perceber que depois de firmada a paz com a Espanha, Portugal se utilizaria das mesmas ações desempenhadas pelos enviados estrangeiros em Lisboa, visando fomentar disputas ou tomar partido de diferentes grupos presentes na corte de Madri.

As possibilidades apresentadas por Cadaval demonstram uma grande percepção da realidade do Reino vizinho. O duque apresenta seis panoramas possíveis para o governo de Madri: 1) A permanência de Mariana de Áustria na Regência, com a oposição de D. Juan José de Áustria; 2) Assumir D. Juan José a Regência e a tutela do Rei; 3) Aclamação de D. Juan José como rei de Aragão ou outro reino; 4) Morte do Rei Carlos, sendo aclamado D. Juan José e casando-se ou não com a Rainha Mariana de Áustria; 5) Permanecer a Rainha no governo, ou o Conselho de Estado, com o pretexto de dar seguimento ao testamento; 6) Disputa do trono pelo Império, França ou D. Juan José, recorrendo às armas para obter o intento.³²

No presente cenário político, da Regência de Mariana de Áustria, o marquês de Gouveia deveria insinuar à Rainha o grande gosto de conservar a paz, sendo uma aliança firme e de boa correspondência, que favorecia também a estabilidade portuguesa. Este seria o primeiro intuito de sua assistência na corte de Madri. O embaixador deveria ainda fazer todo o possível para conservar a desconfiança e a separação entre a Rainha e D. Juan José, fazendo entender a Rainha a boa vontade de D. Pedro, pois foi com ela que se tratou e ajustou a paz. Entretanto, o embaixador português também deveria manter contato com os “parciais” de D. Juan José, fazendo-lhes entender a estima de D. Pedro pela sua pessoa e suas virtudes, também porque sempre mostrou desejo da paz com Portugal.³³

A respeito da figura de Mariana de Áustria, o duque aponta que o governo da Rainha é o melhor para Portugal e, no caso de não se poder conservar a Espanha nas parcialidades presentes, sempre o embaixador há de procurar que a Rainha fique no governo. E seguindo seu parecer, destaca o proveito que se pode tirar da situação do Reino vizinho:

Senhor, os príncipes procuram melhorar de fortuna, na desgraça e na adversidade de outros príncipes, e eu considero muito grande, a em que se vê a rainha de Castela, e como nesses negócios não convém perder as ocasiões que pode oferecer a necessidade alheia, e o que pode solicitar a nossa indústria. Tenho por conveniente que o embaixador intente saber que conveniência poderá fazer a Vossa Alteza a rainha, valendo-lhe Vossa Alteza e ajudando a

³² Ibidem, fl. 195.

³³ Ibidem, fl. 195v.

que se conserve governando Espanha, e criando seu filho, e se a necessidade da rainha abraçar esta prática e der a Vossa Alteza uma praça marítima em Galícia, pode ser muito conveniente ajudar a rainha por este preço, suposto que a Vossa Alteza é mais conveniente que a rainha se conserve no governo. E como esta proposição a há de fazer o embaixador, por interposta pessoa, e procurar que a rainha lhe proponha este negócio, poder-se-á medir o estado em que ela então se acha, e ver Vossa Alteza que praça ou praças lha há de pedir, conforme o socorro que de Vossa Alteza intentar. Para se insinuar este meio, é próprio o tempo presente porque a rainha vê-se oprimida, e para se conservar quererá antes perder uma pequena parte, do que arriscar aquele todo, e se dos embaraços de Castela tirar Vossa Alteza esta utilidade, verá o mundo que se soube aproveitar sem perder reputação, pois favorece a uma coisa tão justa como é criar uma mais a seu filho.³⁴

Até poucos anos antes, Portugal se encontrava numa situação delicada, em meio à guerra na Península Ibérica. Após o afastamento de D. Afonso VI e a ascensão de D. Pedro ao governo, seus ministros já intentavam ações que pudessem favorecer a política portuguesa, em detrimento do governo de Madri, mesmo enfrentando dificuldades internas por conta da exceção política e institucional estabelecida na corte lisboeta.

No segundo panorama apontado pelo duque de Cadaval, assumindo D. Juan José a tutela do governo, se conservaria melhor o Reino vizinho. Logo, estando D. Juan José na Regência, o que deveria fazer o embaixador seria reconhecê-lo ao mesmo tempo que os demais embaixadores o fizessem, desejando que a Espanha tivesse boa fortuna durante seu governo. Neste caso, seria útil que o marquês de Gouveia mostrasse a grande união e amizade entre Portugal e França, pois assim “dando estes ciúmes a D. Juan José lhe assistam maiores temores”, para que mantivesse suas armas o mais longe de Portugal. Por outro lado, se D. Juan José fosse aclamado Rei ou governador de qualquer parte da Espanha, o embaixador português não deveria reconhecê-lo, nem mesmo ter algum trato com sua pessoa, exceto de modo secreto. Assumindo a condução do Reino, fosse como Rei ou governador, não poderia haver negócio público com seu partido, reprovando-se assim o seu reconhecimento, ainda que fosse útil fomentá-lo. Cadaval expressa que a finalidade da ação do marquês de Gouveia deveria ser a conservação de uma Espanha dividida, com o favorecimento de D. Juan José, o que seria feito veladamente. Tal postura requeria bastante prudência, pois enquanto D. Juan José não governasse a maior parte do Reino, o apoio português a ele certamente arriscaria a paz. Nesse sentido, o que mais convinha a Portugal era “ter muito tempo Espanha embaraçada.”³⁵

A debilidade da saúde do Rei Carlos era conhecida em toda a Europa. No possível caso de sua morte, com a aclamação de Juan José

³⁴ Ibidem, fls. 195v-196.

³⁵ Ibidem, fls. 196-196v.

de Áustria, este poderia se casar com a Rainha Mariana, ou não. De qualquer modo, a partir de sua aclamação como Rei em Madri, o marquês de Gouveia haveria de reconhecê-lo, ainda que não o fizessem os demais embaixadores. Cadaval afirma que para os portugueses não havia motivos para que não o reconhecessem. Os outros enviados de cortes estrangeiras teriam sim pretensões à Coroa hispânica. Logo, o embaixador português deveria mostrar aos ministros de D. Juan José que D. Pedro teria “particular gosto da paz, e Castela uma singular conveniência de ter um amigo tamanho como Portugal e tão vizinho.” Iniciando as outras potências disputas militares, o marquês de Gouveia deveria esclarecer que Portugal não se envolveria na provável guerra entre França – que entraria na disputa pela herança espanhola da esposa de Luís XIV, a Rainha Maria Teresa – e Espanha, mas faria esforços para que ambas permanecessem separadas, ou seja, poderia oferecer ajuda também de forma velada.³⁶

A morte do Rei Carlos poderia gerar outro desfecho na corte de Madri: permanecer a Rainha no governo, com o auxílio do Conselho de Estado, com pretexto de dar execução ao testamento do Rei. Curiosamente, o duque de Cadaval acredita que o Príncipe D. Pedro teria chances de assumir o governo de Madri, como alternativa as demais uniões possíveis, com o Império ou com a vizinha França. Como argumento, ele afirma “o exemplo de que Castela e Portugal teve um só rei, e que na necessidade de Portugal, foram buscar el rei de Castela, e que na de Castela é conveniência virem buscar a D. Pedro rei senhor de Portugal.”³⁷

Por fim, a morte do Rei poderia ainda desencadear uma guerra pela sucessão do trono, envolvendo a França, o Império, e até mesmo D. Juan José de Áustria. Diante deste cenário, Cadaval recomenda: “se Espanha chegar ao miserável estado que as profecias dizem dele dividirem a vestimenta entre partes, entre Vossa Alteza a fazer a quarta parte, e neste caso, o mais acomodado para Portugal é Galícia e Andaluzia.”³⁸ Portugal deveria então enfrentar a guerra para estender seu domínio sobre parte do Reino vizinho. A política européia estaria envolvida neste panorama no fim do século XVII.

É importante destacar que, neste mesmo ano em que o duque de Cadaval apresentou este parecer ao Conselho de Estado, integrando a instrução do marquês de Gouveia à embaixada em Madri, foi firmado um acordo entre a França e o Império, tendo em vista a partilha da herança espanhola, diante da fragilidade da saúde de Carlos II. O tratado de partilha de 1668 possuiu um caráter drástico, pois não previa o direito ao trono a nenhum herdeiro dos Reinos pretendentes às possessões

³⁶ Ibidem, fl. 197.

³⁷ Ibidem, fl. 197v.

³⁸ Ibidem, fl. 198.

espanholas. Tal situação decorreu do fato de que os pretendentes à herança espanhola não haviam consolidado a sua sucessão. O delfim tinha a mesma idade do Rei da Espanha, e o Imperador Leopoldo tinha apenas dois filhos pequenos. Por isso, a partilha dos territórios espanhóis esteve em pauta. Já no final do século, tendo herdeiros assegurados, o Imperador e Luís XIV poderiam colocar no trono espanhol seus netos ou filhos secundogênitos.³⁹ As duas filhas do primeiro casamento de Filipe IV, Maria Teresa e Margarida, contraíram matrimônio com Luís XIV e o Imperador Leopoldo, respectivamente, o que justificavam as suas pretensões na partilha espanhola.

Filipe IV havia esclarecido os direitos dinásticos de seus sucessores em testamento. Na impossibilidade de seu filho assumir o trono, o segundo filho de D. Margarida com o Imperador assumiria o governo de Madri. Apesar disso, conforme o tratado de 1668, o Imperador ficaria com a Espanha, exceto os territórios que coubessem à França; as Índias Ocidentais; Milão; os presídios da Toscana, até os limites com o reino de Nápoles; a Sardenha e as Canárias. Por sua vez, a França ficaria com o Franco Condado; os Países Baixos; as Filipinas; Navarra; as praças na costa da África; Nápoles, Sicília e as ilhas adjacentes a estes territórios. Este acordo teria decorrido da crescente hegemonia francesa, em detrimento da política do Império. No entanto, houve desentendimentos entre os governos de Viena e Paris, por conta da entrada do Império na guerra da Holanda, em 1673. No tratado assinado, havia um acordo de que o Imperador não enviaria tropas à guerra.⁴⁰

Neste contexto político, Maria Francisca continuava sendo orientada por seus acompanhantes franceses a se envolver com as questões políticas portuguesas, participando das decisões do Príncipe. Além de seu confessor, padre De Villes, e de seu secretário Luís Verjus, o embaixador Saint Romain era um importante apoio da Rainha francesa em Lisboa. O embaixador e o secretário compunham relações e memórias sobre como a Rainha deveria atuar, além de outros assuntos relacionados à nobreza e aos ministros de D. Pedro. O bispo-duque de Laon, enquanto esteve na cidade, também integrou esta rede de informações em favor da Monarquia cristianíssima.⁴¹

Um bilhete de Verjus a Maria Francisca, de fevereiro de 1670, contém algumas informações a respeito de como a Rainha deveria proceder em relação aos assuntos de Estado. O secretário aponta a

³⁹ Luís Ribot. La repercusión en España del tratado de reparto de la Monarquía de 1668. Porfirio Sanz Camañes (Ed.) *Tempo de cambios. Guerra, diplomacia y política internacional de la Monarquía Hispánica (1648-1700)*. Madri, Actas, 2012, p. 56.

⁴⁰ Luís Ribot. La repercusión en España del tratado de reparto de la Monarquía de 1668. Porfirio Sanz Camañes (Ed.) *Tempo de cambios. Guerra, diplomacia y política internacional de la Monarquía Hispánica (1648-1700)*. Madri, Actas, 2012, pp. 68-70.

⁴¹ Carta de Saint Romain ao governo de Paris (167). AMAE, Correspondance de Portugal, vol. 10, fl. 51.

necessidade de Maria Francisca tomar contato com os despachos e papéis de negócios do governo, os mais importantes e consideráveis, inclusive durante o período em que D. Pedro estivesse doente. Além da possibilidade de ter mais assunto com o príncipe, a Rainha poderia demonstrar ao secretário de Estado e aos demais ministros portugueses o seu empenho e dever de fazer um bom trabalho na corte, aumentando a sua reputação. Verjus segue dizendo que quando participasse das reuniões de conselho, Maria Francisca deveria pedir cópias dos papéis para analisar sozinha, pedindo depois auxílio aos conselheiros ou ao secretário de Estado para esclarecer possíveis pontos confusos ou mais complexos. A respeito deste esforço de Maria Francisca, Verjus comenta que não seria uma tarefa difícil, mas apenas "une petite industrie de gagner les coeurs et les esprits".⁴²

Maria Francisca constituiria então uma importante peça no jogo francês em Lisboa. A sua figura também seria usada para tentar afastar D. Pedro da influência espanhola, pois assim os agentes de Luís XIV continuariam acumulando prestígio e influência sobre o Regente. Ainda em 1670, Saint Romain aponta que a confiança do Príncipe Regente em Maria Francisca crescia a cada dia, e que assim ela poderia se tornar a principal autoridade do governo. A busca pela perpetuação da influência francesa na corte lisboeta se evidencia ainda pela negociação cogitada a respeito do casamento da infanta de Portugal, nascida em janeiro de 1669, com o dauphin ou o duque d'Anjou.⁴³ Trabalhando junto a Rainha Maria Francisca, Verjus a orientava conforme os interesses de Luís XIV, com quem inclusive mantinha correspondência. Verjus conseguiu até mesmo o reconhecimento de seu trabalho por parte do Príncipe e da Rainha, concedendo-lhe o título de cavaleiro da Ordem de Cristo, além de um presente de 2 mil cruzados.⁴⁴

Entretanto, a presença de tantos agentes da Monarquia cristianíssima em Portugal acabou por tornar conturbada a sua atuação na política do Príncipe D. Pedro. Maria Francisca se esforçava por integrar o círculo mais estrito em torno do Regente, juntamente com seus conselheiros e principais apoiadores da nobreza. Nesta atuação, era acompanhada de perto por Verjus e também pelo seu confessor. Porém, a figura do bispo-duque de Laon, outrora tão importante para a permanência de Maria Francisca em Lisboa – tendo sido seu procurador no casamento com D. Afonso VI – causou um mal estar em relação à Rainha. O bispo-duque remeteu uma memória à França com críticas ao governo de D. Pedro. Mas estas críticas se estendiam até mesmo à

⁴² Extrato de dois bilhetes de Verjus à Rainha de Portugal (1670). AMAE, Correspondance de Portugal, vol. 10, fls. 56-56v.

⁴³ Carta de Saint Romain a Luís XIV (1670). AMAE, Correspondance de Portugal, vol. 10, fls. 118v e 122.

⁴⁴ Carta de Saint Romain ao governo de Paris (1670). AMAE, Correspondance de Portugal, vol. 10, fl. 128.

postura da Rainha na corte. Em julho de 1671, Maria Francisca escreveu ao bispo-duque, muito ofendida, reclamando desta sua atitude. Ela classificou a memória como impertinente e repleta de falsidades. Por isso, pediu que ele a remetesse uma cópia da memória, esclarecendo o motivo desta ocorrência. Como resposta a este questionamento da Rainha, esta recebeu uma carta da França, esclarecendo as informações contidas na memória enviada pelo bispo-duque de Laon. O governo português estaria longe de favorecer a França, pois os grandes do Reino estavam descontentes com o secretário Verjus. Além disso, a amizade entre a Rainha e o embaixador Saint Romain despertava a desconfiança dos fidalgos que inclusive auxiliavam e participavam no governo de D. Pedro, motivo pelo qual a Rainha não conseguia exercer uma plena participação nos negócios de Estado. O descontentamento de parte da nobreza com Verjus pode ter sido motivado pelo destaque que este teve, junto a D. Pedro, ganhando inclusive uma ótima recompensa, quando partiu de volta a França, conforme exposto acima.⁴⁵

De acordo com a resposta dirigida a Maria Francisca, o governo de D. Afonso VI não teria sido tão ruim quanto o de D. Pedro, pois o primeiro, conforme o autor da carta, intimidava os demais com a sua ferocidade, enquanto o segundo, com timidez e moleza, demonstrava uma indiferença pelos negócios do Estado, despertando a insolência dos fidalgos. Apresentado o conteúdo da resposta enviada a Maria Francisca a Luís XIV, ele teria concordado que o governo de D. Afonso se mostrou melhor aos interesses franceses. Por conta disso, aponta-se que seria bom que o Rei Cristianíssimo restabelecesse o Rei de Portugal ao trono. Além das críticas ao Regente, elas também foram dirigidas à Rainha: Maria Francisca se deixaria levar pelas mulheres da corte, mantendo hábitos restritos a comer, beber e ficar na cama.⁴⁶ Ainda na polêmica do que havia escrito o bispo-duque de Laon a Paris, o embaixador Saint Romain saiu em defesa da Rainha, em carta de julho de 1671, afirmando que o estado do governo de Lisboa não compreendia nenhuma ação considerável sem a participação de Maria Francisca.⁴⁷

Diante destes acontecimentos, tanto o secretário da Rainha, Luís Verjus, quanto o embaixador Saint Romain deixariam a corte lisboeta. Logo, o padre De Villes, confessor de Maria Francisca, se tornaria seu principal conselheiro. O novo enviado francês a Lisboa, em caráter extraordinário, foi monsieur D'Aubeville, a partir de 1672. Ele manteve boas relações com a Rainha, mas esteve longe do contato estreito que Maria Francisca tivera com Saint Romain.

⁴⁵ Extrato de uma carta da Rainha de Portugal ao monsieur De Laon (1671). AMAE, Correspondance de Portugal, vol. 10, fls. 257-258v.

⁴⁶ Extrato de uma carta escrita de França à Rainha de Portugal. AMAE, Correspondance de Portugal, vol. 10, fls. 259-261.

⁴⁷ Carta de Saint Romain ao governo de Paris (1671). AMAE, Correspondance de Portugal, vol. 10, fl. 271.

No que concerne à análise proposta acerca da política portuguesa, presente na correspondência diplomática francesa, ela se mostra bastante interessante, mas parece que os franceses estavam equivocados a respeito do cenário político do pós Restauração. Enquanto esteve no trono, D. Afonso VI, a partir da escolha do conde de Castelo Melhor como valido, acabou contribuindo para a restrição da participação da nobreza no seu governo. Tal participação foi se limitando à clientela de Castelo Melhor, o que despertou a opção pelo golpe que entregaria o governo nas mãos do Príncipe D. Pedro. Assumindo as rédeas da política portuguesa, o Regente foi compelido a pactuar o seu governo com a nobreza que ajudara a afastar Afonso VI da governança. Apenas isso asseguraria a sua permanência como Regente. Não se pode acreditar que D. Pedro fosse mais alheio aos assuntos de Estado do que seu irmão D. Afonso, que elegera um valido para confiar-lhe a condução do Reino. Se houve alguma postura feroz no governo anterior, ela foi decorrente da ação de Castelo Melhor e não do Rei. Mas pode-se compreender a visão dos franceses a respeito do que se passava em Portugal. Os súditos de Luís XIV – lembrando que a resposta dirigida a Maria Francisca havia sido escrita por um dos ministros do Rei Cristianíssimo – tinham por modelo a sua Monarquia absolutista, caracterizada pela centralização do poder, que seria verificada em Portugal apenas no século XVIII. Logo, seria difícil entender como um Príncipe se tornaria tão dependente das ações de seus nobres ministros, ainda que os períodos de Regências, não raro, fossem marcados por turbulências no cenário político. Nesse sentido, é possível perceber o motivo pelo qual a Rainha não conseguiria estender tão facilmente sua influência sobre o príncipe, perdendo seu posto para alguns fidalgos. Rodrigo Bentes Monteiro aponta as semelhanças e diferenças entre os governos dos Bragança no século XVII:

Em termos históricos, concebemos os movimentos de 1640 e de 1667 como reações a certos abusos de poder – se quisermos, “centralizações excessivas” – que em sua prática política não cooptaram devidamente setores significativos da nobreza lusa, desrespeitando certos pactos e privilégios [...] entre os governos de D. Pedro e de D. Afonso VI existiam diferenças sobretudo na organização da prática política concreta, uma vez que D. Pedro seguia um roteiro mais tradicional com a utilização dos conselhos, contrapondo-se a uma ação mais centralista de governo de gabinete no tempo de D. Afonso VI, pela ação de Castelo Melhor, que no entanto não soube angariar apoio dos grupos nobres mais expressivos. No campo das forças políticas, havia alteração dessas facções nobres, minoritárias com D. Afonso, majoritárias e mais poderosas com D. Pedro.⁴⁸

Embora alguns representantes de cortes estrangeiras em Portugal acreditassem que o Regente D. Pedro mantinha uma postura alheia a boa parte das “inconstâncias” que se verificavam em Lisboa, inclusive em meio às disputas entre membros da nobreza, parece mais sensato crer

⁴⁸ Rodrigo Bentes Monterio. *O rei no espelho: a monarquia portuguesa e a colonização da América (1640-1720)*. São Paulo, Hucitec – Fapesp, 2002, p. 144.

que esta posição tinha em conta justamente a sua permanência no governo, sendo para isso necessário o apoio destes mesmos nobres. Assumindo a governança, o Príncipe atraiu figuras que haviam sido afastadas das decisões de Estado, sob o governo de Castelo Melhor. A política do Reino se basearia na participação dos mesmos grupos sociais verificados no governo anterior. Contudo, a amplitude dessa participação se mostraria maior, assentada no direito consuetudinário, com a atuação dos conselhos e as sucessivas convocações de cortes (nos anos de 1668, 1674, 1679 e 1697).⁴⁹

Os constantes rumores de que haveria o empenho de reinos estrangeiros – Inglaterra e Espanha – na libertação de D. Afonso também contribuíram para as dificuldades de governo do Príncipe:

O rei desterrado continuava a ser um problema por resolver, minando-lhe a autoridade e acentuando a sua dependência face aos grandes da aristocracia, os quais em todos os momentos lembravam ao regente que, em virtude de D. Afonso continuar vivo, D. Pedro não podia deixar de se apoiar na nobreza, e muito menos assumir uma postura mais imperativa. D. Maria Francisca, por seu turno, também se eclipsou em termos políticos. Depois de ter desempenhado um papel de grande destaque entre meados de 1666 e o final de 1668, a partir daí, e um tanto ao contrário do que se esperaria, tornou-se menos visível nas lides cortesãs.⁵⁰

Estando tão dependente da nobreza, D. Pedro concederia ainda diversos títulos, a fim de assegurar a sua fidelidade. Nesse sentido, é importante destacar um trecho do pensamento de Maquiavel:

É muito mais seguro ser temido do que amado, quando se tem de desistir de uma das duas. Isto porque geralmente se pode afirmar o seguinte acerca dos homens: que são ingratos, volúveis, simulados e dissimulados, fogem dos perigos, são ávidos de ganhar e, enquanto lhes fizerem bem, pertencem inteiramente a ti, te oferecem o sangue, o patrimônio, a vida e os filhos, como disse acima, desde que o perigo esteja distante; mas quando precisas deles, revoltam-se. O príncipe que se apóia inteiramente em suas palavras, descuidando-se de outras preocupações, se arruína, porque as amizades que se obtêm mediante pagamento, e não com a grandeza e nobreza de ânimo, se compram, mas não se possuem, e, no devido tempo, não podem ser usadas. Os homens tem menos receio de ofender a quem se faz amar, do que a outro que se faça temer; pois o amor é mantido por vínculo de reconhecimento, o qual, sendo os homens perversos, é rompido sempre que lhes interessa, enquanto o temor é mantido pelo medo ao castigo, que nunca te abandona. Deve contudo o príncipe fazer-se temer de modo que, se não conquistar o amor, pelo menos evitará o ódio; pois é perfeitamente possível ser temido e não ser odiado ao mesmo tempo, o que conseguirá sempre que se abstenha de se apoderar do patrimônio e das mulheres de seus cidadãos e súditos. Se precisar derramar o sangue de alguém, deverá fazê-lo quando houver justificativa conveniente e

⁴⁹ Luís Reis Torgal. *Ideologia política e teoria do Estado na Restauração*. Coimbra, Biblioteca Geral da Universidade, 1981, vol. 1, p. 97.

⁵⁰ Pedro Cardim e Ângela Barreto Xavier. *D. Afonso VI*. Lisboa, Círculo de Leitores, 2006, p. 230.

causa manifesta. Mas, sobretudo, deverá respeitar o patrimônio alheio, porque os homens esquecem mais rapidamente a morte do pai do que a perda do patrimônio.⁵¹

Considerando o pensamento maquiaveliano, pode-se fazer um paralelo com as lideranças do governo de Portugal e França. Enquanto Luís XIV, dispondo de um poder absoluto, com sua hegemonia política, diplomática e militar, foi temido por toda a Europa em determinados momentos do século XVII e início do XVIII, os herdeiros de D. João IV enfrentariam inúmeras dificuldades para assegurarem seus governos. D. Afonso VI e o seu valido não resistiram ao partido do infante e à oposição de parte da nobreza. Por sua vez, o príncipe D. Pedro, mesmo evocando a sua legitimidade, assumiria uma postura de certa dependência em relação aos seus aliados, necessitando permanecer amado para se firmar no poder. Mas os acontecimentos do decênio de 1670 acentuariam o aspecto de fragilidade de seu governo.

Ofensiva diplomática em Lisboa: desígnios franceses e espanhóis

Apesar destas dificuldades, a ofensiva diplomática (e também militar) francesa não cessaria. Em 1667, Luís XIV empreendeu um avanço militar sobre Flandres, na chamada Guerra de Devolução (1667-1668). Por meio destes ataques, o Rei cristianíssimo buscava conquistar os Países Baixos espanhóis, o que seria uma compensação pelo não pagamento do dote de sua esposa, Maria Teresa, filha de Filipe IV. As ambições francesas foram combatidas pela Tríplice Aliança – formada no início de 1668 – composta pelas Províncias Unidas, Inglaterra e Suécia, a fim de fixar um bloqueio às investidas francesas no continente. Este conflito esteve relacionado às negociações de paz na Península Ibérica. A mediação inglesa, para alcançar a paz de modo rápido, se deu no sentido de aliviar a Espanha dos combates na fronteira com Portugal, para que assim os espanhóis pudessem auxiliar na defesa de Flandres.⁵² A aliança conseguiu impedir a conquista francesa de maiores áreas nos Países Baixos espanhóis, com uma marcha vitoriosa no mesmo ano. Mesmo assim, Luís XIV assegurou o seu domínio sobre algumas cidades da região, enquanto a Espanha manteve suas possessões na Borgonha. O Rei Cristianíssimo ainda tentou atrair o governo de Lisboa para uma aliança, que pudesse garantir a revisão do acordo assinado entre Portugal e as Províncias Unidas, em 1661, com a restituição dos territórios no

⁵¹ Nicolau Maquiavel. *O príncipe*. São Paulo, Martins Fontes, 2008, pp. 80-81.

⁵² Ana Maria Homem Leal de Faria. *Os cadernos de Duarte Ribeiro de Macedo. Correspondência diplomática de Paris (1668-1676)*, Lisboa, Ministério dos Negócios Estrangeiros, 2007, pp. 595-596. Inglaterra e Holanda consideravam que a proximidade francesa consistiria numa ameaça para ambos os governos. Jean Béranger. Capítulo 8. Lucien Bély, André Courvisier e Jean Béranger. *Guerre et paix dans l'Europe au XVII siècle*. Paris, SEDES, 1991, p. 345.

ultramar, sem sucesso. A paz, ainda que temporária, foi estabelecida em maio de 1668, em Aix-la-Chapelle.⁵³

Em 1671, Luís XIV buscava novamente o apoio de D. Pedro para uma liga ofensiva contra a Holanda, com o intuito de estabelecer o seu isolamento. A Guerra de Devolução teria sido apenas uma primeira etapa deste confronto. Não foram poucos os motivos pelos quais a Monarquia francesa se empenhou novamente num conflito na região: o desvio da rede de comunicações marítimas intercontinentais; a interrupção da expansão francesa para o norte e o leste do continente, ocasionada pela vitória dos exércitos da Tríplice Aliança em Flandres e no Franco Condado; o apogeu econômico dos holandeses, alcançado também com as atividades comerciais nas suas possessões no ultramar; como calvinistas, os holandeses proporcionavam o acolhimento de intelectuais e mercadores perseguidos pelas Monarquias católicas, obtendo vantagens com esta prática. Além disso, o ataque francês à Holanda compreenderia a ação do Rei Cristianíssimo no sentido de estabelecer uma Monarquia universal, em defesa da religião católica, combatendo, portanto, a heresia protestante, para a qual teve o apoio do Papado. Tais motivações teriam levado um aliado tradicional da França a se tornar um obstáculo na expansão dos domínios de Luís XIV.⁵⁴

Por sua vez, o governo de Madri avançava no sentido de estabelecer sua influência sobre a política de Portugal, em detrimento da França. Para conseguir o apoio do Príncipe, D'Aubeville tentava convencer a Rainha: esse deveria ser um dos seus principais papéis na corte de Lisboa, convencer seu marido a alinhar sua política ao que propunha o governo de Paris. Já em abril de 1672, Maria Francisca disse ao enviado francês em Lisboa que a Espanha tinha o intuito de fazer uma aliança mais estreita com Portugal, contra a França e o seu avanço nos Países Baixos. Essa informação seria confidencial, mas ela dizia não saber ao certo os desígnios espanhóis sobre a pretensa aliança.⁵⁵

Um dos argumentos para Portugal não entrar na guerra contra a Holanda, liderada por Luís XIV, seria a condição de paz com a mesma, que seria colocada em jogo. Em resposta, o enviado francês justifica que o dinheiro gasto com os pagamentos feitos pelos portugueses aos holandeses, justamente como condição da paz assinada em 1661, seria

⁵³ Ana Maria Homem Leal de Faria. *Os cadernos de Duarte Ribeiro de Macedo. Correspondência diplomática de Paris (1668-1676)*, Lisboa, Ministério dos Negócios Estrangeiros, 2007, pp. 620-621.

⁵⁴ Ana Maria Homem Leal de Faria. *Os cadernos de Duarte Ribeiro de Macedo. Correspondência diplomática de Paris (1668-1676)*, Lisboa, Ministério dos Negócios Estrangeiros, 2007, p. 658. Jean-Frédéric Schaub. *La Francia Española, las raíces hispanas del absolutismo francés*. Madrid, Marcial Pons, 2003, p. 272. Jean Béranger. Capítulo 8. Lucien Bély, André Courvisier e Jean Béranger. *Guerre et paix dans l'Europe au XVII^e siècle*. Paris, SEDES, 1991, p. 347.

⁵⁵ Carta de D'Aubeville ao governo de Paris (1672). AMAE, Correspondance de Portugal, vol. 12, fls. 25v-26 e 38.

muito melhor empregado contra os holandeses, aplicando-o na guerra. O Rei da Inglaterra, outro aliado de Portugal, a Suécia e alguns príncipes alemães apoiariam a França contra os holandeses.⁵⁶ A Inglaterra declarou guerra à Holanda também em 1672, sob a alegação do descumprimento do Tratado de Breda, firmado em 1667.

O objetivo francês de isolamento das Províncias Unidas deveria contar com a participação portuguesa. No entanto, a intenção de Luís XIV com a Guerra da Holanda (1672-1678), seria desencadear também um conflito entre Portugal e Espanha.⁵⁷ Bély lembra que para a Monarquia cristianíssima, a diplomacia e as operações militares tinham a mesma finalidade, ou seja, o poderio da França na Europa, o que pressupunha o bom conhecimento das relações de força, além de uma preparação minuciosa, tanto dos tratados, quanto das ofensivas militares.⁵⁸

A neutralidade adotada pelo governo de Lisboa, no tocante à guerra, parecia insustentável por muito tempo, diante das pressões de franceses e ingleses. D. Pedro recebeu propostas para participar o conflito e, com isso, integrar um tratado de paz comum com a França. Por meio disso, poderia reaver as possessões no Oriente que haviam passado aos holandeses. No entanto, tais propostas não convenceram o Regente de Portugal, e nem mesmo seus conselheiros. Por outro lado, os representantes diplomáticos portugueses em Londres e Paris defendiam a atuação do Reino na guerra.⁵⁹ Duarte Ribeiro de Macedo afirmava que a hesitação de D. Pedro já havia causado prejuízo aos negócios portugueses no Oriente, quando da negociação do tratado com as Províncias Unidas, o que viria a se repetir ao término da Guerra da Holanda. Contudo, em meio às dificuldades de negociação de paz, por conta de muitas exigências de ingleses e franceses relacionadas a outras potências que não haviam participado do conflito, o residente em Paris daria razão à postura hesitante do Regente.⁶⁰

Como havia ocorrido o bloqueio ao avanço francês em Flandres, anos antes, aconteceria uma ação continental composta pelo Império e pela Espanha, para ajudar a Holanda. Com isso, o conflito se

⁵⁶ Carta de D'Auberville ao governo de Paris (1672). AMAE, Correspondance de Portugal, vol. 12, fls. 31v-32.

⁵⁷ Carta de Guénégaud ao governo de Paris (1676). AMAE, Correspondance de Portugal, vol. 15, fl. 41.

⁵⁸ Lucien Bély. *La France au XVIIe siècle. Puissance de l'État, contrôle de la société*. Paris, PUF, 2009, p. 611.

⁵⁹ Ana Maria Homem Leal de Faria. *Os cadernos de Duarte Ribeiro de Macedo. Correspondência diplomática de Paris (1668-1676)*, Lisboa, Ministério dos Negócios Estrangeiros, 2007, pp. 690-694.

⁶⁰ *Apud* Ana Maria Homem Leal de Faria. *Os cadernos de Duarte Ribeiro de Macedo. Correspondência diplomática de Paris (1668-1676)*, Lisboa, Ministério dos Negócios Estrangeiros, 2007, pp. 700 e 706, respectivamente.

generalizaria a partir de 1673, sob mútuas acusações de tratados anteriores infringidos, como os de Westphália e Pireneus.⁶¹

Todavia, a guerra passaria por alterações no ano de 1674. A Inglaterra havia firmado um acordo separado de paz com a Holanda, o que motivaria o isolamento francês. Em decorrência disso, a Monarquia cristianíssima insistia numa aliança com o governo de Lisboa. Para alguns ministros de D. Pedro, esta aliança deveria ser cogitada, dada a ameaça espanhola, com a conjura de 1673.⁶²

Com a assinatura da paz na Península Ibérica e o reconhecimento do Papado da nova dinastia, era esperado que Portugal afirmasse suas posições no cenário europeu como Reino independente. Contudo, faltava dinheiro para sustentar representações diplomáticas, inclusive nas principais cortes européias, assim como vontade política para uma intervenção contundente em questões internacionais, como a Guerra da Holanda. Caso houvesse tomado partido no conflito, Portugal poderia ter discutido novamente as condições do tratado com as Províncias Unidas, com o auxílio francês, podendo reaver colônias no Oriente e reduzir as dívidas da guerra.

Em 1675, foram iniciadas as conversas para a paz, cogitando-se a mediação portuguesa para finalizar o conflito. Duarte Ribeiro de Macedo acreditava que se Portugal mediasse a paz no Congresso de Nimègue, poderia assim alcançar um lugar de relevo na diplomacia européia, já que havia perdido a oportunidade de compor aliança com a França durante a guerra. Mesmo na corte lisboeta, pensava-se que o Reino não poderia se manter indiferente, dado um acontecimento que agitava toda a Europa.⁶³

A hesitação de D. Pedro sobre o assunto durou cerca de um ano. Quando finalmente o Regente ofereceu a Luís XIV a sua mediação no congresso, ela não foi bem aceita. Como Portugal não tivera qualquer participação na guerra, e tendo chegado a sua ajuda tardiamente, a ação portuguesa não surtiu nenhum efeito. Duarte Ribeiro de Macedo já havia se despedido de sua representação em Paris, não havendo nenhum enviado português na corte francesa no momento em que D. Pedro escreveu ao Rei Cristianíssimo.⁶⁴ Tal ocorrência demonstra, mais uma vez, a falta de preparo da diplomacia portuguesa, evidente na falta de sincronia entre o governo de Lisboa e seus representantes diplomáticos nas cortes estrangeiras. As negociações portuguesas pareciam se basear num constante improviso, bem como na falta de visão e planejamento estratégicos, ao contrário do que se verificava na França, por exemplo.

⁶¹ Ibidem, pp. 707-708.

⁶² Ibidem, p. 715.

⁶³ Ana Maria Homem Leal de Faria. *Os cadernos de Duarte Ribeiro de Macedo. Correspondência diplomática de Paris (1668-1676)*, Lisboa, Ministério dos Negócios Estrangeiros, 2007, pp. 728-729.

⁶⁴ Ibidem, pp. 733-734.

Mesmo com a negativa de espanhóis, holandeses e ingleses, acerca da mediação portuguesa, parecia conveniente mandar um representante luso ao Congresso de Nimègue, ainda que não houvesse um consenso a respeito da posição que deveria ser adotada. Uma minoria dos ministros de D. Pedro era favorável ao apoio à França, enquanto os demais tendiam a um alinhamento com a Inglaterra, o que descontentava o embaixador francês em Lisboa. Além disso, as dificuldades econômicas do Reino acabaram impedindo o envio de um representante nobilitado ao congresso, visto que Francisco de Mello, embaixador em Londres, condicionava a sua ida a Nimègue à concessão de um título de nobreza e ao aumento de suas mesadas.⁶⁵ Logo, Portugal não teria representante nas negociações de paz, que foi assinada em setembro de 1678, compreendendo primeiramente a França, as Províncias Unidas e a Espanha. No ano seguinte, seria estabelecida a paz geral, envolvendo também o Império. A França conservaria o Franco Condado e as fronteiras com os Países Baixos seriam alteradas, com a devolução de algumas praças e a conservação de outras, que garantiriam a defesa, principalmente dos caminhos que levavam a Paris. A partir da paz de Nimègue, a hegemonia militar francesa se consolidaria, concretizando a sua estratégia defensiva. Ao invés de empreender fortificações na cidade, Paris seria defendida pelos fortes construídos nas fronteiras norte e nordeste da França, como o de Lille (1667) e Estrasburgo (1681).⁶⁶

No tocante à guerra contra a Holanda, houve outro episódio na corte de Lisboa que gerou um mal estar entre os representantes do Rei Cristianíssimo. O padre De Villes teria escrito uma carta afirmando que a França "castigava" os holandeses e o faria da mesma forma com Portugal, por terem recusado os portugueses a liga ofensiva contra a Holanda. Estaria o confessor de Maria Francisca buscando defender os interesses portugueses? Ou o confessor, como condutor de consciências, estaria influenciando a Rainha, a fim de que esta se posicionasse definitivamente a favor de Portugal? Sendo o padre De Villes francês, o enviado de Luís XIV buscava entender a motivação de sua conduta contra a própria França. D'Aubeville aponta que se deveria ter cuidado para que a má conduta do padre De Villes não contaminasse o ânimo da Rainha.⁶⁷

Apesar do temor que havia em Lisboa em torno da figura de Maria Francisca de Sabóia, no que concerne à influência francesa que poderia estender sobre o governo de D. Pedro, e ao conseqüente favorecimento

⁶⁵ Ibidem, p. 736.

⁶⁶ Conforme Béranger, tal estratégia teria implicado no abandono da guerra de movimento, a fim de diminuir os custos com as armadas. Jean Béranger. Capítulo 8. Lucien Bély, André Courvisier e Jean Béranger. *Guerre et paix dans l'Europe au XVII^e siècle*. Paris, SEDES, 1991, p. 342.

⁶⁷ Carta de D'Aubeville ao governo de Paris (1672). AMAE, Correspondance de Portugal, vol. 12, fl. 96.

da Monarquia cristianíssima, justificada nos primeiros tempos de sua presença em Portugal, a Rainha adotou, com o passar dos anos, uma postura mais próxima à realidade portuguesa. Isto contradiria, em certo sentido, a sua função de agente de Luís XIV. É possível perceber tal conduta a partir da correspondência diplomática francesa, na qual constam inúmeras cartas a respeito da posição adotada pela Rainha. Esta mudança de comportamento pode ter sido decorrente da saída de seus principais conselheiros de Lisboa – Verjus e Saint Romain – e até mesmo da desconfiança de Luís XIV a respeito da eficiência do governo de D. Pedro e da própria atuação de Maria Francisca em favor da França. Conforme apontado acima, o seu confessor também pode ter sido uma peça importante na mudança de rumo das relações entre a Rainha e os representantes do Rei Cristianíssimo na corte lisboeta.

Se Maria Francisca não colaborou, conforme o esperado, com a ofensiva diplomática francesa em Portugal, outra francesa que residia na corte esteve envolvida nesta rede, que buscava garantir o apoio luso aos interesses franceses, tutelando a política do Príncipe D. Pedro. D'Aubeville pôde contar com a ajuda de madame D'Harcourt, a duquesa de Cadaval, segunda esposa do duque e de origem francesa, na Casa de Lorena. Tendo chegado a Lisboa em meados de 1671, esta consistiu na principal agente francesa em Portugal até sua morte, em 1674. A correspondência diplomática evidencia que houve uma larga participação da duquesa de Cadaval nas negociações francesas em Lisboa, numa época em que o próprio duque liderava o partido francês na corte. D'Aubeville afirma, em abril de 1672, que a duquesa demonstrava o seu zelo em favor do serviço do Rei Cristianíssimo, podendo-se concluir que ela integrava a rede de informações francesas em Lisboa, defendendo assim os interesses da Monarquia cristianíssima.⁶⁸ A duquesa de Cadaval já teria inclusive alertado D'Aubeville sobre o padre De Villes, que poderia se tornar uma pessoa perigosa, diante do ocorrido que envolvera críticas à política de Luís XIV.⁶⁹ De acordo com indícios presentes na correspondência diplomática, a duquesa de Cadaval estaria a par do que ocorria no Conselho de Estado de Portugal, além de ter conhecimento do que se passava nas conferências do Rei com outros enviados diplomáticos, passando as informações que obtinha ao embaixador francês.⁷⁰

As tentativas dos representantes franceses em Lisboa de se reaproximar do Regente tinham o intuito, por exemplo, de assegurar seu

⁶⁸ Carta de D'Aubeville ao governo de Paris (1672). AMAE, Correspondance de Portugal, vol. 12, fls. 89-89v. Luís XIV foi padrinho da primeira filha do duque de Cadaval, com sua esposa francesa, assim como da Princesa D. Isabel.

⁶⁹ Carta de D'Aubeville ao governo de Paris (1672). AMAE, Correspondance de Portugal, vol. 12, fls. 96-97.

⁷⁰ Carta de D'Aubeville ao governo de Paris (1672). AMAE, Correspondance de Portugal, vol. 12, fl. 112.

apoio para as campanhas militares nos Países Baixos. Além disso, procuravam marcar um posicionamento forte contra a Espanha, observando a relação de D. Pedro com os demais embaixadores, sobretudo ingleses e espanhóis. Havia entre os franceses o receio do afastamento de Portugal e a necessidade de conhecer as reais intenções portuguesas em relação ao vizinho da Península Ibérica, ou seja, se D. Pedro poderia fazer algo contra o governo de Madri. Em relação ao enviado inglês, havia um alerta, pois ele mantinha conferências freqüentes com o secretário de Estado de Portugal.⁷¹

Em 1672, chegou um novo representante da Monarquia hispânica a Lisboa: o conde de Humanes. Em pouco tempo, ele já se encontrava em boas relações com parte da fidalguia que residia na cidade, sendo que muitos fidalgos passaram a freqüentar a sua casa. Após alguns anos de paz, o envio do embaixador Humanes a Portugal tinha o objetivo de tirar proveito das disputas palacianas, bem como da fragilidade da autoridade estabelecida pelo Príncipe D. Pedro. Conforme apontado acima, os representantes de cortes estrangeiras observavam atentamente o desenrolar dos negócios nos locais onde residiam.

O marquês de Gouveia continuava como embaixador em Madri. E tendo conhecimento do teor das cartas enviadas por Humanes à Rainha Mariana de Áustria, fizera diversas queixas, visto que a correspondência mencionava a contenda entre os que apoiavam D. Pedro e os partidários do Rei, os “afonsistas”. Outro fato que causou a indignação de Gouveia foi a divulgação de suas instruções em Madri, ou seja, o embaixador espanhol havia conseguido atrair aliados no governo de Lisboa, que lhes passavam tais informações. Novamente, a relativa debilidade da autoridade do príncipe causava problemas à política portuguesa. Como não havia assumido o trono de fato, não tendo sido coroado Rei, D. Pedro precisava agir como um Monarca, mas não dispunha dos referidos direitos. Luís XIV defendia que o Príncipe fosse coroado, a fim de afastar os perigos representados por Inglaterra e Espanha, enquanto a sucessão de Portugal dependia de uma jovem Princesa.⁷²

Tendo em vista a paz na Península Ibérica, Humanes deveria atrair os portugueses para a órbita espanhola, investindo contra a figura de Luís XIV e explorando a rejeição que o Rei Cristianíssimo tinha em Lisboa. O receio dos portugueses em relação à França decorria da crença de que ela fomentaria, mais uma vez, uma guerra contra a Espanha, agindo a Rainha Maria Francisca em favor dos interesses franceses. É relevante lembrar que outros representantes franceses – entre eles Saint Romain – já tinham visto sua permanência em Portugal se tornar insustentável, diante dos rumores de tutela política por parte da França.

⁷¹ Ibidem, fl. 112v.

⁷² Rafael Valladares. *A independência de Portugal, Guerra e Restauração (1640-1680)*. Lisboa, A Esfera dos Livros, 2006, pp. 327-328.

Logo, D. Pedro precisava lidar com a pressão nobiliárquica no governo, o temor da população e as ameaças espanholas.

Devido à guerra de França contra a Holanda, a ação de Humanes para compor uma nova aliança com o governo de Lisboa precisava ser breve, pois Luís XIV solicitaria reforços para a guerra a D. Pedro. Ao mesmo tempo que precisava tratar deste acordo, o embaixador espanhol continuava tendo contato com os “afonsistas”, o que vinha escandalizando o governo e seus conselheiros. Além disso, buscava minar as relações do Regente com alguns setores da nobreza, fazendo divulgar falsos rumores.⁷³

Em novembro de 1672, Maria Francisca comentava a D’Auberville que a Espanha estava realizando grandes esforços para conseguir uma nova aliança com Portugal, contra a França. Em seguida, ela mesma tranquilizaria o enviado francês, dizendo que D. Pedro não faria qualquer acordo contra a Monarquia cristianíssima, pois havia recebido dela muitos socorros e ajudas. O próprio secretário de Estado de Portugal expôs a D’Auberville as intenções de Espanha de compor uma aliança contra a França, mas que ele a havia negado e o deixava a par da situação, pelas boas intenções que tinha de permanecer com uma perfeita união com o Rei Cristianíssimo. Por outro lado, conforme um bilhete enviado pela duquesa de Cadaval ao representante francês, o Príncipe e a Rainha haviam se reunido com o embaixador de Espanha para ouvir a sua proposta, inclusive pedindo a opinião do Conselho de Estado. D’Auberville bem lembrou que o conselho se reunira num dia fora de costume. Todavia, a conversa não tinha seguido adiante, pois o enviado espanhol foi questionado a respeito do poder para celebrar o dito tratado em Lisboa, que ele não havia recebido. Como é possível perceber, a correspondência diplomática francesa indica que, mais do que Maria Francisca de Sabóia, a duquesa de Cadaval se mostrou muito influente junto aos demais agentes franceses em Lisboa, sobretudo, no tocante ao fornecimento de “informações privilegiadas” aos enviados de Luís XIV.⁷⁴

Após a confirmação do poder do conde de Humanes para celebrar o referido acordo, proposto pela Espanha, o documento foi enviado novamente ao Conselho de Estado. Conforme a Rainha, o Príncipe não o quisera aprovar, mas o conselho o havia feito. O novo tratado estabelecia a neutralidade de Portugal em relação à França e Espanha. O enviado francês destaca que quando havia questionado a Rainha sobre o assunto, ela lhe havia garantido que não seria estabelecido nenhum tratado com a Espanha. D’Auberville apontava que Luís XIV havia dado marcas de sua boa correspondência aos portugueses, enquanto estes

⁷³ Ibidem, pp. 329-330.

⁷⁴ Carta de D’Auberville ao governo de Paris (1672). AMAE, Correspondance de Portugal, vol. 12, fls. 119-122.

havam se aliado aos seus maiores inimigos. Por sua vez, a Rainha Maria Francisca replicava que Portugal não faria nada de mal contra a França.⁷⁵

No que concerne a este tratado entre os governos ibéricos, é preciso ponderar se a autoridade do Regente D. Pedro, por vezes limitada pela nobreza, havia sofrido este golpe, ao ser aprovado o tratado pelo Conselho de Estado, contra a indicação do Príncipe. Ou, ao contrário, se Maria Francisca estaria fazendo um jogo duplo, apoiando seu marido na condução de Portugal, mas buscando minimizar as consequências desta postura, a fim de não desencadear o descontentamento do Rei Cristianíssimo. Pelo que já foi exposto, parece que Maria Francisca foi mudando o rumo de sua posição na corte de Lisboa, adequando-a aos seus interesses e vivência em Portugal, em detrimento de sua fidelidade ao seu primo Luís XIV. Em contrapartida, a duquesa de Cadaval enviava correspondência direta a Luís XIV, demonstrando a sua grande dedicação aos interesses do Rei Cristianíssimo. Mesmo sendo grande este zelo, ela afirmava que poderia aumentá-lo, permanecendo no auxílio ao representante francês em Portugal.⁷⁶

Tentando mais uma vez demonstrar sua fidelidade aos interesses franceses, a Rainha Maria Francisca afirmou a D'Auberville que faria o possível para conseguir que os principais ministros de Portugal tivessem apenas uma frouxa participação política, a fim de não causar empecilhos à política que deveria ser adotada, de acordo com as diretrizes de Paris. O representante francês na corte lisboeta creditava a dificuldade verificada no Príncipe, para decidir sobre determinados assuntos, ao seu espírito tímido, sugerindo certa fraqueza de D. Pedro no poder. Conforme Duarte Ribeiro de Macedo, residente em Paris, quando retornou à corte de Luís XIV, o mesmo D'Auberville demonstrou respeito por D. Pedro, mas teria dito aos ministros do Rei Cristianíssimo que o governo de Lisboa "era lento e irresoluto, sem nenhuma atenção ou cuidado aos negócios do tempo, sobre que não havia que esperar dela a maior parte da nobreza do reino tinha a inclinação castelhana."⁷⁷

Já no início de 1673, no mês de janeiro, D'Auberville expunha à Rainha que a coroação de D. Pedro se mostrava muito importante, pois, apenas dessa forma, ele conseguiria afirmar o seu Estado, a sua

⁷⁵ Carta de D'Auberville ao governo de Paris (1672). AMAE, Correspondance de Portugal, vol. 12, fls. 126-127v.

⁷⁶ Carta de D'Auberville ao governo de Paris (1672). AMAE, Correspondance de Portugal, vol. 12, fl. 121.

⁷⁷ Carta de D'Auberville ao governo de Paris (1672). AMAE, Correspondance de Portugal, vol. 12, fls. 133-133v. *Apud* Ana Maria Homem Leal de Faria. *Os cadernos de Duarte Ribeiro de Macedo. Correspondência diplomática de Paris (1668-1676)*, Lisboa, Ministério dos Negócios Estrangeiros, 2007, p. 497. Novamente, aparece tal visão a respeito de D. Pedro, sendo incompreensível aos olhos dos franceses a sua conduta à frente do Reino, de certo modo, dependente da nobreza que integrava seus ministérios e conselhos.

autoridade sobre o Reino e a sua fortuna, sendo esta a opinião do Papa e também de Luís XIV.⁷⁸ Dois meses depois, o enviado francês teve a oportunidade de perguntar à Rainha sobre a possível coroação de D. Pedro. Ela lhe respondeu que isso ainda não seria tratado, e que apenas adiante falaria sobre o assunto. A França tinha interesse na coroação do Príncipe Regente para afastar qualquer manobra de Madri de destituí-lo do governo. Na mesma ocasião, D'Aubeville também perguntou acerca de novas investidas espanholas para fazer uma liga com Portugal. A Rainha se manteve hesitante, o que deixou o enviado francês desconfiado. Por isso, D'Aubeville escreveu à duquesa de Cadaval sobre o assunto.⁷⁹

O representante de Luís XIV conta que foi avisado pela duquesa, em março de 1673, que um religioso havia procurado o Príncipe, para avisar que haveria planos de restituir D. Afonso ao trono português. Isso lhe havia sido confessado por um homem. Como se supunha, este tema era de caráter secretíssimo, algo que nem mesmo o Conselho de Estado tinha conhecimento. D'Aubeville afirma que, em conversa com a Rainha, esta havia dito que os desígnios da Espanha em relação a Portugal não eram bons. O interesse na composição da aliança seria apenas minar o governo de D. Pedro.⁸⁰

A evidente inclinação de Humanes para o lado afonsista causava um crescente mal estar em Lisboa, ao que se somou o boato de que D. Afonso seria libertado e restituído ao trono. Em setembro de 1673, houve várias prisões, a partir das quais se descobriu que havia planos de uma conjura contra D. Pedro, que este seria assassinado, e seu irmão depois de livre seria reconduzido a Lisboa. Surgiu ainda o rumor de que D. Afonso se casaria com Mariana de Áustria. O grupo de detidos reunia pessoas de diferentes condições sociais, inclusive da fidalguia.⁸¹

A duquesa de Cadaval permanecia fornecendo informações ao enviado francês, tendo lhe avisado sobre a preparação da conjura contra D. Pedro e a Rainha Maria Francisca, empreendida pelo governo de Madri, o Rei da Inglaterra e D. Afonso. A correspondência de D'Aubeville a Paris expõe que, conforme papéis e cartas a respeito da conjuração, após a morte de D. Afonso, o Reino ficaria a cargo da Espanha, enquanto as possessões ultramarinas passariam à Inglaterra.⁸²O

⁷⁸ Carta de D'Aubeville ao governo de Paris (1673). AMAE, Correspondance de Portugal, vol. 12, fl. 143v.

⁷⁹ Carta de D'Aubeville ao governo de Paris (1673). AMAE, Correspondance de Portugal, vol. 12, fl. 178v.

⁸⁰ Carta de D'Aubeville ao governo de Paris (1673). AMAE, Correspondance de Portugal, vol. 12, fls. 172 e 197.

⁸¹ Rafael Valladares. *A independência de Portugal, Guerra e Restauração (1640-1680)*. Lisboa, A Esfera dos Livros, 2006, p. 334.

⁸² Cópia de uma carta de Lisboa (1673). AMAE, Correspondance de Portugal, vol. 12, fls. 233-233v.

acompanhante da câmara de D. Afonso, em viagem de Londres à Ilha Terceira, onde o Rei estava preso, teria sido flagrado com cartas do Rei da Inglaterra e de D. Afonso, sobre a sua restituição ao trono, bem como da cessão que faria dos territórios portugueses fora da Europa à Inglaterra.⁸³ O apoio inglês à conjura poderia abalar a relação de D. Pedro com Carlos II, apesar da aliança firmada entre Portugal e Inglaterra. Valladares aponta que isso poderia ser decorrência de boatos que circularam na época, divulgados por espanhóis.⁸⁴ Refletindo sobre o interesse francês em atrair Portugal para uma nova aliança contra a Espanha, parece ser mais provável que este tipo de rumor – se de fato tratou-se apenas disto – tenha sido iniciado pelos próprios franceses, visto que os espanhóis não teriam utilidade alguma nisso.

D'Aubeville afirma que todos os órgãos de Justiça e da cidade de Lisboa reiteraram a fidelidade ao Príncipe, após a descoberta dos planos da conjura. Maria Francisca havia pedido ao representante francês segredo sobre o envolvimento da Inglaterra na conjura. De acordo com a duquesa de Cadaval, a Rainha estaria muito alarmada com tudo isso.⁸⁵

A apuração acerca da conjura concluiu que o conde de Humanes havia sido o líder dos conjurados, tendo motivado os descontentes com a política do Príncipe Regente a se levantar:

Uma vez que Madri tinha procurado tirar partido desta debilidade, optando por fomentar o descontentamento mediante subornos e promessas, o setor que se opunha a D. Pedro resolveu arriscar e avançar para o desconhecido, sobretudo depois de saber que contava com a simpatia do governo espanhol.⁸⁶

O objetivo do movimento seria mesmo tirar D. Pedro do governo, retornando D. Afonso a Lisboa, para que seu Reinado fosse dominado pela Espanha. Com isso, o embaixador em Madri, marquês de Gouveia foi chamado de volta ao Reino, ainda que a prisão de Humanes – diante de toda a sua audaciosa ação – não tenha sido efetuada. Por sua vez, o embaixador espanhol tentava retornar a Madri, reiterando a sua inocência. O Conselho de Estado espanhol não permitiu que Humanes abandonasse a embaixada, até que seu substituto chegasse a Lisboa. Além disso, o dito conselho escreveu a D. Pedro, criticando a postura do marquês de Gouveia, a fim de se eximir da responsabilidade pelos últimos acontecimentos na corte lisboeta. Em resposta, o Príncipe enviou tropas à fronteira, aumentando assim a tensão na península.⁸⁷

⁸³ Ibidem, vol. 12, fl. 235v.

⁸⁴ Rafael Valladares. *A independência de Portugal, Guerra e Restauração (1640-1680)*. Lisboa, A Esfera dos Livros, 2006, p. 335.

⁸⁵ Cópia de uma carta de Lisboa (1673). AMAE, Correspondance de Portugal, vol. 12, fls. 237-238.

⁸⁶ Rafael Valladares. *A independência de Portugal, Guerra e Restauração (1640-1680)*. Lisboa, A Esfera dos Livros, 2006, p. 339.

⁸⁷ Ibidem, pp. 335-337.

Valladares analisa a conjura de 1673 como um movimento “anti-governamental”, motivado por uma oposição comum de vários grupos, “mas com um denominador comum: o mal-estar provocado pela política levada a cabo pelo regime imposto em 1667.” Desse modo,

Protagonizaram a contestação, antes de mais, os membros da facção dos “afonsistas”, privados do favor político depois da queda de Castelo Melhor; protestavam, também, os nobres desmilitarizados depois de um conflito com quase três décadas de duração; queixosos estavam, igualmente, a Igreja e o Santo Ofício, que olhavam com receio para a aproximação entre a coroa e os cristãos-novos; quanto ao povo, também estava irado perante a possibilidade de que a política pró-francesa atribuída a Maria Francisca pudesse arrastar Portugal para outra guerra contra Madri. Por último, existe a possibilidade de que alguns dos portugueses exilados em Castela apoiassem a conjura.⁸⁸

Em carta de Luís XIV a D'Auberville, de outubro de 1673, a respeito da tentativa de golpe que os portugueses haviam sofrido, com o auxílio do governo de Madri, o Monarca apontava que “eles não estarão jamais em inteira segurança contra as cabalas e o ódio secreto da corte de Madri.”⁸⁹ Diante dos acontecimentos verificados em Lisboa, D'Auberville se esforçava para renovar a aliança com Portugal, com o intuito de combater a Espanha. As relações entre os governos de Lisboa e Paris não se encontravam nos seus melhores momentos – devido ao descontentamento de parte dos portugueses com a pretensa influência francesa sobre o governo de D. Pedro – e esta seria a oportunidade para uma reaproximação. Luís XIV justamente tentava persuadir o Príncipe a tomar as armas contra a Espanha, após a ocorrência da conjuração que tentou restabelecer D. Afonso ao governo. No entender do Rei Cristianíssimo, a ação da Espanha seria passível de uma “vingança legítima”.⁹⁰

Diante do constrangimento causado pela descoberta da conjura contra D. Pedro executada pela Espanha, Madri enviou o abade Masseratti, em caráter extraordinário, para retomar as conversas com o Príncipe Regente. Era preciso reiterar a paz entre os Reinos ibéricos. Desde a descoberta da conjura, o Príncipe não mais recebera o embaixador espanhol em Lisboa. “A insistência dos ministros de D. Pedro em ver Humanes o responsável pelos distúrbios foi motivado pelo desejo de esconder o fato de, na origem daquele novo golpe de estado – o terceiro desde 1640 – se encontrar o mal-estar contra o

⁸⁸ Ibidem, pp. 337-338.

⁸⁹ Carta de Luís XIV a D'Auberville (1673). AMAE, Correspondance de Portugal, vol. 11, fl. 104.

⁹⁰ Poder do Rei de França a D'Auberville para fazer um tratado de liga com o Príncipe e a Rainha de Portugal, contra a Espanha. AMAE, Correspondance de Portugal, vol. 11, fl. 110-111v.

regime”.⁹¹Ciente da chegada do enviado extraordinário espanhol, D’Auberville escreveu a duquesa de Cadaval para que ela persuadisse a Rainha e o Príncipe a não receberem Masseratti. Sugerindo a recusa do representante de Madri, o francês informava que isso não representaria necessariamente uma declaração de guerra ao Reino vizinho, como desejaria o Rei Cristianíssimo.⁹²

Mesmo tendo prometido à Rainha que não receberia o abade Masseratti, D. Pedro pretendia fazê-lo, e isso foi avisado ao enviado francês pela duquesa de Cadaval. Diante disto, D’Auberville se dirigiu ao Príncipe, argumentando que ele não deveria receber o enviado de Espanha, a fim de preservar a reputação do Reino: toda a Europa tinha conhecimento de que os espanhóis haviam liderado uma conjura contra ele. A segurança do Reino deveria ser considerada, visto que essa postura poderia acarretar maior fragilidade à política de Portugal, estando sujeito a outras ocorrências perigosas. Dois meses após a descoberta da conjura, ao contrário do que se acreditava, a Rainha dizia a D’Auberville que não havia provas da liderança de Espanha na conjura contra D. Pedro. Possivelmente, este havia sido o argumento encontrado pelo próprio Príncipe para receber o enviado do Reino vizinho, apesar do mal estar estabelecido.⁹³

Nos meses seguintes, os representantes espanhóis atuavam com o objetivo de firmar um novo tratado com Portugal e, em abril de 1674, as negociações já se encontravam avançadas. A respeito disso, D’Auberville manifestava que, "a insolência dos espanhóis era extrema". Em seguida, na sua correspondência a Paris, o enviado francês expõe algo bastante importante: "a duquesa de Cadaval me deu a liberdade de falar a ela em todo caso, para que ela mesma fizesse algumas reflexões à rainha."⁹⁴ Sendo assim, não há como questionar o papel da duquesa na rede de informações francesa em Lisboa, atuando junto à Rainha, valendo-se da amizade que estabelecera com Maria Francisca.

Em meio a estas tentativas, de espanhóis e franceses, de buscar preeminências na corte lisboeta, os representantes de Luís XIV perderam uma importante aliada, com a morte da duquesa de Cadaval. Em correspondência enviada a Paris, datada de junho de 1674, D’Auberville informa sobre a morte da duquesa, decorrente de complicações no seu segundo parto. Essa foi a segunda esposa do duque, a primeira de

⁹¹ Rafael Valladares. *A independência de Portugal, Guerra e Restauração (1640-1680)*. Lisboa, A Esfera dos Livros, 2006, p. 339.

⁹² Carta de D’Auberville ao governo de Paris (1673). AMAE, Correspondance de Portugal, vol. 12, fls. 245-246v.

⁹³ Carta de D’Auberville ao governo de Paris (1673). AMAE, Correspondance de Portugal, vol. 12, fls. 250v-254v.

⁹⁴ Carta de D’Auberville ao governo de Paris (1674). AMAE, Correspondance de Portugal, vol. 13, fls. 72-72v.

origem francesa.⁹⁵ D'Aubeville destaca o importante papel que a duquesa desempenhou na política da corte lisboeta, junto a Maria Francisca e ao seu marido. Ele aponta ainda que a duquesa sempre o fez acreditar que Cadaval não sabia do que se passava entre ela e o representante francês, ou seja, dos contatos políticos que mantinham, tendo em vista os interesses da França. No entanto, D'Aubeville acreditava que o duque tinha conhecimento sim das informações que sua esposa lhe fornecia.⁹⁶

Com a perda de sua segunda esposa, o duque buscava mais uma vez um matrimônio na França, o que serviria de consolo também a Rainha Maria Francisca. Apenas alguns dias após a morte da duquesa, D'Aubeville já conversava com a Rainha a respeito do próximo casamento do duque de Cadaval, pensando justamente em sugerir um matrimônio com uma francesa, antes que os espanhóis oferecessem uma candidata. A Rainha concordou, inclusive de tentar negociar o matrimônio com a irmã da falecida esposa do duque. No dia seguinte, o próprio duque foi falar com D'Aubeville a respeito do matrimônio, e pediu ao enviado francês que escrevesse a corte de Paris para dar prosseguimento às negociações.⁹⁷

Além disso, D. Pedro cuidava para que a Rainha Mariana de Áustria não oferecesse uma esposa a Cadaval pertencente à nobreza espanhola. Sendo assim, também no tocante à nobreza portuguesa, verifica-se o esforço de Espanha e França para estender suas influências na corte de Lisboa.⁹⁸ Conforme Saint Romain, mais do que se vincular a outras casas reinantes da Europa, o duque de Cadaval queria mesmo era unir sua linhagem à Casa de Bragança.⁹⁹

D'Aubeville aponta que, com a morte da duquesa de Cadaval, Maria Francisca acabou se reaproximando do padre De Villes. Desse modo, o confessor aumentava a influência sobre ela, crescendo também a confiança que a Rainha depositava no padre. Até então, este cargo de confiança da Rainha havia sido da duquesa de Cadaval. Conforme o enviado francês, enquanto esteve viva a duquesa, Maria Francisca se encontrava com o padre apenas para se confessar. Após a morte da duquesa, o próprio padre procurava a Rainha e permanecia com ela cerca de três a quatro horas por dia. D'Aubeville afirma, diante disto, que "esta assiduidade do padre era perigosa, pois ele não era favorável aos

⁹⁵ O primeiro casamento do duque de Cadaval foi com D. Maria de Faro, da Casa de Odemira.

⁹⁶ Carta de D'Aubeville ao governo de Paris (1674). AMAE, Correspondance de Portugal, vol. 13, fls. 92-92v.

⁹⁷ Carta de D'Aubeville ao governo de Paris (1674). AMAE, Correspondance de Portugal, vol. 13, fls. 93-93v.

⁹⁸ Carta de monsieur de Pomponne a D'Aubeville (1674). AMAE, Correspondance de Portugal, vol. 11, fl. 143.

⁹⁹ Pedro Cardim e Ângela Barreto Xavier. *D. Afonso VI*. Lisboa, Círculo de Leitores, 2006, p. 262.

negócios de França".¹⁰⁰ Desde 1672, D'Aubeville mantinha suas desconfianças acerca da conduta do padre De Villes, mas acreditava que sua influência sobre a Rainha havia se tornado menos preocupante. De qualquer modo, a posição política do confessor da Rainha se revelava ruim ou maldosa e, por conta disso, ele deveria ser observado, a fim de impedir qualquer prejuízo à política do Rei Cristianíssimo.¹⁰¹

Comentando a perda da esposa do duque, D'Aubeville o lembrou que o Rei Cristianíssimo havia proporcionado a ele um matrimônio na França. Portanto, estando viúvo, o duque poderia demonstrar também a sua bondade e correspondência, desposando novamente uma francesa. Cadaval respondeu ao francês que tinha sim a intenção de se unir a uma francesa, por ser também um humilde servidor de Luís XIV. Maria Francisca também se empenhava para que Cadaval se casasse novamente na França. Havia então duas pretendentes: mademoiselle D'Elboeuf e mademoiselle D'Harcourt, cunhada do duque. Mas ambas acabaram se recolhendo a conventos, dedicando-se à vida religiosa. No final, Cadaval se casaria com mademoiselle D'Armagnac, prima de sua falecida esposa.¹⁰²

A respeito da liga entre Portugal e França, D'Aubeville afirmava que o Príncipe já não dava mais sinais de que entraria numa liga contra a Espanha, assim como não faria nenhum ataque ao Reino vizinho.¹⁰³ Este posicionamento de D. Pedro aponta no sentido da neutralidade adotada durante sua Regência e Reinado.

Em setembro de 1674, um ano após a conjura que buscou restituí-lo ao trono, D. Afonso retornou a Lisboa, tendo deixado a prisão nos Açores. Chegando ao porto, ele foi conduzido a Sintra, com uma cavalaria conduzida pelo duque de Cadaval. A cidade, nas proximidades de Lisboa, não tinha contato com o mar. Mesmo assim, havia fortalezas no litoral próximo, na cidade de Cascais, o que melhor garantiria a segurança do Rei, em comparação à sua permanência na Ilha Terceira. D'Aubeville acreditava que a presença de D. Afonso no Reino daria mais condições aos mal intencionados de fazer algo contra o Regente novamente, tentando restituir o Rei ao trono.¹⁰⁴

¹⁰⁰ Carta de D'Aubeville ao governo de Paris (1674). AMAE, Correspondance de Portugal, vol. 13, fls. 133-133v.

¹⁰¹ Carta de D'Aubeville ao governo de Paris (1674). AMAE, Correspondance de Portugal, vol. 12, fls. 137-137v.

¹⁰² Carta de D'Aubeville ao governo de Paris (1674). AMAE, Correspondance de Portugal, vol. 13, fls. 133v-134. Ana Maria Homem Leal de Faria. *Os cadernos de Duarte Ribeiro de Macedo. Correspondência diplomática de Paris (1668-1676)*, Lisboa, Ministério dos Negócios Estrangeiros, 2007, p. 124.

¹⁰³ Carta de D'Aubeville ao governo de Paris (1674). AMAE, Correspondance de Portugal, vol. 13, fl. 139v.

¹⁰⁴ Ibidem, fls. 141v-143v. Pedro Cardim e Ângela Barreto Xavier. *D. Afonso VI*. Lisboa, Círculo de Leitores, 2006, p. 248.

Em 1675, chegou a Portugal outro enviado de Luís XIV, também em caráter extraordinário: monsieur de Guénégaud. O papel que deveria desempenhar em Lisboa seria descobrir o progresso que poderia haver na facção de Espanha. A sua presença ainda ajudaria a Rainha, para que os pró-espanhóis não causassem grandes transtornos a ela, nem a sua ruína. Diante da cabala feita contra D. Pedro, a França acreditava que a Espanha continuaria a sua ofensiva para estender seu domínio sobre o governo de Lisboa. Por outro lado, pensava-se que a nova esposa do duque de Cadaval também desempenharia um importante serviço ao Rei Cristianíssimo, sobretudo, se conseguisse marcar uma presença forte ao lado de Maria Francisca. O papel da nova duquesa de Cadaval seria acertar ou pautar a conduta da Rainha, a fim de promover a sua aproximação com os principais ministros do Reino e o secretário de Estado. A duquesa seria instruída por D'Auberville, que permaneceu em Lisboa, mesmo após a chegada de Guénégaud. Entretanto, a nova duquesa não ocuparia a função política que tivera a sua antecessora.¹⁰⁵

D'Auberville continuava insatisfeito com a condução do confessor junto a Maria Francisca. Esta situação, ao que parece, acabou por estremecer a sua relação com a Rainha. O próprio padre De Villes havia escrito uma carta ao confessor de Luís XIV, afirmando que a Rainha o havia pedido para testemunhar a satisfação dela com a sua condução e presença na corte de Lisboa. Tendo chegado há pouco tempo a Portugal, Guénégaud foi instruído a não entrar nestes assuntos diretamente com o padre De Villes, mas deveria sim conquistar a sua confiança.¹⁰⁶

Guénégaud, informando ao governo de Paris sobre sua chegada a Lisboa, destacava o estranhamento do clima e do calor. Na correspondência, ele também comentava o encontro que teve com o padre De Villes, além da dificuldade encontrada por D'Auberville nas suas relações com os nobres e ministros de D. Pedro, nos últimos dezoito meses, desde a conjura que tentou restituir D. Afonso ao trono. Tal situação seria decorrente da desconfiança acerca dos enviados de Luís XIV em Lisboa. Muitos membros na nobreza preferiam que a política portuguesa se alinhasse à Espanha. Logo, ele comenta que a situação bastante inoportuna dificultaria o seu serviço ao Rei Cristianíssimo.¹⁰⁷

Comentando sobre uma audiência com a Rainha, Guénégaud afirmou que ela tinha se mostrado sensível a uma aproximação com os

¹⁰⁵ Memória do Rei de França, para servir de instrução a monsieur de Guénégaud, em Portugal, na qualidade de enviado extraordinário (1675). AMAE, Correspondance de Portugal, vol. 13, fls. 261v-262v

¹⁰⁶ Memória do Rei de França, para servir de instrução a monsieur de Guénégaud em Portugal, na qualidade de enviado extraordinário (1675). AMAE, Correspondance de Portugal, vol. 13, fls. 263-263v.

¹⁰⁷ Carta de Guénégaud ao governo de Paris (1675). AMAE, Correspondance de Portugal, vol. 13, fls. 308-308v.

enviados franceses. Ainda conforme ele, Maria Francisca havia dito que as mostras de sua confiança dadas a Luís XIV eram verdadeiras, pois ela reiterava que os interesses dos dois estados continuavam unidos. Isso parece demonstrar que Maria Francisca estava cada vez mais envolvida com a realidade portuguesa, buscando conciliar, na medida do possível, os interesses de Portugal e França. Guénegaud respondeu à Rainha que sabia que os interesses de ambos os Reinos caminhavam juntos, mas que a coisa mais agradável que ela poderia fazer a Luís XIV seria justamente convencer os ministros portugueses disto, inspirando-os com este sentimento, acerca da proximidade dos interesses franceses e portugueses.¹⁰⁸

Luís XIV, além das evidências expostas sobre as tentativas de estabelecer uma tutela política no governo de Lisboa, alimentava também interesses de cunho econômico. Em Lisboa, havia um grupo composto por seus súditos, denominado “nação francesa”. Este grupo reunia os comerciantes franceses que trabalhavam em determinado porto ou cidade. O cônsul era o chefe da nação francesa, encarregado dos atos oficiais. Juridicamente, a nação francesa compunha um corpo, uma comunidade com seus direitos, regras, oficiais e privilégios.¹⁰⁹ Conforme o governo de Paris, a nação francesa em Lisboa deveria possuir os mesmos privilégios que os demais estrangeiros na corte portuguesa, conforme os tratados assinados, como o de 1667, que asseguraria os mesmos direitos comerciais de ingleses e holandeses em Portugal.¹¹⁰

Diante disto, o governo de Paris orientaria seus representantes diplomáticos em Lisboa a solicitar o envio de cônsules franceses ao Brasil. O argumento utilizado era justamente que as demais potências, Inglaterra e Holanda, possuíam seus representantes comerciais na colônia. Na correspondência diplomática francesa, o primeiro registro destas instâncias ao governo de Lisboa data de outubro de 1672. A referida carta, abordando a questão do comércio, aponta que Luís XIV queria o estabelecimento de franceses no Brasil, e que tal proposta já havia sido feita ao Príncipe Regente, tendo sido enviada ao Conselho de Estado. Antes de consentir ao pedido francês, o governo de Lisboa esperava receber informações da colônia, a respeito da possibilidade de permitir a permanência de um cônsul francês no Brasil, pois seria necessário analisar se isso acarretaria algum prejuízo ao serviço da Monarquia. Como essa medida levaria muito tempo a ser definida, retardando a conclusão do pedido da Coroa francesa, D’Aubeville

¹⁰⁸ Carta de Guénegaud ao governo de Paris (1675). AMAE, Correspondance de Portugal, vol. 13, fls. 313v-314.

¹⁰⁹ Jean-François Labourdette. *La nation française a Lisbonne de 1669 a 1790*. Paris, Fondation Calouste Gulbenkian, Centre Culturel Portugais, 1988, pp. 21-22.

¹¹⁰ Carta de D’Aubeville ao governo de Paris (1673). AMAE, Correspondance de Portugal, vol. 12, fls. 171v. Jean-François Labourdette. *La nation française a Lisbonne de 1669 a 1790*. Paris, Fondation Calouste Gulbenkian, Centre Culturel Portugais, 1988, pp. 45-46.

escreveu uma memória sobre o assunto, a fim de convencer D. Pedro, e ele mesmo afirma que agiria nesse sentido até conseguir a aprovação do Príncipe.¹¹¹

A partir do final de 1672, são constantes as instâncias feitas por D'Auberville para obter a aprovação de D. Pedro no tocante ao envio de um cônsul ao Brasil. Conforme a recorrência deste assunto na correspondência diplomática, evidencia-se a importância desta matéria para a Monarquia francesa.¹¹²

Apesar de inúmeras instâncias feitas ao secretário de Estado de Portugal, D'Auberville não percebia nenhum avanço sobre a licença para que um cônsul francês passasse ao Brasil. Conforme orientação de Colbert, ministro de Luís XIV, o representante francês tentava conseguir a todo custo tal permissão. Ele inclusive havia comentado o assunto com a Rainha, antes de se dirigir ao Príncipe.¹¹³ É compreensível que o governo de Lisboa dificultasse a concretização deste intento de Luís XIV, visto que não era interessante nem ao governo, nem aos comerciantes portugueses que isso ocorresse. Além disso, representantes holandeses e, sobretudo, ingleses poderiam levantar seus protestos contra esta medida, ainda que estivesse assegurada no tratado de 1667. Por sua vez, Colbert conduzia uma política comercial agressiva, incentivando os mercadores franceses a se lançarem nas disputas internacionais, pois para ele o comércio deveria consistir numa guerra permanente e pacífica.¹¹⁴

Após oito meses de constantes esforços de D'Auberville, finalmente as ordens a respeito do estabelecimento de um cônsul francês no Brasil foram expedidas por D. Pedro. Em seguida, o cônsul francês em Lisboa, monsieur Desgranges, foi o responsável por enviar tais ordens à colônia. Portanto, a questão do cônsul francês no Brasil foi finalizada, conforme aviso de D'Auberville ao secretário de Estado francês, em junho de 1673.¹¹⁵

As dificuldades enfrentadas por D. Pedro não foram apenas de cunho político. O Reino passava também por problemas financeiros. A respeito disso, o residente em Paris, Duarte Ribeiro de Macedo expunha que o motivo da pobreza de Portugal era decorrente da ação dos

¹¹¹ Carta de D'Auberville ao governo de Paris (1672). AMAE, Correspondance de Portugal, vol. 12, fls. 111v-112.

¹¹² Carta de D'Auberville ao governo de Paris (1672). AMAE, Correspondance de Portugal, vol. 12, fls. 133v-134.

¹¹³ Carta de D'Auberville ao governo de Paris (1673). AMAE, Correspondance de Portugal, vol. 12, fl. 170.

¹¹⁴ Lucien Bély. *La France au XVIIe siècle. Puissance de l'État, contrôle de la société*. Paris, PUF, 2009, p. 647.

¹¹⁵ Carta de D'Auberville ao governo de Paris (1673). AMAE, Correspondance de Portugal, vol. 12, fls. 200-204v.

ingleses, que lhe tiravam todo o dinheiro.¹¹⁶ Mas o representante diplomático apontava também o “remédio” para superar as dificuldades financeiras:

Grande serviço faz vossa majestade à sua pátria em se aplicar à cultura do Brasil, aonde na minha opinião (*sic*) os tesouros que a arte e a indústria podem descobrir são maiores que os que esconde a natureza...¹¹⁷

Duarte Ribeiro de Macedo acreditava ainda que uma das ações que ajudariam nesta recuperação financeira seria a produção, em Portugal, de tudo o que era importado de outros reinos.¹¹⁸

Nesse sentido, é importante perceber a consciência do enviado português sobre a situação desfavorável da economia portuguesa em relação à Inglaterra. Este prejuízo luso já era então conhecido apenas quinze anos após a assinatura da aliança com a Monarquia de Carlos II. Estas reflexões de Duarte Ribeiro de Macedo aparecem na sua correspondência diplomática entre março e setembro de 1675. Portanto, os problemas econômicos enfrentados por Portugal, no tocante às suas alianças comerciais, antecederam (e muito) a assinatura do tratado de Methuen, no início do século XVIII. E, conforme apresentado acima, seus aliados já tinham conhecimento do que o comércio no ultramar, em especial no Estado do Brasil, representaria às suas economias, vide a insistência de D’Auberville, para obter o envio de um cônsul francês à colônia.

Todavia, Duarte Ribeiro de Macedo propôs tais reflexões sobre a economia portuguesa num momento delicado que viveu na corte francesa: ele permaneceu dezesseis meses sem receber suas mesadas, nem qualquer provento para sua residência em Paris, entre fins de 1673 e início de 1675. As instâncias feitas por ele ao governo de Lisboa são recorrentes na sua correspondência, devido às suas necessidades prementes. Não apenas Duarte Ribeiro de Macedo, mas também Francisco de Mello, embaixador em Paris, passava por dificuldades na corte de Luís XIV, sendo levados ao desespero pela falta de provimentos, sem os quais não teriam nem como comer. O enviado extraordinário de Portugal critica: “é mais conveniente não ter ministros

¹¹⁶Apud Ana Maria Homem Leal de Faria. *Os cadernos de Duarte Ribeiro de Macedo. Correspondência diplomática de Paris (1668-1676)*, Lisboa, Ministério dos Negócios Estrangeiros, 2007, p. 479.

¹¹⁷Apud Ana Maria Homem Leal de Faria. *Os cadernos de Duarte Ribeiro de Macedo. Correspondência diplomática de Paris (1668-1676)*, Lisboa, Ministério dos Negócios Estrangeiros, 2007, p. 463.

¹¹⁸Apud Ana Maria Homem Leal de Faria. *Os cadernos de Duarte Ribeiro de Macedo. Correspondência diplomática de Paris (1668-1676)*, Lisboa, Ministério dos Negócios Estrangeiros, 2007, p. 471.

nas cortes estrangeiras, que tê-los nessa forma”.¹¹⁹ Duarte Ribeiro de Macedo lembra que se tornando pública a falta de provimentos aos enviados em Paris, o governo de Lisboa cairia em descrédito perante os demais reinos. É importante lembrar que Paris consistia a representação diplomática mais importante para a política portuguesa, desde o Reinado de D. João IV, acumulando então importância estratégica no período do pós Restauração. Mesmo assim, eram escassos os recursos para a manutenção dos seus enviados.

Anos depois da conjura empreendida contra D. Pedro, franceses e espanhóis permaneciam disputando espaço na corte lisboeta. Ciente do descontentamento de parte da nobreza com o pretenso alinhamento de sua política aos interesses franceses, o Príncipe não tomou medidas mais sérias em relação à Espanha, como recorrer às armas. Em setembro de 1675, Guénegaud afirmava não presenciar mostras de que Portugal fosse romper com a Espanha, o que era esperado pela França.¹²⁰

Nos anos seguintes, contrariando as expectativas francesas, haveria um estreitamento de laços entre Portugal e Espanha, com o conseqüente distanciamento de D. Pedro em relação ao governo de Paris. Em carta escrita pelo padre De Villes, ele insinua que o Príncipe se aproximava da Espanha por conta do apoio de alguns nobres portugueses à conjura de 1673. Ao contrário do que se esperava – uma reação forte, como ataques militares ou ruptura de relações diplomáticas – parece que o Príncipe ficara acuado, passando a alinhar a sua política ao Reino vizinho, em detrimento da França.¹²¹ Contudo, de acordo com a correspondência diplomática francesa, há indícios de que alguns ministros do Príncipe o alertavam a respeito das relações com o Reino vizinho. Em memória de 1677, escrita a D. Pedro por um ministro do governo, cujo nome não consta na carta de Guénegaud, ele teria afirmado que a paz estabelecida em 1668, não foi mais que “uma ilusão, segundo a qual a Espanha cobriu o ódio inveterado de sua nação contra a nossa, e o desejo insaciável de nossa ruína e nossa conquista.” Adiante, ele completa: “devemos concluir que essa paz não é mais que uma ficção, e que não se deveria hesitar em procurar a nossa segurança na conjuntura presente”.¹²²

¹¹⁹ *Apud* Ana Maria Homem Leal de Faria. *Os cadernos de Duarte Ribeiro de Macedo. Correspondência diplomática de Paris (1668-1676)*, Lisboa, Ministério dos Negócios Estrangeiros, 2007, p. 451.

¹²⁰ Carta de D’Auberville ao governo de Paris (1675). AMAE, Correspondance de Portugal, vol. 13, fl. 291.

¹²¹ Extrato de uma carta do padre De Villes (1678). AMAE, Correspondance de Portugal, vol. 14, fl. 85v.

¹²² Aviso dado ao Príncipe D. Pedro, por um de seus ministros, sobre o estado de Portugal (1677). AMAE, Correspondance de Portugal, vol. 15, fls. 239 e 241, respectivamente.

A postura da Rainha Maria Francisca: oscilações e vulnerabilidade

Em meio a esta situação, Maria Francisca buscava reiterar a sua admiração e afeição, reconhecendo as virtudes heróicas do Rei Cristianíssimo. Ela afirmava então que provaria a sua fidelidade por meio de sua dedicação. A Rainha tentava se justificar, apontando que fazia de tudo para atrair o Príncipe para si, mas ele mesmo tinha os seus interesses particulares, exemplificando a sua relação com o Rei da Espanha, podendo tomá-lo como mestre em algumas ocasiões, como no tocante ao trono português.¹²³ Não tendo mais do que uma herdeira, temia-se muito em Portugal que houvesse um casamento que unisse novamente os dois Reinos ibéricos, podendo Portugal ser dominado novamente pela Espanha.

Na correspondência diplomática francesa, há um documento, de 1678, que informa sobre os esforços feitos pela Espanha na negociação do casamento de Carlos II com a infanta de Portugal, D. Isabel. A informação é creditada a Duarte Ribeiro de Macedo, então enviado a corte de Madri. Segundo a carta, para concretizar tal negócio, o governo espanhol estaria distribuindo dinheiro para nobres e conselheiros portugueses, a fim de que propusessem e defendessem a realização do referido matrimônio.¹²⁴ Nesse sentido, em menos de quarenta anos após a Restauração da Monarquia portuguesa e a independência em relação à Espanha, Portugal estaria – de modo inacreditável – na iminência de se vincular novamente à Monarquia Habsburgo, casando sua única herdeira com o Rei espanhol.

Todavia, o casamento da infanta D. Isabel teria a possibilidade de outros rumos. Entre as opções oferecidas ao governo de Lisboa, além de Carlos II de Espanha, houve o delfim, o que agradaria muito a Luís XIV; o filho do grão-duque da Toscana, cuja negociação foi conduzida pelo padre Antonio Vieira; e o duque de Sabóia, opção escolhida por Maria Francisca e a qual se dedicou de modo ímpar.

Mesmo diante de tantos pretendentes, a concretização do matrimônio da infanta enfrentou alguns problemas, pois como única herdeira do trono, não poderia se casar com príncipes estrangeiros, a menos que eles residissem no Reino, para assegurar o seu governo. Outro fato que causava empecilhos neste momento foi a opção feita por D. Pedro de continuar a governar o Reino como Príncipe, afastando a possibilidade de ser coroado, enquanto seu irmão D. Afonso estivesse vivo. Por isso,

¹²³ Extrato de uma carta da Rainha de Portugal (1678). AMAE, Correspondance de Portugal, vol. 14, fl. 84.

¹²⁴ Extrato de uma carta de Lisboa (1678). AMAE, Correspondance de Portugal, vol. 14, fl. 89.

o fato de Portugal ter à sua frente um príncipe dificultava o casamento, pois excluía os herdeiros de reinos que não aceitavam coligar-se com um reino que se tornara, na prática, num principado. Por outras palavras, a condição principesca – e não régia – de D. Pedro condicionava as possibilidades de casamento da sua filha. Por esse mesmo motivo, do ponto de vista de Portugal casar a infanta com um príncipe oriundo de reino poderoso, numa fase em que a situação constitucional portuguesa era ainda confusa, e sem que os regentes tivessem filhos, era arriscado, pois o prazo podia significar a absorção de Portugal por um reino poderoso, caso da França, Monarquia Hispânica ou até mesmo de Inglaterra.¹²⁵

Maria Francisca esteve bastante empenhada na composição de um acordo de matrimônio de sua filha D. Isabel com a Casa de Sabóia. Entretanto, a Rainha conduziu esta negociação de modo secreto, sem envolver a França. É importante destacar tal situação, que denota a fragilidade das relações entre Maria Francisca e os enviados de Luís XIV em Lisboa, ainda que ela afirmasse o contrário. Embora a Rainha tenha sido orientada por Saint Romain a defender os interesses franceses na corte estrangeira, o tempo, a substituição dos representantes franceses em Lisboa e, porque não, a desconfiança acerca de seu comprometimento com os interesses da Monarquia cristianíssima a teriam feito mudar de postura.¹²⁶

Em maio de 1679, o acordo do matrimônio com a Casa de Sabóia foi assinado. Entretanto, nem em Lisboa, nem em Turim a notícia foi recebida com entusiasmo. Em Portugal, temia-se a influência francesa sobre a Sabóia e, conseqüentemente, no próprio Reino. O fato de ter sido a própria Rainha a negociar o casamento também motivou as desconfianças. Do lado saboiano, “um dos pontos mais controversos do acordo era o fato de aqueles estados ficarem integrados na coroa (*sic*) de Portugal, passando o duque a residir em Lisboa.”¹²⁷ Mesmo diante do descontentamento crescente com o matrimônio, uma armada portuguesa se dirigiu à Sabóia, a fim de buscar o noivo. Principal colaborador de D. Pedro, o duque de Cadaval integrou a armada. Ao aportarem, o duque foi avisado de que o noivo adoecera e, por isso, não seria possível o seu embarque. Com a delonga da situação e percebendo que a nobreza saboiana se opunha ao casamento, o duque resolveu retornar ao Reino, desfazendo-se o negócio.

O então embaixador francês em Lisboa, monsieur D’Oppède, aponta que diante da impossibilidade de casar a infanta com o duque de Sabóia, depois de avaliar outras opções, Maria Francisca esperava a opinião de Luís XIV sobre a questão. A partir disso, ela tentaria

¹²⁵ Pedro Cardim e Ângela Barreto Xavier. *D. Afonso VI*. Lisboa, Círculo de Leitores, 2006, p. 263.

¹²⁶ Carta do embaixador D’Oppède ao governo de Paris (1682). AMAE, Correspondance de Portugal, vol. 20, fls. 10v-11v

¹²⁷ Pedro Cardim e Ângela Barreto Xavier. *D. Afonso VI*. Lisboa, Círculo de Leitores, 2006, p. 264.

convencer D. Pedro a seguir o caminho ditado pela França. Na mesma correspondência, o embaixador manifesta que ainda depositava esperança na atuação da Rainha.¹²⁸ Guénegaud, antecessor de D'Oppède em Lisboa, já afirmara em 1680 que, depois da morte do padre De Villes, a Rainha demonstrava maior confiança na sua pessoa.¹²⁹

No tocante às relações com os representantes de Luís XIV em Lisboa, parece que Maria Francisca havia promovido uma reaproximação. Em 1683, apenas alguns meses antes da Rainha falecer, D'Oppède afirmava que vinha contando com a ajuda do novo confessor de Maria Francisca para convencê-la das ações que mais interessavam a Luís XIV. Mas até então o confessor ainda não tinha tido êxito. E D'Oppède conclui que o antigo confessor da Rainha teria sido o responsável por todas as alterações de sua conduta em Lisboa. Para ele, a negociação do casamento da infanta com o duque de Sabóia, sem a participação francesa, também teria relação com esta influência do padre De Villes. Sendo assim, mais uma vez, a posição política da Rainha ficava marcada por constantes oscilações.¹³⁰ Outro ponto que auxilia na compreensão do comportamento de Maria Francisca consiste na defesa dos direitos de sua única filha como herdeira da dinastia de Bragança, visto que a Rainha não poderia ter mais filhos. Isto pode ter decorrido da condução empreendida pelo padre De Villes, o que acabaria integrando Maria Francisca à realidade lusa, em detrimento de sua atuação pró França. Lembramos que tal postura foi adotada por Ana de Áustria, então Regente da França, no conflito da Guerra dos Trinta Anos, em que não assinou a paz com seu irmão Filipe IV, a fim de assegurar as conquistas francesas e os direitos de seu filho Luís XIV.

Maria Francisca declarou que não mais apoiaria nenhum nome de pretendente ao matrimônio com a infanta, que não pudesse de fato se concretizar. Ela receava ficar numa situação ruim diante dos portugueses, caso a negociação não se efetivasse novamente, após o fracasso do casamento com o duque de Sabóia. Segundo D'Oppède, o confessor da Rainha, padre Pommereau, teria dito que ela estaria dividida. Por um lado, temia perder a amizade de Luís XIV e o apoio de França e, por outro, não queria se tornar uma figura que despertasse a aversão dos portugueses. O próprio padre teria dito ao embaixador que Maria Francisca nunca teria estado tão apaixonada por D. Pedro como naquele

¹²⁸ Carta do embaixador D'Oppède ao governo de Paris (1683). AMAE, Correspondance de Portugal, vol. 20, fl. 219.

¹²⁹ Carta de Guénegaud ao governo de Paris (1680). AMAE, Correspondance de Portugal, vol. 18, fl. 195v.

¹³⁰ Carta do embaixador D'Oppède ao governo de Paris (1683). AMAE, Correspondance de Portugal, vol. 20, fls. 266v e 269.

momento. Este forte sentimento entre a Rainha e o Príncipe ajuda a explicar a sua dificuldade em agir exclusivamente em favor da França.¹³¹

A figura de uma Rainha, caracterizada por sua fragilidade e vulnerabilidade, parece ter marcado Maria Francisca durante toda a sua permanência em Lisboa. Quando chegou a Portugal, acompanhada por Luís Verjus e o padre De Villes, recebia também as orientações de Saint Romain. Depois, com o retorno do embaixador e de seu secretário a Paris, ficou à mercê da condução de seu confessor e da duquesa de Cadaval. Com a morte de ambos, seu novo confessor, padre Pommereau, seguiria manipulando a Rainha. A postura hesitante e oscilante de Maria Francisca ainda teria sido motivada pelas suas relações afetivas com D. Pedro e com a infanta, defendendo assim os interesses portugueses, mas buscando minimizar as consequências disto na corte de Paris. Este consiste o retrato da Rainha que nos apresenta a correspondência diplomática francesa, denotando que sua atuação esteve longe de desempenhar o papel que esperava Luís XIV e seus ministros, quando da aliança firmada com Portugal. Após o afastamento de D. Afonso e o casamento de Maria Francisca com D. Pedro, era esperado que ela participasse ativamente do governo, o que acabou não acontecendo. Esta situação talvez tenha decorrido do caráter fornecido ao governo liderado pelo Príncipe Regente, apoiado na ação dos conselhos e seus ministros, o que teria afastado a Rainha das decisões de governo.

Diante da dificuldade das negociações do casamento da infanta, Luís XIV enviou novamente a Lisboa o abade de Saint Romain, em 1683, tendo a missão de tratar do matrimônio da herdeira do trono português na órbita francesa.¹³² O retorno de Saint Romain, que se tornara amigo de Maria Francisca, logo após o seu casamento, permitiu que ambos retomassem as suas relações, mesmo estando a Rainha adoecida e próxima de seus últimos dias. As conversas tratavam inclusive de assuntos da política portuguesa. Isso parece ser um indício do quanto perdeu a política e diplomacia francesas com a saída de Saint Romain de Lisboa, em 1671. A proximidade entre Saint Romain e a Rainha também esclarece a sua escolha para tratar do casamento da infanta D. Isabel.¹³³

Em setembro de 1683, morreu o Rei D. Afonso VI, que ficara preso quase dez anos no palácio de Sintra, para onde fora levado após a conjura que buscou restituí-lo ao trono. Com isso, D. Pedro poderia finalmente tornar-se Rei. D'Opède apontava que a coroação de D.

¹³¹ Carta do embaixador D'Oppède ao governo de Paris (1683). AMAE, Correspondance de Portugal, vol. 20, fls. 270-270v.

¹³² Memória do Rei de França, para servir de instrução a monsieur de Saint Romain em Portugal, na qualidade de embaixador (1683). AMAE, Correspondance de Portugal, vol. 21, fl. 12.

¹³³ Carta de Saint Romain ao governo de Paris (1683). AMAE, Correspondance de Portugal, vol. 21, fls. 38-39.

Pedro II motivaria algumas mudanças na corte, mas também poria fim a muitas incertezas acerca da manutenção do Reino.¹³⁴

Em relação à saúde de Maria Francisca, os franceses não acreditavam que a sua doença fosse tão grave como pensavam os portugueses. Havia uma divergência entre os médicos de Lisboa e Coimbra a respeito das causas e do tratamento da doença. Por isso, se cogitava enviar à Rainha um bom cirurgião, provavelmente francês. Mesmo sem a chegada deste médico francês, o diagnóstico da doença foi uma hidropisia, em estágio avançado, o que lhe causava muitas dores. A Rainha já estava se conformando com a proximidade da morte, "que esperava pacientemente e sem inquietação", conforme escrevia Saint Romain, em novembro de 1683.¹³⁵

Mesmo antes da morte de Maria Francisca, Saint Romain já buscava fazer audiências com D. Pedro II, buscando uma aproximação para tratar – surpreendentemente – de seu próximo casamento, ao que classifica como “o grande negócio”, muito mais importante do que o casamento da infanta.¹³⁶

Saint Romain destaca que a Rainha, apesar de se encontrar bastante doente, tentava envolver o duque de Cadaval, o mais estreitamente possível, nos interesses franceses. Além disso, Maria Francisca deveria dar as melhores instruções, à infanta e ao Rei, visando à aproximação com a França, fazendo isto por influência de seu confessor, o padre Pommereau. Por sua vez, os representantes franceses em Lisboa, inclusive seu “amigo” Saint Romain, atuavam para que pudessem tirar proveito da doença e da fragilidade da Rainha, de modo a revertê-las em benefício da política da Monarquia cristianíssima. Os representantes diplomáticos franceses cogitavam um casamento duplo em França, do agora Rei D. Pedro II e de sua herdeira.¹³⁷

Todavia, o próprio Saint Romain observava que ainda havia a divisão da corte entre os apoiadores do Rei D. Pedro II e os descontentes com a sua política. Todos os questionadores da postura do Monarca defendiam que nem a infanta, nem D. Pedro realizassem casamentos franceses.¹³⁸ Diante da iminência da morte da Rainha, o enviado francês apontava que não via nenhum ministro ou fidalgo de consideração em que pudesse confiar, nem mesmo o duque de Cadaval,

¹³⁴ Carta do embaixador D’Oppède ao governo de Paris (1683). AMAE, Correspondance de Portugal, vol. 20, fl. 401v.

¹³⁵ Carta de Saint Romain ao governo de Paris (1683). AMAE, Correspondance de Portugal, vol. 21, fl. 61.

¹³⁶ Carta de Saint Romain ao governo de Paris (1683). AMAE, Correspondance de Portugal, vol. 21, fl. 69.

¹³⁷ Carta de Saint Romain ao governo de Paris (1683). AMAE, Correspondance de Portugal, vol. 21, fls. 105v-106.

¹³⁸ Carta de Saint Romain ao governo de Paris (1683). AMAE, Correspondance de Portugal, vol. 21, fl. 64.

que já fora um dos maiores aliados da França, em Lisboa. De fato, a influência francesa na corte dos Bragança já havia atingido seu ápice, entre fins do decênio de 1660 e início do seguinte. Pouco mais de dez anos depois, tal influência se encontrava declinante.¹³⁹

Depois de muito tempo doente, Maria Francisca faleceu em dezembro de 1683, apenas três meses após a morte de D. Afonso VI, período em que retomou o título de Rainha. Com a sua morte, o padre Pommereau se tornou o confessor da infanta, com quem tinha grande amizade. Saint Romain aponta que o padre seria então o grande enviado a serviço de Luís XIV em Lisboa, atuando para que a infanta fizesse um casamento na órbita francesa, aproveitando-se assim das ocasiões apropriadas para a persuasão necessária.¹⁴⁰ Logo, mesmo diante de muitas dificuldades na corte de Lisboa, a ofensiva diplomática francesa não cessava, a fim de conseguir restabelecer seu domínio sobre a política de Portugal.

Contudo, os esforços da diplomacia espanhola também avançavam, com os rumores de que o enviado de Espanha proporia um casamento duplo na Casa de Neuburgo. Franceses e espanhóis buscavam maior influência sobre o governo de Lisboa, num momento em que era evidente a necessidade de firmar os tratados de casamento de ambos. Tais tratados revelariam os caminhos pelos quais seria conduzida a política no Reinado de D. Pedro II.

Enquanto esteve na corte lisboeta, Guénegaud verificou que a facção espanhola crescia dia após dia, informação que estava contida na instrução de seu sucessor. Este consistia mais um indício de que o governo português se aproximava da Espanha.¹⁴¹ Por sua vez, D'Oppède, em 1683, relata a Luís XIV que o duque de Cadaval estava apoiando o partido espanhol, justo ele que sempre havia liderado o partido francês em Lisboa. Buscando um pretendente para sua filha, o duque disse que não pretendia casá-la fora de Portugal, optando assim pelo seu casamento com o secundogênito do duque de Aveiro. D'Oppède ainda afirma que o duque apoiaria tudo o que fosse contrário aos interesses franceses na corte lisboeta. Uma das explicações para o progressivo afastamento entre os governos de Lisboa e Paris seria a mudança de postura dos ministros e conselheiros de D. Pedro, pois até mesmo o duque de Cadaval deixou de defender os interesses do Rei Cristianíssimo. Conforme dito por um dos enviados franceses em

¹³⁹ Carta de Saint Romain ao governo de Paris (1683). AMAE, Correspondance de Portugal, vol. 21, fl. 107.

¹⁴⁰ Carta de Saint Romain ao governo de Paris (1684). AMAE, Correspondance de Portugal, vol. 21, fl. 120.

¹⁴¹ Memória do Rei de França, para servir de instrução ao marquês D'Oppède em Portugal, na qualidade de embaixador (1681). AMAE, Correspondance de Portugal, vol. 14, fl. 178.

Lisboa, D. Pedro parecia não decidir as questões por suas convicções, mas as confiava muito aos seus ministros.¹⁴²

Desse modo, enquanto os homens que integraram o governo de D. Pedro apoiaram as diretrizes de Luís XIV, a política portuguesa se pautou pela França. Entretanto, quando a situação na corte passou a se deteriorar, com o crescente descontentamento da nobreza e o avanço da política pró Espanha, o alinhamento com a Monarquia cristianíssima ficou enfraquecido. Saint Romain relata que procurou o apoio do duque de Cadaval, mas percebeu a sua mudança de comportamento. O duque passou a evitar o contato com o francês, não mais defendendo os interesses de Luís XIV.¹⁴³ A própria Maria Francisca deixou de considerar, muitas vezes, as orientações francesas. E, em certo sentido, a posição adotada pelo duque de Cadaval parece ter refletido tal situação. O apoio à França talvez não mais garantisse benefícios à casa do duque, ao contrário do que poderia representar o alinhamento junto à Espanha.

Relações luso-francesas no final do XVII e a Guerra de Sucessão de Espanha

Conforme foi apresentado acima, em meados do século XVII, as relações entre Portugal e França passaram por consideráveis alterações. A aliança tão aguardada pela dinastia de Bragança finalmente foi firmada em 1666, depois de inúmeras negociações com o governo de Paris. Contudo, diante deste acordo, e principalmente da presença francesa em Lisboa, marcada pela Rainha Maria Francisca de Sabóia, a Monarquia cristianíssima esperava conseguir estabelecer uma tutela política no Reino. Sendo assim, um dos principais objetivos de Luís XIV foi impedir a assinatura da paz na Península Ibérica, matéria esta em que não teve êxito.

Mesmo com as negociações entre Portugal e Espanha bastante adiantadas, quando do golpe que assegurou ao Príncipe D. Pedro a administração do Reino, a assinatura da paz também demonstrou a insatisfação da população com o prolongamento da guerra e os prejuízos que o conflito causava. Logo, a paz entre as Monarquias ibéricas marcaria a progressiva aproximação entre Portugal e Espanha, e o conseqüente afastamento da França. Isso se tornaria mais evidente após a conjura de 1673 contra o governo de D. Pedro, quando então os enviados franceses e espanhóis na corte lisboeta acirrariam as disputas pela preeminência junto ao Regente e seus ministros. Esta situação se estenderia por toda a segunda metade do XVII, até a morte de Carlos II

¹⁴² Carta do embaixador D'Oppède ao governo de Paris (1684). AMAE, Correspondance de Portugal, vol. 20, fl. 223v.

¹⁴³ Carta de Saint Romain ao governo de Paris (1684). AMAE, Correspondance de Portugal, vol. 21, fls. 157v-158.

de Espanha, quando se iniciaria outra contenda pela partilha da herança espanhola.

Como já foi exposto, antes mesmo de Maria Francisca falecer, Saint Romain atuava de modo a envolver D. Pedro para que fizesse mais um casamento em França. No entanto, as negociações para o matrimônio régio acabariam pendendo para o lado espanhol, ainda que indiretamente. Em fins de 1684, o enviado francês já verificava o crescente interesse português por uma aliança na Alemanha, com algum eleitor do Sacro Império, mesmo percebendo algum desânimo do Rei em relação a um novo casamento. Mas, a princípio, a aliança compreenderia os matrimônios do Rei e da infanta.¹⁴⁴

Já em dezembro de 1685, corriam informações a respeito do casamento de D. Pedro II com a filha do eleitor palatino, e padre Pommereau buscava esclarecimentos com o duque de Cadaval. Nesse sentido, mesmo tendo se afastado do partido francês e dos representantes de Luís XIV em Lisboa, o duque continuava sendo mencionado na correspondência, sendo constantemente consultado a respeito de diversas questões, mesmo mantendo maior distância dos agentes franceses.¹⁴⁵

Diante destas negociações para o casamento régio, são verificadas várias ocorrências na correspondência diplomática francesa apontando que a concretização deste matrimônio representaria o distanciamento dos interesses de Portugal e França. Isso se justificaria porque Maria Sofia de Neuburgo, sendo filha de Filipe Guilherme de Neuburgo, eleitor palatino, era vista como austríaca, pela aliança que mantinha com o Império, portanto, partidária da Espanha. Sendo assim, em audiência com D. Pedro, o embaixador Amelot lhe dissera que a aliança decorrente de seu casamento na Casa de Neuburgo seria "absolutamente incompatível com a amizade de França". Em resposta, o Rei lhe respondeu que sabia da importância do assunto e da opinião de Luís XIV em relação ao matrimônio, e que ele faria então algumas reflexões convenientes. Conforme Amelot, não havia nada de mais forte a ser dito sobre o assunto do que a incompatibilidade do casamento com a aliança francesa. Mesmo assim, D. Pedro não havia prometido nada a respeito do casamento, nem que o manteria, nem que o cancelaria.¹⁴⁶

Meses depois, no início de 1686, a infanta D. Isabel havia mostrado cartas a respeito do seu casamento com o Príncipe de Neuburgo ao seu confessor, padre Pommereau, que comentou então o conteúdo da

¹⁴⁴ Carta de Saint Romain ao governo de Paris (1684). AMAE, Correspondance de Portugal, vol. 22, fls. 106-106v; Carta de Saint Romain ao governo de Paris (1685). AMAE, Correspondance de Portugal, vol. 22, fl. 218.

¹⁴⁵ Carta de Amelot ao governo de Paris (1685). AMAE, Correspondance de Portugal, vol. 23, fls. 89-89v.

¹⁴⁶ Memória sobre os casamentos do Rei de Portugal e da infanta (1686). AMAE, Correspondance de Portugal, vol. 23, fls. 166-176v.

correspondência com o embaixador francês. Por conta disto, a infanta foi repreendida pelo duque de Cadaval. A desconfiança acerca dos boatos do matrimônio conjunto do Monarca e da infanta já havia se estabelecido na corte de Lisboa. O Conselho de Estado de Portugal estava em alerta também pela condição de oposição que o Reino acabaria adotando no tocante à França, caso houvesse o duplo casamento na Casa de Neuburgo. Por sua vez, a Espanha pressionava Portugal para que D. Isabel não se casasse na França.¹⁴⁷

Amelot expunha que, juntamente com o matrimônio de D. Pedro com a Princesa de Neuburgo, a Espanha havia proposto uma aliança contra a França. Os portugueses já estavam cientes de que a concretização do dito casamento representaria o fim da amizade com a Monarquia cristianíssima. E tal ruptura poderia significar o início de uma guerra. Com esta situação, o duque de Cadaval tentava convencer o embaixador francês de que nada mudaria na política do Reino com o casamento de Neuburgo, lembrando que D. Luisa de Gusmão era espanhola. Portanto, isso não deveria representar a ruptura com a França.¹⁴⁸

Contrariada com esta possível aliança entre Portugal e Espanha, por meio da Casa de Neuburgo, a França permanecia agindo contra o casamento régio. Uma das possibilidades levantadas seria despertar a oposição da infanta. Caso D. Isabel tivesse alguma repugnância a este casamento, isso poderia facilitar a negociação do embaixador francês. Assim, mesmo após a morte de Maria Francisca, a influência francesa sobre a infanta era mantida, por meio de seu confessor e outros enviados de Luís XIV em Lisboa.¹⁴⁹

Houve uma intensa correspondência entre Luís XIV e Amelot a respeito do casamento de D. Pedro II e da infanta, o que demonstra a importância do assunto para a França. O Rei Cristianíssimo destacava que havia auxiliado na segurança do Reino de Portugal, mas, em troca, só havia recebido o engrandecimento da Espanha. O embaixador em Lisboa deveria atuar veementemente para impedir a aliança entre os Reinos ibéricos. Luís XIV pedia a Amelot que se informasse sobre a possibilidade da França oferecer uma outra pretendente ao rei de Portugal, caso as negociações com a Espanha pudessem ser interrompidas.¹⁵⁰ Todavia, mesmo não querendo contrariar a Monarquia

¹⁴⁷ Carta de Amelot ao governo de Paris (1686). AMAE, Correspondance de Portugal, vol. 23, fls. 181v e 188.

¹⁴⁸ Carta de Amelot ao governo de Paris (1686). AMAE, Correspondance de Portugal, vol. 23, fls. 207-209.

¹⁴⁹ Carta de Luís XIV a Amelot (1686). AMAE, Correspondance de Portugal, vol. 24, fl. 24v.

¹⁵⁰ Carta de Luís XIV a Amelot (1686). AMAE, Correspondance de Portugal, vol. 24, fls. 29-30.

cristianíssima, D. Pedro II não tinha o intuito de se casar, nem casar a infanta na órbita francesa.

A alternativa encontrada seria a concretização do casamento do Rei na Casa de Neuburgo, aguardando a oferta francesa de um pretendente à infanta, lembrando que esta era afilhada de Luís XIV. O contrato matrimonial entre D. Pedro II e Maria Sofia de Neuburgo foi assinado em maio de 1687. E logo após se iniciaram as negociações para união de D. Isabel e o Príncipe da Toscana. Contudo, além de dificuldades para o pagamento do dote, a Monarquia de Portugal encontraria no negócio empecilhos referentes à sucessão do Reino. Em memória de Amelot ao duque de Cadaval, do mesmo ano, sobre o acordo de casamento entre a infanta e o Príncipe da Toscana, ele apontava a necessidade de D. Isabel residir em Florença. Sendo assim, o primeiro filho do casal seria enviado a Portugal para ser aclamado, caso D. Pedro II achasse por bem fazê-lo. Conforme a resposta de Cadaval, tal proposta não seria admitida, pois não se poderia pôr em risco a sucessão de Portugal, nem privar o herdeiro da Toscana de seus domínios. Logo, para aceitar o matrimônio da infanta, Cadaval apontava que Portugal e Toscana deveriam se unir, “de modo inseparável”. Na réplica a Cadaval, o embaixador francês afirma que é “absolutamente inadmissível a união entre as partes”.¹⁵¹

Em dezembro de 1687, Amelot enviava notícias da corte lisboeta a Paris, tratando sobre a nova Rainha de Portugal, Maria Sofia de Neuburgo. Segundo o embaixador, o Rei lhe havia concedido liberdade de costumes, para que ela fizesse as coisas como lhe aprouvesse. Esta atitude de D. Pedro II não demonstraria nem estima, nem consideração pelas ações da Rainha, procurando ele apenas não contrariá-la. A princípio, Maria Sofia se dava bem com a infanta, mas Amelot afirma que D. Isabel agia friamente na sua presença.¹⁵²

Diante das dificuldades apresentadas para a conclusão do acordo matrimonial entre a infanta e o Príncipe da Toscana, foram buscados outros pretendentes. Em março de 1689, o então embaixador francês D’Esneval, que havia chegado a Lisboa no ano anterior, escrevia ao governo de Paris, pois se cogitava, mais uma vez, o casamento de D. Isabel com Carlos II de Espanha. A respeito disso, o embaixador também enviou a Paris a cópia de uma memória sobre o possível matrimônio, que uniria novamente as Coroas ibéricas. Provavelmente, a memória foi dirigida a algum conselheiro ou ministro de D. Pedro II, no início de 1689, pois o autor utilizou o tratamento de *senhor*, e não *Vossa Majestade*. O texto foca o caráter prejudicial do referido casamento a Portugal, visto que, novamente, poderia ser revivida a União Ibérica, recaindo Portugal sob o domínio espanhol: não se deveria esperar dos

¹⁵¹ Memória ao duque de Cadaval (1687). AMAE, Correspondance de Portugal, vol. 25, fls. 124-127.

¹⁵² Carta de Amelot ao governo de Paris (1687). AMAE, Correspondance de Portugal, vol. 25, fls. 248-248v.

espanhóis nenhuma boa fortuna, muito menos lhes entregar a infanta de Portugal em casamento.¹⁵³

Nesse sentido, o autor da memória também sugere como deveria ser conduzida a relação de Portugal com as Monarquias de França e Espanha:

Não digo, nem tenho tal pensamento de como tais devemos tratá-los, antes julgo que, como cristãos e vizinhos, devemos manter a paz, e a correspondência, e a sociedade; mas é necessário que entendamos, de que nenhuma outra sorte podemos conservar esta paz e amizade, senão vivendo armados e vigilantes, e que entendam que a qualquer aceno estamos prontos para sairmos a campo. E que saibam que suposto não queremos a sua ruína, que somos e seremos sempre amigos verdadeiros dos franceses, porque esta amizade e união é o que lhe faz maior medo.¹⁵⁴

E permanece o seu questionamento: “Porque havíamos de ser tão ímpios com nossos descendentes, que lhe quiséssemos deixar amarrados os laços, em que nossos pais ou avós viveram presos”.

Havia quase dois decênios que espanhóis e franceses disputavam a preeminência na corte de Lisboa. E D. Pedro II oscilava a sua posição conforme os acontecimentos – lembrando a conjura de 1673, bem como as intervenções militares francesas, como no caso da Guerra da Holanda – e a posição adotada pela nobreza que o apoiava. Ambas as Coroas representavam temores de que Portugal pudesse ter a sua política tutelada, além de prejuízos econômicos relacionados aos confrontos militares que pudessem ser desencadeados. A dificuldade de obter um acordo matrimonial para a infanta refletia essa política portuguesa hesitante. Ainda assim, D. Pedro II pendia para uma aproximação com a Espanha. Mas no momento em que poderia consolidar esta proximidade com uma aliança, casando a sua herdeira com o Rei Católico, eis que mais uma vez se levantavam as dificuldades referentes a este cenário. Logo, se revela curiosa a opinião exposta pelo autor da memória, pois há muito o “partido francês” em Lisboa se desintegrava.

A memória em questão também trata do possível domínio da França sobre a Espanha, lembrando a fragilidade da saúde de Carlos II. No entanto, o autor da memória considera tal idéia “ridícula”, pois para conseguir conquistar a Espanha e conservá-la em seu poder, a França deveria ter os espanhóis a seu favor, o que se mostrava muito difícil, por conta da composição de vários reinos hispânicos, unidos sob a mesma Monarquia. E, além disso, a França não poderia ter inimigos que se opusessem a esse domínio, o que também não se confirmaria, pois vários reinos estariam contrários à França, como o Império, Alemanha, Itália, Holanda e Inglaterra. Concluindo, o autor afirma:

¹⁵³ Memória sobre o casamento da infanta de Portugal com o Rei Católico (1689). AMAE, Correspondance de Portugal, vol. 26, fls. 257-258.

¹⁵⁴ Ibidem, fl. 258.

o que a nós convém é viver com cautela, e finalmente estes mandamentos se encerram em dois, que consistem em conservar uma estreita amizade com os franceses, que a merecem e nos são importantes; e com os castelhanos conservar a paz e a sociedade, sem nos embarcarmos com eles, e o meio para conseguir um e outro fim, é ter as praças fortificadas e guarnecidas, e os armazéns providos e os soldados pagos.¹⁵⁵

Com isso, o autor acreditava que a neutralidade portuguesa asseguraria que nem Espanha, nem França envolveriam Portugal, pois poderiam desencadear um conflito com o inimigo. E esta neutralidade do governo de Lisboa seria adotada até o início da Guerra de Sucessão de Espanha.

A Infanta D. Isabel acabaria falecendo em 1690, sem ter se casado, tendo ficado conhecida como a *sempre noiva*. Mas neste momento, a sucessão de Bragança já estaria assegurada com o nascimento do futuro D. João V, em 1689, fruto do segundo casamento de D. Pedro II com Maria Sofia de Neuburgo. Aliás, esta segunda união proporcionaria muitos filhos ao Rei.

Em meio às disputas no cenário europeu, ocorreria mais uma turbulência política na Inglaterra. Com a morte de Carlos II Stuart, em 1685 – não havendo herdeiros, por conta da esterilidade da Rainha D. Catarina de Bragança – assumiu o trono seu irmão, duque de York, tornando-se então Jaime II Stuart. O novo Monarca inglês professava o catolicismo, adotando uma política que favorecia a sua religião. Contudo, num Reino protestante, Jaime II enfrentaria muitas oposições, inclusive no seio de sua própria família. Maria, sua filha mais velha, era casada com Guilherme de Orange que, em defesa do protestantismo, desembarcou na Inglaterra em novembro de 1688 e não enfrentou dificuldades para ocupar a cidade de Londres. Jaime II se refugiou na França, enquanto Maria e Guilherme foram proclamados Monarcas da Inglaterra, com o apoio do Parlamento.¹⁵⁶

Tendo se estabelecido em Saint Germain en Laye, Jaime II e seus partidários reconstituíram a corte real, com o apoio do governo de Paris. No entanto, pairava certa desconfiança nesta corte inglesa deslocada à França, pois haveria muitos agentes duplos a serviço de Jaime II, repassando as informações aos ministros de Guilherme III. Assumindo o trono inglês, Guilherme III “se tornaria a alma da coalizão contra Luís XIV”, que buscava restabelecer Jaime II ao trono. O Rei Cristianíssimo já havia enfrentado Guilherme de Orange na guerra contra a Holanda. Bély destaca que o novo Rei da Inglaterra buscava combater a pretensão francesa de estabelecer uma Monarquia universal, justamente no

¹⁵⁵ Memória sobre o casamento da infanta de Portugal com o Rei Católico (1689). AMAE, Correspondance de Portugal, vol. 26, fl. 258v.

¹⁵⁶ O casamento entre a filha do duque de York e Guilherme de Orange foi firmado em 1677, ainda durante a Guerra da Holanda. Bély. *La France au XVIIe siècle. Puissance de l'État, contrôle de la société*. Paris, PUF, 2009, pp. 751-752.

momento em que a luta contra os protestantes na França também se acirrava. Em 1685, Luís XIV assinou o Editto de Fontainebleau, que suspendeu a tolerância religiosa na França, revogando o Editto de Nantes (1598). A partir de então, houve a formação também de uma rede de espionagem protestante, a serviço da diplomacia.¹⁵⁷

Em finais do decênio de 1680, a França também avançava nas suas pretensões em regiões do Sacro Império, como o Palatinado, que estava ligado a Portugal, por meio do casamento de D. Pedro II com Maria Sofia de Neuburgo, filha do eleitor palatino. Guilherme III, à frente também do governo das Províncias Unidas, e com o apoio da Sabóia, compôs uma aliança com o Império, a Espanha, a Suécia, e os eleitores da Baviera e do Palatinado, que já haviam estabelecido a Liga de Augsburg. Sendo assim, esta coalizão combateria a França, a fim de impedir a expansão de seus domínios e influência.¹⁵⁸

Ao contrário do que se esperava, por conta das pressões sofridas e do vínculo entre a Casa de Bragança e de Neuburgo, Portugal se manteve neutro no conflito, embora seus portos tenham sido utilizados por britânicos e franceses. Mesmo assim, os representantes franceses em Lisboa não interromperam as suas iniciativas para obter o apoio de D. Pedro II. Conforme memória, escrita pelo embaixador francês em Portugal, a partir de 1692, abade D'Estrées, a situação dos negócios europeus era tal que seria desejável que Portugal saísse da “letargia”, até então imposta à sua política, para tomar parte nestes negócios. Consta ainda na referida memória a importância da presença do embaixador francês em Lisboa, pois sem a sua presença, não haveria meios de compor “cabalas”, nem de reunir os adeptos de França, a fim de levar o Rei a tomar decisões favoráveis aos franceses. D'Estrées conclui que sem os enviados na corte de Lisboa, também não haveria meios de espionar a sua política. Esta memória reforça então o contínuo procedimento dos enviados de Luís XIV em Lisboa: reunir partidários da política francesa, com o intuito de tutelar o governo de D. Pedro II.¹⁵⁹

¹⁵⁷ Bély. *La France au XVIIe siècle. Puissance de l'État, contrôle de la société*. Paris, PUF, 2009, p. 753. Lucien Bély. *Espions et ambassadeurs au temps de Louis XIV*. Paris, Fayard, 1990, p. 86.

¹⁵⁸ A Guerra da Liga de Augsburg também é conhecida como Guerra dos Nove Anos. Bély. *La France au XVIIe siècle. Puissance de l'État, contrôle de la société*. Paris, PUF, 2009, p. 754. Jorge Borges de Macedo. *História diplomática portuguesa, constantes e linhas de força*. Lisboa, Revista “Nação e Defesa”, 1987, p. 218.

¹⁵⁹ Memória para a embaixada de Portugal (1692). AMAE, Correspondance de Portugal, vol. 29, fls. 12-12v. Nas Memórias de Cunha Brochado consta uma apreciação de monsieur Le Grand, que foi secretário da embaixada do abade D'Estrées, sobre os portugueses: “diz ele que em Portugal não há ciência, nem há política, nem há economia, nem há educação, nem há nobreza, e não há corte. Que as Letras estavam desterradas, que nos conventos apenas se sabia rezar o ofício divino, que ninguém sabia, nem era versado na história da Bíblia, e livros sagrados. E que os padres e concílios eram incógnitos, que das histórias humanas, nem a sua sabiam, que ignoravam totalmente a sua mesma origem, as suas conquistas, e os seus interesses, e

A condição de neutralidade adotada por D. Pedro despertava França e Inglaterra, principalmente, para a constante disputa de seu apoio. Numa memória do Rei Cristianíssimo, que serviu de instrução ao abade D'Estrées, informava-se que o embaixador deveria se inteirar das ocupações e inclinações do Rei de Portugal, bem como de suas características pessoais. Entretanto, no mesmo texto, foi exposto que o Monarca teria um gênio pouco decisivo, temendo sair da condição de paz que se estabelecera há anos, mesmo sofrendo afrontas de ingleses e holandeses.¹⁶⁰

Em 1697, foi assinado o tratado de Ryswick, que pôs fim à guerra. Desse modo, Guilherme III foi reconhecido como Monarca inglês. Todavia, segundo Borges de Macedo, a paz “mais não tinha feito do que estabelecer um novo compasso de espera”, pois todo o continente aguardava a morte de Carlos II – com a saúde cada vez mais debilitada e sem herdeiros – e o desfecho da sucessão do trono espanhol.¹⁶¹

No ano seguinte à paz estabelecida em Ryswick, Luís XIV e Guilherme III chegaram a um acordo no tocante à partilha da herança espanhola, diante da iminência da morte do Rei Católico, mas sem o seu conhecimento. Neste momento, o Rei inglês consistia no maior adversário de Luís XIV, o que explica o seu interesse em atraí-lo para uma aliança que garantisse também os seus interesses na partilha espanhola. É relevante lembrar que, no primeiro acordo de partilha, firmado em 1668, a França havia recorrido ao Império, a fim de assegurar a parte da herança de cada Reino, ambos com descendência na Espanha.¹⁶²

Por sua vez, Guilherme III não tinha nenhuma pretensão à herança espanhola. Entretanto, o resultado da partilha em questão constituiria uma ameaça à defesa e ao comércio da Inglaterra. As lucrativas atividades comerciais empreendidas pelos ingleses na Espanha e, sobretudo, nos seus territórios ultramarinos poderiam ser afetadas, caso as colônias passassem a soberanos inimigos. Outro ponto seria o domínio dos Países Baixos espanhóis, de onde haveria grandes possibilidades de ataques à Inglaterra e às Províncias Unidas, o que alarmava Guilherme III. Por conta disso, o Monarca inglês assinou o

as suas máximas. Que tudo para eles era indiferente, a paz, ou a guerra, ou a neutralidade, a Casa de Áustria, ou a de França”. José da Cunha Brochado. *Memórias de José da Cunha Brochado*. Antologia e estudo introdutório por Mendes dos Remédios. Cascais, edição fac-similar, 1996, pp. 11-12.

¹⁶⁰ Memória do Rei de França para servir de instrução ao abade D'Estrées em Portugal, na qualidade de embaixador (1692). AMAE, Correspondance de Portugal, vol. 29, fl. 19v.

¹⁶¹ Jorge Borges de Macedo. *História diplomática portuguesa, constantes e linhas de força*. Lisboa, Revista “Nação e Defesa”, 1987, p. 219.

¹⁶² Luís Ribot. La repercusión en España del tratado de reparto de la Monarquía de 1668. Porfirio Sanz Camañes (Ed.) *Tempo de cambios. Guerra, diplomacia y política internacional de la Monarquía Hispánica (1648-1700)*. Madri, Actas, 2012, p. 56.

acordo com Luís XIV em 1698, que estabelecia a maior parte da Espanha – a Monarquia, Flandres e a América – como herança de José Fernando, filho do eleitor da Baviera e bisneto de Filipe IV. Filipe D’Anjou, neto do Rei Cristianíssimo receberia Nápoles e Sicília; o arquiduque Carlos de Áustria, segundo filho do Imperador Leopoldo I ficaria com Milão; e aos ingleses caberia Gibraltar e Ceuta, o que lhes garantiria a continuidade de seu comércio no Mediterrâneo.¹⁶³

Esta seria apenas a primeira negociação referente à partilha e sucessão de Espanha, pois esta matéria passaria por muitas alterações entre a virada do século e os primeiros anos do XVIII. Em 1699, antes mesmo da morte de Carlos II, quem faleceu foi José Fernando da Baviera, o que motivaria uma nova partilha. Sendo assim, Carlos de Áustria herdaria a Espanha, Flandres e as Américas, enquanto Filipe D’Anjou ficaria com os territórios italianos, exceto Milão. Guilherme III permaneceria com os mesmos territórios. Porém, a sua maior conquista consistia em assegurar que as possessões ultramarinas não passassem à França. Storrs destaca que havia grande interesse de França e Inglaterra para uma partilha negociada e pacífica, a fim de evitar uma nova guerra.¹⁶⁴

Neste “compasso de espera”, os negócios pareciam caminhar para a afirmação de uma paz duradoura na Europa. Contudo, a morte de Carlos II em outubro de 1700 motivaria uma nova mudança nos rumos das negociações diplomáticas européias. Contrariado, por conta do tratado de partilha da Monarquia hispânica, e tendo recebido o apoio de seus ministros, também descontentes com a possível divisão da Espanha, o Rei Católico havia deixado um testamento, segundo o qual Filipe D’Anjou, neto de Luís XIV deveria assumir a Coroa hispânica. Caso o duque D’Anjou não aceitasse a herança, ela deveria passar ao arquiduque Carlos. Ambos os herdeiros deveriam renunciar aos seus direitos de sucessão na França e no Império.¹⁶⁵

Luís XIV, já empenhado na sucessão de Espanha desde 1668, não cumpriria o tratado de partilha com a Inglaterra e o Império, inclusive sob a alegação de que o Imperador nunca aceitara de fato os termos firmados. Uma posição muito conveniente, diante da herança recebida por seu neto. Mas o conflito seria desencadeado ainda por outros

¹⁶³ Ricardo García Cárcel. *La Guerra de Sucesión en España*. Christopher Storrs. *Inglaterra y la Guerra de Sucesión española*. Francisco García González (coord.) *La Guerra de Sucesión en España y la batalla de Almansa, Europa en la encrucijada*. Madri, Sílex, 2009, p. 54 e 112, respectivamente.

¹⁶⁴ Christopher Storrs. *Inglaterra y la Guerra de Sucesión española*. Francisco García González (coord.) *La Guerra de Sucesión en España y la batalla de Almansa, Europa en la encrucijada*. Madri, Sílex, 2009, pp. 112-113.

¹⁶⁵ Christopher Storrs. *Inglaterra y la Guerra de Sucesión española*. Francisco García González (coord.) *La Guerra de Sucesión en España y la batalla de Almansa, Europa en la encrucijada*. Madri, Sílex, 2009, p. 113. Bély. *La France au XVIIe siècle. Puissance de l’État, contrôle de la société*. Paris, PUF, 2009, p. 764.

motivos. O Rei Cristianíssimo não reconheceria a renúncia de Filipe V – proclamado em novembro de 1700, como rei da Espanha – ao trono francês. Na prática, a Espanha seria anexada pela França, que avançaria com suas intervenções militares, despertando o temor de outras potências. Era a pretensão de uma Monarquia universal que Luís XIV estaria próximo de alcançar, agindo justamente contra os argumentos levantados a respeito da “Espanha triunfante”, verificados nos séculos XVI e XVII.¹⁶⁶ Tommaso Campanella já apontava no decênio de 1630 que, diante do declínio da Espanha, seria a França que cumpriria o desígnio cristão de estabelecer uma Monarquia universal.¹⁶⁷

Aliado a esta situação, a morte de Jaime II, Rei deposto na Inglaterra, que permaneceu até a sua morte na França, motivou o reconhecimento de seu filho, Jaime III, como legítimo Monarca inglês, por parte de Luís XIV. Diante disto, rompeu-se a paz estabelecida em Ryswick com a Inglaterra, bem como o reconhecimento de Guilherme III, ocorrendo ainda um embargo francês a todo comércio anglo-holandês. De acordo com Storrs, a intervenção inglesa na Guerra de Sucessão teria sido então um esforço para proteger a Revolução Inglesa, a religião protestante e a sucessão ao trono na Casa de Hanover.¹⁶⁸

Em 1702, seria formada a Grande Aliança, a fim de defender os direitos do arquiduque Carlos ao trono espanhol, reunindo Inglaterra, Holanda e o Império. Neste mesmo ano, Guilherme III faleceu, ficando sua cunhada, Ana Stuart, no trono inglês. É importante lembrar que diversos interesses econômicos também estiveram em jogo no conflito, conforme aponta Wallerstein,

Do ponto de vista britânico, os franceses tinham-se aboletado com uma fatia demasiado grande do bolo espanhol, e uma sucessão dos Bourbons em Espanha ameaçava reduzir ainda mais a fatia britânica – não tanto nas Américas, onde os britânicos tinham já posto os franceses fora de combate, mas na própria Espanha e no Mediterrâneo em geral. A guerra travada entre França e Grã-Bretanha não teve só a Espanha como alvo; era também uma tentativa de destruir as redes comerciais do adversário, especialmente através do curso.¹⁶⁹

Portugal havia mantido uma posição de neutralidade em relação aos conflitos europeus na segunda metade do século XVII, tendo D.

¹⁶⁶ Jean-Frédéric Schaub. *La Francia Española, las raíces hispanas del absolutismo francés*. Madrid, Marcial Pons, 2003, p. 268.

¹⁶⁷ Tommaso Campanella. *Monarchie d'Espagne et Monarchie de France*. Edité par Germana Ernst. Paris, PUF, 1997.

¹⁶⁸ Christopher Storrs. Inglaterra y la Guerra de Sucesión española. Francisco García González (coord.) *La Guerra de Sucesión en España y la batalla de Almansa, Europa en la encrucijada*. Madrid, Sílex, 2009, p. 114.

¹⁶⁹ Immanuel Wallerstein. *O sistema mundial moderno. O mercantilismo e a consolidação da economia-mundo europeia, 1600-1750*. Porto, trad. port., Edições Afrontamento, 1990 (1974), volume II, p. 187.

Pedro, ainda como Regente, recusado participar da guerra que Luís XIV empreendera contra a Holanda. Em outros momentos, como na Guerra da Liga de Augsburgo, o Monarca português, mesmo muito pressionado, se manteve alheio às disputas. Parece que tal neutralidade decorreu mais da incapacidade militar e diplomática portuguesa, do que propriamente uma posição deliberada de não intervenção nos conflitos europeus.¹⁷⁰

Na correspondência diplomática da França do final do século XVII, se verifica novamente a diligência acerca dos cônsules da nação francesa no Brasil. Até 1698, havia apenas um cônsul francês no Brasil, na capitania da Bahia. O embaixador President Rouillé teve a iniciativa de solicitar a permissão de instalação de um novo cônsul no Brasil, que se encaminharia então ao Rio de Janeiro. O Rei Cristianíssimo havia aprovado a idéia de propor o estabelecimento de cônsules no Rio de Janeiro e também em Pernambuco. Isso denota uma autonomia de negociação de Rouillé em Lisboa, o que não necessariamente ocorria em outras missões diplomáticas. No que concerne à permanência de um cônsul francês no Rio de Janeiro, este interesse do governo de Paris, a princípio, poderia ter duas razões: a percepção de que a Bahia deixara de ser o porto mais importante da colônia; ou que o Rio de Janeiro se tornara ainda mais importante por conta da descoberta das minas de ouro.¹⁷¹

A dita correspondência revela que eram constantes os pedidos do secretário de Estado francês a Rouillé sobre o estado do comércio português, especialmente no Brasil e sobre o tabaco, demonstrando os interesses da França a respeito. Em carta de março de 1699, Pontchartrain pedia a Rouillé informações sobre tudo o que se observasse sobre o comércio de Portugal, bem como as nações que com ele negociavam. No ano seguinte, em carta de janeiro de 1700, o ministro Pontchartrain destacava o interesse francês pela produção de açúcar e tabaco. Coincidência ou não, as Antilhas francesas estavam envolvidas também na produção de açúcar. E a Guiana tinha como um de seus principais produtos o tabaco.¹⁷² Isso parece confirmar o interesse francês em obter vantagens comerciais e minar acordos de Portugal com reinos adversários. É relevante destacar que nestes anos houve ainda a disputa, entre portugueses e franceses, pelas terras do Cabo Norte, com

¹⁷⁰ Pedro Cardim. Portugal en la Guerra por la Sucesión de la Monarquía española. Francisco García González (coord.) *La Guerra de Sucesión en España y la batalla de Almansa, Europa en la encrucijada*. Madri, Sílex, 2009, p. 231.

¹⁷¹ O embaixador francês era chamado de President Rouillé, pois além de embaixador extraordinário em Lisboa, era presidente do conselho do Rei Cristianíssimo. Carta de Rouillé ao governo de Paris (1698). AMAE, Correspondance de Portugal, vol. 31, fls. 92v; Carta de Rouillé ao governo de Paris (1699). AMAE, Correspondance de Portugal, vol. 31, fl. 286.

¹⁷² Carta de Pontchartrain a Rouillé (1700). AMAE, Correspondance de Portugal, vol. 31, fls. 293-294v.

negociações para um tratado provisional,¹⁷³ assunto que será tratado no Capítulo 5.

No que concerne à sucessão de Espanha, a Monarquia portuguesa acumulava algumas pretensões, como demonstrado por um parecer do duque de Cadaval ao Conselho de Estado, logo após a assinatura da paz na Península Ibérica. Há muito se especulava sobre a falta de descendência no Reino vizinho. Nesse sentido, quando chamado a participar das discussões acerca do tratado firmado em 1700, D. Pedro II pediu como parte de sua herança as praças de Badajoz e Alcântara, localizadas na fronteira. Como se não bastasse, o Rei de Portugal pretendia que, caso o Imperador não aprovasse o acordo de partilha, um dos infantes portugueses substituisse o arquiduque Carlos como herdeiro. O governo de Lisboa tentava aproveitar tal oportunidade para ganhar espaço na diplomacia europeia.¹⁷⁴ Mas, evidentemente que ingleses e franceses se opuseram a proposta de restabelecer uma União Ibérica, agora sob liderança lusa. Luís XIV defendia de modo veemente, desde a ruptura de 1640, que as Monarquias ibéricas permanecessem separadas. Por sua vez, Guilherme III acreditava que os espanhóis não aceitariam ceder praças ao Reino vizinho, o que poderia desestabilizar ainda mais a região.¹⁷⁵

Com Filipe V no trono espanhol, Portugal manteve uma postura oscilante no início do conflito. Em junho de 1701, assinou um tratado com a França, reconhecendo o neto de Luís XIV como Rei da Espanha. Por meio deste acordo, ficaria assegurada aos portugueses a soberania na Índia e na Colônia do Sacramento. O governo de Paris serviria também como mediador nas negociações de dívidas com Inglaterra e Holanda. E caso a guerra se iniciasse, os portos portugueses ficariam fechados às potências marítimas. Diante deste acordo, Inglaterra e Holanda executaram uma política diplomática com o objetivo de atrair Portugal.¹⁷⁶

¹⁷³ Carta de Pontchartrain a Rouillé (1699). AMAE, Correspondance de Portugal, vol. 31, fls. 188; Carta de Pontchartrain a Rouillé (1700). AMAE, Correspondance de Portugal, vol. 31, fl. 317. Verifica-se ainda na correspondência diplomática uma memória sobre o comércio de tabaco no Brasil. AMAE, Correspondance de Portugal, vol. 31, fl. 200.

¹⁷⁴ Carta de Rouillé ao governo de Paris (1700). AMAE, Correspondance de Portugal, vol. 35, fls. 127-137.

¹⁷⁵ Pedro Cardim. Portugal en la Guerra por la Sucesión de la Monarquía española. Francisco García González (coord.) *La Guerra de Sucesión en España y la batalla de Almansa, Europa en la encrucijada*. Madri, Sílex, 2009, pp. 233-234. Na iminência do início da guerra, o governo de Paris pedia que Rouillé informasse sobre os navios portugueses e o tipo de armamento que levariam, sendo pesado ou não. Carta de Pontchartrain a Rouillé (1698). AMAE, Correspondance de Portugal, vol. 31, fl. 125.

¹⁷⁶ Pedro Cardim. Portugal en la Guerra por la Sucesión de la Monarquía española. Francisco García González (coord.) *La Guerra de Sucesión en España y la batalla de Almansa, Europa en la encrucijada*. Madri, Sílex, 2009, pp. 235-236.

Para a Monarquia cristianíssima, a indefinição de Portugal acerca de uma liga ofensiva e defensiva no possível conflito que estouraria na Europa causava o descontentamento não apenas em relação à aliança no dito continente, mas ameaçava inclusive o tratado provisional que fora assinado sobre as terras do Cabo Norte. Na França, havia o intuito de torná-lo definitivo, o que seria impossibilitado caso Portugal mantivesse a sua relativa neutralidade ou se aproximasse das potências marítimas. O alinhamento de Portugal com Inglaterra e Holanda também prejudicaria as atividades econômicas francesas no Reino, além das perspectivas de comércio envolvendo a Espanha.¹⁷⁷

Outras tentativas diplomáticas tiveram lugar para enredar Portugal numa aliança. A Inglaterra negociava oferecer uma princesa para o matrimônio com o herdeiro português, D. João. Havia também a opção de um casamento com uma arquiduquesa do Império. Por sua vez, a França buscava uma alternativa a estas negociações, a fim de que o herdeiro dos Bragança desposasse uma princesa sobrinha de Luís XIV.¹⁷⁸ Neste cenário de hesitação do governo de Lisboa, para a França seria importante, ao menos, assegurar a neutralidade portuguesa, embora os franceses não acreditassem que Portugal romperia o acordo já assinado com a França.¹⁷⁹

Sendo assim, houve uma série de debates acerca da posição que a Monarquia portuguesa deveria assumir, ponderando-se as conseqüências de cada possível aliança para o Reino. Antes mesmo da guerra se iniciar, em 1702, Portugal evitava tomar partido nas disputas, não fornecendo qualquer apoio militar. No que concerne às alianças, havia três opções: o apoio à França, defendendo a integridade do Reino, a fim de não desencadear nenhuma disputa com o Rei Cristianíssimo; a cooperação com a Inglaterra, integrando a Grande Aliança, privilegiando assim a defesa dos territórios ultramarinos; ou uma posição neutral, que contribuiria para a manutenção das atividades comerciais do Reino, como destacaria o próprio embaixador francês Rouillé.¹⁸⁰

Na corte de Lisboa, os ministros de D. Pedro II se dividiam nas opiniões. O conde de Castelo Melhor, tendo voltado do exílio em 1687, apontava a aliança inglesa, como a mais segura para o comércio

¹⁷⁷ Carta de Luís XIV a Rouillé (1701). AMAE, Correspondance de Portugal, vol. 36, fls. 185; Carta de Luís XIV a Rouillé (1702). AMAE, Correspondance de Portugal, vol. 36, fl. 241v.

¹⁷⁸ Carta de Luís XIV a Rouillé (1701). AMAE, Correspondance de Portugal, vol. 36, fls. 221v. Carta de Luís XIV a Rouillé (1702). AMAE, Correspondance de Portugal, vol. 36, fl. 225. É interessante perceber como a postura do governo de Paris se alterou tanto ao longo do século XVII, visto que Portugal havia buscado de modo insistente um casamento que unisse as Casas de Bragança e os Bourbons, sem ter obtido sucesso.

¹⁷⁹ Carta de Luís XIV a Rouillé (1702). AMAE, Correspondance de Portugal, vol. 36, fls. 256-257.

¹⁸⁰ Instrução a Rouillé (1697). AMAE, Correspondance de Portugal, vol. 31, fl. 64.

português, bem como às possessões ultramarinas, embora tentasse passar a imagem de que defendia uma posição neutral para o Reino. Roque Monteiro Paim e o confessor do Rei também eram partidários do acordo com a Grande Aliança. Entre os defensores dos Bourbon estavam o duque de Cadaval¹⁸¹ e o secretário Mendo de Foios, que priorizavam a defesa do Reino, além de considerarem vantajosas as concessões territoriais propostas por Luís XIV. O marquês de Alegrete acreditava que a neutralidade seria a melhor opção ao Reino.¹⁸²

Entre os representantes diplomáticos portugueses em diferentes cortes européias também houve discussões acerca da posição que Portugal deveria adotar. José da Cunha Brochado, enviado a Paris, teve uma posição hesitante em relação às alianças, mas veemente quanto à neutralidade, que de modo algum traria benefícios a Portugal. De qualquer modo, antes do início da guerra e da tomada de decisão, o Reino deveria se guarnecer, conforme Cunha Brochado aponta em carta de novembro de 1700. A Monarquia portuguesa deveria ficar na expectativa, aproveitando o período de indecisão para se armar convenientemente: “a maior política será o maior disfarce, e a melhor negociação será a de ter boas tropas e bons navios”.¹⁸³

No entanto, o enviado português em Paris passou a acreditar que a neutralidade de direito – estabelecida com ambos os lados da guerra, e não pautada pela simples indiferença à guerra – poderia garantir algumas vantagens ao Reino, além de preservá-lo de confrontos militares. Francisco de Sousa Pacheco, embaixador na Holanda, apoiava claramente o alinhamento à Grande Aliança, diante da inevitabilidade da guerra, tendo manifestado a sua discordância em relação ao tratado assinado com a França em 1701. Por sua vez, o embaixador em Londres, D. Luís da Cunha, defendeu inicialmente que Portugal “vendesse” a sua neutralidade, seguindo o pensamento proposto por Cunha Brochado. Mas o estouro da guerra o fez acreditar que o comércio português estaria mais seguro com o apoio à Grande Aliança.¹⁸⁴

José da Cunha Brochado também fez duras críticas ao acordo assinado com Luís XIV, destacando a falta de diálogo entre os representantes diplomáticos, além da falta de instruções adequadas:

¹⁸¹ Apesar de seu progressivo afastamento da política francesa, alinhando-se mais aos espanhóis, neste momento de iminência da Guerra de Sucessão, os interesses de franceses e espanhóis coincidiam, estando Filipe V, neto de Luís XIV, no trono espanhol.

¹⁸² Isabel Cluny. A Guerra de Sucessão de Espanha e a diplomacia portuguesa. *Penélope*, n. 26, 2002, pp. 70- 72.

¹⁸³ *Apud* Damião Peres. *A diplomacia portuguesa e a sucessão de Espanha (1700-1704)*. Barcelos, Portucalense Editora, 1931, pp. 36-37.

¹⁸⁴ Isabel Cluny. A Guerra de Sucessão de Espanha e a diplomacia portuguesa. *Penélope*, n. 26, 2002, pp. 69-70.

procede isto de que na nossa corte os principais ministros não tem notícias das cortes estrangeiras, e não se examina o que delas se escreve. Do que se segue que os ministros, e enviados que andam por fora sem excetuar os grandes senhores, escrevem o que lhes parece mais a propósito para se insinuarem de grandes penetradores dos negócios, e não referem o que realmente acontece por entenderem que desacreditam as suas negociações, e assim dão mil cores ao que otram, e mil desculpas ao que deixam de obrar; e como nada se examina, e tudo se passa, ou para melhor dizer, tudo se agradece, pouco a pouco se descuidam da principal obrigação, e lhes falta aquele temor de mal avaliados, que é o maior estímulo para obrar bem. Este é o princípio de algumas desordens, que vimos no nosso tempo em algumas cortes da Europa, cujos exemplos irão em outro lugar [...] tudo nasce do medo com que os nossos ministros procedem-se nas cortes estrangeiras, e se fazem alguma coisa de resolução é quando sucede de improviso, que de pensado sempre ficam pior.¹⁸⁵

Nesse sentido, ele ainda afirma que os enviados da Monarquia portuguesa muitas vezes eram criticados pelo seu desconhecimento em relação aos demais reinos e o que se passava nas cortes estrangeiras. Por isso, Cunha Brochado acabaria propondo que houvesse um “secretário de Estado expresso para negócios estrangeiros”.¹⁸⁶

A França acabou não enviando as tropas militares ao Reino, conforme havia prometido, protagonizando ainda uma crescente influência no governo de Filipe V. A neutralidade que os lusos pretendiam sustentar por mais algum tempo, acabou por ser considerada a posição mais delicada, visto que “a neutralidade era um conceito um tanto ambíguo, pois tanto podia ser entendida como não participação no conflito, como podia ser um tratado estabelecido entre Portugal e os blocos em confronto, de modo a retirar vantagens para o reino desse estatuto de nação não beligerante.”¹⁸⁷ Diante disto, o governo de Lisboa optaria pela aliança com a Inglaterra, privilegiando assim a manutenção de suas colônias. Este posicionamento oscilante da Monarquia portuguesa acabaria desencadeando a desconfiança e a indignação francesas.¹⁸⁸

Em meio à guerra, o embaixador José da Cunha Brochado destaca a sua situação verificada na corte de Paris:

O sistema político geral ficou pervertido, introduzindo-se em todas as cortes e repúblicas uma confusão e um medo, que a mais ousada política não podia então distinguir de vassalagem e escravidão. Nesta figura, e em uma variação de

¹⁸⁵ José da Cunha Brochado. *Memórias de José da Cunha Brochado*. Antologia e estudo introdutório por Mendes dos Remédios. Cascais, edição fac-similar, 1996, pp. 7-9.

¹⁸⁶ Ibidem, pp. 10 e 51, respectivamente.

¹⁸⁷ Isabel Cluny. A Guerra de Sucessão de Espanha e a diplomacia portuguesa. *Penélope*, n. 26, 2002, p. 72.

¹⁸⁸ Fernando A. Novais. *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. São Paulo, Hucitec, 2001, 7ª. Edição (1979), p. 18. A indefinição de uma postura na guerra também causou temor em Lisboa, por causa da contenda sobre as terras do Cabo Norte. Carta da Rouillé ao governo de Paris (1701). AMAE, Correspondance de Portugal, vol. 35, fls. 279-280v.

máximas, em que era necessário ora de uma maneira, ora de outra assegurar novos interesses, e buscar com cautela e dissimulações novas alianças, não podia eu como enviado de Portugal, achar-me em maior embaraço, em maior perturbação e em situação de maior vigilância e de mais indagação, sem aliado seguro, e sem ministro confidente para me aconselhar e para me instruir nos negócios de que devia dar conta a minha corte.¹⁸⁹

Pedro Cardim lembra que a marinha portuguesa apresentava uma clara fragilidade, não podendo o Reino nem garantir as ligações com as possessões ultramarinas de modo autônomo. Tal situação teria decorrido das constantes ingerências estrangeiras que marcaram o pós Restauração, com os tratados assinados com Inglaterra, Holanda e França. Por causa destes acordos, houve a utilização dos portos do Reino e alguma condescendência das autoridades no tocante ao contrabando. Dada essa fragilidade da marinha portuguesa, além da constatação do grande poderio naval de ingleses e holandeses, Portugal passou a integrar a Grande Aliança, a partir de maio de 1703. Neste ano, Prússia e Sabóia também passaram a apoiar os aliados. Outro ponto bastante relevante, que teria levado ao acordo com a Inglaterra, foi a chegada de constantes carregamentos de ouro vindos do Brasil. Além do interesse mútuo de ingleses e portugueses, a aliança visaria a atender à segurança desta valiosa mercadoria.¹⁹⁰

A assinatura do tratado de Methuen, em 1703, consolidou as vantagens econômicas obtidas pela Inglaterra, nos tratados anteriores firmados com Portugal. Este acordo abriria o mercado português aos tecidos ingleses, especialmente os de lã. Em troca, Portugal aumentaria a exportação de vinhos – a preferência dos ingleses recaía sobre os vinhos da Madeira – ao seu parceiro.¹⁹¹

¹⁸⁹ ANTT. Manuscritos da Livraria, n. 570. Cartas e negociações de José da Cunha Brochado na corte de França. Advertência que consta no início do volume. (fólios não numerados).

¹⁹⁰ Pedro Cardim. Portugal en la Guerra por la Sucesión de la Monarquía española. Francisco García González (coord.) *La Guerra de Sucesión en España y la batalla de Almansa, Europa en la encrucijada*. Madri, Sílex, 2009, p. 231. Isabel Cluny. A Guerra de Sucessão de Espanha e a diplomacia portuguesa. *Penélope*, n. 26, 2002, p. 73. Nos decênios seguintes, o interesse pela chegada das frotas anuais do Brasil, vindas do Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco, aumentou consideravelmente, pois agora além de açúcar e outros produtos coloniais, traziam também ouro e diamantes. A chegada das frotas era inclusive noticiada pela Gazeta de Lisboa, e em outras gazetas manuscritas, cuja circulação era mais restrita. Maria Beatriz Nizza da Silva. *D. João V*. Lisboa, Temas e Debates, 2009, p. 256.

¹⁹¹ A importação de vinho português, sobretudo da Madeira, pela Inglaterra nos períodos de guerra com a França, se mostrou muito útil, a fim de compensar a falta de importação dos vinhos franceses, durante a guerra da Liga de Augsburg e a de Sucessão de Espanha. No entanto, mesmo com alto índice de exportação dos vinhos, o preço praticado era baixo, o que não resolvia o déficit na balança de comércio portuguesa com a Inglaterra. Sandro Sideri. *Comércio e poder. Colonialismo informal nas relações anglo-portuguesas*. Lisboa: Edições Cosmos, Santos: Livraria Martins Fontes, 1970, pp. 53-55.

Como consequência do tratado, houve o aumento da produção vinícola em Portugal. Logo, ocorreu uma migração para as áreas produtoras e até mesmo terras que estavam destinadas a outras culturas, como milho e outros cereais, foram destinadas à produção de vinho. E isso tornaria Portugal mais dependente da importação de alimentos. Sideri conclui que o tratado com a Inglaterra não trouxe vantagens comerciais a Portugal, pelo contrário, com isso minou-se a oportunidade de desenvolvimento de manufaturas tanto no Reino, quanto nas colônias, o que ainda afetaria, posteriormente, o processo de industrialização do país.¹⁹² Do ponto de vista da Inglaterra, embora o vinho português fosse mais caro do que o produto francês, ele não precisava ser pago com metais preciosos, como ocorria nas trocas comerciais com a França, dada a grande quantidade de tecidos exportados para Portugal.¹⁹³

As potências marítimas conheciam o potencial estratégico de Portugal para a guerra, tanto pelos seus portos, quanto pelos limites terrestres que favoreceriam ataques à Espanha. E antes mesmo que a Monarquia portuguesa se aproximasse dos aliados, estes já planejavam a entrada do arquiduque Carlos na Espanha, por meio de Lisboa. Esta condição esteve inclusive nas conversas entre D. Pedro II e John Methuen, para firmar o tratado com a Inglaterra. Logo, os portugueses insistiram para que Carlos viesse a Lisboa, considerando que esta participação lusa, de modo direto, no conflito asseguraria o cumprimento das promessas feitas pelos aliados.¹⁹⁴

O arquiduque Carlos desembarcou em Lisboa em março de 1704. Nuno Monteiro lembra que tal fato “traduzia um reconhecimento internacional sem precedentes da dinastia implantada em 1640.” Desse modo, em abril, Filipe V declararia guerra a Portugal, dando início aos confrontos na fronteira. Mas “a guerra continuou a ser marcada, como as anteriores campanhas, por uma notória sazonalidade, que impunha em regra tréguas de fato, pelo menos no Inverno.”¹⁹⁵ Diante da participação portuguesa na Grande Aliança, contando com a permanência do arquiduque Carlos em Lisboa, o secretário de Estado francês classificava

¹⁹² Sandro Sideri. *Comércio e poder. Colonialismo informal nas relações anglo-portuguesas*. Lisboa: Edições Cosmos, Santos: Livraria Martins Fontes, 1970, pp. 79-80.

¹⁹³ Immanuel Wallerstein. *O sistema mundial moderno. O mercantilismo e a consolidação da economia-mundo européia, 1600-1750*. Porto, trad. port., Edições Afrontamento, 1990 (1974), volume II, p. 191.

¹⁹⁴ Pedro Cardim. Portugal en la Guerra por la Sucesión de la Monarquía española. Francisco García González (coord.) *La Guerra de Sucesión en España y la batalla de Almansa, Europa en la encrucijada*. Madri, Sílex, 2009, pp. 239-240.

¹⁹⁵ Nuno Gonçalo Monteiro. A Guerra de Sucessão de Espanha. Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira (dir.). *Nova História Militar de Portugal*. Lisboa, Círculo de Leitores, 2000, p. 302.

tal decisão de D. Pedro II como um “crime” contra as Monarquias francesa e espanhola.¹⁹⁶

Em 1705, morreu o Imperador Leopoldo I, tendo assumido o trono o seu primogênito, D. José I. Também neste ano, o arquiduque Carlos chegou à Catalunha, vindo de Lisboa. Em 1706, ele seria aclamado Carlos III, pelas tropas das potências marítimas, em Madri. Desde então, a Catalunha seria a região que forneceria apoio maciço a Carlos III, inclusive com o estabelecimento de uma ajuda mútua entre catalães e ingleses em relação às atividades comerciais. Por conta disso, a conquista de Barcelona se tornaria uma obsessão para Filipe V. Há quem acredite que o constante apoio da Catalunha a Carlos III teria um cunho anti-francês.¹⁹⁷

Em 1706, seria a vez de Portugal velar seu soberano, tendo falecido D. Pedro II em dezembro. Em janeiro do ano seguinte, seu filho D. João V assumiria a Coroa. Ainda no mesmo ano, foi firmado o acordo matrimonial do Monarca português com Mariana de Áustria – irmã do Imperador José I e de Carlos III de Espanha – atendendo com isso também aos interesses envolvidos na guerra de Sucessão, estando Portugal apoiando os aliados, entre eles o Império. O casamento régio se realizaria em 1708.

A correspondência diplomática francesa, referente aos anos de 1707-1708, apresenta algumas memórias que tratam das figuras importantes no governo de Lisboa, bem como de suas tendências políticas.¹⁹⁸ No texto, uma lista expõe nomes dos “amigos” de França, entre os ministros e conselheiros do Rei, de inimigos e de indiferentes à política de Luís XIV. No ano seguinte, há uma espécie de continuação da memória sobre Portugal, com breves referências de cada pessoa de destaque na corte lisboeta. A memória contém ainda uma análise das forças militares do Reino e uma descrição do jovem Rei D. João V, e do Príncipe D. Francisco. Em seguida, consta uma lista dos “grandes” de

¹⁹⁶ Projeto para terminar com honra a guerra de Portugal, no caso da França não consentir que o Reino caia sob dominação da Espanha. (1704). AMAE, Correspondance de Portugal, vol. 44, fl. 64. Na correspondência de 1704, constam muitas memórias a respeito do comércio português, tanto no Brasil, quanto no Oriente, demonstrando, a nosso ver, mais uma vez, as perspectivas frustradas do governo de Paris em tirar proveito, do ponto de vista econômico, da aliança com Portugal, após o tratado de Methuen.

¹⁹⁷ Ricardo García Cárcel. La Guerra de Sucesión en España. Francisco García González (coord.) *La Guerra de Sucesión en España y la batalla de Almansa, Europa en la encrucijada*. Madri, Sílex, 2009, pp. 56-57. Nuno Gonçalo Monteiro. A Guerra de Sucessão de Espanha. Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira (dir.). *Nova História Militar de Portugal*. Lisboa, Círculo de Leitores, 2000, p. 303.

¹⁹⁸ Memória sobre as disposições dos ânimos na corte de Lisboa (1707). AMAE, Correspondance de Portugal, vol. 45, fls. 131-132v.

Portugal, também com referências políticas, destacando os que integravam o partido da Casa de Áustria.¹⁹⁹

Retornando aos acontecimentos da guerra, a importante batalha de Almansa, ocorrida em 1707, significaria muito mais do que uma vitória militar à Espanha, contribuindo também para a permanência de Filipe V no poder. A partir deste triunfo Bourbon, houve a iniciativa para se negociar o término do conflito. Bély aponta que os espanhóis demonstravam uma total fidelidade ao seu Rei, proporcional à repugnância que manifestavam em relação aos aliados: os detestados vizinhos portugueses, além de ingleses e holandeses, todos hereges.²⁰⁰

Dois anos depois, em 1709, a guerra permanecia incerta, mas revelando novos rumos. Luís XIV tentava iniciar negociações para o término do conflito, devido às dificuldades financeiras enfrentadas pela França, cogitando até retirar as suas tropas da Espanha. Carlos III seria reconhecido neste mesmo ano pelo Papa e conseguiria chegar até Madri, em 1710, ainda que a ocupação dos aliados tenha durado pouco tempo. Por sua vez, Filipe V avançava rumo à Catalunha, obtendo vitórias importantes, e obrigando as tropas de Carlos III a recuarem para a região catalã.

Não apenas a França, mas também a Inglaterra tinha interesse em iniciar as negociações de paz, mas por motivos diversos. Os ingleses se encontravam temerosos diante do poderio militar francês, que proporcionara a vitória em Almansa. Havia o risco de Luís XIV ajudar Jaime III, defendido como legítimo sucessor do trono inglês, contra a Rainha Ana Stuart. O receio era que houvesse uma invasão à Escócia, onde havia muitos católicos, a fim de que esse grupo defendesse as pretensões Jaime III.²⁰¹

Entretanto, o cenário da guerra passaria novamente por modificações. Com a morte do Imperador José I em 1711, seu irmão, o arquiduque Carlos seria chamado a assumir o trono imperial. A possibilidade de restaurar o Império de Carlos V, reunindo todos os domínios Habsburgo sob a mesma liderança, também com pretensões a uma Monarquia universal – como ocorrera com Luís XIV e Filipe V –

¹⁹⁹ Memória sobre Portugal (1708). AMAE, Correspondance de Portugal, vol. 45, fls. 135-150.

²⁰⁰ Lucien Bély. La Guerra de Sucesión de España en Francia. Francisco García González (coord.) *La Guerra de Sucesión en España y la batalla de Almansa, Europa en la encrucijada*. Madri, Sílex, 2009, pp. 180-181. Francisco García González aponta que a vitória obtida em Almansa possuiu um caráter essencialmente francês, por sua liderança, estratégia, recursos e boa parte do exército envolvido. Introdução. *La Guerra de Sucesión en España y la batalla de Almansa, Europa en la encrucijada*. Madri, Sílex, 2009, p. 12.

²⁰¹ Ricardo García Cárcel. La Guerra de Sucesión en España. Francisco García González (coord.) *La Guerra de Sucesión en España y la batalla de Almansa, Europa en la encrucijada*. Madri, Sílex, 2009, p. 59.

não agradaria aos aliados, sobretudo à Inglaterra. Sendo assim, a Monarquia inglesa passaria a defender a manutenção de Filipe V no trono espanhol.

Entre os anos 1713-1714, os representantes diplomáticos da França em Lisboa tornariam a compor memórias a respeito das figuras políticas de relevo na corte, inclusive os membros do conselho privado do soberano, além de descrições sobre o Rei e a Rainha de Portugal. É interessante perceber que, anteriormente, ao longo do século XVII, não houvera maiores preocupações dos enviados franceses com os ministros de Portugal. O duque de Cadaval e o conde de Castelo Melhor constituíram exceções, pois tiveram uma participação política mais ampla e importante, despertando o interesse dos agentes franceses, num momento que Luís XIV ainda buscava estabelecer a sua tutela política sobre os governos de D. Afonso e D. Pedro, com a presença de Maria Francisca de Sabóia em Lisboa. No entanto, no início do XVIII, há várias memórias ou relações sobre quem desempenhava funções notáveis na cena política portuguesa, destacando-se a inclinação à França ou em contrário. Uma possível explicação para isso seria o maior interesse francês de intervir na política dos Bragança, estando neste momento Portugal alinhado à Inglaterra.²⁰²

Uma memória, que serviu de instrução ao novo embaixador francês, abade Mornay, a partir de 1714, comprova este crescente empenho por parte do governo de Paris de se reaproximar da Monarquia portuguesa, a fim de obter vantagens econômicas. Logo no início da memória, aponta-se que os Bragança, casa reinante em Portugal, somente pudera se manter no trono, devido aos reforços recebidos do Rei Cristianíssimo, contra as pretensões de Espanha em dominar Portugal.²⁰³ O abade Mornay deveria descobrir logo, para o bom serviço de Luís XIV, as características, inclinações e interesses de cada ministro de D. João V. Mas um dos principais objetivos do embaixador seria trabalhar para a manutenção dos privilégios dos mercadores franceses em Lisboa, já que o comércio entre Portugal e França havia sofrido muito com a guerra, além do aumento do comércio do Reino com a Inglaterra. Mornay também deveria avisar sobre todas as atividades comerciais no Brasil, principalmente, sobre as minas de ouro.²⁰⁴

O abade Mornay deveria fazer instâncias para manter à nação francesa os mesmos privilégios concedidos a ingleses e holandeses, inclusive com o estabelecimento do mesmo número de cônsules no Brasil. Em carta sobre o assunto, de outubro de 1714, consta que nunca havia tido cônsules franceses no Rio de Janeiro e em Pernambuco, ao

²⁰² Memória sobre Portugal (1713). AMAE, Correspondance de Portugal, vol. 45, fls. 349 e 354; vol. 46, fls. 195-196v.

²⁰³ Memória para servir de instrução ao abade de Mornay em Portugal, na qualidade de embaixador. (1714). AMAE, Correspondance de Portugal, vol. 46, fl. 37.

²⁰⁴ Ibidem, fls. 47-51.

contrário do que ocorria com os comerciantes de Inglaterra e Holanda. No que concerne à nação francesa, havia apenas um vice-cônsul, nomeado pelo cônsul de Lisboa, sendo necessária ainda a aprovação do Rei de Portugal. Menciona-se que tal problema não deveria ocorrer, por conta do livre comércio que fora estabelecido pelo acordo de 1667, e confirmado pelos tratados posteriores.²⁰⁵

A partir destas diligências, se evidencia o objetivo do governo de Paris em assegurar a participação dos mercadores da nação francesa das atividades comerciais no Brasil. No início do XVIII, verifica-se ainda grande quantidade de correspondências entre o secretário de Estado francês e os representantes da Monarquia cristianíssima em Lisboa, a respeito da descoberta de minas de ouro na colônia. Em carta de novembro de 1714, estima-se uma produção de cerca de 40 milhões de libras por ano. Junto a esta informação, Mornay enviou a Paris a tradução de uma memória sobre as minas do Brasil, que fora enviada do Rio de Janeiro a um ministro de Portugal.²⁰⁶

As negociações para o término da guerra se iniciaram em janeiro de 1712, em Utrecht, mas a paz entre todos os participantes do conflito seria estabelecida apenas em 1715. No início de 1712, chegaram a Utrecht os plenipotenciários portugueses: o conde Tarouca e D. Luís da Cunha. Entre os objetivos de Portugal estava assegurar a paz com a França, consolidando os limites firmados entre a Guiana e a Amazônia, segundo os quais a possessão francesa se estenderia até o rio Oiapoque, permanecendo as duas margens do Amazonas sob domínio português. No território ao sul da colônia, pretendia-se garantir o domínio português sobre a Colônia do Sacramento. Conforme D. Luís da Cunha, “os tratados, por mais claros e distintos que pareçam quando se fazem, sempre depois se acha por onde se lhes pegue, quando se não quiserem cumprir”.²⁰⁷ A respeito das disputas territoriais neste contexto da Guerra de Sucessão, Íris Kantor aponta:

O debate sobre a soberania nos mares e terras distantes balizou a elaboração de novos conceitos de soberania territorial na passagem do século XVII ao XVIII. O novo paradigma suplantaria os pressupostos teológico-políticos que asseguravam a incorporação dos espaços, ainda não conhecidos e dominados numa totalidade representada por um virtual Império cristão universal. A tensão entre uma concepção teológico-política e uma visão secular da soberania

²⁰⁵ Carta do abade de Mornay ao governo de Paris (1714). AMAE, Correspondance de Portugal, vol. 46, fls. 264-268v.

²⁰⁶ Carta do abade de Mornay ao governo de Paris (1715). AMAE, Correspondance de Portugal, vol. 49, fls. 198v; Tradução de uma memória enviada do Rio de Janeiro a um ministro de Portugal (1715). AMAE, Correspondance de Portugal, vol. 49, fl. 202.

²⁰⁷ *Apud*. Maria Beatriz Nizza da Silva. *D. João V*. Lisboa, Temas e Debates, 2009, p. 316.

se aprofundava à medida que a fronteira colonial avançava, tornando a presença dos missionários uma contradição insuperável.²⁰⁸

A paz foi assinada em 1715, quando ficou instituída a divisão dos territórios da Espanha no continente europeu. Filipe V foi reconhecido como Rei da Espanha, permanecendo com os territórios ultramarinos. Ao Império coube os territórios italianos, exceto a Sicília, que foi destinada à Sabóia. Os Países Baixos (espanhóis) também ficaram sob o domínio imperial. Foi estabelecida ainda a renúncia acerca da união territorial entre Espanha e França. A Inglaterra, obtendo Gibraltar, conseguiu barrar o avanço continental francês e consolidar a sua supremacia marítima. A Rainha Ana Stuart também teve sua legitimidade reconhecida. Portugal, em termos territoriais, obteve apenas a Colônia do Sacramento, afirmando a sua orientação política e econômica voltada para o Atlântico. Nuno Monteiro caracteriza a participação portuguesa na guerra como “quase sempre condicionada por uma dispersão e ineficácia dos centros de decisão e por uma relativa indefinição dos objetivos militares estratégicos que limitaram os resultados dessa experiência singular de contato entre as elites portuguesas e as das outras monarquias.”²⁰⁹

Analisando então os percursos da diplomacia portuguesa no pós Restauração, é relevante destacar algumas linhas gerais. No Reinado de D. João IV, a atividade diplomática esteve empenhada em obter uma “aliança salvadora” que proporcionasse o reconhecimento da nova dinastia de Bragança, integrando novamente o Reino às questões internacionais. A primeira aliança da diplomacia brigantina, com a Inglaterra, propiciou então maior importância à Monarquia portuguesa. Já com D. Afonso VI, sob o valimento de Castelo Melhor, as diligências para a paz com a Espanha se intensificaram, tendo sido obtido ainda um acordo matrimonial com a França. Quando D. Pedro assumiu a Regência, a paz na Península Ibérica foi finalmente concretizada. No entanto, após a assinatura da paz, o governo de Lisboa adotou um posicionamento hesitante no que concernia à participação em conflitos no continente. A oscilação portuguesa ora pendia para o governo de Paris, ora para Madri. Tal situação evidenciava a fragilidade da autoridade do Príncipe D. Pedro na condução de Portugal, sem haver, portanto, um planejamento de atuação política nas questões européias, e mesmo nas que envolviam possessões no ultramar. Esta indefinição foi posta de lado, quando do início das disputas pela sucessão de Espanha.

²⁰⁸ Íris Kantor. Usos diplomáticos da ilha-Brasil: polêmicas cartográficas e historiográficas. *Varia História*, vol. 23, n. 37, 2007, pp. 78-79. Esta mudança de paradigma, acerca da soberania territorial, implicaria na condução das missões a cargo dos padroados ibéricos, bem como nas ações da Sagrada Congregação de Propagação da Fé, vinculada ao Papado.

²⁰⁹ Nuno Gonçalo Monteiro. A Guerra de Sucessão de Espanha. Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira (dir.). *Nova História Militar de Portugal*. Lisboa, Círculo de Leitores, 2000, pp. 305-306.

Forçosamente, D. Pedro, já coroado Rei, precisava adotar uma posição política mais contundente. Ainda que a decisão de participar da guerra tenha sido decorrente da debilidade militar e das dificuldades econômicas do Reino. Com a morte de D. Pedro II, seu sucessor D. João V seguiu o mesmo caminho, orientando a política portuguesa com foco no ultramar.

PARTE II

TENSÕES NO ULTRAMAR: AMEAÇAS FRANCESAS AO ESTADO DO BRASIL E MARANHÃO

CAPÍTULO 4

A MISSIONAÇÃO DOS CAPUCHINHOS BRETÕES

Tratar da presença missionária dos capuchinhos bretões no Estado do Brasil, no século XVII, implica na compreensão da formação da Ordem dos Frades Menores Capuchinhos, que consistiu numa dissidência da Ordem Franciscana.

Ao longo da história franciscana, ocorreu uma série de divergências em torno da Regra proposta por São Francisco. Apesar disso, os frades menores deveriam viver em contato direto com o povo, priorizando a oração e reunindo a comunidade cristã. A pregação da Palavra deveria testemunhar o desprendimento em relação aos bens materiais. E a denominação de *menores* deve ser entendida a partir de trechos do Evangelho, no tocante à postura de humildade cristã, cultivando o espírito de serviço.¹

De um modo geral, as reformas ocorreram em decorrência do afastamento do ideal primitivo, manifestando-se então contra as interpretações da Regra que poderiam gerar um acomodamento. Mateus de Bascio, jovem sacerdote, pertencia a um grupo que ansiava pela liberdade de seguir a Regra ao pé da letra. Em 1525, teve uma visão, em que São Francisco confirmava a sua atitude. Deste modo, adotou um outro hábito, como teria sido o do santo fundador: mais rude e com capuz pontiagudo. Não conseguindo a aprovação de seus superiores, Mateus se dirigiu a Roma, a fim de obter a aprovação do Papa. E assim alcançou a permissão para viver a Regra, de acordo com sua vontade.²

Ainda no ano de 1525, também manifestaram o desejo de se retirar para um eremitério, os irmãos de sangue Ludovico e Rafael de Fossombrone, mas o provincial João de Fano negou-lhes o pedido. Diante disto, os irmãos saíram em busca de refúgio em algum eremitério. Considerados fugitivos, foram procurados pelo provincial. Juntaram-se então a Mateus de Bascio, mas este os aconselhou a pedir também autorização pontifícia para que pudessem observar a Regra como queriam, com a estrita observância.³

¹ Lázaro Iriarte. *História Franciscana*. Petrópolis, trad. port., Vozes, 1985, pp. 40-41.

² Ibidem, pp. 240-241.

³ Ibidem, p. 241.

Houve uma multiplicação de eremitérios, com um grande número de observantes juntando-se aos capuchinhos. Inicialmente, frei Mateus foi considerado o pai da reforma, mas foi frei Ludovico que se revelou o chefe efetivo das transformações, tanto que na bula referente à existência jurídica dos capuchinhos consta o seu nome. Dando prosseguimento à sua instituição, foram escritas as *Constituições*, que contemplavam as aspirações comuns a todos os movimentos franciscanos de reforma: afastamento do mundo, austeridade de vida, simplicidade, pobreza e contemplação. Por fim, em 1619, o papa Paulo V eliminou a dependência nominal dos capuchinhos, em relação à Ordem Franciscana. Desde então a Ordem dos Frades Menores Capuchinhos teria um ministro geral, líder supremo da Ordem.⁴

Os capuchinhos se instalaram primeiramente na França e na Áustria. O crescimento da Ordem na França mostrou-se rápido, dada a adesão de muitos observantes. Devido a este crescimento expressivo, os capuchinhos alcançaram o primeiro plano da vida religiosa na França, sendo que esta importância foi decorrente de sua atividade apostólica, na luta contra a heresia protestante, tornando-se mais influentes na vida pública.⁵

Participação dos capuchinhos na Guerra de Restauração de Pernambuco

A chegada dos capuchinhos franceses ao Estado do Brasil decorreu da ação holandesa, durante a ocupação de Pernambuco, que se iniciara em 1630. As guerras coloniais envolvendo as Províncias Unidas dos Países Baixos e os Reinos ibéricos constituíram parte da Guerra dos Oitenta Anos, que compreendeu dois conflitos: uma guerra de independência dos Países Baixos em relação à Espanha; e uma disputa entre potências européias, sendo estas também potências coloniais.⁶ Ao longo do século XVII, a concorrência colonial se tornaria mais preponderante, em meio às disputas do contexto europeu, conforme apontado no Capítulo 3.

A opção pelo ataque a Pernambuco foi defendida por diretores da Companhia das Índias Ocidentais (WIC), pois se acreditava que o governo de Madri demonstraria menos empenho num combate empreendido a uma capitania donatarial, ao contrário do que ocorrera durante a invasão da Bahia (1624-1625), sede do governo geral. Apesar do interesse ibérico no combate aos holandeses, dois fatores determinaram para que a resistência ficasse mais a cargo da colônia, e

⁴ Lázaro Iriarte. *História Franciscana*. Petrópolis, trad. port., Vozes, 1985, p. 255.

⁵ Ibidem, p. 256.

⁶ Evaldo Cabral de Mello. *Olinda Restaurada: guerra e açúcar no Nordeste (1630-1654)*. São Paulo, Editora 34, 2007, 3ª edição, p. 19.

menos dependente do apoio proveniente da Europa: o declínio do poderio naval hispânico e os recursos da economia colonial. Diante do despreparo dos governos ibéricos para o conflito, e dada a perda de Olinda e Recife, o confronto se deu por meio da guerra de guerrilhas, com o envio de soldados, armas e munições.⁷ Aos combatentes luso-brasileiros, posteriormente, se juntaram indígenas aldeados em Pernambuco, entre eles Antônio Felipe Camarão.

Evaldo Cabral de Mello aponta que o governo de João Maurício de Nassau (1637-1644) consistiu num “interregno de relativa paz entre dois períodos de guerra”.⁸ Além da organização administrativa do domínio holandês no Brasil, Nassau também esteve incumbido de assegurar o funcionamento do sistema açucareiro, após os sete anos de guerra. E foi durante o governo de Nassau que os primeiros capuchinhos bretões aportaram na colônia.

Após a conquista de Angola, em 1641, os holandeses da Companhia das Índias Ocidentais capturaram três missionários capuchinhos franceses – frei Colombino de Nantes, frei Jorge de Combourg e o irmão não-clérigo Bonício de Quimper – e os levaram a Recife no ano seguinte. Os religiosos eram da Província de Bretanha. Luís Heyns, comerciante de Saint-Malo, bretão como os padres, se encarregou então de hospedá-los, propondo-lhes que permanecessem em Pernambuco.⁹ Por outro lado, o governo holandês na colônia tinha planos de reenviar os capuchinhos à Europa. No entanto, a tolerância religiosa, verificada no governo de Nassau acabou propiciando a permanência destes capuchinhos no Brasil.

Maurício de Nassau precisou de considerável flexibilidade para administrar a situação tensa ocasionada pela diversidade confessional que se deu durante a ocupação holandesa. Como se não bastassem os católicos portugueses e os calvinistas holandeses, havia ainda comerciantes judeus portugueses que buscavam escapar da Inquisição. Evaldo Cabral lembra que a própria família de Nassau já tinha um histórico de tolerância religiosa. Por isso, Nassau recomendava aos seus sucessores, quando deixou a colônia em 1644:

No eclesiástico ou nas coisas da Igreja, a condescendência ou tolerância é mais necessária no Brasil do que a qualquer outro povo a quem se tenha concedido liberdade de religião. Se por acaso o fervor e o zelo cristão pelo verdadeiro culto persuadirem outra coisa a Vossas Nobrezas, convém que nesta conjuntura não manifestem tal intuito [...] Uma permissão tácita ou tolerância é nestes tempos melhor do que averiguações ou repressões, pois que se Vossas

⁷ Evaldo Cabral de Mello (org.). *O Brasil holandês (1630-1654)*. São Paulo, Penguin – Companhia das Letras, 2010, pp. 53; 71-72.

⁸ Evaldo Cabral de Mello (org.). *O Brasil holandês (1630-1654)*. São Paulo, Penguin – Companhia das Letras, 2010, p. 161.

⁹ Francisco Leite de Faria. *Os Barbadinhos franceses e a Restauração Pernambucana*. Coimbra, Coimbra Editora, 1954, p. 11.

Nobrezas empreenderem alguma coisa, terão de necessariamente, para limpar o terreno, assegurar-se de alguns ou de todos os seus padres, o que será o começo de uma ruína universal. Nesta e em coisas semelhantes, não queiram Vossas Nobrezas fiar-se na paciência e moderação que os portugueses em outra ocasião experimentaram, porquanto as condições e os humores dos homens mudam conforme os tempos e o governo; e tal mudança é de recear agora mais do que nunca, por ser menos esperada. Por enquanto, e até que os tempos corram de outro modo, cumpre que Vossas Nobrezas não admitam queixas particulares em matéria de religião; e as que chegarem aos seus ouvidos, respondam que providenciarão. Mas o verdadeiro remédio deve ser o esquecimento, como qual fiz muito a bem da tranquilidade deste Estado.¹⁰

O líder holandês acreditava, então, que a tolerância religiosa seria favorável aos seus interesses, minimizando talvez as dificuldades que poderiam ser causadas pelos habitantes de Pernambuco. E em meio à oposição de alguns holandeses calvinistas, além da exigência de padres por parte da população portuguesa, Nassau permitiu que os missionários ficassem em Recife.

Mediante a solicitação do governo de Nassau, Luís XIII enviou cartas de recomendação dos capuchinhos bretões, mas estes deveriam apenas pregar uma vida de santidade, a fim de não haver disputas com os holandeses calvinistas que se encontravam na capitania.¹¹ Sendo assim, os religiosos se estabeleceram em Olinda, tendo obtido ainda a licença da Santa Sé para que exercessem suas faculdades de missionários apostólicos no Brasil. A Sagrada Congregação de Propagação da Fé decidiu pedir ao Santo Ofício esta licença aos capuchinhos de Pernambuco, visto que seria uma oportunidade de combater a heresia calvinista.¹² A partir de 1644, a missão foi reconhecida oficialmente pela Santa Sé, estando sob a responsabilidade do superior da Ordem.¹³

A presença destes missionários no Estado do Brasil esteve envolvida em questões complexas, tendo em vista os conflitos no cenário europeu, bem como as disputas de cunho religioso. Francisco Leite de Faria apresenta um documento, que data de 1644, do Arquivo dos Capuchinhos de Paris, que expõe, provavelmente ao cardeal Mazarino, a necessidade do envio de novos capuchinhos a Pernambuco,

¹⁰ “Memória e instrução de João Maurício, conde de Nassau, acerca de seu governo do Brasil” (1644). *Apud* Evaldo Cabral de Mello (org.). *O Brasil holandês (1630-1654)*. São Paulo, Penguin – Companhia das Letras, 2010, pp. 219-220.

¹¹ É importante lembrar que, neste momento, França e Províncias Unidas eram aliadas na Europa, contra a monarquia hispânica, no contexto da Guerra dos Trinta Anos, conforme tratado no Capítulo 1.

¹² Francisco Leite de Faria. *Os Barbadinhos franceses e a Restauração Pernambucana*. Coimbra, Coimbra Editora, 1954, p. 12.

¹³ Pietro Vittorino Regni. *Os capuchinhos na Bahia*. Salvador – Porto Alegre, Casa Superior dos Capuchinhos – Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1988, vol. 1, p. 69.

para a assistência dos católicos que ali viviam.¹⁴ Em contrapartida, uma carta do mesmo ano, do Conselho dos Dezenove ao governo holandês no Brasil, evidencia a preocupação com a presença destes missionários em Pernambuco. Diante disto, os religiosos deveriam permanecer distantes de onde se pregava o calvinismo.¹⁵ Considerando-se então tais posições acerca dos capuchinhos em Pernambuco, a sua permanência esteve longe de atingir uma unanimidade entre as partes envolvidas, dada a particularidade em questão: capuchinhos franceses, proclamando a fé católica, sob um governo holandês, de crença calvinista, durante ocupação de território, disputado com o governo português.

Com o início da Guerra de Restauração de Pernambuco (1645-1654), os capuchinhos se posicionaram a favor dos luso-brasileiros, defendendo a fé católica. Os religiosos encararam o conflito como uma guerra religiosa. Após a saída de Nassau da colônia, os novos governadores teriam tomado medidas de precaução, contra o culto católico, por conta da ameaça que representavam ao calvinismo professado pelos holandeses.¹⁶ A contribuição destes religiosos na guerra foi marcada como “o apostolado do bom exemplo”¹⁷, com sua atividade caritativa nos hospitais e a assistência aos soldados, além da conversão de estrangeiros de várias nacionalidades. Entretanto, houve uma participação mais direta dos capuchinhos na guerra, tendo servido frei Cirilo de Mayenne de representante dos insurretos ou “deputado do povo e dos mestres de campo”,¹⁸ como consta na documentação. Este

¹⁴ “Memorial dos Capuchinhos de Bretanha apresentado a Monseigneur” (1644). *Apud* Francisco Leite de Faria. *Os Barbadinhos franceses e a Restauração Pernambucana*. Coimbra, Coimbra Editora, 1954, pp. 64-65, doc. V.

¹⁵ Carta de Fr. Pacífico de Provins à Propaganda. 9 de março de 1644. *Apud* Francisco Leite de Faria. *Os Barbadinhos franceses e a Restauração Pernambucana*. Coimbra, Coimbra Editora, 1954, p. 66, doc. VII.

¹⁶ Francisco Leite de Faria. *Os Barbadinhos franceses e a Restauração Pernambucana*. Coimbra, Coimbra Editora, 1954, p. 25.

¹⁷ “donde se recolheram com os portugueses e sendo um capelão do terço de Henrique Dias, outro assistindo no Hospital de feridos, e outros em outras instâncias, se acharam nos recontros e batalhas de maior perigo, animando e confessando os soldados, exortando-os com um crucifixo pela religião e sua pátria com grande exemplo e vantagem dos naturais...” Consulta do Conselho Ultramarino sobre o pedido de frei Fabiano de Nantes para passar a Pernambuco com dois companheiros. 16 de maio de 1652. AHU. Códice 45, fls. 37v-40. Francisco Leite de Faria. *Os Barbadinhos franceses e a Restauração Pernambucana*. Coimbra, Coimbra Editora, 1954, p. 83.

¹⁸ Consulta do Conselho Ultramarino ao Rei D. João IV, sobre as cartas do capitão Manoel de Queirós de Siqueira e do capuchinho francês, frei Cirilo, em nome dos mestres de campo e moradores das capitânicas do Rio Grande, Paraíba, Itamaracá, Igarazú e Serinhaém, acerca da situação de miséria em que se encontram aqueles povos; do estado de guerra contra os holandeses; das pesadas contribuições que fazem para sustento dos soldados, da falta de gado e de munições; e pedindo socorros de munições, de militares qualificados, de liberdade para comercializar o pau-brasil e se lavrar os açúcares como antes, e que, durante a guerra se suspendessem todas as

missionário foi incumbido de intermediar o pedido de auxílio a D. João IV e, caso não conseguisse ajuda, deveria recorrer à Coroa francesa.

Como apontado no Capítulo 1, Portugal pretendia recuperar os territórios ocupados pelos holandeses no Brasil, embora também precisasse de seu apoio contra a Espanha na Europa. Diante disso, D. João IV não poderia declarar uma guerra para recuperar suas possessões ultramarinas, nem enviar ajuda aos levantados em Pernambuco, pelo menos oficialmente. A própria guerra na Península Ibérica dificultava o envio de homens para lutar no ultramar, pois era preciso antes defender as fronteiras do Reino. Logo, a Restauração Pernambucana adquiriu características de uma empresa predominantemente local, pois dependia dos recursos da terra, como o imposto extraordinário sobre o açúcar.¹⁹

Nesse sentido, deve-se compreender a apreensão do Rei português quando soube que o capuchinho Cirilo de Mayenne havia recebido orientações para buscar a ajuda da França. Na visão do Monarca de Bragança, os territórios sob domínio holandês precisavam de reforços e, caso não os recebessem, poderiam passar ao domínio da Monarquia francesa, tendo como intermediários os religiosos capuchinhos.

O receio do Rei não parecia infundado, pois, em carta de agosto de 1647, do enviado francês Francisco Lanier, informa-se o governo de Paris sobre a situação verificada em Pernambuco, comentando a viagem de Cirilo de Mayenne e o papel dos capuchinhos na guerra. Em seguida, ele comenta: “e como o seu rei de gloriosa memória tinha posto sob sua proteção a religião católica nestas partes, que os franceses tinham sido senhores, de fato a descobriram antes dos portugueses, estas pessoas estão decididas a se ligar a qualquer príncipe, antes que retornar à dominação holandesa.”²⁰ Este trecho evidencia que a França, aproveitando o levante luso-brasileiro e a presença dos capuchinhos franceses, poderia tirar proveito da situação e ocupar terras em Pernambuco. Naturalmente, tal situação despertava o temor de D. João IV. O auxílio da Monarquia cristianíssima era muito aguardado em Lisboa. Mesmo assim, a proximidade dos agentes franceses parecia preocupante, num momento em que Portugal precisava lidar com confrontos militares no Reino e nas colônias.

Retornando aos acontecimentos de Pernambuco, depois de vários pedidos feitos à Coroa portuguesa para o auxílio na guerra, as lideranças do movimento luso-brasileiro, sobretudo João Fernandes Vieira,

citações e demandas civis, e que não fossem providos forasteiros nas companhias militares. 8 de julho de 1647. AHU. Papéis Avulsos, Pernambuco, caixa 5, doc. 357. Publicado por Francisco Leite de Faria. *Os Barbadinhos franceses e a Restauração Pernambucana*. Coimbra, Coimbra Editora, 1954, pp. 70-71, doc. XIII e XV.

¹⁹ Evaldo Cabral de Mello. *Olinda Restaurada: guerra e açúcar no Nordeste (1630-1654)*. São Paulo, Editora 34, 2007, 3ª edição, pp. 13-14.

²⁰ Carta de Francisco Lanier ao governo de Paris (1647). AMAE. Correspondance de Portugal, vol. 2, fl. 433.

enviaram frei Cirilo de Mayenne a Lisboa, com um rol do que necessitavam, dirigido ao Rei. Dentre as solicitações figuravam medicamentos, cirurgiões, munição e alimentos. Na mensagem de apelo enviada a D. João IV, consta a respeito do Monarca: “obrigado parece estar Vossa Majestade por mais razões a exercitar naqueles povos mais oprimidos, o mesmo ofício de restaurador de sua liberdade”, lembrando o seu papel na Restauração de Portugal.²¹ Também no referido apelo, os luso-brasileiros destacam o prestígio do Estado do Brasil para a economia portuguesa, sobretudo no tocante ao açúcar, justificando a necessidade da intervenção régia:

Em primeiro lugar se pede a Vossa Majestade seja servido de mandar considerar a importância do Estado do Brasil; e como os interesses que de seus frutos resultam à Coroa de Vossa Majestade, e uma mui principal parte das rendas deste reino; e que também por intervenção do Brasil e seus moradores se gozam as maiores riquezas [...] que Portugal possui...²²

Mesmo depois de tal apelo, se não pudesse obter o auxílio da Coroa portuguesa no combate aos holandeses em Pernambuco, o enviado frei Cirilo de Mayenne estaria instruído a procurar socorro no governo de Paris. Em prefácio à obra de Vittorino Regni, José Antônio Gonsalves de Mello afirma que

ao que parece, João Fernandes Vieira obteve o apoio de um dos capuchinhos, frei Cirilo de Mayenne, para averiguar da possibilidade da ajuda do Rei da França aos insurretos. Nessa iniciativa não é possível dizer com segurança se Vieira especulava com o temor de Portugal de uma interferência estranha no Brasil ou, na verdade, contemplava-a como solução para o ponto morto a que chegara a guerra naquela altura.²³

A alternativa de solicitar ajuda à França, caso Portugal não atendesse aos pedidos dos levantados, já havia sido comunicada ao Conselho Ultramarino, em 1646.²⁴ Conforme carta de André Vidal de Negreiros e Martim Soares Moreno, se demonstra o perigo que corria a capitania:

tem mandado pedir socorro a algum Príncipe Católico, e tenha Vossa Senhoria por certo, que se houver algum, que lho queira conceder, ainda que não passe de mil infantes, que com eles se chegarem, e algumas Armas que faltam a estes moradores hão de ser senhores do Recife em muito breves dias e hão de ser

²¹ Consulta do Conselho Ultramarino. AHU. Papéis Avulsos, Pernambuco, caixa 5, doc. 357 (1647).

²² Consulta do Conselho Ultramarino. AHU. Papéis Avulsos, Pernambuco, caixa 5, doc. 357 (1647).

²³ Pietro Vittorino Regni. *Os capuchinhos na Bahia*. Salvador – Porto Alegre, Casa Superior dos Capuchinhos – Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1988, vol. 1. Prefácio de José Antônio Gonsalves de Mello, p. 12. José Antônio Gonsalves de Mello. *João Fernandes Vieira: mestre de campo do terço da infantaria de Pernambuco*. Recife, Universidade do Recife, 1956, vol. 1, pp. 256-257.

²⁴ AHU. Códice 13, fls. 355v-356 e 392v (1646).

muito finos e muito leais vassalos ao Príncipe que os livrar deste Cativoiro, se isto convém ou não ao serviço de Sua Majestade e aos Estados de Holanda; Vossa Senhoria os considere estando certo, que para Holanda acabou esta capitania em todo o sucesso, e é muito provável que acabe também a Portugal, até nas esperanças que haviam no Reino de se cobrar por concerto dos Holandeses, e este é o estado em que ficamos, Vossa Senhoria pelas entranhas de Cristo o represente a Sua Majestade advertindo que sentimos muito no interior de nossos Corações ver que o amor que estes Portugueses tinham à Sua Majestade nestes princípios, se haja entibiado mais do que nos atrevemos a nos referir, e refinado o ódio contra os Holandeses e merecem-no seus termos, que é ignorância grande esperar alguma hora aqui paz entre estas duas nações.²⁵

Muitas foram as incursões francesas nas possessões ultramarinas portuguesas, tanto na América, como na África, com aparente motivação comercial, no decênio de 1640. Franceses também já aportavam na Amazônia, realizando comércio com os indígenas. E além do governo de Paris ter informações sobre os acontecimentos em Pernambuco, Mazarino ainda tentava verificar outras fragilidades das colônias portuguesas. No decênio seguinte, o próprio D. João IV confidenciaria ao representante diplomático francês em Lisboa, Chevalier de Jant, que o Brasil era sua “vaca de leite”, dados os rendimentos que proporcionava à Monarquia portuguesa.²⁶

Na correspondência diplomática francesa, consta uma carta de Francisco Lanier, de 1647, na qual ele remete informações a Paris, sobre a passagem de frei Cirilo de Mayenne pela corte portuguesa. O capuchinho fora recebido por D. João IV, tendo lhe apresentando “as misérias espirituais e temporais” ocorridas em Pernambuco. Foram expostos ainda os pedidos dos insurretos e os motivos da guerra. O missionário demonstrava preocupação acerca da condição da religião na colônia, com a dominação dos holandeses infiéis, destacando também o trabalho realizado por ele e os demais capuchinhos.²⁷ O religioso mostrou a D. João IV a carta que seria entregue ao governo de Paris, da qual não se conhece o conteúdo. O Monarca português ainda pôde ver a cópia de outra carta dos levantados ao governo francês. Estas aparentemente não continham qualquer assunto comprometedor. Entretanto, tal correspondência entre os luso-brasileiros e a Monarquia francesa causou certa preocupação a D. João IV, tanto que este

²⁵ Carta dos mestres de campo Martim Soares Moreno e André Vidal de Negreiros à Sua Majestade, narrando-lhe os acontecimentos ocorridos em Pernambuco. 28 de maio de 1646. Laranjo Coelho. *Cartas de El Rei D. João IV ao Conde da Vidigueira (Marquês de Niza) embaixador em França*. Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1942, vol. 2, pp. 7-8.

²⁶ Evaldo Cabral de Mello. *O negócio do Brasil. Portugal, os Países Baixos e o Nordeste (1641-1669)*, São Paulo, Companhia das Letras, 2011, p. 61. O tema das incursões francesas na América será tratado no Capítulo 5.

²⁷ Carta de Francisco Lanier a Mazarino (1647). AMAE. Correspondance de Portugal, vol. 2, fls. 458-458v. É sabido que D. João IV estava ciente do que ocorria na guerra, tendo seus ministros participação nos planos do levante luso-brasileiro.

recomendou ao governador geral Antônio Telles da Silva, que averiguasse as relações dos capuchinhos bretões com os insurretos e o governo francês, mas sob o maior sigilo:

Aqui soube com toda a certeza que França escrevera uma carta aos Portugueses de Pernambuco, donde agora chegou um frade capucho francês que passa a Paris com carta de alguns Portugueses para o mesmo Rei, e posto que estas são gerais, conforme as duas que aqui se viram e o devia ser também a de El Rei de França, e debaixo da aliança, e amizade que há entre nós, cabe toda esta comunicação e confiança: importa saber o que continha esta carta de El Rei de França, e ver dela o traslado e bem assim o como procedem nos particulares de meu serviço, dois frades capuchos franceses que ainda ficaram em Pernambuco: Encomendo-vos muito que com toda a destreza procureis haver o traslado desta carta, e remeter-me em cifra e juntamente o que resultar da informação dos frades, mas uma e outra coisa com tal cautela que em nenhum caso se possa nunca entender que recebestes sobre isto aviso meu, nem me fareis nem ainda entraís vós na maneira porque desta qualidade é a desconfiança tão perigosa e de tão prejudiciais consequências, como se deixa considerar.²⁸

A recomendação do Monarca era que tudo fosse feito sem levantar desconfianças sobre os referidos missionários na colônia. Além disso, logo após a viagem de Cirilo de Mayenne à França, D. João IV pediu ao marquês de Niza, então embaixador em Paris, que vigiasse o enviado capuchinho, procurando saber das suas relações com a Monarquia francesa.²⁹ A respeito de uma provável resposta do governo de Paris às cartas que Cirilo de Mayenne portava, escreve D. João IV:

encomendo-vos muito procureis por todos os meios com a cautela que o negócio pede tomar Luz daquela carta, e dos intentos com que se escreveu e do que o frade que leva as respostas faz nessa corte entendendo quanto convirá eccm negócio que à primeira vista parece tão importante penetrar os passos que neles se dão, e esta diligência não fareis de outra pessoa salvo no caso em que vos pareça precisamente necessário.³⁰

²⁸ Carta de D. João IV ao governador do Brasil, Antônio Teles da Silva. 6 de julho de 1647. BNP. Coleção de códices, Códice 7163, fl. 182. Publicado por Francisco Leite de Faria. *Os Barbadinhos franceses e a Restauração Pernambucana*. Coimbra, Coimbra Editora, 1954, pp. 71-72, doc. XIV.

²⁹ Cartas de D. João IV a ao Marquês de Niza, embaixador em Paris. 8 de julho de 1647 e 20 de janeiro de 1648, respectivamente. Laranjo Coelho. *Cartas de El Rei D. João IV ao Conde da Vidigueira (Marquês de Niza) embaixador em França*. Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1942, vol. 2, pp.120-121 e p. 198, respectivamente. BNP. Coleção de códices, Códice 7163, fl. 223 e fl. 305. Publicado por Francisco Leite de Faria. *Os Barbadinhos franceses e a Restauração Pernambucana*. Coimbra, Coimbra Editora, 1954, p. 72, doc. XV.

³⁰ Carta de Sua Majestade ao Marquês de Niza aconselhando-o a averiguar os motivos que levaram ao Brasil uns frades capuchinhos franceses, portadores de cartas do Rei de França dirigidas aos portugueses de Pernambuco. 8 de julho de 1647. Laranjo Coelho. *Cartas de El Rei D. João IV ao Conde da Vidigueira (Marquês de Niza) embaixador em França*. Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1942, vol. 2, pp. 120-121.

De qualquer modo, frei Cirilo de Mayenne não remeteu correspondência da Coroa francesa aos insurretos, pois não teria voltado ao Brasil antes do término da guerra. No entanto, se o objetivo de João Fernandes Vieira, ao enviar o capuchinho a Lisboa, tinha sido despertar a desconfiança e preocupação do Monarca, a respeito de uma ajuda estrangeira aos insurretos de Pernambuco, obteve êxito.

Diante disso, era preciso tomar alguma atitude, buscando assim minimizar os prejuízos que o contato dos insurretos de Pernambuco com o governo de Paris poderiam acarretar. Nesse sentido, concedeu-se uma licença aos capuchinhos bretões para que estabelecessem um hospício³¹ em Lisboa. Francisco Lanier teria apresentado a D. João IV as recomendações da Rainha Regente Ana de Áustria sobre os capuchinhos, o que teria contribuído para que se fixassem em Lisboa. Sendo assim, o Monarca português buscava afastar a influência dos religiosos franceses do Estado do Brasil, mas sem causar nenhum desconforto nas relações com o governo de Paris, já que Portugal buscava incessantemente uma aliança com a França.³² Em carta ao marquês de Niza, D. João IV afirma:

resolvi que eles fossem servir a Deus a outra missão fora daquele estado do Brasil, a que por justas considerações de meu serviço não convém torne a passar frei Cirilo; buscai ocasião para dizerdes à Rainha e ao Cardeal queiram, por benefício deste Reino, conformar-se com esta resolução minha, e para que vejam que não é minha intenção apartar os franceses de meus Reinos, antes a tenho de os conservar sempre muito junto a minha pessoa, lhe direis que lhe tenho concedido um hospício nesta corte junto à Igreja de São Luís, aonde poderão vir viver os que estão no Brasil e frei Cirilo, por quem aqui se espera cada dia, e ali lhe mandarei continuar o favor que sempre achara em mim toda a nação francesa.³³

Estando já frei Cirilo em Paris, foi recebido pelo marquês de Niza, que procurou saber as causas que o traziam à França. O capuchinho acabou por confirmar os receios da Monarquia portuguesa: vinha com o intuito de pedir a proteção francesa para os luso-brasileiros. Cogitava-se que uma ajuda militar partisse de Saint-Malo, juntamente com o envio de mantimentos e munições. Depois, os navios retornariam à França, carregados de açúcar. Tal sugestão partira dos próprios insurretos, fornecendo assim uma compensação aos franceses que os auxiliassem. É

³¹ O termo *hospício* designava, à época, casa religiosa, onde habitavam os irmãos das congregações religiosas, servindo ao seu apoio. Não constituindo conventos, os hospícios não poderiam atender à formação de novos religiosos.

³² Francisco Leite de Faria. “Os capuchinhos bretões na Ilha de São Tomé (1639-1641 e 1652-1653) e resumo da sua atividade no Brasil (1642-1702) e em Lisboa (1648-1833)”. *Separata La Bretagne, le Portugal, le Brésil: Actes du cinquantenaire de la création en Bretagne de l'enseignement du portugais*. 1977, p. 126.

³³ Carta de D. João IV ao Marquês de Niza. 2 de março de 1648. BNP. Reservados, Códice 7163, fl. 334. Publicado por Francisco Leite de Faria. *Os Barbadinhos franceses e a Restauração Pernambucana*. Coimbra, Coimbra Editora, 1954, pp. 75-76, doc. XXIV.

importante lembrar que o comerciante Luís Heyns, que residia em Pernambuco era natural de Saint-Malo, sendo possível que ele mesmo tivesse utilizado seus contatos comerciais para concretizar a ajuda aos luso-brasileiros. O missionário ainda confirmou a possibilidade de João Fernandes Vieira se deslocar à França, a fim de buscar o apoio necessário aos insurretos. Diante disto, aconselhava o embaixador a D. João IV que transferisse Fernandes Vieira para a Bahia, com motivo que não causasse problemas entre seus companheiros de Pernambuco.³⁴

Em meio a estas suspeitas, acerca dos representantes franceses, Francisco Lanier foi questionado pela Rainha D. Luísa de Gusmão a respeito da resposta à proposição feita pelo marquês de Niza e pelo padre Antônio Vieira sobre o casamento de D. Teodósio com uma princesa francesa. Lanier respondeu que há dois meses não recebia correspondência do secretário de Estado, conde de Brienne, e “se salvou dizendo que os mais importantes despachos haviam sido confiados ao padre Cirilo, capuchinho missionário no Brasil.”³⁵ A resposta do enviado francês parece ter tido o intuito de desviar as atenções das negociações de aliança e matrimônio entre Portugal e França. Entretanto, aumentaria também a tensão sobre os acontecimentos em Pernambuco, visto que se “os despachos mais importantes” estavam sendo confiados ao religioso capuchinho, depreende-se que ele ocuparia importante posição junto ao governo de Paris. Logo, a presença do capuchinho na colônia poderia provocar alguns transtornos.

A partir de então, a urgência do envio de um chefe para a guerra de Pernambuco ficou evidente, tendo sido escolhido Francisco Barreto, que partiu em 1647. Durante a guerra, Barreto chegou a deter o comando militar e a condução política não apenas de Pernambuco, mas de todas as outras capitanias que estiveram sob o domínio holandês. A sua liderança não esteve subordinada ao governo geral, embora contasse com seu apoio. Por meio desta ação, a Coroa buscava impor seu controle sobre a insurreição. D. João IV soube aproveitar as disputas entre os líderes restauradores – como a disputa de facções pró e anti Fernandes Vieira – para impor a sua autoridade sobre a guerra. Tentava-se assim minimizar as dificuldades diplomáticas que tal levante acarretava a Portugal.³⁶

Todavia, ainda era preciso retirar os capuchinhos bretões da colônia, pois se acreditava em Lisboa que a sua presença favoreceria uma intervenção francesa na guerra, com o apoio aos levantados. Em

³⁴ Carta de Francisco Lanier ao governo de Paris (1647). AMAE, Correspondance de Portugal, vol. 2, fl. 427. Francisco Leite de Faria. *Os Barbadinhos franceses e a Restauração Pernambucana*. Coimbra, Coimbra Editora, 1954, pp. 37 e 74.

³⁵ Carta de Francisco Lanier a Mazarino (1647). AMAE, Correspondance de Portugal, vol. 3, fl. 107.

³⁶ Evaldo Cabral de Mello. *Olinda Restaurada: guerra e açúcar no Nordeste (1630-1654)*. São Paulo, Editora 34, 2007, 3ª edição, p. 353. Evaldo Cabral de Mello. *Rubro Véio: o imaginário da restauração pernambucana*. São Paulo, Alameda, 2008, 3ª- edição, p. 200.

consulta do Conselho Ultramarino a D. João IV, de 1648, se demonstrava o receio da correspondência entre os religiosos franceses em Pernambuco e Francisco Lanier, fornecendo-lhe informações a respeito da situação da colônia:

Ao Conselho pareceu dar conta a Vossa Majestade como outras muitas vezes o tem feito, de quando convém animar e socorrer com toda a brevidade a gente de guerra de Pernambuco, e em forma que lhe chegue, e dizer a Vossa Majestade que obriga a grande cuidado, terem os franceses notícia das necessidades que ali se padecem, por via deste religioso, e de outros seus companheiros que foram à França e de presente se acham nesta cidade...³⁷

É interessante destacar uma carta de Lanier ao conde de Brienne, secretário de Estado da França, sobre a presença dos capuchinhos em Pernambuco: “Os holandeses começam a perder a esperança de suas pretensões de se restabelecerem em Pernambuco, onde nossos padres capuchinhos missionários franceses continuam a fazer maravilhas”³⁸. O excerto não esclarece o assunto ao qual se referia o representante francês: poderia indicar intenções francesas de dominar o dito território, como poderia ser uma referência à ação missionária dos capuchinhos, com a significativa atuação dos religiosos franceses na defesa da doutrina católica no Brasil.

Outro ponto que poderia ter sido favorecido pelos capuchinhos seria o comércio. Escrevendo em julho de 1648, Lanier mencionava o comerciante francês Luís Heyns, que recebera os primeiros capuchinhos em Pernambuco. Ele que havia morado por muito tempo em Pernambuco, havia conseguido “uma quantidade de somas notáveis”. Por isso, a idéia considerada no ano anterior voltava à cena: “fazer uma esquadra de seis ou oito navios, carregada de infantaria e de toda sorte de munições de guerra”, para fornecer socorro aos levantados de Pernambuco. Com isso, a esquadra aportaria na colônia e voltaria carregada de açúcar e outras mercadorias.³⁹ Esta correspondência então consiste em mais um indício dos interesses comerciais franceses em relação ao Brasil.

A decisão sobre a saída dos missionários do Brasil deveria ser comunicada à Rainha Regente e ao cardeal Mazarino, de modo que transparecesse a simpatia de D. João IV pelos capuchinhos, havendo a

³⁷ Consulta do Conselho Ultramarino ao Rei D. João IV, sobre a carta que um religioso capuchinho francês escreveu ao embaixador Francisco Lanier, tratando das necessidades padecidas pelos portugueses na capitania de Pernambuco. 26 de setembro de 1648. AHU. Papéis Avulsos, Pernambuco, caixa 5, doc. 373. Publicado por Francisco Leite de Faria. *Os Barbadinhos franceses e a Restauração Pernambucana*. Coimbra, Coimbra Editora, 1954, p. 76, doc. XXV.

³⁸ Carta de Francisco Lanier ao Conde de Brienne, secretário de Estado de França (1647). AMAE. Correspondance de Portugal, vol. 1, fl. 391.

³⁹ Carta de Francisco Lanier a Mazarino (1648). AMAE. Correspondance de Portugal, vol. 3, fls. 148v-149.

concessão de licença para a construção de um hospício em Lisboa. Isso demonstraria o favor que poderiam encontrar na Monarquia portuguesa, assim como todos da nação francesa.⁴⁰

Os freis Fabiano de Nantes e Hugo de Ancenis partiram em 1649 para Lisboa, acreditando que deveriam informar D. João IV das dificuldades enfrentadas pelos levantados de Pernambuco. Porém, foram aprisionados por holandeses que os encaminharam a Recife. Em carta do governo holandês no Brasil ao Conselho dos Dezenove, fica evidente a preocupação com a presença dos capuchinhos em Pernambuco, não apenas pela sua pregação do catolicismo, mas em determinado momento da guerra, pelas informações que transmitiam à Coroa portuguesa. Por conta disso, houve a prisão dos missionários.⁴¹ Levados a Recife, retornaram à Holanda e, depois, passaram a França e Portugal, com o intuito de retornar a Pernambuco, mas não conseguiram licença para passar à colônia, conforme a decisão de D. João IV.⁴²

Diante disto, houve a manifestação dos luso-brasileiros para que os capuchinhos bretões pudessem retornar à missão no Brasil. A partir de declarações dos “principais moradores” de Pernambuco confirmando a assistência dos religiosos, o Conselho Ultramarino, a partir de requerimento dos capuchinhos franceses, de 4 de maio de 1650, considera que Sua Majestade resolva “o que for mais de seu real serviço”, para que não expulsasse os que ainda atuavam em Pernambuco. O papel buscava esclarecer como os capuchinhos chegaram à colônia, e quais trabalhos desenvolveram, bem como a representação de frei Cirilo ao Monarca português sobre as necessidades dos insurretos. Argumentava-se que os religiosos tinham sido bem aceitos em Pernambuco, por isso o pedido de novos missionários, e as queixas referentes a sua expulsão. Torna-se patente, então, a perturbação ocasionada pelos religiosos estrangeiros na colônia. Temia-se que o Rei Cristianíssimo pudesse favorecer os insurretos, em detrimento da soberania de Portugal na colônia. Apesar disso, ao Conselho pareceu ser matéria concernente à Mesa de Consciência e Ordens, por ser matéria eclesiástica.⁴³ Na

⁴⁰ Francisco Leite de Faria. *Os Barbadinhos franceses e a Restauração Pernambucana*. Coimbra, Coimbra Editora, 1954, pp. 38-39.

⁴¹ Carta do governo holandês do Brasil ao Conselho dos Dezenove. 27 de outubro de 1648. *Apud* Francisco Leite de Faria. *Os Barbadinhos franceses e a Restauração Pernambucana*. Coimbra, Coimbra Editora, 1954, p. 77, doc. XXVI.

⁴² Francisco Leite de Faria. “Os capuchinhos bretões na Ilha de São Tomé (1639-1641 e 1652-1653) e resumo da sua atividade no Brasil (1642-1702) e em Lisboa (1648-1833)”. *Separata La Bretagne, le Portugal, le Brésil: Actes du cinquantenaire de la création en Bretagne de l'enseignement du portugais*. 1977, p. 126.

⁴³ Requerimento dos padres capuchinhos franceses ao Rei, pedindo para que aqueles que assistem nas missões localizadas na capitania de Pernambuco não sejam expulsos delas. 4 de maio de 1650. AHU. Códice 278, fl. 324v. Papéis Avulsos, Pernambuco, caixa 5, doc. 398. Publicado por Francisco Leite de Faria. *Os Barbadinhos franceses e a Restauração Pernambucana*. Coimbra, Coimbra Editora, 1954, pp. 79-80, doc. XXXI.

verdade, mais do que matéria eclesiástica, esta aludia à política ultramarina e diplomática.

No mesmo ano, os capuchinhos que ainda estavam em Pernambuco – frei Jorge de Combours e Bonício de Quimper – foram autorizados a permanecer na missão mas, a partir de então, nenhum outro capuchinho poderia passar ao Brasil.⁴⁴ Conforme orientação do Conselho Ultramarino, tais religiosos permaneceriam na colônia como capelães militares, apenas enquanto durasse a guerra. Os membros do conselho já analisavam a possível inconveniência que a fundação de um convento dos capuchinhos poderia acarretar, pois havia religiosos portugueses que podiam se encarregar das missões no Brasil. Além disso, a atividade missionária dos capuchinhos deveria estar subordinada às circunstâncias políticas e aos *interesses do Estado português*, defendendo-se o direito do padroado régio, que se sobrepunha à ação da Sagrada Congregação de Propagação da Fé, no Brasil.⁴⁵

Tais medidas foram expressas em consulta do Conselho Ultramarino, de 1652, acerca do pedido feito por frei Fabiano de Nantes de passar a Pernambuco, junto com dois outros missionários. A recomendação do conselho para que os capuchinhos não viessem a possuir um convento na colônia era pautada em diferentes argumentos. O primeiro deles consistia na origem francesa dos religiosos, bem como a condição da Igreja na França, com o avanço do protestantismo:

e estes religiosos enquanto hóspedes sem casa, são fiéis e Religiosos Católicos; porém que são de Reino infeccionado de heresias, de Calvinistas e Huguenotes e outros, com liberdade de consciência e que os que vierem, podem ser infeccionados de heresias e com a autoridade de Religião e Missionários prejudicar muito, porque até a carta que El Rei cristianíssimo escreveu aos Governadores das armas de Pernambuco diz nela estas palavras: Tive contentamento desses bons Religiosos serem de Utilidade para Vossa Consolação e saúde daqueles que fazem profissão da santa Religião cristã e Católica, e que, como é coisa razoável deixar a cada um a liberdade de Consciência, nós escreveremos aos senhores Estados gerais das Províncias Unidas.⁴⁶

Além de sua origem francesa, os capuchinhos que aportaram em Pernambuco eram missionários apostólicos, sujeitos à autoridade papal,

⁴⁴ Carta de D. João IV a Francisco Barreto. 12 de dezembro de 1650. AHU. Códice 275, fl. 178v. Publicado por Francisco Leite de Faria. *Os Barbadinhos franceses e a Restauração Pernambucana*. Coimbra, Coimbra Editora, 1954, p. 81, doc. XXXII.

⁴⁵ Francisco Leite de Faria. *Os Barbadinhos franceses e a Restauração Pernambucana*. Coimbra, Coimbra Editora, 1954, p. 53. Pietro Vittorino Regni. *Os capuchinhos na Bahia*. Salvador – Porto Alegre, Casa Superior dos Capuchinhos – Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1988, vol. 1, pp. 85- 86.

⁴⁶ Consulta do Conselho Ultramarino sobre o pedido de frei Fabiano de Nantes para passar a Pernambuco com dois companheiros. 16 de maio de 1652. AHU. Códice 45, fls. 37v-40. Publicado por Francisco Leite de Faria. *Os Barbadinhos franceses e a Restauração Pernambucana*. Coimbra, Coimbra Editora, 1954, pp. 82-86, doc. XXXV.

por meio da Congregação de Propagação da Fé. Assim, estes religiosos detinham faculdades e jurisdição diferentes dos demais missionários que atuavam no Brasil. Este seria outro motivo pelo qual a permanência dos capuchinhos poderia causar problemas, como o atrito entre estes missionários e o clero secular:

Que estes Padres, chamados missionários Apostólicos, não vêm simplesmente com as suas pessoas, como Religiosos, pregar, mas vêm com ofícios, jurisdição e poderes larguíssimos, com dignidades que excedem em muitas coisas os poderes e jurisdição dos Prelados, e não tendo um Núncio ou Coletor no Reino, em cada um destes Padres vai um e muitos Coletores para o Brasil, e não podendo nenhum Estrangeiro ter ofício nem benefício Eclesiástico nem notório nem jurisdição alguma Eclesiástica, por direito, Capítulos de Cortes e ordenações do Reino, como se há de permitir a estes franceses exercitarem tal jurisdição em parte mais que Episcopal, e se forem cobiçosos, podem andar garremando por Índia e América com suas faculdades, desautorizando as Bulas.⁴⁷

Seguindo esta argumentação, consta no documento que tais faculdades, concedidas geralmente como privilégios a prelados, não deveriam figurar nas mãos de estrangeiros que atuassem na colônia, pois poderiam ser causa de “contradições e perturbações”:

Que é natural e moralmente impossível deixarem de ser com os naturais, odiosos nos estrangeiros estes poderes e dignidades de núncios, vindo-lhes tomar esta superioridade e jurisdição e poderes de prelados e vigários e seus privilégios às religiões e se levantar contradições e perturbações, com que se estorva e atrasa todo o aumento, até da conversão, e se estraga a paz e o sossego público.⁴⁸

Conclui-se, portanto, que os capuchinhos bretões não deveriam construir convento no Brasil. Temia-se que, com a fundação de uma casa religiosa, os religiosos franceses fossem estendendo seu domínio na colônia, visando a *futuros contingentes*, como deveria intentar o governo de Paris. Apesar disso, suas virtudes foram reconhecidas, o que favoreceu a continuidade de seu trabalho missionário, recebendo o auxílio para seu sustento da Coroa portuguesa.⁴⁹

Com o término da guerra, em 1654, foi informado a D. João IV que os capuchinhos bretões haviam demonstrado suficiente zelo ao serviço de Deus e de Portugal, merecendo então auxílio para darem continuidade à missão. Assim, em 16 de dezembro de 1654, o Rei assinaria a provisão para que novos capuchinhos seguissem para Pernambuco.⁵⁰ No entanto, em consulta do Conselho Ultramarino, de 19

⁴⁷ Ibidem, fl. 39v.

⁴⁸ Ibidem, fls. 39v-40 (1652).

⁴⁹ Ibidem, fl. 40.

⁵⁰ Francisco Leite de Faria. *Os Barbadinhos franceses e a Restauração Pernambucana*. Coimbra, Coimbra Editora, 1954, p. 56.

de setembro de 1652, consta que alguns capuchinhos, provavelmente, os freis Fabiano de Nantes e Boaventura de Quintin, que tinham conseguido licença para viajar ao Brasil, pediam recursos para a viagem e sua subsistência.⁵¹ A provisão régia, que concedeu licença para estes religiosos missionarem em Pernambuco, data de 9 de setembro de 1652.⁵² Então, é possível constatar que os missionários conseguiram a licença para retornarem ao Brasil antes mesmo do fim da guerra, com base no serviço de assistência que prestaram aos luso-brasileiros.

Todavia, mesmo após a decisão favorável à permanência dos capuchinhos, o governo de Lisboa manteve uma *postura hostil* em relação aos missionários, evidenciada na proibição de fundar casas religiosas. Havia a desconfiança que um convento dos capuchinhos bretões pudesse servir de base a colonizadores franceses, dadas as ambições da França na Europa e no ultramar. Logo, era necessário assegurar que não houvesse qualquer contato entre os capuchinhos e o governo de Paris, mas apenas com a Monarquia portuguesa.⁵³ Um parecer sobre matérias religiosas, do ano de 1654, remetido ao Conselho Ultramarino por D. João IV, aponta as desconfianças acerca dos religiosos franceses:

pois a experiência tem mostrado que os religiosos estrangeiros, se tratam de encaminhar as Almas, também procuram advertir os ânimos dos vassalos de Vossa Majestade para o amor dos príncipes estrangeiros, como eu tenho notícia fazem no Reino de Angola com o Rei de Congo [...] os Religiosos Capuchos barbados, pondo em contingências aquele Reino de ser invadido, e no Brasil nas capitanias de Pernambuco e suas vizinhas sei eu que persuadiam a muitos portugueses que solicitassem a proteção de El Rei de França, como a Vossa Majestade lhe será presente, prometendo-lhes grandes avanços nas suas fazendas, e destas persuasões nunca se podem tirar boas conseqüências para o serviço de Vossa Majestade...⁵⁴

Por meio do excerto acima, percebe-se que os receios em relação aos capuchinhos na colônia foram motivados por sua origem francesa, pois os religiosos poderiam persuadir os colonos e favorecer uma

⁵¹ Consulta do Conselho Ultramarino ao Rei D. João IV, sobre o requerimento dos capuchinhos franceses que vão para capitania de Pernambuco, pedindo uma esmola para se sustentarem. 19 de setembro de 1652. AHU. Papéis Avulsos, Pernambuco, cx. 5, doc. 437.

⁵² Provisão régia concedendo aos freis Fabiano e Boaventura licença de irem a Pernambuco. 9 de setembro de 1652. AHU. Códice 92, fls. 195v-196. Publicado por Francisco Leite de Faria. *Os Barbadinhos franceses e a Restauração Pernambucana*. Coimbra, Coimbra Editora, 1954, pp. 86-87, doc. XXXVI.

⁵³ Pietro Vittorino Regni. *Os capuchinhos na Bahia*. Salvador – Porto Alegre, Casa Superior dos Capuchinhos – Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1988, vol. 1, pp. 86- 87.

⁵⁴ Pareceres sobre matérias religiosas de Pernambuco que D. João IV remeteu ao Conselho Ultramarino. 18 de maio de 1654. AHU. Papéis Avulsos, Pernambuco. Publicado por Francisco Leite de Faria. *Os Barbadinhos franceses e a Restauração Pernambucana*. Coimbra, Coimbra Editora, 1954, p. 88, doc. XXXVIII.

invasão ao Brasil, consistindo assim a sua presença num artifício da Monarquia francesa “para todos os futuros contingentes”.

Por outro lado, o mestre de campo Francisco Figueiroa atesta, em favor dos capuchinhos, a sua intensiva participação na guerra de Pernambuco, fosse a serviço de Deus ou da Coroa:

O zelo com que os capuchinhos franceses serviram à Sua Majestade, a caridade com que assistiram nos hospitais, o desvelo e a prontidão com que se achavam presentes nos combates contra os inimigos, me obrigaram a declarar que, em qualquer emergência, se manifestaram solícitos e abrasados de um zelo particular, quer pela glória de Deus, quer pelo serviço de Sua Majestade, o que ainda mais luminosamente demonstraram pela restauração destes domínios, sempre presentes... não só como piedosos religiosos, mas também como heróis insignes, excitando aos outros com o exemplo e enfrentando, pelos primeiros, os perigos. Pelo que me vi obrigado a dar notícia à Vossa Majestade a fim de que se digne cumulá-los com aquelas mercês e honras, que se costuma distribuir aos beneméritos.⁵⁵

É importante destacar que além de missionários franceses no Brasil, religiosos italianos também se destinaram a outros territórios lusos. A partir de 1643, foram enviados capuchinhos italianos a Angola, através da Sagrada Congregação de Propagação da Fé, contrariando o direito do padroado, pois os religiosos passariam à costa africana sem a permissão de D. João IV. Em Lisboa, acreditava-se que tais religiosos estrangeiros poderiam oferecer perigo à manutenção da soberania portuguesa nos territórios ultramarinos.⁵⁶ No entanto, como Portugal buscava o reconhecimento de sua independência pelo Papado, não deveria questionar a atuação dos capuchinhos na África. E diante do não reconhecimento da legitimidade de D. João IV, não havia como assegurar o direito do padroado da Monarquia portuguesa. Em documento de 1643, o Conselho de Estado afirma que seu parecer seria favorável a estes religiosos, visto que tinham a autorização da Santa Sé, a aprovação da Congregação de Propagação da Fé e a obediência ao seu superior. Portanto, solicitava-se ao Monarca que procurasse ocasião para seu embarque.⁵⁷

Já em 1644, o marquês de Niza, então embaixador em Paris, escrevia ao jesuíta João Matos, reitor do colégio de Évora e assistente de

⁵⁵ Atestado do mestre de campo, Francisco Figueiroa, a favor dos capuchinhos franceses. 20 de julho de 1654. *Apud* Pietro Vittorino Regni. *Os capuchinhos na Bahia*. Salvador – Porto Alegre, Casa Superior dos Capuchinhos – Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1988, vol. 1, pp. 307-308, doc. X.

⁵⁶ Louis Jadin. *L'Ancient Congo Et l'Angola (1639-1655)*. Bruxelas, Roma, Instituto Histórico Belga de Roma, 1975, tomo I, pp. 494-495, doc. 177. Neste documento presente na Biblioteca de Évora, consta, conforme o autor, que os missionários capuchinhos queriam passar à África com ou sem a permissão régia. Nesta época, determinados territórios italianos se encontravam sob domínio da Espanha.

⁵⁷ *Ibidem*, tomo II, p. 513, doc. 186. O referido documento do Arquivo de Simancas está publicado por Antonio Brásio, em *Monumenta Missionária Africana*.

Portugal em Roma, manifestando a sua indignação com o envio de missionários a Angola, sem menção alguma a D. João IV. Dessa forma, o embaixador pede que o jesuíta se dirija ao secretário da Congregação de Propagação de Fé, para tratar do assunto. Segundo o marquês de Niza, nenhum outro religioso deveria ser enviado a África sem autorização régia, pois muitas outras razões estavam em jogo no tocante à permanência destas missões, como a manutenção do domínio português nas possessões africanas.⁵⁸ O perigo era de fato iminente, pois até mesmo capuchinhos espanhóis foram mandados a Angola, isto numa conjuntura de guerra entre Portugal e Espanha.⁵⁹

Não obstante a estas divergências, em 1655, retornou à colônia frei Cirilo de Mayenne para dar continuidade ao trabalho que fora interrompido. Nos anos posteriores, chegaram outros capuchinhos para o trabalho na missão⁶⁰.

No tocante ao sustento dos capuchinhos bretões, parece que as viagens entre Portugal e o Brasil eram custeadas pela Monarquia portuguesa. Durante a guerra de Pernambuco, atuando como capelães militares, os religiosos também tiveram seus recursos fornecido pelo erário régio.⁶¹ Por outro lado, como missionários apostólicos, os capuchinhos deveriam ser providos pela Sagrada Congregação de Propagação da Fé, e não pelo governo português.⁶² Além deste auxílio proveniente de Roma, havia ainda a ajuda oferecida pelos fiéis. Após o início do trabalho missionário no sertão, a condição dos capuchinhos de missionários apostólicos pode ter prevalecido neste aspecto.

Todavia, em documento de 1673, destinado ao procurador-mor da Fazenda Real pelo governador geral Afonso Furtado de Castro do Rio Mendonça, consta informações do pagamento de despesas dos capuchinhos – conforme memória que fora apresentada por Anastácio de Audierne – pelo governo português.⁶³ Nesse sentido, houve ajuda da

⁵⁸ Ibidem, tomo II, p. 530, doc. 201. Este documento também se encontra na Biblioteca de Évora.

⁵⁹ Ibidem, tomo II, p. 636, doc. 268. Este documento se encontra no Arquivo Histórico Ultramarino, Pápeis Avulsos. Angola, caixa 3.

⁶⁰ Consulta do Conselho Ultramarino à Rainha Regente D. Luísa de Gusmão, sobre o requerimento do superior dos capuchinhos franceses, residente na Corte, pedindo licença para enviar à capitania de Pernambuco dois padres da mesma ordem. 18 de agosto de 1657. AHU. Papéis Avulsos, Pernambuco, caixa 7, doc. 592.

⁶¹ Consulta do Conselho Ultramarino ao Rei D. João IV, sobre o requerimento dos capuchinhos franceses que vão para capitania de Pernambuco, pedindo uma esmola para se sustentarem. 19 de setembro de 1652. AHU. Papéis Avulsos, Pernambuco, caixa 5, doc. 437 (1652).

⁶² Eduardo Hoornaert et alli. *História da Igreja no Brasil*. Petrópolis, Vozes, 1971, p. 116.

⁶³ Portaria para o procurador-mor da fazenda real dar ao reverendo padre frei Anastácio de Audierne o que lhe for necessário para a missão que vai fazer. 3 de junho de 1673. *Documentos Históricos*, vol. 8, pp. 156-157. Publicado por Pietro Vittorino Regni. *Os capuchinhos na Bahia*. Salvador – Porto Alegre, Casa Provincial dos

Coroa portuguesa para a manutenção dos capuchinhos bretões durante o período em que missionaram no sertão nordeste, mesmo não estando estes religiosos sob a autoridade do padroado régio. No caso da construção do hospício da Bahia, a mercê concedida pelo Príncipe Regente correspondia a cem mil réis por ano aos capuchinhos, a serem pagos com os rendimentos referentes à pesca da baleia. Este auxílio seria pelo período de dez anos.⁶⁴ Diante disto, ao que parece, o sustento dos capuchinhos foi provido pelo governo de Lisboa. Mas também não se pode afirmar que este provimento não teria um caráter pontual, por exemplo, consistindo apenas uma complementação do auxílio destinado pela Sagrada Congregação de Propagação da Fé.

Após a Restauração Pernambucana, como Olinda estivesse arrasada pela guerra, os capuchinhos preferiram se estabelecer em Recife, onde receberam a doação de um terreno para a construção da igreja e do hospício, que contou com a doação de fiéis. Dedicou-se a igreja a Nossa Senhora da Penha. Mesmo assim, as suspeitas em relação aos religiosos franceses permaneciam. Apesar de não ter havido, nesta época, nenhuma disputa no ultramar que opusesse portugueses e franceses, no Estado do Brasil houve uma desconfiança velada acerca dos capuchinhos bretões, como se tivessem sido enviados pelo Rei Cristianíssimo, a fim de empreenderem alguma ação contra o domínio português.

Atividade missionária no sertão nordeste

Os capuchinhos da Província de Bretanha eram missionários apostólicos, ou seja, estavam subordinados à Sagrada Congregação de Propagação da Fé, responsável pelo envio de missionários a territórios que não pertencessem ao padroado régio, direito concedido às Monarquias ibéricas por meio de uma série de bulas papais. Tal condição dos missionários acarretou algumas disputas entre a Coroa portuguesa e a Santa Sé, já que as missões no Brasil estavam sujeitas ao padroado régio, direito que compreendia a nomeação de cargos eclesiásticos e a administração dos dízimos.

Os primeiros capuchinhos chegaram ao Rio de Janeiro, 1659, já de posse da provisão régia para a construção do hospício. A escassa documentação acaba limitando a compreensão desta atividade missionária. A autorização da Congregação de Propagação da Fé aos missionários apostólicos foi concedida apenas alguns anos depois, tendo

Capuchinhos – Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1988, vol. 1, p. 313, doc. XVII.

⁶⁴ Provisão por que Sua Alteza fez mercê de cem mil réis por ano aos religiosos capuchinhos franceses pagos no rendimento das baleias para poderem edificar o hospício na Cidade por tempo de dez anos. 17 de janeiro de 1679. *Documentos Históricos*, vol. 27, pp. 252-253. Publicado por Pietro Vittorino Regni. *Os capuchinhos na Bahia*. Salvador – Porto Alegre, Casa Provincial dos Capuchinhos – Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1988, vol. 1, pp. 315-316, doc. XXII.

o trabalho efetivamente se iniciado em 1663.⁶⁵ Entre os capuchinhos que se destacaram nas missões da capitania, estiveram o frei João Batista de Le Croisic, um dos primeiros a chegar ao Rio de Janeiro; e frei Mateus de La Sables-d'Olonne, que teria chegado à capitania em 1682, tendo sido nomeado superior do hospício do Rio de Janeiro, em 1687, onde permaneceu até 1701. Desde 1696, permaneceu sozinho na missão, não tendo a ajuda de nenhum confrade.⁶⁶

A atuação dos capuchinhos no Rio de Janeiro também se deu entre os indígenas, especialmente os goitacazes. O número de religiosos sempre foi reduzido, não ultrapassando o número de quatro. Mesmo assim, houve desconfianças contra os capuchinhos por serem franceses, havendo o constante receio de que auxiliassem alguma invasão na colônia. Por isso, não podiam trabalhar próximo às zonas marítimas do Rio de Janeiro.⁶⁷

Mas foi em 1670 que se iniciou a fase de maior relevo do trabalho missionário empreendido pelos capuchinhos, passando estes a atuar no sertão nordeste, inicialmente, na capitania da Paraíba. Conforme frei Martin de Nantes, teria sido um português chamado Antônio de Oliveira que estabeleceu esta missão e depois procurou de um religioso que a administrasse, entregando-a ao frei Teodoro de Lucé.⁶⁸ Vittorino Regni lembra que tais atitudes por parte dos fazendeiros não representavam necessariamente um comprometimento com o projeto missionário:

a circunstância, que favoreceu a fundação deste centro de catequese dos índios, mostra claramente como os motivos que levaram os colonos a apoiarem os missionários, muitas vezes, não tinham nada de espiritual. O que tinha mais importância para os fazendeiros e vaqueiros era usarem do trabalho missionário

⁶⁵ Decreto da *Propaganda Fide* autorizando os missionários franceses a estenderem a missão por todo o Brasil. 10 de março de 1664. Arquivo da Propaganda Fide – Decreti, Fundo Vienna 41, fls. 279v-280. *Apud* Pietro Vittorino Regni. *Os capuchinhos na Bahia*. Salvador – Porto Alegre, Casa Provincial dos Capuchinhos – Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1988, vol. 1, p. 310, doc. XIV. Jacinto Palazzolo. *Capuchinhos franceses no Rio de Janeiro (1612-1696)*. Rio de Janeiro, Matriz de São Sebastião dos PP Capuchinhos, 1952, pp. 29-30.

⁶⁶ Francisco Leite de Faria. “Os capuchinhos bretões na Ilha de São Tomé (1639-1641 e 1652-1653) e resumo da sua atividade no Brasil (1642-1702) e em Lisboa (1648-1833)”. *Separata La Bretagne, le Portugal, le Brésil: Actes du cinquantenaire de la création en Bretagne de l'enseignement du portugais*. 1977, p. 144.

⁶⁷ Pietro Vittorino Regni. *Os capuchinhos na Bahia*. Salvador – Porto Alegre, Casa Provincial dos Capuchinhos – Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1988, vol. 1, p. 108. Jacinto Palazzolo. *Capuchinhos franceses no Rio de Janeiro (1612-1696)*. Rio de Janeiro, Matriz de São Sebastião dos PP Capuchinhos, 1952, p. 31.

⁶⁸ Martinho de Nantes. *Relação de uma missão no Rio São Francisco: relação sucinta e sincera da missão do padre Martinho de Nantes, pregador capuchinho, missionário apostólico no Brasil entre os índios chamados cariris* (1706). São Paulo, CEN, 1979 (Coleção Brasileira, vol. 368). Tradução e notas de Barbosa Lima Sobrinho, p. 1.

para transformar os índios bravos em índios mansos, livrando assim as suas boiadas dos assaltos das tribos selvagens.⁶⁹

Nesse sentido, Marcos Galindo classifica esta relação estabelecida entre o fazendeiro e os índios como uma *aliança introdutória*, a fim de obter segurança para seus rebanhos. Foi a partir dessas alianças que os fazendeiros puderam estender os seus currais pelo sertão do São Francisco, minimizando as disputas e guerras com os indígenas. Constituiu-se assim um processo negociado com os nativos, ao contrário do que havia ocorrido no litoral e no recôncavo baiano.⁷⁰

As alianças introdutórias foram regidas por acordos de natureza comensalística, na qual os tapuias cediam espaço para pastagens e currais, e ofereciam proteção aos brancos contra os tapuias hostis não aliançados. Em troca recebiam resgates e se protegiam contra a exposição direta à ação colonial. Estes acordos com os brancos adicionalmente reforçavam seu poder contra os inimigos locais.⁷¹

Diante disto, foi justamente em decorrência do avanço da atividade pecuária para o sertão que as missões foram se deslocando para o interior. A pecuária extensiva ocupava uma maior quantidade de terras no sertão, sobretudo após a valorização das regiões próximas dos portos de embarque e dos cursos fluviais. Os rios São Francisco e Parnaíba constituíam o principal eixo da ocupação, dada a sua perenidade, e os afloramentos salinos, propiciando os “lambedouros” ao gado.⁷² A pecuária também consistiu numa solução para a ocupação do interior da colônia em decorrência do pouco capital que se demandava, além da mão de obra não precisar de qualificação. Aliado a isto, a busca por minas de ouro e prata motivara as entradas pelo sertão.

Para Pedro Puntoni, a explicação da expansão rumo ao interior também deve ser buscada nas dificuldades econômicas da colônia, dada a concorrência açucareira nas Antilhas, as epidemias, secas e outras calamidades naturais, além da inflação dos preços dos escravos na África. Desse modo, foram buscadas alternativas para a reposição das perdas decorrentes desta disputa colonial. A ocupação do sertão também foi impulsionada pelo estabelecimento de aldeias, com o intuito de substituir os descimentos ocorridos para o litoral. Esta prática foi conduzida pelas

⁶⁹ Pietro Vittorino Regni. *Os capuchinhos na Bahia*. Salvador – Porto Alegre, Casa Provincial dos Capuchinhos – Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1988, vol. 1, p. 144.

⁷⁰ Marcos Galindo. *O governo das almas: a expansão colonial no país dos Tapuia (1651-1798)*. Tese de doutorado, 2004, p. 15.

⁷¹ Ibidem, pp. 107-108.

⁷² Pedro Puntoni. *A Guerra dos Bárbaros: povos indígenas e a colonização do sertão nordeste do Brasil (1650-1720)*. São Paulo, Hucitec – Edusp – FAPESP, 2002, pp. 22 e 24.

Juntas das Missões, a fim de manter o território povoado e ampliar os limites da empresa colonial.⁷³

Mesmo não havendo a descoberta de metais preciosos no sertão nordeste da colônia, a procura por salitre – nitrato de potássio – constituiu outro objetivo do avanço para o interior. Este mineral era utilizado na fabricação de pólvora negra, então importado da Índia. Pedro Puntoni lembra que

o salitre fundamentava uma indústria importantíssima no século XVII, quando as armas de fogo representavam um avanço tecnológico inestimável para a afirmação das potências coloniais. É verdade que, no contexto específico da segunda metade do Seiscentos, a Coroa hesitava diante da possibilidade de uma auto-suficiência das regiões periféricas do Império na produção desta importante provisão de guerra. Porém, a praticabilidade de abastecer uma colônia tão distante durante os conflitos interimperiais do Atlântico Sul, somada às dificuldades de fornecimento da Índia, resultara no apoio às iniciativas de pesquisa do salitre no sertão do Brasil.⁷⁴

Este processo de “ocidentalização da empresa colonial”,⁷⁵ acabou por gerar transformações na organização da atividade missionária na região. Conforme dito acima, os capuchinhos iniciaram suas missões no sertão em 1670, sem promover descimentos para o litoral, mas estabelecendo aldeias ao longo do interior, próximo ao rio São Francisco. Se, para os fazendeiros, este seria um plano para a defesa de seus currais dos índios “bárbaros”, para a empresa colonial, as aldeias atendiam ao povoamento de novas áreas, assegurando a posse do território, além de promover o combate aos “selvagens” ainda não subjugados. A missão aparecia como instituição de fronteira, delimitando o território colonizado.⁷⁶

A extensão da colonização para interior do Estado do Brasil foi motivada por diversas causas, estando todas relacionadas ao funcionamento do Antigo Sistema Colonial: maior domínio sobre o território; a economia pecuária, fornecendo variados produtos, além da carne para o abastecimento da população local; o avanço das missões, a fim de “amansar” os índios hostis; a procura por salitre e metais preciosos; e a busca de alternativas, diante da concorrência com as demais potências coloniais.⁷⁷

Os indígenas foram utilizados como elementos verdadeiramente *participantes* da colonização, fosse como *trabalhador* aproveitável, fosse

⁷³ Ibidem, pp. 25-26.

⁷⁴ Ibidem, p. 30.

⁷⁵ Ibidem, p. 27.

⁷⁶ Charles Ralph Boxer. *A Igreja e a expansão ibérica:1440-1770*. Lisboa, trad. port., Edições 70, 1989, p. 92.

⁷⁷ Fernando A. Novais. *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. São Paulo, Hucitec, 2001 (1979).

como um *povoador* das extensas áreas coloniais. Para Caio Prado Jr., a intenção da metrópole era incorporar o indígena à colonização, transformando-o num colono, visto que precisava de contingentes populacionais para afirmar a sua soberania no território.⁷⁸

Em decorrência da experiência de capuchinhos e jesuítas nas missões do sertão, esses deveriam ser admitidos como *aliados* da Monarquia. Mesmo sendo missionários apostólicos e estando sujeitos à Santa Sé, pela Congregação de Propagação da Fé, os capuchinhos bretões atuaram em favor da colonização portuguesa na América. Mesmo não estando submetidos ao Monarca português, pelo direito do padroado régio, o trabalho dos capuchinhos integrava o projeto missionário de expansão da fé católica, objetivo não apenas do papado, mas também de Portugal.

Apesar disso, as suspeitas contra os religiosos capuchinhos permaneceram por todo período em que estiveram na colônia. Em 1672, escrevendo ao governador de Pernambuco, Fernando de Sousa Coutinho, o Príncipe Regente questionava sobre a relevância da presença “dos religiosos capuchos franceses e da sua utilidade e préstimo nessas capitanias”, referindo-se a Pernambuco e às capitanias anexas.⁷⁹ Conforme carta do ano seguinte, de D. Pedro ao mesmo governador, questionava-se a licença que os capuchinhos teriam recebido para a construção do hospício de Recife, solicitando também ao governador que lhe informasse quem havia introduzido armas de fogo entre os índios, e para que desse “informação sobre os procedimentos dos capuchos franceses”.⁸⁰ João Fernandes Vieira teria levantado a denúncia de que os próprios capuchinhos armavam os índios contra os portugueses. É importante destacar que o próprio João Fernandes Vieira havia pedido auxílio aos capuchinhos bretões durante a guerra contra os holandeses, conforme apontado acima. Entretanto, no decênio de 1670, a ajuda dos referidos missionários, bem como do Rei Cristianíssimo, já não se fazia necessária, levantando-se então suspeitas sobre os religiosos. Quanto à construção do hospício de Recife, Francisco Leite de Faria aponta que a sua fundação ocorreu em 1665.⁸¹

⁷⁸ Caio Prado Jr. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo, Brasiliense, 1999, p. 91.

⁷⁹ Carta do Príncipe D. Pedro a Fernando de Sousa Coutinho. 18 de julho de 1672. AUC. Coleção Conde dos Arcos, VI-3º-I-1-33, fl. 77.

⁸⁰ “faça toda diligência, para saber quem introduziu armas de fogo em o gentio, a quantidade delas e trate delas tirar ainda que seja comprando-as ou por via dos mesmos capuchinhos e lhe ordeno que tome dessas as notícias particulares que tiveres sobre estes pontos, o que fareis assim por cumprir a meu serviço.” Carta do Príncipe D. Pedro a Fernando de Sousa Coutinho. 29 de outubro de 1673. AUC. Coleção Conde dos Arcos, VI-3º-I-1-3, fl. 12. AHU, Papéis Avulsos, Pernambuco, caixa 10, doc. 999.

⁸¹ Francisco Leite de Faria. *Os capuchinhos em Portugal e no Ultramar português*. Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1982, p. 174.

Martin de Nantes foi um dos principais capuchinhos na atividade missionária do Estado do Brasil. Ele chegou à colônia em 1671, e se dirigiu à aldeia da Paraíba, administrada pelo frei Teodoro de Lucé, onde permaneceu por oito meses e aprendeu a língua cariri. O esforço de aprendizagem das línguas indígenas foi uma prática comum entre capuchinhos e jesuítas, pois os padres acreditavam que esta seria a maneira de tornar mais eficaz a persuasão dos índios.⁸² Neste seu primeiro trabalho, Martin de Nantes enfrentou algumas dificuldades, com a saída de muitos índios, devido à seca e à falta de comida. Por conta disso, ele deixou a missão e se dirigiu à região do São Francisco, onde já se encontrava o frei Anastácio de Audierne. Posteriormente, houve a chegada do padre José de Chateaugontier para auxiliá-los. As aldeias administradas pelos capuchinhos reuniram índios cariris, os Dzubukuá-kariri. Mas, a diversidade étnica verificada na região do São Francisco mostrou-se ampla, de acordo com os muitos relatos produzidos a respeito.

Desde 1673, a atividade missionária de Martin de Nantes se concentrou na aldeia de Aracapá, na capitania da Bahia. Apesar dos capuchinhos terem seguido a organização dos aldeamentos, conforme o que já era praticado pelos membros da Companhia de Jesus, algumas diferenças foram verificadas na missão exercida pelas duas Ordens. Vittorino Regni apresenta que “frei Martinho não entendia a missão de Aracapá como um círculo fechado. Representava para ele o centro de irradiação de sua atividade apostólica, abrangendo todas as ilhas circunvizinhas, onde viviam outras tribos indígenas a serem catequizadas”.⁸³ Nesse mesmo sentido atuava o padre Anastácio de Audierne. Martin de Nantes também aproveitava determinadas ocasiões para levar a Salvador alguns dos índios aldeados, a fim de que tomassem contato com a civilização européia, numa tentativa de transformar o “espírito” indígena. Estando sujeitos às orientações da Sagrada Congregação de Propagação da Fé, os capuchinhos não realizavam batismos em massa, mas apenas com a devida preparação.⁸⁴ As solenidades litúrgicas eram aproveitadas para impressionar os indígenas, a fim de que compreendessem a fé católica. A comunidade do entorno das aldeias também participava das celebrações, modo pelo qual se buscava proporcionar a “sociabilidade” do índio.⁸⁵

Ainda conforme Vittorino Regni, Martin de Nantes teria trabalhado sozinho por cinco anos, recorrendo à colaboração de

⁸² José Eisenberg. *As missões jesuíticas e o pensamento político moderno*. Belo Horizonte, Editora da UFMG, 2000, p. 21.

⁸³ Pietro Vittorino Regni. *Os capuchinhos na Bahia*. Salvador – Porto Alegre, Casa Provincial dos Capuchinhos – Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1988, vol. 1, p. 153.

⁸⁴ Ibidem, p. 154.

⁸⁵ Ibidem, p. 170.

Anastácio de Audierne, que se estabeleceu na aldeia de Pambu em 1678, e José de Chateaugontier, que ficou responsável pela aldeia da ilha das Vacas, a partir de 1679.⁸⁶ Marcos Galindo aponta que a concentração da atividade missionária na aldeia de Aracapé e suas proximidades fora decorrência da percepção dos religiosos capuchinhos acerca de sua vulnerabilidade. Caso permanecessem trabalhando em aldeias muito distantes, as missões ficariam sujeitas a maiores problemas. Este esforço teria sido uma resposta à ameaça que Francisco Dias d'Ávila representava, espalhando o seu gado pelas terras destinadas às missões.⁸⁷ No sertão do São Francisco, missionaram ainda os freis François de Domfront e François de Lucé, tendo este último atuado na aldeia de Vargem, também nas proximidades de Aracapé.

Outro importante capuchinho nas missões do Brasil foi o frei Bernard de Nantes, que chegou à colônia antes de 1681. Neste ano, ou no início de 1682, se dirigiu à região do São Francisco para entregar a Martin de Nantes a ordem do provincial para que ocupasse o cargo de superior do novo hospício da Bahia, liderando a sua construção. Diante disto, Bernard substituiu Martin de Nantes nas missões no sertão. Em 1687, o substituiu novamente como superior do referido hospício. Mais tarde, já em 1692, Bernard de Nantes esteve como superior do hospício de Recife.⁸⁸

Vittorino Regni expressa que Bernard de Nantes substituiu Martin não apenas no plano da catequese indígena, administrando as aldeias de Aracapé e do Cavalo, mas também no plano do “prestígio moral”⁸⁹, acolhendo junto de si os outros missionários que atuavam na região, e auxiliando na organização de seu trabalho. Do mesmo modo como Martin de Nantes, Bernard se preocupou em aprender a língua cariri para aprofundar a sua atividade catequética, fornecendo ainda aos outros religiosos elementos linguísticos indispensáveis para a prática missionária. No plano cultural, o trabalho de elaboração de uma *Relation*⁹⁰ e um catecismo cariri⁹¹, com base no trabalho e anotações de

⁸⁶ Ibidem, p. 153, nota 50.

⁸⁷ Marcos Galindo. *O governo das almas: a expansão colonial no país dos Tapuia (1651-1798)*. Tese de doutorado, 2004, p. 174.

⁸⁸ Francisco Leite de Faria. “Os capuchinhos bretões na Ilha de São Tomé (1639-1641) e (1652-1653) e resumo de sua atividade no Brasil (1642-1702) e em Lisboa (1648-1833)”. *Separata la Bretagne, le Portugal, le Brésil: Actes du cinquantième de la création em Bretagne de l'enseignement du portugais*, 1977, p. 146.

⁸⁹ Pietro Vittorino Regni. *Os capuchinhos na Bahia*. Salvador – Porto Alegre, Casa Provincial dos Capuchinhos – Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1988, vol. 1, p. 169.

⁹⁰ Bernard de Nantes. *Relation de la Mission des Indiens Kariris du Brésil situés sur leur grand fleuve du S. François du côté de sud a 7 degrés de la ligne Equinoxiale. Le 12 septembre 1702, par f. Bernard de Nantes, capucin predicateur missionnaire appliqué*. O manuscrito se encontra na Biblioteca Guita e José Mindlin, na Universidade de São Paulo.

seu antecessor, gerou importantes documentos sobre a missionação dos capuchinhos bretões nas aldeias da região do São Francisco. Vittorino Regni lembra que o trabalho de ambos religiosos estava de acordo com as orientações da Congregação de Propagação da Fé, segundo a qual deveria haver uma preparação adequada no tocante à linguística para os religiosos, antes de começarem a sua atividade na missão.⁹²

O relevo que atingiu o trabalho dos missionários Martin e Bernard de Nantes na conversão dos indígenas decorre justamente desta preocupação linguística e, conseqüentemente, da elaboração do catecismo cariri e dos relatos, que ambos escreveram. Os esforços de Martin de Nantes para o aprendizado da língua indígena, seguidos pelo seu sucessor, geraram considerável avanço neste tema, a partir do qual Bernard pôde dar continuidade à atividade missionária na aldeia de Aracapá, bem como assistir às aldeias vizinhas.

Como foi mencionado acima, as missões capuchinhas no sertão nordeste do Brasil estiveram a serviço da Monarquia portuguesa. Além de favorecer a expansão da empresa colonial, povoando o território, e propiciar o estabelecimento dos currais de gado para o abastecimento das cidades de Bahia e Pernambuco, a missionação entre os indígenas atuou também no combate aos índios hostis, pois índios aldeados eram recrutados para a “guerra justa”. Apesar da *postura hostil* adotada em relação aos capuchinhos, a continuidade de seu trabalho no sertão da colônia se mostrou bastante conveniente a Portugal.

Em meio à “Guerra dos Bárbaros”, nos confrontos no São Francisco, entre 1674 e 1679, alguns indígenas aldeados, sob o controle de Martin de Nantes, foram convocados pelo governador geral para o combate aos índios anaios das sete aldeias dos “guarguaes”. Estes “tapuias” habitavam as terras dos currais de João Peixoto da Silva, na margem do rio São Francisco, próximo à barra do Salitre. Os índios tinham se levantado, rompendo antigas amizades⁹³. A região foi despovoada, dado o receio de destruição das fazendas e currais. Diante disso, Francisco Dias d’Ávila se ofereceu ao governador geral, Afonso Furtado de Castro do Rio Mendonça, para fazer guerra contra os índios rebelados, a fim de assegurar aquelas povoações. Dias d’Ávila obteve então a patente de capitão-mor da entrada, tendo à sua disposição os capitães de infantaria da ordenança. A expedição foi constituída por duas companhias de infantaria, subordinadas a Francisco Dias d’Ávila. Os

⁹¹ Bernard de Nantes. *Catecismo da língua Kariri*. Publicado por Julio Platzmann, edição fac-similar. Leipzig, 1896.

⁹² Pietro Vittorino Regni. *Os capuchinhos na Bahia*. Salvador – Porto Alegre, Casa Provincial dos Capuchinhos – Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1988, vol. 1, p. 136.

⁹³ Para Marcos Galindo, estas antigas amizades tinham sido fruto das *alianças introdutórias*, apontadas acima. Marcos Galindo. *O governo das almas: a expansão colonial no país dos Tapuia (1651-1798)*. Tese de doutorado, 2004, p. 107.

capitães foram Domingos Rodrigues Carvalho e Domingos Afonso Sertão. Mesmo tendo Francisco Dias d'Ávila a patente de capitão-mor, não levou adiante esta expedição, deixando a liderança com Domingos Rodrigues de Carvalho. A vitória foi conseguida em 1º de agosto de 1674, com uma pequena tropa, frente ao inimigo. No ano seguinte, Dias d'Ávila foi promovido, em decorrência dos serviços prestados, a “coronel das companhias que tinha sob sua ordem e de outras a serem criadas na ampla região do sertão do São Francisco”.⁹⁴

Em 1676, os mesmos “tapuias” anaios levantaram-se novamente. Necessitando de ajuda para o confronto, Dias d'Ávila conseguiu o envio de pólvora e balas. Além disso, o governador-geral convocou Martin de Nantes a enviar índios cariris frecheiros de suas missões. Os índios aceitaram partir somente na companhia do missionário, que teve de testemunhar os combates.

Os índios aldeados, considerados súditos da Coroa portuguesa, consistiam não apenas uma reserva de mão-de-obra, mas ainda potenciais combatentes aos “selvagens”. A proteção destes índios “mansos” estava condicionada à “corporação miliciana”, visto que fora dela qualquer “tapuia”, fosse livre ou aldeado, era considerado um potencial inimigo.⁹⁵

Alguns meses depois do segundo levante dos “tapuias” anaios, em Canabrava, índios cariris foram atacados por moradores que buscavam conseguir escravos, mesmo sendo estes “tapuias” aliados dos portugueses. Foram feitos cerca de quinhentos cativos, todos levados à Bahia para serem distribuídos. Neste grupo de cativos, estavam doze índios aldeados da missão do frei Anastácio de Audierne. Como já havia sido concedido um “salvo-conduto” para estes indígenas, Martin de Nantes saiu em sua defesa, conseguindo a sua libertação por ordem da Relação da Bahia. Pedro Puntoni aponta que “a guerra deixara de ameaçar o sistema produtivo do Recôncavo e passara a mover-se pelo interesse consolidado na captura, comércio e utilização da mão-de-obra indígena”.⁹⁶

Apesar dos índios aldeados na missão de Martin de Nantes e dos demais capuchinhos consistirem em aliados dos portugueses, justamente por estarem reunidos sob a administração de religiosos, prestando serviço à Coroa, o trabalho missionário e os próprios indígenas, não deixaram de ser importunados pelos fazendeiros da região. O protagonista dos ataques às missões do São Francisco foi o coronel

⁹⁴ Pedro Puntoni. *A Guerra dos Bárbaros: povos indígenas e a colonização do sertão nordeste do Brasil (1650-1720)*. São Paulo, Hucitec – Edusp – FAPESP, 2002, pp. 116-118.

⁹⁵ Marcos Galindo. *O governo das almas: a expansão colonial no país dos Tapuia (1651-1798)*. Tese de doutorado, 2004, p. 121.

⁹⁶ Pedro Puntoni. *A Guerra dos Bárbaros: povos indígenas e a colonização do sertão nordeste do Brasil (1650-1720)*. São Paulo, Hucitec – Edusp – FAPESP, 2002, p. 120.

Francisco Dias d'Ávila, causando conflitos tanto com os religiosos capuchinhos, quanto com os da Companhia de Jesus.

A família da Casa da Torre teve importante participação na empresa colonial, desde a chegada de Garcia d'Ávila à colônia, em 1549, com Tomé de Sousa. A família, ao obter a concessão de sesmarias, passou a alargar seu domínio por uma ampla extensão de terras. Conforme mencionado acima, o avanço das fazendas de gado para o sertão decorreu da necessidade de tração e transporte nos engenhos de açúcar no litoral, além do abastecimento de carne. Com isso, também se desbravou o interior em busca de metais preciosos. A família da Casa da Torre integrou esta expansão para o sertão. Em alvará de 1624, Filipe IV autorizou Francisco Dias d'Ávila (1º)⁹⁷ a descobrir o segredo das minas na região, sem dar conta aos governadores.⁹⁸ Fortalecido com o apoio que deu ao combate dos holandeses na Bahia, o mesmo Francisco Dias d'Ávila (1º) pedia não apenas para devassar o sertão em busca de minas, mas também para se assenhorear das terras desbravadas. Tal autorização foi concedida, aumentando o território sob o domínio da Casa da Torre.⁹⁹

Durante a invasão holandesa na Bahia, que impossibilitou a utilização do porto de Salvador, a alternativa empregada foi o porto próximo à Casa da Torre. Este ponto serviu ainda como local estratégico, entre a Bahia de Todos os Santos e Pernambuco, no combate às tropas holandesas. Francisco Dias d'Ávila (1º) também forneceu gado e mantimentos à armada que combatia os holandeses em Pernambuco. Este apoio à restauração do domínio português, sobre as capitâneas que tinham sido ocupadas pelos homens da Companhia das Índias Ocidentais, favoreceu ainda mais o aumento da influência política do senhor da Casa da Torre, Garcia d'Ávila (2º). Seguindo a orientação do padre Antônio Pereira, seu tio e cunhado, Garcia d'Ávila (2º) agiu de modo a converter esta sua influência em terras, com o intuito de assegurar a posse e a propriedade das terras, nas quais seria possível localizar as minas de prata que seu tio-avô Belchior Dias Moreia dizia ter descoberto. A principal preocupação do padre Antônio Pereira era obter as terras em que se suspeitava haver metais preciosos para o domínio da Casa da Torre, antes de iniciar a sua exploração.

⁹⁷ Este é o modo como Moniz Bandeira apresenta a distinção entre este Francisco Dias d'Ávila (1º), neto do Garcia d'Ávila que chegou ao Brasil na esquadra de Tomé de Sousa (nascido de sua filha Isabel d'Ávila), e o Francisco Dias d'Ávila (2º), que acabou por prejudicar as missões de capuchinhos e jesuítas no São Francisco. Luiz Alberto Moniz Bandeira. *O feudo: a Casa da Torre de Garcia d'Ávila: da colonização dos sertões à independência do Brasil*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2000.

⁹⁸ Alvará para Francisco Dias d'Ávila descobrir no Brasil minas de prata, ouro, pedras e mais minerais sem ter de dar contas aos governadores ou outros ministros. 21 de abril de 1624. AHU. Papéis Avulsos, Bahia – Luísa da Fonseca, caixa 3, doc. 313.

⁹⁹ Luiz Alberto Moniz Bandeira. *O feudo: a Casa da Torre de Garcia d'Ávila: da colonização dos sertões à independência do Brasil*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2000, p. 139.

No entanto, a expulsão dos holandeses se mostrava imprescindível para empreender as entradas pelo sertão. Conseguiu-se tais terras pela concessão de sesmarias e a ambição de localizar as minas impulsionou as entradas pelo sertão, com o pretexto de combater os índios, que se insurgiam, atacando vilas, engenhos e rebanhos de gado. Por meio destas ações, os índios mostravam o seu descontentamento com a ocupação de suas terras e as tentativas de escravização.¹⁰⁰

Em decorrência destas expedições pelo sertão, Garcia d'Ávila (2º) e seus filhos, Francisco Dias d'Ávila (2º), Bernardo Pereira Gago e Catarina Fogaça, além do padre Antônio Pereira, requereram e obtiveram, em 1657, terras concedidas pelo capitão-mor de Sergipe. No ano seguinte, André Vidal de Negreiros, governador de Pernambuco, lhes concedeu mais terras, estendendo o domínio da Casa da Torre desde a Bahia, passando pelo Maranhão e Ceará, chegando até o Piauí. No tocante à política metropolitana responsável pela concessão de terras, não havia preocupação com os extensos territórios ocupados por algumas poucas famílias, como as da Casa da Torre e a Casa da Ponte, da família Guedes de Brito. Pelo contrário, o maior interesse do governo português era a ocupação e o cultivo destas terras.

Aos vinte e quatro anos, Francisco Dias d'Ávila (2º) passou a ocupar o posto de capitão da ordenança do distrito da Torre. Em 1675, ele recebeu a patente de coronel, como recompensa pelos serviços prestados à Monarquia portuguesa. A família da Casa da Torre exerceu então sua influência apoiada na posse de uma vasta porção de terras. Tais sesmarias foram obtidas por meio de sua cooperação no desenvolvimento da empresa colonial. Logo, seu poder, inicialmente de cunho político e econômico, atingiria a esfera militar, com a nomeação para o posto de coronel de ordenanças.

No primeiro século da colonização, os objetivos religiosos e econômicos encontravam-se lado a lado, diante do arraigamento da cultura cristã nas sociedades ibéricas. A defesa da fé e doutrina católicas consistia ainda num desafio, dada a ocorrência das reformas religiosas, com o intuito de compensar as perdas ocasionadas no Velho Mundo. “A convicção de que Portugal era a nação missionária por excelência no mundo ocidental estava difundida e profundamente enraizada em todas as classes”.¹⁰¹ Deste modo, a aliança entre estes diferentes objetivos serviu à manutenção do território sob o domínio português, pois o avanço de outras religiões poderia indicar também a ameaça de invasões estrangeiras. Por isso, aliou-se o exclusivo religioso ao exclusivo comercial.¹⁰² A dupla motivação que impulsionou a expansão portuguesa

¹⁰⁰ Ibidem, pp. 149-152.

¹⁰¹ Charles Ralph Boxer. *O império marítimo português*. São Paulo, trad. port., Companhia das Letras, 2006, p. 245.

¹⁰² Eduardo Hoornaert et alli. *História da Igreja no Brasil*. Petrópolis, Vozes, 1971, p. 253.

também aparecia nas bulas papais, de acordo com as aspirações dos Monarcas.¹⁰³

No entanto, o desenvolvimento da colonização evidenciou a impossibilidade de permanecer uma atuação nestas duas vertentes. Priorizou-se então a exploração econômica das possessões ultramarinas, sobretudo, no século XVII, a partir do qual o sistema colonial se encontrava em pleno funcionamento. A catequese passou a constituir, não raro, um empecilho às atividades econômicas coloniais, como ocorreu na disputa entre jesuítas e colonos em São Paulo, dada a “busca intensificada pela mão-de-obra nativa”¹⁰⁴. Tal contenda culminou com a expulsão dos padres da Companhia de Jesus da capitania, em 1640, embora tenham sido readmitidos treze anos depois. Situação semelhante foi verificada na Bahia entre grandes sesmeiros, como Francisco Dias d’Ávila, e religiosos como Martin de Nantes, além da expulsão dos jesuítas das missões localizadas nas terras da Casa da Torre. Havia um complexo sistema de relações entre o poder eclesiástico e o poder secular no sertão. Os conflitos aconteciam tendo em vista o domínio sobre os indígenas, fosse para salvar suas almas, fosse para utilizá-los como escravos. E diante disto, nem sempre as instruções elaboradas nos centros decisórios tinham aplicação imediata no interior da colônia.¹⁰⁵

Sendo assim, o conflito entre Francisco Dias d’Ávila e os capuchinhos ocorreu devido à tentativa de invasão do fazendeiro das terras destinadas às missões, espalhando o gado e prejudicando as plantações dos indígenas. Marcos Galindo lembra que a lei de 1605 estabelecia que os nativos deveriam ter os seus direitos respeitados, mesmo quando se tratava de concessões providas a particular. Contudo, não tiveram cumprimento as leis que procuravam garantir os direitos dos indígenas. Já na lei de 1680, agindo-se de modo a ordenar a expansão para o interior da colônia, foram reafirmadas as disposições anteriores, manifestando-se dois pontos centrais: terra livre para os índios, isenta de vassalagem senhorial; e o apoio às missões do sertão, reconhecendo-se a estabilidade que proporcionavam às conquistas. Do mesmo modo como a legislação anterior, a lei de 1680 não conseguiu atingir seus objetivos, mas demonstra o posicionamento do governo de Lisboa a favor da missão no sertão, contra as ameaças dos grandes sesmeiros.¹⁰⁶

Martin de Nantes protestava contra Francisco Dias d’Ávila, estando as missões localizadas nas sesmarias concedidas ao coronel. Este

¹⁰³ Charles Ralph Boxer. *O império marítimo português*. São Paulo, trad. port., Companhia das Letras, 2006, pp. 36-37.

¹⁰⁴ John Manuel Monteiro. *Negros da Terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo, Companhia das Letras, 1994, pp. 145-146.

¹⁰⁵ Cristina Pompa. *Religião como tradução: missionários, Tupi e “Tapuia” no Brasil Colonial*. Bauru, Edusc, 2003, p. 281.

¹⁰⁶ Marcos Galindo. *O governo das almas: a expansão colonial no país dos Tapuia (1651-1798)*. Tese de doutorado, 2004, pp. 161-162.

foi a Salvador e manifestou ao governador Roque da Costa Barreto que os capuchinhos estariam aliciando os cariris em favor do Rei da França, levantando novamente suspeitas sobre estes religiosos pela sua origem francesa. Relatando o ocorrido, Martin de Nantes se apresentava como protetor dos indígenas sob sua administração, defendendo seus direitos à terra e à alimentação. O religioso estava ciente do desafio à sua frente, pois sabia que sua atitude gerava um confronto com um dos homens mais poderosos da Bahia, sobretudo, pelo apoio e serviços que prestara à Monarquia portuguesa, assim como seus antepassados. Prosseguindo o relato, o missionário capuchinho destacava as consequências que enfrentou, após a ameaça que fez a Francisco Dias d'Ávila. O referido coronel, além de acusar o capuchinho de agir junto aos índios em favor da França, também levantou calúnias a seu respeito a outros homens importantes da capitania. Francisco Dias d'Ávila afirmava que o trabalho feito pelo religioso representava uma ameaça ao Estado.¹⁰⁷

Diante disto, frei Martin de Nantes resolveu escrever ao governador, a fim de comunicar-lhe as dificuldades enfrentadas pelos índios, impossibilitando a continuidade da missão. Depois de duas cartas escritas, sem obter resposta alguma, o capuchinho decidiu escrever a terceira, com mais veemência, “que se estava levando os índios ao desespero e a mim à necessidade de abandonar a missão, com muito prejuízo para a salvação de tantas almas e até mesmo para o serviço do próprio Estado”.¹⁰⁸ Dois índios foram incumbidos de levar a carta ao governador, mas Martin de Nantes não obteve nenhuma resposta. Sendo assim, com a concordância de frei Anastácio de Audierne e de José de Chateaugontier, o missionário da aldeia de Aracapé se dirigiu à Bahia, com o objetivo de entender a causa do silêncio do governador geral.

Roque da Costa Barreto recebeu Martin de Nantes e, mesmo acreditando não haver justificativa para o que lhe contara Francisco Dias d'Ávila, ouviu o que o capuchinho tinha a dizer. Depois de expor seus argumentos, o missionário conseguiu convencer o governador de que ele havia sido enganado pelas palavras do senhor da Casa da Torre. Martin de Nantes obteve, então, a proteção do governador para a sua missão.¹⁰⁹ Caso ocorresse novamente o prejuízo às aldeias, ele poderia recorrer ao governo da Bahia. Este fato deve ter ocorrido durante o ano de 1678, ou início de 1679, já que o capuchinho menciona em sua *Relação* que escrevera ao “novo” governador. Roque da Costa Barreto assumiu o cargo de governador geral a partir de março de 1678. Seguramente, a viagem de Martin de Nantes se deu antes de 1680, ano que se concedeu a

¹⁰⁷ Martinho de Nantes. *Relação de uma missão no Rio São Francisco: relação sucinta e sincera da missão do padre Martinho de Nantes, pregador capuchinho, missionário apostólico no Brasil entre os índios chamados cariris* (1706). São Paulo, CEN, 1979 (Coleção Brasileira, vol. 368). Tradução e notas de Barbosa Lima Sobrinho, pp. 60-61.

¹⁰⁸ Ibidem, p. 62.

¹⁰⁹ Ibidem, p. 68.

licença para a construção do hospício na cidade, pois afirma “era muito fácil a Francisco Dias ganhar a sua causa e me fazer condenar, não havendo ninguém que me defendesse, uma vez que ainda não existiam capuchinhos na Bahia.”¹¹⁰

Quando se preparava para deixar Salvador e voltar à missão, Martin de Nantes foi surpreendido por um convite de Francisco Dias d’Ávila, para que comparecesse à sua casa. Mesmo percebendo se tratar de uma “manobra política”¹¹¹, o capuchinho foi ao encontro do coronel. Com muitas gentilezas, desculpando-se pelo que havia causado às aldeias dos cariris sob a administração dos capuchinhos, Francisco Dias d’Ávila pediu a Martin de Nantes que escrevesse uma certidão a fim de justificar uma mercê a ele próprio. Este alegava que havia tido muitos gastos no decorrer da guerra, mas que não ambicionava o reembolso e sim honrarias. Assim, como pedira ao governador, aos mestres de campo e aos jesuítas, pedia ao missionário capuchinho tal documento. Mesmo desconfiado, Martin de Nantes escreveu e assinou a certidão com duas testemunhas.¹¹² Estando de posse desta certidão, Francisco Dias d’Ávila a enviou ao governador, acusando Martin de Nantes de usar a “máscara da santidade”¹¹³, buscando demonstrar ao governador a contradição de suas palavras. Como se vê, os capuchinhos permaneciam na colônia, mas sem estarem livres deste tipo de desconfiança, alegando-se, não raro, sua origem francesa e como poderiam se valer da proximidade dos índios contra a Monarquia portuguesa. Consistiam nas mesmas suspeitas de quando haviam chegado os primeiros religiosos da Ordem a Pernambuco, em 1642: os capuchinhos seriam agentes políticos da França, a fim de aliciar primeiro os luso-brasileiros, e posteriormente, os indígenas, em favor do Rei Cristianíssimo.

Francisco Dias d’Ávila não deixou de importunar as missões dos capuchinhos. Em consulta do Conselho Ultramarino de 18 de março de 1681, informava-se D. Pedro acerca das queixas feitas pelo frei Anastácio de Audierne. Além de ter forjado uma certidão, ludibriando Martin de Nantes, o fazendeiro ainda ameaçava outros moradores para que não dessem esmola ou qualquer outra ajuda a estes missionários. Os índios também eram incitados a deixar as aldeias, além da tentativa de incutir-lhes que o batismo lhes faria mal, morrendo eles e seus filhos. O Conselho Ultramarino então sugere que o Príncipe Regente envie uma repreensão ao coronel Dias d’Ávila:

Ao conselho parece representar a Vossa Alteza a queixa deste religioso e dano que faz àquela missão Francisco Dias d’Ávila perturbando a conversão daquelas almas, e impedindo o reduzir aquele gentio à luz da igreja, sendo este exercício tanto do serviço de Deus e de Vossa Alteza em que aqueles índios tenham

¹¹⁰ Ibidem, p. 61.

¹¹¹ Ibidem, p. 73.

¹¹² Ibidem, p. 75.

¹¹³ Ibidem, p. 76.

conhecimento do verdadeiro Deus, que é o que Vossa Alteza tanto encomenda; e como essa matéria seja tão gravíssima, e de tanto escândalo: deve Vossa Alteza ordenar ao mestre de campo geral Roque da Costa Barreto que mande tirar uma devassa com todo o segredo dos procedimentos de Francisco Dias d'Ávila, e dê conta a Vossa Alteza com toda a brevidade para que nisto se dê aquele remédio que convém.¹¹⁴

Conforme carta de D. Pedro a Roque da Costa Barreto, o Regente manifesta ter tomado conhecimento, por carta do vigário provincial dos capuchinhos, da ação empreendida pelo senhor da Casa da Torre, prejudicando, e até mesmo impedindo, o trabalho de conversão dos índios “tapuias” no sertão nordeste da colônia, atendendo esta atividade tanto ao serviço de Deus, quanto ao Príncipe. Sendo assim, D. Pedro pede que tal situação seja solucionada com brevidade, a partir da investigação, acerca dos procedimentos de Francisco Dias d'Ávila e

enquanto não me informardes como vos ordeno encomendo-vos muito façais com que estes religiosos não tenham nenhum estorvo na sua missão e vão continuando no introduzir nesses sertões o Santo Evangelho, e assim terei particular atenção a que não experimentem o de que se me queixam.¹¹⁵

Mesmo havendo uma orientação do governo de Lisboa para a proteção das missões, parece que este conflito entre Francisco Dias d'Ávila e Martin de Nantes acabaria desgastando a imagem dos capuchinhos na Bahia e diante das autoridades portuguesas, pois nos anos seguintes os religiosos franceses enfrentariam outras dificuldades, como na ocasião da construção de seu hospício em Salvador.

Capuchinhos franceses e italianos na disputa por um hospício na Bahia

Os capuchinhos bretões estabeleceram dois hospícios no Brasil, um em Recife e outro no Rio de Janeiro, passando a solicitar a licença para a construção de uma casa também na Bahia. Contudo, houve uma controvérsia entre capuchinhos franceses e italianos sobre o hospício em Salvador. Os religiosos franceses alegavam que o hospício teria o intuito de favorecer as missões por eles administradas no interior. O local constituiria um apoio aos capuchinhos, quando passassem às missões, onde encontrariam apoio e descanso, podendo até mesmo tratar algumas doenças, sem terem de deixar a colônia. Por sua vez, os capuchinhos italianos argumentavam que os padres que se destinavam às missões africanas necessitavam de um lugar, onde pudessem permanecer durante

¹¹⁴ Consulta do Conselho Ultramarino sobre as queixas que faz ao seu vigário provincial, frei Anastácio de Audierne, francês missionário, dos procedimentos do coronel Francisco Dias de Ávila. 18 de março de 1681. AHU. Papéis Avulsos, Bahia – Luísa da Fonseca, caixa 25, doc. 2999.

¹¹⁵ Carta de Sua Alteza sobre se tirar devassa do procedimento de Francisco Dias d'Ávila. 23 de março de 1681. AUC. Coleção Conde dos Arcos, VI-3º-I-1-5, fl. 376.

a viagem entre Lisboa e a África, aguardando as embarcações para o transporte.¹¹⁶ Seguindo a proposta dos franceses, os capuchinhos italianos não precisariam se deslocar até a Europa para poderem tratar da saúde, mas teriam um local apropriado para isso no Brasil.

Vittorino Regni lembra que alguns autores, como Rocha Pita e o capuchinho italiano frei Agostinho de Santa Maria, trataram a questão afirmando que os capuchinhos franceses “usurparam” o hospício dos italianos e que, depois da saída dos franceses da colônia, lhes teria sido “restituído” o hospício.¹¹⁷ No entanto, é preciso esclarecer alguns fatos.

A licença para a construção do hospício dos capuchinhos franceses foi concedida pelo Príncipe D. Pedro, em 1679, a partir de uma carta enviada pelos oficiais da Câmara de Salvador no ano anterior, reconhecendo o trabalho missionário desenvolvido pelos religiosos em questão:

acerca da particular virtude, zelo e procedimento com que os religiosos capuchinhos barbados da nação francesa, assistem na conversão do gentio em que fazem grande proveito catequizando e reduzindo à nossa santa fé, não terem nessa cidade aonde se possam recolher os missionários que passam vindo de suas missões.¹¹⁸

A autorização foi concedida após uma consulta do Conselho Ultramarino, do mesmo ano, destacando que “o exercício dos padres capuchinhos barbados na conversão do gentio do Brasil tem por notícia que é santo em serviço de Vossa Alteza”.¹¹⁹ Mesmo com a multiplicação de conventos na colônia, e havendo a opinião de que seria necessária a extinção de alguns, o trabalho dos capuchinhos franceses precisava de um hospício na Bahia. Entretanto, não poderiam receber noviços, sendo a casa apenas para os missionários que necessitassem de abrigo quando fossem às missões. E mesmo assim, a casa não deveria abrigar mais do que oito religiosos. O governador Roque da Costa Barreto deveria fixar o local mais apropriado para a construção do hospício.¹²⁰

¹¹⁶ Carta do Senado da Câmara ao Procurador Geral da Ordem dos Capuchinhos pedindo licença para a construção do hospício italiano. 1 de julho de 1679. Arquivo da Propaganda, SCAA 1, fl. 462. *Apud* Pietro Vittorino Regni. *Os capuchinhos na Bahia*. Salvador – Porto Alegre, Casa Provincial dos Capuchinhos – Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1988, vol. 1, pp. 316-317, doc. XXV.

¹¹⁷ Pietro Vittorino Regni. *Os capuchinhos na Bahia*. Salvador – Porto Alegre, Casa Provincial dos Capuchinhos – Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1988, vol. 1, pp. 181-182.

¹¹⁸ Carta de Sua Alteza sobre os religiosos capuchos barbados acerca do hospício que se há de fabricar. 21 de agosto de 1679. AHU. Códice 245, fl. 53.

¹¹⁹ Consulta do Conselho Ultramarino sobre a licença que pedem os oficiais da Câmara da Bahia para os capuchinhos barbados poderem ter naquela cidade um hospício em que se recolham. 7 de janeiro de 1679. AHU. Códice 252, fl. 52v.

¹²⁰ Carta de Sua Alteza sobre os capuchinhos franceses fazerem um hospício. 29 de fevereiro de 1680. AUC. Coleção Conde dos Arcos, VI-3º-I-1-5, fl. 347.

Todavia, nos anos de 1679 e 1680, os oficiais passaram a tratar na sua correspondência algumas razões pelas quais não deveria ser permitida a construção do hospício para os religiosos franceses. E sobre isto, há uma consulta do Conselho Ultramarino, de 1680, acerca dos inconvenientes apresentados pelos membros da Câmara de Salvador.¹²¹ Logo no início, é esclarecido que a concessão fora feita mediante o “abono e préstimo espiritual” dos missionários, conforme exposto pelos oficiais da Câmara de 1678. Havia-se cumprido a provisão de D. Pedro, sem embargo das “evidentes e eficazes razões em contrário que passa se fazerem presentes a Vossa Alteza”. Sendo assim, evidencia-se que os oficiais da Câmara nos anos posteriores – 1679 e 1680 – passaram a manifestar as desvantagens que geraria a construção do hospício, “em razão da falta de cabedais”, idéias estas “propostas por muitas pessoas dos mais inteligentes da nobreza e o povo daquela cidade”.

Um dos empecilhos à construção do hospício seria o grande número de casas de regulares pobres. A população não poderia mais sustentar tal situação, pois os religiosos dependiam de esmolas e outros tipos de ajuda. Outro argumento seria a existência de outras quatro obras em andamento na cidade: o convento de carmelitas descalças, o das freiras de Santa Clara, o templo da catedral e o mosteiro dos beneditinos. Estas construções também estavam sendo custeadas pelas esmolas da população, estando as obras atrasadas por conta disso. O terceiro fator que desaprovava a construção do hospício se referia à alegação de que os capuchinhos franceses pretendiam fundar na colônia diversos hospícios, a fim de conseguirem fundar uma província no Brasil.

Indicava-se ainda que após a construção, o hospício deveria servir também ao abrigo dos capuchinhos italianos, que não teriam por objetivo uma província, mas apenas um hospital para assistência e tratamento dos missionários, nas suas viagens entre Angola e Portugal. A quarta razão para impedir a obra seria a desconfiança de que os índios pudessem se aproximar em demasia dos capuchinhos bretões, de modo que agissem em favor dos franceses, em detrimento dos súditos da Monarquia portuguesa:

em nada ociosa toda a cautela que se aplicasse a que os índios não tivessem comunicação com estrangeiros principalmente com setentrionais do qual, segundo já diversas demonstrações, se podia recear que resultasse além de maior afeto para com uns, aversão e ousadia para com outros (...) de ações do gentio a favor de perturbadores ambiciosos e em total ruína de colonos obedientes...¹²²

¹²¹ Consulta do Conselho Ultramarino sobre o que escrevem os oficiais da Câmara da Bahia, acerca dos inconvenientes que se podem seguir, de se fundar naquela cidade o hospício dos capuchinhos franceses, como se lhes concedeu, e sobre o que pedem os mesmos religiosos. 3 de setembro de 1680. AHU. Códice 252, fls. 60-62. Papéis Avulsos, Bahia – Luísa da Fonseca, caixa 24, doc. 2956, 2957, 2958.

¹²² Ibidem, fl. 60v.

Na mesma consulta do Conselho Ultramarino, se destacava que os missionários franceses poderiam servir aos seus príncipes e não à Monarquia portuguesa. Mesmo com o conhecimento dos missionários que já se encontravam na colônia, não se podia saber como viriam os demais, posteriormente:

porque e a qualquer leve suspeita de que os suplicantes [capuchinhos] introduzem nos gentios o amor dos seus naturais e lhe expõem que a eles poderão receber maiores conveniências, eram dignos de uma severa expulsão. Que ele deste particular não pode ter nenhuma notícia, e havendo-se feito alguma averiguação dela se poderia colher a maior certeza; só diz que se deve temer este perigo porque ainda que fosse bom ânimo dos religiosos que agora assistem na Bahia e Recôncavo: não se sabe qual será os que houverem de vir depois deles; e por via de regra estas faculdades de hospício se convertem logo em fundações de conventos como tinha a experiência mostrado dentro desta mesma cidade...¹²³

A referida consulta expunha ainda que a graça de receber estes religiosos no Brasil provinha do Príncipe e não da Sagrada Congregação de Propagação da Fé, pois fora a D. Pedro que havia sido dado o direito de padroado. Mesmo assim, se deveria dar um terreno conveniente à construção do hospício, que poderia abrigar também os capuchinhos italianos.

Entretanto, os oficiais da Câmara de Salvador apontam novamente os prejuízos que poderiam ser causados pelos religiosos franceses:

dizem todas as pessoas que vem daquelas partes e os que dela se servem que primeira doutrina que estes religiosos ensinam ao gentio é que não obedecem aos portugueses, e isto se tem já experimentado em algumas ocasiões, e para os persuadirem a isto lhe dizem que estas terras não são nossas senão dos mesmos índios, e que havendo de ter algum direito a elas, ou domínio sobre eles tocava isto só nos franceses, por serem os primeiros que descobriram este estado, e sobre isto lhe estão continuamente gravando e encarecendo as virtudes da sua nação.¹²⁴

Em seu comentário à *Relação* de Martin de Nantes, Frederico Edelweiss aponta que a iniciativa da construção do hospício na Bahia foi dos capuchinhos franceses. Os esforços dos missionários italianos teriam sido instigados e defendidos por Francisco Dias d'Ávila.¹²⁵ Vittorino Regni rebate este argumento, alegando a falta de conhecimento de Edelweiss, no tocante à documentação presente nos arquivos de Lisboa e da Sagrada Congregação de Propagação da Fé, pois seria do interesse

¹²³ Ibidem, fl. 61v.

¹²⁴ Registro de uma carta escrita sobre os frades capuchinhos da nação francesa (s/d). Prefeitura do Município de Salvador – Bahia. *Cartas do Senado*. Salvador, Diretoria do Arquivo, Divulgação e Estatística da Prefeitura do Salvador, 1950, vol. 2, p. 77.

¹²⁵ *Apud* Pietro Vittorino Regni. *Os capuchinhos na Bahia*. Salvador – Porto Alegre, Casa Provincial dos Capuchinhos – Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1988, vol. 1, p.184.

tanto dos capuchinhos franceses, quanto dos italianos, o estabelecimento de uma casa em Salvador, a fim de favorecer as suas missões religiosas. O autor afirma haver muitos documentos no Arquivo da Congregação sobre o assunto.¹²⁶ Contudo, a partir de nossa investigação nos arquivos portugueses, não foram encontrados documentos sobre esta disputa, com exceção das cartas aqui apresentadas e do parecer do padre Manuel Fernandes¹²⁷ sobre se conceder aos capuchinhos franceses a licença para construírem o hospício na Bahia.

No referido parecer, apontava-se, novamente, que os indígenas poderiam se afeiçoar à França, a partir do contato com os missionários bretões. Por este motivo, lembrava-se que Castela e mesmo a França não aceitavam missionários estrangeiros nas suas possessões ultramarinas.¹²⁸ Entre os pontos levantados estavam o trabalho dos religiosos; alguns inconvenientes de sua presença na colônia; e a opção de padres portugueses para dar continuidade ao seu trabalho.

O trabalho dos ditos capuchinhos rendia bons frutos, “porque fazem poucos gastos, são fervorosos nos ministérios, sofredores do trabalho, vão pelo sertão com risco de sua vida”. E o pouco que se podia dizer contra eles, não “infeccionava” o seu exercício naquela comunidade. Entre os inconvenientes da atividade missionária dos franceses, se destacava, primeiramente, o fato de serem súditos do Rei da França: “e mais de um rei que pretende ter direito naquele país, o certo é que alguns o temíamos”, pois lhes concedendo “espaço” na colônia, à frente de missões no sertão, ficaria, mais tarde, difícil de retirá-los de seus postos. É importante lembrar que a Monarquia francesa tinha pretensões no Estado do Maranhão e nas regiões próximas ao rio Amazonas. Além disso, acreditava-se que os capuchinhos instruíam os indígenas nas armas, depois de terem aprendido a sua língua. Logo, este esforço de aproximação com o nativo, por meio do aprendizado do cariri, não fora bem visto pelas autoridades portuguesas. Era lembrado ainda que nas colônias de Espanha e França não eram permitidas casas de religiosos estrangeiros, aliás, nenhum missionário estrangeiro, “sendo que ambos estes governos senão estão mais firmes são mais antigos que o nosso”. Portugal deveria, portanto, zelar pelas suas conquistas, sem depositar muita confiança nos religiosos estrangeiros, como acontecia com as outras potências católicas.

¹²⁶ Pietro Vittorino Regni. *Os capuchinhos na Bahia*. Salvador – Porto Alegre, Casa Provincial dos Capuchinhos – Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1988, vol. 1, p.185.

¹²⁷ Sobre a petição que fazem os religiosos franceses a Sua Alteza para lhes conceder um hospício na Bahia (s/d). Biblioteca da Ajuda, Coleção de Manuscritos, 50-V-37, fls. 436-437v. Vittorino Regni afirma que o padre Manuel Fernandes era o teólogo da Junta das Missões. Pietro Vittorino Regni. *Os capuchinhos na Bahia*. Salvador – Porto Alegre, Casa Provincial dos Capuchinhos – Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1988, vol. 1, p. 195.

¹²⁸ Biblioteca da Ajuda, Coleção de Manuscritos, 50-V-37, fl. 436v (s/d).

Por fim, considerava-se que a diversidade de missionários não necessariamente auxiliava na manutenção da colônia. O governo português não era obrigado a manter missionários estrangeiros nas suas possessões. Do mesmo modo que ao Papa cabia zelar pelo poder espiritual e temporal nos seus territórios, cabia ao Rei de Portugal, zelar pelo seu poder temporal, buscando sempre a conservação de suas conquistas. Nesse sentido, não haveria necessidade de recorrer a missionários estrangeiros, tendo missionários portugueses tão bons, sendo os mais “antigos”, “destros”, “prudentes” e “espertos” dessas missões. Mencionava-se ainda que os membros da Companhia de Jesus conheciam também a língua dos “tapuias”, estando aptos para o trabalho missionário com estes indígenas.

A partir da análise dos documentos mencionados, pode-se perceber que as suspeitas levantadas contra os capuchinhos bretões consistiram praticamente as mesmas, no decorrer dos sessenta anos de sua missão no Estado do Brasil: favorecimento da Monarquia francesa, em detrimento de Portugal; fornecimento de armas aos indígenas, auxiliando no seu manejo, para “futuras contingências”; sondagem das terras onde estavam presentes, de modo a propiciar um ataque francês. Diante disto, tais desconfiças sempre colocavam em questão o risco à soberania portuguesa na colônia.

Mesmo diante das razões apresentadas, o Regente D. Pedro enviou carta aos oficiais da Câmara, escrita em 30 de setembro de 1680, dizendo: “Me pareceu ordenar-vos, como por esta o faço, que sem embargo das razões que apontastes, deis cumprimento à provisão que se passou aos ditos religiosos, assim para a ereção do hospício como em lhes assinalardes sítio conveniente em que possam edificar.”¹²⁹ Nesse sentido, os capuchinhos franceses obtiveram a devida licença para construir seu hospício na Bahia, construção esta que foi liderada por Martin de Nantes, nomeado superior do hospício, em 1682.

Tendo em vista tais discussões, parece que se fez valer a opinião dos oficiais da Câmara, no ano de 1678, sobre os religiosos franceses. A abordagem dos inconvenientes que se deu nos anos seguintes constituiu, provavelmente, um eco do conflito protagonizado por Francisco Dias d’Ávila e Martin de Nantes, conforme exposto acima. Além disso, pode ser considerada uma intervenção da Rainha Maria Francisca de Sabóia no assunto, lembrando a sua origem francesa. Numa carta enviada pelos oficiais, em 1680, constava que os mesmos concederiam o favor aos capuchinhos franceses, atendendo à solicitação da Rainha.¹³⁰

¹²⁹ Carta do Príncipe D. Pedro à Câmara da Bahia, sobre o hospício dos capuchinhos (1680). AHU. Códice 245, fl. 62.

¹³⁰ Carta escrita à Senhora Rainha sobre os frades capuchinhos barbados da nação francesa. 15 de abril de 1680. Prefeitura do Município de Salvador – Bahia. *Cartas do Senado*. Salvador, Diretoria do Arquivo, Divulgação e Estatística da Prefeitura do Salvador, 1950, vol. 2, pp. 72-73.

Infelizmente, não se conhece o conteúdo da referida carta enviada por Maria Francisca aos membros da Câmara de Salvador.

No tocante ao conflito entre Martin de Nantes e Francisco Dias d'Ávila, pelas terras destinadas às missões dos índios cariris, o próprio missionário expressava na sua *Relação*, que o coronel levantou suspeitas sobre a sua atividade no sertão, assim como o trabalho dos demais capuchinhos, fazendo-os parecer uma ameaça ao domínio português na região:

não foi preciso mais para tornar meus inimigos todos os habitantes da Bahia, entre os quais os mais importantes também possuíam rebanhos em terras dos índios. Assim, como interessados, reuniram-se todos contra mim e se juntaram para me indispor com o governador, fazendo-lhe admitir que eu era um homem empreendedor e resoluto.¹³¹

Mesmo a questão tendo sido resolvida, obtendo-se a proteção do governador para as missões capuchinhas, as desconfianças podem não ter se dissipado por completo, como parece demonstrar a correspondência da Câmara de Salvador.

Em carta citada do Senado da Câmara de Salvador, sem data, alegava-se que os missionários franceses incutiriam nos indígenas a idéia de que eles os tratavam melhor, ao contrário dos portugueses que os faziam de escravos, “e, com pretexto de que é para se defenderem desta sujeição lhe comprem estes religiosos armas de fogo e os ensinam a atirarem com elas”. Deste modo, a partir de testemunhos “que com tanta certeza se afirmam”, levantavam-se suspeitas sobre o trabalho dos capuchinhos franceses, considerando-os como emissários do Rei Cristianíssimo, que com “indústria” poderiam causar problemas à Monarquia portuguesa. Uma das funções destes capuchinhos seria sondar os sertões e outras terras. Chegava-se a dizer na carta que se a França invadissem o Brasil, teria como aliados os indígenas e se estabeleceriam uma situação próxima da que ocorreu em Pernambuco, quando da invasão dos holandeses.¹³²

No que concerne à disputa entre religiosos franceses e italianos, há indícios interessantes de uma disputa interna na Ordem, que consta na correspondência diplomática francesa. Saint Romain, embaixador em Lisboa, informava o governo de Paris, em carta de novembro de 1669,

¹³¹ Martinho de Nantes. *Relação de uma missão no Rio São Francisco: relação sucinta e sincera da missão do padre Martinho de Nantes, pregador capuchinho, missionário apostólico no Brasil entre os índios chamados cariris* (1706). São Paulo, CEN, 1979 (Coleção Brasileira, vol. 368). Tradução e notas de Barbosa Lima Sobrinho, p. 61.

¹³² Registro de uma carta escrita sobre os frades capuchinhos da nação francesa (s/d). Prefeitura do Município de Salvador – Bahia. *Cartas do Senado*. Salvador, Diretoria do Arquivo, Divulgação e Estatística da Prefeitura do Salvador, 1950, vol. 2, pp. 77-79. Este seria o maior temor em relação aos franceses, mas outros acontecimentos, que serão analisados no Capítulo 5, demonstrariam que os interesses franceses tinham outro alvo.

que capuchinhos italianos, mesmo utilizando o hospício dos religiosos franceses da mesma Ordem, localizado em Lisboa, também pretendiam estabelecer um hospício em Portugal, no caso na Ilha da Madeira. Saint Romain destacava que o serviço destes capuchinhos franceses estreitava os laços de amizade e boa correspondência entre Portugal e França, afirmando que a presença dos capuchinhos italianos na Madeira poderia acarretar o fim do hospício dos franceses em Lisboa. Por isso, pedia ao Rei Cristianíssimo que então os protegessem para "prevenir tais inconvenientes", visto que isso atenderia aos "interesses da nação francesa."¹³³

Saint Romain também acreditava que os próprios capuchinhos franceses poderiam ter um hospício na Madeira, ao invés do estabelecimento dos religiosos italianos. Tal posicionamento do representante francês poderia estar relacionado ao momento vivido na Península Ibérica, em 1669. Logo após a assinatura da paz, esta tentativa de capuchinhos italianos se estabelecerem em Portugal pode ter sido compreendida como uma tentativa hispânica de estender seu domínio sobre o Reino, pois estes religiosos poderiam ser naturais de territórios submetidos à autoridade da Monarquia hispânica.¹³⁴

Mais de quinze anos depois, haveria nova contenda entre capuchinhos de províncias diferentes em Portugal. Em carta de julho de 1686, o embaixador francês Amelot informava ao governo de Paris a intenção dos capuchinhos genoveses estabelecerem também um hospício em Lisboa, ou pelo menos, futuramente, conseguir a administração do hospício já existente, então sob responsabilidade dos capuchinhos franceses. No entanto, este hospício dos capuchinhos bretões na cidade, cuja concessão datava de 1648, já era usado por capuchinhos de outras províncias, inclusive espanhóis e italianos. Por isso, Amelot pedia que o Rei Cristianíssimo escrevesse aos seus ministros em Roma, fazendo com que "suas oposições desencaminhassem a execução deste projeto, que seria muito prejudicial aos capuchinhos franceses, e que fora desaprovado por um decreto do Capítulo Geral".¹³⁵ O Capítulo Geral consiste na reunião dos líderes capuchinhos de todas as províncias. Nesse sentido, os capuchinhos genoveses estariam contrariando uma decisão superior na Ordem, ao insistirem na construção de outro hospício em Lisboa. Talvez, esta contenda no Reino tenha influenciado, ou até mesmo gerado, a disputa pelo hospício na Bahia. O alinhamento desta situação aos interesses locais da capitania – como a oposição de

¹³³ Carta de Saint Romain ao governo de Paris (1669). AMAE. Correspondance de Portugal, vol. 9, fl. 256.

¹³⁴ Ibidem, fl. 257.

¹³⁵ Carta de Saint Romain ao governo de Paris (1669). AMAE. Correspondance de Portugal, vol. 22, fl. 178v; Carta de Amelot ao governo de Paris (1686). AMAE. Correspondance de Portugal, vol. 23, fls. 276-277.

Francisco Dias d'Ávila – pode ter causado maiores danos ainda ao trabalho missionário dos capuchinhos bretões.

Já no decênio seguinte, em 1694, os capuchinhos italianos, que missionavam em São Tomé, renovaram seu pedido para estabelecerem um hospício na Bahia, diante do qual o Monarca pede esclarecimentos sobre tal matéria ao governador geral.¹³⁶ D. Joana Pimentel, que já havia abrigado capuchinhos italianos em sua casa, pede ao Rei, em 1697, que

conceda licença para nela [na freguesia de Sergipe do Conde] erigir a minha custa um hospício para os religiosos capuchinhos de Itália, levando-me a esta devota inclinação a experiência que já tenho da fervorosa caridade com que estes religiosos se empregam no serviço de Deus procurando com sua eficaz doutrina a conversão dos pecadores...¹³⁷

Em 1697, D. Pedro II concedeu licença aos capuchinhos italianos para que estabelecessem um hospício na Bahia, mesmo havendo ainda alguns capuchinhos franceses na colônia. Apesar da existência de um hospício da Ordem dos Capuchinhos na cidade, os italianos, quando estavam de passagem pela colônia, não se hospedavam nele, mas utilizavam casa particular da citada Joana Pimentel. Em documento do Conselho Ultramarino que analisa a solicitação de dona Joana Pimentel, manifesta-se:

e assim não tinha dúvida a que esta licença se conceda, sendo este hospício somente para nele habitarem os capuchos italianos e não alguns outros, e senão poderia fazer mais fundação que de hospício e não convento pois se pelo tempo adiante a devoção e zelo da suplicante se quisesse resolver a isto deviam implorar nova permissão de Vossa Majestade e se mandaria então considerar, se seria ou não conveniente permitir que se fizesse e que tornavam a requerer que na ordem se declarasse que neste hospício, se não poderiam receber nem se poderiam demorar mais que os capuchos de Itália, pois havia motivo que fazia precisa esta cautela.¹³⁸

Ao conceder licença aos capuchinhos italianos¹³⁹, o Rei enfatizava que o hospício teria o objetivo de abrigar os religiosos, enquanto esperassem embarcação para São Tomé, ou para o cuidado dos

¹³⁶ Carta régia sobre o requerimento acerca do hospício dos capuchinhos italianos. 2 de dezembro de 1694. AHU. Códice 245, fl. 261. AUC. Coleção Conde dos Arcos, VI-3º-I-1-6, fls. 253v-255.

¹³⁷ Carta de Joana Pimentel sobre licença para hospício dos capuchos italianos em Sergipe do Conde. 15 de maio de 1697. AHU. Papéis Avulsos, Bahia – Luísa da Fonseca, caixa 32, doc. 4056.

¹³⁸ Consulta do Conselho Ultramarino sobre o que escreve dona Joana Pimentel, acerca de se lhe conceder licença para em Sergipe do Conde poder erigir a sua custa um hospício para os capuchinhos italianos. 5 de fevereiro de 1698. AHU. Códice 252, fl. 215v (1698), grifo nosso.

¹³⁹ Em carta de D. João V, datada de 1707, há a informação de que o hospício que fora dos religiosos franceses, após a sua saída da colônia, passou aos capuchinhos italianos. AN. Códice 539, vol. 2, fl. 154.

missionários que adocessem na missão. Tal casa religiosa não deveria se tornar um convento, de modo que os capuchinhos italianos não deveriam assumir missões no Brasil. Conforme indicação do Rei ao governador-geral, “não consentireis que nessa parte se encarreguem de alguma missão”.¹⁴⁰ E conforme está expresso no documento do Conselho Ultramarino, outros capuchinhos não poderiam habitar no hospício dos italianos, visto que a conjuntura demonstrava que se precisava ter “cautela”. Neste momento, a política portuguesa já se encontrava mais distante da influência da França, e a cuidado mencionado se justificaria pelas discussões acerca da sucessão de Espanha.

Uma carta dos oficiais da Câmara de Salvador ajuda na compreensão sobre a construção do hospício para os capuchinhos italianos na Bahia, apresentando informações interessantes a respeito:

com o fundamento de que destes tais religiosos não podemos ter o receio que dos outros acima pela sua nação como pela sua virtude de que em Angola tem dado notáveis mostras com grande dedicação destes povos e porque também pela notícia que tínhamos de que os religiosos franceses queriam aqui vir fundar nos pareceu que por este meio atalhávamos os seus intentos pelo receio e desconfiança com que vivem desta nação pelas razões referidas.¹⁴¹

Na verdade, a opção da Câmara não teria sido pelos capuchinhos italianos, mas *contra* os capuchinhos franceses. E isto poderia consistir um reflexo do conflito com Francisco Dias d’Ávila, pessoa influente na Bahia que, em 1683, já era membro da Câmara de Salvador, e recebeu o posto de coronel das ordenanças, com ampla jurisdição pelo Nordeste.¹⁴² A carta expunha então as razões contra os capuchinhos franceses, visando ao “real serviço e a conservação deste estado”. Há a sugestão que se retirassem todos os missionários estrangeiros da Bahia, pois haveria missionários portugueses suficientes e capazes de tal trabalho, sobretudo jesuítas. Destacava-se, inclusive, que a própria Companhia de Jesus fora criada com este intuito.

Retornando à consulta do Conselho Ultramarino, de 1680, exposta acima, manifestava-se, de modo preciso, a causa pela qual se apresentaram tantas razões, com o intuito de impedir a construção do hospício na Bahia para os capuchinhos franceses:

¹⁴⁰ Carta do Rei D. Pedro II a D. João de Lencastro, governador geral. 9 de dezembro de 1698. AUC. Coleção Conde dos Arcos, VI-3º-I-1-6, fl. 518v.

¹⁴¹ Registro de uma carta escrita sobre os frades capuchinhos da nação francesa (s/d). Prefeitura do Município de Salvador – Bahia. *Cartas do Senado*. Salvador, Diretoria do Arquivo, Divulgação e Estatística da Prefeitura do Salvador, 1950, vol. 2, p. 80, grifo nosso.

¹⁴² Luiz Alberto Moniz Bandeira. *O feudo: a Casa da Torre de Garcia d’Ávila: da colonização dos sertões à independência do Brasil*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2000, p. 187.

Suposto que se pôs o cumpra-se nas provisões do Príncipe não quis a Câmara dar cumprimento a elas, antes escreveu a D. Pedro representando-lhe que a cidade estava muito pobre e que não podia sustentar aos suplicantes, sendo que não foi esta a causa, mas a de quererem introduzir e acomodar na dita cidade os missionários da missão de Angola que são das Províncias de Itália.¹⁴³

Aponta-se que “só uma pessoa de governo da dita Câmara por dizer que havia dado palavra aos padres de Angola e é o que foi fazer a carta que se escreveu a Vossa Alteza, *por ser pessoa poderosa, e como tal achou algumas pessoas que também se inclinaram à sua eleição*”.¹⁴⁴ Logo, parece ter havido um esforço, empreendido por alguns membros de destaque na colonização, a fim de tornar possível o estabelecimento dos capuchinhos italianos na Bahia, em detrimento dos capuchinhos franceses. Os religiosos genoveses, que no decênio de 1680 buscaram também entender sua atuação em Portugal, solicitando um hospício em Lisboa, estavam incumbidos de missões na África. Tal informação sugere que alguns capuchinhos genoveses, passando pelo Brasil, rumo às missões africanas, podem ter disseminado suspeitas a respeito dos missionários franceses, numa represália ao insucesso de seus intentos em Lisboa. E isso teria aumentado as desconfianças que já pairavam sobre seu trabalho na colônia.

A saída dos capuchinhos bretões da colônia

A partir de 1687, a Monarquia portuguesa passou a exigir dos missionários submetidos à Congregação de Propagação da Fé um juramento de fidelidade a D. Pedro II, antes de se dirigirem às possessões ultramarinas. Esta medida teve um grande impacto sobre os religiosos estrangeiros e sujeitos à autoridade papal, tendo sido também afetada a atuação dos capuchinhos bretões. Desse modo, a orientação de D. Pedro II a respeito dos religiosos estrangeiros na colônia passou a ser a seguinte:

e porque esta deve ser geral para todas as capitâneas do Brasil. Me pareceu ordenar-vos, como por esta o faço, não admitais nas da jurisdição desse governo, bispos estrangeiros, antes os façais apartar delas, e da mesma maneira todos os religiosos e clérigos estrangeiros, que entrarem nas ditas capitâneas sem permissão minha, que é o mesmo que tenho resoluto, e se pratica no Estado da Índia, cuja diligência vos hei por muito recomendada, esperando do vosso zelo, que assim a executeis.¹⁴⁵

Os capuchinhos franceses estiveram dispostos a fazer o juramento para obterem a licença de viajar ao Brasil. Contudo, o Papa não os

¹⁴³ Carta dos oficiais da Câmara da Bahia sobre os inconvenientes do hospício dos capuchinhos (1680). AHU. Códice 252, fl. 61.

¹⁴⁴ Ibidem, fl. 61, grifo nosso.

¹⁴⁵ Carta régia ao governador da capitania de Pernambuco. 21 de março de 1694. AUC. Coleção Conde dos Arcos, VI-3º-I-1-33, fl. 235.

autorizou a firmarem sua fidelidade ao Monarca português. A necessidade do referido juramento estava relacionada à origem estrangeira dos religiosos, mas, sobretudo, constituiu uma tentativa de submeter todos os missionários sob a autoridade régia, reafirmando as prerrogativas concedidas através do direito do padroado. Isso não deixava de ser uma afronta ao Papado. Por outro lado, a exigência do juramento de fidelidade por parte de D. Pedro II também significaria uma resposta à ação do Papa Inocêncio XI que, em 1678, prescrevera um juramento a todos os missionários, seculares e religiosos, que exercessem suas atividades sob jurisdição dos vigários apostólicos.¹⁴⁶

Além disso, no entender da Monarquia portuguesa, a ingerência sobre as missões nas suas possessões ultramarinas havia se iniciado há alguns anos. Em carta de 1673, o embaixador francês D'Auberville informava o governo de Paris sobre o envio de missionários estrangeiros às Índias Orientais e à China. D. Pedro, então Príncipe Regente, lhe havia dito que não permitiria quaisquer religiosos estrangeiros, tanto franceses, quanto italianos, nas missões do Oriente.¹⁴⁷ A Congregação de Propagação da Fé enviaria missionários aos territórios portugueses no Oriente, sob a alegação de que Portugal não estaria conseguindo suprir a necessidade de religiosos nestas áreas, em detrimento da ação missionária.

A criação da Sagrada Congregação de Propagação da Fé, em 1622, já havia motivado o descontentamento das Monarquias ibéricas, detentoras do direito do padroado. Por isso, foi firmado um acordo de que o envio de missionários apostólicos seria destinado apenas a locais que não houvesse missões do padroado régio. No entanto,

Quando a competição entre os vários estados europeus pelo comércio ultramarino estava no auge, os direitos de padroado eram vistos como delimitadores de áreas de influência; não interessava, por isso, à Coroa abrir mão deles. Entendia-se em Portugal que se Roma desejava aumentar consideravelmente o pessoal missionário no Oriente deveria fazê-lo favorecendo a política lusa, em vez de abrir espaço para que outros estados intervissem na região.¹⁴⁸

Uma carta de 1685, que consta na correspondência diplomática francesa, aponta o envio de quatro padres jesuítas à China. Os religiosos deveriam cultivar “a boa correspondência” com os vassalos portugueses, “respeitando os prelados de Portugal, com toda a submissão que era devida”. Saint Romain esteve empenhado em conseguir a permissão para

¹⁴⁶ Pietro Vittorino Regni. *Os capuchinhos na Bahia*. Salvador, Casa Provincial dos Capuchinhos; Porto Alegre, Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1988, vol. 1, p. 236.

¹⁴⁷ Carta de D'Auberville ao governo de Paris (1673). AMAE. Correspondance de Portugal, vol. 12, fl. 171.

¹⁴⁸ Carlos Moreira de Azevedo (dir.). *História Religiosa de Portugal*. Lisboa, Círculo de Leitores, 2000, vol. 2, p. 295.

o envio dos padres, junto a D. Pedro II, assegurando ao Rei que a presença destes religiosos franceses não causaria nenhum inconveniente nas suas possessões na China.¹⁴⁹ Por outro lado, a Congregação de Propagação da Fé recebeu considerável influência da Monarquia francesa, que tinha também seus interesses no ultramar. Logo, a dita Congregação se tornaria uma espécie de “Patronage” para a França.¹⁵⁰

Sendo assim, os representantes franceses em Lisboa passaram intervir no assunto. Como não fariam o juramento exigido, os capuchinhos não poderiam mais conduzir suas missões no Brasil. Em março de 1687, o embaixador Amelot informava que, por decisão do Conselho de Estado de Portugal, os religiosos capuchinhos deveriam deixar a colônia. O governo de Paris esteve bastante empenhado em conseguir a autorização para a permanência dos capuchinhos no Brasil, bem como a viagem de outros missionários para dar continuidade ao seu trabalho. Em novembro do mesmo ano, o próprio Luís XIV escreveu a Amelot sobre o assunto. Caso fosse inevitável a saída dos capuchinhos do Brasil, eles deveriam se estabelecer em Lisboa. Foram feitas instâncias ainda ao provincial da Bretanha, mas não houve êxito. Por outro lado, o embaixador francês apontava que capuchinhos italianos iriam missionar na Guiné.¹⁵¹

Nos meses seguintes, os capuchinhos franceses que se encontravam em Lisboa, permaneceriam suplicando pela continuidade de sua missão no Brasil. No entanto, haveria um interesse crescente de que capuchinhos italianos assumissem as suas missões na colônia. Em carta de setembro de 1687, Amelot afirma que o procurador das missões italianas, enviado a Lisboa, não se contentava apenas com o exercício nas missões de África e do Oriente, mas pretendia que os missionários genoveses passassem ao Brasil também, missão então confiada aos capuchinhos franceses, havia cinquenta anos. Conforme o embaixador francês, seria útil que a Congregação de Propaganda da Fé orientasse este procurador a se concentrar nos termos do seu decreto, que não mencionava nem o Brasil, nem a América.¹⁵²

Mesmo tentando que os missionários franceses passassem ao Brasil, sem terem feito o juramento de fidelidade, Amelot não teve sucesso. Em março de 1688, tanto os capuchinhos franceses, quanto os

¹⁴⁹ Carta de Saint Romain ao governo de Paris (1685). AMAE. Correspondance de Portugal, vol. 22, fls. 162-162v; fls. 180v-181v.

¹⁵⁰ Carlos Moreira de Azevedo (dir.). *História Religiosa de Portugal*. Lisboa, Círculo de Leitores, 2000, vol. 2, p. 296.

¹⁵¹ Carta de Luís XIV a Amelot (1687). AMAE. Correspondance de Portugal, vol. 24, fls. 167v-168; Carta de Amelot ao governo de Paris (1687). AMAE. Correspondance de Portugal, vol. 25, fls. 81-81v.

¹⁵² Carta de Amelot ao governo de Paris (1687). AMAE. Correspondance de Portugal, vol. 25, fls. 216-216v.

italianos que esperavam passar ao Brasil, se encontravam em Lisboa, aguardando a permissão de viajar.¹⁵³

Uma relativa indecisão pautou este assunto nos anos seguintes, pois permaneceu a disputa entre a Monarquia portuguesa e o Papado sobre a efetuação do juramento de fidelidade ou não. Os capuchinhos que se encontravam no Brasil permaneceram nas suas missões, e apenas os que adoeciam retornavam a Portugal. Em carta do embaixador D'Estrées, de fevereiro de 1694, ele menciona o problema da continuidade dos capuchinhos franceses no Brasil, destacando que o ministro Roque Monteiro havia dito ao núncio apostólico que o Rei de Portugal não mais queria religiosos estrangeiros no Reino, nem nas conquistas portuguesas.¹⁵⁴

A justificativa para esta posição de D. Pedro II, sobre a proibição de que novos missionários capuchinhos passassem ao Brasil, seria a presença de religiosos portugueses em número suficiente para conduzir as missões na colônia. Portanto, não se fazia necessário o envio de missionários estrangeiros. Sendo assim, é possível perceber uma mudança do argumento inicialmente utilizado: o juramento de fidelidade atenderia aos interesses portugueses de preservar o direito do padroado régio, no tocante às missões no ultramar. Contudo, diante da negativa do Papado em permitir aos missionários apostólicos que efetuassem o juramento, se estabeleceu um novo impasse. E mesmo com as instâncias dos capuchinhos para que fosse reconhecida a sua fidelidade a Portugal, não foi permitido o envio de novos missionários da Ordem ao Brasil, mediante a justificativa de que já bastavam os padres que se encontravam na colônia para dar continuidade ao trabalho missionário entre os indígenas.

Curiosamente, ao contrário do que parecia neste caso, D. Pedro II afirmava ao embaixador francês que não havia ódio algum relacionado aos missionários franceses, tanto que eles poderiam se dirigir ao hospício dos capuchinhos em Lisboa, e passar a outras conquistas, que tivessem necessidade de obras evangélicas. D'Estrées concluía que, na verdade, o que se pretendia era fechar as conquistas portuguesas a quaisquer enviados da Sagrada Congregação de Propagação da Fé e da ingerência de Roma nos negócios portugueses.¹⁵⁵

¹⁵³ Carta de Amelot ao governo de Paris (1688). AMAE. Correspondance de Portugal, vol. 25, fls. 336-336v.

¹⁵⁴ Carta do abade D'Estrées ao governo de Paris (1694). AMAE. Correspondance de Portugal, vol. 30, fls. 38v-39. Esta opinião, sobre a proibição de religiosos estrangeiros inclusive no reino, revela um certo exagero, visto que havia muitas ordens religiosas estabelecidas em Portugal, com suas casas religiosas, que contavam com padres estrangeiros. O problema se concentraria sim no acesso destes missionários às possessões ultramarinas.

¹⁵⁵ Carta de D'Eneval ao governo de Paris (1692). AMAE. Correspondance de Portugal, vol. 28, fls. 341-341v.

No fim do século XVII, em meio a esta contenda referente à condução das missões no Brasil, houve também a preocupação com a defesa do território colonial. Essa informação se justifica pela sua relação com uma possível ameaça de invasão francesa. Em carta do início de 1688, o embaixador Amelot, apontava: “o Brasil está todo aberto, fora de um estado de defesa, se fosse atacado de modo medíocre.”¹⁵⁶ Conforme apontado no Capítulo 3, Portugal procurou manter-se distante dos conflitos verificados na Europa no último decênio do XVII. A França buscou repetidas vezes o apoio luso, sem sucesso. E a aliança de meados do século já não se verificava a mesma.

Tendo em vista as pretensões hegemônicas de Luís XIV, o secretário de Estado do Brasil, Bernardo Vieira Ravasco, escreveria um *Discurso primeiro sobre a fortificação da Bahia*, em 1693. Temia-se que a Bahia fosse alvo de uma invasão estrangeira. Nesse sentido, Ravasco elaborou juntamente com o dito discurso as *Prevenções militares para a defesa da Bahia*, apontando as demandas de pólvora, mosquetes, artilharia e soldados.¹⁵⁷ Tal preocupação do secretário de Estado do Brasil auxilia na compreensão da posição tomada por D. Pedro II em relação aos capuchinhos franceses, que missionavam principalmente nas capitanias de Bahia e Pernambuco, onde se esperava um risco maior de ataques estrangeiros.

Mesmo com a aceitação dos capuchinhos em cumprir com o juramento de fidelidade ao Rei português, o impasse sobre a continuidade de suas missões no Brasil permanecia. Em 1699, o ministro francês Pontchartrain recebeu uma memória escrita pelo provincial dos capuchinhos da Bretanha, relatando os progressos feitos pelos religiosos no Brasil, assim como a aprovação do seu trabalho pelo Rei de Portugal. Por isso, o secretário pede que Rouillé, então embaixador em Lisboa, faça as instâncias necessárias para obter a permissão para que os religiosos retornassem a missão no Brasil. No mesmo ano, foi enviada a Lisboa uma carta do capuchinho frei Mateus de La Sables-d’Olonne, que trabalhava no Rio de Janeiro há muitos anos. Ele solicitava a reconsideração da saída dos religiosos da colônia, pedindo por ele e pelos demais capuchinhos que missionavam na colônia. O religioso temia o fim da missão, caso não houvesse religiosos para assumi-la.¹⁵⁸

No tocante à correspondência diplomática francesa, em carta de 15 de julho de 1699, do secretário de Estado da França, menciona-se a decisão da Monarquia portuguesa a respeito da não renovação da licença aos capuchinhos bretões para que passassem à colônia. A causa exposta

¹⁵⁶ Carta de Amelot ao governo de Paris (1688). AMAE. Correspondance de Portugal, vol. 25, fl. 266v.

¹⁵⁷ Pedro Puntoni. *O Estado do Brasil, poder e política na Bahia colonial (1548-1700)*. São Paulo, Alameda, 2013, pp. 268-269.

¹⁵⁸ Carta de Pontchartrain a Rouillé (1699). AMAE. Correspondance de Portugal, vol. 31, fls. 231-231v; Carta de frei Mateus, do Rio de Janeiro (1699), fls. 232-234.

no documento seria a possibilidade de que súditos portugueses realizassem o trabalho missionário, até então efetuado pelos capuchinhos. Mesmo assim, se recomendava ao embaixador Rouillé que instasse junto aos ministros de D. Pedro II para que tal medida fosse reconsiderada, a fim de que os capuchinhos bretões continuassem a ter as suas prerrogativas na atividade missionária no Estado do Brasil. Pontchartrain destacava que o trabalho dos capuchinhos entre os indígenas “convinha ao serviço do Rei de Portugal”, tendo sido a sua presença no Brasil “útil, em certas conjunturas”.¹⁵⁹

Em 18 de novembro do mesmo ano, em carta dirigida ao embaixador Rouillé, apresenta-se que o provincial dos capuchinhos da Província de Bretanha havia escrito ao secretário de Estado francês, informando-lhe que Rouillé havia julgado conveniente não interceder pelas missões capuchinhas, no momento em que se negociava sobre o território de Macapá. No entanto, o secretário de Estado insiste com o representante francês em Lisboa, que o Rei Cristianíssimo havia pedido a reconsideração acerca da missão dos capuchinhos no Brasil.¹⁶⁰

Em dezembro de 1699, Rouillé então voltou a questionar D. Pedro II sobre a proibição dos capuchinhos franceses passarem ao Brasil. O Rei lhe disse que não havia nenhuma motivação contra os religiosos. Ele inclusive os amava, não sendo a sua nação de origem nenhum empecilho à sua presença nas missões no Brasil. No entanto, ele havia firmado uma lei geral que não mais permitiria religiosos estrangeiros nas missões da colônia, pois haveria maior conveniência nos missionários portugueses, por conta do clima, do modo de vida e da língua. Desse modo, D. Pedro disse ao embaixador francês que ele poderia assegurar o Rei Cristianíssimo que não haveria qualquer exceção no assunto, porque esta decisão havia sido tomada junto ao seu conselho. E, no caso da possibilidade do envio de estrangeiros à colônia, ele optaria, preferencialmente, pelos franceses.¹⁶¹ Assim, as instâncias da França sobre o assunto continuavam, da mesma forma como as justificativas incoerentes do governo de Lisboa.

Já nos primeiros anos do século XVIII, consta na correspondência diplomática francesa o resumo, sem data, de uma relação escrita pelo padre François de Lucé,¹⁶² que missionara anos antes no sertão do São Francisco. O resumo trata das missões dos capuchinhos bretões no Brasil, destacando a sua chegada ainda durante o período de dominação

¹⁵⁹ Ibidem, fls. 231-231v.

¹⁶⁰ Carta de Pontchartrain a Rouillé (1699). AMAE. Correspondance de Portugal, vol. 31, fls. 276-276v.

¹⁶¹ Carta de Rouillé ao governo de Paris (1699). AMAE. Correspondance de Portugal, vol. 34, fls. 165v-166.

¹⁶² “Resumo da Relação do padre François de Lucé, capuchinho da Província de Bretanha, sobre as suas missões no Brasil” (s/d). AMAE. Correspondance de Portugal, vol. 35, fls. 160-163v.

holandesa, tendo ajudado estes religiosos a construir uma “nova cristandade nos sertões”. O autor ainda menciona no texto a expedição empreendida por Nicolas Villegaignon, primeira tentativa de colonização francesa na colônia, que ocorreu no Rio de Janeiro, no século XVI.¹⁶³

No entanto, as informações mais relevantes expostas no resumo se referem à saída dos capuchinhos do Brasil. François de Lucé aponta que houve uma mudança na condução da política a respeito das missões dos capuchinhos. Tal fato teria decorrido da morte da Rainha Maria Francisca e do novo casamento de D. Pedro II com Maria Sofia de Neuburgo. Além disso, o capuchinho lembra outros fatores que causariam a desconfiança dos portugueses em relação aos missionários da Província de Bretanha, como a pretensão francesa em terras próximas ao Amazonas e a ameaça de uma dominação francesa na Espanha, devido à falta de herdeiros de Carlos II. Por último, ele cita que a afeição que os nativos tinham pelos missionários, também causava o temor dos colonos portugueses.¹⁶⁴

Diante disso, se revela muito importante a presença deste resumo na correspondência diplomática da França. O texto, escrito por um capuchinho que trabalhou nas missões do São Francisco por poucos anos, tendo retornado a Portugal por motivos de saúde, demonstra uma consciência considerável sobre as relações luso-francesas no fim do século XVII. François de Lucé residia no hospício dos capuchinhos em Lisboa, em 1687. No início do decênio de 1690, retornou à França, tendo ficado no convento de Mayenne, entre 1692 e 1704. Portanto, boa parte das informações apresentadas neste resumo foram obtidas pelo religioso já em território francês, com exceção da morte da Rainha Maria Francisca, que pode ter tido algum impacto sobre as missões dos capuchinhos no Brasil. Tais informações também podem ter sido conseguidas através do contato com os demais capuchinhos que estiveram na colônia, ou ainda permaneciam em Lisboa.

Devido à impossibilidade da permanência dos capuchinhos no Brasil, tais religiosos foram autorizados a voltarem à França. Em carta de 26 de janeiro de 1701, dirigida a Rouillé, o secretário de Estado solicita que o embaixador se informe sobre os fundamentos que levaram os ministros de D. Pedro II a se posicionarem contra os religiosos capuchinhos. O secretário ainda desejava saber quais outros missionários estrangeiros estavam presentes no Brasil e se também teriam seus trabalhos interrompidos, retornando aos seus locais de origem.¹⁶⁵ É interessante notar que nesta época Portugal e França ainda eram aliados, apesar das pretensões hegemônicas francesas, na iminência da guerra de Sucessão de Espanha. Mesmo com a aliança entre as duas Monarquias,

¹⁶³ Ibidem, fls. 160v-161.

¹⁶⁴ Ibidem, fls. 161v-162.

¹⁶⁵ Carta de Pontchartrain a Rouillé (1701). AMAE. Correspondance de Portugal, vol. 31, fls. 423-423v.

as negociações sobre o tratado provisional acerca das terras próximas ao Amazonas, acabaram aumentando a mútua desconfiança, que pautava a relação de ambos os reinos. Contudo, não fazia sentido que o Rei de Portugal expulsasse os religiosos franceses, o que parece ter despertado a desconfiança de Luís XIV e de seus ministros, ainda mais pelo fato de capuchinhos italianos terem assumido as missões no Brasil.¹⁶⁶

As missões confiadas até então aos capuchinhos bretões passaram, num primeiro momento, à responsabilidade de padres carmelitas descalços (ou religiosos de Santa Tereza) e, posteriormente, passaram aos capuchinhos italianos. Em carta de 1709, escrita a Garcia d'Ávila Pereira – filho de Francisco Dias d'Ávila, que protagonizara o conflito com Martin de Nantes – sobre a substituição dos missionários nas aldeias do São Francisco, D. João V autoriza a substituição dos religiosos teresios pelos capuchinhos italianos, conforme solicitação do próprio Garcia d'Ávila.¹⁶⁷ Mesmo depois de passarem tais missões aos capuchinhos italianos, foram verificadas contínuas instâncias da população para o retorno dos capuchinhos da Província de Bretanha.¹⁶⁸

Os oficiais da Câmara de Salvador, logo após a saída de todos os missionários capuchinhos franceses da colônia, fizeram o seguinte comentário sobre seu trabalho, em correspondência de 1703:

aquele Senado lhe parecera preciso nesta sua retirada fazer presente a Vossa Majestade admirável procedimento que sempre ali tiveram com muitos serviços que fizeram a Deus e a Vossa Majestade nos anos que assistiram naquele estado pois na verdade não tiveram outro emprego em todo este tempo mais que na conservação das almas e educação e doutrina dos índios havendo-se nisso com mui grande caridade todo o desinteresse e incansável zelo sem jamais sem lhe saber falta nem se pouparem a trabalho algum, e se achava em todos um verdadeiro espírito de varões apostólicos e sinais evidentes de serem escolhidos por Deus para este ministério.¹⁶⁹

É relevante refletir sobre mais esta disputa entre capuchinhos franceses e italianos. Os missionários italianos há muito buscavam espaço para atuarem em Portugal e no Brasil. Há a possibilidade de terem fomentado o agravamento da situação verificada na Bahia, em torno da construção e posse do hospício. Ou os capuchinhos italianos

¹⁶⁶ Carta de Pontchartrain a Rouillé (1699). AMAE. Correspondance de Portugal, vol. 34, fl. 78v.

¹⁶⁷ Carta régia sobre a substituição dos religiosos de Santa Tereza pelos capuchos italianos nas missões do São Francisco. 10 de dezembro de 1709. BGUC. Ms. 706, fl. 147. AN. Códice 539, vol. 2, fls. 21v-22.

¹⁶⁸ Carta do abade de Mornay ao governo de Paris (1714). AMAE. Correspondance de Portugal, vol. 46, fls. 330v; Carta do abade de Mornay ao governo de Paris (1715), fl. 341v.

¹⁶⁹ Consulta do Conselho Ultramarino a D. Pedro II sobre a carta dos oficiais da Câmara da Bahia acerca do procedimento dos capuchinhos franceses nos sertões do Estado do Brasil. 24 de abril de 1703. AHU. Códice 252, fl. 252v. Papéis Avulsos. Bahia, caixa 3, doc. 339.

apenas se valeram da ordem de saída dos franceses, para obter licença de passarem ao Brasil. Por outro lado, a Monarquia portuguesa pode ter aproveitado o momento desta disputa – evidentemente, aliado a outras razões – para ordenar a saída dos capuchinhos franceses, substituindo-os pelos italianos. O importante é que, se os capuchinhos bretões não puderam permanecer no Brasil, por causa da sua condição de estrangeiros e missionários apostólicos, os capuchinhos italianos se encontravam na mesma situação. Sendo assim, parece inevitável creditar a saída dos capuchinhos bretões à sua origem francesa.

Pode-se concluir que a presença dos capuchinhos bretões no Brasil não possuiu uma importância estratégica para a Monarquia francesa, em relação ao que significaria o domínio francês no Cabo Norte e na Amazônia. É importante destacar que neste período em que missionaram na colônia, não houve menção constante sobre os capuchinhos na correspondência diplomática, mas apenas informações pontuais, o que denotaria a falta de um papel estratégico dos religiosos no Brasil. No entanto, quando da iminência de sua saída, por causa da exigência do juramento de fidelidade a D. Pedro II, passaram a ser intensas as discussões a respeito. Logo, a presença dos capuchinhos no Brasil não teve relevância para a Monarquia cristianíssima, apesar do destaque que a Ordem dos Capuchinhos acumulou na corte de Paris, ao longo do século XVII. Mas a saída dos religiosos do Brasil geraria questionamentos por parte do governo de Paris. Talvez, este fato acendesse mais um alerta, a respeito do posicionamento que Portugal vinha adotando. No tocante à política portuguesa, a saída dos capuchinhos da colônia significaria muito mais uma hostilidade de Portugal em relação à França, do que propriamente aos missionários, a sua ordem religiosa, ou mesmo ao Papado. Tal situação pode ser compreendida tendo em vista o contexto político verificado na Europa no fim do XVII, com o progressivo distanciamento entre os governos de Lisboa e Paris, conforme exposto no Capítulo 3.

A saída destes religiosos esteve envolvida em diversas suspeitas acerca de suas ações em favor da Monarquia francesa. Mesmo assim, houve pouca contestação a respeito do fim de sua atividade missionária no Brasil. Como o próprio embaixador francês em Lisboa adotou uma postura que priorizava as negociações referentes às terras do Cabo Norte, esta matéria se revelaria muito mais importante ao governo de Paris, pois Rouillé estava a par dos interesses de Luís XIV, ainda que oficialmente, isso não fosse declarado.

Nesse sentido, acredita-se ter havido um desgaste gradativo das missões dos capuchinhos bretões no Estado do Brasil, exacerbado com as pretensas denúncias de Francisco Dias d'Ávila. As suspeitas em torno dos religiosos franceses foram tomando relevo diante das autoridades coloniais e do governo de Lisboa. Os capuchinhos integraram a empresa colonial portuguesa, contudo, quando passaram a oferecer mais riscos, do que serviços, ao olhar da Monarquia portuguesa, os religiosos tiveram

de deixar o Brasil. Além das pretensões do Rei Cristianíssimo no Maranhão, o belicismo francês verificado na Europa, indicava que os territórios ultramarinos também precisavam de reforços na composição de seus sistemas defensivos.

CAPÍTULO 5

INCURSÕES INOPORTUNAS: O QUE DESEJAVAM OS FRANCESES?

Tentativas de colonização francesa

Antes de tratarmos sobre as incursões dos súditos do Rei Cristianíssimo nos territórios ultramarinos pertencentes a outros reinos, mostra-se relevante apontar algumas características acerca das tentativas francesas de colonização na América, seja na sua porção setentrional, meridional ou mesmo nas Antilhas, disputando assim espaços com outras potências coloniais. Todavia, apresentam-se algumas dificuldades para a abordagem deste tema, visto que as experiências coloniais dos séculos XVI-XVII despertaram pouco interesse nos historiadores franceses, sendo a bibliografia reduzida, sobretudo, no tocante à Guiana. Mesmo os documentos consultados na Biblioteca Nacional da França, pouco elucidam sobre a organização da política colonial francesa no XVII, período que aqui nos interessa. Como lembra Saint-Martin, o início da colonização na Guiana ainda se encontra obscuro dada a inexistência de fontes consistentes.¹

Charles de La Roncière aponta que as primeiras tentativas francesas de colonizar o Canadá remetem ao Reinado de Francisco I, nos anos de 1535-36, conforme documento encontrado nos arquivos imperiais de Viena. Desde o século XVI, foi feita pelo governo de Paris a opção por um modelo de colonização, que figuraria no Canadá e na Guiana, cujas bases consistiriam na posse territorial por meio da construção de um forte, mas sem que nele houvesse guarnição, contando com apenas reduzidos contingentes populacionais.² A responsabilidade pelo território recaía sobre mercadores, organizados em companhias de comércio. Nesse sentido, a organização da colônia se baseava no comércio de entreposto, com a extração de produtos nativos para seu comércio ou para servir como moeda de troca para obter outros produtos.³ Sendo

¹ J. M. Saint-Martin. *Le sang de l'arbre: le rocou dans l'économie de la Guyane et des Antilles du XVII siècle à nos jours*. Paris, Éd. Caribéenne, 1989, p. 12.

² Charles de La Roncière. *Notre première tentative de colonisation au Canada*. Paris - Nogent-le-Rotrou, Impression de Daupéley-Gouverneur, 1912, p. 3.

³ Fernand Braudel. *Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV-XVIII. Os jogos das trocas*. São Paulo, Martins Fontes, trad. port., 2009, volume 2, p. 118.

assim, neste primeiro momento, a colonização francesa não se encontrou institucionalizada com órgãos que representassem a Monarquia, como ocorrera com as colônias ibéricas.

Analisando a consagrada classificação acerca das colônias – de exploração e de povoamento – Fernando Novais expôs a tipologia disposta anteriormente⁴: “colônias de conquistas”, “colônias comerciais”, “colônias agrícolas” e “colônias de plantação”. De acordo com as características observadas nas experiências coloniais francesas, elas poderiam ser consideradas como “colônias de comércio”:

são propriamente “entrepostos” e visam a uma mercancia excepcionalmente rentável à metrópole; [...] A metrópole, por sua vez, não necessita, para estabelecer e manter tais colônias, ser muito populosa, mas é indispensável ter uma potente marinha; a atividade colonial vai exigir grandes inversões, mas pouca gente. Essencial para o êxito da empresa é a posição da colônia na rede das grandes rotas.⁵

Contudo, no tocante à tipologia apresentada, Novais descarta as duas primeiras, colônias de conquistas e de comércio, em decorrência da noção de colonização adotada⁶: “colonização significa sempre ocupação, povoamento e valorização de novas áreas”. Para o autor, as colônias de conquistas, assim como as comerciais, “são fenômenos de outra ordem, que não envolvem propriamente povoamento e valorização de novas regiões e pois não entram no quadro histórico da colonização”.⁷

As bases da colonização francesa parecem ter coincidido com algumas características relacionadas às colônias de conquistas, pelo menos nas primeiras tentativas ocasionadas na América do Norte e na Guiana. Ainda que o contingente populacional destacado às colônias fosse reduzido, é inegável a valorização destas novas regiões para a economia européia:

É em função da fase e das características da vida econômica da Europa nessa época, isto é, em função da estrutura e do funcionamento do ‘capitalismo

⁴ A referida classificação foi difundida por P. Leroy-Beaulieu, *De la colonisation chez des peuples modernes*. 1874. Porém, ela havia sido fundada, em 1848, por Wilhelm Roscher e Robert Jannasch. *Kolonien. Kolonialpolitik und Auswanderung*, 1885. A nomenclatura de colônias de povoamento e de exploração foi ocorrendo ao longo das reedições da obra de Leroy-Beaulieu. Fernando A. Novais. *Aproximações: ensaios de história e historiografia*. São Paulo, Cosac Naify, 2005, pp. 28 e 31.

⁵ Fernando A. Novais. *Aproximações: ensaios de história e historiografia*. São Paulo, Cosac Naify, 2005, p. 30

⁶ Conforme Maximilien Sorre. *Les migrations des peuples*, 1955. Fernando A. Novais. *Aproximações: ensaios de história e historiografia*. São Paulo, Cosac Naify, 2005, p. 25.

⁷ Fernando A. Novais. *Aproximações: ensaios de história e historiografia*. São Paulo, Cosac Naify, 2005, p. 32.

comercial', em que as economias periféricas passam a ter papel essencial na dinâmica do desenvolvimento econômico...⁸

Diante disso, é relevante mencionar a diferença entre as colônias de exploração, como o Brasil, enquadradas no sistema colonial, e as colônias de conquistas francesas, sobretudo a Guiana, no tocante a sua vinculação econômica às metrópoles. Como será tratado em seguida, diante de sucessivos fracassos, a Guiana sob dominação francesa nem sempre esteve conectada à economia do Reino – ao contrário do Brasil, em relação a Portugal – tendo sido o ponto de viragem a política mercantilista do ministro Jean-Baptiste Colbert. Braudel lembra que o crescente gasto das Monarquias européias com a guerra, motivava também o aumento da riqueza do Estado, decorrente da atividade corsária e do comércio de produtos coloniais.⁹

Quando da fundação de Québec, em 1626, empresas comerciais privadas foram autorizadas a atuar na região, obtendo o monopólio do comércio de peles. Como o comércio era o principal objetivo do governo de Paris, permaneceu a falta de diligência, seja da Monarquia francesa, seja dos mercadores que integravam estas empresas, com a questão da imigração para os territórios coloniais.¹⁰ Este modelo colonial tinha o objetivo dos maiores ganhos comerciais possíveis, sem que houvesse um pleno investimento nas colônias, tanto de recursos da Monarquia, quanto de fomento à imigração, pois nem mesmo homens de confiança do governo foram enviados para dirigir a empresa colonial.

Durante o governo de Richelieu, houve um impulso no desenvolvimento colonial francês, tendo em vista o enriquecimento do Reino. Por conta da Guerra dos Trinta Anos, o ministro de Luís XIII confiou, em 1635, os negócios marítimos e coloniais a um grupo pequeno de conselheiros, encabeçado por François Fouquet. Ele reorganizou a companhia de São Cristóvão, responsável por colonizar a ilha nas Antilhas, renomeando-a como Companhia das Ilhas da América, que compreendia ainda a colonização da Martinica, Guadalupe e as outras pequenas Antilhas. Fouquet também buscou sustentar o comércio na África e na Guiana.¹¹ Porém, com o fim do governo de Richelieu, em 1642, se iniciou um período em que a política colonial francesa esteve em segundo plano, o que se estenderia até os anos de 1662-1663, quando Colbert incentivaria novamente os negócios ultramarinos. Neste momento, o papel das colônias seria assegurar a prosperidade do Reino,

⁸ Ibidem, p. 27.

⁹ Fernand Braudel. *Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV-XVIII. Os jogos das trocas*. São Paulo, Martins Fontes, trad. port., 2009, volume 2, p. 487.

¹⁰ Philip Boucher. *Les nouvelles Frances: la France em Amérique, 1500-1815*. Sillery (Québec), Éd. Du Septentrion, 2004, p. 39.

¹¹ Ibidem, p. 43.

fornecendo-lhe produtos então necessários, obtidos apenas nos trópicos.¹²

Nos anos em que esteve no poder, Mazarino se ocupou mais do conflito contra a Espanha do que com as questões coloniais. Entretanto, apesar da menor importância dada às colônias francesas, Mazarino não ficou alheio ao assunto. Ele investiu em companhias comerciais na Guiana e em Madagáscar. E a melhor escolha do ministro de Luís XIV seria o nome de Nicolas Fouquet, filho de François, colaborador de Richelieu, para supervisionar os negócios coloniais, a partir de 1655.¹³ Ele seria um dos responsáveis pelo plano geral de reconstrução do império colonial. Assim, se restabeleceu o controle metropolitano sobre as colônias, até então abandonadas nas mãos de empresas privadas de comerciantes.¹⁴ Nesse mesmo ano de 1655, o Conde de Pagan dedicou a Mazarino a sua *Relation Historique et Geographique*. Por sua vez, Fouquet aponta nas suas memórias que, nesta mesma época, aconteceram sérias discussões sobre os negócios coloniais com Mazarino. A partir dessa coincidência de datas, Philip Boucher sugere que isso seria um indício de que a companhia da América meridional fizesse parte de um “plano ocidental” francês.¹⁵ No caso da Guiana, com a reputação de “passarela para o eldorado”, ela foi alvo de três expedições do governo de Mazarino, no período de 1642 a 1661.¹⁶ Diante disso, apesar de ter se concentrado nos conflitos europeus, confrontando a Monarquia hispânica, Mazarino também esteve envolvido com as questões ultramarinas, a fim de fomentar a exploração colonial. No entanto, Braudel entende que a falta de uma grande rede externa de comércio francês decorreu do fato de que os franceses não souberam ou não puderam dominar os outros possíveis concorrentes, e por isso acabaram sendo dominados, sobretudo no tocante ao ultramar.¹⁷

O interesse francês em diferentes atividades comerciais – pau-brasil, urucum e tabaco – teria motivado a busca de uma região deixada de lado pelos portugueses. A colônia francesa, estrategicamente situada entre o Brasil e o Peru, constituiria uma ameaça para Filipe III, Monarca de Portugal e Espanha, no caso provável de uma nova guerra. Daniel de La Touche, monsieur de La Ravardière, foi um huguenote bretão que

¹² Serge Mam-Lam-Fouck. *Histoire générale de la Guyane française: des débuts de la colonisation à la fin de XXème siècle*. Matoury, Ibis Rouge Éditions, 2002, pp. 21-22.

¹³ Deve-se considerar que até 1652, Mazarino e a Monarquia francesa estiveram às voltas com os acontecimentos da Fronda, que se estenderam por todo o Reino, exigindo assim maior atenção aos problemas da política interna.

¹⁴ Philip Boucher. *Les nouvelles Frances: la France en Amérique, 1500-1815*. Sillery (Québec), Éd. Du Septentrion, 2004, pp. 50- 51.

¹⁵ Ibidem, p. 56.

¹⁶ Ibidem, p. 52.

¹⁷ Fernand Braudel. *Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV-XVIII. Os jogos das trocas*. São Paulo, Martins Fontes, trad. port., 2009, volume 2, p. 130.

começou suas incursões pela região amazônica em 1604. Talvez a fascinação européia pelo eldorado também tenha influenciado La Ravardière nas suas buscas na região. Em 1607, ele construiu um porto em Caiena, mas este sucumbiu rapidamente às doenças e aos ataques indígenas. Após a morte de Henrique IV, o huguenote teve ajuda de setores católicos franceses, conhecidos como “dévots”, para levar adiante seu plano de uma colônia na América. Para conseguir a aprovação da Rainha mãe, Maria de Médicis, então Regente, La Ravardière teve a ajuda de François de Razilly para conseguir religiosos capuchinhos da província de Paris, que justificassem uma expedição ao Maranhão, num momento em que se buscava a revitalização da Igreja na França.¹⁸

Então, em 1612, houve a tentativa de estabelecer uma França Equinocial no Maranhão, com o apoio do governo francês. Além de promover a fé cristã no referido território, com a participação dos missionários capuchinhos, outro objetivo da presença francesa no Maranhão consistia em “interceptar os navios carregados de metais preciosos em regresso à Espanha”.¹⁹

Contudo, em 1615, os franceses foram expulsos do Maranhão. As negociações para o matrimônio de Luís XIII com a infanta Ana de Áustria, filha de Filipe III, motivaram a intervenção do Monarca espanhol no estabelecimento da França Equinocial, impedindo a continuidade da colonização francesa no Maranhão. Logo, o empreendimento colonial francês foi deixado de lado, em nome da aliança franco-espanhola.²⁰ Apesar do impedimento de prosseguir com a colonização francesa no Maranhão, alguns franceses expulsos em 1615 se dirigiram à costa da Guiana, onde novas tentativas de um estabelecimento francês, predominantemente comercial, tiveram lugar. Desse modo, a presença francesa na América estará atrelada à experiência anterior no Maranhão, muito lembrada em correspondências oficiais, inclusive com a reivindicação desse território como tendo sido ocupado primeiramente pelos franceses, havendo, portanto, seus direitos sobre ele. Na correspondência diplomática francesa aparecem algumas

¹⁸ Philip Boucher. *Les nouvelles Frances: la France em Amérique, 1500-1815*. Sillery (Québec), Éd. Du Septentrion, 2004, p. 34.

¹⁹ Andrea Daher. *O Brasil Francês: as singularidades da França Equinocial (1612-1615)*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2007, p. 50. O capuchinho francês Claude d'Abbeville escreveu uma obra sobre a presença francesa no Maranhão no início do século XVII, focando a missão dos capuchinhos e o contato com os indígenas. Claude d'Abbeville. *História da missão dos padres capuchinhos na Ilha do Maranhão e terras circunvizinhas*. São Paulo, trad. port., Martins Editora, 1945 (1614).

²⁰ Andrea Daher. *O Brasil Francês: as singularidades da França Equinocial (1612-1615)*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2007, p. 63. “A expulsão dos franceses é o verdadeiro marco da conquista do litoral, no sentido leste-oeste, e do início da ocupação do Grão Pará.” Regina Maria A. Fonseca Gadelha. Conquista e ocupação da Amazônia: a fronteira Norte do Brasil. *Estudos Avançados*, n. 16 (45), 2002, p. 73.

vezes, entre os anos de 1647 e 1648, memórias relacionadas ao direito da Monarquia francesa às terras no Brasil, evocando-se as experiências coloniais da França Antártica, no Rio de Janeiro, e da França Equinocial, no Maranhão, cuja argumentação avançava nas pretensões territoriais na Amazônia.²¹

O interesse francês pela região da Guiana não teria sido fortuito, conforme apontado acima, pois esta era a região da América menos explorada por portugueses e espanhóis. Tal interesse estaria relacionado ainda à colonização francesa em outros locais, como nas Antilhas, servindo de apoio a estas empresas. Inicialmente, no século XVII, a empresa de colonização da Guiana não teve sucesso, diante da constante defesa indígena, além de incursões e ataques ingleses e holandeses. Entre 1604 e 1676, foi o período em que os franceses buscaram se estabelecer e afirmar sua soberania na Guiana. A partir de 1643, as expedições contaram com meios importantes a fim de conseguir efetivar uma implantação mais consistente e durável, que teria lugar finalmente em 1676.²²

Em 1633, alguns franceses que já haviam estado no Cabo Norte passaram à França para organizar uma companhia de comércio. Assim surgiu a companhia de Rouen, contando com quatrocentos homens. Tal companhia se estabeleceu em Caiena, em 1643. O normando Brétigny era um dos integrantes da companhia, assumindo certa liderança no grupo. Dois anos mais tarde, restaram apenas vinte e cinco homens de todo o grupo de Brétigny, recolhidos num forte, além de dois capuchinhos. Muitos haviam perecido na luta contra os nativos. Os capuchinhos tentaram missionar entre os indígenas, mas não alcançaram bons frutos. Logo, diante destas circunstâncias, a companhia de Rouen enviou um pequeno navio com cerca de quarenta homens e mais dois capuchinhos, colocando-os em condição de se sustentar contra os esforços dos inimigos nativos. E dessa forma foram vários os reveses da companhia até os anos de 1552-1653.²³

Em 1654, após sua expulsão de Pernambuco, os holandeses se dirigiram à Guiana. Os franceses haviam abandonado Caiena, também devido à má condução das companhias até então estabelecidas. Sendo assim, em 1656, os holandeses ocuparam Caiena, com cerca de sessenta judeus, que trouxeram consigo aproximadamente oitenta escravos negros.²⁴

²¹ Memória concernente à Relação que o Rei de Portugal fez a França. AMAE. Correspondance de Portugal, vol. 1, fls. 343-344; Memória, fls. 428-429; França Antártica no Brasil, AMAE. Correspondance de Portugal, vol. 2, fls. 59-60.

²² Serge Mam-Lam-Fouck. *Histoire générale de la Guyane française : des débuts de la colonisation à la fin de XXème siècle*. Matoury, Ibis Rouge Éditions, 2002, pp. 20-22.

²³ “História da Guiana”. BNF, NAF 2571, livro 1, fls. 1-4.

²⁴ Ibidem, livro 2, fls. 90-91.

Com a paz de Westphália em 1648, a Espanha já havia reconhecido os direitos dos Países Baixos ao território litorâneo compreendido entre o rio Orenoco e o rio Amazonas, redefinindo as fronteiras da região, também conhecida como Amazônia Caribenha. Os holandeses teriam iniciado a sua atividade comercial na região em 1581. Desde o início do XVII, além de uma prática extrativista, eles exploravam também alguns produtos cultivados, como o tabaco, de crescente demanda na Inglaterra e na Holanda.²⁵

Retornando à experiência francesa na região, em 1663, monsieur Bouchardeau foi incumbido da administração de Caiena, a partir de uma instrução das ilhas da América. Ele tinha adquirido conhecimento a partir de diferentes viagens, o que o havia aproximado do projeto de Colbert. O governo de Paris decidira retirar das mãos dos particulares a administração das Antilhas. Organizou-se uma nova companhia para cuidar de todo o comércio das colônias, visando ao progresso desse e da navegação. Colbert havia assegurado que a Monarquia daria a assistência à companhia com homens, dinheiro e navios. Bérenger lembra que foi sob o ministério de Colbert que a França se inseriu mais seriamente no comércio marítimo e nas empresas coloniais.²⁶

No entanto, não haviam sido apenas os ataques indígenas e as doenças que tinham motivado as dificuldades da colonização francesa na Guiana. Desentendimentos entre os membros das companhias, dada a autoridade frágil dos enviados de Paris, também causaram grandes problemas na referida empresa colonial. Muitos colonos foram mortos por seus pares, restando na colônia, em 1665, pouco mais que mil habitantes, sendo que duzentos e vinte eram escravos negros.²⁷ Aliás, a história da Guiana parece ser, em certo sentido, a história de alguns poucos mercadores que se aventuraram nesta empreitada, disputando a preeminência nas atividades de dominação e comércio. Por meio das escassas fontes sobre o tema, se evidencia um aspecto de improvisado nas tentativas de colonização francesa na Guiana no século XVII. Do ponto de vista econômico, mas também institucional, conforme Saint-Martin, até 1670, a Guiana não estaria conectada plenamente aos negócios ultramarinos como as demais colônias francesas.²⁸

²⁵ Reginaldo Gomes de Oliveira. Os holandeses na Amazônia Caribenha Colonial: dos Caminhos Históricos aos processos das relações Internacionais. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História*. ANPUH, São Paulo, 2011, pp. 3-4. Lodewijk Hulsman. Escambo e tabaco: o comércio dos holandeses com índios no delta do rio Amazonas (1600-1630). *IV Encontro Internacional de História Colonial*. Belém, 2012, p. 6.

²⁶ Jean Bérenger. Capítulo 8. Lucien Bély, André Courvisier e Jean Bérenger. *Guerre et paix dans l'Europe au XVII siècle*. Paris, SEDES, 1991, p. 342. BNF, NAF 2571, livro 2, fls. 92-93.

²⁷ História da Guiana. BNF, NAF 2571, livro 2, fl. 115.

²⁸ História da Guiana. BNF, NAF 2571, livro 2, fl. 95. J. M. Saint-Martin. *Le sang de l'arbre: le rocou dans l'économie de la Guyane et des Antilles du XVII siècle à nos jours*. Paris, Éd. Caribéenne, 1989, p. 12.

Litígio sobre a fronteira Maranhão-Guiana

O avanço português no Maranhão e na Amazônia dividiu espaço com incursões estrangeiras, ainda sob a União Ibérica. A presença de ingleses e, sobretudo, de holandeses da WIC no mar das Caraíbas oferecia risco ao domínio português. Conflitos ocorreram em decorrência da “tripla implantação” inglesa, holandesa e francesa na Guiana e nas Antilhas. A preocupação das outras potências consistia em “retirar o melhor partido da ocupação das ‘fronteiras’ ao Império ibérico ao norte da América do Sul”.²⁹

A cidade de Belém, fundada em 1616, constituía o ponto de partida de expedições portuguesas, a fim de assegurar o domínio sobre a região, contra a ação estrangeira. Nesse sentido, foram construídos fortes no delta do Amazonas e no Pará. Antes da fundação de Belém, a presença colonial em Pernambuco irradiou o movimento de avanço do povoamento luso para o Maranhão e Grão Pará, entre 1580-1616.³⁰

Para promover a ocupação da região, Filipe IV criou novas capitanias, favorecendo iniciativas individuais de conquista. No período entre 1627 e 1632, foram criadas as capitanias do Ceará e Pará. Em 1637, foi atribuída a Bento Maciel Parente a capitania do Cabo Norte, prolongando-se assim a extensão de Macapá, entre o Cabo Norte e o Oiapoque. Foi nesta região que se deu o conflito entre Portugal e França, depois da expulsão dos franceses de São Luís.³¹ Outra medida da Monarquia hispânica foi a criação do Estado do Maranhão, em 1621, que se estendia do rio Oiapoque (atual Estado de Amapá) ao cabo de São Roque, no Rio Grande do Norte. Logo, tais medidas buscavam assegurar o domínio da Monarquia portuguesa na região, sob diferentes aspectos: militar, econômico e religioso. Além de procurar combater a presença estrangeira nas proximidades, tal situação favoreceria a exploração e comércio das drogas do sertão, bem como o aprisionamento de indígenas para o trabalho escravo.³²

Apesar destas medidas do governo de Madri, durante a União Ibérica, a colonização portuguesa na região amazônica se baseou mais num “domínio imaginário” do território, do que efetivamente numa ocupação, dada a falta de colonos. Havia uma maior preocupação com outras áreas coloniais no Estado do Brasil, em detrimento de “áreas

²⁹ Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques. *Nova História da Expansão Portuguesa. O império luso-brasileiro (1620-1750)*. Coordenação de Frédéric Mauro. Lisboa, Editorial Estampa, 1991, volume VII, pp. 116-118.

³⁰ Regina Maria A. Fonseca Gadelha. Conquista e ocupação da Amazônia: a fronteira Norte do Brasil. *Estudos Avançados*, n. 16 (45), 2002, p. 69.

³¹ Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques. *Nova História da Expansão Portuguesa. O império luso-brasileiro (1620-1750)*. Coordenação de Frédéric Mauro. Lisboa, Editorial Estampa, 1991, volume VII, pp. 119-120.

³² Rafael Chamboleyron. *Povoamento, Ocupação e Agricultura na Amazônia Colonial (1640-1706)*. Belém, Açaí, 2010, p. 81.

periféricas”³³, não estando estas submetidas a mesma lógica de ocupação e exploração colonial, sendo uma região muito extensa, mas com um povoamento irregular, pouco desenvolvida e com um relativo isolamento dos circuitos comerciais portugueses. No entanto, a “condição de fronteira” da região e a constante disputa com outros governos europeus pela sua posse imprimiram a necessidade de se tomar outras medidas acerca do povoamento da área.³⁴ Diante disso, os membros do Conselho Ultramarino afirmavam a necessidade de enviar povoadores a essas terras, mas tais habitantes deveriam desenvolver uma atividade agrícola, evidenciando-se o tipo específico de ocupação que deveria ser empreendida. Diferentemente do que ocorrera com a colonização francesa, a empresa colonial lusa visava constituir um povoamento efetivo para assegurar o seu domínio no dito território, e não apenas levantar fortalezas que, indicassem um domínio basicamente militar e que propiciassem as atividades comerciais com os indígenas.

A concessão de sesmarias esteve, portanto, atrelada à condição do cultivo da terra e do esforço de levar a fé católica aos indígenas. Além das tentativas de plantação de cana de açúcar e tabaco, houve ainda o cultivo de cacau e anil, produtos com grande procura na corte de Lisboa. O povoamento da região se mostrava tão importante que até mesmo irlandeses católicos, tentando escapar das perseguições dos protestantes na Inglaterra, foram cogitados para se dirigirem ao Maranhão.³⁵

Apesar destes esforços de povoamento, até o decênio de 1670, o volume de atividades comerciais na região ainda era reduzido. Esta questão se tornou uma preocupação até para o Conselho Ultramarino nos anos seguintes, pois ao Maranhão não se dirigia mais do que um navio por ano. Tal situação acabou levando o governo de Lisboa a tomar certas medidas, como a organização de monopólios, a fim de fomentar o comércio na região. A partir de 1682, houve a criação de uma companhia de comércio, cujo principal objetivo era o abastecimento de escravos africanos, já que dois anos antes, a Coroa havia determinado o fim da escravidão indígena.³⁶

Apesar da maior atuação francesa nas disputas no cenário político europeu, o governo de Paris também mantinha interesses na

³³ Rafael Chambouleyron lembra que esta condição periférica do Estado do Maranhão decorre de interpretações historiográficas que buscaram a construção de sua sociedade e economia baseadas num modelo colonial a partir da experiência açucareira, ocorrida em outros pontos da América do Sul. *Povoamento, Ocupação e Agricultura na Amazônia Colonial (1640-1706)*. Belém, Açaí, 2010, p. 17.

³⁴ Rafael Chambouleyron. *Povoamento, Ocupação e Agricultura na Amazônia Colonial (1640-1706)*. Belém, Açaí, 2010, pp. 15-16.

³⁵ Ibidem, pp. 101 e 72, respectivamente.

³⁶ Rafael Chambouleyron. “Muita terra... Sem comércio”. O Estado do Maranhão e as rotas atlânticas nos séculos XVII e XVIII. *Outros tempos*, vol. 8, n. 12, dezembro de 2011, pp. 93-94.

concorrência ultramarina. As possessões no ultramar representavam uma posição preponderante às potências européias e a França não seria exceção à regra. A Coroa francesa se fazia presente na América, com a colonização da Guiana, de Québec, além das Antilhas, não sem acumular outras pretensões, como o avanço rumo à bacia amazônica. Todavia, conforme apontado acima, as características da colonização francesa, sobretudo na Guiana, tinham as suas especificidades. Expulsos de São Luís, os súditos do Rei Cristianíssimo buscavam meios e posições que pudessem favorecer o seu contato com os indígenas, a fim de continuar com as suas atividades comerciais na região. Além disso, os franceses permaneceram com suas incursões ao rio Amazonas, pois pretendiam fixar-se no local.

O comércio na costa da Guiana estava ligado também à exploração das ilhas do Caribe, pois estas eram abastecidas por artigos produzidos ou comercializados no norte da América meridional. As empresas coloniais francesa e holandesa na região seguiram características semelhantes, como no tocante ao povoamento. Este esteve baseado em assentamentos compostos por reduzido número de pessoas, ocasionando uma espécie de “pulverização” de colonos. Como as atividades econômicas envolvidas eram as trocas comerciais com os indígenas e a exploração de alguns produtos nativos, não houve a demanda de um grande contingente populacional.

Não apenas o delta amazônico esteve sob disputa de diferentes governos europeus, mas a própria cidade de Caiena passou do domínio francês ao holandês (1656), foi reconquistada pelos franceses em 1664, mas dois anos depois, em 1666, os ingleses a dominaram. A cidade acabou por retornar ao domínio francês, mas esteve novamente sob disputa, passando aos holandeses em 1674 (durante a Guerra da Holanda), que foram expulsos após três anos, consolidando-se Caiena como possessão francesa no decênio de 1680. A política mercantilista de Colbert tinha reavivado o interesse pela Guiana.

Entretanto, durante o domínio holandês em Caiena, soube-se tirar proveito de outras vantagens, além do comércio e da possessão de terras. Os holandeses puderam avançar sobre territórios do interior do continente, entre o Peru, o Paraguai e o Brasil. Isso se deu pelos grandes rios que permitiam o acesso a uma grande extensão de terras. A presença dos representantes das Províncias Unidas também foi possibilitada pela colaboração indígena. Os holandeses souberam utilizar o contato com os nativos, estabelecendo suas feitorias nas proximidades das moradias indígenas. Além disso, empregaram o trabalho indígena para a plantação de tabaco, urucum e algodão. “A criação rápida de plantações era facilitada pela agricultura rotativa já praticada tradicionalmente pelas

sociedades indígenas.”³⁷ Consta, numa memória acerca da história da Guiana, um comentário de que os holandeses teriam tido maior êxito no comércio em Caiena, pois os franceses não teriam sido incapazes de desenvolver tal atividade na região, talvez por ficarem na dependência dos produtos nativos. É interessante destacar que esta percepção já figurava à época, tendo sido esta memória escrita por um médico da corte.³⁸

Diante da necessidade de defesa e mesmo para o maior desenvolvimento das atividades econômicas na Guiana, houve a produção de uma literatura de propaganda, a fim de persuadir mais franceses a se fixarem na América. Colbert acreditou que este tipo de literatura de propaganda poderia favorecer o desenvolvimento colonial. Logo, muitas obras a favor de iniciativas francesas tiveram lugar entre 1664-1672. Não se pode avaliar a influência dos propagandistas no fluxo imigratório para as colônias, mas se pode constatar que o número crescente de franceses que se instalaram nas ilhas vinha acompanhado de certas fontes literárias.³⁹ A *Historie Generale des Antilles*, do dominicano Du Tertre, se enquadra como uma obra pertencente à propaganda colonial.⁴⁰

No entanto, a França não dispôs de uma população suficiente para afirmar sua soberania sobre o território colonial na América meridional. Tal problema de falta de colonos levou a uma pressão maior por parte dos portugueses, que passaram a avançar para a região que seria disputada entre o Oiapoque e o delta do Amazonas. A falta de homens para colonizar a Guiana explica a diferença entre a extensão do território reivindicado e o espaço efetivamente ocupado e reconhecido. Já no fim do século XVII, os franceses não ocupavam senão algumas praças fortes, explorando somente uma ínfima parte do território conquistado. A princípio, as terras dominadas pelos franceses se estenderiam do entorno de Caiena até o delta do Amazonas.⁴¹ Entretanto, conforme afirmado acima, a Monarquia francesa não conseguiu reunir o contingente de colonos que pudesse garantir a soberania francesa na região amazônica. Aliado a isto, os franceses ainda reivindicavam as suas antigas possessões no Maranhão.

Philip Boucher aponta que os colonos enfrentaram dificuldades de ordem econômica, política e até psicológica. Após inúmeros ataques, os

³⁷ Lodewijk Hulsman. Escambo e tabaco: o comércio dos holandeses com índios no delta do rio Amazonas (1600-1630). *IV Encontro Internacional de História Colonial*. Belém, 2012, p. 10.

³⁸ Memória para servir a História das colônias francesas da Guiana. BNF, NAF 2573, fl. 6.

³⁹ Philip Boucher. *Les nouvelles Frances: la France em Amérique, 1500-1815*. Sillery (Québec), Éd. Du Septentrion, 2004, p. 60.

⁴⁰ Jean-Baptiste Du Tertre. *Histoire Generale des Antilles*, 1667.

⁴¹ Serge Mam-Lam-Fouck. *Histoire générale de la Guyane française: des débuts de la colonisation à la fin de XXème siècle*. Matoury, Ibis Rouge Éditions, 2002, pp. 24-26.

holandeses conseguiram estabelecer uma colônia vizinha à Guiana, com prosperidade, apesar das doenças e dificuldades causadas pelo clima tropical. A Guiana francesa não tinha nem mesmo o número de escravos suficiente, pois os preços praticados nas Antilhas ou na Guiana holandesa eram muito altos. Quando da morte de Colbert, em 1683, a Guiana tinha apenas oitocentos habitantes entre brancos e escravos. Comparando-se à Martinica, a ilha tinha dezesseis mil pessoas.⁴²

Com a nomeação de Pierre La Ville de Ferolles como governador da colônia francesa, em 1679, houve uma tentativa de aumentar o seu povoamento, tendo havido até a aceitação de colonos judeus e protestantes, mas os atrativos de Caiena não chegavam perto dos verificados em Guadalupe e Martinica, permanecendo então com poucos recursos.

Já no ano de 1693, o embaixador francês em Lisboa, abade d'Estrées, foi informado sobre uma reclamação de monsieur de Ferolles a respeito da desumanidade com que os portugueses tratavam os índios que realizavam comércio com os habitantes de Caiena, nas proximidades do rio Amazonas. Tal situação, desaprovada pelo Rei Cristianíssimo, seria então a oportunidade de expor ao Rei de Portugal os direitos que pretendiam os franceses sobre as terras nas proximidades do rio, terras estas que os franceses reivindicavam sob o argumento de que as haviam descoberto antes, bem como se estabelecido primeiro na região.⁴³ Nos anos seguintes, foram iniciadas as disputas territoriais com os portugueses, visto que monsieur de Ferolles autorizou seus colonos franceses a comerciarem na região do rio Oiapoque, terras de domínio português até então. O intuito desta prática seria também desviar de Belém parte do tráfico de especiarias regionais.

Diante desta situação, o governo de Lisboa decidiu fortificar a região. Nos decênios de 1680 e 1690, houve a construção de fortes e a instalação de missões que pudessem garantir o povoamento da região, a serviço da Coroa portuguesa. Consideráveis contingentes militares foram deslocados também para a região. É importante destacar ainda que entre 1665 e 1705, durante os Reinados de D. Afonso VI e D. Pedro II, há registros referentes à concessão de quase noventa sesmarias, distribuídas pelos governadores e, em sua maioria, confirmadas pelos Monarcas, numa “verdadeira explosão de concessão de terras, tanto no Maranhão, como no Pará e na nova capitania do Piauí.”⁴⁴ Este período esteve marcado pela intensificação da presença de colonos franceses na região, o que justificaria esta postura das autoridades coloniais lusas.

⁴² Philip Boucher. *Les nouvelles Frances: la France em Amérique, 1500-1815*. Sillery (Québec), Éd. Du Septentrion, 2004, p. 71.

⁴³ Carta do abade D'Estrées ao governo de Paris (1692). AMAE, Correspondance de Portugal, vol. 29, fls. 230-230v.

⁴⁴ Rafael Chambouleyron. *Povoamento, Ocupação e Agricultura na Amazônia Colonial (1640-1706)*. Belém, Açaí, 2010, pp. 51, 101 e 105.

Todavia, tal prática de concentração dos portugueses, bem como a fortificação do território, motivou a desconfiança dos súditos de Luís XIV. Em carta de monsieur de Ferolles de 1697, ele afirma que os portugueses não estavam esperando as ordens da corte de Lisboa para avançar sobre as terras que seriam de direito dos franceses, perdendo estes assim as vantagens obtidas sobre as terras então usurpadas pelos portugueses. Dessa forma, Ferolles pede socorro ao governo de Paris e ao embaixador em Lisboa para reparar o que considerava uma injúria.⁴⁵

Ainda no mesmo ano de 1697, monsieur de Ferolles conduziu o avanço francês rumo ao Amazonas e tomou o forte de Macapá. Ele partiu na companhia de quarenta soldados, alguns habitantes da colônia e oitenta indígenas. Seu objetivo seria confrontar os portugueses no forte de Macapá. Após o ataque e a tomada do forte, Ferolles resolveu manter a construção, apesar da distância de Caiena. No forte ficaram dois oficiais, com cerca de vinte soldados, que aí permaneceram algum tempo. Para a Monarquia francesa, essa ação apenas estaria reconhecendo os seus direitos às terras do Cabo Norte.⁴⁶

A ofensiva francesa descontentou D. Pedro II, inquietando a corte, diante do que se delineava como uma forte ameaça às possessões portuguesas na América. Após a expedição de monsieur de Ferolles, em 1697, o secretário de Estado de Portugal foi questionar o embaixador do Rei Cristianíssimo em Lisboa, a respeito das pretensões francesas com estas ações na América. D'Estrées, respondeu que não tinha conhecimento desta expedição e que acreditava não ter vindo tal ordem do governo de Paris para avançar sobre o território português. Na verdade, o embaixador procurava ganhar tempo, justificando que esta seria uma iniciativa dos colonos e não da Monarquia francesa.⁴⁷

Diante disto, a Monarquia francesa começou uma ofensiva também diplomática – além da militar, já adotada – para a sua permanência no Cabo Norte. Informado da ação de monsieur de Ferolles, que expulsou os portugueses do forte de Macapá, o Rei Cristianíssimo não a aprovou oficialmente. Por isso, o então embaixador em Lisboa (a partir de outubro de 1697), President Rouillé⁴⁸, deveria reiterar a vontade da

⁴⁵ Cópia de uma carta de Caiena, escrita por monsieur de Ferolles (1697). AMAE, Correspondance de Portugal, vol. 31, fl. 20.

⁴⁶ Memória para servir a História das colônias francesas da Guiana. BNF, NAF 2573, fls. 78-80. Serge Mam-Lam-Fouck. *Histoire générale de la Guyane française : des débuts de la colonisation à la fin de XXeme siècle*. Matoury, Ibis Rouge Éditions, 2002, p. 26.

⁴⁷ Carta do embaixador Rouillé ao governo de Paris (1697). AMAE, Correspondance de Portugal, vol. 33, fls. 53v-54. Lembramos que este mesmo argumento foi utilizado por D. João IV, quando do levante luso-brasileiro em Pernambuco, no ano de 1645.

⁴⁸ O representante francês Rouillé, sendo também presidente do conselho do Rei Cristianíssimo, permaneceu na embaixada de Lisboa, entre 1697 e 1703. O seu prestígio junto a Luís XIV ajuda a compreender a sua escolha para um tão importante serviço, pois Rouillé esteve encarregado de obter um acordo no tocante às terras do Cabo Norte, além das negociações acerca da sucessão do trono espanhol.

Monarquia cristianíssima de permanecer com as boas relações com Portugal. No entanto, na mesma correspondência dirigida ao embaixador em dezembro de 1697, aparece a intenção francesa de tornar o rio Amazonas o limite entre as colônias de França e Portugal. Com isso, os franceses poderiam circular livremente pelo lado ocidental do rio, o que na prática configuraria o aumento do território da colônia de Caiena. Rouillé ficou responsável por esta negociação, a fim de assegurar a posse francesa sobre o Maranhão, que como eles mesmos afirmavam, tinha por capital São Luís, cidade fundada pelos franceses, confirmando o seu direito sobre o território, antes mesmo da chegada dos portugueses.⁴⁹

No ano seguinte, a correspondência de monsieur de Ferolles informa que os portugueses do Pará haviam tido a insolência, segundo suas próprias palavras, de levantar algumas famílias indígenas, próximo ao Cabo Norte. Apesar disso, o governador de Caiena já havia recebido ordens de parar com as hostilidades contra os portugueses, a fim de aguardar o desfecho e a acomodação dos negócios referentes à colônia. O objetivo francês com o domínio da parte ocidental do rio Amazonas seria a exploração de urucum (rocou) e a tentativa de localizar minas de prata na região. Menciona-se ainda o comércio de cacau e de tinturas que haviam sido descobertas.⁵⁰

Sendo assim, em 1699, o Rei Cristianíssimo ordenou ao embaixador Rouillé que protestasse contra a usurpação do que seriam terras francesas, próximo ao rio Amazonas, além da violência cometida contra os franceses que ali se encontravam. Tal situação justificaria, no dizer do embaixador, a tomada do forte de Macapá. Rouillé se encontrava em Lisboa para tratar principalmente deste assunto referente ao avanço francês rumo ao Amazonas.⁵¹

Em memória, escrita por Ferolles, acerca dos direitos franceses às terras do Cabo Norte, recorre-se à primazia dos súditos do Rei Cristianíssimo na região, tendo obtido desde 1633, durante o governo de Richelieu, as cartas patentes que permitiam o comércio naquelas terras. Invoca-se ainda o caráter pioneiro da ocupação francesa no Maranhão, com La Ravardière, fazendo também uma relação sobre a presença francesa no Cabo Norte e na Guiana ao longo do século XVII, relatando inclusive as guerras com holandeses e ingleses.⁵²

⁴⁹ Carta de Pontchartrain a Rouillé (1697). AMAE, Correspondance de Portugal, vol. 31, fls. 57-58v.

⁵⁰ Carta de monsieur de Ferolles, de Caiena, ao governo de Paris (1698). AMAE, Correspondance de Portugal, vol. 31, fls. 119v-120v.

⁵¹ Carta de Pontchartrain a Rouillé (1699). AMAE, Correspondance de Portugal, vol. 33, fls. 287-287v.

⁵² Memória concernente à posse da Guiana pelos franceses (s/d). AMAE, Correspondance de Portugal, vol. 33, fls. 298-299; Memória concernente aos direitos de França sobre a praça situada a Oeste do rio das Amazonas (s/d). fls. 301-301v.

Em resposta do ministro francês Pontchartrain a Rouillé, de fevereiro de 1699, sobre a ocupação dos portugueses na porção ocidental do rio Amazonas, recomenda-se ao embaixador que pressione os ministros de Portugal a iniciar uma negociação sobre este negócio, a fim de encontrar um meio de acomodar as questões envolvidas. Caso isto não fosse possível, a negociação seria rompida, repelindo então os franceses a usurpação de suas terras pelos portugueses, obrigando-os a retornar as habitações de suas antigas fronteiras. Luís XIV não queria que esta negociação se prolongasse por muito tempo, visando a obter as terras que os portugueses haviam ocupado, no seu entender, indevidamente. Tentava-se assim uma negociação para que a França não promovesse ataques aos portugueses na região amazônica, o que causaria maior atrito entre as Coroas na Europa. No entanto, caso não fosse possível garantir a posse francesa às terras pretendidas, por meio diplomático, a carta parece clara em relação às consequências disto, sugerindo ameaças aos súditos portugueses que permanecessem na região. Ao contrário do que se esperava, os portugueses permaneciam combatendo os indígenas, nas proximidades de Caiena, a fim de avançar até o Oiapoque, ao invés de suspender as suas movimentações na região.⁵³

Para Luís XIV, a Amazônia deveria se tornar a fronteira comum entre os territórios de Portugal e França. Mas o embaixador Rouillé apontava que os portugueses não eram favoráveis a esta idéia, pois o abandono do forte de Macapá, de grande utilidade, representaria o fim das perspectivas econômicas que o domínio na região assegurava.⁵⁴ Em 1699, houve uma consulta a numerosos engenheiros que elaboraram um plano de um novo forte, que deveria ser maior e melhor do que a fortaleza que já existia. Este novo forte seria criado para assegurar todas as ilhas francesas na América, sob a obediência do Rei Cristianíssimo. Logo, parece ter havido uma maior preocupação francesa com suas possessões no ultramar, diante da iminência de uma guerra referente à sucessão do trono espanhol, além do litígio das terras do Cabo Norte com a Monarquia portuguesa.⁵⁵

A correspondência entre Pontchartrain e o embaixador Rouillé evidencia a preocupação com a urgência que deveria ser resolvida a disputa de terras nas proximidades do rio Amazonas. Pontchartrain pede a Rouillé que continue seu trabalho para obter o que se necessita no tocante à questão das terras do Cabo Norte. Ele deveria informar o duque de Cadaval que os portugueses, contrariando o que havia sido acordado nesta matéria, continuavam avançando até a costa de Caiena,

⁵³ Carta de Pontchartrain a Rouillé (1699). AMAE, Correspondance de Portugal, vol. 31, fls. 153-153v.

⁵⁴ Licínio José Teixeira. Le Brésil et la succession d'Espagne (1696-1703). *Cahiers de Brésil Contemporain*, 1997, n. 32, p. 83.

⁵⁵ Notícias de Caiena. BNF, NAF 2581, fl. 38.

tratando os índios de modo cruel e prejudicando o comércio na região. Esperava-se então que se tomassem providências, a fim de “restabelecer” tais terras aos franceses. Entretanto, Rouillé não conseguiu a ajuda do duque de Cadaval – que por muito tempo adotou uma postura pró-francesa na corte de Lisboa, tendo muita influência sobre D. Pedro II, mas que há alguns anos já havia se alinhado a uma política pró-Espanha – para resolver a questão das terras próximas ao Amazonas.⁵⁶

Por meio de informação atribuída ao duque de Cadaval, em novembro de 1699, os portugueses teriam levantado cerca de quatrocentos indígenas, que habitavam nas proximidades do Amazonas e de Caiena, fazendo-os escravos, apenas por serem aliados dos franceses. Os portugueses da região também se recusavam a entregar as terras “usurpadas” aos franceses, mesmo com as ordens do Rei de Portugal. O Rei Cristianíssimo havia se surpreendido com a violência praticada pelos portugueses na costa de Caiena e esperava que o duque de Cadaval fizesse alguma compensação por conta deste desgosto causado pelos portugueses na colônia.⁵⁷

Do mesmo modo como os franceses haviam elaborado memórias sobre os seus direitos acerca das terras do Cabo Norte, os portugueses também compuseram este tipo de documento. O principal argumento sobre o domínio português na região seria a instalação de missões religiosas. A divisão territorial estabelecida pelo tratado de Tordesilhas também foi evocada. Já os franceses recuavam até o século XVI, com a chegada dos súditos do Rei Cristianíssimo à Baía de Guanabara, onde estabeleceram por alguns anos a França Antártica; além de seu pioneirismo na exploração das terras do Maranhão, onde fundaram a cidade de São Luís e a França Equinocial, no início do século XVII.⁵⁸ Em contrapartida, acerca da ocupação portuguesa do Maranhão, se menciona a fundação de Belém, bem como a separação dos Estados de Brasil e Maranhão. Por meio destas informações, pretendia-se mostrar os atos do exercício contínuo do domínio português na região do Cabo Norte, inclusive com a conversão de índios em diversas aldeias, por mais de setenta anos.⁵⁹

Em carta ao embaixador Rouillé, Pontchartrain informa que recebeu a memória escrita em Lisboa acerca dos direitos dos portugueses

⁵⁶ Carta de Pontchartrain a Rouillé (1699). AMAE, Correspondance de Portugal, vol. 31, fls. 225-226.

⁵⁷ Carta de Pontchartrain a Rouillé (1699). AMAE, Correspondance de Portugal, vol. 31, fls. 279-280.

⁵⁸ Memória concernente aos diretos de França sobre a praça situada a Oeste do rio das Amazonas (s/d). AMAE, Correspondance de Portugal, vol. 33, fls. 301-304.

⁵⁹ Nota para servir ao negócio do Maranhão, contra os portugueses (1699). AMAE, Correspondance de Portugal, vol. 33, fls. 309; Satisfação ao memorial oferecido pelo Excelentíssimo embaixador de França sobre o direito que aquela Coroa pretende ter nas terras Ocidentais do rio das Amazonas (1699), fls. 326-327v.

às terras sob disputa. Mesmo assim, ele insiste na necessidade de uma ação de vingança aos portugueses que ocupavam as terras pertencentes, no seu entender, aos franceses, fazendo-os recuar aos seus limites.⁶⁰ Por outro lado, D. Pedro II na tentativa de minimizar as discórdias entre os súditos de França e Portugal, para que ambas as Coroas mantivessem a paz e a boa correspondência de então, declarou ao representante francês em Lisboa que faria o que fosse possível para tanto, no tocante a colônia da Guiana e proximidades do rio Amazonas.⁶¹

Rouillé menciona na sua correspondência o silêncio do duque de Cadaval sobre o assunto do rio Amazonas, depois de três semanas de seu contato sobre este tema. O embaixador afirma que o conselho régio de Portugal havia percebido a seriedade da matéria, que o Rei estaria disposto a acomodar as coisas da melhor forma possível com o Rei Cristianíssimo, como em outras ocasiões. Por isso, D. Pedro II concederia uma conferência a Rouillé, a fim de mostrar as suas intenções e alegações sobre os direitos da Monarquia portuguesa ao território em questão. O embaixador ainda aponta que já esperava uma definição para o assunto há dois anos, quando iniciada a dita discussão.⁶²

Depois de algum tempo, quando haveria a conferência para tratar dos assuntos do Amazonas, Cadaval avisou Rouillé que o secretário Roque Monteiro Paim, que conhecia melhor os negócios do Maranhão, estando com uma indisposição, não poderia realizar a conferência. Rouillé percebeu que este consistia apenas num pretexto para adiar a negociação, entendendo-a como uma "má desculpa". Diante disto, surgiu a notícia de que a França estaria mandando um navio ao Maranhão. O duque de Cadaval foi informado disso pelo cônsul francês em Lisboa. Com isso, Rouillé conseguiu agilizar a realização da conferência sobre o Maranhão com Roque Monteiro. O embaixador afirmava que os

⁶⁰ Carta de Pontchartrain a Rouillé (1699). AMAE, Correspondance de Portugal, vol. 31, fl. 283; Razão geográfica para provar que o forte de Cumau, situado próximo ao Cabo Norte da Guiana e as terras vizinhas pertencem aos portugueses (1699). AMAE, Correspondance de Portugal, vol. 33, fl. 288.

⁶¹ Carta de D. Pedro II a Rouillé (1699). AMAE, Correspondance de Portugal, vol. 31, fl. 286.

⁶² A tensão entre Rouillé e Cadaval estava tão evidente que houve uma "disputa" entre ambos, quando o duque perguntou ao embaixador francês o que se tinha de novo a respeito da sucessão de Espanha, após a morte do Rei Católico. O embaixador respondeu que um ministro do Reino vizinho deveria estar a par destas coisas, mas que sim ele diria o que se estava passando, desejando após isso que Cadaval dissesse a ele o que pensava sobre o assunto. Cadaval respondeu que não sabia mais de Rouillé, do que ele de Cadaval, pois os ministros nem sempre estavam autorizados a revelar suas posições. Neste episódio, fica patente a desconfiança acerca dos homens de D. Pedro II e Luís XIV, em meio às disputas políticas na Europa e no ultramar. Carta de Rouillé ao governo de Paris (1699). AMAE, Correspondance de Portugal, vol. 34, fls. 109v-110v.

franceses pretendiam seu domínio na margem esquerda do Amazonas, local abandonado pelos portugueses.⁶³

Foram iniciadas negociações para um tratado provisional sobre as terras nas proximidades do rio Amazonas, região disputada pelos colonos de Portugal e França. Dentre os pontos a serem discutidos, há na correspondência diplomática menção à admissão de estrangeiros na colônia francesa, à missionação dos indígenas e ao comércio na Guiana. Em relação aos limites entre as colônias de franceses e portugueses, o rio Oiapoque seria a costa da primeira, e o Amazonas da segunda, domínio dos portugueses.⁶⁴ Rouillé menciona que recebeu a visita do duque de Cadaval para relatar que franceses de Caiena, juntamente com colonos portugueses rebelados, tinham tomado um barco português no rio Amazonas, com um rico carregamento. Isso acontecia depois de algum tempo que não ocorriam atos de hostilidade entre portugueses e franceses.⁶⁵

Diversas conferências foram feitas entre os membros do governo de Lisboa, especialmente com a presença de Cadaval, e o embaixador Rouillé. Após uma delas, este menciona em carta ao secretário de Estado francês que na corte portuguesa permaneceriam os esforços para dominar as terras próximas ao rio Amazonas, enviando reforços à defesa da região, como ele já havia informado anteriormente. Logo, a própria posição de Portugal, sobre a referida disputa, não estaria sendo apontada nas conferências a respeito. Exemplo disso seria o envio de tropas pelo governo português aos portos do Brasil, mas tudo feito em segredo, segundo o embaixador Rouillé.⁶⁶ Em conferência com o Rei de Portugal, Rouillé aponta que havia recebido ordens do Rei Cristianíssimo para concluir o negócio do rio Amazonas. Havia duas razões para isso: a posse das terras descobertas pelos próprios franceses e a boa correspondência que sempre tiveram as duas Monarquias, havendo a vontade de que assim permanecessem. Pressionando D. Pedro II para que o negócio pudesse ser resolvido prontamente, Rouillé recebeu como resposta que logo que o duque de Cadaval voltasse de uma viagem, sendo a sua presença muito importante nas conferências, seriam retomadas as reuniões para a resolução do problema. Em parte cifrada de sua correspondência, Rouillé aponta que o Rei de Portugal não

⁶³ Carta de Rouillé ao governo de Paris (1699). AMAE, Correspondance de Portugal, vol. 34, fls. 112v-114.

⁶⁴ Carta de Pontchartrain a Rouillé (1700). AMAE, Correspondance de Portugal, vol. 31, fls. 300-312.

⁶⁵ Carta de Rouillé ao governo de Paris (1699). AMAE, Correspondance de Portugal, vol. 34, fls. 140-140v.

⁶⁶ Carta de Rouillé ao governo de Paris (1699). AMAE, Correspondance de Portugal, vol. 34, fls. 156v-157.

resolvia nada por sua conta, mas seguia as deliberações de seu conselho.⁶⁷

A proposta de um tratado provisional entre Portugal e França teria partido do governo de Lisboa, a fim de que ambas as Monarquias pudessem conservar a paz e seus comerciantes realizassem as suas atividades livremente na região do Amazonas. Esperando receber instruções a respeito desta proposta portuguesa do tratado provisional, Rouillé disse a D. Pedro II que suas instruções permitiam que ele estabelecesse um acordo definitivo entre as partes, tornando-se o rio Amazonas limite entre as terras portuguesas e francesas, mas em se tratando de um tratado provisional, ele deveria aguardar novas instruções, permanecendo o negócio em suspenso. Na verdade, Rouillé já havia dado mostras de que sua embaixada em Lisboa contava com certa autonomia, não verificada em outras representações. Este posicionamento em relação a “novas instruções” consistiria então num modo de pressionar o governo de Lisboa a firmar um tratado definitivo para a disputa territorial no Cabo Norte.⁶⁸

O artigo relacionado à liberdade de comércio dos franceses, até o rio Amazonas, causava preocupação na Coroa portuguesa. Os franceses ocasionariam assim um grande impacto com muitos inconvenientes nas relações comerciais entre portugueses e indígenas, com reflexos em Belém, inclusive prejudicando a autoridade do governador do Pará, que já havia submetido os nativos da região. D. Pedro II relutava em conceder esta liberdade aos franceses nas margens do rio Amazonas, de modo voluntário, por um tratado provisional, que mais adiante poderia se tornar algo definitivo. O Monarca temia a alteração do *status quo* da região, o que parecia inevitável com a livre entrada de franceses no dito território. Para convencer D. Pedro II, Rouillé apontava que cabia ao próprio Rei de Portugal conceder parte do que seria justo ao Rei Cristianíssimo, conforme argumentação anterior da presença francesa na região. Parece que Rouillé queria convencer D. Pedro II a efetivar tal negócio do modo mais simples, ou seja, pela via diplomática, ao invés de ambas as Monarquias terem de investir num conflito pela posse do território em questão. Lembrando que neste momento Luís XIV já causava temor em parte da Europa por conta da sucessão de Espanha.⁶⁹

⁶⁷ Carta de Rouillé ao governo de Paris (1699). AMAE, Correspondance de Portugal, vol. 34, fls. 163v-166. Esta visão a respeito de D. Pedro, já havia sido apontada por outros representantes do governo de Paris em Lisboa.

⁶⁸ Carta de Rouillé ao governo de Paris (1699). AMAE, Correspondance de Portugal, vol. 34, fl. 173.

⁶⁹ Carta de Rouillé ao governo de Paris (1700). AMAE, Correspondance de Portugal, vol. 34, fls. 209v-210.

Em 1700, assinou-se um tratado provisional⁷⁰ entre Portugal e França, a fim de estabelecer condições para a presença dos súditos das duas Coroas, na região em litígio. Participaram da elaboração do tratado, por parte da França, o embaixador Rouillé, e da parte de Portugal, o duque de Cadaval, Roque Monteiro Paim, Gomes Freire de Andrade e Mendo de Foyos Pereira. No acordo estava previsto que os fortes na região em suspensão, como o de Macapá, deveriam ser demolidos. Além disso, não poderiam viver nesta região, nem colonos franceses, nem portugueses. As aldeias localizadas nestas terras não pertenceriam a nenhuma das Coroas e os missionários que ali estivessem deveriam permanecer, independentemente da nação a qual estivessem vinculadas. O livre comércio ficava autorizado na região, até o rio Oiapoque, para franceses e portugueses. Mas os franceses que fossem detidos na parte da colônia portuguesa deveriam ser restituídos a Caiena, com seus índios, bens e fazendas. O mesmo deveria ocorrer com os portugueses que fossem detidos pelos franceses na sua porção do território.⁷¹ A ofensiva francesa no Estado do Maranhão não cessaria, mas havia a necessidade de se tomar algumas medidas, a fim de que Portugal não tivesse razões para protestar.

Em 1701, houve a concordância da Monarquia portuguesa, por meio da representação do duque de Cadaval, em confirmar o tratado provisional, segundo o acordo anterior, mas abarcando então a Monarquia hispânica, já com Filipe V no trono. Por sua vez, a França buscava que o acordo provisional se tornasse definitivo.⁷²

A contenda na região foi resolvida, temporariamente, com o tratado de Utrecht e o fim da Guerra de Sucessão espanhola, em 1715. No entanto, as incursões de mercadores franceses permaneceriam, pois a Coroa francesa não desistiria tão facilmente de explorar o comércio na região, além de investir no que seria uma “porta franqueada no Peru”.⁷³ No Congresso de Utrecht, que marcou a renúncia francesa às terras entre o Oiapoque e o Amazonas, no Cabo Norte, em favor de Portugal, a imprecisão dos mapas dificultava ainda mais as discussões. Logo, isso impediria uma definição exata da região disputada por portugueses e franceses.

⁷⁰ Tratado Provisional entre El Rey Excelentíssimo Luís XIV e El Rey D. Pedro o II de Portugal, sobre as terras do Maranhão feito em Lisboa a 4 de março de 1700. BNP, Arquivo Tarouca, doc. 225. AMAE, Correspondance de Portugal, vol. 31, fls. 326-330.

⁷¹ Carta de D. Pedro II ao governador do Estado do Maranhão (1700). AMAE, Correspondance de Portugal, vol. 31, fl. 333.

⁷² Carta do duque de Cadaval ao embaixador de França (1701). AMAE, Correspondance de Portugal, vol. 35, fl. 329; Carta de Rouillé ao governo de Paris (1701). fl. 367v.

⁷³ Carta do conde Tarouca ao secretário de Estado. 15 de abril de 1713. BNP. Arquivo Tarouca, cód. 26, vol. 4, fl. 29.

Anos mais tarde, a diplomacia francesa questionaria as disposições do tratado de Utrecht, restabelecendo as pretensões francesas na região do Cabo Norte, bem como as hispânicas na Colônia do Sacramento. O argumento dos Bourbon estaria baseado num mapa do cosmógrafo Guillaume Delisle, apresentado na Academia de Ciências de Paris, em 1720, segundo o qual a linha de Tordesilhas havia sido deslocada para o Oriente, o que teria implicado numa definição errônea dos territórios em litígio.⁷⁴

O caso da esquadra de Mondvergue

No ano de 1666, alguns acontecimentos em Pernambuco estiveram relacionados à presença de franceses e a ameaça que isso poderia representar à colônia. O governador de Pernambuco, Jerônimo de Mendonça Furtado, conhecido como “Xumbergas”, esteve envolvido em diversas situações que acabaram por dificultar a sua permanência no cargo. Muitas foram as acusações por ele sofridas: a Câmara de Olinda acusava o governador de exercer seu cargo com tirania, interferindo no judiciário, e introduzir ilegalmente um amigo no cargo de ouvidor. Mendonça Furtado ainda executava dívidas e seqüestrava bens, e mandava prender e soltar homens como bem quisesse, tendo em vista sempre a obtenção de dinheiro. Até mesmo o erário régio foi alvo de desvios. Dentre as irregularidades, figurava o embolso de parte do imposto do dote da Rainha da Inglaterra e da paz de Holanda – a fim de compor a indenização prevista às Províncias Unidas no tratado de paz – além de medidas que infringiam o monopólio comercial, permitindo o comércio com navios franceses, inclusive de pau-brasil, pertencente ao estanco régio. Aliado a isto, ele ainda foi acusado de querer entregar Pernambuco à Monarquia francesa.⁷⁵

As acusações e os boatos a respeito foram gerados também por João Fernandes Vieira e João de Souza, obtendo a parcialidade de familiares e amigos, descontentes com a nomeação de Mendonça Furtado para o governo de Pernambuco, em detrimento dos restauradores.⁷⁶ Como se não bastasse, o Xumbergas ainda desobedecia ordens do vice-rei, o conde de Óbidos, havendo uma disputa acerca das competências de cada autoridade, como a respeito da nomeação do ouvidor. Tal situação acontecia desde o restabelecimento do domínio português em Pernambuco, sendo as relações entre o governador desta capitania e o governador geral pautadas pela desconfiança e hostilidade. Evaldo Cabral de Mello afirma que existiriam boas razões para acreditar

⁷⁴ Íris Kantor. Usos diplomáticos da ilha-Brasil: polêmicas cartográficas e historiográficas. *Varia História*, vol. 23, n. 37, 2007, p. 79.

⁷⁵ Evaldo Cabral de Mello. *A Fronda dos Mazombos: nobres contra mascates, Pernambuco, 1666-1715*. São Paulo, Editora 34, 2003, pp. 23-24

⁷⁶ Ibidem, p. 25.

que Óbidos teria dado sinal verde à Câmara de Olinda para que efetuasse a deposição do governador. No dizer do autor, “o problema parecia claro: o Xumbergas tornara-se o grande desafio à autoridade do governador geral e ao projeto centralizador, que docilmente acataria o governador do Rio, Pedro de Melo.”⁷⁷ Outro dado importante fornecido pelo autor aponta a “coincidência” do período entre o regresso de Franco Quaresma ao cargo de ouvidor, em maio de 1665 – após contenda entre Xumbergas e o conde de Óbidos – e a deposição do primeiro, em agosto de 1666, sendo o tempo equivalente à viagem de ida e volta da frota anual. Logo, poderia ter havido a autorização régia para o efetivo afastamento de Mendonça Furtado.⁷⁸

Em 1665, chegou a Recife um navio em rota para Madagáscar, a serviço da Companhia Francesa das Índias Ocidentais. Mendonça Furtado concedeu autorização para sua entrada, porém, proibiu a população de comerciar com os viajantes, comunicando o fato a Lisboa. As embarcações que, devido a algumas circunstâncias, aportassem na colônia deveriam ter proibido o contato entre seus ocupantes e a população local. Os navios ingleses eram os únicos com licença para empreenderem comércio no Brasil. No caso dos franceses, embora se estivesse em paz e amizade com o Rei Cristianíssimo, não se poderia tolerar de seus súditos as concessões feitas pelos tratados com a Inglaterra.⁷⁹

Pouco tempo depois, aportou em Recife outra embarcação, também com destino a Madagáscar, porém, parte da tripulação se encontrava doente. Tomaram-se as medidas cabíveis, no entanto, o capitão André Dodiez, resolveu rumar à Bahia, onde conseguiu a permissão do conde de Óbidos para velejar. Diante disto, “o vice-rei explicava a Mendonça Furtado que o patacho devia beneficiar-se de uma exceção em vista da causa que tivera para arribar, do reduzido da sua carga e, sobretudo, do interesse político da Coroa de Portugal nas relações com a França.” Xumbergas acatou a decisão do governador geral, mas enfatizou a sua posição: “A ele, Mendonça Furtado, não lhe

⁷⁷ Evaldo Cabral de Mello. *A Fronda dos Mazombos: nobres contra mascates, Pernambuco, 1666-1715*. São Paulo, Editora 34, 2003, pp. 30-33. Vinícius Orlando Dantas, em comunicação apresentada no *Colóquio Internacional Maquiavel Dissimulado*, realizado na Universidade Federal Fluminense, no período de 25 a 28 de outubro de 2011, apresenta um aspecto “maquiavélico” referente à política adotada pelo conde de Óbidos. Havia por parte do vice-rei uma preocupação maior com a extensão de sua soberania e prestígio, em detrimento do cumprimento de medidas régias. Ele atuava tendo em vista a sua imagem e reputação, conforme medida apresentada em *O Príncipe*. Além de ter pleiteado a nomeação de postos militares sem a confirmação do Rei, Óbidos perseguiu os que atuassem ou se manifestassem contra o seu governo, como ocorreu com Jerônimo de Mendonça Furtado, que não se submeteu à autoridade do vice-rei, como o governador do Rio de Janeiro, Pedro de Melo.

⁷⁸ Evaldo Cabral de Mello. *A Fronda dos Mazombos: nobres contra mascates, Pernambuco, 1666-1715*. São Paulo, Editora 34, 2003, p. 35.

⁷⁹ Ibidem, p. 51.

importava contemporizar com as conveniências de príncipes estrangeiros, tão somente com a execução escrupulosa das ordens de sua Majestade, lembrando maliciosamente ‘os perigos que há nos negócios desta qualidade’ para a reputação dos funcionários reais.”⁸⁰ Ironicamente, foi a partir de suspeitas de fazer um acordo com a Coroa francesa que Xumbergas acabou sendo deposto do cargo de governador de Pernambuco.

A ocasião para a deposição de Mendonça Furtado se deu com a chegada de uma esquadra francesa, composta por cerca de dez navios e comandada por Mondvergue, governador de Madagáscar, que aportou em Recife. Desde o período da ocupação holandesa, não se presenciava no litoral do Nordeste tamanha demonstração de força naval estrangeira. Mendonça Furtado alertou imediatamente Óbidos, mas logo se convenceu de que não havia motivos para se preocupar, pois a esquadra estava carente de víveres, abrigava muitos enfermos e necessitava de reparos urgentes. Xumbergas, mesmo atendendo às necessidades dos viajantes, agiu com cautela, reforçando as fortalezas com artilharia e munição. O governador não pensava apenas em ameaças à segurança da capitania, mas, sobretudo, aos rumores que poderiam circular acerca de seu tratamento com os franceses, além das possíveis oportunidades da população efetuar contrabando com os viajantes. As autoridades da frota foram alojadas, e prestou-se assistência aos enfermos. Além disso, Mendonça Furtado estimulou aos moradores que tratassem os franceses como “amigos e naturais”.⁸¹

Em carta de Mondvergue, presente na correspondência diplomática francesa, ele afirma que realmente havia pessoas doentes na esquadra, além da necessidade de víveres, para dar continuidade à viagem. No entanto, se expressa no mesmo documento que haveria a intenção de Mondvergue de arrumar um meio de envolver o governador Mendonça Furtado, a fim de “tirar todas as vantagens que fossem possíveis”. De fato, o comandante francês obteve êxito, ao conseguir comprar pau-brasil, cujo embarque fora feito escondido, durante a noite. Ainda conforme a carta de Mondvergue, a população teria se posicionado contra o governador, “porque ele queria vender a terra aos franceses”.⁸²

Mesmo tendo afirmado os motivos que justificariam aportar em Pernambuco, em carta anterior de Mondvergue, já no ano de 1666, aparece que a expedição passaria pelo Cabo Norte e seria feito comércio em algumas partes da América. Segundo ele, “nous étions forcés de

⁸⁰ Ibidem, p. 52.

⁸¹ Evaldo Cabral de Mello. *A Fronda dos Mazombos: nobres contra mascates, Pernambuco, 1666-1715*. São Paulo, Editora 34, 2003, pp. 52-53.

⁸² Carta de Mondvergue ao governo de Paris (1666). AMAE, Correspondance de Portugal, vol. 5, fl. 310v. Evaldo Cabral de Mello. *A Fronda dos Mazombos: nobres contra mascates, Pernambuco, 1666-1715*. São Paulo, Editora 34, 2003, p. 59.

relâcher aux côtes du Brésil”.⁸³ Num primeiro momento, a partir de uma tradução livre, parece que Mondvergue e seus comandados “estavam forçados a relaxar na costa do Brasil.” Porém, o verbo *relâcher*, relacionado à marinha, se refere a aportar uma embarcação, fazer uma escala durante a viagem. De qualquer modo, parece que a decisão da esquadra se dirigir ao Brasil já estaria previamente tomada. Teria havido então uma real necessidade para Mondvergue aportar em Pernambuco?

Presenciando tal situação, a população ficou inquieta com a permanência dos franceses na cidade, tornando-se esta a oportunidade para depor o governador de Pernambuco. Espalhou-se o boato de que ele havia vendido a terra aos franceses, permitindo a formação de um estoque de armas no hospício da Penha, onde residiam os capuchinhos bretões. Ordenou-se a revista do local, mas nada foi encontrado. Ainda assim, parte da população que deu crédito aos boatos, exigia a morte dos franceses, que tiveram de se refugiar no dito hospício, no qual se fez logo um cerco. A Câmara de Olinda tratou de controlar estes excessos, auxiliando Mondvergue e sua esquadra.⁸⁴ Os capuchinhos acabaram por se livrar das acusações de beneficiarem e protegerem “invasores” franceses, ainda que as suspeitas em torno destes missionários não tenham se dissipado por completo. No entanto, o estratagema para a deposição de Mendonça Furtado atingiu seu êxito, tendo sido escolhido como seu substituto, provisoriamente, André Vidal de Negreiros. Considerando-se o caso de que algumas lideranças, ainda durante a guerra de Pernambuco, como João Fernandes Vieira, tenham pensado numa articulação dos insurretos com a Coroa francesa, conforme exposto no Capítulo 4, tal idéia parecia impensada dois decênios após a Restauração portuguesa na capitania.

Evaldo Cabral de Mello analisa de modo peculiar a deposição de Xumbergas, propondo a sua conexão à chamada “guerra dos mascates”, definindo uma nova periodização para os levantes que se deram entre 1710 e 1711. Nas abordagens feitas por Southey e Varnhagen, o estratagema de 1666 em Recife esteve desvinculado da “guerra dos mascates”, sendo considerado como um levante de cunho nativista.⁸⁵ Evaldo Cabral de Mello propõe, assim, uma nova compreensão para este conjunto de sublevações. Pedro Puntoni destaca a importância da narrativa construída pelo autor a respeito do episódio da deposição de Xumbergas, que recebeu considerável influência de uma testemunha francesa do ocorrido. Urbain Souchu de Rennefort publicou, em 1688, o

⁸³ Carta de Mondvergue ao governo de Paris (1666). AMAE, Correspondance de Portugal, vol. 5, fl. 307v.

⁸⁴ Evaldo Cabral de Mello. *A Fronda dos Mazombos: nobres contra mascates, Pernambuco, 1666-1715*. São Paulo, Editora 34, 2003, p. 55.

⁸⁵ Pedro Puntoni. A história na sua casa. Causalidade histórica e narratividade na obra de Evaldo Cabral de Mello, In: Lília Moritz Schwarcz. *Leituras críticas sobre Evaldo Cabral de Mello*. Belo Horizonte: Editora UFMG, São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2008, pp. 99-101.

relato de suas viagens pelo ultramar, enquanto esteve na frota comandada por Mondvergue.⁸⁶

Souchu de Rennefort, como outros viajantes que escreveram sobre suas experiências na costa do Estado do Brasil, o descreve como um bom país, porém mal cultivado. No seu relato, há comentários sobre frutas, animais, além dos indígenas e das missões de capuchinhos e jesuítas. Comenta-se ainda sobre o trabalho escravo dos africanos. Mas as informações que mais nos interessam neste trabalho seriam as referentes à desordem provocada pela deposição do governador. Souchu afirma que o povo da cidade não sabia o motivo da prisão de Xumbergas, surgindo a idéia de que ele havia vendido a terra aos franceses. Diante disto, aos franceses da esquadra de Mondvergue não restou alternativa senão se refugiarem no hospício dos capuchinhos.⁸⁷

Souchu apresenta outra informação que corrobora que a Monarquia portuguesa estaria ciente do estratagema que seria empreendido contra o governador, a fim de depô-lo. Um oficial da Câmara disse a Mondvergue que Xumbergas agia como um tirano, tendo sido ordenado seu restabelecimento a Lisboa pelo próprio Rei. O mesmo oficial disse ao comandante que os franceses não tinham o que temer, colocando soldados para cuidar de sua segurança. Além do comércio que os franceses da esquadra de Mondvergue puderam realizar com os moradores, Souchu aponta que o mestre de campo João de Souza ofereceu presentes à frota, como frangos, galos e outros animais.⁸⁸

Ao que parece, a partir da pesquisa da correspondência diplomática francesa, o ocorrido acerca da deposição do governador de Pernambuco, relacionada à presença da esquadra de Mondvergue em Recife, não possuiu maiores conseqüências em Paris. O mais importante em relação às cartas de Mondvergue, expostas acima, é que tal correspondência sugere que a aproximação de sua esquadra do Brasil teria sido intencional, buscando-se ainda alguma vantagem junto ao governo de Mendonça Furtado. Ou ainda, mesmo tendo havido a real necessidade de aportar em Recife, os franceses tentariam aproveitar tal oportunidade da melhor forma, ou seja, realizando atividades de contrabando.

⁸⁶ Evaldo Cabral de Mello se baseou na narrativa de um estrangeiro que, como lembra Puntoni, tem “uma visão de alguém de passagem, que acaba de chegar no Pernambuco de 1666, que poucas referências tem daquela sociedade e das lutas políticas que ali se travam. Ou seja, por meio deste olhar ele nos identifica (nós, leitores do livro) com o viajante. [...] Evaldo opta assim por introduzir seu leitor neste Pernambuco convulsionado, pela narração um pouco perplexa do outro, daquele que de fato ainda desconhece, ou ao menos estranha, o que vê.” Ibidem, pp. 103-104.

⁸⁷ Urbain Souchu de Rennefort, *Histoire des Indes Orientales*, 1701 (1688), p. 290-295.

⁸⁸ Urbain Souchu de Rennefort, *Histoire des Indes Orientales*, 1701 (1688), p. 295-297.

Invasões francesas ao Rio de Janeiro (1710-1711)

A esquadra comandada pelo corsário Jean-François Duclerc foi avistada primeiramente por um pescador em alto-mar, no dia 16 de agosto de 1710. Composta por seis navios que navegavam sob a falsa nacionalidade inglesa, a esquadra despontou na baía de Guanabara na manhã seguinte. Como o alarme já havia sido dado, nas fortalezas da barra homens estavam posicionados para repelir o ataque. Sendo assim, Duclerc dirigiu-se ao sul, próximo à Ilha Grande, mas ali também foi impedido de desembarcar, pois nesse local a defesa também já se organizara. Diante disto, rumou ao norte, até a praia de Guaratiba, onde conseguiu desembarcar mil e duzentos homens, sem enfrentar problemas. Tal desembarque aconteceu em 11 de setembro. Os oficiais, soldados e seu comandante seguiram a pé, enveredando-se pelo mato, até atingirem o engenho dos jesuítas, no dia 18 do mesmo mês.⁸⁹

O governador Francisco de Castro Moraes tomou providências apenas defensivas esperando inicialmente um ataque marítimo, dando as instruções freqüentes às fortalezas de Santa Cruz e São João, quando a cidade estava ameaçada por algum perigo iminente. No entanto, o avanço dos franceses se deu pelo sertão e, apesar da falta de uma ação mais contundente por parte do governador, a área urbana já estava defendida. Uma das preocupações verificadas na documentação seria que os franceses alcançassem as Minas. Portanto, o governador proibiu a passagem de qualquer pessoa, em qualquer condição, às ditas Minas, enquanto os navios permanecessem no litoral, visando ao impedimento de seus intentos.⁹⁰

Ainda antes que Duclerc chegasse à cidade, o governador ordenou que toda a gente, independente de sua condição, acudisse à defesa da cidade, não deixando de ameaçar aqueles que se esquivassem de sua responsabilidade. Dessa forma, quando os franceses atacaram o Rio de Janeiro foram vencidos no mesmo dia, evidenciando a eficácia das atitudes do governador. Fernanda Bicalho aponta que

durante os meses que se seguiram, o governador, os soldados e moradores do Rio de Janeiro se deliciaram com os louros da vitória, promovendo festejos, dando mostras de sua alegria à luz de luminárias ‘em ação de graças a Deus’ por tão retumbante sucesso. Do monarca receberam publicamente elogios e mostras de gratidão pelo valor com que defenderam aquela conquista dos seus inimigos.⁹¹

Por outro lado, Charles Ralph Boxer lembra que

⁸⁹ Maria Fernanda Bicalho. *A cidade e o império: o Rio de Janeiro no século XVIII*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003, p. 268.

⁹⁰ AN. Códice 77, vol. 22, fls. 10v-11v. Maria Fernanda Bicalho. *A cidade e o império: o Rio de Janeiro no século XVIII*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003, pp. 268-269.

⁹¹ Maria Fernanda Bicalho. *A cidade e o império: o Rio de Janeiro no século XVIII*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003, p. 270.

quando escolhido para comandar a expedição [Duclerc] era apenas um comandante de um brulote, sendo promovido a capitaine de frégate ao fim de janeiro de 1710. Parece extraordinário que força tão pequena e comandante relativamente tão inexperiente tivessem sido considerados suficientes para tomar a cidade bem fortificada e fortemente guarnecida do Rio de Janeiro.⁹²

O conde Tarouca manifestou estas duas visões, acerca do ocorrido no Rio de Janeiro, ao secretário de Estado, ponderando sobre a defesa do território:

Este me deixa com grande gosto de ver a boa resistência dos nossos soldados, mas com igual pena de que os inimigos julguem fácil a empresa, e não duvido que tornariam a intentá-la com maiores forças, se lhes não constasse que el rei nosso senhor mandava fazer para a defesa de tão importante praça as prevenções que devemos esperar de uma providência, mas cada vez são mais necessárias, pois se aumenta a opinião que os estrangeiros tem na riqueza daquele estado...⁹³

Pouco depois, o enviado da Coroa portuguesa a Haia destaca a importância da prudência na condução desta situação, ficando evidente o temor de novos ataques ao Brasil:

espero que se me permita representar o que me ocorre, é que se guardem com muita cautela os prisioneiros que se fizeram e se não troquem em nenhum modo, porque não sirvam de guias e diretores para semelhante invasão. Bem sabe vossa mercê que se os oficiais na forma que se costuma tiverem liberdade de andar pela praça ficarão conhecendo o forte e fraco dela, e quando com o tempo voltarem à França, ou qualquer outro reino, talvez serão melhores engenheiros para aquela expedição do que os nossos mesmos nacionais.⁹⁴

Alguns franceses foram aprisionados, inclusive o capitão Duclerc, que tentou repetidamente fugir, subornando sentinelas ou forçando a saída. Por solicitação do próprio comandante francês ao governador, ele foi retirado do colégio dos jesuítas, onde se encontrava, indo para uma boa casa da cidade. Porém, algumas semanas depois, Duclerc foi assassinado por um grupo de homens mascarados, tendo sido jamais descoberta a identidade dos assassinos. Boxer afirma que, com base na petição feita pela viúva a Luís XIV, houve boatos de que o próprio governador Castro Morais estivesse envolvido na organização do crime. É importante mencionar que, quando avistada pela primeira vez a armada francesa, foi enviada uma mensagem a Antônio de Albuquerque, que se encontrava em Minas Gerais, para que mandasse reforços para o combate. Boxer expressa que os paulistas responderam com presteza ao

⁹² Charles Ralph Boxer. *A idade de ouro do Brasil*. Rio de Janeiro, trad. port., Nova Fronteira, 3ª edição, p. 114.

⁹³ Carta do conde Tarouca ao secretário de Estado. 03 de fevereiro de 1711. BNP. Arquivo Tarouca, cód. 26, vol. 2 (os fólios não são numerados).

⁹⁴ Carta do conde Tarouca ao secretário de Estado. 24 de março de 1711. BNP. Arquivo Tarouca, cód. 26, vol. 2 (os fólios não são numerados).

chamado, demonstrando que não os agradava um domínio francês na região.⁹⁵

Após a vitória sobre os franceses, o tempo de calma não durou muito. Depois de um ano da vitória portuguesa sobre os súditos de Luís XIV, chegou a notícia à colônia de que uma grande armada francesa estava sendo preparada para efetivamente invadir o Rio de Janeiro.⁹⁶ Os preparativos foram feitos com rapidez, segredo e perfeição, já que estiveram prontos apenas dois meses após a aprovação formal do Monarca francês. A expedição teria o intuito de vingar a derrota de Duclerc. Seu comando foi encarregado ao corsário bretão René Duguay-Trouin, proveniente de uma família de comerciantes e marinheiros de Saint Malo. O corsário já havia sido bem sucedido em diversos combates navais, estando preparado para tal desafio. O financiamento da dita expedição ficou a cargo de homens abastados de Saint Malo, enquanto os navios e tropas foram providos pela Coroa. Dada a ambição da empresa, foram admitidos ainda auxílios de fora da cidade, como do conde de Toulouse. Os navios foram preparados em cidades diferentes, a fim de afastar a suspeita de ingleses a respeito de seus destinos. Antes de passar ao Brasil, a esquadra tomaria munções em Martinica.⁹⁷

Ciente da preparação de mais um ataque ao Rio de Janeiro, o governador ordenou, como no ano anterior, a mobilização da população em favor da defesa da cidade. No início de setembro de 1711, avistou-se mais de dezesseis velas estrangeiras, que se aproximavam de Cabo Frio. As medidas de defesa foram intensificadas e se estenderam até o dia 11 do mesmo mês, e diante da falta de outras notícias da armada inimiga, o governador ordenou praticamente a retirada total dos homens que atuavam na defesa do território. Justamente no dia 12 de setembro – somente um após a desarticulação do sistema de defesa montado para combater os franceses – a esquadra destes, composta por dezoito navios, entrou no Rio de Janeiro. As autoridades, soldados e o restante da

⁹⁵ Charles Ralph Boxer. *A idade de ouro do Brasil*. Rio de Janeiro, trad. port., Nova Fronteira, 3ª edição, pp. 116-117.

⁹⁶ É interessante perceber que não se tinha certeza sobre o desígnio da esquadra de Duguay-Trouin. Tarouca manifesta o temor de um ataque à frota do Brasil, não imaginando que o estrago causado pelo comandante francês seria muito maior. Isso foi enviado a Lisboa, em correspondência escrita apenas alguns dias antes da chegada da esquadra francesa ao Rio de Janeiro. Carta do conde Tarouca ao secretário de Estado. 01 de setembro de 1711. BNP. Arquivo Tarouca, cód. 26, vol. 2 (os fólios não são numerados).

⁹⁷ Carta do conde Tarouca ao secretário de Estado. 21 de julho e 01 de setembro de 1711. BNP. Arquivo Tarouca, cód. 26, vol. 2 (os fólios não são numerados). Charles Ralph Boxer. *A idade de ouro do Brasil*. Rio de Janeiro, trad. port., Nova Fronteira, 3ª edição, pp. 118-119.

população só poderiam demonstrar perplexidade, diante da chegada da armada de Duguay-Trouin.⁹⁸

A entrada da armada na baía fora propiciada por uma névoa, que acabou encobrindo os navios. O próprio Duguay-Trouin não tinha maiores conhecimentos da região, mas um dos integrantes da armada – monsieur Chevalier de Courserac – que sabia a melhor forma de entrar na cidade, liderou o avanço da armada, juntamente com Chevalier de Gouyon e Chevalier de Beauve. O relato acerca do ataque francês ao Rio de Janeiro, em 1711, presente na correspondência diplomática francesa, destaca toda a ação dos homens liderados por Duguay-Trouin na ocupação da cidade, tomando os fortes de Santa Cruz, São João e a ilha de Villegaignon. No ataque francês de 1710, estes haviam sido os principais locais guarnecidos, a fim de assegurar a defesa da colônia.⁹⁹

A perplexidade e o pânico tomaram conta da população, mas também das tropas e dos oficiais. No dia 14, três mil e trezentos franceses desembarcaram, sem enfrentar nenhuma resistência. Como não poderia deixar de ser, passaram a ocupar os pontos estratégicos para o ataque da cidade, como o alto dos montes e a Ilha das Cobras. Sendo assim, o que se viu do lado português foi a inércia e a covardia, visto que o governador Castro Morais desmobilizou qualquer organização militar para o combate aos franceses, seguindo um plano de evacuação da cidade. Os homens, entre soldados, oficiais, autoridades civis e eclesiásticas fugiram da cidade, deixando suas propriedades e pertences e até mesmo mulheres e filhos.¹⁰⁰ Boxer afirma que apesar do sucesso obtido por Duguay-Trouin logo após a sua chegada, “a posição dos atacados ainda estava bem longe de ser desesperadora.” A indecisão dos líderes, como do próprio governador Francisco de Castro Morais, gerou o principal problema: “a deterioração começou pelo topo e espalhou-se para baixo, como tantas vezes acontece na guerra.”¹⁰¹

Chegando à cidade, os franceses encontraram-na quase deserta, pois restaram apenas pessoas de idade, mulheres e crianças que não puderam deixar o local, refugiando-se nos conventos, aos cuidados de religiosos que também não conseguiram sair da cidade. Além disso, restaram desertores portugueses e prisioneiros franceses, que haviam

⁹⁸ Maria Fernanda Bicalho. *A cidade e o império: o Rio de Janeiro no século XVIII*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003, pp. 270-271.

⁹⁹ Relação do que se passou durante a campanha do Rio de Janeiro, feita pela esquadra de navios do Rei, comandada por monsieur Duguay-Trouin (1711). AMAE, vol. 45, fls. 178-178v. O relato do ataque francês detalha a invasão da cidade, sobretudo, nos seus aspectos militares.

¹⁰⁰ Maria Fernanda Bicalho. *A cidade e o império: o Rio de Janeiro no século XVIII*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003, pp. 271-272.

¹⁰¹ Charles Ralph Boxer. *A idade de ouro do Brasil*. Rio de Janeiro, trad. port., Nova Fronteira, 3ª edição, p. 121.

participado do ataque ocorrido no ano anterior. Diante disto, os franceses tomaram posse da cidade.¹⁰²

Maria Fernanda Bicalho destaca os assuntos que figuraram na correspondência que se deu entre os moradores, membros do governo civil e militar, e as autoridades régias. Muitas acusações apareceram na dita correspondência, principalmente críticas de “pessoas principais da terra” aos maus governantes. Os vereadores, por exemplo, insistiam na “inexplicável omissão do governador” na defesa da cidade. Conforme Maria Fernanda Bicalho,

Sem dúvida os oficiais da câmara queriam fazer chegar aos ouvidos e aos olhos do monarca a inépcia e a má-fé do governador na defesa dos interesses e dos domínios da Coroa naquele longínquo ultramar, persuadindo-o ainda de que os únicos que se destacaram, imolando suas vidas e fazendas no serviço régio teriam sido não os seus comandantes e soldados, mas somente as ‘pessoas principais’ da terra, dando provas de terem agido como fiéis e irrepreensíveis vassalos.¹⁰³

O considerável espólio encontrado na cidade, após o seu abandono, não se mostrou suficiente para as despesas da empresa francesa e o pagamento de seus financiadores. O objetivo de Duguay-Trouin era se apoderar do ouro que os portugueses possuíam, mas que haviam retirado da cidade, antes de a evacuarem. Sendo assim, o comandante exigiu o pagamento de um resgate pela cidade e suas fortalezas. Caso não fosse pago, ele as destruiria.¹⁰⁴ No relato sobre a ocupação, menciona-se que a conservação da colônia não seria possível, devido a pouca quantidade de víveres, além da impossibilidade de adentrar pelo interior do território.¹⁰⁵

As capitulações foram assinadas sem a assistência e o parecer da Câmara, o que motivou ainda mais acusações a respeito do governador. Como se não bastasse, enviados desse ainda negociaram a compra de navios e fazendas que os franceses haviam saqueado. Com este exemplo, muitos moradores passaram a fazer comércio com os invasores. Entretanto, o próprio Castro Morais tentou inibir tal prática:

Senhor, como se fez o ajuste com os inimigos do resgate da cidade veio logo concorrendo o povo e tendo eu notícia de que algumas pessoas intentavam fazer negócio com o inimigo mandei por as sentinelas necessárias nos caminhos para impedir o tal negócio e vendo que a gente ia tratar com os inimigos fugindo dos lugares aonde estavam as sentinelas, e metendo-se pelos matos,

¹⁰² Maria Fernanda Bicalho. *A cidade e o império: o Rio de Janeiro no século XVIII*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003, pp. 273-274.

¹⁰³ Ibidem, p. 278.

¹⁰⁴ Charles Ralph Boxer. *A idade de ouro do Brasil*. Rio de Janeiro, trad. port., Nova Fronteira, 3ª edição, p. 124.

¹⁰⁵ Relação do que se passou durante a campanha do Rio de Janeiro, feita pela esquadra de navios do Rei, comandada por monsieur Duguay-Trouin (1711). AMAE, vol. 45, fl. 180.

mandei lançar um bando para que toda a fazenda que se comprasse aos franceses fosse seqüestrada para a fazenda real e que havendo denunciadores se lhes desse a vinte por cento e vendo que nada disto bastava, nem as muitas guardas que mandei por nas marinhas, para não irem a bordo fazerem negócio e no monte do colégio para não irem a ele, aonde os franceses se tinham recolhido, depois de entregarem a cidade, e que nem com os próprios oficiais podia impedir o negócio que publicamente se fazia, mandei ao provedor da fazenda ordem cuja cópia vai com esta para que mandasse fazer seqüestro nas embarcações e em toda a fazenda que encontrasse se tinha comprado aos franceses, em virtude da mesma ordem se fizeram alguns embargos de que supponho deve dar conta o provedor da fazenda real...¹⁰⁶

O governador dava conta ao governo de Lisboa, por meio da “Relação da infeliz desgraça que sucedeu na cidade do Rio de Janeiro com a guerra que segunda vez lhe fizeram os franceses em setembro de 1711”, do que se sucedia na cidade após a invasão francesa. Mas qual seria o intuito desta informação? Simplesmente avisar o governo de Lisboa sobre os acontecimentos na cidade, ou teria o governador exposto isso às autoridades portuguesas para, de certo modo, abrandar a repercussão de sua atuação diante do ataque francês, a fim de desviar a sua responsabilidade pelo que sucedera? No seu relato, ele mesmo afirma e reitera que buscou meios de coibir o comércio da população da cidade com os franceses, mas sem obter êxito.

A respeito do fato de a cidade do Rio de Janeiro ter sido abandonada por boa parte de seus moradores, o governador Castro Morais parece tentar se justificar ao Rei D. João V. Como a defesa da cidade não estivesse a postos no momento da chegada dos invasores, valendo-se estes de um “efeito surpresa” que acabou desestruturando a população, inclusive o governador, este buscava demonstrar que os moradores não haviam cumprido com o seu papel, abandonando a cidade, deixando-a a mercê dos súditos de Luís XIV:

e sem embargo de que não faço relação dos que faltaram, porque não quero pareça me quero desculpar com eles ou que em mim obra ódio que pela mercê de Deus não tenho o tempo e as devassas descobriram quem foram, só digo que com os empenhos destes, se foi indo muita parte da gente da guarnição da terra e bem me parece a mim que já o ano passado dei conta a vossa majestade que se o inimigo cá viesse com maior poder a gente da terra havia de fugir, o que dizia pela experiência de ver a muita gente que o ano passado me fugiu, sendo os inimigos muito poucos e sem ouvirem uma peça de artilharia e assim me não admiro de que este ano faltassem vendo sessenta peças de artilharia combatendo esta cidade e com martírios bombeando-a mais que vendo o que *muitos dos principais dela* foram os primeiros que a desampararam.¹⁰⁷

Castro Morais destaca, justamente, a responsabilidade dos “principais da terra” no abandono da cidade, como se por meio disso

¹⁰⁶ ANTT. Papéis do Brasil, cód. 5, fls. 77-77v.

¹⁰⁷ ANTT. Papéis do Brasil, cód. 5, fls. 74v-75, grifo nosso.

pudesse justificar o fracasso da organização defensiva que empreendera. No caso do aguardado auxílio de Antônio de Albuquerque, este acabou chegando tarde, já encontrando a cidade abandonada e saqueada, com as capitulações assinadas e o comércio indevido estabelecido.¹⁰⁸ No entanto, conforme correspondência do secretário de Estado Diogo Mendonça de Corte Real ao conde Tarouca, relatando o ocorrido no Rio de Janeiro, Antônio de Albuquerque teria contribuído com a ofensiva contra o governador Castro Morais:

Abandonada a cidade, entraram nela os franceses, que apoderados dela mandaram propor ao governador se a queria resgatar e as fortalezas, se não que tudo voaria e se ajustaram em seiscentos e dez mil cruzados, cem caixas de açúcar, e duzentas vacas, feito tudo isto, e estando a nossa gente comerciando com os franceses, como se estivessem em plena paz, chegou Antonio de Albuquerque a três léguas da cidade e fez alto com a notícia do referido, e diz que se ainda achara alguma fortaleza por nós, e tivera balas necessárias poderia fazer muito dano ao inimigo, o qual logo que teve notícia da sua chegada tratou de embarcar-se e sair do porto, e o dito Antonio de Albuquerque por lhe pedir o povo que tomasse o governo, por estar muito irritado contra Francisco de Castro Morais, o aceitara fundando-se em uma carta que tinha de sua majestade na qual havia por bem, que voltando-lhe das minas por algum acidente, governasse o Rio de Janeiro, e que nele ficava continuando até que tudo se sossegasse, para voltar para as Minas.¹⁰⁹

Diante do descontentamento da população, sobretudo os “principais da terra”, revelou-se uma ameaça de desobediência dos colonos, em decorrência da opressão enfrentada com a invasão francesa. Culpava-se o governador Castro Morais pela ineficiência da defesa e mesmo pela “entrega” da cidade aos liderados por Duguay-Trouin. Além disso, de acordo com Maria Fernanda Bicalho,

se por um lado as conseqüências do bem-sucedido ataque e saque de Duguay-Trouin foram economicamente nefastas, mais nefasta ainda era, sem dúvida, a amizade entre os súditos das duas Coroas em guerra na Europa, colocando em causa a boa ordem colonial e o exercício da autoridade régia e metropolitana na região.¹¹⁰

A situação se mostrava bastante tensa com o risco de rebelião da população do Rio de Janeiro. O povo da cidade buscava defender o reconhecimento do Monarca, no tocante a sua ação contra os franceses, bem como do estabelecimento de um governo composto por “pessoas

¹⁰⁸ Maria Fernanda Bicalho. *A cidade e o império: o Rio de Janeiro no século XVIII*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003, pp. 278-279.

¹⁰⁹ Carta do secretário de Estado Diogo Mendonça de Corte Real ao conde Tarouca. 1º- de março de 1712. BNP. Arquivo Tarouca, cód. 158, vol. 2 (os fólios não são numerados). O valor apresentado em dinheiro, açúcar e vacas coincide com as informações contidas numa carta escrita pelo comandante Duguay-Trouin, acerca da capitulação da cidade. AN. Caixa 746, pct. 2.

¹¹⁰ Maria Fernanda Bicalho. *A cidade e o império: o Rio de Janeiro no século XVIII*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003, p. 281.

de toda a satisfação”. Isto se fazia necessário para a efetiva defesa dos domínios ultramarinos, assegurando a soberania portuguesa do território. Ainda que a possível rebelião não contestasse a soberania régia portuguesa, a oposição ao governador nomeado pelo Rei já poderia apresentar elementos que atentavam contra a estabilidade da Monarquia, podendo causar até mesmo a sua ruína.¹¹¹ O momento de tensão vivido pelas monarquias européias, em meio a Guerra de Sucessão espanhola, se estendia ao ultramar, dada a fragilidade da defesa na colônia, além dos interesses de outros reinos nos ganhos obtidos nas possessões na América. No entanto, o risco não pairava sobre qualquer possessão ultramarina, mas sobre o Rio de Janeiro, o porto mais importante da colônia, também pela sua posição estratégica, dada a proximidade das minas.

A correspondência entre os conselheiros da Coroa também evidenciava a preocupação com a invasão francesa. O duque de Cadaval manifestava que se os franceses tivessem tomado o Rio de Janeiro, permanecendo na cidade, não seria possível expulsá-los com o exército e as tropas portuguesas. Seria possível recuperá-la apenas com a ajuda de ingleses e holandeses, o que também representaria um perigo à soberania portuguesa na região.¹¹²

Os enviados diplomáticos de Portugal na Inglaterra e nas Províncias Unidas estiveram empenhados em descobrir os preparativos franceses para um possível ataque, após a expedição fracassada de Duclerc e, posteriormente, acerca das negociações para a restituição dos territórios dominados. Logo após a derrota da expedição francesa de 1710, acreditava-se que a cidade do Rio de Janeiro estivesse bem preparada e guarnecida para este tipo de ataque. Mesmo assim, a cidade deveria permanecer alerta diante da possibilidade de novos ataques, estando melhor preparados e com maiores contingentes militares, a partir da primeira experiência fracassada:

Todos condenam aos franceses, que com tão poucas forças intentassem uma empresa de tão grande dificuldade, porque imaginam que naquela praça haverá as defesas e prevenções necessárias para a conservação de tão importante conquista [...] espero que se me permita representar o que me ocorre, é que se guardem com muita cautela os prisioneiros que se fizeram e se não troquem em nenhum modo, porque não sirvam de guias e diretores para semelhante invasão.¹¹³

Entretanto, diante dos rumores de que nova armada estava sendo preparada em Brest, houve maiores preocupações em Lisboa. Os

¹¹¹ Ibidem, p. 282.

¹¹² Charles Ralph Boxer. *A idade de ouro do Brasil*. Rio de Janeiro, trad. port., Nova Fronteira, 3ª edição, p. 127.

¹¹³ Carta do conde Tarouca ao secretário de Estado. 25 de março de 1711. BNP. Arquivo Tarouca, cód. 26, vol. 2 (os fólios não são numerados).

enviados em Haia e Londres buscavam obter alguma ajuda para a defesa da colônia:

Entre as notícias de França, vem algumas que devem dar muito cuidado, pois se escreveram a 3 do corrente saiu de Brest, e a 5 entrou em Rochela, a esquadra que manda monsieur Duguay Trouin, cabo da expedição, a qual todos discorrem que vai ao Brasil, e que ali procuram os franceses ocupar e estabelecer alguma colônia, e assim ainda que o almirante Locke partiste a impedir-lhe a sair de Brest, como D. Luís da Cunha me escreve, vejo que vai tarde, e que talvez seria mais útil que os ingleses tomassem outras medidas para defender-nos dessa invasão, o que só eles podiam fazer, visto que os holandeses tem tão atenuadas as forças de sua marinha, que nem a mim, nem ao embaixador de Inglaterra, que fazia semelhante requerimento ao meu, puderam prometer algum navio.¹¹⁴

Apesar de informações a respeito da preparação de nova esquadra que seguiria, provavelmente, ao Rio de Janeiro, o governo de Lisboa aguardou a confirmação deste fato para que, com o auxílio de seus aliados, pudesse tentar reprimir o ataque. O conde Tarouca e D. Luís da Cunha, enviados a Haia e Londres, respectivamente, deveriam solicitar socorros à colônia. Assim escreve o secretário de Estado, Diogo de Mendonça Corte Real, ao conde Tarouca:

Conforme o dito D. Luís da Cunha me avisa a respeito da esquadra de Brest ir arribada às Canárias, se deve aumentar o nosso receio de que foi ao Brasil, e assim será preciso que vossa senhoria inste que essa república nos mande logo a este porto os navios que lhe pedimos, para que com os ingleses, e dois que aqui temos, e os nove que estão no Brasil, procuremos evitar o dano, e quando os franceses tomem algum porto serão necessárias novas medidas e novos reforços para desalojá-los, e que será conveniente ver se podemos prevenir o dano com menos despesa, do que esperar que chegue a notícia de haverem eles ocupado alguma praça, donde os não poderemos lançar, sem uma grande armada e um pé de exército que há de custar muito a levar ao Brasil, e sobre esta expedição, é que se pode já conferir e ajustar para que chegada a notícia se possa por em execução.¹¹⁵

Diante da indefinição sobre o que empreenderiam os franceses no Rio de Janeiro, pondera o secretário de Estado:

porém se os inimigos na sua expedição tiverem mau sucesso como o ano passado, ou ocupando alguma capitania se retirarem saqueando-a, nestes casos não será necessário socorro, mas sempre convém que este se previna aqui, nessa república e em Inglaterra para que quando for necessário esteja pronto.¹¹⁶

¹¹⁴ Carta do conde Tarouca ao secretário de Estado. 23 de junho de 1711. BNP. Arquivo Tarouca, cód. 26, vol. 2 (os fólios não são numerados).

¹¹⁵ Carta de Diogo de Mendonça Corte Real ao conde Tarouca. 18 de setembro de 1711. BNP. Arquivo Tarouca, cód. 158, vol. 1 (os fólios não são numerados).

¹¹⁶ Carta de Diogo de Mendonça Corte Real ao conde Tarouca. 17 de outubro de 1711. BNP. Arquivo Tarouca, cód. 162, vol. 2 (os fólios não são numerados).

A correspondência apresentada demonstra como o governo de Lisboa conhecia bem as possíveis conseqüências de um novo ataque francês ao Rio de Janeiro. Os prejuízos poderiam ser muito superiores, por exemplo, em comparação com algum ataque a um porto do Reino, visto que as perdas do território colonial não seriam restituídas com a assinatura da paz, ao contrário do que deveria ocorrer em Portugal.¹¹⁷

Tendo sido efetivado o ataque e a ocupação da cidade pelos homens da expedição de Duguay Trouin, os enviados de Lisboa que se encontravam em Utrecht e Londres, encarregados das negociações para o término da guerra, passaram a expor a possível necessidade de se incluir o fim da ocupação do Rio de Janeiro nas conversas do congresso:

Agora que tenho informado a vossa mercê o que passou até ontem no congresso, entro a responder-lhe sobre o infausto sucesso da perda que tivemos assim na Praça de São Sebastião, como nos navios queimados no Rio de Janeiro. Esta desgraça tem me dado muita pena, e não é a menor circunstância do meu sentimento considerar que as é para a conclusão da paz nos fará grande dano. Todavia sempre me parece acertado não encarecer a nossa aflição, com pedir aos ingleses que procurem logo dos franceses a restituição daquela praça, é certo que nos não havemos de fazer a paz sem isso, pois é igualmente do interesse comum, que do particular de Portugal [...] e se acaso visse que os aliados se não empenhavam pela restauração do Rio de Janeiro então mudaria o projeto porque bem vejo que a conservação do que temos no Brasil nos importa mais do que podemos pretender na Espanha.¹¹⁸

O fato que era tão temido na corte de Lisboa, bem como pelas autoridades coloniais, expressa muitas vezes na correspondência referente à colônia finalmente havia acontecido. O temor de uma invasão francesa, dada a “política de magnificência” de Luís XIV e suas ambições hegemônicas na Europa e no ultramar, atormentava o pensamento de portugueses, quer no Reino, quer na colônia, conforme apresentado acima. A desconfiança acerca da presença dos capuchinhos bretões no Brasil era de que pudessem favorecer uma invasão francesa ao Nordeste. E quando da chegada da esquadra de Mondvergue a Recife, o temor já havia se difundido. No caso da Bahia, houve um esforço para a sua fortificação, mas quando as construções necessárias foram concluídas, “a Bahia já havia deixado de ser a chave do Brasil”.¹¹⁹

E foi no Rio de Janeiro que os franceses conseguiram aportar e dominar a cidade. Analisando a dita invasão francesa, temida e ao mesmo tempo aguardada, parece que não constituía objetivo de Duguay-Trouin ocupar a cidade do Rio de Janeiro. O comandante francês teve a

¹¹⁷ Carta do conde Tarouca ao secretário de Estado. 2 de junho de 1711. BNP. Arquivo Tarouca, cód. 164, vol. 2, fl. 127.

¹¹⁸ Carta do conde Tarouca ao secretário de Estado. 16 de fevereiro de 1712. BNP. Arquivo Tarouca, cód. 26, vol. 3 (os fólhos não são numerados).

¹¹⁹ Pedro Puntoni. *O Estado do Brasil, poder e política na Bahia colonial (1548-1700)*. São Paulo, Alameda, 2013, p. 271.

chance de ocupar o local ou até mesmo destruí-lo. Mas seu objetivo era apenas obter ganhos com o comércio e a pilhagem. Mesmo assim, o que ocorreu no Rio de Janeiro em 1711 desestabilizou a colônia, gerando protestos contra o ineficiente governador, representante da Coroa portuguesa, que deveria ser também o defensor de sua soberania no território. De qualquer modo, a ameaça francesa à colônia parece ter estado mais vinculada à exploração dos ganhos com as atividades mercantis – não sem ampliar seu interesse sobre o ouro das Minas Gerais – afastando-se o risco de se empreender uma ocupação nos moldes do que ocorrera em Pernambuco com os holandeses.

A viagem de Amédée François Frézier

No século XVIII, inúmeras expedições de viajantes foram promovidas, com objetivos científicos de conhecer novos territórios e realidades, tendo-se em vista a difusão deste conhecimento, no contexto das Luzes. Por meio dos relatos de viagem, a população européia assistia a uma abertura de regiões desconhecidas. A partir da publicação deste tipo de texto, a curiosidade e a vontade de saber motivavam uma leitura rápida dos referidos relatos.

No caso das colônias ibéricas, sobretudo o Estado do Brasil, a presença de estrangeiros não era vista com bons olhos, pois os relatos de viagem poderiam expressar o caráter exótico e peculiar de certas regiões, mas também o seu potencial econômico. A preocupação se estendia até mesmo aos religiosos originários de outros reinos, como no caso dos capuchinhos bretões¹²⁰. O temor diante da presença de estrangeiros na colônia, manifestado em considerável volume na correspondência entre a corte e as autoridades coloniais, desde o último decênio do XVII, persistia no início do século seguinte. O risco de permitir a entrada de estrangeiros na colônia aumentava, num momento em que a exploração aurífera alavancava os ganhos da Coroa, podendo despertar a cobiça de outras potências. As próprias Coroas de Portugal e Espanha procuravam obter informações científicas – não sem esquecer as suas implicações econômicas – a respeito de suas possessões ultramarinas, tendo em vista a concorrência colonial.

As informações obtidas sobre as colônias não deveriam ser divulgadas, o que não seria favorável à manutenção do império, pois despertaria o interesse de outros reinos europeus. O monopólio destas

¹²⁰ “Por ser informado que alguns estrangeiros passam às conquistas desse Estado do Brasil sem mais causa que a sua curiosidade para verem e observarem as alturas dos portos, sítios e fortificações das praças de que podem resultar alguns inconvenientes ao meu serviço. Hei por bem que passando algum estrangeiro a essa capitania cuja jornada por não ter motivo certo, possa a este fim ser suspeitosa, que vos informeis e procureis saber as causas que o levaram a esta capitania.” AN. Códice 63, vol. 1, fl. 50 e fls. 83v-84.

informações e relatos sobre o Brasil seria do Estado português, numa ação que visava à preservação da integridade do território ultramarino, aliado a estratégias políticas e militares para a defesa da colônia. Assim, as informações coloniais deveriam ser mantidas manuscritas, havendo nesta época um rígido controle de arquivos portugueses, dada a circulação de estrangeiros em Lisboa. Caberia ao Conselho Ultramarino a decisão acerca da publicação de textos referentes ao Brasil. Um caso notório foi o recolhimento da obra de André João Antonil – *Cultura e Opulência do Brasil por suas Drogas e Minas*¹²¹ – sob a alegação de que dava informações demasiado importantes sobre as riquezas encontradas na colônia. Neste caso, foi o próprio D. João V que deu ordem para a apreensão dos exemplares. O pretexto para tal atitude seria a divulgação do “segredo do Brasil” – fabricação de açúcar, cultivo de cana e tabaco, exploração de minas – aos estrangeiros. Na opinião de Capistrano de Abreu, a verdade era outra, afinal “o livro ensinava o segredo do Brasil aos brasileiros, mostrando toda a sua possança, justificando todas as suas pretensões, esclarecendo toda a sua grandeza”.¹²²

Outras viagens tinham o intuito de praticar a pirataria e o contrabando. Diante do monopólio comercial nas colônias, franceses, ingleses e holandeses empreenderam algumas expedições para fazer o contrabando de determinados produtos. No caso da pirataria, ela era realizada em costas menos ou nada fortificadas e asseguradas pelas autoridades coloniais. Tais viajantes ainda seriam responsáveis por reconhecer as terras que tanto motivavam o interesse europeu. Nesse sentido, as observações acerca das fortificações não possuiriam um caráter meramente militar, tendo-se em vista também a possibilidade de atividades comerciais.¹²³

Após as invasões francesas no Rio de Janeiro, em 1710 e 1711, houve a regulamentação a respeito de navios estrangeiros aportarem no Brasil. A partir de 1712, isso seria permitido apenas em casos específicos e pouco correntes. Não apenas ataques como os ocorridos no Rio de Janeiro causavam temor ao governo de Lisboa, mas também as incursões de caráter mercantil que estrangeiros em geral praticavam e, não raro,

¹²¹ André João Antonil. *Cultura e Opulência do Brasil por suas Drogas e Minas*. São Paulo, Edusp, 2007 (1711).

¹²² Capistrano de Abreu. *Capítulos de História Colonial (1500-1800)*. São Paulo: Publifolha, Belo Horizonte: Itatiaia, 2000, 7ª. Edição, p. 186. Andrée Mansuy Diniz Silva. Introdução, In: André João Antonil. *Cultura e Opulência do Brasil por suas Drogas e Minas*. São Paulo, Edusp, 2007 (1711), pp. 53-55. Em dezembro de 1674, Duarte Ribeiro de Macedo, residente em Paris, já escrevia a D. Pedro sobre a importância do Brasil: “o certo é que se se cuidar do Brasil, será Portugal o mais rico reino da Europa.” *Apud* Ana Maria Homem Leal de Faria. *Os cadernos de Duarte Ribeiro de Macedo. Correspondência diplomática de Paris (1668-1676)*, Lisboa, Ministério dos Negócios Estrangeiros, 2007, p. 457.

¹²³ Luísa Vila Vilar. *El viaje de Amedée Frézier por la America Meridional*. Sevilla, diputación provincial de Sevilla, 1991, p. 295.

causavam prejuízos à empresa colonial. Por meio de uma provisão de 1713, proibiu-se o comércio ou qualquer outro negócio com estrangeiros:

Fui servido resolver para evitar tão comparável dano que se ordenasse aos governadores das conquistas não admitissem nos portos delas navios alguns ingleses ou de outra qualquer nação estrangeira, senão indo incorporadas com as frotas deste reino e voltando com elas na forma dos tratados [...] os deviam mandar sair sem lhes permitir comércio algum. E porque este se não pode fazer sem que os governadores o consintam ou tolerem, o que necessita de pronto eficaz remédio pelas conseqüências que podem resultar da tolerância e dissimulação deste negócio, e pedir a boa igualdade da justiça se evite tão grande dano e se castigue aos que com eles comerciarem ou consentirem que se comercie ou sabendo o não impedirem sendo governador de qualquer das minhas conquistas ultramarinas incorrerá nas penas de pagar em dobro para a minha fazenda os ordenados que receber ou tiver recebido pela tal ocupação do governador e que perca os bens que tiver, e fique inábil para requerer outros ou quaisquer mercês da coroa e de ocupar quaisquer cargos ou governos ao futuro. E sendo oficial de guerras, justiça ou fazenda ou qualquer outra pessoa particular, portugueses vassallos incorrerá em pena de confiscação de todos os seus bens, a metade para o denunciante e a outra metade para a fazenda real, e para que daqui em diante se descubra com mais facilidade os que fizerem nas ditas conquistas negócios com os estrangeiros.¹²⁴

O problema a ser enfrentado não seria apenas das incursões estrangeiras na colônia, mas principalmente dos colonos, inclusive representantes da autoridade régia, que pudessem ter em vista os ganhos proporcionados pelo contrabando com os estrangeiros. Logo, no caso de não haver a coibição adequada de tais práticas, os governadores sofreriam punições.

Outra preocupação da Coroa seriam as visitas estrangeiras indesejadas, mas com intuitos diversos, e não apenas mercantil. Estes fatos já eram temidos desde o fim do século XVII que, mesmo sendo um período em que Portugal não estivesse em guerra, o cenário europeu permanecia conturbado, sendo que as ofensivas militares francesas no continente não cessavam. Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro estiveram alerta para ataques de Luís XIV, bem antes dos ocorridos em 1710 e 1711:

Por ser informado que alguns estrangeiros passam às conquistas desse Estado do Brasil sem mais causa que a sua curiosidade para verem e observarem as alturas dos portos, sítios e fortificações das praças de que podem resultar alguns inconvenientes ao meu serviço. Hei por bem que passando algum estrangeiro a essa capitania cuja jornada por não ter motivo certo, possa a este fim ser

¹²⁴ Registro da provisão de Sua Majestade pela qual há por bem proibir nas conquistas ultramarinas comércio com os estrangeiros. 17 de junho de 1713. AN. Códice 60, vol. 12, fls.156v-157.

suspeitosa, que vos informeis e procureis saber as causas que o levaram a esta capitania.¹²⁵

A permissão de estrangeiros na colônia seria permitida somente em alguns casos, diante de necessidade decorrente de uma tempestade, por exemplo; descarregar fazendas e outros produtos que estivessem a bordo apenas como forma de pagamento para reparos necessários às embarcações, na falta de dinheiro ou letras de crédito.¹²⁶ Conforme o secretário de Estado Diogo Mendonça de Corte Real, a causa destes procedimentos seria “porque indo os navios estrangeiros comerciar ao Brasil, pelo proveito que deste ilícito negócio tiram alguns particulares se arruína o do comum de dar às nações que o fazem nas frotas deste reino”.¹²⁷

No fim do século XVII, em 1696, se organizou o que teria sido a primeira expedição francesa ao mar do Sul. Diante das notícias de abundância de metais preciosos nas costas do Pacífico, os governos europeus passaram a intervir com ajuda e apoio a estas expedições. Foram muitas as expedições que tinham como destino as colônias espanholas na América meridional. No entanto, poucas delas chegaram a territórios portugueses, como a de Frézier.¹²⁸

Foi no ano de 1712 que Amédée François Frézier iniciou sua viagem pela América, passando inclusive pelo Brasil. Se entre 1713 e 1715, houve a restrição à entrada de estrangeiros no Brasil, evitando-se o desembarque de tripulações e passageiros, a fim de se poupar o contato com a população local, Frézier entrou na colônia por meio da fronteira com o território espanhol. Ainda distante do espírito das Luzes, tal expedição esteve inserida nas disputas de concorrência colonial.

Frézier era natural da cidade de Chambéry, na Sabóia, e proveniente de uma importante família de magistrados, que há muito imigrara da Escócia, devido às guerras de religião. Ele estudou no Colégio Mazarine e no Collège de France. E em 1707, se tornou engenheiro do Exército.¹²⁹

¹²⁵ Carta de D. Pedro II para o governador do Rio de Janeiro. 24 de dezembro de 1689. AN. Códice 63, vol. 1, fl. 50.

¹²⁶ Instrução que sua majestade que Deus guarde tem resoluto se mande ao vive-rei do estado do Brasil e governadores das capitanias dele a respeito dos navios estrangeiros que forem buscar os portos do mesmo estado. 02 de outubro de 1715. BNP. Arquivo Tarouca, cód. 158, vol. 3 (os fólhos não são numerados). AN. Códice 63, vol. 1, fl. 257-259v.

¹²⁷ Carta do secretário de Estado Diogo Mendonça de Corte Real ao conde Tarouca. 28 de outubro de 1715. BNP. Arquivo Tarouca, cód. 158, vol. 3 (os fólhos não são numerados)

¹²⁸ Luísa Vila Vilar. *El viaje de Amédée Frézier por la America Meridional*. Sevilla, disputación provincial de Sevilla, 1991, p. 305.

¹²⁹ Jean Marcel Carvalho França. *Andanças pelo Brasil Colonial: catálogo comentado (1503-1808)*. São Paulo, Editora UNESP, 2009, p. 119.

Quatro anos depois, em 1711, Frézier recebeu uma importante missão. Como hidrógrafo a serviço do Rei Cristianíssimo, ele deveria viajar pela América, com o intuito de reconhecer os portos das colônias espanholas. No entanto, teve passagens também pelas possessões portuguesas: na ida, em 1712, em Santa Catarina; e já quando do seu retorno à França, em 1714, passando pela Baía de Todos os Santos. Este tipo de expedição recebia o incentivo e financiamento régios, o que parece ter sido o caso, diante dos interesses econômicos e estratégicos envolvidos.

Apesar disso, Luísa Vila Vilar, tratando da obra de Frézier, destaca o relato de viagem nas suas análises etnológica, social e geográfica, expressando a contribuição que forneceu ao conhecimento das sociedades ameríndias na América meridional. Desta forma, ela parece não considerar tanto os aspectos político-econômicos – a nosso ver, inerentes à missão de Frézier – da viagem do engenheiro da corte de Luís XIV, nem o momento no qual foi realizado, ainda durante a Guerra de Sucessão espanhola, com o acirramento das disputas ultramarinas.

Todavia, a mesma autora afirma que, diante do mérito de seu trabalho em Saint Malo, Frézier foi designado para a dita missão em 1711, pelo diretor geral de fortificações e membro do conselho real. O objetivo seria reconhecer o estado de defesa das colônias espanholas, principalmente do Chile, a fim de situar os franceses em relação aos riscos e possibilidades sobre o comércio de contrabando.¹³⁰

Frézier passou à América espanhola, estando disfarçado como membro de uma família proveniente da Espanha, com negócios no Novo Mundo, e conseguiu dessa forma relatar as realidades com as quais teve contato. Suas observações foram sobre os mais diversos assuntos, desde os costumes dos povos nativos, passando pelos métodos de extração do ouro, detendo-se por várias páginas (conforme as diferentes regiões pelas quais passou, entre possessões portuguesas e espanholas) sobre a composição de tropas, artilharia e as fortificações dos portos.¹³¹ Sendo um engenheiro militar, compreende-se que Frézier tenha focado suas anotações, além dos desenhos e mapas produzidos, sobre os aspectos justamente militares das colônias.

Mas a presença deste viajante no Estado do Brasil, sem a permissão da Coroa – já que o apoio de Portugal oscilou durante a guerra, terminando como aliado da Inglaterra – tendo observado os costumes, mas sobretudo as fortificações nos locais por onde passou, desperta para o contínuo interesse francês sobre a América portuguesa. Frézier buscava os pontos fracos na defesa do litoral da colônia, ainda mais se

¹³⁰ Luísa Vila Vilar. *El viaje de Amedée Frézier por la America Meridional*. Sevilla, diputación provincial de Sevilla, 1991, p. 19.

¹³¹ François Amédée Frézier. *Relation du voyage de la mer du sud aux côtes du Chily et du Pérou*. 1716, pp. 273-278.

tratando de uma conjuntura de guerra. Entretanto, como afirmado acima, as preocupações referentes ao sistema de defesa dos territórios visitados não evidenciam apenas a ameaça de invasões estrangeiras, mas também a verificação dos meios existentes para empreender o contrabando. Frézier menciona inclusive “as minas de ouro dos paulistas”, com um fornecimento abundante e que contribuía ainda à opulência verificada na Bahia.¹³²

Diante disto, considerando-se mais uma vez a concorrência colonial e o cenário político europeu bastante conturbado, a viagem do engenheiro da corte de Luís XIV não pode ser entendida a partir de um aspecto meramente científico. Ainda que o relato de Frézier contenha muitas impressões de características naturais e sócio-econômicas das possessões coloniais, a sua viagem não pode ser considerada algo inofensivo. Tendo-se em vista o conjunto das relações luso-francesas no período em questão, este acontecimento não deixou de constituir uma ameaça à colonização portuguesa. No caso, revela-se uma ameaça de cunho econômico e comercial, pois já foi dito ser este o maior interesse de Luís XIV nos territórios ultramarinos dos demais reinos. A Monarquia francesa buscava conquistar espaços e, sobretudo, possibilidades de explorar determinados produtos nas colônias ibéricas, por meio da pirataria e do contrabando, sem ter de investir muitos recursos na execução deste intento.

Este capítulo procurou demonstrar que a presença francesa na América, no decorrer do século XVII, independentemente de suas características – incursão ocasional, viagem, invasão ou disputa territorial – acumulou mais interesses comerciais, do que propriamente políticos, tanto nas possessões do Rei Cristianíssimo, quanto nas colônias ibéricas. Como lembra Immanuel Wallerstein,

no século XVII os Estados *mais fortes* eram os que dominavam *economicamente*: as Províncias Unidas estavam em primeiro lugar, a Inglaterra em segundo e a França estava só em terceiro. A Revolução Inglesa fortaleceu o Estado inglês, enquanto a afirmação de Luís XIV, *L'État c'est moi*, era um sinal da relativa franqueza do Estado.¹³³

Nesse sentido, mesmo a França sendo uma temida potência na Europa, este temor estava relacionado às suas conquistas militares e territoriais, que poderia assegurar o controle inclusive de importantes rotas comerciais. Economicamente, a França buscava se aproximar dos êxitos obtidos por ingleses e holandeses. E, por isso, se voltava também ao ultramar, com a disputa por territórios na Amazônia, além das outras possibilidades de comércio, como o contrabando. Foi dito acima que a

¹³² Ibidem, p. 278.

¹³³ Immanuel Wallerstein. *O sistema mundial moderno. O mercantilismo e a consolidação da economia-mundo européia, 1600-1750*. Porto, trad. port., Edições Afrontamento, 1990 (1974), volume II, p. 41.

França manteve seu foco nas disputas européias, visando ao confronto com a Espanha, em detrimento de suas ações no ultramar. Tal situação se modificaria apenas na segunda metade do século XVII, com a política de Colbert, que garantiria também recursos à política expansionista e militar francesa. No entanto, a lenta e ineficiente colonização francesa não poderia se equiparar às empresas coloniais inglesas. Wallerstein aponta que “a Inglaterra desenvolveu um importante comércio de *reexportação* de produtos coloniais, um novo e muito rentável comércio de entreposto.”¹³⁴ Os tratados assinados entre os governos de Londres e Lisboa contribuíram muito a esta posição de destaque dos mercadores ingleses. Mais uma vez, se evidencia que a postura de confronto da Monarquia francesa em relação à Espanha causou muitos entraves à política de Paris. Não apenas por ter negligenciado possíveis investidas ultramarinas, mas também por ter deixado de obter vantagens comerciais com reinos como Portugal, como ocorreu anos antes com a Inglaterra e as Províncias Unidas.

Voltando ao cenário do Novo Mundo, a respeito do litígio sobre terras na região amazônica, seria natural pensar que o objetivo do governo de Paris seria político-estratégico, buscando alargar seu domínio na América. No entanto, as próprias colônias do Rei Cristianíssimo, até o decênio de 1670, não apresentavam instituições que as organizassem e as atrelassem ao governo metropolitano. A autoridade sobre estes territórios, principalmente na Guiana, era exercida pelas companhias de comércio, com o aval da Coroa, mas sem o comprometimento de envio de recursos e de homens para garantir o seu povoamento. Eram as atividades comerciais – baseadas na exploração de produtos nativos – que vinculavam estas terras a Paris. Nesse sentido, Luís XIV não precisaria necessariamente estender seu domínio para a região amazônica com o intuito de favorecer o comércio aos mercadores das companhias francesas. Tais atividades comerciais seriam realizadas mesmo sem o domínio político-militar do território, dada a atividade de corso e contrabando francesa, sem esquecer a ação de ingleses e holandeses no mesmo sentido.

O avanço francês na Amazônia garantiria sim um maior poder ao seu soberano, possuindo extensos territórios coloniais, mas asseguraria principalmente as atividades comerciais de seus súditos num lugar pouco explorado por portugueses e espanhóis, diminuindo assim o risco de concorrência. O domínio efetivo do território facilitaria a atuação dos mercadores franceses. Logo, o caráter estratégico do interesse francês estaria vinculado assim à esfera econômica, principalmente, às disputas comerciais.

No caso da esquadra de Mondvergue em Recife, evidencia-se a possibilidade de comércio em territórios pertencentes a outros reinos.

¹³⁴ Ibidem, p. 107.

Mesmo numa incursão ocasional, como foi verificada a presença dos franceses neste episódio, houve o contrabando de pau-brasil, produto pertencente ao estanco régio. Como não poderiam usufruir, até então, das condições estabelecidas com os ingleses, os súditos de Luís XIV mantinham suas ações de contrabando, tentando aproveitar as oportunidades de explorar produtos coloniais, tão rentáveis na Europa.

Chama a atenção o ocorrido no Rio de Janeiro, com os ataques franceses de 1710-1711, que culminaram com a invasão da cidade e a sua rendição. Os franceses se assenhorearam da capital do Estado do Brasil, desmontaram seu sistema de defesa e fizeram saques, levando os bens e recursos acumulados pela população. Quem presenciasse os fatos diria que houve a possibilidade do Brasil, ou ao menos o Rio de Janeiro, passar ao domínio do Rei Cristianíssimo. E o temor tomou conta da população, numa situação muito mais exacerbada do que a que acontecera em Recife, em 1666. Todavia, mediante uma considerável indenização, os franceses deixaram a cidade. Destruída, pobre e atemorizada.

O plano de Duguay-Trouin não era promover uma ocupação no Rio de Janeiro, tomando a cidade e transformando-a numa colônia francesa. A intenção do comandante francês era vingar a derrota sofrida pelos homens de Duclerc no ano anterior, além da morte deste na prisão no Rio de Janeiro. Revelando-se uma ocasião propícia, mais uma vez, os franceses souberam tirar vantagens da invasão, arrecadando um grande espólio.

Não se tem informação se os homens que acompanharam Frézier na sua viagem à América fizeram comércio nos locais por onde passaram. Mas é provável que sim, visto que este se revelou um importante tema do seu relato, além de suas observações acerca dos sistemas de defesa dos territórios coloniais. Tais observações de cunho militar tinham o intento de favorecer as atividades comerciais, de corso ou contrabando dos franceses, e não uma ocupação no Brasil, como se temia desde o fim do XVII.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer do período estudado, foi possível verificar a ocorrência de algumas constantes nas relações luso-francesas, bem como certas rupturas. Entre a aclamação de D. João IV e a aliança matrimonial de 1666, houve a contínua busca da diplomacia portuguesa em firmar uma aliança com o governo de Paris. Com este acordo, Portugal pretendia garantir a intermediação no conflito com a Espanha. Contudo, a França esteve empenhada em fomentar a guerra na Península Ibérica, e não em colaborar para o seu término. Considerando os conflitos que envolviam a Monarquia hispânica, a França conduziu a sua política de alianças tendo como referência os confrontos priorizados pela Espanha, aos quais foram fornecidas maior importância e urgência.

Diante do matrimônio régio, em 1666, a presença dos representantes franceses em Lisboa, compondo a rede de informações do Rei Cristianíssimo, se tornou considerável, atuando em favor de uma participação mais ativa da Rainha Maria Francisca, a fim de estender a influência francesa no governo. Inicialmente, durante o valimento de Castelo Melhor, não houve êxito. Mas depois, aliando-se a D. Pedro, a “cabala francesa” conseguiu seu intento, ainda que a paz com a Espanha não estivesse nos planos de Luís XIV.

Todavia, dadas as características inerentes ao governo de Lisboa, considerando o modo como o Príncipe chegou ao poder, Maria Francisca não alcançou a participação política que o Rei francês e os seus agentes esperavam. A tentativa de uma preponderância francesa na corte também passou a despertar suspeitas, incitando ações contra o séquito da Rainha. Saint Romain e Luís Verjus tiveram de deixar Lisboa. Mas chegando madame D’Harcourt, segunda esposa do duque de Cadaval, detentora de importante função nesta rede de informantes franceses, aumentaria a possibilidade de uma preeminência francesa sobre o Príncipe e seus ministros, dada a estreita relação da duquesa com Maria Francisca.

Com a saída de seus principais colaboradores de Lisboa, a Rainha acabou adotando uma posição mais próxima dos interesses portugueses, em detrimento das ações propostas pelos enviados diplomáticos da França, que contaram mais com a colaboração da duquesa de Cadaval, do que propriamente de Maria Francisca. Sendo assim, a Rainha demonstrou uma postura frágil e oscilante, ao longo de sua presença em Portugal, minando os planos franceses de tutela política do Reino.

Depois da morte de Maria Francisca, os contornos da política de D. Pedro II revelaram um crescente afastamento da França, com a busca de um segundo matrimônio no Império, na órbita de influência dos Habusburgo e de Madri. Tal posicionamento contrário à política hegemônica de Luís XIV se evidenciaria com a assinatura do tratado de Methuen e a renovação da aliança anglo-portuguesa, privilegiando a defesa dos territórios ultramarinos, no contexto da Guerra de Sucessão de Espanha. D. João V seguiria as diretrizes político-econômicas adotadas por seu antecessor, principalmente no alinhamento com a Inglaterra.

No pós Restauração, D. Pedro foi quem mais tempo esteve à frente do governo de Lisboa. A fraqueza demonstrada por ele, durante a Regência e o Reinado, evidenciada pela hesitação diante das disputas palacianas e dos confrontos no cenário europeu, esteve relacionada à necessidade de pactuar a sua autoridade com os apoiantes de seu governo, que haviam colaborado para a sua ascensão ao poder. Nesse sentido, D. Pedro deveria alcançar o “amor” destes seus partidários, pois não haveria como se manter no poder sem obtê-lo, visto que sua figura não era “temida”, dada a fragilidade de sua autoridade. A construção de seu governo esteve baseada no apoio de uma nobreza que buscava maior participação política. Mas a conjura de 1673 demonstrou justamente este aspecto de dependência de D. Pedro em relação aos nobres que o apoiavam. Tal sustentação ao governo do Príncipe ocorreria enquanto os seus partidários estivessem satisfeitos com sua condução política, aliada à manutenção e ampliação de seus privilégios. Contudo, com a influência francesa na corte de Lisboa, e a paz na Península Ibérica, parte da nobreza passou a acreditar que um alinhamento com a Espanha atenderia mais aos seus interesses, afastando o Reino da hegemonia francesa e dos conflitos protagonizados por Luís XVI.

É importante destacar a formação e a experiência que os enviados diplomáticos franceses em Portugal demonstraram nas suas representações. Não há como fazer uma comparação com os enviados portugueses nas cortes estrangeiras no período da Restauração, visto que o Reino teve de reunir alguns membros da nobreza para o serviço diplomático, trabalho este que se revestiu de considerável improviso. Mas os embaixadores e demais enviados franceses que estiveram em Lisboa, demonstraram grande prática em suas negociações, ainda que nem sempre bem sucedidas. Ao contrário do que foi verificado entre os enviados portugueses no exterior, sobretudo, nos primeiros anos após a aclamação de D. João IV. Um dos exemplos que demonstra a importância da embaixada em Portugal para a Monarquia francesa consistiu no envio de President Rouillé, em 1697. Sendo presidente do conselho do Rei Cristianíssimo, a sua embaixada em Lisboa teve a missão de assegurar o domínio francês na região do Amazonas, estendendo o território que, até então, estivera reconhecida a soberania portuguesa.

No tocante às ameaças francesas à Monarquia portuguesa, verificou-se que o maior risco se deu pela ação dos representantes de Luís XIV na corte lisboeta. A diplomacia serviu assim para que o governo de Paris pudesse defender seus objetivos políticos no Reino e, sobretudo, os de cunho econômico e estratégico no ultramar. Tendo os capuchinhos ocupado grande prestígio na corte de Paris, os missionários bretões que estiveram no Estado do Brasil poderiam ter oferecido algum perigo, relacionado a uma ofensiva francesa na colônia. No entanto, o domínio das terras próximas ao rio Amazonas significaria muito mais à Monarquia francesa, assegurando seus interesses comerciais de exploração de produtos coloniais, tão rentáveis na Europa..

FONTES E BIBLIOGRAFIA

1. FONTES

1.1. Fontes Manuscritas

1.1.1. Arquivo Nacional

Código 60; Código 63; Código 77; Código 539; Código 756; Código 807; Código 952; Código 972; Caixa 746.

1.1.2. Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin

NANTES, Bernard de. Relation de la Mission des Indiens Kariris du Brezil situés sur le grand fleuve du S. François du costé du sud a 7degrés de la ligne Equinotiale. Le 12 de septembre 1702 par F. Bernard de Nantes, capucin prédicateur missionnaire appliqué.

1.1.3. Arquivo Histórico Ultramarino

Códices do Fundo do Conselho Ultramarino:

Código 13; Código 45; Código 245; Código 246; Código 252; Código 256; Código 257; Código 265

Papéis Avulsos do Fundo do Conselho Ultramarino:

Bahia; Bahia – Luísa da Fonseca; Pernambuco

1.1.4. Arquivo Nacional da Torre do Tombo

Coleção de São Vicente; Chancelaria de D. João IV; Chancelaria de D. Afonso VI; Chancelaria de D. Pedro II; Ministério dos Negócios Estrangeiros; Manuscritos da Livraria; Miscelâneas Manuscritas do Convento da Graça; Papéis do Brasil

1.1.5. Biblioteca Nacional de Portugal

Coleção de Códices:

Código 239; Código 1808; Código 1809; Código 2665; Código 4174; Código 8164; Código 8557; Código 8558; Código 8815; Código 8816; Código 11234-44.

1.1.6. Arquivo da Casa Tarouca:

Códice 26; Códice 127; Códice 151; Códice 152; Códice 155; Códice 158; Códice 161; Códice 162; Códice 163; Códice 164; Códice 166; Códice 169; Códice 179; Códice 184; Códice 224; Códice 229.

Coleção de Manuscritos:

MSS 245, n. 32; MSS 199, n. 44; MSS 14, n. 2

1.1.7. Biblioteca da Ajuda

Coleção de Manuscritos:

Cota 49 – IX – 6; Cota 49 – X – 13; Cota 49 – X – 20; Cota 49 – X – 22; Cota 49 – X – 23; Cota 49 – X – 24; Cota 50 – V – 37; Cota 51 – V – 41; Cota 51 – IX – 15; Cota 51 – X – 33; Cota 52 – IX – 15.

1.1.8. Arquivo da Universidade de Coimbra

Coleção Conde dos Arcos:

Governo da Bahia; Governo de Pernambuco

1.1.9. Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra

Coleção de Códices:

Códice 490; Códice 493; Códice 502; Códice 506; Códice 548; Códice 601; Códice 620; Códice 645; Maço 706

1.1.10. Biblioteca Nacional da França

Nouvelles Acquisitions Françaises:

NAF 2573 – História da Guiana
NAF 2574 – História da Guiana
NAF 2579 – História da Guiana
NAF 5399 – História da Guiana
NAF 2039 – Cartas de Luís XIV
NAF 705 – Sobre a Catalunha
NAF 2571 – História da Guiana
NAF 2572 – História da Guiana
NAF 2580 – História da Guiana
NAF 2581 – História da Guiana
NAF 2038 – Cartas de Luís XIV
NAF 4797 – Cartas de Luís XIV
NAF 4798 – Cartas de Luís XIV
NAF 4799 – Cartas de Luís XIV
NAF 4800 – Cartas de Luís XIV
NAF 5177 – Sobre Portugal e Espanha
NAF 4787 – Cartas de Richelieu

1.1.11. Archives de Ministère des Affaires Étrangères

Correspondance de Portugal:

- Vol. 1: Saint Pé; Francisco Lanier; marquês de Rouillac; Chevalier de Jant.
- Vol. 2: Saint Pé; Francisco Lanier; marquês de Rouillac.
- Vol. 3: Francisco Lanier e Chevalier de Jant
- Vol. 4: Cominges; Chevalier de Jant
- Vol. 5: Saint Pé; Luís Verjus; Saint Romain
- Vol. 6: Luís Verjus; Saint Romain
- Vol. 7: Saint Romain
- Vol. 8: Saint Romain
- Vol. 9: Luís Verjus; Saint Romain
- Vol. 10: Saint Romain
- Vol. 11: D'Aubeville; Guénegaud
- Vol. 12: D'Aubeville
- Vol. 13: D'Aubeville; Guénegaud
- Vol. 14: D'Aubeville; Guénegaud; D'Oppède
- Vol. 15: Guénegaud
- Vol. 16: Guénegaud
- Vol. 17: Guénegaud
- Vol. 18: Guénegaud
- Vol. 19: D'Oppède
- Vol. 20: D'Oppède
- Vol. 21: Saint Romain
- Vol. 22: Saint Romain
- Vol. 23: Amelot
- Vol. 24: Amelot
- Vol. 25: Amelot
- Vol. 26: D'Esneval
- Vol. 27: D'Esneval
- Vol. 28: D'Esneval
- Vol. 29: D'Estrées
- Vol. 30: D'Estrées
- Vol. 31: President Rouillé
- Vol. 32: D'Estrées
- Vol. 33: President Rouillé
- Vol. 34: President Rouillé
- Vol. 35: President Rouillé
- Vol. 36: President Rouillé
- Vol. 37: President Rouillé
- Vol. 38: President Rouillé
- Vol. 39: President Rouillé

Vol. 40: President Rouillé
Vol. 41: Chateauneuf
Vol. 42: President Rouillé; Chateauneuf
Vol. 43: Chateauneuf
Vol. 44: Chateauneuf
Vol. 45: Vizanego
Vol. 46: Vizanego; abade Mornay
Vol. 47: Vizanego; abade Mornay
Vol. 48: abade Mornay
Vol. 49: abade Mornay

Correspondance de Portugal – Supplément:

Vol. 1: Correspondência diversa
Vol. 2: Saint Romain
Vol. 3: Rouillé

2. FONTES IMPRESSAS

- ABBEVILLE, Claude. *História da missão dos padres capuchinhos na Ilha do Maranhão e terras circunvizinhas*. São Paulo, trad. port., Martins Editora, 1945 (1614).
- ANTONIL, André João. *Cultura e Opulência do Brasil por suas Drogas e Minas*. São Paulo, Edusp, 2007 (1711).
- AZEVEDO, J. Lúcio de. *Cartas de Antônio Vieira*. Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1997, vol. 1.
- BROCHADO, José da Cunha. *Memórias de José da Cunha Brochado*. Antologia e estudo introdutório por Mendes dos Remédios. Cascais, edição fac-similar, 1996.
- CAMPANELLA, Tommaso. *Monarchie d’Espagne et Monarchie de France*. Edité par Germana Ernst. Paris, PUF, 1997.
- COELHO, Laranjo. *Cartas de El Rei D. João IV ao Conde da Vidigueira (Marquês de Niza) embaixador em França*. Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1940, vol. 1 e 2.
- FARIA, Ana Maria Homem Leal de. *Os cadernos de Duarte Ribeiro de Macedo. Correspondência diplomática de Paris (1668-1676)*. Lisboa, Ministério dos Negócios Estrangeiros – Instituto Diplomático, 2007.
- FRÉZIER, François Amédée. *Relation du voyage de la mer du sud aux côtes du Chily et du Pérou*, 1716.
- MAQUIAVEL, Nicolau. *O príncipe*. São Paulo, Martins Fontes, 2008.
- MAZARINO, Giulio. *Breviário dos políticos*. São Paulo, trad. port., Editora 34, 2007.
- NANTES, Martin de. *Relação de uma missão no rio São Francisco: relação sucinta e*

sincera da missão do padre Martinho de Nantes, pregador capuchinho, missionário apostólico no Brasil entre os índios chamados cariris. São Paulo, CEN, 1979 (Coleção Brasileira, v. 368). Tradução e notas de Barbosa Lima Sobrinho.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DO SALVADOR – BAHIA, *Cartas do Senado*. Salvador, Diretoria do Arquivo, Divulgação e Estatística da Prefeitura do Salvador, 1950, vol. 2 e 5

RENNEFORT, Urban Souchu de. *Histoire des Indes Orientales*, 1701 (1688).

3. BIBLIOGRAFIA

ABREU, Capistrano de. *Capítulos de História Colonial (1500 – 1800)*. São Paulo: Publifolha, Belo Horizonte: Itatiaia, 2000, 7ª- edição.

ACADEMIA PORTUGUESA DE HISTÓRIA. *A diplomacia na História de Portugal*. Atas do Colóquio. Lisboa, 1990.

AGNOLIN, Adone. *Jesuítas e Selvagens: a Negociação da Fé no encontro catequético-ritual americano-tupi*. São Paulo, Humanitas, 2007.

AGNOLIN, Adone. Jesuítas e selvagens: o encontro catequético no século XVI. *Revista de História*, n. 144, 2001, pp. 19 – 71.

ALBUQUERQUE, Martim de. *A sombra de Maquiavel e a ética tradicional portuguesa*. Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa – Instituto Histórico Infante Dom Henrique, 1974.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O Trato dos Videntes: a formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo, Companhia das Letras, 2000.

ALMEIDA, Fortunato de. *História da Igreja em Portugal*. Porto, Portucalense Editora, 1967, vol. 1 e 2.

ÁLVAREZ-OSSORIO, Antonio; GARCÍA, Bernardo J. García; LEÓN, Viginia (orgs.). *La pérdida de Europa. La Guerra de Sucesión por la Monarquía de España*. Madri, Fundación Carlos Amberes – Ministerio de Cultura – Sociedad Estatal de Conmemoraciones Culturales.

ALVES, Ricardo Antonio. *José da Cunha Brochado na corte de Luís XIV*. Cascais, Edição do autor, 1999.

ANDERSON, Perry. *Linhagens do Estado Absolutista*. São Paulo, trad. port., Brasiliense, 2004.

ARAÚJO, Ana Cristina. *A correspondência: regras epistolares e práticas de escrita*. Lisboa, Fundação Portuguesa das Comunicações, 2005.

ARAÚJO, Érica Lôpo de. *De golpe a golpe: política e administração nas relações entre Bahia e Portugal (1641-1667)*. Dissertação de mestrado. Niterói, UFF, 2011.

AZEVEDO, Carlos Moreira. (dir.) *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. Círculo de Leitores, 2000, vol. 1 e 3.

- AZEVEDO, Carlos Moreira. (dir.) *História Religiosa de Portugal*. Círculo de Leitores, 2000, vol. 2.
- AZEVEDO, J. Lúcio de. *História de Antônio Vieira*. São Paulo, Alameda, 2008, 2 volumes.
- BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *O Feudo, a Casa da Torre de Garcia d'Ávila: da conquista dos sertões à independência do Brasil*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2000.
- BARATA, Manuel Themudo e TEIXEIRA, Nuno Severiano. (dir.) *História Militar de Portugal*. Lisboa, Círculo de Leitores, 2000, vol. 2.
- BARBOZA FILHO, Rubem. *Tradição e Artifício: Iberismo e Barroco da formação americana*. Rio de Janeiro: IUPERJ, Belo Horizonte: UFMG, 2000.
- BELLER, E. A. The Thirty Years War, Chapter XI. J.P. Cooper (ed.). *The New Cambridge Modern History*, Cambridge, University Press, 1971, vol. 4.
- BÉLY, Lucien. *Espions et ambassadeurs au temps de Louis XIV*. Paris, Fayard, 1990.
- BÉLY, Lucien. *La France au XVIIe. siècle. Puissance de l'État, contrôle de la société*. Paris, PUF, 2009.
- BÉLY, Lucien. *L'art de la paix en Europe. Naissance de la diplomatie moderne XVIe. – XVIIe. siècle*. Paris, PUF, 2007.
- BÉLY, Lucien. *Les relations internationales en Europe (XVIIe. – XVIIIe. siècle)*. Paris, PUF, 1992.
- BÉLY, Lucien (dir.). *L'Europe des traités de Westphalie, esprit de la diplomatie et diplomatie de l'esprit*. Paris, PUF, 2000.
- BÉLY, Lucien ; CORVISIER, André ; BÉRENGER, Jean. *Guerre et paix dans l'Europe au XVII siècle*. Paris, SEDES, 1991.
- BENOIST, Pierre. *Le père Joseph: l'émence grise de Richelieu*. Paris, Perrin, 2007.
- BERCÉ, Yves-Marie. *La naissance dramatique de l'absolutisme*. Paris, Ed. de Seuil, 1992.
- BERTIÈRE, Simone. *Mazarin : le maître du jeu*. Paris, Éditions de Fallois, 2013.
- BETHENCOURT, Francisco e ALENCASTRO, Luiz Felipe de (dir.). *L'Empire portugais face aux autres Empires XVIe.-XIXe. siècle*. Paris, Maisonneuve et Larose – Centre Culturel Calouste Gulbenkian, 2007.
- BICALHO, Maria Fernanda. *A cidade e o império: o Rio de Janeiro no século XVIII*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.
- BICALHO, Maria Fernanda e FERLINI, Vera Lúcia Amaral (orgs.). *Modos de governar: idéias e práticas políticas no império português séculos XVI-XIX*. São Paulo, Alameda, 2005.
- BICALHO, Maria Fernanda; SOUZA, Laura de Mello e; FURTADO, Junia Ferreira. *O governo dos povos*. São Paulo, Alameda, 2009.
- BLOCH, Marc. *Os reis taumaturgos*. São Paulo, trad. port., Companhia das Letras, 1999.

- BOBBIO, Norberto. *Estado, Governo, Sociedade: para uma teoria geral da política*. São Paulo, trad. port., Paz e Terra, 2009, 15ª edição.
- BOUCHER, Philip. *Les nouvelles Frances: la France en Amérique, 1500-1815*. Sillery (Québec), Éd. du Septentrion, 2004.
- BOXER, C. R. *A Idade de Ouro do Brasil*. Rio de Janeiro, trad. port., Nova Fronteira, 3ª edição.
- BOXER, C. R. *A Igreja e a expansão ibérica: 1440 – 1770*. Lisboa, trad. port., Edições 70, 1989.
- BOXER, C. R. *O Império marítimo português*. São Paulo, trad. port., Companhia das Letras, 2006.
- BOXER, C. R. *Salvador Correia de Sá e a luta pelo Brasil e Angola (1602-1686)*. São Paulo, trad. port., Companhia Editora Nacional – Editora da Universidade de São Paulo, 1973 (Coleção Brasileira, vol. 353).
- BRAGA, Isabel M. R. Mendes Drummond e BRAGA, Paulo Drummond. Manobras de França na corte do Príncipe Regente D. Pedro: a advertência de 1677. *Separata de Problematizar a História*. Casal de Cambra, Caleidoscópio, 2007, pp. 207-228.
- BRAUDEL, Fernand. *Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV-XVIII. Os jogos das trocas*. São Paulo, trad. port., Martins Fontes, 2009, volume 2.
- BRAZÃO, Eduardo. *A diplomacia portuguesa nos séculos XVII e XVIII*. Lisboa, Editorial Resistência, 1979, 2 vols.
- BROCHADO, José da Cunha. *Memórias de José da Cunha Brochado*. Antologia e estudo introdutório por Mendes dos Remédios. Cascais, edição fac-similar, 1996.
- CALMON, Pedro. *História da Casa da Torre*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1939.
- CAMAÑES, Porfirio Sanz (Ed.) *Tempo de cambios. Guerra, diplomacia y política internacional de la Monarquía Hispánica (1648-1700)*. Madri, Actas, 2012.
- CARDIM, Pedro. “Nem tudo se pode escrever”. Correspondência diplomática e información “política” en Portugal durante el siglo XVII. *Cuadernos de Historia Moderna*, Anejo IV, 2005, pp. 95-128.
- CARDIM, Pedro e MONTEIRO, Nuno Gonçalo. La diplomacia portuguesa durante el Antiguo Régimen. Perfil sociológico y trayectorias. *Cuadernos de Historia Moderna*, 2005, vol. 30, pp. 7-40.
- CARDIM, Pedro. Embaixadores e representantes diplomáticos da coroa portuguesa no século XVII. *Cultura, Revista de História e Teoria das Idéias*, 2002, vol. 15, série II, pp. 47-86.
- CARDIM, Pedro. Os “rebeldes de Portugal” no Congresso de Münster (1644-48). *Penélope*, n. 19-20, 1998, pp. 101-128.
- CARDIM, Pedro e XAVIER, Ângela Barreto. *D. Afonso VI*. Lisboa, Círculo de Leitores, 2006.

- CARNEIRO, Henrique. Guerra dos Trinta Anos, In: MAGNOLI, Demétrio (org.). *História das Guerras*. São Paulo, Contexto, 2006, pp. 163-187.
- CARRIER, Hubert. *Le labyrinthe de l'État : essai sur le débat politique en France au temps de la Fronde, 1648-1653*. Paris, H. Champion, 2004.
- CASTRO, José Ferreira Borges de. *Coleção dos tratados, convenções, contratos e atos públicos celebrados entre a Coroa de Portugal e as mais potências desde 1640 até o presente*. Lisboa, Imprensa Nacional, 1856-1858.
- CASTRO, Zília Osório de (coord.). *Portugal e os caminhos do mar, séculos XVII – XIX*. Lisboa, Edições INAPA, 1998.
- CHAMBOULEYRON, Rafael. *Povoamento, ocupação e agricultura na Amazônia colonial (1640-1706)*. Belém, Ed. Açai – Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia (UFPA) – Centro de Memória da Amazônia (UFPA), 2010.
- CHAMBOULEYRON, Rafael. Muita terra... Sem comércio. O Estado do Maranhão e as rotas atlânticas nos séculos XVII e XVIII. *Outros tempos*, volume 8, n. 12, dezembro de 2011, pp. 92-107.
- CLUNY, Isabel. A Guerra de Sucessão de Espanha e a diplomacia portuguesa. *Penélope*, n. 26, 2002, pp. 63-92.
- COOPER, J. P. *The New Cambridge Modern History*. Cambridge, University Press, 1971, vol. 4.
- CORTESÃO, Jaime. *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madri (1695-1735)*. Rio de Janeiro, Ministério das Relações Exteriores – Instituto Rio Branco, 1952, parte 1, tomo 1.
- COSANDEY, Fanny e POUTRIN, Isabelle. *Monarchies espagnoles et française (1550-1714)*. Paris, Atlande, 2001.
- COSTA, Leonor Freire e CUNHA, Mafalda Soares. *D. João IV*. Lisboa, Círculo de Leitores, 2006.
- DANTAS, Beatriz et alli. Os povos indígenas no Nordeste brasileiro: um esboço histórico, In: CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). *História dos Índios no Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras, 1992, pp. 431-456.
- DANTAS, Vinícius Orlando de Carvalho. *O Conde de Castelo Melhor: valimento e razões de Estado no Portugal Seiscentista (1640-1667)*. Dissertação de Mestrado. Niterói, Universidade Federal Fluminense, 2009.
- DAHER, Andrea. *O Brasil Francês: as singularidades da França Equinocial (1612-1615)*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2007.
- DELGADO, Maria Rosalina Pinto da Ponde. *José da Cunha Brochado (1651-1733), o homem e a sua época*. Lisboa, Edições Universidade Lusíada, 2000.
- DÓRIA, Antônio Álvaro. *A rainha Maria Francisca de Sabóia*. Porto, Livraria Civilização, 1944.
- EDELWEISS, Frederico G. Frei Martinho de Nantes: capuchinho bretão, missionário e cronista em terras baianas. *La Bretagne, le Portugal, le Brésil: Actes du cinquantenaire de la création en Bretagne de l'enseignement du portugais*. 1977, pp. 153-177.

- ELIAS, Norbert. *A sociedade de corte*. Rio de Janeiro, trad. port., Jorge Zahar Editor, 2001.
- ELLIOT, J. H. *Richelieu y Olivares*. Barcelona, Crítica, 2002.
- FARIA, Ana Maria Homem Leal de. *Duarte Ribeiro de Macedo, um diplomata moderno (1618-1680)*. Lisboa, Ministério dos Negócios Estrangeiros – Instituto Diplomático, 2005.
- FARIA, Francisco Leite de. O padre Bernardo de Nantes e as missões dos capuchinhos franceses na região do Rio São Francisco. *Actas do V Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros*, Coimbra, 1965, vol. II, pp. 4 – 49.
- FARIA, Francisco Leite de. *Os barbadinhos franceses e a restauração pernambucana*. Coimbra, Coimbra Editora, 1954.
- FARIA, Francisco Leite de. Os capuchinhos bretões na Ilha de São Tomé (1639-1641 e 1652-1653) e resumo da sua atividade no Brasil (1642-1702) e em Lisboa (1648-1833). *Separata La Bretagne, le Portugal, le Brésil: Actes du cinquantenaire de la création en Bretagne de l'enseignement du portugais*. 1977, pp. 117-154.
- FARIA, Francisco Leite de. *Os capuchinhos em Portugal e no Ultramar português*. Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1982.
- FERREIRA, Letícia dos Santos. *Amor, Sacrifício e Lealdade. O donativo para o casamento de Catarina de Bragança e para a paz de Holanda (Bahia, 1661-1725)*. Dissertação de Mestrado. Niterói, UFF, 2010.
- FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas*. São Paulo, trad. port., Martins Fontes, 2007.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. São Paulo, trad. port., Graal, 2007.
- FOUCAULT, Michel. *Segurança, Território, População*. São Paulo, trad. port., Martins Fontes, 2008.
- FRANÇA, Eduardo D'Oliveira. *Portugal na época da restauração*. São Paulo, Hucitec, 1997.
- FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. *Andanças pelo Brasil Colonial: catálogo comentado (1503-1808)*. São Paulo, Editora UNESP, 2009.
- GADELHA, Regina Maria A. Fonseca. Conquista e ocupação da Amazônia: a fronteira Norte do Brasil. *Estudos Avançados*, n. 16 (45), 2002, pp. 63-80.
- GADENNE, Clotilde, Martin de Nantes - prédicateur capucin, missionnaire apostolique dans le Brésil parmi les indiens appeles cariris. *Cahiers du Brésil Contemporain*, 1997, n° 32, pp. 41-58
- GERHARDS, Agnès. *Dictionnaire Historique des ordres religieux*. Paris, Fayard, 1998.
- GONZÁLEZ, Francisco García (coord.). *La Guerra de Sucesión en España y la batalla de Almansa, Europa en la encrucijada*. Madrid, Sílex, 2009.
- GUTH, Paul. *Mazharin*. Paris, Flammarion, 1999.
- HILDEBRAND, P. *Les Capucins au Portugal*. Paris, Librairie Saint-François d'Assise, 1938.

- HILL, Christopher. *O eleito de Deus: Oliver Cromwell e a Revolução Inglesa*. São Paulo, trad. port., Companhia das Letras, 1988.
- HOORNAERT, Eduardo et alli. *História da Igreja no Brasil*. Petrópolis, Vozes, 1971.
- HOWARD, Michael. *A Guerra na História da Europa*. Publicações Europa-América, 1997.
- HULSMAN, Lodewijk. Escambo e tabaco: o comércio dos holandeses com índios no delta do rio Amazonas (1600-1630). *IV Encontro Internacional de História Colonial*. Belém, 2012, pp. 1-16.
- IRIARTE, Lázaro. *História Franciscana*. Petrópolis, trad. port., Vozes, 1985.
- ISRAEL, Jonathan I. *The Dutch Republic and the Hispanic World, 1606-1661*. Oxford, Clarendon Press.
- JADIN, Louis. *L'Ancien Congo et l'Angola*. Bruxelas, Roma, Instituto Histórico Belga de Roma, 1975, tomos 1, 2 e 3.
- KANTOR, Íris. Usos diplomáticos da ilha-Brasil: polêmicas cartográficas e historiográficas. *Varia História*, vol. 23, n. 37, 2007, pp. 70-80.
- KOSELLECK, Reinhart. *Crítica e crise*. São Paulo, trad. port., Contraponto, 2008.
- LABOURDETTE, Jean-François. *La nation française a Lisbonne de 1669 a 1790, entre colbertisme et libéralisme*. Paris, Fondation Calouste Gulbenkian, 1988.
- LACOMBE, Américo Jacobina. A Igreja no Brasil Colonial, In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (org). *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo, Difel, 1968, tomo 1, vol. 2, pp. 51-75.
- LA RONCIÈRE, Charles de. *Notre première tentative de colonisation au Canada*. Paris – Nogent-le-Rotrou, Impression de Daupeley-Gouverneur, 1912.
- LE PULOCH, Marine. *Le piège colonial: histoire des traités de colonisation au Canada*. Paris, l'Harmattan, 2007.
- LIMA, Marcos Galindo. *O governo das almas: expansão colonial no país dos Tapuia (1651 – 1798)*. Tese de doutorado, 2004.
- LOURENÇO, Maria Paula Marçal. *D. Pedro II*. Lisboa, Círculo de Leitores, 2006.
- LOURENÇO, Maria Paula Marçal. Os séquitos das rainhas de Portugal e a influência dos estrangeiros na construção da “sociedade de corte” (1640-1754). *Penélope*, n. 29, 2003, pp. 49-82.
- MAGALHÃES, Pablo Iglesias. *Equus Rusus. A Igreja Católica e as Guerras Neerlandesas na Bahia (1624-1654)*. Tese de Doutorado, UFBA, 2010.
- MAM-LAM-FOUCK, Serge. *Histoire générale de la Guyane française : des débuts de la colonisation à la fin de XXeme siècle*. Matoury, Ibis Rouge Éditions, 2002.
- MATOS, Luís de. Manuscritos das bibliotecas públicas de França referente a Portugal, *Separata Boletim Internacional de Bibliografia Luso-brasileira*. Lisboa, 1963, pp. 277-526.
- MATTOSO, José (org.). *História de Portugal*. Lisboa, Estampa, 1998, vol. 4.

- MELLO, Evaldo Cabral de. *A Fronda dos Mazombos: nobres contra mascates, Pernambuco, 1666-1715*. São Paulo, Editora 34, 2003.
- MELLO, Evaldo Cabral de (org.). *O Brasil holandês*. São Paulo, Penguin – Companhia das Letras, 2010.
- MELLO, Evaldo Cabral de. *O negócio do Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras, 2011.
- MELLO, Evaldo Cabral de. *Olinda Restaurada: guerra e açúcar no Nordeste, 1630 – 1654*. São Paulo, Editora 34, 2007, 3ª edição.
- MELLO, Evaldo Cabral de. *Rubro Veio: o imaginário da restauração pernambucana*. São Paulo, Alameda, 2008, 3ª edição.
- MELLO, José Antônio Gonsalves de. *João Fernandes Vieira: mestre de campo do terço da infantaria de Pernambuco*. Recife, Universidade do Recife, 1956, vol.1.
- MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Tempo dos Flamengos*. Rio de Janeiro, Topbooks – Universidade Editora, 2001 (1947).
- MÉTHIVIER, Hubert. *La Fronde*. Paris, Presses Universitaires de France, 1984.
- MONTEIRO, John M. *Negros da Terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo, Companhia das Letras, 1994.
- MONTEIRO, John M. *Tupis, tapuias e historiadores: estudos de história indígena e do indigenismo*. Campinas, Tese de livre docência, IFCH/UNICAMP, 2001.
- MONTEIRO, Rodrigo Bentes. *O rei no espelho: a monarquia portuguesa e a colonização da América, 1640-1720*. São Paulo, Hucitec, 2002.
- MONTEIRO, Rodrigo Bentes e VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Império de várias faces: relações de poder no mundo ibérico da Época Moderna*. São Paulo, Alameda, 2009.
- NEMBRO, Metódio da. *Storia dell'attività missionaria dei cappuccini nel Brasile, 1538 – 1889*. Roma, Institutum Historicum Ordinis Fratrum Minorum Capuccinorum, 1958.
- NOVAIS, Fernando Antônio. *Aproximações: ensaios de história e historiografia*. São Paulo, Cosac Naify, 2005.
- NOVAIS, Fernando Antônio. *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. São Paulo, Hucitec, 2001 (1979).
- OLIVEIRA, Reginaldo Gomes. Os holandeses na Amazônia Caribenha Colonial: dos Caminhos Históricos aos processos das relações Internacionais. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História*. ANPUH, São Paulo, 2011, pp. 1-10.
- OSTRENSKY, Eunice. *As revoluções do poder*. São Paulo, Alameda, 2006.
- PALAZZOLO, Jacinto. *Capuchinhos franceses no Rio de Janeiro (1612-1696)*. Rio de Janeiro, Matriz de São Sebastião dos PP Capuchinhos, 1952.
- PAIVA, José Pedro. *Os bispos de Portugal e do Império, 1495-1777*. Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2006.

- PARKER, Geoffrey. *La guerra de los treinta años*. Barcelona, Crítica, 1988.
- PENNINGTON, Donald H. *Europa en el siglo XVII*. Madri, Aguillar, 1973.
- PERES, Damião. *A diplomacia portuguesa e a sucessão de Espanha (1700-1704)*. Barcelos, Portucalense Editora, 1931.
- PERNOT, Michel. *La Fronde*. Paris, Tallandier, 2012.
- PIAT, Colette. *Le père Joseph: le maître du Richelieu*. Paris, B. Grasset, 1988.
- POCOCK, J. G. A. *El momento maquiavélico*. Madrid, Tecnos, 2008.
- POMPA, Cristina. *Religião como tradução: missionários, Tupi e “Tapuia” no Brasil colonial*. Bauru, EDUSC, 2003.
- PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo, Brasiliense, 1999 (1942).
- PRESTAGE, Edgar. *A aliança anglo-portuguesa*. Coimbra, trad. port., Biblioteca da Universidade, 1936.
- PRESTAGE, Edgar. *Relações diplomáticas de Portugal com a França, Inglaterra e Holanda, 1640 a 1669*. Coimbra, trad. port., Imprensa da Universidade, 1928.
- PRIMERIO, Fidélis Motta de. *Capuchinhos em Terra de Santa Cruz nos séculos XVII, XVIII e XIX*. São Paulo, Livraria Martins, 1942.
- PUNTONI, Pedro. *A Guerra dos Bárbaros: povos indígenas e a colonização do sertão nordeste do Brasil, 1650 – 1720*. São Paulo, Hucitec – Edusp, 2002.
- PUNTONI, Pedro. A história na sua casa: causalidade histórica e narratividade na obra de Evaldo Cabral de Mello, In: SCHWARCZ, Lília Moritz. *Leituras críticas sobre Evaldo Cabral de Mello*. Belo Horizonte: UFMG, São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2008, pp. 87-110.
- PUNTONI, Pedro. *O Estado do Brasil, poder e política na Bahia colonial (1548-1700)*. São Paulo, Alameda, 2013.
- REGNI, Vittorino Pietro. *Frei Martinho de Nantes: apóstolo dos índios cariris e fundador do convento da Piedade, 1683 – 1983*. Salvador, Centro de Estudos Baianos – UFBA, 1983.
- REGNI, Vittorino Pietro. *Os capuchinhos na Bahia*. Salvador – Porto Alegre, trad. port., Casa Provincial dos Capuchinhos – Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1988, vol. 1.
- REIS, Arthur Cezar Ferreira. *Portugueses e brasileiros na Guiana Francesa*. Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Saúde – Serviço de Documentação, 1953.
- RÉVAH, Israël Salvador. *Le Cardinal Richelieu et la restauration de Portugal*. Lisboa, Institut Français au Portugal, 1950.
- REZENDE, Tadeu Valdir Freitas. *A conquista e a ocupação da Amazônia brasileira no período colonial: a definição de fronteiras*. São Paulo, tese de doutorado, FFLCH/USP, 2006.
- RIBEIRO, Renato Janine. *A marca do Leviatã: linguagem e poder em Hobbes*. São Paulo, Ateliê Editorial, 2003.

- RIPERT, Pierre. *Richelieu et Mazarin: les temps des cardinaux*. Toulouse, Privat, 2002.
- SAINT-MARTIN, J.M. *Le sang de l'arbre: le roucou dans l'économie de la Guyane et des Antilles du XVII^e siècle à nos jours*. Paris, Ed. Caribéennes, 1989.
- SANTARÉM, Visconde de. *Quadro Elementar das Relações políticas e diplomáticas de Portugal com as diversas potências do mundo*. Paris, Officina Typographica de Fain e Thunot, 1843, tomo 4.
- SCHAUB, Jean-Frédéric. *La Francia Española, las raíces hispanas del absolutismo francés*. Madrid, Marcial Pons, 2003.
- SCHAUB, Jean-Frédéric. *Le Portugal au temps du conte-duc d'Olivares, 1621-1640*. Madrid, Casa de Velázquez, 2001.
- SCHAUB, Jean-Frédéric. *Portugal na Monarquia hispânica (1580-1640)*. Lisboa, Livros Horizonte, 2001.
- SÉRÉ, Daniel. *La paix des Pyrénées : vingt-quatre ans de négociations entre la France et l'Espagne (1635-1659)*. Paris, H. Champion, 2007.
- SENELLART, Michel. *As artes de governar*. São Paulo, trad. port., Editora 34, 2006.
- SEQUEIROS, Francisco de. Cristóvão Soares de Abreu: de Ponte de Lima ao congresso da Westefália. *Separata de Almanaque de Ponte de Lima de 1980*, pp. 3-6.
- SERRÃO, Joel e MARQUES, A. H. de Oliveira. *Nova História da Expansão Portuguesa. O Império luso-brasileiro, 1620-1750*. Coordenação de Frédéric Mauro. Lisboa, Editorial Estampa, 1991, vol. VII.
- SIDERI, Sandro. *Comércio e poder. Colonialismo informal nas relações anglo-portuguesas*. Lisboa: Edições Cosmos, Santos: Livraria Martins Fontes, 1970.
- SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *D. João V*. Lisboa, Temas e debates, 2009.
- SKINNER, Quentin. *As fundações do pensamento político moderno*. São Paulo, trad. port., Companhia das Letras, 2006.
- SKINNER, Quentin. *Maquiavel*. Porto Alegre, trad. port., LP&M, 2010.
- STONE, Lawrence. *Causas da revolução inglesa (1629-1642)*. Bauru, trad. port., Edusc, 2000. Tradução de Modesto Florenzano.
- STUDART, Barão [de], O Padre Martin de Nantes e o Coronel Dias de Ávila. *Revista do Instituto Histórico do Ceará*, Fortaleza, XLV, pp. 37-52.
- TAUBATÉ, Modesto Rezende de. e PRIMERIO, Fidélis Motta de. *Os missionários capuchinhos no Brasil*. São Paulo, Convento da Imaculada Conceição, 1929.
- TAVARES, Aurélio de Lyra. *Brasil-França, ao longo de 5 séculos*. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1979.
- TEIXEIRA, Licínio José. Le Brésil et la succession d'Espagne (1696-1703). *Cahiers du Brésil Contemporain*, 1997, n° 32, pp. 71-88.
- TOLEDO, Maria Fátima de Melo. *Desolado sertão: a colonização portuguesa no sertão da Bahia (1654-1702)*. Tese de doutorado. São Paulo, FFLCH/USP, 2006.

- TORGAL, Luís Reis. *Ideologia política e teoria do Estado na Restauração*. Coimbra, Biblioteca Geral da Universidade, 1981, vol. 1 e 2.
- VALLADARES, Rafael. *A independência de Portugal: guerra e restauração*. Lisboa, trad. port., Esfera do livro, 2006.
- VARNHAGEN, Francisco Adolpho de. *História Geral do Brasil: antes de sua separação e Independência de Portugal*. São Paulo, Melhoramentos, 1959 (1857 – 60), 6ª- edição, vol. 3.
- VILAR, Luísa Vila. *El viaje de Amédée Frézier por la America Meridional*. Sevilha, diputación provincial de Sevilha, 1991.
- WALLERSTEIN, Immanuel. *O sistema mundial moderno. O mercantilismo e a consolidação da economia-mundo européia, 1600-1750*. Porto, trad. port. Edições Afrontamento, 1990 (1974), volume II.
- WEDGEWOOD, C. V. *The Thirty Years War*. New York, New York Review Books, 2005 (1938).